GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

COLETÂNEA de LEIS de ENSINO



COLETÂNEA de LEIS de ENSINO

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COLETÂNEA DE LEIS, DECRETOS
E ATOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO
FEDERAL E ESTADUAL
- 17ª COLETÂNEA -

Porto Alegre
2022

CAPA
Autor: Antônio Albino Maciel
Técnica: Colagem com imagens pesquisadas na internet
Tema: Enfoque das normas que orientam e dão sustentação ao Sistema Estadual de Ensino

E-mail: ceed@ceed.rs.gov.br
Site: http://www.ceed.rs.gov.br

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Leis, Decretos e Atos Normativos da Educação Federal e Estadual**. 17ª Coletânea. Porto Alegre, 2022. p. Org. no CEEd.

1. Educação - Legislação I. Título

GOVERNADOR DO ESTADO
Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRESIDENTE
Marcia Adriana de Carvalho

1º VICE-PRESIDENTE
Oswaldo Dalpiaz

2º VICE-PRESIDENTE
Carla Tatiana Labres dos Anjos

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHEIROS:

Ana Rita Berti Bagestan
Antônio Maria Melgarejo Saldanha
Beatriz Edelweis Steiner Assmann
Carla Tatiana Labres dos Anjos
Carmem Luci da Silva Figueiró
Dulce Miriam Delan
Érico Jacó Maciel Michel
Fátima Anise Rodrigues Ehlert
Gabriel Grabowski
Hilário Bassotto
Lucia Camini
Marcelo Augusto Mallmann
Marcia Adriana de Carvalho
Odila Cancian Liberali
Oswaldo Dalpiaz
Raul Gomes de Oliveira Filho
Rosa Maria Pinheiro Mosna
Ruben Wener Goldmeyer
Sandra Balbé de Freitas
Sani Belfer Cardon
Simone Goldschmidt

SECRETÁRIA-GERAL

Patricia Rodrigues Braunn (a/c de 03/11/2021)
Iula Santanna Teixeira (até 04/01/2021)

COORDENADORA DA ASSESSORIA TÉCNICA

Patricia Rodrigues Braunn (a/c de 03/11/2021)
Iula Santanna Teixeira (até 04/01/2021)

CHEFE DE GABINETE

Maria da Graça Fioriolli

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

Patricia Rodrigues Braunn
Vera Beatriz Barbosa da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Anderson da Silva Morim de Oliveira
Vera Beatriz Barbosa da Silva

ASSESSORIA TÉCNICA

Cleida Beatriz Fraga de Fraga
Daisy Maria Lora da Silva
Eunice Maria Paz Kolinski Moreira
Inez Wünsch
Ivete Maria Zen
Mara Eliane Fonseca Goulart
Maria José Nunes Cestari
Michela Regina Scherer
Neusa Maria Spillari da Silva Dembogurski
Olvania Grasselli
Rosali Cunha Thomas
Rosali Ruppel
Vanessa Cadó Stabile
Viviane Kneib
Zuleiva Teresinha de Paula Gonçalves

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Alice Cardoso Soares
Alvaro Glauco Zanette
Anderson da Silva Morim de Oliveira
Lisandra dos Santos Salgado
Mari Teresinha Silva Xavier
Ricardo Severo Preto
Vera Beatriz Barbosa da Silva
Vera Lucia Oliveira de Mello
Vera Regina Hardt

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO 8

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 – Leis 10
1.2 – Decretos 54
1.3 – Portaria 61

2 – ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2.1 – Pareceres 69
2.2 – Resoluções 106

3 – LEGISLAÇÃO ESTADUAL

3.1 – Leis 211
3.2 – Decretos 214
3.3 – Portarias 237

4 – ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

4.1 – Pareceres 250
4.2 – Resoluções 321

5 – ÍNDICE 446

ANEXO À COLETÂNEA 17 INDICATIVOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

ANEXO À COLETÂNEA 17 GUIA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne os atos normativos exarados pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - CEEd RS, desde 2020, as leis federais ou estaduais, bem como as normas do Conselho Nacional de Educação - CNE, diretamente relacionados à oferta da Educação Básica e do Ensino Superior, uma vez que temos a nossa Universidade Estadual do Rio Grande do Sul que pertence ao Sistema Estadual de Ensino.

O mundo foi impactado pela declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020. O CEEd RS também recebeu esse impacto e precisou se reorganizar, uma vez que sua rotina de reuniões e atividades presenciais estava impedida de acontecer por questões de saúde. Logo, tivemos que aprender a utilizar ainda mais as ferramentas digitais de informação e comunicação para manter o trabalho e a orientação dos integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

Ainda, além da pandemia, o CEEd/RS passou por várias aprendizagens importantes, que vieram fortalecer esse órgão de Estado, plural e democrático. A recomposição do quadro de Conselheiros, por término de mandato em abril de 2020, demorou mais do que o esperado, mas a mobilização e o empenho foram determinantes para que em setembro de 2020 tivéssemos a recomposição do Colegiado. Assim como a busca pela recomposição do quadro de servidores e assessores técnicos, que em 2022, está mais próximo do ideal.

O trabalho dedicado de todos e cada um está expresso nesta Coletânea, resultado de muito estudo, diversas reuniões de comissão, sessões conjuntas e plenárias, que podem ser vistas e revistas pelo Canal do YouTube, ferramenta utilizada para tornar públicas as sessões plenárias, dar visibilidade e aproximar o Conselho da sociedade gaúcha.

Como resultado do intenso trabalho sobre os temas e necessidades demandadas pelo cenário da pandemia, pelas escolas, pela Administradora do Sistema e suas Coordenadorias, pela Universidade Estadual e por todos aqueles que buscam no CEEd RS orientação para ofertar educação de qualidade com equidade, o Colegiado exarou um conjunto de normas e realizou diversas atividades ao vivo no formato de lives, utilizando o canal de comunicação inaugurado por força do cenário de pandemia, as quais podem ser acessadas: o canal do CEED RS, no YouTube. Quanto às normas complementares para os integrantes do Sistema Estadual de Ensino, esta coletânea traz orientações, entre outros temas, sobre:

- a reorganização do calendário escolar e o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais em razão da covid-19, bem como orientações para o Fechamento Ano Letivo 2020 e Planejamento 2021;

- os procedimentos para o monitoramento da realização das atividades domiciliares, pelas instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino, autorizadas pelo CEEd no período de pandemia, e respectivo RELATÓRIO DO MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DOMICILIARES;

- o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul;

- os procedimentos referentes às alterações em Cursos Técnicos de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;

- a autorização para realização de avaliação externa, em caráter excepcional e

de forma remota, nos processos de cursos de Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS;

- o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais;

- as alterações no norma vigente sobre a oferta de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino;

- as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul;

- as normas complementares para orientar o Sistema Estadual de Ensino sobre Itinerários Formativos, Parcerias e Notório Saber para a Educação Profissional;

- as normas complementares para oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino;

- as orientações complementares para a oferta da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino, entre outras normativas.

Além das normas complementares, o CEEd RS produziu documentos, em regime de colaboração, sendo um deles intitulado INDICATIVOS PEDAGÓGICOS PARA A REABERTURA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO RS, que trata sobre o período excepcional provocado pela pandemia e os indicativos necessários para o retorno presencial; ainda publicou um documento contendo subsídios importantes para contrapor propostas referentes à Educação Domiciliar, consubstanciando o posicionamento contrário a essa possibilidade de oferta educacional, contido no Parecer 003/2020 incluído nesta coletânea. Já o documento INDICATIVOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, construído com os parceiros do Regime de Colaboração, traz às particularidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e, considerando o período prolongado de pandemia, provocado pela covid-19, reflexões sobre o atendimento presencial que foi interrompido por tempo variável, de acordo com as diferentes situações, orientações sanitárias ou decisões da própria família ou responsável pela criança, e que necessita de um olhar diferenciado para o desenvolvimento dessa etapa.

Sendo assim, o Conselho Estadual de Educação, órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador do Sistema Estadual de Ensino, consciente de seu compromisso e responsabilidade diante do cenário atual, seja para mitigar o impacto da pandemia, seja para orientar sobre as diretrizes complementares da educação básica e da educação superior e suas modalidades, com a autonomia que lhe é conferida para fixar tais diretrizes e fiscalizar o cumprimento das mesmas, esclarecendo o que determina a legislação educacional, divulgando as decisões oficiais que visam o cumprimento da legislação e a oferta de uma educação de qualidade com equidade, por meio do registro de mais um capítulo na sua trajetória e história da educação gaúcha com a apresentação desta coletânea.

Num processo contínuo de pensar e repensar a educação nos diferentes contextos histórico, social, político e econômico fica o desafio dos próximos registros dessa trajetória, desafios voltados a ampliar o debate com a sociedade sobre a retomada da educação escolar no cenário que inclui estratégias de busca ativa e recomposição/recuperação de aprendizagens, por meio da escuta densa e sensível dos diferentes segmentos da comunidade escolar e educacional para continuar orientando os integrantes do Sistema Estadual de Ensino e trabalhando em regime de colaboração para a garantia do direito de aprender de todas as crianças e estudantes nos diversos rincões do território gaúcho, capaz de contribuir com a construção de uma sociedade igualitária com justiça social.

1 – LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 – Leis

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, eminstituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X- valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV- respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas ecom deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro)

anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º - O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 8º A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do **caput** do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº13.796, de 2019) (Vigência)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.
Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V- estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

VI - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VII - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VIII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

IX - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

X - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2° Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III- elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV- autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando- os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV- autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terãoa incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V- prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

III - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

IV - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

V- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende: (Regulamento)

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; (Redação dada pela Lei nº13.868, de 2019)

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal; II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento) (Regulamento)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

III - comunitárias, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do **caput** deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§ 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do **caput** deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

Art. 20. (Revogado pela Lei nº 13.868, de 2019)

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados,

com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do **caput** deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de1º.12.200

V - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa. (Redaçãodada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2016)

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Incluído pela Lei nº 13.006, de 2014)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (Redação dada pela Lei nº 14.164, de 2021)

§ 9º-A. A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o **caput**. (Incluído pela Lei nº 13.666, de 2018)

§ 10 A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.(Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito aobem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos dazona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº12.796, de 2013)

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dadapela Lei nº 12.796, de 2013)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo ~~para o acesso ao ensino fundamen~~tal; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Seção III

Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011).

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa

do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº9.475, de 22.7.1997)

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento daautonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoriacom a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: (Incluído pelaLei nº 13.415, de 2017)

I - linguagens e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - matemática e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - ciências da natureza e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

IV - ciências humanas e sociais aplicadas. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.(Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela Lei nº13.415, de 2017)

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; (Incluído pela Leinº 13.415, de 2017)

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - linguagens e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - matemática e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - ciências da natureza e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

IV - ciências humanas e sociais aplicadas; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

V - formação técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - (revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 2º (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 4º (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 5º Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 7º A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do caput, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 8º A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 9º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 10 Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 11 Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com

instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - demonstração prática; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 12. As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
(Incluído pela Lei nº 11.741, de2008)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subseqüente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (Incluído pela Leinº 13.415, de 2017)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

- os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II- as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subseqüente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

Da Educação Profissional e Tecnológica

(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra- se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741,de 2008)

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741,de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

I - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

- de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

- de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

- de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

§ 1º O resultado do processo seletivo referido no inciso II do caput deste artigo será tornado público pela instituição de ensino superior, sendo obrigatórios a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação e o cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do edital, assegurado o direito do candidato, classificado ou não, a ter acesso a suas notas ou indicadores de desempenho em provas, exames e demais atividades da seleção e a sua posição na ordem de classificação de todos os candidatos. (Redação dada pela Lei nº 13.826, de 2019)

§ 2º No caso de empate no processo seletivo, as instituições públicas de ensino superior darão prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, quando mais de um candidato preencher o critério inicial. (Incluído pela Lei nº 13.184, de 2015)

§ 3º O processo seletivo referido no inciso II considerará as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento) (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento) (Regulamento) (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento) (Regulamento) (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

§ 3º No caso de instituição privada, além das sanções previstas no § 1º deste artigo, o processo de reavaliação poderá resultar em redução de vagas autorizadas e em suspensão temporária de novos ingressos e de oferta de cursos. (Incluído pela Lei nº 13.530, de 2017)

§ 4º É facultado ao Ministério da Educação, mediante procedimento específico e com aquiescência da instituição de ensino, com vistas a resguardar os interesses dos estudantes, comutar as penalidades previstas nos §§ 1º e 3º deste artigo por outras medidas, desde que adequadas para superação das deficiências e irregularidades constatadas. (Incluído pela Lei nº 13.530, de 2017)

§ 5º Para fins de regulação, os Estados e o Distrito Federal deverão adotar os critérios definidos pela União para autorização de funcionamento de curso de graduação em Medicina. (Incluído pela Lei nº 13.530, de 2017)

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente: (Redação dada pela lei nº 13.168, de 2015)

a) em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte: (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

b) toda publicação a que se refere esta Lei deve ter como título "Grade e Corpo Docente"; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

c) a página principal da instituição de ensino superior, bem como a página da oferta de seus cursos aos ingressantes sob a forma de vestibulares, processo seletivo e outras com a mesma finalidade, deve conter a ligação desta com a página específica prevista neste inciso; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

d) caso a instituição de ensino superior não possua sítio eletrônico, deve criar página específica para divulgação das informações de que trata esta Lei; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

e) a página específica deve conter a data completa de sua última atualização; (Incluída pela lei nº 13.168,de 2015)

I - em toda propaganda eletrônica da instituição de ensino superior, por meio de ligação para a página referida no inciso I; (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

II - em local visível da instituição de ensino superior e de fácil acesso ao público; (Incluído pela lei nº13.168, de 2015)

III - deve ser atualizada semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido, observando o seguinte: (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

a) caso o curso mantenha disciplinas com duração diferenciada, a publicação deve ser semestral; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

b) a publicação deve ser feita até 1 (um) mês antes do início das aulas; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

c) caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados sobre as alterações; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

I - deve conter as seguintes informações: (Incluído pela lei nº 13.168, de 2015)

a) a lista de todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino superior; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

b) lista das disciplinas que compõem a grade curricular de cada curso e as

respectivas cargas horárias; (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

c) a identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso, as disciplinas que efetivamente ministrará naquele curso ou cursos, sua titulação, abrangendo a qualificação profissional do docente e o tempo de casa do docente, de forma total, contínua ou intermitente. (Incluída pela lei nº 13.168, de 2015)

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento) (Regulamento)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto

regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.(Regulamento) (Regulamento)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, asseguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades deextensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

§ 1º Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: (Redação dada pela Lei nº 13.490,de 2017)

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

II - ampliação e diminuição de vagas; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

III - elaboração da programação dos cursos; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; (Redação dada pela Lei nº 13.490,de 2017)

V- contratação e dispensa de professores; (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

VI - planos de carreira docente. (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

§ 2º As doações, inclusive monetárias, podem ser dirigidas a setores ou projetos específicos, conforme acordo entre doadores e universidades. (Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017)

§ 3º No caso das universidades públicas, os recursos das doações devem ser dirigidos ao caixa único da instituição, com destinação garantida às unidades a serem beneficiadas. (Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017)

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dosseus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil eestende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no **caput** deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso

aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o **caput** serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

CAPÍTULO V-A

(Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá aolongo da vida. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolase classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e dasgarantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, emnível superior. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Parágrafo único. Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores a que se refere o **caput** deste artigo serão ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II– trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ouafim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 2.796, de 2013)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017) (Vide Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 62-B. O acesso de professores das redes públicas de educação básica a cursos superiores de pedagogia e licenciatura será efetivado por meio de processo seletivo diferenciado. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

§ 1º Terão direito de pleitear o acesso previsto no **caput** deste artigo os professores das redes públicas municipais, estaduais e federal que ingressaram por concurso público, tenham pelo menos três anos de exercício da profissão e não sejam portadores de diploma de graduação. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

§ 2º As instituições de ensino responsáveis pela oferta de cursos de pedagogia e outras licenciaturas definirão critérios adicionais de seleção sempre que acorrerem aos certames interessados em número superior ao de vagas disponíveis para os respectivos cursos. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

§ 3º Sem prejuízo dos concursos seletivos a serem definidos em regulamento pelas universidades, terão prioridade de ingresso os professores que optarem por cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia e língua portuguesa. (Incluído pela Lei nº 13.478, de 2017)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8o do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar

e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 3º A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (Vide Medida Provisória nº 773, de 2017) (Vigência encerrada)

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subseqüente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V- realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VII - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VIII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

IX - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VII - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição

Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subseqüente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 78-A. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, desenvolverão programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, com os seguintes objetivos: (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

I - proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura; (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

II - garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011)

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos: (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

I fortalecer as práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais; (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

II- manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas; (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos; (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 3º Na educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdo- cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e educação continuada. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituiçõesespecificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos acursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de

ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013)

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

I - (revogado);(Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013)

II - (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

III - (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

IV - (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

V - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

VI - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

VII- integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º (Revogado) (Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 87-A. (VETADO). (Incluído pela lei nº 12.796, de 2013)

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e, ainda, as Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.12.1996.*

LEI Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e alteraa Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Educação (CNE) editará diretrizes nacionais com vistas à implementação do disposto nesta Lei.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional:

I - na educação infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II - no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do caput e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 1º A dispensa de que trata o caput deste artigo aplicar-se-á ao ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

§ 2º A reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei obedecerá aos princípios dispostos no art. 206 da Constituição Federal, notadamente a igualdade de condições para o acesso e

a permanência nas escolas, e contará com a participação das comunidades escolares para sua definição.

§ 3º Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei poderá ser feita no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um **continuum** de 2 (duas) séries ou anos escolares, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 4º A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

I - na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação;

II - no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivos estabelecidos pelo CNE.

§ 5º Os sistemas de ensino que optarem por adotar atividades pedagógicas não presenciais como parte do cumprimento da carga horária anual deverão assegurar em suas normas que os alunos e os professores tenham acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades.

§ 6º As diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas dos sistemas de ensino, no que se refere a atividades pedagógicas não presenciais, considerarão as especificidades de cada faixa etária dos estudantes e de cada modalidade de ensino, em especial quanto à adequação da utilização de tecnologias da informação e comunicação, e a autonomia pedagógica das escolas assegurada pelos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 7º (VETADO).

§ 8º (VETADO).

§ 9º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal implementarão, em regime de colaboração, estratégias intersetoriais de retorno às atividades escolares regulares nas áreas de educação,de saúde e de assistência social.

§ 10. Fica facultado aos sistemas de ensino, em caráter excepcional e mediante disponibilidade de vagas na rede pública, possibilitar ao aluno concluinte do ensino médio matricular-se para períodos de estudos de até 1 (um) ano escolar suplementar, relativos aos conteúdos curriculares do último ano escolar do ensino médio, no ano letivo subsequente ao afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

Art. 3º As instituições de educação superior ficam dispensadas, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, nos termos do **caput** e do § 3º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para o ano letivo afetado pelo estado decalamidade pública referido no art. 1º

desta Lei, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, desde que:

I - seja mantida a carga horária prevista na grade curricular para cada curso; eII - não haja prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão.

§ 1º Poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária exigida.

§ 2º Na hipótese de que trata o **caput** deste artigo, a instituição de educação superior poderá antecipar a conclusão dos cursos superiores de medicina, farmácia, enfermagem, fisioterapia e odontologia, desde que o aluno, observadas as normas a serem editadas pelo respectivo sistema de ensino e pelos órgãos superiores da instituição, cumpra, no mínimo:

I - 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária do internato do curso de medicina; ou

II - 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios dos cursos de enfermagem, farmácia, fisioterapia e odontologia.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar, ouvido o CNE, a lista de cursos referida no inciso II do § 2º deste artigo, nos mesmos termos previstos nesta Lei, para outros cursos superiores da área da saúde, desde que diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid-19.

Art. 4º Ficam os sistemas de ensino autorizados a antecipar, em caráter excepcional, a conclusão dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, desde que diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid-19, observadas as normas a serem editadas pelo respectivo sistema de ensino, caso o aluno cumpra, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios.

Art. 5º (VETADO).

Art. 6º O retorno às atividades escolares regulares observará as diretrizes das autoridades sanitárias e as regras estabelecidas pelo respectivo sistema de ensino.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Será assegurado, observado o disposto no **caput** deste artigo, o acesso dos estudantes da educação básica e da educação superior em situação excepcional de risco epidemiológico decorrente da pandemia da Covid-19 a atendimento educacional adequado à sua condição em termos equivalentes ao previsto no art. 4º- A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garantidos aos estudantes das redes públicas programas de apoio, de alimentação e de assistência à saúde, entre outros.

Art. 7º No ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, serão mantidos os programas públicos suplementares de atendimento aos estudantes da educação básica e os programas públicos de assistência estudantil da educação superior.

Parágrafo único. No ano letivo referido no **caput** deste artigo, para efeito de cálculo dos repasses da União aos entes federativos subnacionais, relativos a programas nacionais instituídos pelas Leis nºs 11.947, de 16 de junho de 2009, e 10.880, de 9 de junho de 2004, serão considerados, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.

Art. 8º (VETADO).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 18 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Milton Ribeiro
Walter Souza Braga Netto
Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

LEI Nº 14.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a assistência da União aos Estados e ao Distrito Federal para a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da educação básica pública, nos termos do inciso III do caput do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Art. 2º A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o valor de R$ 3.501.597.083,20 (três bilhões, quinhentos e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil e oitenta e três reais e vinte centavos) para aplicação, pelos Poderes Executivos estaduais e do Distrito Federal, em ações para a garantia do acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da rede pública de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19.

§ 1º Serão beneficiários das ações de que trata o caput deste artigo os alunos da rede pública de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pertencentes a

famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os matriculados nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas, bem como os professores da educação básica da rede pública de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º Os recursos destinados ao cumprimento do disposto no caput deste artigo serão aplicados de forma descentralizada, mediante transferências da União aos Estados e ao Distrito Federal em parcela única, a ser paga até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, de acordo com o número de professores e de matrículas que cumpram os requisitos previstos no § 1º deste artigo e o atendimento às finalidades, às proporções e às prioridades definidas no art. 3º desta Lei.

§ 3º Os recursos a que se refere o caput deste artigo, transferidos pela União aos Estados e ao Distrito Federal, que não forem aplicados até 31 de dezembro de 2021, após atendidas as finalidades e as prioridades previstas no art. 3º desta Lei, ou que forem aplicados em desconformidade com o disposto nesta Lei, serão restituídos, na forma de regulamento, aos cofres da União, até o dia 31 de março de 2022.

Art. 3º Os recursos de que trata o art. 2º desta Lei deverão atender às seguintes finalidades, proporções e prioridades:

I - contratação de soluções de conectividade móvel para a realização e o acompanhamento de atividades pedagógicas não presenciais, vinculadas aos conteúdos curriculares, por meio do uso de tecnologias da informação e da comunicação, pelos beneficiários desta Lei, com prioridade para os alunos do ensino médio, os alunos do ensino fundamental, os professores do ensino médio e os professores do ensino fundamental, nessa ordem;

II - utilização de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) para aquisição de terminais portáteis que possibilitem acesso a rede de dados móveis para uso pelos beneficiários desta Lei, com prioridade para os alunos do ensino médio e os professores do ensino médio, nessa ordem.

§ 1º A critério dos Estados e do Distrito Federal, os terminais de que trata o inciso II do caput deste artigo poderão ser cedidos para os professores e os alunos em caráter permanente ou para uso temporário, individual e intransferível, hipótese em que deverão ser devolvidos às autoridades competentes em bom funcionamento no prazo estabelecido em termo de compromisso firmado entre o poder público e o beneficiário ou o seu responsável.

§ 2º O valor das contratações e das aquisições previstas no caput deste artigo deverá considerar os critérios e os valores praticados em processos de compras similares realizados pela Administração Pública.

§ 3º As contratações e as aquisições realizadas nos termos deste artigo caracterizam iniciativa de uso das tecnologias de conectividade para a promoção do desenvolvimento econômico e social, tornando suas contratadas potencialmente elegíveis ao recebimento dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

§ 4º Os Estados poderão atuar em regime de colaboração com seus Municípios.

§ 5º Para o cumprimento da obrigação de que trata o inciso I do caput deste artigo, os Estados e o Distrito Federal poderão alternativamente contratar soluções de conexão na modalidade fixa para conexão de domicílios ou de comunidades quando for

comprovado custo-efetividade ou quando não houver oferta de dados móveis na localidade de moradia dos estudantes.

§ 6º Os Estados e o Distrito Federal poderão, excepcionalmente, utilizar os recursos de que trata o inciso I do caput deste artigo para a contratação de serviços de acesso à internet em banda larga para os estabelecimentos da rede pública de ensino, nos casos em que as secretarias de educação a justificarem como essencial para a aprendizagem dos alunos.

Art. 4º As autoridades competentes das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão fornecer às empresas contratadas para o fornecimento das soluções de conectividade de que trata o inciso I do caput do art. 3º desta Lei os dados pessoais de professores e de pais ou responsáveis pelos alunos de instituições públicas de educação básica que manifestarem interesse no acesso ao benefício de que trata o inciso I do caput do art. 3º desta Lei, com informações suficientes para identificar os terminais de acesso à internet por eles utilizados.

§ 1º As secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão manter atualizadas as informações de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A omissão em informar ou processar os dados de que trata este artigo ou o fornecimento de dados inverídicos importa em responsabilidade dos agentes públicos referidos no caput deste artigo.

§ 3º O acesso dos professores e dos alunos ao beneficio de que trata o inciso I do caput do art. 3º desta Lei estará condicionado ao fornecimento das informações de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O tratamento dos dados pessoais referentes às informações de que trata este artigo deverá observar o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e nas demais normas pertinentes à matéria, vedada a sua comercialização ou compartilhamento pelas contratadas.

§ 5º Os dados pessoais fornecidos às empresas contratadas serão limitados ao mínimo necessário para o cumprimento das finalidades previstas no art. 3º desta Lei. Art. 5º As pessoas jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras, que estejam em situação regular no País poderão doar terminais portáteis de acesso a rede de dados móveis com vistas à implementação das ações de que trata o caput do art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. As doações de que trata este artigo, nos termos de regulamento, serão realizadas por meio de chamamento público ou de manifestação de interesse.

Art. 6º Para o cumprimento das medidas de que trata esta Lei, poderão ser utilizados como fontes de recursos:

I - dotações orçamentárias da União, observados os termos de quaisquer normas de regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia;

II - o Fust, instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, observados os termos de quaisquer normas de regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia;

III - saldo correspondente a metas não cumpridas dos planos gerais de metas de universalização firmados entre o poder concedente dos serviços de telecomunicações e as concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);

IV - outras fontes de recursos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 10 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

1.2 – Decreto

DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

II - educação bilíngue de surdos - modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

III - política educacional equitativa - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade;

IV - política educacional inclusiva - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo;

V - política de educação com aprendizado ao longo da vida - conjunto de medidas planejadas e implementadas para garantir oportunidades de desenvolvimento e aprendizado ao longo da existência do educando, com a percepção de que a educação não acontece apenas no âmbito escolar, e de que o aprendizado pode ocorrer em outros momentos e contextos, formais ou informais, planejados ou casuais, em um processo ininterrupto;

VI - escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

VII - classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade;

VIII - escolas bilíngues de surdos - instituições de ensino da rede regular nas quais a comunicação, a instrução, a interação e o ensino são realizados em Libras como primeira língua e em língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, destinadas a educandos surdos, que optam pelo uso da Libras, com deficiência auditiva, surdocegos, surdos com outras deficiências associadas e surdos com altas habilidades ou superdotação;

IX - classes bilíngues de surdos - classes com enturmação de educandos surdos, com deficiência auditiva e surdocegos, que optam pelo uso da Libras, organizadas em escolas regulares inclusivas, em que a Libras é reconhecida como primeira língua e utilizada como língua de comunicação, interação, instrução e ensino, em todo o processo educativo, e a língua portuguesa na modalidade escrita é ensinada como segunda língua;

X - escolas regulares inclusivas - instituições de ensino que oferecem atendimento educacional especializado aos educandos da educação especial em classes regulares, classes especializadas ou salas de recursos; e

XI - planos de desenvolvimento individual e escolar - instrumentos de planejamento e de organização de ações, cuja elaboração, acompanhamento e avaliação envolvam a escola, a família, os profissionais do serviço de atendimento educacional especializado, e que possam contar com outros profissionais que atendam educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - educação como direito para todos em um sistema educacional equitativo e inclusivo;

II - aprendizado ao longo da vida;

III - ambiente escolar acolhedor e inclusivo;

IV - desenvolvimento pleno das potencialidades do educando;

V - acessibilidade ao currículo e aos espaços escolares;

VI - participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada;

VII - garantia de implementação de escolas bilíngues de surdos e surdocegos;

VIII - atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no território nacional, incluída a garantia da oferta de serviços e de recursos da educação especial aos educandos indígenas, quilombolas e do campo; e

IX- qualificação para professores e demais profissionais da educação.

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - garantir os direitos constitucionais de educação e de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

II - promover ensino de excelência aos educandos da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades de educação, em um sistema educacional equitativo, inclusivo e com aprendizado ao longo da vida, sem a prática de qualquer forma de discriminação ou preconceito;

III - assegurar o atendimento educacional especializado como diretriz constitucional, para além da institucionalização de tempos e espaços reservados para atividade complementar ou suplementar;

IV - assegurar aos educandos da educação especial acessibilidade a sistemas de apoio adequados, consideradas as suas singularidades e especificidades;

V - assegurar aos profissionais da educação a formação profissional de orientação equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, com vistas à atuação efetiva em espaços comuns ou especializados;

VI - valorizar a educação especial como processo que contribui para a autonomia e o desenvolvimento da pessoa e também para a sua participação efetiva no desenvolvimento da sociedade, no âmbito da cultura, das ciências, das artes e das demais áreas da vida; e

VII - assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação oportunidades de educação e aprendizado ao longo da vida, de modo sustentável e compatível com as diversidades locais e culturais.

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO-ALVO

Art. 5º A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida tem como público-alvo os educandos que, nas

diferentes etapas, níveis e modalidades de educação, em contextos diversos, nos espaços urbanos e rurais, demandem a oferta de serviços e recursos da educação especial.

Parágrafo único. São considerados público-alvo da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - educandos com deficiência, conforme definido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;

II - educandos com transtornos globais do desenvolvimento, incluídos os educados com transtorno do espectro autista, conforme definido pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; e

III - educandos com altas habilidades ou superdotação que apresentem desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Art. 6º São diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - oferecer atendimento educacional especializado e de qualidade, em classes e escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas ou classes e escolas bilíngues de surdos a todos que demandarem esse tipo de serviço, para que lhes seja assegurada a inclusão social, cultural, acadêmica e profissional, de forma equitativa e com a possibilidade de aprendizado ao longo da vida;

II - garantir a viabilização da oferta de escolas ou classes bilíngues de surdos aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva, outras deficiências ou altas habilidades e superdotação associadas;

III - garantir, nas escolas ou classes bilíngues de surdos, a Libras como parte do currículo formal em todos os níveis e etapas de ensino e a organização do trabalho pedagógico para o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua; e

IV - priorizar a participação do educando e de sua família no processo de decisão sobre os serviços e os recursos do atendimento educacional especializado, considerados o impedimento de longo prazo e as barreiras a serem eliminadas ou minimizadas para que ele tenha as melhores condições de participação na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS E DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 7º São considerados serviços e recursos da educação especial:

I - centros de apoio às pessoas com deficiência visual;

II - centros de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência intelectual, mental e transtornos globais do desenvolvimento;

III - centros de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência físico-motora;

IV - centros de atendimento educacional especializado;

V - centros de atividades de altas habilidades e superdotação;

VI - centros de capacitação de profissionais da educação e de atendimento às pessoas com surdez;

VII - classes bilíngues de surdos;

VIII - classes especializadas;

IX - escolas bilíngues de surdos;

X - escolas especializadas;

XI - escolas-polo de atendimento educacional especializado;

XII - materiais didático-pedagógicos adequados e acessíveis ao público-alvo desta Política Nacional de Educação Especial;

XIV - núcleos de acessibilidade;

XV - salas de recursos;

XVI - serviços de atendimento educacional especializado para crianças de zero a três anos;

XVII - serviços de atendimento educacional especializado; e

XVIII - tecnologia assistiva.

Parágrafo único. Poderão ser constituídos outros serviços e recursos para atender os educandos da educação especial, ainda que sejam utilizados de forma temporária ou para finalidade específica.

CAPÍTULO VI

DOS ATORES

Art. 8º Atuarão, de forma colaborativa, na prestação de serviços da educação especial:

I - equipes multiprofissionais e interdisciplinares de educação especial;

II- guias-intérpretes;

III - professores bilíngues em Libras e língua portuguesa;

IV - professores da educação especial;

VI - profissionais de apoio escolar ou acompanhantes especializados, de que tratam o inciso XIII do **caput** do art. 3º da Lei nº 13.146, de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, e o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012; e

VIII - tradutores-intérpretes de Libras e língua portuguesa.

CAPÍTULO VII

DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 9º A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida será implementada por meio das seguintes ações:

I - elaboração de estratégias de gestão dos sistemas de ensino para as escolas regulares inclusivas, as escolas especializadas e as escolas bilíngues de surdos, que contemplarão também a orientação sobre o papel da família, do educando, da escola, dos profissionais especializados e da comunidade, e a normatização dos procedimentos de elaboração de material didático especializado;

II - definição de estratégias para a implementação de escolas e classes bilíngues de surdos e o fortalecimento das escolas e classes bilíngues de surdos já existentes;

IV - definição de critérios de identificação, acolhimento e acompanhamento dos educandos que não se beneficiam das escolas regulares inclusivas, de modo a proporcionar o atendimento educacional mais adequado, em ambiente o menos restritivo possível, com vistas à inclusão social, acadêmica, cultural e profissional, de forma equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida;

V - definição de diretrizes da educação especial para o estabelecimento dos serviços e dos recursos de atendimento educacional especializado aos educandos público- alvo desta Política Nacional de Educação Especial;

VI - definição de estratégias e de orientações para as instituições de ensino superior com vistas a garantir a prestação de serviços ao público-alvo desta Política Nacional de Educação Especial, para incentivar projetos de ensino, pesquisa e extensão destinados à temática da educação especial e estruturar a formação de profissionais especializados para cumprir os objetivos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida; e

VII - definição de critérios objetivos, operacionalizáveis e mensuráveis, a serem cumpridos pelos entes federativos, com vistas à obtenção de apoio técnico e financeiro da União na implementação de ações e programas relacionados à Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Art. 10. São mecanismos de avaliação e de monitoramento da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - Censo Escolar;

II - Exame Nacional do Ensino Médio;

III - indicadores que permitam identificar os pontos estratégicos na execução da

Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida e os seus resultados esperados e alcançados;

IV - planos de desenvolvimento individual e escolar;

V - Prova Brasil; e

VI - Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Art. 11. Serão incorporados aos mecanismos de avaliação e de monitoramento de que tratam os incisos II ao V do **caput** do art. 10 indicadores que permitam identificar resultados obtidos com a implementação da Política Nacional de Educação Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Compete ao Ministério da Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Art. 13. A colaboração dos entes federativos na Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida ocorrerá por meio de adesão voluntária, na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas.

Art. 14. Para fins de implementação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, a União poderá prestar aos entes federativos apoio técnico e assistência financeira, na forma a ser definida em instrumento específico de cada programa ou ação.

Art. 15. A assistência financeira da União de que trata o art. 14 ocorrerá por meio de dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual ao Ministério da Educação e às suas entidades vinculadas, respeitada a sua área de atuação, observados a disponibilidade financeira e os limites de movimentação e empenho.

Art. 16. Compete ao Conselho Nacional de Educação elaborar as diretrizes nacionais da educação especial, em conformidade com o disposto na Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Parágrafo único. As diretrizes nacionais da educação especial serão homologadas em ato do Ministro de Estado da Educação.

Art. 17. A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida deverá ser utilizada, também, como referência para a Base Nacional Comum Curricular, de que trata o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de setembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Milton Ribeiro Damares Regina Alves

1.3 - Portaria

PORTARIA Nº 41, DE 25 DE JANEIRO DE 2021

Institui a Plataforma + PNE e dispõe sobre as ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal .

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso II, parágrafo único, da Constituição Federal, e considerando o disposto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e no art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, resolve:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DA PLATAFORMA +PNE

Art. 1º Fica instituída a Plataforma +PNE, ambiente virtual para monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Fe d e r a l .

Art. 2º O Ministério da Educação - MEC apoiará os estados, os municípios e o Distrito Federal na implementação de estratégias e instrumentos para o monitoramento e a avaliação de seus Planos de Educação. Parágrafo único. A adesão às ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal será disponibilizada e formalizada na Plataforma +PNE.

CAPÍTULO II

DOS ATORES

Art. 3º A Plataforma +PNE contará com a participação dos seguintes atores:

I - articuladores locais;

II - articuladores regionais;

III - coordenadores +PNE;

IV - atendimento especializado (Central de Atendimento);

V - Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC; e

VI - secretarias de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal .

§ 1º Para efeitos desta Portaria, consideram-se:

I - articuladores locais: equipe técnica das secretarias de educação estaduais, municipais e distrital;

II - articuladores regionais: profissionais selecionados por edital de chamada pública do MEC para atuarem, em caráter temporário, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, divididos e coordenados por região;

III - coordenadores +PNE: profissionais selecionados por edital de chamada pública do MEC para coordenarem os trabalhos por região, que deverão passar por capacitação disponibilizada pela SEB/MEC; e

IV - atendimento especializado (Central de Atendimento): serviço de atendimento, via telefone e e-mail, para orientações técnicas contínuas sobre rotinas, agendas e cronogramas da metodologia de monitoramento e avaliação.

§ 2º A atuação dos articuladores locais, regionais e coordenadores +PNE na plataforma será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete aos articuladores locais:

I - operacionalizar a Plataforma +PNE;

II - realizar o preenchimento e os ajustes necessários para a compatibilização das ações realizadas para o cumprimento das metas e estratégias dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e

III - retificar ou excluir ações apontadas como inconsistentes.

Art. 5º Compete aos articuladores regionais:

I - orientar o trabalho dos técnicos locais, disseminando o conhecimento regulatório e fornecendo suporte para a operação da Plataforma +PNE;

II - orientar a realização das atividades de seus articuladores locais;

III - acompanhar o registro do desenvolvimento das ações junto às redes de educação para as quais for designado;

IV - manter canal de comunicação permanente com o coordenador +PNE e com os articuladores locais; e

V - elaborar relatórios das atividades e encaminhar para SEB/MEC, com regularidade e conforme solicitado.

Art. 6º Compete ao Coordenador +PNE:

I - coordenar e mediar as formações dos articuladores locais da região para as quais for designado;

II - orientar o trabalho dos articuladores regionais, disseminando o conhecimento regulatório e fornecendo suporte para a operação da Plataforma +PNE;

III - apoiar a SEB/MEC na revisão e/ou construção de materiais orientadores sobre monitoramento e avaliação dos planos subnacionais;

IV - apoiar a SEB/MEC, quando necessário, na reformulação de metodologias de formação para o ambiente virtual de aprendizagem - AVAMEC;

V - articular-se com a SEB/MEC sobre a Plataforma +PNE;

VI - manter canal de comunicação permanente com os articuladores regionais da sua região; e

VII - elaborar relatórios das atividades e encaminhar para SEB/MEC, com regularidade e conforme solicitado.

Art. 7º Compete às secretarias de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal:

I - aderir às ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal pela Plataforma +PNE;

II - designar o articulador local, responsável pelo preenchimento da Plataforma +PNE;

III - promover as condições necessárias para o eficiente preenchimento da Plataforma +PNE, incluindo o acesso a dispositivo com conexão à internet;

IV - fomentar e garantir a participação do articulador local nas atividades de formação, custeando o deslocamento, a hospedagem e a alimentação, sempre que necessário;

V - assegurar a imediata substituição do articulador local que sofra qualquer impedimento na execução de suas atividades; e

VI - acompanhar o planejamento e a execução das ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Art. 8º Compete à SEB/MEC:

I - instituir e disponibilizar a Plataforma +PNE às secretarias de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal;

II - promover as condições necessárias para o funcionamento da Plataforma +PNE, garantindo sua estrutura física, técnica e de suporte;

III - promover a formação, priorizando a utilização de metodologias e ferramentas de educação a distância para auxiliar o trabalho dos coordenadores +PNE, articuladores regionais e articuladores locais;

IV - revisar e elaborar materiais para formação;

V - manter canal de comunicação permanente com os Coordenadores +PNE; e

VI - disponibilizar atendimento especializado (Central de Atendimento).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os atores dos incisos I, II, III, V e VI do art. 3º são responsáveis pela veracidade das informações por eles inseridas na Plataforma +PNE.

Art. 10. O Ministério da Educação poderá utilizar os dados da Plataforma +PNE para subsidiar o planejamento das políticas educacionais. Parágrafo único. Na hipótese de utilização de dados pessoais inseridos na Plataforma +PNE, será observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Art. 11. A SEB/MEC, no âmbito de suas competências, poderá expedir normas complementares ao disposto nesta Portaria.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 250, DE 5 DE JULHO DE 2021

Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16, inc. VI, da Estrutura Regimental do INEP, aprovada pelo Dec. nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 5º e 8º do Decreto n.º 9.432 de 29 de junho de 2018, que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma desta Portaria, as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2021.

Art. 3º Considerando a qualidade da Educação Básica como um atributo multidimensional, o Saeb toma como referência sete dimensões de qualidade da Educação Básica que se inter-relacionam para promover percursos regulares de aprendizagens com vistas à forma ão integral dos estudantes brasileiros:

I - Atendimento Escolar;

II - Ensino e Aprendizagem;

III - Investimento;

IV - Profissionais da Educação;

V - Gestão;

VI - Equidade; e

VII - Cidadania, Direitos Humanos e Valores.

Art. 4º Para os efeitos desta Portaria, consideram-se as seguintes definições:

I - População alvo: conjunto de escolas, redes e sistemas que se pretende avaliar;

II - População de referência: conjunto de escolas, redes e sistemas que efetivamente será possível cobrir no Saeb 2021, seja de forma censitária ou amostral.

Art. 5º Considera-se como população alvo do Saeb 2021:

I - todas as escolas públicas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados no 5º ano e no 9º ano do Ensino Fundamental e na 3ª e 4ª séries do Ensino Médio (tradicional e integrado).

II - uma amostra de escolas privadas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados em turmas de 5º ano e de 9º ano do Ensino Fundamental e de 3ª e 4ª séries do Ensino Médio (tradicional e integrado), distribuídas nas vinte e sete Unidades da Federação.

III - uma amostra de escolas públicas e privadas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados em turmas

de 9º ano do Ensino Fundamental, distribu das nas vinte e sete Unidades da Federação, para aplicação dos instrumentos descritos no inciso V do art. 11 da presente Portaria.

IV - uma amostra de escolas públicas e privadas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados em turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, distribuídas nas vinte e sete Unidades da Federação, para aplica ão exclusiva dos instrumentos previstos no inciso VI do art. 11.

V - uma amostra de instituições privadas, públicas e conveniadas com o poder público, localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam turmas de creche ou pré-escola da etapa da Educação Infantil, para aplicação exclusiva dos instrumentos previstos nos incisos I, II e III, do art. 11.

Parágrafo Único. Até 90 dias após a publicação desta Portaria, o Inep publicará no Portal da Autarquia a Nota Técnica que detalha a população de referência do Saeb 2021.

Art. 6º Não serão consideradas população de referência do Saeb 2021:

I - escolas com menos de 10 estudantes matriculados nas etapas do Ensino Fundamental e Médio;

II - as turmas multisseriadas;

II - as turmas de correção de fluxo;

IV - as turmas de Educação de Jovens e Adultos;

V - as turmas de Ensino Médio Normal/Magistério;

VI - as classes, as escolas ou os serviços especializados de Educação Especial não integrantes do ensino regular; e

VII - as escolas indígenas que não ministrem a Língua Portuguesa como primeira língua.

Art. 7º A população a ser avaliada será definida com base nos dados preliminares da Matrícula Inicial coletados pelo Censo da Educação Básica 2021, não sendo considerados os dados incluídos em período previsto para retificação da Matrícula Inicial no Censo Escolar da Educação Básica 2021.

Parágrafo Único: Os dados finais da Matrícula Inicial declarados no Censo da Educação Básica 2021 serão considerados para validação da população de referência no momento do cômputo dos resultados da avaliação.

Art. 8º As escolas sorteadas para compor as amostras mencionadas nos incisos II, III, IV e V do art. 5º serão contatadas pela instituição aplicadora contratada pelo Inep até a data da aplicação.

Art. 9º A partir de setembro de 2021, as escolas participantes serão contatadas por instituição contratada pelo Inep para realizar o agendamento da aplicação dos instrumentos do Saeb 2021.

Art. 10. A aplicação dos instrumentos do Saeb 2021 será realizada no período de 08 de novembro a 10 de dezembro de 2021 em todas as unidades da federação.

§ 1º. A última semana de aplicação será destinada exclusivamente a aplicações de contingência, derivadas da necessidade de reagendamento.

§ 2º. As escolas participantes poderão ser demandas a adotar medidas de organização que garantam o distanciamento social entre os presentes, bem como outras ações que promovam maior segurançaos envolvidos na aplicação.

Art. 11. Serão aplicados os seguintes instrumentos:

I - Questionários para Secretaras Municipais de Educação, a serem respondidos pelos titulares da pasta nos Municípios;

II - Questionários para Diretores de Escola, a serem respondidos pelos responsáveis legais das unidades escolares;

III - Questionários para Professores das Turmas, para a população alvo dos incisos I, II e V do Art. 5º;

IV - Questionários para Estudantes das Turmas, para a população alvo dos incisos I e II do Art. 5º;

V - Testes de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas para uma amostra de estudantes de 9º ano do Ensino Fundamental, tomando por referência Matrizes de Referência elaboradas em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular de 2017;

VI - Testes de Língua Portuguesa e Matemática para uma amostra de estudantes de 2º ano do Ensino Fundamental, tomando por referência Matrizes e Referência elaboradas em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular de 2017; e

VII - Testes de Língua Portuguesa e Matemática para estudantes de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª e 4ª séries do Ensino Médio.

Parágrafo Único: Os testes de Língua Portuguesa e Matemática de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª séries do Ensino Médio seguirão as Matrizes de Referência de 2001, preservando a comparabilidade entre edições e manutenção da série histórica de resultados do Saeb e, consequentemente, do índice de Desenvolvimento da Educação Básica, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.

Art. 12. Os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdota são poderão participar do Saeb 2021, desde que estejam devidamente registrados no Censo da Educação Básica 2021 e que componham a popula são alvo do Saeb 2021, conforme determina esta Portaria.

Art. 13. Os profissionais que rotineiramente acompanham os estudantes da educação especial que fazem parte da população alvo poderão estar presentes durante a aplicação dos instrumentos, sempre que a escola considerar necessário, desde que isso seja informado no agendamento da aplicação e que o Termo de Compromisso seja devidamente assinado.

Art. 14. Quaisquer problemas ou dificuldades que inviabilizem a aplicação dos instrumentos do Saeb 2021 devem ser imediatamente reportados pela escola ao aplicador ou ao coordenador do respectivo Polo de Aplicação e registrados em formulários da aplicação.

Art. 15. A produção de indicadores de qualidade da Educação Básica, a partir das respostas aos questionários e aos testes cognitivos, terá critérios pr prios

definidos por meio de t cnicas estat sticas com posterior divulga ão por meio de nota técnica

Art. 16. Caberá às secretarias estaduais ou municipais de educação informar ao Inep, at o dia 20 de agosto de 2021, por meio de sistema on-line disponível no Portal do Inep, as informações das escolas indígenas que não participarão do Saeb devido a particularidades de seus projetos políticos-pedagógicos.

Art. 17. Os resultados preliminares das escolas participantes do Saeb 2021 poderão ser acessados pelos Diretores Escolares em at 190 dias após o término do período de aplicação do Saeb 2021, por meio de sistema on-line disponível no Portal do Inep.

Art. 18. Os Diretores Escolares terão o prazo de 7 dias corridos após a publicação dos resultados preliminares para realizar a interposição de recursos aos resultados apresentados, em sistema on-line, disponível no Portal do Inep, apresentando as justificativas que fundamentem a solicitação.

§ 1º Somente serão aceitos recursos encaminhados no prazo e na forma estabelecidos por esta Portaria e serão desconsiderados, portanto, aqueles enviados por e-mail, telefone ou ofício.

§ 2º Os resultados dos recursos estarão disponíveis em sistema on-line disponível no Portal do Inep em at 90 dias após a divulgação dos resultados preliminares.

Art. 19. Por etapa avaliada, serão publicamente divulgados os resultados dos municípios que contenham as escolas mencionadas no inciso I do art. 5º e das escolas públicas mencionadas no inciso I do art. 5º, que cumprirem, cumulativamente, os seguintes critérios:

I - registrar, no mínimo, 10 (dez) estudantes presentes no momento da aplicação dos instrumentos;

II - alcançar taxa de participação de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos estudantes matriculados na etapa de ensino avaliada, conforme dados declarados pela escola ao Censo da Educação Básica 2021, considerados aqui os dados finais da Matrícula Inicial.

Art. 20. Em até 90 dias após a divulgação dos resultados preliminares, todas as escolas com aplica ão censitária que cumprirem os critérios dispostos nesta Portaria terão acesso a seus resultados finais por meio do Boletim da Escola, disponível no Portal do Inep.

Art. 21. Em até 90 dias após a divulgação dos resultados preliminares, todos os Municípios que cumprirem os critérios dispostos nesta Portaria relativamente às aplicações censitárias terão acesso aos seus resultados finais por meio do Painel Educacional, disponível no Portal do Inep.

Art. 22. Em até 90 dias após a divulgação dos resultados preliminares, serão divulgados, também, os resultados por estado, região e país.

Art. 23. Após a publicação dos resultados finais, o Inep poderá realizar reuniões de divulgação, na modalidade presencial ou à distância, com representantes das equipes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Art. 24. O Inep realizará pelo menos uma Mesa Pública de Análise dos resultados finais da edição 2021.

Art. 25. O Inep publicará os Microdados da Edição 2021.

Art. 26. O Inep publicará Relatório Analítico sobre a Qualidade da Educação Básica a partir das evidências do Saeb 2021.

Art. 27. Revogar a Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DANILO DUPAS RIBEIRO

2 – ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2.1 – Pareceres

Parecer CNE/CP Nº 14/2020

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

I – RELATÓRIO

1. Introdução e Contextualização

Este Parecer tem como ponto de partida a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Tais instrumentos têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC-Educação Básica), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018.

É pressuposto da formação docente o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais da BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional, para o seu desenvolvimento pleno, na concepção de uma educação integral, conforme explicitado no artigo 2º da Resolução CNE/CP nº 2/2019.

A definição das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum, para a formação continuada de professores, se configura como eixo norteador para todas as políticas e programas educacionais voltados ao efetivo aprimoramento e fortalecimento da profissão docente no país. Pretende-se estabelecer o que se espera do exercício profissional do professor, ou seja, quais conhecimentos e saberes práticos o integram.

A necessidade premente de reconhecimento e de valorização dos professores está intrinsicamente ligada à sua profissionalização e, nesse sentido, é fundamental a constatação de que determinados tipos de conhecimentos e práticas são essenciais ao exercício da docência, sabendo-se que o professor não adquire tais competências e habilidades de forma espontânea, mas ao contrário, a ação docente envolve tarefas complexas e específicas.

[...]

> *Para o adequado exercício da docência, é preciso que o professor detenha um saber próprio da sua profissão: um saber que alia conhecimento e conteúdos à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados*. (GATTI, 2009, in: Silva; Almeida e Gatti, 2016)[1].

[1] Silva, V., Almeida, P., Gatti, B., Referentes e critérios para a ação docente, Cadernos de Pesquisa, vol. 46, n. 160, pp. 286-311, abr./jun., 2016.

Vale salientar que, de acordo com Gatti (2016, p. 21), a estipulação e o detalhamento do que um professor precisa saber e ser capaz de fazer não impõem ao professor uma ação padronizada ou mecânica, mas permitem que sejam identificados os tipos de conhecimento e as capacidades que definem e explicam o mérito e a especificidade de sua ação.

Em 2019, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Ministério da Educação (MEC), organizaram uma frente de trabalho que contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas (FCC) e com a participação de representantes das secretarias estaduais e municipais de educação das cinco regiões do país. Esse grupo atuou na

> [...]
>
> *identificação e na análise das demandas e necessidades de redes estaduais e municipais em relação aos aspectos que representam o que os professores de todas as etapas e modalidades da educação básica brasileira precisam saber e serem capazes de fazer no exercício de sua profissão e que, portanto, podem servir como norteadores para as iniciativas de formação continuada desenvolvidas no país*.

A partir desse trabalho, foi elaborado um documento intitulado Referenciais Profissionais Docentes para a Formação Continuada, que apresenta uma proposta de referenciais profissionais docentes, definindo e esclarecendo o que se espera do exercício profissional docente, de forma que tais referenciais orientem os processos de formação continuada dos professores da Educação Básica no Brasil[2].

Com base nesse material, serão explicitados o que são e para que servem esses referenciais.

O que são

Os Referenciais Profissionais Docentes para a Formação Continuada, para uma dada profissão, procuram expressar um tipo de consenso sobre o que deve ser valorizado para o exercício desta profissão e o que se deseja alcançar em termos da atuação dos profissionais a ela associada, servindo de orientação para tais profissionais e as políticas que incidem sobre eles. Além disso, espera-se que os referenciais possam contribuir para especificar a qualidade dessa atuação, podendo ser usados como ferramentas para a tomada de decisões em relação a estes profissionais, tais como o ingresso e a evolução na carreira[3].

Considerando que os referenciais devem definir o que seria uma boa atuação, eles não necessitam, por outro lado, prescrever ou padronizar o modo específico como se manifestam, mas que sejam capazes de garantir que profissionais com estilos e abordagens distintas possam alcançar o mesmo conjunto de referenciais[4].

---

[2] "Referenciais Profissionais Docentes para a Formação Continuada", trabalho desenvolvido pelo Consed, Undime e MEC sob a coordenação da Fundação Carlos Chagas, 2020.
[3] Kleinhenz, E., Ingvarson, L., Standards for teaching: theoretical underpinnings and applications, New Zealand Teachers Council, 2007.
[4] Meckes, L., Estándares y formación docente inicial. En: Temas críticos para formular nuevas políticas docentes em América Latina y el Caribe: El debate actual. Santiago: OREAL/Unesco, 2014.

Os Referenciais Profissionais estão presentes em muitas sociedades e, de modo geral, visam diferenciar uma profissão de uma mera ocupação, definindo o campo de atuação, saberes e práticas específicas dessa profissão, buscando proteger sua integridade[5].

Para que servem

Referenciais Profissionais são utilizados para orientar políticas para os docentes em diversos sistemas educacionais, como os da Austrália, Canadá, Chile, Cingapura, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Escócia, Inglaterra, México, Nova Zelândia e Peru[6]. Em alguns desses países, eles, são usados para definir o que os licenciandos precisam saber e ser capazes de fazer ao final dos cursos de formação inicial, orientando os processos de acreditação e avaliação de instituições formadoras de professores. Silva, Almeida e Gatti[7] ressaltam ainda que tanto a construção quanto a discussão de referenciais profissionais docentes apresentam um vasto potencial formativo, especialmente se tiverem como foco os processos de formação inicial e continuada.

Importante registrar que, ainda que diversos sistemas educacionais utilizem os mesmos referenciais profissionais para aqueles que estão concluindo a formação inicial e para profissionais em serviço, em todos os casos há distinções na especificação desses referenciais, tendo em vista as diferenças entre o que se espera em termos de conhecimentos, práticas e atitudes de um profissional recém-formado e de outro com maior experiência.

O presente Parecer e a Resolução que dele decorrerá, precisa seguir estrutura similar àquela da Formação Inicial, tendo como base as mesmas três dimensões: Conhecimento, Prática e Engajamento Profissionais - fundamentais na composição das competências profissionais dos professores, tanto no que se refere à formação inicial como continuada.

1.1 Ordenamento Legal e Normativo das Políticas de Formação Continuada e Valorização do Professor

Nas últimas décadas, a partir das necessidades e oportunidades suscitadas pelas emendas constitucionais efetivadas na Seção I, Capítulo III, Título VIII da Constituição Federal, que trata da Educação, o país pôs em prática um conjunto de políticas públicas para incrementar e fortalecer a formação docente, entre as quais se destacam:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

- Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb);

- Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999 - Institutos Superiores de Educação;

---

5 Novaes, G.T.F., Padrões de desempenho na avaliação e profissionalização docente. In: Gatti, B.A. (Org.), O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2013.

6 Abrucio, F, Segatto, C., Rolim, B., Moura, L., Métodos Inovadores de ensino: as experiências internacionais de referenciais de atuação docente. Relatório de Pesquisa. Centro de Estudos em Administração Pública e Governo – FGV-SP, 2017.

7 Silva, V., Almeida, P., Gatti, B., Referentes e critérios para a ação docente, Cadernos de Pesquisa, vol. 46, n. 160, pp. 286-311, abr./jun., 2016.

- Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia;

- Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 - Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica;

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

- Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 - Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica;

- Portaria Normativa MEC nº 9, de 30 de junho de 2009 - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria CAPES nº 122, de 16 de setembro de 2009 - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

- Portaria MEC nº 1.087, de 10 de agosto de 2011 - Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica;

- Portaria MEC nº 1.328, de 23 de setembro de 2011 - Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências (PNE 2014-2024);

- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 - Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica;

- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 - Altera as Leis nos 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;

- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;

- Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução

CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017;

- Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; e

- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

2 Aprendizado ao Longo da Vida e Fatores Críticos de Sucesso

É importante reconhecer que o professor não sai da graduação competente em todos os aspectos da docência, mas projeta-se que esteja preparado para ser um bom iniciante na carreira. Essa é uma fala recorrente na literatura sobre formação continuada, e uma busca necessária que devemos ter na formação de professor. Não se trata de acreditar que a formação inicial cumpre a função de entregar um profissional pronto, mas em condições suficientes para lidar com a complexidade da sala de aula de maneira adequada, desenvolvendo-se ao longo de sua profissão no caminho da proficiência. Por isso, para alguns pesquisadores da área8, é preciso definir um conjunto de práticas essenciais a serem trabalhadas durante a graduação, preparando o professor para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo de sua vida acadêmica/ocupação docente.

Além disso, novas metodologias e abordagens educacionais no cenário de um mundo em constantes mudanças, entre as quais a utilização de tecnologias de informação e comunicação para o ensino, seja a distância, semipresencial, de forma híbrida ou como complemento do presencial, exigem do profissional docente a predisposição a novos aprendizados. Independente da abordagem metodológica, o que é consenso em vários países com melhor desempenho educacional dos estudantes, é que o professor precisa continuar investindo e tendo oportunidades de investir em seu desenvolvimento profissional9. Este processo é conhecido como aprendizado ao longo da vida.

A literatura internacional vem continuamente mostrando o quanto o desenvolvimento de padrões profissionais pode contribuir para aumentar a qualidade dos professores e melhorar o aprendizado dos alunos. Trata-se da profissionalização dos professores e da valorização do status da profissão docente10.

Os referenciais profissionais docentes, também chamados de matriz de competências ou padrões profissionais, embasam tanto a formação inicial quanto a continuada de professores e são utilizados pela grande maioria de países cujos resultados de aprendizagem se destacam positivamente. Além de definirem o que se espera da atuação do professor, são a base de diversos documentos, inclusive os relacionados à avaliação e certificação de professores, planos de carreira e até mesmo de acreditação de instituições provedoras de formação inicial e continuada, na medida em que elas devem garantir que seus processos educativos entreguem profissionais que atendam aos padrões pré-definidos.

Para este fim, a estruturação de programas destinados à formação em serviço é essencial, visto que a oportunidade de aprender em seu contexto de atuação, junto a

seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), é uma das medidas mais eficazes para formação de professores11.

Assim, docentes experientes e protagonistas de experiências exitosas podem compartilhar com muitos outros as aprendizagens já desenvolvidas, as quais, certamente, ampliam a formação em serviço dos demais profissionais.

Obviamente, compete aos entes federados a definição de como essas diferentes estratégias formativas se concatenam nas escolas e na política das redes escolares e dos planos de carreira dos professores, mas incentiva-se oportunizar que estes participem de cursos e programas de atualização, de aperfeiçoamento e de extensão, bem como das especializações *lato sensu*, Mestrados e Doutorados acadêmicos e profissionais, que sejam consonantes com os currículos das redes e as expectativas formativas das escolas, das redes escolares e dos professores, priorizando os programas que se estruturem a partir de atividades investigativas da prática e com componentes que estejam articulados com a prática docente e aos estudos de didática específica.

Outras estratégias capazes de desenvolver as competências e as habilidades específicas da formação continuada docente, abordadas neste Parecer, podem ser também utilizadas como complemento à formação em serviço - inclusive em parceria com outras instituições. Como estratégia e prática formativa, podem e devem ser estimulados o intercâmbio e a cooperação horizontal entre diferentes escolas, redes escolares, instituições e sistemas de ensino, promovendo assim o fortalecimento do regime de colaboração, mediante, entre outros, o modelo de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), em conformidade com o § 7º do artigo 7º da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Para contribuir com a proposição e planejamento de políticas voltadas para a formação continuada em serviço, de responsabilidade das escolas, redes escolares ou sistemas de ensino em parcerias com outras instituições, inclusive em regime de cooperação técnica e administrativa, bem como a formação continuada que se realiza em cursos e programas de pós-graduação, apresenta-se aqui um conjunto de características que são comuns e que possuem avaliação de impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente e, consequentemente, na aprendizagem dos estudantes.

Essas contribuições partem de revisão de literatura nacional e internacional realizada pela Fundação Carlos Chagas em 2017. Tal pesquisa[12] culminou no levantamento de cinco características comuns as formações efetivas: foco no Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC); uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica.

---

[8] McDonald, M., Kazemi, E., Kelley-Petersen, M., Mikolasy, K., Thompson, J., Valencia, S. W., & Windschitl, M., Practice Makes Practice: Learning to Teach in Teacher Education. Peabody Journal of Education, 89(4), 500–515, 2014. https://doi.org/10.1080/0161956X.2014.938997.

[9] OECD, Effective Teacher PolicEducação Básica: Insights from PISA, PISA, OECD Publishing, Paris, 2018. https://doi.org/10.1787/9789264301603-en.

[10] RÉVAI, Nóra. OECD Education and Skills Today. How can teaching standards improve teaching? July 19, 2018.

[11] Darling-Hammond, L., Wei, R., Andree, A., Richardson, N., Orphanos, S.; Professional learning in the learning profession: A status report on teacher development in the United States and abroad. Dallas, TX: National Staff Development Council, 2009.

2.1 Foco no Conhecimento Pedagógico do Conteúdo

A ideia de conhecimento pedagógico do conteúdo foi desenvolvida por Shulman[13] há mais de três décadas, e se encontra na raiz dos programas dedicados à formação de professores reconhecidos como de alta qualidade. O CPC identifica os distintos corpos de conhecimento necessários para ensinar. "*Ele representa a combinação do conteúdo e pedagogia, no entendimento de como tópicos específicos, problemas ou questões são organizados, representados e adaptados para os diversos interesses e aptidões dos alunos, e apresentados no processo educacional em sala de aula*"[14]. De modo prático, o foco no CPC pressupõe o desenvolvimento de conhecimentos de como os estudantes aprendem, no uso de estratégias diferentes para garantir o aprendizado de todos os estudantes, e na ampliação do repertório do professor que o permita compreender o processo de aprendizagem dos conteúdos por parte dos estudantes. Nesse sentido, para garantir que os programas destinados à formação de professores resultem em melhoria da prática profissional, é necessário que eles sejam baseados não apenas em conteúdos específicos do currículo escolar, mas também em como ensinar esses conteúdos em seu contexto de atuação, possibilitando ao docente que aprenda a desenvolver estratégias variadas para atingir este fim.

2.2 Uso de Metodologias Ativas de Aprendizagem

É igualmente importante o uso de metodologias ativas para a formação de professores na perspectiva de formar sujeitos autônomos em sala de aula, já que adultos aprendem melhor quando são ativos no processo de aprendizagem, em vez de meros receptores de conceitos. Por isso, as formações que se mostram efetivas na melhoria da prática docente consideram o formador como facilitador do processo de construção de aprendizados que acontecem entre e com os próprios participantes. Entre as diferentes atividades que constituem uso de metodologias ativas estão a pesquisa-ação, o processo de construção de materiais para as aulas, o uso de artefatos dos próprios discentes para reflexão docente, o aprendizado acerca do planejamento de aulas dos professores, entre outras atividades. O uso e o manuseio de dados e demais materiais referentes à prática docente também é relevante para desenvolver competências investigativas do professor, que deve ser considerado para além de um mero transmissor de conteúdos, mas de conhecedor e pesquisador da própria prática. Deve-se ainda destacar que metodologias ativas são importantes no estudo dos fundamentos da educação (filosóficos, sociais, psicológicos e históricos), vinculando esses conteúdos à investigação, compreensão e solução de problemas reais dos estudantes e da comunidade escolar.

2.3 Trabalho Colaborativo entre Pares

A formação de professores é efetiva quando consegue propiciar que profissionais da mesma área de conhecimento, ou que atuem com as mesmas turmas, dialoguem e reflitam sobre aspectos da própria prática. Entretanto, o trabalho colaborativo se torna realmente eficaz quando é mediado por um par avançado.

---

[2] "Formação Continuada de professores: Contribuições da literatura baseada em evidências", pesquisa da Fundação Carlos Chagas apoiada pelo Todos pela Educação, 2017.

[13] Shulman, L. S., Those Who Understand: Knowledge Growth in Teaching. American Education Research Association, 15(2), 4–14, 1986. https://doi.org/10.1017/ CBO9781107415324.004.
Shulman, L. S., Knowledge and Teaching: Foundations of the New Reform. Harvard Educational Review, 57(1), 1–22, 1987.

[14] Shulman, L. S. (2014) Conhecimento e Ensino: Fundamentos para a nova reforma. Trad. Leda Maria Beck e Paula Louzano. Cadernos Cenpec, Nova Série, V. 4, n. 2, jun 2015.

Considera-se um par avançado um professor com nível de senioridade maior e que, por isso, seja capaz de problematizar a prática docente e dar suporte à melhoria contínua dos profissionais envolvidos na formação. Sem essa facilitação incorre-se no risco de que os professores, apesar de trabalhando colaborativamente dentro de seu contexto, apenas perpetuem o senso comum vigente, sem construir uma visão integrada para além de seu escopo de atuação e sem ser desafiado a encarar as dificuldades que encontra em sua prática diária. Comunidades de prática com a presença de tutoria ou de facilitação apropriada podem ser bons espaços para trabalho colaborativo, principalmente para professores que trabalham em escolas menores e que não possuem pares da mesma área de atuação para diálogo.

2.4 Duração Prolongada da Formação

Adultos aprendem melhor quando têm a oportunidade de praticar, refletir sobre a prática e dialogar sobre esse processo[15]. Por isso, oficinas curtas e formações de "fim de semana" não são formas eficazes de formação de professores. Elas podem até auxiliar na apreensão de estratégias e conteúdos pontuais, mas, para a mudança efetiva da prática docente, a interação entre professores e formadores precisa ser contínua. A formação em serviço na escola é considerada a mais efetiva para melhoria da prática pedagógica exatamente porque proporciona o acompanhamento e a continuidade necessários para mudanças resilientes na atuação do professor. Entretanto, cursos e programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, se devidamente adequados às necessidades das redes, podem também ser importantes aliados no aprendizado ao longo da vida dos professores.

2.5 Coerência Sistêmica

A formação de professores é mais efetiva quando articulada e coerente com as demais políticas formativas, tanto aquelas de responsabilidade das escolas e redes escolares como as que orientam as Instituições de Educação Superior (IES). E em todos os casos, a formação precisa estar articulada com as demandas formativas dos professores, aos projetos pedagógicos e aos currículos adotados pelas escolas de Educação Básica, aos materiais de suporte pedagógico oferecidos, ao sistema de avaliação implementado, aos planos de carreira e à progressão funcional. Ademais, é importante considerar sempre as evidências e pesquisas mais recentes relacionadas com a formação de professores, bem como com as orientações oriundas do governo federal, de associações especializadas no tema e as inovações do meio educacional. Na formação de professores, a coerência sistêmica alcança, também, a preparação dos formadores ou dos docentes das licenciaturas e dos cursos de pedagogia, cuja titulação situa-se em nível de pós-graduação por exigência legal. A docência formadora de professores, pautada nos presentes critérios de qualidade, pode propiciar aos futuros docentes experiências de aprendizagem análogas àquela que se espera que o professor propicie a seus alunos da Educação Básica.

Faz-se necessário considerar também as peculiaridades da Formação Continuada para docentes que atuam em modalidades específicas, como Educação Especial, do Campo, Indígena, Quilombola, Profissional, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), para que se constituam campos de atuação que exijam saberes e práticas

[15] Kasworm at al. Handbook of adult and continuing education. Sage Publications: Thousand Oaks, CA. (2010).

contextualizadas, o que leva à necessidade de ser organizada atendendo as respectivas normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) que as regulamentam, além do prescrito nesta Resolução.

3. Tipos e Características dos Cursos de Formação Continuada

É de competência dos sistemas de ensino da União, Estados, Distrito Federal e municípios instituírem políticas e definir programas destinados à formação continuada específica para seus docentes, em consonância com o que está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Tendo por base as citadas dimensões do Conhecimento, da Prática e do Engajamento Profissionais, suas competências específicas e correspondentes habilidades, este Parecer define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, bem como a instituição da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), a qual deve ser implementada em todas as ações e modalidades de cursos e programas destinados à formação continuada dos docentes desse nível educacional.

O papel de organizações especializadas ou de órgãos formativos estruturados no âmbito da gestão de cada rede de ensino e, principalmente, a função estratégica das IES para o desenvolvimento profissional docente, mediante a oferta de um amplo espectro de atividades formativas, é fundamental. São ofertados desde cursos e programas de extensão aos de pós- graduação *lato sensu* de especialização e aos *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado, bem como os cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional, na perspectiva de contribuir efetivamente para o aprendizado do professor ao longo de sua vida profissional, resultando, assim, na aprendizagem escolar de seus estudantes.

Em particular, no caso de IES, é importante ressaltar a essencialidade de integração com os sistemas de ensino, mediante articulação com as Secretarias de Educação e que sejam desenvolvidos seu Projeto Pedagógico e as políticas da formação desses sistemas, de modo a ofertar programas que atendam as especificidades regionais e as necessidades formativas contextuais.

Nesse sentido, entre outras ações, mediante atividades formativas diversas, presenciais, a distância, semipresenciais ou de forma híbrida, ou por outras estratégias não presenciais, direcionadas à melhoria do exercício do docente, a formação continuada deve envolver:

a) cursos de atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

b) cursos e programas de extensão, com carga horária variável, conforme respectivos projetos;

c) cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, e que articulem o projeto pedagógico da IES e as políticas de formação das redes de ensino;

d) os cursos de pós-graduação *lato sensu* de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas por meio de atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da IES e de acordo com as normas e resoluções do CNE, sempre procurando articular com as políticas formativas das redes de ensino;

e) cursos ou programas de Mestrado e de Doutorado acadêmico ou profissional, por meio de atividades formativas diversas, de acordo com o projeto

pedagógico do curso/programa da IES, respeitadas as normas e as resoluções do CNE, bem como da CAPES.

Os cursos ou programas de pós-graduação, tanto especialização quanto os programas de Mestrados e Doutorados na área de educação em geral ou de áreas específicas de conhecimento, assumem assim uma função relevante na própria base da cadeia de formação para o exercício da profissão de professor da Educação Básica. É importante ressaltar que a efetividade dessas ações depende da prática pedagógica dos docentes dos cursos superiores de formação inicial os quais, pelas normas vigentes, devem ter grau de especialista, mestre ou doutor. Quando se aplicam a esses cursos os princípios e fundamentos constantes da Resolução CNE/CP nº 2/2019, significa que essa formação dos docentes deve ser coerente com o que se espera que o formador deva saber e saber fazer na preparação de futuros professores, em quaisquer dos cursos de licenciatura destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, tomando como referência critérios de sucesso para programas formativos apontados com base em evidências científicas.

Nesse contexto das atividades formativas dos docentes para a Educação Básica, deve-se garantir a articulação entre os diferentes cursos e programas destinados à Formação Continuada de Professores e é importante reforçar uma orientação prevista no Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019, da Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, que também se aplica neste Parecer da Formação Continuada, no sentido de superar a atual fragmentação e ausência de articulação dos diferentes saberes que, em geral, se observa no projeto pedagógico das IES formadoras. Por isso foi recomendado a estas IES a criação de institutos e/ou unidades integradas de formação de professores, que teriam no seu corpo docente, além daqueles que compõem a instituição formadora, professores das redes escolares de ensino, criando assim uma ponte orgânica e contextualizada entre a Educação Superior e a Educação Básica.

É igualmente importante considerar que a oferta de cursos e programas destinados à formação ao longo da carreira, bem como as oportunidades de desenvolvimento profissional docente, são alavancas para a valorização deste profissional.

Nesse sentido, assume-se a própria docência na educação continuada como princípio formativo em articulação com o sentido político-social da educação, contextualizada, na realidade, com suas contradições e diversidades, promovendo uma alteração epistemológica, visando a formação de estudantes autônomos, investigativos, reflexivos e éticos, capazes de, no exercício do magistério, promover situações favoráveis para a aprendizagem significativa, para o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de atitudes e valores.

Em pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE),[16] divulgada em 2018, professores de todo o Brasil consideram que "*dar mais oportunidades de qualificação para os professores que já estão atuando nas escolas*" é a medida mais eficaz para a valorização docente, seguido da importância da escuta de

[16] IBOPE Inteligência. Pesquisa Profissão Docente, 2018.
[17] OECD, Effective Teacher PolicEducação Básica: Insights from PISA, PISA, OECD Publishing, Paris, 2018. https://doi.org/10.1787/9789264301603-en.
Darling-Hammond at al. Empowered Educators. Jossey-Bass, California, 2017.

professores quando da proposição de políticas educacionais, do respeito à figura do profissional docente e de melhores salários. Além disso, considera-se como medida eficaz para a garantia da qualidade docente[17] - e para a atratividade de talentos para a profissão - que os cursos e programas destinados à formação continuada oferecidos pelas redes de ensino estejam articulados com as expectativas claras do que o professor precisa saber e ser capaz de fazer em cada estágio de sua carreira, e que os professores tenham oportunidade de promoção profissional quando desenvolvem os referenciais esperados para tal progressão.

4. Formação Continuada de Professores da Educação Básica no Brasil

4.1 Princípios Norteadores para a Política de Formação e Atuação Docente, com Base na Legislação Aplicável

I. Respeito aos fundamentos e objetivos da Constituição Federal (CF) (artigos 1º e 3º da CF) em sua atuação profissional, honrando os princípios de soberania nacional, cidadania e dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do pluralismo político, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que garanta o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo desigualdades sociais e regionais, para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II. Reconhecimento e valorização, no âmbito da Educação Básica, das instituições de ensino - com seu arcabouço próprio de gestão, e condicionada às autoridades pertinentes - como estrutura preferencial para o compartilhamento e a transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade de uma geração anterior para a seguinte, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas - para assimilá-lo, transformá-lo e fazê-lo progredir - e a aquisição de competências sociais - para fruí-lo plenamente;

III. Colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da política nacional de formação continuada de professores para a Educação Básica;

IV. Reconhecimento e valorização dos docentes com regência de turma como os responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos, a partir de uma formação sólida que leve em conta o conhecimento profissional, a prática profissional e o engajamento profissional;

V. Reconhecimento e valorização da materialização objetiva do direito à educação dos alunos como principal função social da instituição escolar, da atuação profissional e da responsabilidade moral dos docentes, gestores e demais funcionários, de acordo com: a) o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando à plena expansão da personalidade humana, o reforço dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos e uma cultura de paz; b) o Estatuto da Criança e do Adolescente, em particular os artigos 5º, 6º, 15, 16, 17, 18 e 18-A, respeitando explicitamente quanto ao acolhimento, atenção, responsabilidade na valorização da dignidade individual e coletiva dos alunos, respeito às limitações, peculiaridades e diferenças, além das formas adequadas de relacionamento, estímulo ao desenvolvimento integral dos alunos com atenção para seus direitos, deveres e formação ética; c) as diretrizes do Plano Nacional de Educação e d) da Base Nacional Comum Curricular em vigência;

VI. Submissão, em sua atuação profissional, a sólidos valores de ética e integridade profissional, explicitados em ações concretas do cotidiano escolar que

materializem os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão de recursos materiais e na interação interpessoal, além de comportamentos condizentes com a importância social dos profissionais de educação como modelos de comportamento, que efetivem, consistentemente, a cordialidade, a assiduidade, a pontualidade e a apresentação pessoal;

VII. Reconhecimento e valorização das contribuições dos membros das famílias dos alunos, de suas comunidades de origem e da sociedade como importantes coadjuvantes no sucesso escolar deles, conforme artigo 205 da CF, por meio de a) promoção de um ambiente educacional saudável e propício ao empenho acadêmico, b) entendimento, respeito e colaboração mútuos, com vistas ao pleno desenvolvimento de cada aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, respeitando o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que c) faculta aos pais a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos; e

VIII. Reconhecimento e valorização das contribuições de todos os profissionais, assessores, colaboradores e voluntários que participam das atividades e processos conduzidos nas instituições escolares como de fundamental importância para a consecução de seus objetivos institucionais e sociais, por meio da materialização de uma sólida ética profissional, que explicita, em ações concretas no cotidiano escolar, os princípios de cordialidade, assiduidade, pontualidade e apresentação pessoal.

4.2 Fundamentos Pedagógicos

Os Fundamentos Pedagógicos da formação continuada de docentes da Educação Básica têm como base as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial que são:

I. Reconhecimento das instituições de ensino que atendem à Educação Básica como contexto preferencial para a formação de docentes, da sua prática e da sua pesquisa;

II. Desenvolvimento permanente das competências e habilidades de compreensão, interpretação e produção de textos de complexidade crescente, pelo menos em língua portuguesa, tendo como base o domínio da norma culta;

III. Desenvolvimento permanente das competências e habilidades de raciocínio lógico-matemático, ou seja, conhecimento sobre números e operações, álgebra; geometria, grandezas e medidas, e probabilidade e estatística;

IV. Desenvolvimento permanente tanto do conhecimento dos conceitos, premissas e conteúdos de sua área de ensino, quanto do conhecimento sobre a lógica curricular da área do conhecimento em que atua e das questões didático-pedagógicas (como planejar o ensino, criar ambientes favoráveis ao aprendizado, empregar linguagens digitais e monitorar o processo de aprendizagem por meio do alcance de cada um dos objetivos propostos), mantendo o alinhamento com as normativas vigentes e aplicáveis quanto às expectativas de aprendizagem;

V. Atualização permanente quanto à produção científica sobre como os alunos aprendem, sobre os contextos e características dos alunos e sobre as metodologias pedagógicas adequadas às áreas de conhecimento e etapas nas quais atua, de forma que as decisões pedagógicas estejam sempre embasadas em evidências científicas que tenham sido produzidas, levando em conta o impacto de cada tipo de determinante nos resultados de aprendizagem dos alunos e das equipes pedagógicas.

VI. Desenvolvimento permanente da capacidade de monitoramento do aprendizado próprio e dos alunos, como parte indissociável do processo de instrução, a qual, consideradas as expectativas de aprendizagem, possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição de resultado, além das necessárias correções de percurso;

VII. Desenvolvimento de capacidade gestora (gestão inclusiva e democrática) de equipes, instituições e redes de ensino, de forma a construir e consolidar uma cultura institucionalizada de sucesso e eficácia escolar para todos os alunos e membros das equipes, levando em consideração as características institucionais, as normativas, os costumes, o contexto sociocultural das instituições e das redes de ensino, bem como a sua clientela e o seu entorno;

VIII. Desenvolvimento pessoal e profissional integral dos docentes e das equipes pedagógicas, por meio da capacidade de autoconhecimento, da aquisição de cultura geral ampla e plural, da manutenção da saúde física e mental, visando a constituição e integração de conhecimentos, experiências relevantes e pertinentes, competências, habilidades, valores e formas de conduta que respeitam e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas;

IX. Fortalecimento permanente da interdependência entre ensino e pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, no desenvolvimento integral de docentes, equipes pedagógicas e alunos, na interação com famílias e comunidades do contexto de ensino e no desenho, implementação, monitoramento e aprimoramento de políticas educacionais de sucesso e eficácia escolar.

4.3. Competências Gerais Docentes

Competências Profissionais Docentes para a Formação Continuada pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das competências gerais dispostas na BNC- Formação Inicial, as quais são essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes.

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com estas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

4.4 Competências Específicas e Habilidades Docentes

As Competências Específicas e Habilidades para a Formação Docente Continuada também estão estruturadas nas três dimensões explicitadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 e fundamentam-se nas categorias da base do conhecimento definidas por Shulman[18]:

4.5 Competências Específicas:

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais:

1. **Conhecimento profissional** (aquisição de conhecimentos específicos de sua área, do ambiente institucional e sociocultural e de autoconhecimento);

2. **Prática profissional:**

2. **a) Pedagógica** - prática profissional referente aos aspectos didáticos e pedagógico;

2. b) Institucional - prática profissional referente a cultura organizacional das instituições de ensino e do contexto sócio cultural em que está inserido;

[18] Shulman, L. S. (2014) Conhecimento e Ensino: Fundamentos para a nova reforma. Trad. Leda Maria Beck e Paula Louzano. *Cadernos Cenpec | Nova Série*, V. 4, n. 2, jun 2015.

2.c) Engajamento profissional - comprometimento com a profissão docente assumindo o pleno exercício de suas atribuições e responsabilidades.

Na tabela a seguir, apresentam-se as Competências Específicas organizadas pelas dimensões e áreas:

Tabela 1. Competências Específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissionais e suas respectivas áreas:

DIMENSÕES	CONHECIMENTO PROFISSIONAL	PRÁTICA PROFISSIONAL		ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
		PRÁTICA PROFISSIONAL - PEDAGÓGICA	PRÁTICA PROFISSIONAL – INSTITUCIONAL	
SÍNTESE	Aquisição de conhecimentos específicos de sua área, do ambiente institucional e sociocultural e de autoconhecimento	Prática profissional referente aos aspectos didáticos e pedagógicos	Prática profissional referente a cultura organizacional das instituições de ensino e do contexto sócio cultural em que está inserido	Comprometimento com a profissão docente assumindo o pleno exercício de suas atribuições e responsabilidades
COMPETÊNCIAS 1	**Área do Conhecimento e de Conteúdo Curricular**			
	1.1 Dominar os conteúdos das disciplinas ou áreas de conhecimento em que atua e conhecer sobre a sua lógica curricular	2a.1 Planejar e desenvolver sequências didáticas, recursos e ambientes pedagógicos, de forma a garantir aprendizagem efetiva de todos os alunos	2b.1 Planejar e otimizar a infraestrutura institucional, o currículo e os recursos de ensino- aprendizagem disponíveis	3.1 Fortalecer e comprometer-se com uma cultura de altas Expectativas acadêmicas, de sucesso e de eficácia escolar para todos os alunos
COMPETÊNCIAS 2	**Área Didática-Pedagógica**			
	1.2 Conhecer como planejar o ensino, sabendo como selecionar estratégias, definir objetivos e aplicar avaliações	2a.2 Planejar o ensino, elaborando estratégias, objetivos e avaliações, de forma a garantir a aprendizagem efetiva dos alunos	2b.2 Incentivar a colaboração profissional e interpessoal com o objetivo de materializar objetivamente o direito à educação de todos os alunos	3.2 Demonstrar altas expectativas sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos procurando sempre se aprimorar por meio da investigação e do compartilhamento
COMPETÊNCIAS 3	**Área de Ensino e Aprendizagem para todos os Alunos**			
	1.3 Conhecer sobre os alunos, suas características e como elas afetam o aprendizado, valendo-se de evidências científicas	2a.3 Viabilizar estratégias de Ensino que Considerem as características do desenvolvimento e da idade dos alunos e assim, contribuam para uma aprendizagem eficaz	2b.3 Apoiar a avaliação e a alocação de alunos em instituições educacionais, turmas e equipes, dimensionando as necessidades e interagindo com as redes locais de proteção social	3.3 Interagir com alunos, suas Família e Comunidades, como basepara construir laços de pertencimento, engajamento acadêmico e colaboração mútua

COMPETÊNCIAS 4	**Área sobre o Ambiente Institucional e o Contexto Sociocultural**			
	1.4 Conhecer o ambiente institucional eSociocultural do contexto de atuação profissional	2a.4 Utilizar ferramentas pedagógicas que Facilitem uma adequada mediação entre os conteúdos, os alunos e as Particularidades culturais e sociais dos respectivos contextos de aprendizagem	2b.4 Contribuir Para o desenvolvimento da administração geral do ensino, tendo como base as necessidades dos alunos e do contexto institucional,e considerando a legislação e a política regional	3.4 Atuar profissionalmente no seu ambiente institucional, observando e respeitando normas e costumes vigentes em cada contexto e comprometendo-se com as políticas educacionais
COMPETÊNCIAS 5	**Área sobre o Desenvolvimento e Responsabilidades Profissionais**			
	1.5 Autoconhecer-se para estruturar o desenvolvimento pessoal e Profissional	2a.5 Instituir prática de Autoavaliação, à luz da aprendizagem de seus alunos, a fim de conscientizar-se de suas próprias necessidades de desenvolvimento profissional	2b.5 Planejar seu desenvolvimento pessoal e sua formação continuada, servindo-se dos sistemas de apoio ao trabalho docente	3.5 Investir no aprendizado constante, atento à sua saúde física e mental, e disposto a ampliar sua cultura geral e seus conhecimentos específicos

A seguir, são apresentadas as Competências Específicas e respectivas Habilidades que devem compor a matriz de Competências Profissionais Docentes da Formação Continuada de Professores.

1. Competências Específicas e Habilidades da Dimensão do Conhecimento Profissional:

1.1 Dominar os conteúdos das disciplinas ou áreas de conhecimento em que atua e conhecer sobre a sua lógica curricular;

1.1.1 Conhecer e compreender os princípios e os conceitos centrais das disciplinas ou áreas de conhecimento que ensina;

1.1.2 Compreender a relação dos conteúdos que ensina com os das outras disciplinas;

1.1.3 Conhecer a relação dos conteúdos que ensina com o contexto no qual o aluno está inserido;

1.1.4 Reconhecer a(s) normativa(s) curricular(es) vigente(s) e as sua(s) relações com referências filosóficas, estéticas, sociológicas e antropológicas, nacionais e internacionais;

1.1.5 Definir altas expectativas acadêmicas para cada disciplina ou área de conhecimento em que atua;

1.1.6 Compreender os níveis de dimensões dos processos cognitivos e dos conhecimentos, utilizando as linguagens adequadas para cada um dos elementos;

1.1.7 Identificar a estrutura de um currículo, detalhando as disciplinas ou áreas de conhecimento em que atua, e desdobrando os objetivos de aprendizagem que devem ser alcançados por seus alunos em cada período letivo;

1.1.8 Dominar as competências gerais de aprendizagem da disciplina ou da área de conhecimento em que atua;

1.1.9 Dominar e explicitar a progressão horizontal e vertical de cada habilidade definida; e

1.1.10 Diferenciar “processo de compreensão” de “processo de aquisição de conhecimentos”, reconhecendo que, para se obter uma aprendizagem eficaz, é necessário especificar e graduar os objetivos educacionais desejados.

1.2 Conhecer como planejar o ensino, sabendo como selecionar estratégias, definir objetivos e aplicar avaliações;

1.2.1 Conhecer estratégias, recursos de ensino e atividades adequadas aos objetos de conhecimento ou campos de experiência das áreas nas quais atua;

1.2.2 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos alunos desenvolver competências necessárias e que favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores, atendendo às necessidades específicas de aprendizado dos alunos em toda a gama de habilidades;

1.2.3 Conhecer estratégias que possibilitem implementar e monitorar normas de convivência;

1.2.4 Conhecer as dificuldades mais recorrentes na aprendizagem para orientar nas escolhas das estratégias de ensino, planejando e estruturando as aulas de modo a representar, explicar, relacionar, formular e comunicar os temas de sua área de forma compreensível aos alunos;

1.2.5 Dominar diferentes formas de organização de tempos, espaços e utilização de recursos adequados às etapas e áreas nas quais atua;

1.2.6 Conhecer objetivos, características, procedimentos e usos de diferentes tipos de avaliações; e

1.2.7 Demonstrar conhecimento de variados recursos - incluindo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) -, capazes de envolver cognitivamente e emocionalmente os alunos em seus aprendizados.

1.3 Conhecer sobre os alunos, suas características e como elas afetam o aprendizado, valendo-se de evidências científicas;

1.3.1 Demonstrar conhecimento e compreensão sobre como os alunos aprendem e as implicações para o ensino;

1.3.2 Conhecer as características do desenvolvimento e da aprendizagem correspondentes às faixas etárias dos alunos com os quais atua;

1.3.3 Conhecer e diferenciar os alunos para os quais leciona: o que pensam, o que sabem, suas vivências, experiências, características e maneiras de aprender;

1.3.4 Reconhecer a importância de saber os contextos de vida dos alunos, em especial as particularidades familiares e culturais;

1.3.5 Identificar habilidades dos alunos para poder potencializá-los, considerando as necessidades e seus interesses educativos; e

1.3.6 Identificar as necessidades de apoio, de acordo com o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos.

1.4 Conhecer o ambiente institucional e sociocultural do contexto de atuação profissional;

1.4.1 Atualizar-se sobre as políticas de educação, os programas educacionais, a legislação e a profissão docente, nos âmbitos nacional, estadual e municipal;

1.4.2 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e sua articulação com os outros setores envolvidos; e

1.4.3 Conhecer o projeto pedagógico da instituição de ensino em que atua, assim como as suas normas de funcionamento e de convivência.

1.5 Autoconhecer-se para estruturar o desenvolvimento pessoal e profissional;

1.5.1 Identificar suas necessidades de aperfeiçoamento e traçar um plano de desenvolvimento capaz de contribuir para a melhoria do seu desempenho profissional; e

1.5.2 Analisar criticamente sua prática de ensino com base nos resultados de aprendizagem de seus alunos.

2a - Competências Específicas e Habilidades da Dimensão da Prática Profissional Pedagógica:

2a.1 Planejar e desenvolver sequências didáticas, recursos e ambientes pedagógicos, de forma a garantir aprendizagem efetiva de todos os alunos:

2a.1.1 Criar sequências didáticas coerentes com os objetivos de aprendizagem definidos pela(s) normativa(s) curricular(es) vigente(s);

2a.1.2 Elaborar planejamentos de aula coerentes, que conectem objetivos de aprendizagem claros e precisos, com as atividades avaliativas e com as experiências que serão selecionadas, para que os alunos atinjam a compreensão desejada;

2a.1.3 Estabelecer objetivos de aprendizagem desafiadores;

2a.1.4 Considerar os diferentes domínios cognitivos e as dimensões do conhecimento quando da definição dos objetivos pedagógicos, elaborando-os para que sejam observáveis e mensuráveis; e

2a.1.5 Planejar o ensino com base no currículo, nos conhecimentos prévios e nas experiências dos alunos, certificando-se de que o conteúdo das aulas seja compreensível para todos os alunos.

2a.2 Planejar o ensino, elaborando estratégias, objetivos e avaliações, de forma a garantir a aprendizagem efetiva dos alunos;

2a.2.1 Utilizar atividades de ensino que envolvem variadas formas de expressão oral, leitura e escrita dos alunos, relacionando-os às aprendizagens de outras áreas do conhecimento;

2a.2.2 Organizar e administrar o tempo da aula a favor do processo de aprendizagem de toda a turma;

2a.2.3 Abordar o conteúdo da aula com rigorosidade conceitual e linguagem clara;

2a.2.4 Comunicar de forma clara e precisa os objetivos gerais e específicos da aprendizagem, criando um ambiente favorável para a aprendizagem por meio do diálogo e da escuta ativa;

2a.2.5 Formular perguntas instigantes e conceder tempo necessário para resolvê-las;

2a.2.6 Utilizar estratégias para monitorar e abordar educativamente o cumprimento das normas de convivência;

2a.2.7 Responder assertivamente e de forma eficaz à quebra das regras da convivência, usando abordagens práticas para gerenciar comportamentos desafiadores;

2a.2.8 Utilizar estratégias avaliativas diversificadas, coerentes com os objetivos de aprendizagem e campos de experiências, permitindo que todos os alunos demonstrem ter aprendido;

2a.2.9 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; e

2a.2.10. Observar, ativa e passivamente, atividades pedagógicas com base em protocolos pré-estabelecidos e monitorar a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos e de seus pares.

2a.3 Viabilizar estratégias de ensino que considerem as características do desenvolvimento e da idade dos alunos e, assim, contribuam para uma aprendizagem eficaz;

2a.3.1 Usar o conhecimento sobre como os alunos aprendem e sobre os contextos e as características dos alunos para planejar o ensino;

2a.3.2 Promover, gradualmente, o uso mais preciso e relevante da linguagem oral e escrita; e

2a.3.3 Estruturar situações de aprendizagem desafiadoras considerando os saberes e os interesses dos alunos para que todos avancem.

2a.4 Utilizar ferramentas pedagógicas que facilitem uma adequada mediação entre os conteúdos, os alunos e as particularidades culturais e sociais dos respectivos contextos de aprendizagem;

2a.4.1 Promover o respeito e a participação de todos os alunos nas ações educativas, considerando a diversidade étnica, de gênero, cultural, religiosa e socioeconômica;

2a.4.2 Utilizar estratégias que apoiam o currículo e os requisitos legais; e

2a.4.3 Identificar diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, alunos de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.

2a.5 Instituir prática de autoavaliação, à luz da aprendizagem de seus alunos, a fim de conscientizar-se de suas próprias necessidades de desenvolvimento profissional;

2a.5.1 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos alunos e utilizar esses resultados para retroalimentar a sua prática pedagógica; e

2a.5.2 Reformular e desenhar o seu aperfeiçoamento profissional de acordo com as evidências que recolhe sobre a aprendizagem de seus alunos.

2b - Competências Específicas e Habilidades da Dimensão da Prática Profissional - Institucional:

2b.1 Planejar e otimizar a infraestrutura institucional, o currículo e os recursos de ensino-aprendizagem disponíveis;

2b.1.1 Selecionar recursos de ensino-aprendizagem existentes na unidade educacional, para contemplar o acesso ao conhecimento de seus alunos;

2b.1.2 Utilizar os diferentes espaços, infraestrutura e recursos disponíveis para o planejamento de atividades pedagógicas que considerem os diferentes domínios cognitivos e dimensões do pensamento;

2b.1.3 Contribuir para a construção e atualização do currículo da instituição de ensino onde atua, visando o contínuo aperfeiçoamento;

2b.1.4 Estruturar os espaços e ambientes de maneira flexível e coerente com as situações de aprendizagem propostas; e

2b.1.5 Demonstrar compreensão das questões relevantes e das estratégias disponíveis para apoiar o uso seguro, responsável e ético das TICs no aprendizado e no ensino.

2b.2 Incentivar a colaboração profissional e interpessoal, com o objetivo de materializar objetivamente o direito à educação de todos os alunos;

2b.2.1 Estabelecer um clima de relações interpessoais respeitosas e empáticas, promovendo atitudes de compromisso e de solidariedade com seus colegas de trabalho;

2b.2.2 Promover o diálogo com seus colegas de trabalho em torno de aspectos pedagógicos e didáticos;

2b.2.3 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis;

2b.2.4 Manter registros precisos e confiáveis das realizações dos alunos;

2b.2.5 Construir coletivamente estratégias para assegurar a aprendizagem de todos os alunos na unidade escolar;

2b.2.6 Planejar atividades integradas que levem em consideração as necessidades de desenvolvimento integral dos alunos; e

2b.2.7 Compartilhar suas práticas profissionais, dialogando com os pares sobre assuntos pedagógicos, inclusive com uso de recursos tecnológicos.

2b.3 Apoiar a avaliação e a alocação de alunos em instituições educacionais, turmas e equipes, dimensionando as necessidades e interagindo com as redes locais de proteção social;

2b.3.1 Utilizar diferentes formas de agrupamento de alunos para potencializar o processo de aprendizagem;

2b.3.2 Apoiar a aprendizagem dos alunos em ambientes e grupos variados;

2b.3.3 Identificar e dar assistência aos alunos com problemas básicos de aprendizagem;

2b.3.4 Informar as famílias sobre os processos de aprendizagem que serão abordados durante o ano letivo;

2b.3.5 Informar periodicamente as famílias sobre o progresso da aprendizagem de seus filhos; e

2b.3.6 Contribuir para envolver as famílias nas atividades de aprendizado, recreação e convivência de seus alunos.

2b.4 Contribuir para o desenvolvimento da administração geral do ensino, tendo como base as necessidades dos alunos e do contexto institucional, considerando a legislação e a política regional;

2b.4.1 Participar ativamente da comunidade de professores da instituição de ensino, colaborando com os projetos institucionais para a promoção da eficácia escolar;

2b.4.2 Contribuir para criar e manter comunidades de aprendizagem em suas salas de aula, em suas instituições de ensino e em suas redes profissionais; e

2b.4.3 Participar das instâncias colegiadas de maneira propositiva, comprometendo-se com as decisões tomadas.

2b.5 Planejar seu desenvolvimento pessoal e sua formação continuada, servindo-se dos sistemas de apoio ao trabalho docente;

2b.5.1 Analisar, sistematicamente, os dados das avaliações internas e externas, para replanejar as ações didático-pedagógicas e aprimorar suas práticas;

2b.5.2 Fazer uso das ofertas de serviço de apoio à formação docente para planejar suas futuras formações;

2b.5.3 Refletir sistematicamente sobre sua prática; e

2b.5.4 Utilizar estratégias para criar e manter um ambiente de trabalho organizado.

3 Competências Específicas e Habilidades da Dimensão do Engajamento Profissional:

3.1 Fortalecer e comprometer-se com uma cultura de altas expectativas acadêmicas, de sucesso e de eficácia escolar para todos os alunos;

3.1.1 Conhecer pesquisas e estudos sobre como obter sucesso e eficácia escolar para todos os alunos;

3.1.2 Desenhar projetos e outras ações, em conjunto com a equipe escolar, para fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos; e

3.1.3 Conhecer e inserir em seu cotidiano, políticas nacionais de educação relacionadas ao currículo, gestão educacional e profissão docente.

3.2 Demonstrar altas expectativas sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, procurando sempre se aprimorar por meio da investigação e do compartilhamento;

3.2.1 Oferecer suporte adequado para que seus alunos possam sempre se desenvolver e aprender de acordo com seu potencial e características pessoais;

3.2.2 Tratar os alunos de maneira equitativa;

3.2.3 Abordar os erros e os fracassos como ocasiões para enriquecer o processo de aprendizagem; e

3.2.4 Estudar e compartilhar práticas profissionais, dialogando com seus pares sobre assuntos pedagógicos, de forma presencial ou a distância.

3.3 Interagir com alunos, suas famílias e comunidades, como base para construir laços de pertencimento, engajamento acadêmico e colaboração mútua;

3.3.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação;

3.3.2 Estabelecer e manter, com as famílias, relacionamentos colaborativos e respeitosos com foco na aprendizagem e no bem-estar dos alunos;

3.3.3 Comunicar-se com as famílias e a comunidade, de forma acessível e objetiva, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação envolvendo a comunidade nas ações educativas;

3.3.4 Dialogar com outros atores e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento dos alunos; e

3.3.5 Compreender as políticas e processos legislativos, administrativos e organizacionais relevantes e necessários para que os professores possam atuar de forma eficaz.

3.4 Atuar profissionalmente no seu ambiente institucional, observando e respeitando normas e costumes vigentes em cada contexto e comprometendo-se com as políticas educacionais;

3.4.1 Engajar-se, de modo coletivo, com os colegas de trabalho na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula e o ensino e aprendizagem de todos os alunos;

3.4.2 Buscar e aplicar *feedback* construtivo de supervisores e professores para melhorar as suas práticas de ensino;

3.4.3 Analisar criticamente a realidade de sua instituição de ensino à luz das políticas educacionais; e

3.4.4 Conhecer as políticas e objetivos da instituição de ensino, bem como comprometer-se com suas normas de funcionamento.

3.5 Investir no aprendizado constante, atento à sua saúde física e mental, e disposto a ampliar sua cultura geral e seus conhecimentos específicos;

3.5.1 Identificar necessidades e planejar propostas para o aprimoramento do seu aprendizado profissional de acordo com a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores;

3.5.2 Assumir a responsabilidade do seu autodesenvolvimento e do aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas e/ou desenvolvendo outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais e/ou com uso de recursos digitais;

3.5.3 Atuar com responsabilidade profissional e de maneira ética;

3.5.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral; e

3.5.5 Mobilizar-se para ampliar aprimorar seus conhecimentos, suas práticas profissionais e seu repertório cultural.

II - VOTO DA COMISSÃO

A Comissão vota favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução anexo, do qual é parte integrante.

Brasília (DF), 10 de julho de 2020.

Conselheira Maria Helena Guimarães de Castro (CEB/CNE) – Presidente Conselheiro Mozart Neves Ramos (CEB/CNE) – Relator Conselheiro Alessio Costa Lima (CEB/CNE) – Membro

Conselheiro Antonio Carbonari Netto (CES/CNE) – Membro

Conselheiro Antonio de Araujo Freitas Júnior (CES/CNE) – Membro

Conselheiro Francisco César de Sá Barreto (CES/CNE) – Membro

Conselheiro Ivan Cláudio Pereira Siqueira (CEB/CNE) – Membro

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi (CES/CNE) – Membro Conselheira Nilma Santos Fontanive (CEB/CNE) – Membro Conselheira Suely Melo de Castro Menezes (CEB/CNE) – Membro

III - DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova, por unanimidade, o voto da Comissão.
Sala das Sessões, em 10 de julho de 2020.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi – Presidente

PARECER HOMOLOGADO
Portaria n° 882, publicada no D.O.U. de 26/10/2020, Seção 1, Pág. 57

Parecer CNE/CP Nº 6/2021

Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

I - RELATÓRIO

O ano de 2020 foi surpreendido pelo infausto surgimento e disseminação pandêmica da COVID-19, que abalou sociedades de inúmeros países, alcançou a nossa de modo brutal, ocasionou perdas e paralisação em todos os tipos de atividade, inclusive alterando profundamente os calendários escolares e as atividades educacionais em todos os níveis, etapas, anos/séries e modalidades de educação e ensino.

Diante da inusitada situação, em 20 de março de 2020, o Congresso Nacional, atendendo solicitação da Presidência da República, editou o Decreto Legislativo nº 6, "reconhecendo estado de calamidade pública", até dia 31 de dezembro de 2020.

Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 934, que estabeleceu normas excepcionais para o ano letivo nos níveis da Educação Básica e da Educação Superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Com as necessárias medidas sanitárias adotadas, como a quarentena e o isolamento social, com a consequente desativação das atividades de instituições e redes escolares, públicas, privadas e comunitárias, na forma da lei, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, o cenário educacional tornou-se extremamente crítico.

Órgãos normativos e executivos dos Sistemas de Ensino Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, e instituições de ensino das redes públicas, privadas e comunitárias mobilizaramse, juntamente com gestores, professores, demais profissionais da educação e funcionários técnicos e administrativos para suprir, até heroicamente, de modo não presencial, as atividades de ensino, objetivando garantir a melhor aprendizagem possível, no contexto da pandemia e fechamento das escolas.

É consabido o grande esforço de todos esses atores, bem como dos estudantes e de seus familiares, para viabilizar, rapidamente, essas atividades, novas e complexas para muitos deles. Diante da gravidade do cenário, o Conselho Nacional de Educação (CNE) organizou inúmeras reuniões virtuais com entidades educacionais representativas do setor público e particular com o objetivo de manter diálogo permanente com a sociedade e buscar soluções normativas de apoio ao funcionamento dos sistemas de ensino, por meio de orientações para a reorganização do calendário escolar e desenvolvimento das atividades não presenciais.

Na vigência da Medida Provisória nº 934/2020, com a dispensa da obrigatoriedade do cumprimento do mínimo de dias letivos no ano de 2020 na Educação Básica e na Educação Superior, amplamente aceita pela comunidade educacional, e diante da urgência da necessária reorganização das atividades escolares e acadêmicas em decorrência da suspensão das aulas presenciais ocorridas em março de 2020, este

Conselho, visando orientar a integração curricular e a prática das ações educacionais em nível nacional, na condição de órgão normativo e de atividade permanente na estrutura da educação nacional, previsto no § 1º do artigo 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" , emitiu três documentos pertinentes:

– Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, que tratou da "reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19";

– Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de junho de 2020, que retomou essa temática, com o reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020; e

– Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que definiu "Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia".

Em 18 de agosto de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.040, que estabeleceu normas educacionais excepcionais que deveriam ser adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.

Ressalta-se que esta Lei, no parágrafo único do artigo 1º, definia com clareza que "o Conselho Nacional de Educação (CNE) editará diretrizes nacionais com vistas à implementação do disposto nesta Lei". Em função dessa determinação legal, o CNE aprovou o Parecer CNE/CP nº 19, de 8 de dezembro de 2020, o qual, uma vez homologado, deu origem à Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, regulamentando dispositivos da Lei nº 14.040/2020.

Embora os efeitos da referida lei estivessem atrelados ao Decreto Legislativo nº 6/2020, que reconhecia a ocorrência do estado de calamidade pública até o dia 31 de dezembro de 2020, persistem e até se agravam os efeitos da pandemia da COVID-19, razão pela qual, novamente, este Conselho se debruça sobre a matéria, propondo diretrizes para adequar suas orientações à preocupante realidade, sem prejuízo da permanência de disposições dos três citados Pareceres deste Colegiado.

O contexto atual é similar ao que orientou o CNE na aprovação da Resolução CNE/CP nº 2/2020, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 19/2020, homologado em dezembro do ano de 2020, que regulamentou a Lei nº 14.040/2020, estabelecendo as normas para a organização dos sistemas de ensino no contexto da pandemia da COVID-19, incorporando os seguintes pareceres:

– Parecer CNE/CP nº 5/2020, que aprovou orientações para a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19;

– Parecer CNE/CP nº 9/2020, referente ao reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020;

– Parecer CNE/CP nº 11/2020, que aprovou as Orientações Educacionais Nacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia, bem como orientações para o retorno às aulas com segurança e recomendações para o replanejamento curricular com a adoção do contínuo curricular 2020- 2021; e

– Parecer CNE/CP nº 19/2020, relativo ao reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, fundamentando a Resolução CNE/CP nº 2/2020.

Cabe destacar que a Resolução CNE/CP nº 2/2020, no seu artigo 31, estabelece:

[...] Art. 31. No âmbito dos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, bem como nas secretarias de educação e nas instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, as atividades pedagógicas não presenciais de que trata esta Resolução poderão ser utilizadas em caráter excepcional, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, no cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 estabelecidas em protocolos de biossegurança.

Parágrafo único. As atividades pedagógicas não presenciais poderão ser utilizadas de forma integral nos casos de:

I - suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais; e

II - condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança das atividades letivas presenciais.

Portanto, de acordo com o artigo supracitado, as normas e orientações exaradas continuam em vigor diante do agravamento da pandemia da COVID-19 no primeiro semestre do ano letivo de 2021. Por isso, grande parte de redes e instituições de ensino permanecem com as escolas fechadas e outras mantêm atividades não presenciais alternadas com aulas presenciais ou somente atividades remotas desde janeiro de 2021. Em alguns municípios, as aulas estão suspensas desde o final de março de 2020 e os estudantes sequer têm tido acesso a atividades remotas. Cabe lembrar que está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 486/2021, de autoria da Deputada Professora Dorinha, que tem por objetivo a flexibilização dos dias letivos no ano de 2021, tendo em vista o agravamento da pandemia no início deste ano letivo.

Neste cenário, a situação da educação no país é de extrema gravidade. Estudos indicam significativo aumento das desigualdades e da evasão escolar, além de elevados retrocessos no processo de aprendizagem e aumento do estresse socioemocional dos estudantes e respectivas famílias preocupados com o seu desenvolvimento futuro.

Dada a gravidade da situação, este parecer estabelece orientações para a urgência da reabertura das escolas com segurança; a aceleração da vacinação dos profissionais de educação; e a adoção de protocolos pedagógicos para o enfrentamento da maior crise educacional já enfrentada no país.

Quanto à vacinação dos estudantes, recomenda-se cuidadoso acompanhamento dos estudos que vêm sendo realizados, como o da Universidade de Oxford com os alunos de 6 (seis) a 17 (dezessete) anos, pois é medida aspirada, também, por pais e professores.

Breve Diagnóstico

É importante destacar que os estudos disponíveis são ainda preliminares. Há muitos aspectos a serem investigados, especialmente em países como o Brasil, um dos 10 (dez) países do mundo com maior número de escolas fechadas há mais de 200

(duzentos) dias (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2021) e com elevados índices de desigualdade e pobreza.

Um levantamento realizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) entre janeiro e fevereiro de 2021, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Itaú Social, jogou luz sobre a realidade da escola pública no ano de 2020. Com dados de 3.672 (três mil seiscentas e setenta e duas) Secretarias Municipais de Educação (dois terços dos municípios do país), o estudo mostra que **92% (noventa e dois por cento) delas funcionaram apenas por meio de ensino remoto, enquanto 8,1% (oito vírgula um por cento) adotaram o ensino híbrido** (intercalando atividades presenciais e não presenciais).

No ensino remoto, as redes municipais se valeram preponderantemente de material impresso (95,3% das redes municipais) e WhatsApp (92,9%), sendo que a terceira opção mais citada contempla as videoaulas gravadas (61,3%). Em quarto lugar, aparecem as orientações on-line por meio de aplicativos (54%). Já estratégias como as plataformas educacionais (22,5%) e as videoaulas on-line ao vivo foram mencionadas por apenas 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) e 21,3% (vinte e um vírgula três por cento) dos municípios, respectivamente.

Os maiores desafios citados pelas Secretarias de Educação foram o acesso dos estudantes à internet e as dificuldades da infraestrutura escolar. Numa escala de 1 a 5, em que 5 indicava a maior dificuldade, quase metade das redes (48,7%) assinalou os níveis mais altos (4 e 5) no tocante à internet; 40% (quarenta por cento) fizeram o mesmo em relação à necessidade de adequações de infraestrutura.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Neri, 2020), estimou que **o tempo médio era de 2,37 horas por dia útil entre alunos de 6 (seis) a 15 (quinze) anos − menos que o mínimo previsto em lei. Adolescentes de 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos destinaram mais horas à educação, informa o estudo, mas também tinham índices maiores de abandono,** o que fazia cair seu tempo médio enquanto grupo. Outra constatação importante da pesquisa é que **os jovens de família de maior renda passaram significativamente mais tempo em média (3,33 horas em aula ou atividades escolares) do que os mais pobres (2,03 horas),** o que demonstra que a pandemia deve ter impactos muito elevados no agravamento da desigualdade.

Outro estudo, ainda no âmbito das estimativas e divulgado em janeiro de 2021, projeta que **os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) podem ter regredido, em média, até 4 (quatro) anos em leitura e Língua Portuguesa,** tendo em vista o desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A estimativa indica redução também na nota média de Matemática − nesse caso, com perda equivalente a até 3 (três) anos de escolaridade. As estimativas foram feitas pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona (FGV EESP Clear), vinculado à FGV. A análise considerou três cenários, a partir do desempenho dos estudantes brasileiros entre 2015 e 2019 no Saeb, quais sejam: otimista, intermediário e pessimista.

No cenário otimista, a premissa foi de que, no ensino remoto, os estudantes aprenderiam o mesmo que no ensino presencial, contanto que realizassem as atividades escolares. No intermediário, o nível de aprendizagem estaria atrelado ao número de horas estudadas. Logo, haveria perda de aprendizagem, uma vez que a carga horária remota costuma ser menor que a presencial. Por fim, o pior cenário considerou que os estudantes não aprenderiam nada remotamente.

O estudo também apontou aumento das desigualdades. No cenário intermediário, por exemplo, no Ensino Médio, o pior desempenho em português (leitura) e matemática foi estimado para meninos pardos, pretos e indígenas cujas mães não tenham concluído o Ensino Fundamental. Os estudantes com menos perdas de aprendizagem seriam as meninas brancas cujas mães completaram pelo menos o Ensino Médio.

Na linha de estudos que estimam o impacto, o Banco Mundial prevê **piora na capacidade de leitura e compreensão de textos pelos estudantes.** Em um relatório lançado em março de 2021 sobre a situação na América Latina e no Caribe, a instituição estimou que **o percentual de "déficit de aprendizagem" no Brasil poderá saltar de 50% (cinquenta por cento) (nível pré-pandemia) para até 70% (setenta por cento), num cenário de fechamento das escolas por 13 (treze) meses.** O indicador considera a proporção de crianças de 10 (dez) anos que apresentam graves dificuldades de leitura.

Em outras palavras, alunos com idade para estar no 5º ano do Ensino Fundamental ainda não conseguem entender um texto simples, por exemplo. A projeção consta no relatório "Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças", divulgado em 17 de março de 2021.

O estudo do Banco Mundial estima que **os alunos dos países latino-americanos e caribenhos, em média, ficaram pelo menos 159 (cento e cinquenta e nove) dias sem aulas presenciais no ano letivo de 2020.** O resultado seria de perdas de aprendizagem, ou seja, estudantes aprendendo menos do que seria esperado numa situação de normalidade. Isso é o que indica outra projeção apresentada no relatório, tendo como referência o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Uma interrupção de 10 (dez) meses de aulas presenciais na América Latina e no Caribe poderia elevar de 55% (cinquenta e cinco por cento) para 71% (setenta e um por cento) a proporção de estudantes de 15 (quinze) anos com desempenho abaixo dos níveis mínimos de proficiência no Pisa − exame que avalia leitura, matemática e ciências.

Em meio a tantos desafios, o estudo do Banco Mundial destaca que a pandemia pode ser uma oportunidade para que os sistemas de ensino se tornem "mais eficazes, igualitários e resilientes". Uma das recomendações é focar nos segmentos mais desfavorecidos da população, tendo em vista a mitigação das desigualdades.

O Banco Mundial sugere uma comunicação direta com pais e professores, bem como a priorização curricular (selecionar conteúdos e habilidades para ser ensinados em todas as escolas) e a formação docente. Em relação à volta das aulas presenciais, o relatório informa que é preciso levar em conta o contexto sanitário local e desenvolver estratégias de intervenção pedagógica para recuperar as aprendizagens.

A pandemia da COVID-19 levou países nos 5 (cinco) continentes a fazer adaptações em seus sistemas de ensino e a reformular o planejamento do ano letivo seguinte. Alguns optaram pela aprovação automática, em função da suspensão das aulas presenciais e das dificuldades de acesso e de engajamento no ensino remoto. Outros promoveram mudanças nas avaliações e no calendário escolar. Em comum, todos anunciaram propostas de intervenção pedagógica para o biênio 2020-2021, como manter e até mesmo ampliar o ensino remoto ou realizar diagnóstico e recuperação da aprendizagem (Instituto Unibanco, 2020).

O levantamento do Instituto Unibanco, feito pelo Vozes da Educação, retrata um grupo diversificado: vizinhos da América do Sul (Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai), integrantes do bloco Brics (África do Sul, Índia), nações africanas (Nigéria, Ruanda, Uganda), países desenvolvidos (Alemanha, Canadá, Espanha, Estados Unidos

da América, Itália, Nova Zelândia), populosos (Paquistão) e com desempenho de ponta no Pisa (Singapura). Em 3 (três) dos 19 (dezenove) países pesquisados, as informações não dizem respeito ao país inteiro, mas somente a estados, províncias ou distritos escolares. É o caso de Canadá (Quebec), Índia (Puducherry, Uttar Pradesh) e Estados Unidos da América (Califórnia, Carolina do Norte, Texas e as cidades de Chicago e Nova Iorque).

Um dos focos do estudo foi a aprovação/reprovação de estudantes em um ano marcado, em maior ou menor grau, pela suspensão das aulas presenciais e pelo ensino remoto. De acordo com o levantamento, os países analisados responderam de diferentes maneiras: pelo menos 7 (sete) deles adotaram a aprovação automática, ainda que com critérios variados, enquanto a Índia delegou essa decisão aos governos locais. Outros 7 (sete) decidiram manter e aplicar alguma forma de avaliação, com possibilidade de flexibilização.

Nos dois grupos, aparecem estados ou cidades dos Estados Unidos da América que tomaram caminhos distintos. Da mesma forma, o estudo mostra que o Peru manteve o sistema avaliativo, mas optou por aprovar automaticamente uma parcela dos estudantes. Por fim, 5 (cinco) países ainda analisavam a questão (Chile, Colômbia, Ruanda, Uganda e Uruguai). Na Bolívia, na Espanha, em parte dos Estados Unidos da América (Carolina do Norte), na Itália, na Nigéria e no Paquistão, a aprovação automática foi estendida a todos os estudantes. A Bolívia tomou a ação mais extremada: devido às limitações de conexão à internet, cancelou o ano letivo de 2020, com previsão de retomada das aulas somente em 2021.

Dificuldades de acesso ao ensino remoto também estão entre os motivos apontados pela Espanha e pela Itália, 2 (dois) países que temporariamente foram o epicentro mundial da COVID-19, no primeiro semestre. A Itália concluiu que não haveria uma forma justa de avaliar todos os alunos. Na Nigéria, a medida faz parte do esforço de combate à evasão escolar.

Já no Peru e em parte dos Estados Unidos da América (Chicago e Nova Iorque), a aprovação automática ficou restrita a alunos de determinadas séries. O Peru, a exemplo da Nigéria, manifestou preocupação com a evasão. Nova Iorque, cidade que também foi epicentro da COVID-19 por algum tempo, apontou o estado emocional fragilizado dos alunos como justificativa para aprovar parte deles automaticamente.

Na Índia, por sua vez, a aprovação foi optativa: o Conselho Central de Educação Secundária recomendou às províncias a adoção dessa política, mas a palavra final cabe aos governos locais. Nos Estados Unidos da América, os estados da Califórnia e do Texas também descentralizaram a decisão, dando poder às escolas ou aos distritos escolares.

No extremo oposto, a Alemanha e Quebec (Canadá) mantiveram seus sistemas avaliativos nos moldes anteriores à pandemia, afastando a possibilidade de aprovação automática. Os outros países que mantiveram seus sistemas avaliativos, total ou parcialmente, foram a África do Sul, parte dos Estados Unidos da América (Chicago e Nova Iorque), Peru e Singapura.

Diferentemente das projeções do Banco Mundial ou da FGV, feitas a partir de bases de dados já existentes, há estudos internacionais que conseguiram medir o impacto da pandemia por meio de avaliações realizadas após a suspensão das aulas presenciais. Esses trabalhos, porém, estão restritos a alguns poucos países. Foi o que ocorreu na região de Flandres, na Bélgica, onde houve perdas de aprendizagem em

holandês (língua nativa obrigatória) e matemática entre alunos do último ano da educação primária (equivalente ao 5º ano do Ensino Fundamental no Brasil).

Na Holanda, um estudo a partir dos resultados de cerca de 350 (trezentos e cinquenta) mil alunos que fizeram provas nacionais antes e depois da suspensão das aulas presenciais por 8 (oito) semanas, em 2020, concluiu que **as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental tiveram perdas equivalentes a um quinto do ano letivo − praticamente o mesmo período que as escolas permaneceram fechadas (Per Engzell and Mark Verhagen, 2021: "Learning Loss due to school closures during the Covid-19").**

Outro levantamento internacional que desenvolveu uma medida do impacto pósCOVID-19 foi divulgado nos Estados Unidos em novembro de 2020 (Learning during COVID-19: Initial findings on students' reading and math achievement and growth). Nesse trabalho, os autores mostram que o impacto negativo foi maior em matemática do que em leitura, um fator que pode ser explicado pelo fato de as famílias terem melhores condições de apoiarem os filhos em leitura e escrita do que em matemática.

Nos Estados Unidos da América, o Departamento de Educação da cidade de Nova Iorque (NYCDOE) lançou um programa de aprendizagem remota no maior distrito dos Estados Unidos da América, com mais de 1 (um) milhão de estudantes. No ano de 2020, foram realocados computadores, oferecidos treinamentos para os educadores e disseminada uma biblioteca com fontes on-line selecionadas por uma curadoria especial. A iniciativa de NY priorizou:

– O desafio da equidade. Acesso de todos os alunos ao e-mail do Distrito Escolar e vice-versa; implantação de plataformas do Google para aprendizagem e comunicação da equipe;

– Agir rápido. Criação de um calendário de aprendizagem remota com várias sessões de "como fazer"; treinamento de 25 (vinte e cinco) mil colaboradores; distribuição de mais de 100 (cem) mil iPads para os estudantes que não tinham acesso à internet ou outro dispositivo (computador ou tablet);

– Construção de parcerias. As parcerias com fornecedores e educadores mais experientes para entender melhor como funcionam as plataformas de aprendizagem; e

– Apoiando educadores. Além do suporte às ferramentas de aprendizagem remota, o Distrito Escolar de Nova Iorque passou a oferecer apoio para a saúde mental.

A abordagem centrada no aluno é fundamental na aprendizagem que combina presencial e on-line e para sua maior efetividade recomenda-se: espaços flexíveis de aprendizagem, ensino mediado por tecnologias, avaliações formativas e instruções claras dos educadores. É também importante ouvir os estudantes e considerar todos os aspectos da socialização, saúde mental e comunicação, bem como o desenvolvimento de competências.

O Uruguai, com mais de uma década de investimentos em educação digital, foi um dos países mais resilientes frente aos desafios do ensino remoto na pandemia. Desde 2007, com o lançamento do Plano Ceibal, discentes e docentes da rede pública recebem um notebook ou tablet para uso pessoal, têm conexão à internet gratuita em todas as escolas e acesso a plataformas on-line com conteúdo educacional.

A iniciativa diminuiu consideravelmente o gap digital. Desde o início do projeto até 2011, o acesso a um computador por criança de 6 (seis) a 13 (treze) anos aumentou, em média, de 30% (trinta por cento) para 94% (noventa e quatro por cento). Nas

famílias de baixa renda, o salto foi mais expressivo: de 9% (nove por cento) para 93% (noventa e três por cento). Até 2018, foram entregues 2 (dois) milhões de laptops e tablets. A rede de videoconferência conecta mais de 1.500 (mil e quinhentos) centros educacionais. O Plano Ceibal também oferece treinamento em metodologias mais centradas no estudante e para além da sala de aula, por meio de suas plataformas digitais.

Além da plataforma on-line, o Uruguai utilizou mídias locais (rádio e TV) e celulares (especialmente WhatsApp) para contato com os docentes. A continuidade da oferta de benefícios não educacionais, como por exemplo merendas, foi importante para manter o vínculo com a escola, especialmente para as famílias mais vulneráveis.

A abertura das escolas foi gradual. A frequência presencial é voluntária. Seguem algumas lições aprendidas da experiência uruguaia destacadas pela UNICEF:

– Flexibilidade e adaptabilidade. A pandemia exige flexibilidade para tomar decisões e elaborar políticas educacionais. Os docentes adaptaram as disciplinas e práticas de ensino e tiveram autonomia para tomar decisões em suas turmas;

– Equidade para além das tecnologias. O governo, em parceria com a UNICEF, desenvolveu uma campanha inclusiva de volta às aulas, com auxílio financeiro para estudantes com maior potencial de evasão devido à crise econômica; e

– O aprendizado totalmente remoto "não é um substituto para sempre". A aprendizagem digital provavelmente complementará a educação presencial nos próximos anos. Mas o contato presencial continua sendo incomparável. Na pandemia, o Plano Ceibal recomenda atenção especial aos seguintes pontos:

1. Prioridade para as áreas curriculares essenciais e vinculadas a problemas da vida real por meio da aprendizagem baseada em projetos;

2. Desenvolvimento de dinâmicas de avaliações formativas com ênfase nos objetivos de aprendizagem; e

3. Indicações de propostas de organização autônoma de trabalho para os docentes e para os estudantes, propostas de estratégias para organizar o tempo de aprendizagem em casa.

Em Quebec, no Canadá, as avaliações de larga escala foram adiadas por causa da pandemia da COVID-19. O número de boletins de avaliação também foi reduzido, dando mais tempo aos professores para recuperar conteúdos e preparar melhor os alunos para as avaliações. O levantamento do Instituto Unibanco/Vozes da Educação informa também que Quebec diminuiu o peso dos exames externos de final de ano para alunos do 7º e do 8º ano do Ensino Fundamental − de 20% (vinte por cento) para 10% (dez por cento) da nota final.

A África do Sul, país que não adotou a aprovação automática, alterou o cálculo da nota final. Antes da pandemia, as provas tradicionais tinham peso de 75% (setenta e cinco por cento), ante 25% (vinte e cinco por cento) do sistema de avaliação contínua conhecido como SBA. Agora, os exames tradicionais valem 40% (quarenta por cento) da nota, e a avaliação contínua, 60% (sessenta por cento).

Em Chicago também houve flexibilização de critérios, considerando que os alunos já haviam recebido notas parciais no período anterior à pandemia, quem não foi bem no ensino remoto pôde ser aprovado, bastando ter completado as atividades. Nesse caso, sem sofrer prejuízo no seu Grade Point Average (GPA), a nota média que reflete o desempenho de cada estudante ao longo dos anos e que é importante para o ingresso em

universidades. Estudantes com mau desempenho no ensino remoto e que, em situação normal, seriam reprovados receberam o conceito “incompleto” e foram encaminhados para aulas de recuperação.

No Chile, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados discute um projeto de lei que prevê a aprovação automática em 2020, utilizando as notas de 2019.

O levantamento revela também outras consequências da pandemia na educação:

– A maioria dos países (treze) precisou ajustar o calendário letivo. 10 (dez) deles encerraram as aulas depois do previsto, enquanto 2 (dois) anteciparam o fim do ano letivo. (Na Bolívia, o ano letivo foi cancelado). 18 (dezoito) países suspenderam as aulas presenciais em março de 2020 e retornaram a partir de maio do mesmo ano;

– Alemanha e Nova Zelândia foram os primeiros países a reabrir as escolas, em abril; Quebec e Carolina do Norte o fizeram em maio; África do Sul, Singapura e Uruguai, em junho; Chile, em agosto; Colômbia, Chicago, Texas, Espanha, Itália e Paquistão, em setembro; Nova Iorque, Filipinas, Índia, Nigéria e Uganda, em outubro. Califórnia, Peru e Ruanda continuavam sem aulas presenciais até outubro de 2020;

– Todos os 19 (dezenove) países analisados apresentaram propostas de intervenção pedagógica 2020-2021, sendo que a maioria (dezessete) está trabalhando na ampliação e/ou manutenção do ensino remoto emergencial e/ou no diagnóstico e na recuperação da aprendizagem;

– A maioria dos países (onze) implementou alguma política social para reduzir e/ou combater a desigualdade, com disponibilização de acesso à internet e com a distribuição de tablets para crianças e jovens de baixa renda; e

– Países como o Brasil enfrentam um desafio ainda maior na pandemia, uma vez que as aulas presenciais foram interrompidas logo no início do ano escolar, quando as redes não haviam concluído sequer a avaliação do primeiro bimestre. No Hemisfério Norte, por exemplo, o ano letivo em curso já contava com um histórico de avaliações.

Outra pesquisa do Instituto Unibanco em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) “Perda de Aprendizagem na Pandemia”, divulgada recentemente, aponta que os estudantes que chegaram ao terceiro ano do Ensino Médio em 2021 já perderam 9 pontos de aprendizagem na escala do Saeb em Língua Portuguesa e 10 em Matemática. Com base nos resultados do Saeb 2019, a pesquisa utilizou uma metodologia de simulação, para estimar a perda de aprendizagem durante o ano letivo de 2020. A pesquisa apontou que o ensino híbrido e um melhor engajamento dos alunos que vão concluir o Ensino Médio neste ano de 2021, podem ajudar a evitar de 35% (trinta e cinco por cento) a 40% (quarenta por cento) das perdas causadas na aprendizagem por causa da pandemia. Ou seja, além do retorno às aulas presenciais, é preciso enfrentar um enorme passivo com ações de recuperação das aprendizagens. Segundo o estudo, que considerou o engajamento dos alunos com atividades remotas, sem ações bem-organizadas de recuperação, os estudantes devem perder até 16 pontos em Língua Portuguesa e 20 pontos em Matemática.

A pesquisa levou em consideração três fatores: a menor efetividade do ensino remoto em relação ao presencial; o impacto do absenteísmo na aprendizagem; e os possíveis impactos de medidas de recuperação. Segundo o estudo, o ensino remoto com total engajamento dos alunos já acarretaria uma perda de 3 pontos na escala do Saeb em Língua Portuguesa. Essa queda, afirmam os autores, era inevitável. No entanto, se as aulas a distância não tivessem sido implementadas, essa perda seria de 12 pontos em 2020.

O estudo também indicou como as perdas na aprendizagem podem impactar a renda salarial ao longo da vida do estudante que concluir o Ensino Médio em 2021. Levando em consideração que um aluno pode perder 10 pontos na escala do Saeb neste ano, segundo a pesquisa, cada 1 ponto afeta 0,5% (zero vírgula cinco por cento) na remuneração de um trabalho exercido pelo jovem. Ricardo Paes de Barros, coordenador da pesquisa, explicou ainda que se multiplicado a média por aluno pelo número total de estudantes na rede pública do Ensino Fundamental e Médio, o impacto de perda na renda é de R$ 700 bilhões em 2020 e no fim deste ano de 2021 pode chegar a R$ 1,5 trilhão, caso não ocorra um esforço gigantesco dos três níveis de governo e dos sistemas de ensino para enfrentar imediatamente os desafios da perda de aprendizagem.

Segundo os pesquisadores, o Brasil precisa adotar três medidas principais para evitar o pior cenário: é preciso desenvolver ações para o engajamento dos alunos, controlar a pandemia, adotar o ensino híbrido ao longo de todo o segundo semestre de 2021 e criar programas de recuperação. A flexibilização do currículo e a indicação dos objetivos de aprendizagem, expressos como competências, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, são fundamentais para a recuperação dos alunos e é essencial para resgatar pelo menos de 35% (trinta e cinco por cento) a 40% (quarenta por cento) das aprendizagens dos concluintes do Ensino Médio, prejudicados em razão da pandemia.

No Brasil, o único estudo disponível de avaliação da aprendizagem pós-pandemia foi realizado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Em março de 2021, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), realizou uma avaliação de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática para crianças e jovens do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.

Algumas expectativas se confirmaram. Os anos iniciais do Ensino Fundamental, 1º a 5º ano, ciclo de alfabetização, foi a fase com a maior redução de aprendizagem. As perdas em Matemática foram maiores que em Língua Portuguesa. Matemática é uma disciplina mais dependente da presença na escola e do apoio dos professores. Assim, em Matemática no 5º ano, as crianças atingiram 196 pontos, 46 pontos a menos que no Saeb 2019, quando foi de 242 pontos.

Segundo a pesquisa, em média, a cada ano da fase de alfabetização as crianças agregam 4 pontos de aprendizagem. Serão necessários mais de 11 (onze) anos para recuperar a aprendizagem perdida. Em Língua Portuguesa a perda foi menor, foram 194 pontos em 2021, tendo sido 223 pontos no Saeb 2019, uma perda de 29 pontos, um resultado semelhante ao verificado 10 (dez) anos atrás, 192 em 2011.

Estes dados devem ser interpretados com cautela, mas indicam a fragilidade das crianças pequenas, que têm mais dificuldades para acompanhar as aulas remotas, devido à sua menor autonomia e maior dependência de apoio dos professores e do atendimento presencial.

No 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio as perdas de aprendizagem foram menores, tendo variado, respectivamente, de 13 e 18 pontos em Matemática e 12 e 11 pontos em Língua Portuguesa.

Esta foi a primeira avaliação dos impactos da pandemia feita no Brasil com objetivo de gerar dados comparáveis ao Saeb, avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC) a cada 2 (dois) anos. Outras avaliações deverão ser realizadas ao final de 2021 para averiguar com mais detalhes os prejuízos causados pela pandemia no

desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças e jovens brasileiros. Esta primeira avaliação feita em São Paulo revela um quadro preocupante e serve de base para ações de intervenção pedagógica em todo o país.

Não só os aspectos cognitivos e socioemocionais são afetados pelo longo afastamento social, pela falta de contato com os colegas, pelo medo generalizado, mas também os aspectos físicos, inclusive os relativos à nutrição, uma vez que, sabidamente, a merenda escolar é refeição essencial para muitos estudantes das redes escolares públicas, e sua falta traz prejuízos diretos para seu desenvolvimento físico e para a aprendizagem e constituição de competências.

O desafio que se coloca, sobretudo para as redes públicas de Educação Básica que atendem cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) dos estudantes do país e grande diversidade de estudantes com origens sociais diversas e condições de vida muito desiguais, é a urgência da volta às aulas e a necessidade de desenvolver novas estratégias e metodologias pedagógicas eficazes para recuperar e acelerar a aprendizagem desta geração de crianças e jovens fortemente afetada pela pandemia.

Com a tendência de queda das contaminações e relativo controle da pandemia, tornase urgente a aceleração do processo de imunização dos profissionais de educação, acompanhando o planejamento e a formulação de uma estratégia de recuperação plena e eficaz, o que só será viável quando do retorno ao funcionamento presencial das escolas. É preciso chegar ao segundo semestre de 2021, com propostas de recuperação das aprendizagens, avaliações diagnósticas e propostas de transição curricular 2020-2021-2022 bem-organizadas. Para isso, o desenvolvimento curricular a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode favorecer o design das competências essenciais para cada etapa escolar, considerando as especificidades e exigências de cada modalidade, conforme legislação e normas vigentes.

Se chegarmos ao final de 2021 sem as escolas retomarem plenamente o atendimento presencial, será muito desafiador o processo de recuperação da aprendizagem. O retorno às aulas presenciais é urgente e indispensável para assegurar o direito à educação de todas as crianças e jovens do país.

As circunstâncias impostas pela pandemia da COVID-19 à educação no mundo inteiro, a falta de engajamento dos jovens com o ensino remoto e a evasão escolar no Brasil, estão provocando perdas significativas de ensino que, se não mitigadas rapidamente, vão se traduzir em perdas socioeconômicas gigantescas para uma geração inteira de crianças e jovens brasileiros. É preciso definir ações urgentes no controle da pandemia para o retorno seguro às aulas presenciais e um compromisso social da nação para evitar que a defasagem da educação dos nossos estudantes roube as oportunidades de desenvolvimento futuro de toda uma geração com impactos gravíssimos para o desenvolvimento social e econômico do país.

O estudo “Indicador de Permanência Escolar”, lançado no final de maio deste ano pelo Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), mostrou que estados, que continuam sem aulas presenciais, já registravam, mesmo antes da pandemia, as mais altas taxas de adolescentes fora da escola. Com informações do Censo Escolar 2019, o instituto calculou o percentual de estudantes que passaram pela escola e a abandonaram.

O estudo destaca que 18% (dezoito por cento) dos jovens de 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos estavam sem estudar em 2019. A suspensão prolongada das aulas e a perda de renda das famílias são uma combinação perigosa para afastar os jovens dos estudos e aumentar as desigualdades. Passados 14 (quatorze) meses da crise sanitária, os

estados, que já tinham a maior proporção de alunos com menor condição socioeconômica e mais jovens fora da escola, ainda não reabriram suas escolas. Dos 15 (quinze) estados com taxa de jovens fora da escola mais alta do que a média do país, 11 (onze) ainda não retornaram com aulas presenciais nas redes públicas.

Diferentemente de outros indicadores, o Indicador de Permanência Escolar inclui todos os estudantes que deixaram os estudos. Em geral, os cálculos de abandono escolar só identificam a evasão em relação ao ano anterior. Com a nova forma de cálculo, o coordenador da pesquisa, Ernesto Faria, destaca que foi possível identificar todos os jovens que saíram da escola, em qualquer ano que tenha abandonado os estudos.

Os dados mostram que, enquanto, no Maranhão, 27% (vinte e sete por cento) dos jovens de 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos já não estavam mais na escola em 2019, em Santa Catarina, por exemplo, a taxa é bem menor, de 10% (dez por cento). A pesquisa retrata a enorme disparidade do sistema educacional brasileiro que não promove a equidade com ações de suporte aos mais vulneráveis.

Estes dados revelam a urgência do retorno às aulas presenciais em todo o país, a colaboração de todas as esferas de governo para assegurar a reabertura das escolas com segurança e a aceleração da vacinação para os profissionais de educação, como recentemente anunciada pelo Ministério da Saúde.

A gravidade da situação desencadeou um movimento nacional de Governadores e Prefeitos com o objetivo de estabelecer um Pacto Nacional Pelo Retorno Gradual, Seguro e Efetivo das Aulas Presenciais na Educação Básica de modo a garantir: a proteção dos estudantes e profissionais da educação e uma resposta educacional de qualidade para todos os sistemas de ensino. A proposta destaca os seguintes desafios:

– Aceleração da vacinação dos profissionais de educação;

– Parâmetros nacionais para orientar a reabertura segura;

– Protocolo-base sanitário; – Estratégias Educacionais de curto prazo;

– Cooperação Estado-Municípios; e

– Atos públicos nacionais e campanhas de esclarecimento à população mostrando o caráter inadiável da reabertura e as condições de segurança das escolas.

A esperança é contar com a educação remota como um aliado às estratégias de ensino na alternativa híbrida, de ensino presencial combinado com ensino não presencial, preferencialmente mediado por tecnologia, que pode viabilizar a ampliação do tempo de estudo das crianças e jovens e a recuperação das aprendizagens. Há uma geração em risco de ter comprometido o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional, mas este desafio precisa ser enfrentado e é possível superá-lo.

No entanto, mesmo com este esforço importante para mitigar os efeitos do fechamento das escolas, seu resultado é limitado por três razões principais, como aponta o Relatório do Todos Pela Educação denominado “Principais Impactos da Pandemia na Educação Básica”. Primeiro, o ensino remoto tem capacidade menor de promover o aprendizado dos estudantes na Educação Básica, em especial para aqueles que já tinham baixo desempenho e para as crianças que possuem menos autonomia para acompanhar as atividades remotas. Em segundo lugar, as estratégias adotadas pelas redes de ensino que não estavam preparadas para enfrentar essa situação inusitada foram insuficientes, com enormes variações entre as escolas e redes. Por fim, são conhecidas as dificuldades de muitos estudantes de maior vulnerabilidade em acessar as atividades, por não terem acesso à internet, a equipamentos tecnológicos ou a ambientes domésticos adequados às

atividades educacionais. Além disso, a pandemia desencadeou vários problemas econômicos, sociais e emocionais que afetam os alunos, as famílias e os profissionais da educação.

Diante deste cenário, é inevitável que as consequências dessas múltiplas crises tenham impactos educacionais ao longo dos próximos anos, provocando graves lacunas de aprendizagem que afetam o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais dos alunos. Se a defasagem na aprendizagem já se constituía como o maior desafio da educação brasileira, tais desafios foram acentuados com a pandemia.

No caso dos municípios, os impactos na Educação Infantil e nos anos iniciais afetaram intensamente o processo de alfabetização. Nas redes estaduais, mais concentradas no atendimento dos estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o impacto deve variar enormemente, dependendo das condições de oferta das atividades remotas, do engajamento dos estudantes, do acesso à conectividade e de bons sistemas de monitoramento das aprendizagens. Em todos os casos, um retorno seguro e efetivo às atividades presenciais, além dos cuidados sanitários e de acolhimento aos estudantes, requer uma reorganização das atividades pedagógicas, flexibilização curricular, priorização dos objetivos de aprendizagem mais essenciais, avaliações diagnósticas cuidadosas, extrema dedicação à recuperação da aprendizagem e avaliações formativas permanentes.

A garantia do direito à aprendizagem de todas as crianças e jovens deve ser a prioridade do Estado e da sociedade brasileira. Os desafios são grandes e dependem da capacidade de cooperação dos entes federados na articulação de um plano emergencial pautado em estratégias de curto e médio prazos que progressivamente promovam a educação com mais equidade e qualidade para todos.

Para tanto, recursos financeiros adicionais são necessários para garantir serviços de internet para alunos e professores da rede pública de ensino. Essa equidade no acesso tecnológico pode se beneficiar do uso dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para auxiliar a universalizar o acesso à internet educacional.

Com o objetivo de apoiar o retorno seguro às aulas presenciais, este parecer destaca a importância das orientações apresentadas pelos pareceres do CNE, homologados no ano de 2020 – o Parecer CNE/CP nº 5/2020, Parecer CNE/CP nº 9/2020, Parecer CNE/CP nº 11/2020, e o Parecer CNE/CP nº 19/2020, bem como, em especial, a Resolução CNE/CP nº 2/2020 – para subsidiar o planejamento de retorno efetivo às aulas presenciais, com prioridade aos seguintes aspectos:

1. Respeito aos protocolos sanitários locais e prioridade ao processo de vacinação dos profissionais de educação;

2. Reorganização dos calendários escolares considerando a flexibilização dos 200 (duzentos) dias letivos como definido no artigo 31 da Resolução CNE/CP nº 2/2020;

3. Busca ativa de estudantes;

4. Avaliações diagnósticas para orientar a recuperação das aprendizagens;

5. Replanejamento curricular considerando o contínuo curricular 2020-2021-2022;.

6. Manutenção das atividades remotas intercaladas com atividades presenciais quando necessário;

7. Adoção de estratégias de aprendizagem híbrida e uso de tecnologias para complementar as aulas presenciais;

8. Formação continuada de professores;

9. Articulação entre os três níveis de governo para assegurar o acesso dos estudantes às atividades remotas e melhoria da conectividade/acesso às tecnologias; e

10. Revisão dos critérios de promoção.

II – VOTO DA COMISSÃO

A Comissão vota favoravelmente à aprovação de Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar para serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares públicas, particulares, comunitárias e confessionais, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução anexo, da qual é parte integrante.

Brasília (DF), 6 de julho de 2021.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi (CES/CNE) – Presidente

Conselheira Maria Helena Guimarães de Castro (CEB/CNE) – Relatora

Conselheira Amábile Aparecida Pacios (CEB/CNE) – Membro

Conselheiro Anderson Luiz Bezerra da Silveira (CES/CNE) – Membro

Conselheiro Mozart Neves Ramos (CEB/CNE) – Membro

Conselheira Suely Melo de Castro Menezes (CEB/CNE) – Membro

Conselheiro Tiago Tondinelli (CEB/CNE) – Membro

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova, por unanimidade, o voto da Comissão.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 2021.

Conselheira Maria Helena Guimarães de Castro – Presidente

3.2 – Resoluções

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020 (*)

Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica(BNC-Formação Continuada).

A Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legaise regulamentares, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º e no art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB); no § 1º do art. 6º e no § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995; e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14/2020, homologado pela Portaria MEC nº 882, de 23 de outubro de 2020, publicada no DOU de 26 de outubro de 2020, Seção 1, pág. 57,

CONSIDERANDO que:

O art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define as incumbências dos docentes, com destaque para o Inciso III, com a incumbência de "*zelar pela aprendizagem dos alunos*";

O § 1º do art. 62 da LDB define que "*a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada ea capacitação dos profissionais de magistério*";

O inciso III do art. 63 da LDB define que "*os Institutos Superiores de Educação manterão (...) programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis*";

A Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

A Meta 16 do PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, define que, nos termos do art. 7º dessa Lei, "*a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aturarão em regime de colaboração*" para "*formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino*";

O § 1º do art. 5º das Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, entre outras disposições, estabelece que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores;

A BNCC prevê aprendizagens essenciais, a serem garantidas aos estudantes, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, as quais requerem o estabelecimento das pertinentes competências profissionais dos professores;

O § 8º do art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos destinados à formação de docentes para a Educação Básica terão por referência a BNCC;

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, em seu art. 11, estabelece o prazo de 2 (dois) anos, contados da data de homologação da BNCC, para que seja implementada a referida adequação curricular da formação docente;

Resolve:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º A presente Resolução dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores, que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), constante do Anexo desta Resolução, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação continuada de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, articuladamente com a BNC- Formação Continuada, têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docenteno âmbito da Educação Básica:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional; e

III - engajamento profissional.

Parágrafo único. Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos,éticos e competentes.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

Art. 5º As Políticas da Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, de competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação, tem como princípios norteadores:

I - Respeito aos fundamentos e objetivos da Constituição Federal (artigos 1º e 3º) em sua atuação profissional, honrando os princípios de soberania nacional, cidadania e dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do pluralismo político, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo desigualdades sociais e regionais, para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

II - Reconhecimento e valorização, no âmbito da Educação Básica, das instituições de ensino - com seu arcabouço próprio de gestão, e condicionada às autoridades pertinentes - como estrutura preferencial para o compartilhamento e a transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas - para assimilá-lo, transformá-lo e fazê-lo progredir - e a aquisição de competências sociais e emocionais- para fruí-lo plenamente;

III - Colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da política nacional de formação continuada de professores para a Educação Básica;

IV - Reconhecimento e valorização dos docentes como os responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos, a partir de uma formação sólida que leve em conta o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional;

V - Reconhecimento e valorização da materialização objetiva do direito à educação dos alunos como principal função social da instituição escolar, da atuação profissional e da responsabilidade moral dos docentes, gestores e demais funcionários, de acordo com:

a) o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando à plena expansão da personalidade humana, o reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos e uma cultura de paz; e

b) o Estatuto da Criança e do Adolescente, em particular os artigos 5º, 6º, 15, 16, 17, 18 e 18-A, respeitando explicitamente quanto ao acolhimento, atenção, responsabilidade na valorização da dignidade individual e coletiva dos alunos, respeito às limitações, peculiaridades e diferenças, além das formas adequadas de relacionamento, estímulo ao desenvolvimento integral dos alunos com atenção para seus direitos, deveres e formação ética;

c) as diretrizes do Plano Nacional de Educação; e

d) a Base Nacional Comum Curricular em vigência.

VI - Submissão, em sua atuação profissional, a sólidos valores de ética e integridade profissional, explicitados em ações concretas do cotidiano escolar que materializem os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão de recursos materiais e na interação interpessoal, além de comportamentos condizentes com a importância social dos profissionais de educação

como modelos de comportamento.

I - Reconhecimento e valorização das contribuições dos membros das famílias dos alunos, de suas comunidades de origem e da sociedade como importantes coadjuvantes no sucesso escolar deles, conforme o artigo 205 da Constituição Federal, por meio de:

a) promoção de um ambiente educacional saudável e propício ao empenho acadêmico; e

b) entendimento, respeito e colaboração mútuos, com vista ao pleno desenvolvimento de cada aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

II - Reconhecimento e valorização das contribuições de todos os profissionais, assessores, colaboradores e voluntários que participam das atividades e processos conduzidos nas instituições escolares como de fundamental importância para a consecução de seus objetivos institucionais e sociais, por meio da materialização de uma sólida ética profissional, que explicita, em ações concretas no cotidiano escolar, os princípios de cordialidade, assiduidade, pontualidade e apresentação pessoal.

Art. 6º Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial de Professores da Educação Básica, são fundamentos pedagógicos da formação continuada de docentes da Educação Básica:

I - Reconhecimento das instituições de ensino que atendem à Educação Básica como contexto preferencial para a formação de docentes, da sua prática e da sua pesquisa;

II - Desenvolvimento permanente das competências e habilidades de compreensão, interpretação e produção de textos de complexidade crescente, pelo menos em língua portuguesa, tendo como base o domínio da norma culta;

III - Desenvolvimento permanente das competências e habilidades de raciocínio lógico-matemático, ou seja, conhecimento sobre números e operações, álgebra; geometria, grandezas e medidas, e probabilidade e estatística;

IV - Desenvolvimento permanente tanto do conhecimento dos conceitos, premissas e conteúdos de sua área de ensino, quanto do conhecimento sobre a lógica curricular da área do conhecimento em que atua e das questões didático-pedagógicas (como planejar o ensino, criar ambientes favoráveis ao aprendizado, empregar linguagens digitais e monitorar o processo de aprendizagem por meio do alcance de cada um dos objetivos propostos), mantendo oalinhamento com as normativas vigentes e aplicáveis quanto às expectativas de aprendizagem;

V - Atualização permanente quanto à produção científica sobre como os alunos aprendem, sobre os contextos e características dos alunos e sobre as metodologias pedagógicas adequadas às áreas de c/onhecimento e etapas nas quais atua, de forma que asdecisões pedagógicas estejam sempre embasadas em evidências científicas que tenham sido produzidas, levando em conta o impacto de cada tipo de determinante nos resultados de aprendizagem dos alunos e das equipes pedagógicas;

VI - Desenvolvimento permanente da capacidade de monitoramento do aprendizado próprio e dos alunos, como parte indissociável do processo de instrução, a qual, consideradas as expectativas de aprendizagem, possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição de resultado, além das necessárias correções de percurso;

VII - Desenvolvimento de capacidade gestora (gestão inclusiva e democrática) de equipes, instituições e redes de ensino, de forma a construir e consolidar uma cultura institucionalizada de sucesso e eficácia escolar para todos os alunos e membros das equipes, levando em consideração as características institucionais, as normativas, os costumes, ocontexto sociocultural das instituições e das redes de ensino, bem como a sua clientela e o seuentorno;

VIII - Desenvolvimento pessoal e profissional integral dos docentes e das equipes pedagógicas, por meio da capacidade de autoconhecimento, da aquisição de cultura geral ampla e plural, da manutenção da saúde física e mental, visando a constituição e integração de conhecimentos, experiências relevantes e pertinentes, competências, habilidades, valores e formas de conduta que respeitam e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e

IX - Fortalecimento permanente da interdependência entre ensino e pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, no desenvolvimento integral de docentes, equipes pedagógicas e alunos, na interação com famílias e comunidades do contexto deensino e no desenho, implementação, monitoramento e aprimoramento de políticaseducacionais de sucesso e eficácia escolar.

Parágrafo único. No referente ao regime de colaboração, como estratégia e prática formativa, devem ser estimulados o intercâmbio e a cooperação horizontal entre diferentes escolas, redes escolares, instituições e sistemas de ensino, promovendo o fortalecimento do regime de colaboração, inclusive mediante, entre outros, o modelo de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), em conformidade com o § 7º do artigo 7º da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Art. 7º A Formação Continuada, para que tenha impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente, deve atender as características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica:

I - Foco no conhecimento pedagógico do conteúdo - pressupõe o desenvolvimento de conhecimentos de como os estudantes aprendem, no uso de estratégias diferentes para garantiro aprendizado de todos e na ampliação do repertório do professor que lhe permita compreender o processo de aprendizagem dos conteúdos pelos estudantes;

II - Uso de metodologias ativas de aprendizagem - as formações efetivas consideram oformador como facilitador do processo de construção de aprendizados que ocorre entre e/ou com os próprios participantes, sendo que entre as diferentes atividades de uso de metodologias ativas estão: a pesquisa-ação, o processo de construção de materiais para as aulas, o uso de artefatos dos próprios discentes para reflexão docente, o aprendizado em cima do planejamento de aulas dos professores;

III - Trabalho colaborativo entre pares - a formação é efetiva quando profissionais da mesma área de conhecimento, ou que atuem com as mesmas turmas, dialoguem e reflitam sobre aspectos da própria prática, mediados por um com maior senioridade, sendo que comunidades de prática com tutoria ou facilitação apropriada podem ser bons espaços para trabalho colaborativo, principalmente para professores de escolas menores, que não possuem colegas da mesma área de atuação para diálogo.

IV - Duração prolongada da formação - adultos aprendem melhor quando

têm a oportunidade de praticar, refletir e dialogar sobre a prática, razão pela qual formações curtas não são eficazes, precisando ser contínua a interação entre os professores e os formadores, sendo, assim, a formação em serviço na escola a mais efetiva para melhoria da prática pedagógica, por proporcionar o acompanhamento e a continuidade necessários para mudançasresilientes na atuação do professor; e

V - Coerência sistêmica - a formação de professores é mais efetiva quando articulada e coerente com as demais políticas das redes escolares e com as demandas formativas dos professores, os projetos pedagógicos, os currículos, os materiais de suporte pedagógico, o sistema de avaliação, o plano de carreira e a progressão salarial, sendo importante considerar sempre as evidências e pesquisas mais recentes relacionadas com a formação de professores, bem como as orientações do governo federal, de associações especializadas e as inovações do meio educacional, valendo atentar que, quando se trata da formação de professores, a coerência sistêmica alcança também a preparação dos formadores ou dos docentes das licenciaturas, cuja titulação se situa em nível de pós-graduação por exigência legal, uma vez que a docência nesse nível, pautada nos presentes critérios, pode propiciar, aos futuros professores, experiências de aprendizagem análogas àquela que se espera que o professor da Educação Básica propicie a seus alunos.

Art. 8º A Formação Continuada para docentes que atuam em modalidades específicas, como Educação Especial, do Campo, Indígena, Quilombola, Profissional, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), por constituírem campos de atuação que exigem saberes e práticas contextualizadas, deve ser organizada atendendo as respectivas normas regulamentadoras do Conselho Nacional de Educação (CNE), além do prescrito nesta Resolução.

CAPÍTULO III
DOS CURSOS E PROGRAMAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DEPROFESSORES

Art. 9º Cursos e programas flexíveis, entre outras ações, mediante atividades formativas diversas, presenciais, a distância, semipresenciais, de forma híbrida, ou por outras estratégias não presenciais, sempre que o processo de ensino assim o recomendar, visando ao desenvolvimento profissional docente, podem ser oferecidos por IES, por organizações especializadas ou pelos órgãos formativos no âmbito da gestão das redes de ensino, como:

I - Cursos de Atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;

II - Cursos e programas de Extensão, com carga horária variável, conforme respectivos projetos;

III - Cursos de Aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;

IV - Cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, de acordo com as normas do CNE;

V - Cursos ou programas de Mestrado Acadêmico ou Profissional, e de Doutorado, respeitadas as normas do CNE, bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Parágrafo único. Os cursos e programas referidos neste artigo devem atender os critérios de qualidade expressos no artigo 7º desta Resolução, bem como a sua

adequação às necessidades formativas das unidades e redes escolares, considerando seus diversos contextos. Art. 10 Para garantir a articulação entre os diferentes cursos e programas destinados à Formação Continuada de Professores, e para superar a fragmentação e ausência de articulação dos diferentes saberes, é recomendada às IES a criação de institutos/unidades integradas para a formação de professores, que tenham no seu corpo docente, além daqueles que compõem a instituição formadora, professores experientes das redes escolares de ensino, criando, assim, uma ponte orgânica e contextualizada entre a Educação Superior e a Educação Básica.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Art. 11 As políticas para a Formação ao Longo da Vida, em Serviço, implementadas pelas escolas, redes escolares ou sistemas de ensino, por si ou em parcerias com outras instituições, devem ser desenvolvidas em alinhamento com as reais necessidades dos contextos e ambientes de atuação dos professores.

Art. 12 A Formação Continuada em Serviço deve ser estruturada mediante ações diversificadas destinadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas ao longo da vida profissional, e contextualizada com as práticas docentes efetivamente desenvolvidas.

Art. 13 A Formação Continuada em Serviço deve oferecer aos docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas, atendendo ao disposto no Parágrafo único do artigo 61 da LDB.

Art. 14 A programação da Formação Continuada em Serviço deve ser articulada com programas e cursos flexíveis e modulados, que permitam a complementação, atualização ou aperfeiçoamento de seu processo de desenvolvimento profissional.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Fica fixado o prazo limite de até 2 (dois) anos, a partir da publicação desta Resolução, para implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e da anexa BNC-Formação Continuada, como definidas e instituídas pela presente Resolução.

Art. 16 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

ANEXO I
BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DEPROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO CONTINUADA)
COMPETÊNCIAS GERAIS

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu epertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com estas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para romover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

DOCENTES

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS VINCULADAS ÀS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO, DA PRÁTICA E DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAIS E ÀSSUAS RESPECTIVAS ÁREAS

DIMENSÕES	CONHECIMENTO PROFISSIONAL	PRÁTICA PROFISSIONAL		ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
		PRÁTICA PROFISSIONAL - PEDAGÓGICA	PRÁTICA PROFISSIONAL - INSTITUCIONAL	
SÍNTESE	Aquisição de conhecimentos específicos de sua área, do ambiente institucional e sociocultural e de autoconhecimento	Prática profissional referente aos aspectos didáticos e pedagógicos	Prática profissional referente a cultura organizacional das instituições de ensino e do contexto sócio cultural em que está inserido	Comprometimento com a profissão docente assumindo o pleno exercício de suas atribuições e responsabilidades

COMPETÊNCIAS 1	**Área do Conhecimento e de Conteúdo Curricular**			
	1.1 Dominar os conteúdos dasdisciplinas ou áreasde conhecimento em que atua e conhecer sobre a sua lógica curricular	2a.1 Planejar e desenvolver sequências didáticas, recursose ambientes peda-gógicos, deforma a garantir aprendizagem efetiva de todos os alunos	2b.1 Planejar e otimizar a Infraestrutura institucional, o Currículo e os recursos de ensino-aprendizagem disponíveis	3.1 Fortalecer e comprometer-se com uma culturade altas Expecta tivas acadêmicas, de sucesso e de eficácia escolarpara todos osalunos
COMPETÊNCIAS 2	**Área Didática-Pedagógica**			
	1.2 Conhecer comoplanejar o ensino,sabendo como selecionar estratégias, definir objetivos e aplicaravaliações	2a.2 Planejar o ensino, elaborando estratégias, objetivos e avaliações, de forma a garantir aaprendizagem efetiva dos alunos	2b.2 Incentivar a colaboração profissional e interpessoal com o objetivo de Materializar objetiva-mente o direito à educação detodos os alunos	3.2 Demonstraraltas expectativassobre as Possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos procurando sempre se aprimorar por meio da Investiga-ção e do com-partilhamento
COMPETÊNCIAS 3	**Área de Ensino e Aprendizagem para todos os Alunos**			
	1.3 Conhecer sobre os alunos, suas características e como elas afetam o aprendizado, valendo-se de evidências Científicas	2a.3 Viabilizar estratégias de ensino que considerem as características do desenvolvimento e da idade dos alunos e assim, contribuam para uma aprendizagem eficaz	2b.3 Apoiar a avaliação e a alocação de alunos em instituições educacionais, turmas e equipes, dimensionando as necessidades e interagindo com as redes locais de proteção social	3.3 Interagir com alunos, suas famílias e comunidades, como base para construir laços de pertencimento, engajamento acadêmico e colaboração mútua
COMPETÊNCIAS 4	**Área sobre o Ambiente Institucional e o Contexto Sociocultural**			
	1.4 Conhecer o ambiente institucional e sociocultural docontexto de atuaçãoprofissional	2a.4 Utilizar ferramentas pedagógicas que facilitem uma adequada mediação entre os conteúdos, os alunos e as particularidades culturais e sociais dos respectivos contextos de aprendizagem	2.4 Contribuir para o desenvolvimento da administração geral do ensino, tendo como base as necessidades dos alunos e do contexto institucional, e considerando a legislação e a política regional	3.4 Atuar profissionalmente no seu ambiente institucional, observando e respeitando normas e costumes vigentes em cada contexto e comprometendo-se com as políticas educacionais
COMPETÊNCIAS 5	**Área sobre o Desenvolvimento e Responsabilidades Profissionais**			
	1.5 Autoconhecer-separa estruturar o desenvolvimento pessoal e profissional	2a.5 Instituir prática de autoavaliação, à luz da aprendizagem de seus alunos, a fim de conscien-tizar-sede suas próprias necessi-dades de desenvol-vimento profissional	2b.5 Planejar seu desenvolvimento pessoal e sua formação conti-nuada, servindo-se dos sistemas de apoio aotrabalho docente	3.5 Investir no aprendizado constante, atento àsua saúde física e mental, e dispostoa ampliar sua cultura geral e seus conhecimentos específicos

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES DA DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL

1.1 Dominar os conteúdos das disciplinas ou áreas de conhecimento em que atua e conhecer sobre a sua lógica curricular;

1.1.1 Conhecer e compreender os princípios e os conceitos centrais das disciplinasou áreas de conhecimento que ensina;

1.1.2 Compreender a relação dos conteúdos que ensina com os das outras disciplinas;

1.1.3 Conhecer a relação dos conteúdos que ensina com o contexto no qual o aluno está inserido;

1.1.4 Reconhecer a(s) normativa(s) curricular(es) vigente(s) e as sua(s) relações com referências filosóficas, estéticas, sociológicas e antropológicas, nacionais e internacionais;

1.1.5 Definir altas expectativas acadêmicas para cada disciplina ou área de conhecimento em que atua;

1.1.6 Compreender os níveis de dimensões dos processos cognitivos e dos conhecimentos, utilizando as linguagens adequadas para cada um dos elementos;

1.1.7 Identificar a estrutura de um currículo, detalhando as disciplinas ou áreas de conhecimento em que atua, e desdobrando os objetivos de aprendizagem que devem ser alcançados por seus alunos em cada período letivo;

1.1.8 Dominar as competências gerais de aprendizagem da disciplina ou da área de conhecimento em que atua;

1.1.9 Dominar e explicitar a progressão horizontal e vertical de cada habilidade definida; e

1.1.10 Diferenciar “processo de compreensão” de “processo de aquisição de conhecimentos”, reconhecendo que, para se obter uma aprendizagem eficaz, é necessário especificar e graduar os objetivos educacionais desejados.

1.2 Conhecer como planejar o ensino, sabendo como selecionar estratégias, definir objetivos e aplicar avaliações;

1.2.1 Conhecer estratégias, recursos de ensino e atividades adequadas aos objetos de conhecimento ou campos de experiência das áreas nas quais atua;

1.2.2 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos alunos desenvolver ~~as~~ competências necessárias e que favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores, atendendo às necessidades específicas de aprendizado dos alunos em toda a gama de habilidades;

1.2.3 Conhecer estratégias que possibilitem implementar e monitorar normas deconvivência;

1.2.4 Conhecer as dificuldades mais recorrentes na aprendizagem para orientar nas escolhas das estratégias de ensino, planejando e estruturando as aulas de modo a representar, explicar, relacionar, formular e comunicar os temas de sua área de forma compreensível aos alunos;

1.2.5 Dominar diferentes formas de organização de tempos, espaços e utilização derecursos adequados às etapas e áreas nas quais atua;

1.2.6 Conhecer objetivos, características, procedimentos e usos de diferentes tipos deavaliações; e

1.2.7 Demonstrar conhecimento de variados recursos - incluindo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) -, capazes de envolver cognitivamente e emocionalmente os alunos em seus aprendizados.

1.3 Conhecer sobre os alunos, suas características e como elas afetam oaprendizado, valendo-se de evidências científicas;

1.3.1 Demonstrar conhecimento e compreensão sobre como os alunos aprendem e asimplicações para o ensino;

1.4 Conhecer as características do desenvolvimento e da aprendizagem correspondentes às faixas etárias dos alunos com os quais atua;

1.4.1 Conhecer e diferenciar os alunos para os quais leciona: o que pensam, o que sabem, suas vivências, experiências, características e maneiras de aprender;

1.4.2 Reconhecer a importância de saber os contextos de vida dos alunos, emespecial as particularidades familiares e culturais;

1.4.3 Identificar habilidades dos alunos para poder potencializá-los, considerando asnecessidades e seus interesses educativos; e

1.4.4 Identificar as necessidades de apoio, de acordo com o desenvolvimento pessoale acadêmico dos alunos.

1.4. Conhecer o ambiente institucional e sociocultural do contexto de atuação profissional;

1.4.1 Atualizar-se sobre as políticas de educação, os programas educacionais, a legislação e a profissão docente, nos âmbitos nacional, estadual e municipal;

1.4.2 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e ~~a~~ sua articulação com os outros setores envolvidos; e

1.4.3 Conhecer o projeto pedagógico da instituição de ensino em que atua, assim como as suas normas de funcionamento e de convivência.

1.5. Autoconhecer-se para estruturar o desenvolvimento pessoal e profissional;

1.5.1 Identificar suas necessidades de aperfeiçoamento e traçar um plano de desenvolvimento capaz de contribuir para a melhoria do seu desempenho profissional; e

1.5.2 Analisar criticamente sua prática de ensino com base nos resultados deaprendizagem de seus alunos.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES DA DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL – PEDAGÓGICA

2a.1 Planejar e desenvolver sequências didáticas, recursos e ambientes pedagógicos,de forma a garantir aprendizagem efetiva de todos os alunos:

2a.1.1 Criar sequências didáticas coerentes com os objetivos de aprendizagem definidos pela(s) normativa(s) curricular(es) vigente(s);

2a.1.2 Elaborar planejamentos de aula coerentes, que conectem objetivos de aprendizagem claros e precisos, com as atividades avaliativas e com as experiências que serãoselecionadas, para que os alunos atinjam a compreensão desejada;

2a.1.3 Estabelecer objetivos de aprendizagem desafiadores;

2a.1.4 Considerar os diferentes domínios cognitivos e as dimensões do conhecimento quando da definição dos objetivos pedagógicos, elaborando-os para que sejam observáveis e mensuráveis; e

2a.1.5 Planejar o ensino com base no currículo, nos conhecimentos prévios e nas experiências dos alunos, certificando-se de que o conteúdo das aulas seja compreensível para todos os alunos.

2a.2 Planejar o ensino, elaborando estratégias, objetivos e avaliações, de forma a garantir a aprendizagem efetiva dos alunos;

2a.2.1 Utilizar atividades de ensino que envolvem variadas formas de expressão oral, leitura e escrita dos alunos, relacionando-os às aprendizagens de outras áreas do conhecimento;

2a.2.2 Organizar e administrar o tempo da aula a favor do processo de aprendizagem de toda a turma;

2a.2.3 Abordar o conteúdo da aula com rigorosidade conceitual e linguagem clara; 2a.2.4 Comunicar de forma clara e precisa os objetivos gerais e específicos da

aprendizagem, criando um ambiente favorável para a aprendizagem por meio do diálogo e da escuta ativa;

2a.2.5 Formular perguntas instigantes e conceder tempo necessário para resolvê-las; 2a.2.6 Utilizar estratégias para monitorar e abordar educativamente o cumprimento

das normas de convivência;

2a.2.7 Responder assertivamente e de forma eficaz à quebra das regras da convivência, usando abordagens práticas para gerenciar comportamentos desafiadores;

2a.2.8 Utilizar estratégias avaliativas diversificadas, coerentes com os objetivos de aprendizagem e campos de experiências, permitindo que todos os alunos demonstrem ter aprendido;

2a.2.9 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; e

2a.2.10 Observar, ativa e passivamente, atividades pedagógicas com base em protocolos pré-estabelecidos e monitorar a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos e de seus pares.

2a.3 Viabilizar estratégias de ensino que considerem as características do desenvolvimento e da idade dos alunos e, assim, contribuam para uma aprendizagem eficaz;

2a.3.1 Usar o conhecimento sobre como os alunos aprendem e sobre os contextos e ascaracterísticas dos alunos para planejar o ensino;

2a.3.2 Promover, gradualmente, o uso mais preciso e relevante da linguagem oral eescrita; e

2a.3.3 Estruturar situações de aprendizagem desafiadoras considerando os saberes eos interesses dos alunos para que todos avancem.

2a.4 Utilizar ferramentas pedagógicas que facilitem uma adequada mediação entre os conteúdos, os alunos e as particularidades culturais e sociais dos respectivos contextos de aprendizagem;

2a.4.1 Promover o respeito e a participação de todos os alunos nas ações educativas, considerando a diversidade étnica, de gênero, cultural, religiosa e socioeconômica;

2a.4.2 Utilizar estratégias que apoiam o currículo e os requisitos legais; e

2a.4.3 Identificar diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, alunos de menor rendimento, etc.) que engajemintelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.

2a.5 Instituir prática de autoavaliação, à luz da aprendizagem de seus alunos, a fim de conscientizar-se de suas próprias necessidades de desenvolvimento profissional;

2a.5.1 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos alunos e utilizar esses resultados para retroalimentar a sua prática pedagógica; e

2a.5.2 Reformular e desenhar o seu aperfeiçoamento profissional de acordo com as evidências que recolhe sobre a aprendizagem de seus alunos.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES DA DIMENSÃO DA PRÁTICAPROFISSIONAL - INSTITUCIONAL

2b.1 Planejar e otimizar a infraestrutura institucional, o currículo e os recursos de ensino-aprendizagem disponíveis;

2b.1.1 Selecionar recursos de ensino-aprendizagem existentes na unidade educacional, para contemplar o acesso ao conhecimento de seus alunos;

2b.1.2 Utilizar os diferentes espaços, infraestrutura e recursos disponíveis para o planejamento de atividades pedagógicas que considerem os diferentes domínios cognitivos e dimensões do pensamento;

2b.1.3 Contribuir para a construção e atualização do currículo da instituição de ensino onde atua, visando o contínuo aperfeiçoamento;

2b.1.4 Estruturar os espaços e ambientes de maneira flexível e coerente com as situações de aprendizagem propostas; e

2b.1.5 Demonstrar compreensão das questões relevantes e das estratégias disponíveis para apoiar o uso seguro, responsável e ético das TICs no aprendizado e no ensino.

2b.2 Incentivar a colaboração profissional e interpessoal, com o objetivo de materializar objetivamente o direito à educação de todos os alunos;

2b.2.1 Estabelecer um clima de relações interpessoais respeitosas e empáticas, promovendo atitudes de compromisso e de solidariedade com seus colegas de trabalho;

2b.2.2 Promover o diálogo com seus colegas de trabalho em torno de aspectos pedagógicos e didáticos;

2b.2.3 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis;

2b.2.4 Manter registros precisos e confiáveis das realizações dos alunos;

2b.2.5 Construir coletivamente estratégias para assegurar a aprendizagem de todos os alunos na unidade escolar;

2b.2.6 Planejar atividades integradas que levem em consideração as necessidades de desenvolvimento integral dos alunos; e

2b.2.7 Compartilhar suas práticas profissionais, dialogando com os pares sobre assuntos pedagógicos, inclusive com uso de recursos tecnológicos.

2b.3 Apoiar a avaliação e a alocação de alunos em instituições educacionais, turmas e equipes, dimensionando as necessidades e interagindo com as redes locais de proteção social;

2b.3.1 Utilizar diferentes formas de agrupamento de alunos para potencializar o processo de aprendizagem;

2b.3.2 Apoiar a aprendizagem dos alunos em ambientes e grupos variados;

2b.3.3 Identificar e dar assistência aos alunos com problemas básicos de aprendizagem;

2b.3.4 Informar as famílias sobre os processos de aprendizagem que serão abordados durante o ano letivo;

2b.3.5 Informar periodicamente as famílias sobre o progresso da aprendizagem de seus filhos; e

2b.3.6 Contribuir para envolver as famílias nas atividades de aprendizado, recreação e convivência de seus alunos.

2b.4 Contribuir para o desenvolvimento da administração geral do ensino, tendo como base as necessidades dos alunos e do contexto institucional, e considerando a legislação e a política regional;

2b.4.1 Participar ativamente da comunidade de professores da instituição de ensino, colaborando com os projetos institucionais para a promoção da eficácia escolar;

2b.4.2 Contribuir para criar e manter comunidades de aprendizagem em suas salas de aula, em suas instituições de ensino e em suas redes profissionais; e

2b.4.3 Participar das instâncias colegiadas de maneira propositiva, comprometendo-se com as decisões tomadas.

2b.5 Planejar seu desenvolvimento pessoal e sua formação continuada, servindo-se dos sistemas de apoio ao trabalho docente;

2b.5.1 Analisar, sistematicamente, os dados das avaliações internas e externas, para replanejar as ações didático-pedagógicas e aprimorar suas práticas;

2b.5.2 Fazer uso das ofertas de serviço de apoio à formação docente para planejar suas futuras formações;

2b.5.3 Refletir sistematicamente sobre sua prática; e

2b.5.4 Utilizar estratégias para criar e manter um ambiente de trabalho organizado.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES DA DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL

Fortalecer e comprometer-se com uma cultura de altas expectativas acadêmicas, de sucesso e de eficácia escolar para todos os alunos;

3.1.1 Conhecer pesquisas e estudos sobre como obter sucesso e eficácia escolar paratodos os alunos;

3.1.2 Desenhar projetos e outras ações, em conjunto com a equipe escolar, parafomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos; e

3.1.3 Conhecer e inserir em seu cotidiano, políticas nacionais de educaçãorelacionadas ao currículo, gestão educacional e profissão docente.

3.2 Demonstrar altas expectativas sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, procurando sempre se aprimorar por meio da investigação e do compartilhamento;

3.2.1 Oferecer suporte adequado para que seus alunos possam sempre se desenvolvere aprender de acordo com seu potencial e características pessoais;

3.2.2 Tratar os alunos de maneira equitativa;

3.2.3 Abordar os erros e os fracassos como ocasiões para enriquecer o processo de aprendizagem; e

3.2.4 Estudar e compartilhar práticas profissionais, dialogando com seus pares sobre assuntos pedagógicos, de forma presencial ou a distância;

3.3 Interagir com alunos, suas famílias e comunidades, como base para construir laços de pertencimento, engajamento acadêmico e colaboração mútua;

3.3.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação;

3.3.2 Estabelecer e manter, com as famílias, relacionamentos colaborativos e respeitosos com foco na aprendizagem e no bem-estar dos alunos;

3.3.3 Comunicar-se com as famílias e a comunidade, de forma acessível e objetiva, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicaçãoenvolvendo a comunidade nas ações educativas;

3.3.4 Dialogar com outros atores e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento dos alunos; e

3.3.5 Compreender as políticas e processos legislativos, administrativos e organizacionais relevantes e necessários para que os professores possam atuar de forma eficaz.

3.4 Atuar profissionalmente no seu ambiente institucional, observando e respeitando normas e costumes vigentes em cada contexto e comprometendo-se com as políticas educacionais;

3.4.1 Engajar-se, de modo coletivo, com os colegas de trabalho na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliaçãode estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula e o ensino e aprendizagem de todos osalunos;

3.4.2 Buscar e aplicar *feedback* construtivo de supervisores e professores paramelhorar as suas práticas de ensino;

3.4.3 Analisar criticamente a realidade de sua instituição de ensino à luz das políticaseducacionais; e

3.4.4 Conhecer as políticas e objetivos da instituição de ensino, bem como comprometer-se com suas normas de funcionamento.

3.5 Investir no aprendizado constante, atento à sua saúde física e mental, e dispostoa ampliar sua cultura geral e seus conhecimentos específicos;

3.5.1 Identificar necessidades e planejar propostas para o aprimoramento do seu aprendizado profissional de acordo com a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores;

3.5.2 Assumir a responsabilidade do seu autodesenvolvimento e do aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas e/ou desenvolvendo outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais e/ou com uso de recursos digitais;

3.5.3 Atuar com responsabilidade profissional e de maneira ética;

3.5.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral; e

3.5.5 Mobilizar-se para ampliar aprimorar seus conhecimentos, suas práticas profissionais e seu repertório cultural.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020 (*)

Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

A Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o mandato do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020; o disposto no § 1º do art. 8º, no § 1º do art. 9º e nos arts. 12 a 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB); no § 1º do art. 6º e no § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995; nos Pareceres CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, CNE/CP nº 9, de 8 de junho de 2020, e CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020; bem como no Parecer CNE/CP nº 19, de 8 de dezembro de 2020, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação de 9 de dezembro de 2020, publicado no DOU de 10 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 106, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º A presente Resolução tem por objeto a definição de Diretrizes Nacionais orientadoras dos sistemas de ensino para a implementação do disposto na Lei nº 14.040/2020 pelas instituições e redes escolares de Educação Básica e Instituições de Educação Superior, públicas, privadas, comunitárias e confessionais.

Parágrafo único. As Diretrizes têm como referências a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020; o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; os arts. 206 e 209 da Constituição Federal; o art. 4º-A e os arts. 12 a 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e os Pareceres CNE/CP nº 5/2020, CNE/CP nº 9/2020 e CNE/CP nº 11/2020.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Dos Dias Letivos e da Carga Horária

Art. 2º As instituições escolares de Educação Básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensadas, em caráter excepcional, durante o ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020:

I – na Educação Infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de

dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do art. 31 da Lei nº 9.394/1996; e

II – no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual nos termos do inciso II do art. 2º da Lei nº 14.040/2020.

Parágrafo único. O município que optou por manter a rede municipal integrada ao sistema estadual de ensino, nos termos do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.394/1996, deverá observar as normas educacionais do respectivo Conselho Estadual de Educação.

Seção II

Dos Direitos e Objetivos de Aprendizagem

Art. 3º O cumprimento do disposto no *caput* do art. 2º desta Resolução fica subordinado:

I – na Educação Básica, ao processo educativo que visa ao atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para cada etapa educacional, expressos nas competências previstas na BNCC e desdobradas nas propostas pedagógicas e nos currículos das instituições escolares ou redes de ensino, bem como nas pertinentes Diretrizes Curriculares e Operacionais Nacionais.

II – na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ao processo educativo que visa ao desenvolvimento de competências profissionais previstas nos respectivos Planos de Curso, nos termos das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 4º Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, e observando-se que a legislação educacional (LDB, art. 23) e a BNCC admitem diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia pode ser efetivada no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um *continuum* curricular de 2 (duas) séries ou anos escolares contínuos, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 1º O reordenamento curricular do que restar do ano letivo de 2020 e o do ano letivo seguinte pode ser reprogramado, aumentando-se os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021 para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior, ao abrigo do *caput* do art. 23, da Lei nº 9.394/1996, que prevê a adoção de regimes diferenciados e flexíveis de organização curricular, mediante formas diversas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º Para os estudantes que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio são necessárias medidas específicas definidas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares relativas ao ano letivo de 2020, de modo a garantir aos estudantes a possibilidade de conclusão da respectiva etapa da Educação Básica, e a garantir a possibilidade de mudança de nível ou unidade escolar, e de acesso ao Ensino Médio e Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme o caso.

§ 3º A reorganização das atividades educacionais, quando houver, deve minimizar os impactos das medidas de isolamento na aprendizagem dos estudantes,

considerando o longo período de suspensão das atividades educacionais presenciais nos ambientes escolares.

Seção III

Do Planejamento Escolar

Art. 5º A normatização da reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública de todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, especialmente em seus arts. 22 a 28, 31, 34, 36, 36-D e 39, é de competência de cada sistema de ensino.

Art. 6º O cumprimento da carga horária mínima prevista pode ser por meio de uma ou mais das seguintes alternativas:

I – reposição da carga horária de modo presencial ao final do período de emergência;

II – cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais, realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, coordenado com o calendário escolar de aulas presenciais; e

III – cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de modo concomitante com o período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades.

§ 1º A reposição de carga horária pode estender-se para o ano civil seguinte de modo presencial ou não presencial, mediante programação de atividades escolares no contraturno ou em datas programadas no calendário original como dias não letivos, ou, ainda, nos termos do art. 4º desta Resolução.

§ 2º A critério dos sistemas, secretarias de educação e instituições de ensino, a reposição dos objetivos de aprendizagem poderá ocorrer quando do não aproveitamento dos estudantes, como forma de recuperação da aprendizagem.

§ 3º No caso das instituições de ensino das redes privadas, comunitárias e confessionais, o eventual plano de reposição de aulas deverá ser estabelecido de comum acordo entre a escola e os pais de cada aluno.

Art. 7º Os sistemas de ensino e instituições das redes privadas, comunitárias e confessionais possuem autonomia para normatizar a reorganização dos calendários e replanejamento curricular para as instituições a eles vinculadas, devendo essa reorganização escolar:

I – assegurar formas de alcance por todos os estudantes das competências e objetivos de aprendizagem relacionados com a BNCC e/ou proposta curricular de cada sistema de ensino, instituição ou rede escolar;

II – possibilitar o retorno gradual das atividades com presença física dos estudantes e profissionais da educação na unidade de ensino, seguindo orientações das autoridades sanitárias locais;

III – prever, na reposição de carga horária presencial, períodos de intervalos para recuperação física e mental de professores e estudantes, prevendo períodos, ainda que breves, de recesso escolar, férias e fins de semana;

IV – prever o direito de guarda dos dias em que, segundo os preceitos da religião do estudante, sejam vedadas atividades, nos termos do art. 7º-A da LDB, no exercício da liberdade de consciência e de crença, bem como prever, para os profissionais da educação, o mesmo direito, com a prestação alternativa de trabalho;

V – organizar registro detalhado das atividades não presenciais desenvolvidas em cada instituição escolar, durante seu fechamento, o que é fundamental para a reorganização e o cômputo da equivalência de horas cumpridas em relação às 800 (oitocentas) horas anuais previstas na legislação e normas educacionais, contendo descrição das atividades não presenciais relacionadas com os objetivos de aprendizagem da BNCC, de acordo com a proposta curricular da instituição ou da rede escolar, no âmbito de cada sistema de ensino, considerando a equivalência das atividades propostas em relação ao cumprimento dos objetivos propostos no currículo, para cada ano e cada componente curricular; e

VI – organizar, durante o período de isolamento e quando estabelecido o retorno de atividades presenciais, processo próprio de avaliação formativa ou diagnóstica dos estudantes a critério dos sistemas, redes e instituições de ensino.

Art. 8º Cabe aos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, bem como às secretarias de educação e às instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, definir seu calendário de retorno às aulas, em acordo com as decisões das autoridades sanitárias locais e dos entes federados, tendo em conta análise que identifique os riscos envolvidos na volta às aulas presenciais e, quando possível, apresentar mapeamento dosriscos locais e/ou regionais.

Seção IV

Do Retorno às Atividades Presenciais

Art. 9º A volta às aulas presenciais deve ser gradual, por grupos de estudantes, etapas ou níveis educacionais, em conformidade com protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias locais, pelos sistemas de ensino, secretarias de educação e instituições escolares, com participação das comunidades escolares, considerando as características de cada unidade educacional, observando regras de gestão, de higiene e de distanciamento físico de estudantes,de funcionários e profissionais da educação, com escalonamento de horários de entrada e saída para evitar aglomerações, e outras medidas de segurança recomendadas.

§ 1º Tomadas as medidas de segurança determinadas e regulamentadas pelas autoridades locais, os sistemas de ensino, as secretarias de educação e as instituições escolares, conforme as circunstâncias, definem o calendário de retorno gradual para as diferentes etapas da Educação Básica.

§ 2º Devem ser especialmente planejadas as atividades dos professores, presencial e não presencial, em função do retorno parcial escalonado dos estudantes ao ambiente escolar.

Art. 10. As Secretarias Estaduais e Municipais de Educação têm competência e responsabilidade para definir medidas de retorno às aulas, bem como para oferecer atividades não presenciais e/ou de ensino flexível híbrido no retorno gradual às aulas presenciais, respeitando os protocolos sanitários locais, considerando os diferentes impactos e tendências da pandemia.

§ 1º Fica facultado aos sistemas de ensino, em caráter excepcional e mediante disponibilidade de vagas na rede escolar pública, possibilitar ao concluinte do Ensino Médio matricular-se para períodos de estudos flexíveis, presenciais ou híbridos, de até 1 (um) ano letivo suplementar, no ano subsequente ao afetado pelo estado de calamidade pública.

§ 2º Atividades presenciais devem ser retomadas com o seguimento das medidas de proteção à comunidade escolar, sobretudo aos estudantes, funcionários, professores e demais profissionais da educação, e suas famílias, a partir de uma avaliação dos benefícios e riscos associados a questões sociais e econômicas, considerando critérios sanitários específicos, conforme as peculiaridades locais de cada instituição escolar.

Art. 11. Cabe às secretarias de educação e a todas as instituições escolares:

I – planejar a reorganização dos ambientes de aprendizagem, comportando tecnologiasdisponíveis para o atendimento do disposto nos currículos;

II – realizar atividades *on-line* síncronas e assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;

III – realizar atividades de avaliação *on-line* ou por meio de material impresso entregue desde o período de suspensão das aulas; e

IV – utilizar mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Facebook, Instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, pesquisas e projetos que podem ser computados no calendário e integrar o replanejamento curricular.

§ 1º As atividades referidas no *caput* devem, conforme as peculiaridades e exigências locais, garantir e condizer com o calendário escolar dos anos letivos 2020 e 2021 devidamente reorganizado, por conta da afetação pelo estado de calamidade pública, obedecendo os princípios dispostos no art. 206 da Constituição Federal.

§ 2º O disposto neste artigo deve, notadamente, assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência escolar, contando com a participação das comunidades escolares para sua definição.

§ 3º Cabe às instituições e redes escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais promover, no âmbito de sua atuação, estruturas suficientes para efetivar as garantias e exigências estabelecidas no *caput* deste artigo.

Art. 12. Os sistemas de ensino devem criar protocolos pedagógicos, quando possível, em conformidade com decisões tomadas por comitês estaduais articulados com seus respectivos municípios e por comitês promovidos por comissões escolares municipais, objetivando o retorno gradual em respeito a regras sanitárias de prevenção.

§ 1º Os sistemas de ensino, as secretarias de educação e as instituições escolaresdevem planejar o retorno a atividades presenciais, segundo número limitado de alunos emcada sala de aula, conforme protocolos locais e condições de funcionamento efetivo de cada unidade escolar, garantida a reorganização dos horários e dias de atendimento aos estudantese às famílias.

§ 2º Cabe aos pais ou responsáveis legais, em comum acordo com a escola e com as regras estabelecidas pelos sistemas de ensino, a opção pela permanência do estudante em atividade não presencial, mediante compromisso das famílias ou responsáveis pelocumprimento das atividades e avaliações previstas no replanejamento curricular.

Art. 13. No retorno às atividades presenciais, os sistemas de ensino, as secretarias de educação e as instituições escolares devem assegurar, em conformidade com as necessidades específicas, o acolhimento aos estudantes e a preparação socioemocional de todos os professores, demais profissionais da educação e funcionários, que podem enfrentar situações excepcionais na atenção aos estudantes e respectivas famílias.

§ 1º No processo de retorno gradual às atividades presenciais, as instituições escolares devem realizar o acolhimento e a reintegração social dos professores, estudantes e suas famílias, e manter um amplo programa para formação continuada dos professores, visando a prepará-los para este trabalho de integração.

§ 2º As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido (considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias), bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outras.

Seção V

Das Atividades Pedagógicas Não Presenciais

Art. 14. Por atividades pedagógicas não presenciais na Educação Básica, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional.

§ 1º As atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas pelas instituições escolares estão descritas no Parecer CNE/CP nº 5/2020, referente à reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.

§ 2º A realização das atividades pedagógicas não presenciais deve possibilitar a efetivação dos direitos de aprendizagem expressos no desenvolvimento de competências e suas habilidades, previstos na BNCC, nos currículos e nas propostas pedagógicas, passíveis de serem alcançados mediante estas práticas, considerando o replanejamento curricular adotado pelos sistemas de ensino, redes e escolas.

§ 3º As atividades pedagógicas não presenciais podem ocorrer, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada mídia:

I – por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros);

II – por meio de programas de televisão ou rádio;

III – pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos estudantes e seus pais ou responsáveis; e

IV – pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

§ 4º As instituições escolares devem elaborar guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar estudantes e famílias, sob a

supervisão de professores e gestores escolares, como registro das atividades realizadas durante o período de isolamento.

§ 5º A direção da secretaria de educação ou da instituição escolar, durante o período de isolamento, deve realizar monitoramento e verificar se as atividades não presenciais foram recebidas ou não pelos estudantes, além de identificar as dificuldades encontradas.

Art. 15. Para fins de cumprimento da carga horária, a critério dos sistemas de ensino, podem ser computadas as atividades pedagógicas não presenciais, considerando, obrigatoriamente:

I – publicidade, pela instituição ou rede escolar, do planejamento das atividadespedagógicas não presenciais, com a indicação:

a) dos objetivos de aprendizagem relacionados com o respectivo currículo e/ou proposta pedagógica que se pretende atingir;

b) das formas de interação (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) com o estudante, para atingir tais objetivos;

c) da estimativa de carga horária equivalente para o atingimento deste objetivo de aprendizagem, considerando as formas de interação previstas;

d) da forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital durante o período de suspensão das aulas ou ao final, com apresentação digital ou física), relacionadas com os planejamentos de estudoencaminhados pela instituição e com as habilidades e objetivos de aprendizagem curriculares; e

e) das formas de avaliação não presenciais durante a situação de emergência, ou presencial, após o fim da suspensão das aulas.

II – previsão de alternativas para garantia de atendimento dos objetivos de aprendizagem para estudantes e/ou instituições escolares que tenham dificuldades de realização de atividades não presenciais de ensino;

III – realização de processo destinado à formação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades não presenciais; e

IV – realização de processo de orientação aos estudantes e suas famílias sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades não presenciais.

Art. 16. Para a realização de atividades não presenciais na Educação Infantil, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 14.040/2020, as secretarias de educação e as instituições escolares devem elaborar orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com as crianças em seus lares, durante o período de isolamento social.

§ 1º Para fins de cumprimento do *caput*, as unidades escolares, públicas e particulares, ficam dispensadas do controle de frequência na educação pré-escolar, conforme previsto no inciso IV do art. 31 da Lei nº 9.394/1996.

§ 2º Para as orientações aos pais ou responsáveis de crianças de Creche (0 a 3 anos), devem ser indicadas atividades de estímulo, leitura de textos pelos adultos, brincadeiras, jogos, músicas infantis, oferecendo-lhes algum tipo de orientação

concreta, como modelos de leitura em voz alta, em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas em atividades lúdicas.

§ 3º Para crianças de Pré-Escola (4 e 5 anos), as atividades não presenciais devem indicar atividades de estímulo, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e até algumas atividades em meios digitais quando for possível, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem que fortaleçam o vínculo e potencializem dimensões do desenvolvimento infantil que possam trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade.

Art. 17. Na Educação Infantil podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais, a critério dos sistemas e instituições de ensino, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da Educação Básica e com as orientaçõespertinentes quanto ao uso de tecnologias de informação e comunicação.

§ 1º As instituições escolares de Educação Infantil que adotarem processos pedagógicos não presenciais devem priorizar atividades de estímulo cognitivo e socioemocional e experiências lúdicas com espaço para brincadeiras e estimulação de habilidades específicas propostas nos campos de experiência pela BNCC.

§ 2º Por terem menores níveis de independência e autonomia, as crianças pequenas necessitam da mediação dos adultos da família para as orientações, acompanhamentos, estímulos e regramentos no enfrentamento dos impactos da pandemia.

§ 3º Orientações da instituição escolar devem ser dadas diretamente às famílias, a partir de intensa interação entre o *cuidar* e o *educar*, viabilizada por articulação sistemática entre os profissionais da escola e a família ou mediadores familiares, preservando os vínculos entre eles.

§ 4º Os sistemas de ensino e as instituições escolares de Educação Infantil devem assegurar que as crianças e os professores tenham acesso aos meios necessários para realização das atividades não presenciais, considerando as habilidades específicas das criançaspara a utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Art. 18. Para os sistemas de ensino e instituições escolares que desenvolverem atividades não presenciais de Educação Infantil, é importante inserir, no processo pedagógico,materiais lúdicos e interativos com explicações sobre a COVID-19 e hábitos para a preservação da saúde, que possam reforçar comportamentos adequados ao contexto de pandemia em casa e no retorno à escola, com atendimento adequado dos protocolos dos órgãos de saúde e educação.

Parágrafo único. Os gestores de creches e pré-escolas devem assegurar:

I – a comunicação e a interação dos professores com as famílias, fortalecendo os vínculos e sugerindo ao mesmo tempo atividades às crianças, considerando que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando;

II – estratégias de comunicação permanente com os pais ou responsáveis para acompanhamento mútuo, sobre os encaminhamentos e decisões tomadas, reforçar a importância da parceria escola-família para que as crianças possam compreender os riscos da COVID-19 e serem mobilizadas a comportamentos positivos de autocuidado e prevenção;

III – a definição de protocolos para o retorno das crianças ao ambiente escolar,explicitando as responsabilidades da escola e da família;

IV – o atendimento aos alunos imunocomprometidos, com doenças crônicas ou contraindicações de retorno à escola em atividades não presenciais até quando necessário, considerando as condições do aluno e dos profissionais que o acompanham; e

V – práticas criativas para as explicações sobre o vírus e a importância do distanciamento social para evitar contaminação.

Art. 19. Para as crianças da Educação Infantil, a suspensão brusca das aulas e práticas de interação presenciais representou uma quebra da rotina exigindo que a escola planeje as ações e considere a importância de:

I – oferecer suporte pedagógico às famílias, cujas crianças necessitem ficar em casa, com orientações sobre rotinas e atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem de sua fase de desenvolvimento, como explorar o ambiente doméstico, identificando elementos relacionados a cores, formas, tamanhos, quantidades específicas, bem como atividades que desenvolvam suas habilidades motoras e lúdicas; e

II – organizar o retorno gradual com dias alternados de aulas presenciais, que permitam rodízio do grupo e organização das classes com número reduzido de alunos.

Art. 20. No retorno presencial, as escolas de Educação Infantil devem:

I – investir em atividades que possibilitem uma transição tranquila entre as rotinas vivenciadas em casa para uma nova rotina escolar, cuidando dos aspectos psicoemocionaisdos estudantes e das condições de oferta de escolaridade;

II – articular com as famílias sobre o retorno às aulas presenciais, garantindo aos pais apossibilidade de continuidade de atendimento escolar não presencial, na forma concomitante, em condições e prazos previamente acordados;

III – fundamentar o trabalho pedagógico de educação integral, marcado por processos de acolhida, segurança, cuidados, escutas e diálogos de todos e para todos os sujeitos da comunidade escolar;

IV – garantir atenção ao planejamento didático-pedagógico dos professores para que não envolvam atividades de interação com contato direto, nem compartilhamento de materiais, privilegiando o uso de áreas ao ar livre; e

V – organizar os horários de intervalo e de saída dos alunos, evitando aglomerações. Art. 21. As atividades não presenciais na etapa dos Anos Iniciais do Ensino

Fundamental devem ser mais estruturadas e requerem supervisão de adulto, uma vez que as crianças se encontram em fase de alfabetização formal, sugerindo-se as seguintes possibilidades:

I – aulas não presenciais, síncronas ou assíncronas, organizadas pela instituição ou rede escolar, de acordo com as diretrizes da BNCC, os princípios da Política Nacional de Alfabetização (PNA), e a proposta curricular e objetos de conhecimento relacionados àBNCC;

II – sistema de monitoramento das atividades não presenciais sob a orientação da instituição e do corpo docente e, quando possível, com o acompanhamento dos pais ou responsáveis;

III – lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, trilhas de

aprendizagem por fluxo de complexidade relacionadas com os objetivos de aprendizagem e as respectivashabilidades;

IV – orientações aos pais ou responsáveis para realização de atividades relacionadas com os objetivos de aprendizagem da proposta curricular;

V – guias de orientação aos pais ou responsáveis e aos estudantes sobre a organização das rotinas diárias;

VI – sugestões para que os pais ou responsáveis, com o apoio pedagógico das escolas, realizem leituras para os estudantes ou práticas de literacia familiar;

VII – utilização de horários de TV aberta para programas educativos adequados à faixa etária das crianças e orientação aos pais ou responsáveis para o que elas possam assistir; VIII – elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança, para realização de atividades de leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outras;

IX – realização de atividades *on-line* síncronas regulares, em relação aos objetos deconhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

X – oferta de atividades *on-line* assíncronas regulares, em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário;

XI – estudos dirigidos com supervisão dos pais ou responsáveis;

XII – exercícios e dever de casa de acordo com os materiais didáticos utilizados pelainstituição escolar;

XIII – organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos demensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias; e

XIV – guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes de modo a fortalecer o vínculo com a escola e o compromisso com o processo de aprendizagem.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, as secretarias de educação e instituições de ensino, poderão propor processo próprio de avaliação formativa ou diagnóstica da alfabetização.

Art. 22. Nas atividades não presenciais dirigidas aos estudantes com maior autonomia dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a supervisão por familiares adultos pode ser feita por meio de orientações, apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou *on-line*, sugerindo-se as seguintes possibilidades:

I – elaboração de sequências didáticas construídas em consonância com as competências e suas habilidades preconizadas em cada área de conhecimento pela BNCC;

II – utilização, quando possível, de horários de TV aberta para programas educativos compatíveis com crianças e adolescentes;

III – distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas *on- line,* mas sem a necessidade de conexão simultânea, seguidos de atividades a serem realizadascom a supervisão dos pais ou responsáveis;

IV – realização de atividades *on-line* síncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

V – oferta de atividades on-line assíncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

VI – estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outras;

VII – realização de avaliações on-line ou por meio de material impresso a serem

VIII entregues ao final do período de suspensão das aulas presenciais; e

IX – utilização de mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Facebook, Instagram* etc.), para estimular e orientar os estudos, desde que observada a classificação etária para ouso de cada uma dessas redes sociais.

Art. 23. Para os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, articulados, nas formas integradas ou concomitantes com o Ensino Médio, as atividades não presenciais acompanham as orientações já formuladas para essa etapa da Educação Básica, podendo incluir outras tecnologias para as instituições escolares que já possuem estes cursos aprovados na Educação a Distância (EaD), como também para os cursos técnicos subsequentes aoEnsino Médio que já utilizam a mediação tecnológica tanto no ensino presencial quanto na EaD regulamentados.

§ 1º Os sistemas de ensino, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.040/2020, deverão editarnormas observadas para a antecipação, em caráter excepcional, da conclusão dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, desde que diretamente relacionados com o combate à pandemia da COVID-19 e desde que o estudante cumpra, no mínimo, 75% (setentae cinco por cento) da carga horária de estágios curriculares que sejam obrigatórios.

§ 2º Na antecipação da conclusão dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, deve ser garantido o desenvolvimento das competências requeridas pelo respectivo perfil profissional de conclusão.

§ 3º Os estágios, as aulas de laboratório e outras atividades práticas poderão ser realizadas na forma não presencial com mediação tecnológica de acordo com normas de cada sistema de ensino.

§ 4º As avaliações e demais atividades previstas para serem realizadas na forma presencial em cursos autorizados a funcionar na EaD poderão ser realizadas na forma não presencial de acordo com normas de cada sistema de ensino.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 24. Na Educação Superior, o processo educativo visa ao desenvolvimento de competências previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e nos projetos pedagógicos e currículos dos cursos das instituições de ensino.

Parágrafo único. As Instituições de Educação Superior (IES) possuem autonomia para definir seus calendários acadêmicos, desde que respeitada a pertinente legislação, e observadas as DCNs e as regras estabelecidas em seus regimentos internos ou estatutos.

Art. 25. No período de estado de calamidade pública, em caráter excepcional, as IES ficam dispensadas da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, de acordo com o art. 3º, *caput*, da Lei nº 14.040/2020 e os Pareceres CNE/CP nº 5/2020 e CNE/CP nº 11/2020, desde que observadas as DCNs e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, e desde que mantida a carga horária prevista na grade curricular para cada curso, e que não haja prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão.

Art. 26. Podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária.

§ 1º O cumprimento do *caput* deste artigo está subordinado à manutenção do disposto nas DCNs para cada curso, observada a carga horária indicada ou referenciada.

§ 2º A flexibilidade de que trata o *caput* deste artigo e seu § 1º deverá ensejar a execução, por parte da IES, de planejamento do ano letivo de 2020, no sentido de organizar osobjetivos de aprendizagem previstos, inclusive os decorrentes de atividades práticas, extensão e estágios.

§ 3º As IES, no âmbito de sua autonomia e observada o disposto nos Pareceres CNE/CP nº 5 e CNE/CP nº 11/2020 e na Lei nº 14.040/2020, poderão:

I – adotar a substituição de disciplinas presenciais por aulas não presenciais;

II – adotar a substituição de atividades presenciais relacionadas a avaliação, processo seletivo, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias;

III – regulamentar as atividades complementares de extensão, bem como o TCC;

IV – organizar o funcionamento de seus laboratórios e atividades preponderantemente práticas em conformidade com a realidade local;

V – adotar atividades não presenciais de etapas de práticas e estágios, resguardando aquelas de imprescindível presencialidade, enviando à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) ou ao órgão de regulação do sistema de ensino ao qual a IES está vinculada, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais a distância;

VI – adotar a oferta na modalidade a distância ou não presencial às disciplinas teórico-cognitivas dos cursos;

VII – supervisionar estágios e práticas profissionais na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis;

VIII – definir a realização das avaliações na forma não presencial;

IX – adotar regime domiciliar para alunos que testarem positivo para COVID-19 ou que sejam do grupo de risco;

X – organizar processo de capacitação de docentes para o aprendizado a distância ou não presencial;

XI – implementar teletrabalho para coordenadores, professores e colaboradores;

XII – proceder ao atendimento ao público dentro das normas de segurança editadas pelas autoridades públicas e com espeque em referências internacionais;

XIII – divulgar a estrutura de seus processos seletivos na forma não presencial,totalmente digital;

XIV – reorganizar os ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis nas IES para atendimento do disposto nos currículos de cada curso;

XV – realizar atividades *on-line* síncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

XVI – ofertar atividades *on-line* assíncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

XVII – realizar avaliações e outras atividades de reforço ao aprendizado, *on-line* ou por meio de material impresso entregues ao final do período de suspensão das aulas;

XVIII – utilizar mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram (etc.) para estimular e orientar estudos e projetos; e

XIX – utilizar mídias sociais, laboratórios e equipamentos virtuais e tecnologias de interação para o desenvolvimento e oferta de etapas de atividades de estágios e outras práticasacadêmicas vinculadas, inclusive, à extensão.

§ 4º Na possibilidade de atendimento ao disposto no parágrafo anterior, as IES deverão organizar novos projetos pedagógicos curriculares, descrevendo e justificando o conjunto de medidas adotadas, especialmente as referentes às atividades práticas e etapas de estágio e outras atividades acadêmicas, sob a responsabilidade das coordenações de cursos.

CAPÍTULO IV

DAS AVALIAÇÕES

Art. 27. As avaliações do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Superiordevem ter foco prioritário nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências essenciais que devem ser efetivamente cumpridos no replanejamento curricular das escolas, respeitada a autonomia dos sistemas de ensino, das instituições e redes escolares, e das instituições de ensino superior.

§ 1º Fica facultada a avaliação formativa e/ou diagnóstica do processo de aprendizagem, promovida no âmbito de cada instituição escolar, em todos os níveis, etapas, formas e modalidades de educação e ensino, conforme suas necessidades, durante o período de isolamento e no processo de retorno gradual às atividades presenciais quando autorizadas pelas autoridades locais.

§ 2º Fica facultada a recuperação da aprendizagem presencial ou não presencial, promovida no âmbito de cada instituição escolar, em todos os níveis, etapas, formas e modalidades de educação e ensino, conforme critérios definidos pelos gestores escolares, de acordo com o seu replanejamento pedagógico e critérios de avaliação adotados pela instituição escolar.

§ 3º Em face da situação emergencial, cabe aos sistemas de ensino, secretarias de educação e instituições escolares promover a redefinição de critérios de avaliação para promoção dos estudantes, no que tange a mudanças nos currículos e em carga horária, conforme normas e protocolos locais, sem comprometimento do alcance das metas constitucionais e legais quanto ao aproveitamento para a maioria dos estudantes, aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e à carga horária, na forma flexível permitida por lei e pelas peculiaridades locais.

§ 4º No retorno às atividades presenciais, quando autorizadas pelas autoridades locais, recomenda-se aos sistemas e instituições de ensino, em sua forma própria de atuação educacional:

I – realizar uma avaliação formativa e diagnóstica de cada estudante por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e identificar aslacunas de aprendizagem;

II – observar os critérios e mecanismos de avaliação diagnóstica definidos pelos sistemas de ensino, secretarias de educação e escolas públicas, privadas, comunitárias e confessionais, considerando as especificidades do currículo proposto pelas respectivas redes ou escolas;

III – garantir critérios e mecanismos de avaliação ao final do ano letivo de 2020, considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas escolas e redes de ensino, de modo a minimizar a retenção e o abandono escolar;

IV – priorizar a avaliação de competências e habilidades, alinhadas à BNCC, com ênfase em leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, comunicação e solução de problemas, projetos de pesquisa para um grupo de alunos, avaliação da leitura de livros indicados no período de isolamento, entre outras possibilidades;

V – priorizar a avaliação formativa e diagnóstica da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também na transição para os anos finais;

VI – observar atentamente os critérios de promoção dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, por meio de avaliações, projetos, provas ou exames que cubram rigorosamente somente os conteúdos e objetivos de aprendizagem que tenham sido efetivamente cumpridos pelas escolas;

VII – observar a possibilidade de um *continuum* curricular 2020-2021, conforme disposto nesta Resolução para os alunos que não se encontram em final de ciclo, de modo a evitar o aumento na quantidade de alunos retidos no final do ano letivo de 2020; e

VIII – utilizar os resultados das avaliações formativa e diagnóstica que deverão orientar programas de recuperação da aprendizagem presencial ou não presencial, promovida em cada escola e/ou rede de ensino, conforme critérios definidos pelos gestores escolares de acordo com o seu replanejamento pedagógico e curricular no retorno às aulas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O retorno às atividades escolares regulares deve ocorrer de acordo com as diretrizes das autoridades sanitárias combinadas às regras estabelecidas pelos

respectivos sistemas de ensino e instituições escolares das redes públicas, privadas, comunitárias e confessionais.

§ 1º No ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública, devem ser mantidos os programas públicos suplementares de atendimento aos estudantes da Educação Básica e os programas públicos de assistência estudantil da Educação Superior.

§ 2º É assegurado o acesso dos estudantes da Educação Básica e da Educação Superior em situação excepcional de risco epidemiológico decorrente da pandemia da COVID-19 ao atendimento educacional adequado à sua condição em termos equivalentes ao previsto no art. 4º-A da LDB, garantidos aos estudantes das redes públicas programas de apoio, de alimentação e de assistência à saúde, entre outros.

Art. 29. Cabe às secretarias de educação e gestores de instituições escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, oferecer programas visando à formação da equipe escolar na administração logística da instituição, à formação de professores alfabetizadores e de professores para as atividades não presenciais, e ao uso de métodos inovadores e tecnologias de apoio aos docentes.

Art. 30. Ficam os sistemas de ensino, as secretarias de educação e as instituições escolares responsáveis pela comunicação e ampla divulgação dos calendários, protocolo e esquemas de reabertura das atividades presenciais, o modo de operacionalização das atividades não presenciais, e a forma do alcance dos resultados almejados e definidos, tendo em conta suas peculiaridades.

Parágrafo único. A comunicação e a divulgação podem ser realizadas por meio eletrônico, em sítios oficiais dos órgãos públicos, desde que produzam efeito profícuo no público em geral e, em especial, em estudantes e famílias.

Art. 31. No âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, distrital e municipal, bem como nas secretarias de educação e nas instituições escolares públicas, privadas, comunitáriase confessionais, as atividades pedagógicas não presenciais de que trata esta Resolução poderão ser utilizadas em caráter excepcional, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, no cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 estabelecidas em protocolos de biossegurança.

Parágrafo único. As atividades pedagógicas não presenciais poderão ser utilizadas de forma integral nos casos de:

I - suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridadeslocais; e

II - condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança das atividades letivas presenciais.

Art. 32. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020 (*) [1]

Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nas alíneas "b" e "d" do Art. 7º, e na alínea "c" do § 1º, Art. 9º da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no § 1º do Art. 8º, nos Incisos IV, e no § 1º do Art. 9º, no Art. 36, nos Artigos 36-A a 36-D, nos Artigos 39 a 42, nos Artigos 80 e 81 e no Art. 90 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), no Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, nas Resoluções CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008; nº 4, de 6 de junho de 2012 e nº 1, de 5 de dezembro de 2014, fundamentadas, respectivamente, nos Pareceres CNE/CEB nº 11, de 12 de junho 2008; nº 3, de 26 de janeiro de 2012 e nº 8, de 9 de outubro de 2014; e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 5, de 12 de novembro de 2020, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 15 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Resolução atualiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, aprovando sua 4ª edição, nos termos dos seguintes anexos:

I – Anexo A: Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, contemplando as seguintes Tabelas:

a) alteração na denominação de 10 (dez) cursos, devidamente identificados por Eixo Tecnológico;

b) alteração da Carga Horária mínima de 19 (dezenove) cursos, devidamente identificados por Eixo Tecnológico;

c) mudança de 3 (três) cursos de Eixo Tecnológico, indicando o Eixo Tecnológico anterior e o novo Eixo Tecnológico;

d) inclusão de 13 (treze) novos Cursos Técnicos devidamente identificados por Eixo Tecnológico; e

e) inclusão de uma série de Cursos Técnicos na Tabela de Convergência, devidamente identificados por Eixo Tecnológico, indicando o nome do Curso Técnico para o qual devem convergir.

II – Anexo B: Tabela de Submissão, indicando os Cursos Técnicos cujas propostas de inclusão no CNCT não foram consideradas aprovadas, identificando cada Eixo Tecnológico e respectivas denominações propostas;

III – Anexo C: Extrato consolidado da 4ª edição do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos 2020, incluindo 13 (treze) novos cursos, excluindo 25 (vinte e cinco) cursos, alterando a denominação de 10 (dez) cursos e alterando a carga horária mínima de 19 (dezenove) cursos, bem como alterando 3 (três) Cursos Técnicos de Eixo Tecnológico.

Art. 2º Fica instituído como período de transição, a partir da publicação da presente Resolução, o prazo máximo de 2 (dois) anos para que as instituições de ensino procedam às devidas adaptações no que se refere à organização de sua oferta, bem como à atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), em conformidade com o disposto nesta nova edição do CNCT.

Parágrafo único. Fica resguardado, aos estudantes que iniciaram os seus cursos até o presente ano de 2020, o direito ao recebimento dos correspondentes diplomas de

técnico de nível médio com validade nacional quando da conclusão dos seus cursos, bem como garantida a validade dos diplomas emitidos nos termos das versões anteriores do CNCT.

Art. 3º Os Eixos Tecnológicos poderão ser segmentados em áreas tecnológicas de acordo com as peculiaridades e singularidades técnicas e científicas que caracterizam determinados processos de produção ou de prestação de serviços comuns aos cursos técnicos ofertados, que lhes conferem uma identidade própria e distintiva de outros cursos técnicos que compõem o mesmo Eixo Tecnológico.

Art. 4º Os cursos Técnicos ofertados na modalidade Educação a Distância, de acordo com seu grau de complexidade e natureza do exercício profissional, devem ter o seu percentual de carga horária presencial definido nos respectivos projetos pedagógicos, consideradas as indicações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e devidamente aprovados pelos órgãos próprios do respectivo Sistema de Ensino.

Art. 5º O MEC disciplinará o processo de atualização contínua do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos por meio de instrumento próprio, aprovado por Resolução do Conselho Nacional de Educação, definida com base em Parecer devidamente homologado pelo Ministério da Educação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de 4 de janeiro de 2021.

SUELY MELO DE CASTRO MENEZES

ANEXO A

ATUALIZAÇÃO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS

A - Alteração na denominação de cursos

Nº	Eixo Tecnológico	CNCT 2014	Nova Denominação
1	Ambiente e Saúde	Reabilitação de Depen-dentes Químicos	Dependência Química
2	Controle e Processos Industriais	Manutenção de Aeronaves em Aviônicos	Manutenção aeronáutica em aviônicos
3	Controle e Processos Industriais	Manutenção de Aeronaves em Célula	Manutenção aeronáutica em célula
4	Controle e Processos Industriais	Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor	Manutenção aeronáutica em grupo motopropulsor
5	Desenvolvimento Educacional e S Social	Ludoteca	Brinquedoteca
6	Desenvolvimento Educacional e Social	Orientação comunitária	Desenvolvimento Comunitário
7	Produção Cultural e Design	Comunicação Visual	Design Gráfico
8	Produção Cultural e Design	Instrumento Musical	instrumento musical – (nome do instrumento)
9	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Cozinha	Gastronomia
10	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Restaurante e Bar	Serviços de Restaurante e Bar

B - Mudança de carga horária mínima de cursos

Nº	Eixo Tecnológico	Curso	Carga horária mínima anterior (CNCT – Edição 2014)	Nova carga horária mínima
1.	Ambiente e Saúde	Cuidados de Idosos	1200	800
2.	Ambiente e Saúde	Imagem Pessoal	1200	800
3.	Desenvolvimento Educacional e Social	Secretaria Escolar	1200	800
4.	Gestão e Negócios	Administração	1000	800
5.	Informação e Comunicação	Desenvolvimento de Sistemas	1000	1200
6.	Produção Cultural e Design	Artes Circenses	800	1200
7.	Produção Cultural e Design	Artes Visuais	800	1200
8.	Produção Cultural e Design	Canto	800	1000
9.	Produção Cultural e Design	Composição e Arranjo	800	1200
10.	Produção Cultural e Design	Design Gráfico	800	1000
11.	Produção Cultural e Design	Conservação e Restauro	800	1200
12.	Produção Cultural e Design	Dança	800	1200
13.	Produção Cultural e Design	Design de Interiores	800	1200
14.	Produção Cultural e Design	Instrumento Musical	800	1200
15.	Produção Cultural e Design	Museologia	800	1200
16.	Produção Cultural e Design	Paisagismo	800	1000
17.	Produção Cultural e Design	Rádio e Televisão	800	1000
18.	Produção Cultural e Design	Regência	800	1000
19.	Produção Cultural e Design	Teatro	800	1000

C - Mudança do curso de eixo tecnológico

Nº	Curso	Eixo tecnológico anterior (CNCT – Edição 2014)	Novo eixo tecnológico
1.	Apicultura	Produção Alimentícia	Recursos Naturais
2.	Fabricação Mecânica	Produção Industrial	Controle e Processos Industriais
3.	Processamento de Madeira	Controle e Processos Industriais	Produção Industrial

D – Inclusão de Curso

Nº	Eixo tecnológico	Denominação do curso	Carga horária mínima
1.	Ambiente e Saúde	Técnico em Optometria	1200
2.	Ambiente e Saúde	Técnico em Veterinária	1000
3.	Ambiente e Saúde	Técnico em Terapias Holísticas	1200
4.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Ferramentaria	1200
5.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Fundição	1200
6.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Instrumentação Industrial	1200
7.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Arquivo	1200
8.	Produção Industrial	Técnico em Planejamento e Controle da Produção	800
9.	Produção Industrial	Técnico em Vidro	1200
10.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Moda	800

11.	Produção Cultural e Design	Técnico em Estilismo e Coordenação de Moda	800
12.	Produção Cultural e Design	Técnico em Produção Cultural	800
13.	Segurança	Técnico em Prevenção e Combate a Incêndio	1000

E - Inclusão na Tabela de Convergência

Eixo Ambiente e Saúde	
Catálogo	Denominações Anteriores
Análises Clínicas	• Análises clínicas – Exames Laboratoriais • Biodiagnóstico • Biodiagnóstico Laboratorial • Biodiagnóstico/Patologia Clínica • Laboratório Clínico • Laboratório de Análises Clínicas e Banco de Sangue • Laboratório de Análises Clínicas • Laboratório de Patologia e Análises Clínicas • Laboratório em Biodiagnóstico • Laboratório • Patologia Clínica e Biodiagnóstico • Patologia Clínica e TPC • Patologia Clínica • Patologia e Análises Clínicas
Citopatologia	• Análises Clínicas – Exames Laboratoriais • Biodiagnóstico • Biodiagnóstico Laboratorial • Biodiagnóstico/Patologia Clínica • Citologia • Citotécnico • Laboratório Clínico • Laboratório de Análises Clínicas e Banco de Sangue • Laboratório de Análises Clínicas • Laboratório de Patologia e Análises Clínicas • Laboratório em Biodiagnóstico • Laboratório
Enfermagem	• Enfermagem com Habilitação em Assistência à Saúde Coletiva • Enfermagem do Trabalho com Habilitação em Tratamento Intensivo e de Urgência • Enfermagem em Assistência Domiciliar • Enfermagem em Saúde Pública • Enfermagem no Trabalho
Equipamentos Biomédicos	• Equipamentos Médico-Hospitalares • Equipamentos para a Área de Saúde • Instalação e Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares • Manutenção de Equipamentos Odontomédico-Hospitalares • Manutenção Hospitalar

Estética	• Embelezamento Facial e Corporal • Esteticista com Qualificação Profissional em EsteticistaFacial • Esteticista Corporal • Esteticista • Estética e Cosmetologia
	• Estética Integral • Esteticista Facial e Esteticista Corporal
Farmácia	• Gestão de Farmácia • Farmácia Bioquímica • Farmácia da Área de Saúde • Farmácia e Laboratório
Gerência em Saúde	• Administração de Serviços de Saúde • Administração Hospitalar • Gestão da Saúde Pública • Gestão de Serviços de Saúde • Serviços Administrativos na Saúde
Imagem Pessoal	• Arte e Ciência do Cabelo • Beleza Humana – Cabeleireiro • Embelezamento Pessoal – Cabeleireiro • Estilismo de Cabelo – Cabeleireiro • Imagem Pessoal – Ênfase em Estilismo de Cabelo • Imagem Pessoal com Ênfase em Estilismo do Cabelo
Imobilizações Ortopédicas	• Gesso Hospitalar • Imobilização Ortopédica • Imobilização
Massoterapia	• Ciências das Massagens e Bem-Estar Corporal • Massagem com Ênfase em Massagem Terapêutica • Massagens Terapêuticas, Modalidade: Chinesa Tui-Ná • Massoterapia e Estética Aplicada • Massoterapia e Naturologia Clínica • Massoterapia Neuromuscular • Massoterapia, Estética e Reparadora • Shiatsu • Shiatsuterapia e Massagem Terapêutica Chinesa Tui-Ná • Shiatsuterapia
Nutrição e Dietética	• Alimentação • Gestão da Nutrição • Nutrição
Óptica	• Administrador de Óptica • Óptica Oftálmica • Ótica
Prótese Dentária	• Laboratório de Prótese Dentária • Laboratório de Prótese Odontológica • Prótese Odontológica

Radiologia	• Radiologia Clínica • Radiologia com Ênfase em Medicina Nuclear • Radiologia com Ênfase em Radiodiagnóstico • Radiologia com Ênfase em Radioterapia • Radiologia Diagnóstica • Radiologia e Diagnóstico por Imagem em Saúde • Radiologia e Diagnóstico por Imagem • Radiologia e Diagnóstico • Radiologia e Imagenologia

	• Radiologia Humana • Radiologia Médica – Medicina Nuclear • Radiologia Médica – Radiodiagnóstico • Radiologia Médica – Radioterapia • Radiologia Médica e Diagnóstico por Imagem em Saúde • Radiologia Médica e Radiodiagnóstico • Radiologia Médica • Radiologia Modalidade Radiodiagnóstico Médico • Radiologia Odontológica • Radioterapia • Raio X
Meio Ambiente	• Ciências Ambientais • Conservação e Gerenciamento Ambiental • Desenvolvimento Sustentável • Ecologia e Meio Ambiente • Gestão Ambiental Industrial • Gestão Ambiental Urbana • Gestão Ambiental • Gestão de Unidades de Conservação • Gestão e Controle Ambiental • Gestão e Políticas Ambientais • Meio Ambiente e Agroenergia • Meio Ambiente e Saúde Pública • Planejamento e Gestão • Proteção Ambiental • Recuperação Ambiental • Recursos Hídricos • Recursos Naturais • Sistemas Hídricos
Meteorologia	• Meteorologia – Ênfase em Meio Ambiente • Meteorologia – Ênfase em Sistemas de Informação
Controle Ambiental	• Logística Ambiental • Monitoramento e Controle Ambiental
Registros e Informações em Saúde	• Registro e Informação em Saúde • Serviços Administrativos na Saúde
Saúde Bucal	• Atendente de Consultório Dentário • Higiene Bucal • Higiene Dentária
Vigilância Sanitária	• Agente em Segurança Alimentar • Vigilância Sanitária e Ambiental • Vigilância Sanitária e Meio Ambiente • Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador • Vigilância Sanitária
Dependência Química	• Reabilitação de Dependentes Químicos

Eixo Controle e Processos Industriais	
Catálogo	Denominações Anteriores
Automação Industrial	• Automação e Controle de Processos Ênfase Instrumentação • Automação e Controle Industrial • Automação e Controle • Automação Industrial na Área de Eletrônica • Automação Industrial na Área de Fabricação • Automação Industrial na Área de Manutenção • Automação Industrial na Área de Sistemas de Controle • Automação Industrial/Mecatrônica • Automação Predial • Automação • Eletroeletrônica com Ênfase em Automação eInstrumentação Industrial • Eletrônica – Automação da Manufatura • Eletrônica – Ênfase em Integração de Sistemas Industriais • Eletrônica com Ênfase em Automação Industrial • Eletrônica Ênfase em Automação • Indústria com Habilitação em Sistemas de ControleAutomático • Industrial com Habilitação em Automação • Industrial com Habilitação em Manutenção de Sistemas deAutomação • Instrumentação, Controle e Automação • Instrumentação e Automação Industrial/Mecatrônica • Instrumentação e Automação Industrial • Mecânica com Ênfase em Automação e Controle
Eletroeletrônica	• Acionamentos Eletrônicos • Automação e Controle de Processo com Ênfase em • Instrumentação • Eletroeletrônica com Ênfase em Manutenção Industrial • Eletroeletrônica Industrial • Eletrônica em Controle e Acionamento Eletrônico • Industrial em Eletroeletrônica • Instrumentação e Equipamentos Industriais • Manutenção de Equipamentos Eletroeletrônicos • Manutenção Eletroeletrônica • Sistemas Eletroeletrônicos de Transportes sobre Trilhos • Sistemas Eletroeletrônicos Industriais
Eletromecânica	• Manutenção Eletromecânica • Eletromecânica – Instalação e Manutenção • Eletromecânica com Ênfase em Manutenção deEquipamentos Fora de Estrada • Eletromecânica com Ênfase em Manutenção de SistemasIndustriais • Eletromecânica de Manutenção • Instalação e Manutenção Eletromecânica • Manutenção de Equipamentos Frigoríficos e de Curtume • Manutenção de Sistemas Eletromecânicos • Processos Industriais – Sistemas Eletromecânicos

	• Sistemas Mecânicos de Transportes sobre Trilhos
Eletrônica	• Elétrica com Ênfase em Instrumentação • Eletrônica – Ênfase em Automação • Eletrônica – Manutenção de Equipamentos Eletrônicos • Eletrônica – Sistemas de Aquisição e Comunicação de Dados • Eletrônica com Ênfase em Instalações Industriais • Eletrônica com Ênfase em Instrumentação e Controle deProcessos • Eletrônica Com Ênfase Em Telecomunicações E • Informática Industrial • Eletrônica Com Habilitação Em Instalação E Manutenção deEquipamentos • Eletrônica de Microcontroladores • Eletrônica Digital • Eletrônica em Redes de Computadores • Eletrônica em Sistemas • Eletrônica em Sistemas de Áudio E Vídeo • Eletrônica em Sistemas de Automação Predial • Eletrônica Ênfase em Automação • Eletrônica Industrial • Indústria com Habilitação em Eletrônica Industrial na Ênfasede Manutenção Eletrônica • Indústria com Habilitação em Eletrônica Industrial na Ênfasede Operacionalização Eletrônica • Indústria com Habilitação em Manutenção e EquipamentosEletrônicos • Indústria com Habilitação em Sistemas de Áudio, Rádio eTV, na Ênfase de Manutenção em Equipamentos • Eletroeletrônicos Comerciais e Residenciais • Industrial com Habilitação em Manutenção de • Equipamentos Eletrônicos • Industrial em Eletrônica • Industrial em Instalações e Manutenção de Sistemas • Eletrônicos • Informática Industrial - Ênfase em Eletrônica • Instalação e Manutenção Eletrônica • Instrumentação • Instrumentação – Controle de Processos • Instrumentação Eletrônica • Instrumentação Eletrônica e Controle De Processos • Instrumentação Industrial • Microeletrônica
Eletrotécnica	• Eletricidade e Instrumentos • Eletricidade • Eletrotécnica – Sistemas de Energia • Eletrotécnica com Ênfase em Automação Industrial eControle Ambiental • Eletrotécnica com Ênfase em Instalações e Manutenção deSistemas de Energia Elétrica • Eletrotécnica com Ênfase em Instalações Elétricas Prediais e Industrias

	• Eletrotécnica com Ênfase em Instalações Elétricas • Eletrotécnica com Ênfase em Manutenção de Sistemas deAutomação Industrial • Eletrotécnica com Ênfase em Sistemas de Distribuição deEnergia Elétrica • Eletrotécnica com Ênfase em Sistemas de Energia Elétrica • Eletrotécnica Industrial • Indústria com Habilitação em Eletrotécnica • Indústria com Habilitação em Instalações ElétricasIndustriais • Industrial com Habilitação em Instalações de Sistemas deEnergia Elétrica • Industrial de Eletrotécnica – Automação Industrial • Industrial em Eletrotécnica • Instalações de Energia Elétrica e Redes de Comunicação(Eletrotécnica) • Instalações de Sistemas de Energia e Redes de Comunicaçãode Sistemas Industriais • Instalações e Manutenção em Sistemas Elétricos • Instalações Elétricas Inteligentes • Instalações Elétricas • Instalações Industriais • Manutenção Elétrica • Produção de Sistemas de Energia e Redes de Comunicação eSistemas Industriais • Projetos e Instalações Elétricas • Sistemas de Energia Elétrica/Sistemas Industriais/Eletrotécnica
Fabricação Mecânica	• Usinagem • Mecânica com Ênfase em Fabricação Mecânica • Mecânica de Usinagem • Processo e Produção Industrial • Processos de Usinagem Industrial • Processos de Usinagem • Produção Mecânica • Caldeiraria e Estruturas Metálicas • Caldeireiro Industrial
Ferramentaria	• Construção de Ferramentas • Ferramentaria de Corte e Dobra • Ferramentaria de Moldes • Usinagem
Fundição	• Moldes para Fundição
Instrumentação Industrial	• Instrumentação, Controle e Automação • Instrumentação e Automação Industrial/Mecatrônica • Instrumentação e Automação Industrial • Instrumentação – Controle de Processos
Manutenção de Aeronáutica em Aviônicos	• Equipamentos de Voo • Manutenção Aeronáutica • Manutenção de Aeronaves

	• Manutenção de Aviônicos de Aeronaves • Mecânica de Aeronaves • Mecânica de Manutenção Aeronáutica • Mecânica de Manutenção Aeronáutica com Ênfase emAviônica • Mecânico de Manutenção de Aviônicos de Aeronaves • Manutenção de Aeronaves em Aviônicos
Manutenção de Aeronáutica em célula	• Equipamentos de Voo • Manutenção Aeronáutica • Manutenção de Aeronaves • Manutenção de Células de Aeronaves • Mecânica de Aeronaves • Mecânica de Manutenção Aeronáutica • Mecânica de Manutenção Aeronáutica com ênfase em Célula • Mecânico de Manutenção de Célula de Aeronaves • Manutenção de Aeronaves em Célula
Manutenção de Aeronáutica em Grupo Motopropulsor	• Equipamentos de Voo • Grupos Motopropulsores de Aeronaves • Manutenção Aeronáutica • Manutenção de Aeronaves • Mecânica de Aeronaves • Mecânica de Manutenção Aeronáutica • Mecânica de Manutenção Aeronáutica com Ênfase em GrupoMotopropulsor • Mecânico de Manutenção de Grupo Motopropulsor deAeronaves • Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor
Manutenção Automotiva	• Automobilística • Automotivo • Eletroeletrônica Automotiva • Gerência de Manutenção Automotiva • Manutenção Automotiva • Manutenção de Mecânica Automotiva • Mecânica – Produção Veicular • Mecânica Automobilística • Mecânica Automotiva • Mecânica com Ênfase em Motores a Combustão Interna • Mecânica com Habilitação Manutenção de Automóveis eMotor a Diesel • Mecânica com Habilitação Manutenção de Automóveis • Mecânica e Inspeção Veicular • Mecânica Geral com Ênfase em Produção Veicular • Motores
Manutenção de Máquinas Industriais	• Manutenção de Equipamentos Mecânicos • Manutenção em Equipamentos de Mineração • Manutenção Industrial • Manutenção Máquinas Industriais • Manutenção Mecânica de Máquinas e Equipamentos • Manutenção Mecânica Industrial

	• Manutenção Mecânica • Industrial com Habilitação em Manutenção • Mecânica de Manutenção
Manutenção de Máquinas Pesadas	• Mecânica de Manutenção em Máquinas Agrícolas • Manutenção de Máquinas Agrícolas • Eletromecânica com Ênfase em Manutenção de Equipamentos Fora de Estrada
Manutenção de Máquinas Navais	• Máquinas Navais
Manutenção de Sistemas Metroferroviários	• Elétrica Ferroviária • Manutenção • Manutenção Elétrica Metroferroviária • Manutenção Mecânica Metroferroviária • Manutenção Metroferroviária • Manutenção de Sistemas Eletroeletrônicos de Transportesobre Trilhos • Manutenção de Sistemas Mecânicos de Transporte sobreTrilhos • Sistemas Mecânicos de Transportes sobre Trilhos • Transporte Ferroviário • Transporte/Manutenção Elétrica Metroferroviária • Transporte/Manutenção Mecânica Metroferroviária
Mecânica	• Metalmecânica • Desenho de Projetos de Mecânica • Desenho de Projetos • Industrial com Habilitação em Turbomáquinas • Industrial em Manutenção de Equipamentos Mecânicos • Industrial Mecânico • Máquinas • Mecânica – Ênfase em Manutenção • Mecânica – Produção de Máquinas • Mecânica com Ênfase em Desenhista/Projetista • Mecânica com Ênfase em Manutenção Industrial • Mecânica cm Ênfase em Manutenção Mecânica • Mecânica com Ênfase em Manutenção • Mecânica com Ênfase em Petróleo E Gás • Mecânica com Habilitação Máquinas e Motores • Mecânica de Manutenção de Máquinas • Mecânica de Precisão • Mecânica Industrial • Mecânica: Metalmecânica • Processos Mecânicos e Metalúrgicos • Projetos de Máquinas e Ferramentas • Projetos Mecânicos
Mecatrônica	• Informática Industrial (Modalidade Mecatrônica) • Mecânica – Sistemas Integrados de Manufatura • Mecatrônica com Ênfase em Indústria • Mecatrônica e Robótica
Metalurgia	• Estrutura e Pintura • Materiais • Metalurgia com Competência em Materiais Metálico, • Cerâmico e Plástico

	• Metalurgia com Competência em Processos de Fabricação • Metalurgia com Ênfase em Processos de Extrusão • Metalurgia com Ênfase em Refratários • Metalurgia e Materiais
Refrigeração e Climatização	• Industrial m Refrigeração e Ar-Condicionado • Mecânica de Refrigeração e Condicionador de Ar • Refrigeração • Refrigeração e Ar-Condicionado • Refrigeração e Condicionamento de Ar
Sistemas a Gás	• Gás Natural • Industrial em Tecnologias Finais do Gás • Transporte e Distribuição de Gás
Soldagem	• Solda • Soldagem • Inspeção de Equipamentos de Soldagem

Eixo Desenvolvimento Educacional e Social	
Catálogo	Denominações Anteriores
Biblioteconomia	• · Biblioteca
Brinquedoteca	• · Ludoteca
Desenvolvimento Comunitário	• · Orientação Comunitária
Infraestrutura Escolar	• · Infraestrutura Material e Ambiental
	• · Meio Ambiente e Manutenção de Infraestrutura Escolar
Secretaria Escolar	• · Administração Escolar
	• · Gestão Escolar
	• · Secretariado Escolar
	• · Secretário de Escola
	• · Secretário de Escolas de Ensino Básico
	• · Secretário Escolar
Treinamento e Instrução de Cães-Guia	• · Treinamento de Cães-Guia

Eixo Gestão e Negócios	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Administração	• Administração de Empresas • Administração • Assistente em Administração • Gerente Administrativo • Gestão Administrativa • Gestão Estratégica Administrativa • Operações Gerenciais • Planejamento Administrativo • Processos Administrativos • Serviços Administrativos
Comércio	• Administração Comercial • Administração da Produção • Administração de Empresas • Administração de Pequenos Negócios • Administração de Shopping • Administração e Gestão • Administração e Negócios • Administração em Varejo

	• Administração Empresarial • Assessoria de Gerenciamento Empresarial • Comércio e Varejo • Empreendedorismo Comercial • Empreendimentos Comerciais • Gestão com Ênfase em Micro e Pequenas Empresas • Gestão com Ênfase em Produção Industrial e Serviços • Gestão com Ênfase em Rodeio • Gestão das Micro e Pequenas Empresas • Gestão de Empresas e Negócios de Pequeno e Médio Porte • Gestão de Empresas de Transporte • Gestão de Empresas • Gestão de Pequenas Empresas • Gestão de Pequenos Negócios • Gestão de Projetos com Ênfase em Empreendedorismo • Gestão de Varejo Supermercadista • Gestão Empresarial • Gestão Imobiliária • Gestão Organizacional de Bens e Serviços • Gestão
Comércio Exterior	• Administração em Comércio Exterior • Comércio Exterior com Ênfase em Trade • Gestão de Comércio Exterior • Gestão de Negócios
Condomínio	• Administração de Condomínios • Gestão e Administração de Condomínios • Serviços de Condomínio
Contabilidade	• Contabilidade com Ênfase em Gestão de Negócios • Contabilidade e Gerenciamento • Contabilidade Social • Gestão com Ênfase Contábil-Financeira • Gestão com Ênfase em Administração Contábil • Gestão com Ênfase em Contabilidade • Gestão Contábil com Ênfase Em Tributos • Gestão Contábil e Financeira • Gestão Contábil, Fiscal e Negócios
Cooperativismo	• Administração de Cooperativas
Finanças	• Administração Financeira • Gestão Administrativa Financeira • Gestão com Ênfase em Finanças • Gestão Contábil e Financeira • Gestão de Agronegócios
Logística	• Administração de Sistemas Logísticos - Empresariais eTransportes • Gestão e Administração de Sistemas Logísticos -Empresarial e Serviços • Gestão e Habilitação em Materiais e Logística • Gestão em Logística • Gestão Empresarial e Logística

	• Logística de Armazenamento, Transporte e Distribuição • Logística de Varejo • Logística e Administração da Cadeia de Suprimentos • Logística Empresarial
Marketing	• Administração - Gestão em Marketing • Administração e Negócios com Ênfase em Administração deEmpresas E Marketing • Administração em Marketing • Gestão com Ênfase em Marketing • Gestão de Marketing e Recursos Humanos • Marketing e Vendas • Propaganda e Marketing
Qualidade	• Administração de Empresas e Qualidade • Controle da Qualidade Industrial • Gerência de Qualidade • Gestão da Qualidade Total • Gestão da Qualidade • Gestão do Sistema da Qualidade • Qualidade e Produtividade • Sistema de Gestão da Qualidade
Recursos Humanos	• Administração/Material • Administração/Recursos Humanos • Administração com Ênfase em Recursos Humanos • Administração em Recursos Humanos • Gestão com Ênfase em Recursos Humanos • Gestão de Pessoas • Processo de Gestão de Pessoas • Recursos Humanos com Ênfase em Administração Pessoal • Secretariado: Recursos Humanos • Sistema de Gestão Integrada
Secretariado	• Administração com Ênfase em Secretariado • Assessoramento Gerencial e Secretariado • Automação de Organizações Empresariais e de Escritórios • Gestão com Ênfase em Administração e Secretariado • Secretariado Bilíngue • Secretariado e Assessoramento Executivo • Secretariado e Assessoria • Secretariado Empresarial • Secretariado Executivo • Secretariado Trilíngue • Secretariado: Recursos Humanos
Serviços Jurídicos	• Judiciário • Jurídico

Serviços Públicos	• Gestão de Serviços Públicos • Gestão do Setor Público • Gestão e Administração Financeira Governamental • Gestão Empresarial e Pública Gestão Pública e Cidadania • Gestão Pública e Controle Administrativo Operacional
	• Gestão Pública Governamental • Gestão Pública no Executivo • Gestão Pública no Legislativo • Gestão Pública
Vendas	• Administração com Ênfase em Vendas • Atendimento e Marketing • Comércio e Varejo • Gestão de Varejo Supermercadista • Marketing e Vendas • Negócios
Eixo Informação e Comunicação	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Informática	• Análise e Programação de Computadores • Análise e Projeto de Sistemas Informatizados • Análises de Sistemas • Gerenciamento de Sistemas de Informação • Informática com Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas • Informática com Ênfase em Programação Comercial • Informática com Ênfase em Programação de Sistemas • Informática com Ênfase em Programação e Análise deSistemas • Informática com Ênfase em Programação e • Desenvolvimento de Sistemas • Informática com Ênfase em Sistemas de Informação • Informática com Habilitação em Uso e Gestão de • Computadores, Sistemas e Redes • Informática Educativa • Informática Empresarial • Informática Gerencial • Informática: Programação • Manutenção e Programação de Computadores • Microinformática • Operador de Computadores • Processamento de Dados

Informática para Internet	• Análise e Projeto de Web Site • Desenvolvimento de Sistemas e Segurança em Aplicaçõespara Web • Desenvolvimento de Software • Desenvolvimento Web e Hipermídia • Informática – Desenvolvedor de Web Sites • Informática com Ênfase ao Desenvolvimento de • Aplicações para Internet • Informática com Ênfase em Programação para Internet • Informática com Ênfase em Web Design • Informática com Ênfase em Informática para Web • Designer • Informática com Ênfase no Desenvolvimento de Sistemas para Internet
	• Internet • Microinformática • Processamento de Dados e Web Design • Produção de Web Sites • Programação para Internet (Web) • Programação Web • Segurança de Dados • Software Livre
Manutenção e suporte em Informática	• Administração e Suporte de Redes e Sistemas Operacionais • Conserto de Computadores e Periféricos • Informática com Ênfase em Sistemas de Suporte • Informática com Habilitação em Suporte de Hardware • Instalações Elétricas e Manutenção de • Microcomputadores • Instalação e Operação de Computadores • Manutenção de Equipamentos de Informática • Manutenção de Microcomputadores e Redes • Manutenção e Montagem de Equipamentos de Informática • Manutenção e Programação de Computadores • Manutenção em Microinformática • Manutenção em Redes de Computadores • Microinformática • Operação de Computadores e de Sistemas Operacionais • Operador de Computadores • Redes e Suporte a Hardware • Suporte à Microinformática • Suporte a Sistemas de Informação • Suporte a Usuários • Suporte Computacional • Suporte e Manutenção de Hardware e Software • Suporte em Informática

Programação de jogos digitais	• Desenvolvimento de Jogos • Desenvolvimento de Softwares • Design e Projetos de Games • Ilustração e Animação 3D • Informática com Ênfase em Mídias Digitais • Programação de Sistemas de Informação
Redes de computadores	• Administração com Habilitação em Administração e • Projeto de Redes • Administração em Redes • Estrutura e Manutenção de Redes • Gerência de Redes • Gestor de Redes Locais e Remotas • Hardware de Computadores e Redes • Hardware e Rede de Computadores • Informática – Redes de Computadores • Informática – Redes de Comunicação • Informática com Ênfase em Configuração de Redes

	• Informática com Ênfase em Instalação e Administração deRedes • Informática com Habilitação em Redes • Informática com Habilitação: Uso e Gestão de • Computadores, Sistemas de Redes • Informática em Programação e Redes • Informática – Redes • Infraestrutura e Administração de Redes de Computadores • Manutenção em Redes de Computadores • Programação e Rede • Programação Visual e Rede • Redes de Computadores • Redes de Dados • Redes e Suporte a Hardware • Sistemas Comerciais ou Administração de Redes • Sistemas de Informação com Ênfase em E-Commerce
Telecomunicações	• Comunicação Sem Fio • Telefonia • Sistemas de Comutação • Comunicação Digital • Comunicação Sem Fio • Redes de Comunicação • Telemática • Transmissão de Dados • Transmissão • Sistemas de Transmissão • Comunicação Digital

Eixo Infraestrutura	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Aeroportuário	• Operação Aeroportuária
Agrimensura	• Geomensura

Desenho de Construção Civil	• Construção Civil com Habilitação em Desenhos e Projetos • Construção Civil com Habilitação em Planejamento eProjeto • Desenho • Desenho de Arquitetura • Desenho de Projetos • Desenho de Projetos de Construção Civil • Edificações com Habilitação em Projetos Prediais • Planejamento e Projeto Predial • Projetos, Arquitetura e Racionalização de Construção
Edificações	• Construção Civil com Ênfase em Canteiro de Obras • Construção Civil com Ênfase em Edificações • Construção de Edifícios • Construção Predial • Edificações, Saneamento e Estradas
Estradas	• Construção Civil com Habilitação Em Construção e Manutenção de Vias
	• Construção Civil com Habilitação em Infraestrutura Urbana • Edificações e Estradas • Edificações e Vias Públicas • Edificações, Saneamento e Estradas • Estradas – Sistema Viário
Geodésia e cartografia	• Cartografia • Topografia
Geoprocessamento	• Fotointeligência • Geomática • Informações Aeronáuticas • Topografia e Geoprocessamento
Hidrologia	• Química – Habilitação: Tratamento De Água e Efluentes • Recursos Hídricos • Sistemas Hídricos
Portos	• Operações Portuárias
Saneamento	• Sistemas de Saneamento
Trânsito	• Transportes com Habilitação em Gestão De Transporte DePassageiro • Transportes em Habilitação em Operação de Trânsito • Transportes e Trânsito
Transporte de cargas	• Logística – Transporte Multimodal • Logística de Transportes • Logística e Transporte de Cargas • Transporte com Habilitação em Logística e Transporte deCarga • Transporte Dutoviário • Transporte Rodoviário de Cargas • Transporte/Logística de Transporte • Transportes com Habilitação em Operação de Transporte deCargas • Transportes com Habilitação em Operação de Transporte Multimodal

Transporte Rodoviário	• Estradas – Sistema Viário • Operação Rodoviária • Transporte com Habilitação em Transporte Urbano ERodoviário de Passageiro • Transporte Rodoviário e Trânsito Urbano • Transporte Sobre Pneus e Trânsito Urbano • Transporte Urbano e Rodoviário de Passageiros • Vias Permanentes

Eixo Produção Alimentícia	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Agroindústria	• Agrícola com Habilitação em Agroindústria • Agropecuária com Habilitação em Agroindústria • Produção e Processamento de Alimentos com Ênfase na Agroindustrialização
Alimentos	• Alimentos – Habilitação: Aves e Derivados • Alimentos – Habilitação: Bovinos, Suínos e Derivados • Alimentos – Habilitação: Pescados e Derivados • Gestão de Produção de Alimentos • Leite e Derivados (Laticínios) • Microbiologia de Alimentos • Processamento de Alimentos • Produção de Alimentos • Química com Habilitação em Alimentos e Bebidas • Química com Habilitação em Carnes e Derivados • Química com Habilitação em Química de Alimentos
Confeitaria	• Confeitaria e Panificação
Panificação	• Confeitaria e Panificação
Viticultura e enologia	• Agropecuária com Habilitação em Viticultura • Enologia

Eixo Produção Cultural e Design	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Artes Circenses	• Arte Circense • Circo
Artes Visuais	• Artes Plásticas
Artesanato	• Cerâmica Artística Artesanal
Canto	• Canto Erudito • Canto Lírico • Canto Popular • Execução Musical – Instrumento Canto • Música – Canto • Vocal
Cenografia	• Cenotecnia
Composição e Arranjo	• Arranjos Musicais
Conservação e Restauro	• Conservação e Restauração com Ênfase em Pintura Mural • Conservação e Restauração de Bens Culturais • Conservação e Restauração em Pintura de Cavalete

Dança	• Bailarino Contemporâneo • Bailarino Flamenco • Bailarino Moderno-Contemporâneo • Bailarino para Corpo de Baile • Bailarino Sapateado Americano • Bailarino • Bailarino Clássico • Dança: Artista de Balé • Dança com Habilitação Profissional de Bailarino em SuasDiversas Modalidades • Dança com Habilitação Profissional de Maitre de Balé • Dança Contemporânea • Dança Popular e Folclórica • Intérprete/Criador – Dança • Maitre de Balé
Design de Calçados	• Design • Design de Produto • Design Industrial
Design de Embalagens	• Desenho Industrial – Design Gráfico, de Produto e deEmbalagem • Desenho Industrial • Design
Design de Interiores	• Decoração de Interiores • Decoração • Programação Visual de Vitrines e Espaços Comerciais • Vitrinismo e Merchandising Visual
Design de Joias	• Desenho Industrial • Design
Design de Moda	• Moda • Estilismo
Design de Móveis	• Desenho Industrial • Design • Design De Mobiliário • Design De Móveis E Interiores • Industrial Moveleiro • Produto De Design De Móveis
Design Gráfico	• Comunicação Visual • Artes Plásticas Com Design Gráfico • Desenho Industrial – Design Gráfico, De Produto E DeEmbalagem • Design Gráfico E Empresarial • Design Gráfico E Web • Gestão De Negócios Em Design Gráfico E Empresarial • Programação Visual • Visual Merchandising • Web Design
Estilismo e Coordenação de Moda	• Estilismo • Moda
Fabricação de Instrumentos Musicais	• Afinação De Piano
Figurino Cênico	• Figurino

Instrumento Musical	• Acordeom - Alaúde - Bandolim - Bateria - Bombardino - Clarineta – Clarinete – Contrabaixo Elétrico – Contrabaixo – Cravo – Fagote – Flauta Doce – Flauta Transversal – Flauta Transversal Barroca – Guitarra – Harpa – Oboé – Órgão Eletrônico – Órgão Percussão – Piano Popular - Piano – Saxofone Popular – Saxofone – Teclado – Trombone – Trompete – Tuba – Viola Caipira – Viola De Gamba – Viola – Violão Erudito – Violão Popular – Violão Sete Cordas – Violão – Violino – Violoncelo • Execução Musical – Nome do Instrumento • Execução Musical • Instrumentista de Banda • Instrumentista de Orquestra
Modelagem do Vestuário	• Confecção de Vestuário/Modelagem • Modelagem de Vestuário Feminino e Masculino • Modelagem de Vestuário Feminino • Modelista de Vestuário Feminino e Masculino • Modelista de Vestuário
Multimídia	• Design Gráfico E Web • Web Design • Gestão De Mídias Sociais
Museologia	• Museu • Mediação Cultural
Paisagismo	• Design de Paisagismo • Design Floral • Design Paisagístico • Design de Interiores e Paisagismo
Processos Fotográficos	• Fotografia
Produção Cultural	• Produção de Eventos Culturais • Documentação Musical • Documentação e Editoração de Partituras • Musicografia Braille • Musicografia Digital
Produção de Áudio e Vídeo	• Áudio e Vídeo • Audiovisual • Audiovisual / Pesquisador Audiovisual • Audiovisual / Repórter Cinematográfico • Audiovisual / Sonoplasta • Áudio Visual • Cinegrafista • Edição de Imagem • Produção Audiovisual / Coordenação de Produção • Produção Audiovisual / Pesquisador • Produção em Audiovisual • Vídeo Profissional • Direção Cinematográfica • Processos Fonográficos • Gravação • Gravação Musical

Produção de Moda	• Estilismo e Moda • Estilismo de Moda • Estilista e Moda • Imagem Pessoal – Moda • Moda e Estilismo
Publicidade	• Comunicação Empresarial • Comunicação Mercadológica • Comunicação Social • Comunicação • Criação e Produção Em Publicidade E Propaganda • Propaganda e Marketing • Produção Executiva • Publicidade com Ênfase em Design Gráfico • Publicidade e Comunicação • Publicidade e Marketing • Publicidade e Propaganda

Rádio e Televisão	• Comunicação com Ênfase em Rádio e Televisão • Criação e Produção para Rádio • Criação e Produção para Televisão • Locução e Apresentação em Rádio e Televisão • Locução e Apresentação • Produção de Programas De Rádio e Televisão • Radialismo
Regência	• Música – Regência Coral • Música – Regência de Banda • Regência de Conjuntos Musicais • Regência de Conjuntos Vocais
Teatro	• Artes Cênicas • Arte Dramática • Ator • Atuação para Cinema e Tv

Eixo Produção Industrial	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Açúcar e Álcool	• Agrícola com Ênfase na Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar • Química com Ênfase em Açúcar e Álcool
Calçados	• Gestão da Produção de Calçados
Celulose e Papel	• Processos Industriais em Celulose
Cerâmica	• Cerâmica Estrutural • Manutenção Industrial Cerâmica • Produção de Cerâmica
Construção Naval	• Estruturas Navais • Indústria Naval
Curtimento	• Análises Químicas Industriais – Curtimento e Couro • Curtimento e Couro
Móveis	• Indústria Moveleira • Madeira e Mobiliário • Madeira e Movelaria com Ênfase em Produção de Móveis • Marcenaria • Móveis e Esquadrias – Produção Moveleira • Móveis e Esquadrias • Movelaria • Processos Industriais Moveleiros
Petróleo e Gás	• Exploração de Petróleo • Instrumentação de Petróleo • Manutenção na Indústria do Petróleo e Gás Natural • Operação da Produção do Petróleo e Gás Natural • Operação de Plataformas e Sondas de Perfuração eProdução de Petróleo e Gás Natural • Operação de Produção de Petróleo e Gás Natural • Operação E Produção de Petróleo • Produção de Petróleo • Química de Petróleo
Planejamento e Controle da Produção	• Produção Industrial

Plásticos	• Processamento de Polímeros • Produção de Plásticos • Transformação de Termoplásticos
Petroquímica	• Industrial Com Habilitação em Indústria de Petróleo e Gás • Operação em Sistemas de Petróleo • Química de Petróleo
Processamento de Madeira	• Industrial Madeireiro
Processos Gráficos	• Pré Impressão Gráfica • Impressão Off Set • Impressão Rotográfica e Flexográfica • Gráfico em Ofset • Gráfico em Pré-Impressão • Gráfico em Rotogravura e Flexografia • Impressão Gráfica • Design Gráfico e Empresarial • Design Gráfico
Química	• Análises Químicas • Análise Química • Análises e Processos Químicos • Análises Químicas Industriais • Química – Ênfase em Análise de Processos Industriais • Químicos • Operação de Processos Industriais Químicos • Processos Químicos Industriais • Química – Analista de Processos • Química de Petróleo • Química Industrial • Tecnologia Química
Têxtil	• Acabamento Têxtil • Fiação • Indústria Têxtil - Tecelagem • Têxtil Em Confecção e Química Têxtil • Têxtil Em Malharia e Confecção • Têxtil Em Malharia e Química Têxtil • Malharia • Beneficiamento Têxtil
Vestuário	• Confecção – Modelagem • Confecção – Produção • Confecção de Vestuário/Modelagem • Confecção de Vestuário/Produção • Confecção do Vestuário • Confecção Industrial do Vestuário • Confecção Industrial • Gerência de Produção em Vestuário • Indústria do Vestuário • Industrial com Habilitação em Confecção e Vestuário • Industrial com Habilitação em Vestuário • Malharia

	• Moda e Estudo do Vestuário • Modelagem de Vestuário Feminino e Masculino • Modelagem de Vestuário Feminino • Modelagem • Modelista de Vestuário Feminino e Masculino • Modelista de Vestuário
Vidros	• Produção de Vidro

Eixo Recursos Naturais	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Agricultura	• Agrícola com Ênfase na Cadeia Produtiva da Cana-De-Açúcar • Agrícola com Habilitação em Agricultura • Agrícola com Habilitação em Jardinagem • Agricultura Com Ênfase em Produção Vegetal • Agricultura Familiar • Agropecuária com Ênfase em Agricultura Familiar • Agropecuária com Habilitação em Agricultura • Agropecuária com Habilitação em Fruticultura • Agropecuária com Habilitação em Viticultura • Floricultura • Produção Agrícola • Produção Vegetal • Secagem e Armazenagem de Grãos e Sementes • Grãos • Pós-Colheita • Mecanização Agrícola • Gestão e Produção de Plantas frutíferas • Gestão e Produção do Cacau e Chocolate
Agroecologia	• Produção Sustentável em Unidades de Conservação • Agrícola com Habilitação em Agroecologia • Agrícola com Habilitação em Desenvolvimento • Sustentável e Agroecologia • Agricultura Familiar • Agropecuária com Habilitação em Agroecologia • Agropecuária Ecológica • Agropecuária Orgânica • Agropecuária com Ênfase em Agricultura Familiar • Desenvolvimento Rural Sustentável
Agronegócio	• Administração Rural • Agropecuária com Ênfase em Agronegócios • Gestão com Ênfase em Produção Industrial e Serviços • Gestão da Empresa Rural • Gestão em Agronegócios e Meio Ambiente
Agropecuária	• Agrícola com Habilitação em Agropecuária • Agropecuária com Habilitação em Agropecuária • Pecuária • Produção Pecuária
Aquicultura	• Aquacultura

	• Piscicultura • Produção Aquícola • Produção Aquícola e Pesqueira
Florestas	• Agroflorestal • Agropecuária com Habilitação em Agricultura eReflorestamento • Industrialização da Madeira • Manejo Florestal • Silvicultura
Geologia	• Mineração com Ênfase em Geologia
Mineração	• Geologia com Ênfase em Lavra de Mina • Mineração com Ênfase em Produção Mineral e MeioAmbiente • Recursos Minerais • Geologia e Mineração
Recursos Pesqueiros	• Aquicultura e Pesca • Equipamentos Pesqueiros • Processamento de Pescado
Zootecnia	• Agrícola com Habilitação em Zootecnia • Agropecuária com Habilitação em Produção Animal • Agropecuária com Habilitação em Zootecnia • Avicultura • Manejo e Sanidade Animal • Zoonoses

Eixo Recursos Naturais	
Catálogo	Denominações Anteriormente Utilizadas
Segurança do Trabalho	• Agente Promotor em Saúde e Segurança do Trabalho • Assistente Administrativo de Segurança do Trabalho • Biossegurança • Gestão Técnica em Segurança do Trabalho • Saúde e Segurança do Trabalho
Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer	
Catálogo	Denominações Anteriores Utilizadas
Agenciamento de Viagem	• Agenciamento e Guia • Agenciamento e Guiamento de Viagens e Operações • Turísticas • Agenciamento e Operação de Turismo e Hospitalidade • Agenciamento e Operações Turísticas • Assessor em Planejamento Turístico • Gestão e Promoção Turística • Serviços Turísticos de Eventos, Hospedagem e Agenciamento • Traslado • Turismo e Desenvolvimento Social • Turismo, Gerência, Agentes e Negócios • Turismo/Guia Turístico • Turismo

Eventos	• Eventos de Negócios • Eventos e Hospitalidade • Gestão de Eventos • Organização de Eventos • Planejador e Realizador de Eventos • Planejamento e Organização de Eventos e Turismo • Promoção e Organização de Eventos • Serviços Turísticos de Eventos, Hospedagem e • Agenciamento • Técnico em Produção Cultural e Eventos
Gastronomia	• Assistente de Preparo de Alimentos • Cozinha • Serviços de Auxiliar de Cozinha
Guia de Turismo	• Agenciamento e Guia • Guia de Turismo de Excursão Nacional e Regional • Guia de Turismo • Guia Regional • Guiamento de Turista • Guiamento/Guia de Turismo Nacional • Operação e Agenciamento de Serviços Turísticos: Guia de Turismo – Classe Regional • Serviços de Turismo • Turismo/Guia Turístico • Turismo e Guia de Turismo e Excursão Nacional • Turismo • Técnico em Organização Esportiva • Técnico em Turismo Receptivo • Técnico em Mediação Cultural
Hospedagem	• Administração em Meios de Hospedagem • Gestão de Hospedagem • Hospitalidade – Ênfase em Hotéis e Pousadas • Hospitalidade • Hotelaria com Ênfase em Serviços • Hotelaria • Meios de Hospedagem • Serviços de Hotelaria E Turismo • Serviços Hoteleiros • Serviços Turísticos de Eventos, Hospedagem e Agenciamento • Turismo e Hospitalidade • Turismo e Hotelaria • Turismo em Serviços de Hospedagem, Alimentação e Bebidas • Turismo para Gestão de Negócios e Hotelaria
Lazer	• Animação Sociocultural • Animação • Atividade Física, Recreação e Desporto • Atividades Físicas, Recreação e Desporto na Área de Desenvolvimento Social

	• Auxiliar de Recreação • Coordenação de Lazer e Recreação • Esporte Terrestre • Lazer e Desenvolvimento Social • Lazer e Esportes • Lazer e Qualidade de Vida • Lazer e Recreação da Criança e Idoso • Lazer e Recreação • Monitor de Lazer e Recreação • Monitoria de Lazer e Recreação • Organizador de Lazer e Recreação • Recreação • Recreacionista Infantil
Serviços de Bar e Restaurante	• Administração de Restaurantes • Alimentos e Bebidas • Serviços de Sala e Bar • Serviços de Restaurante e Bar • Bar e Restaurante

ANEXO B

TABELA DE SUBMISSÃO

Eixo Tecnológico	Curso
Ambiente e Saúde	• Técnico em Acupuntura • Técnico em Cuidados em Saúde • Técnico em Especialização em Cabelos Afro - Étnicos • Técnico em Fitoterapia • Técnico em instrumentação Cirúrgica • Técnico em Naturopatia • Técnico em Óptica e Optometria • Técnico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde • Técnico em Terapia Ayurvédica • Técnico em Terapias Corporais Naturais • Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos • Técnico em Saúde e Beleza PET
Controle e Processos Industriais	• Técnico em Energias Alternativas • Técnico em Inspeção de Equipamentos • Técnico em Manutenção de Sistemas Eletroeletrônicos de Transporte Sobre Trilhos • Técnico em Manutenção de Sistemas Mecânicos de Transporte sobre Trilhos • Técnico em Nanotecnologia • Técnico em Naval • Técnico em Projetos Mecânicos • Técnico em Tubulação Industrial
Desenvolvimento Educacional e Social	• Técnico em Acrobacia no mastro vertical • Técnico em Desenvolvimento Infantil

	• Técnico em Cavalaria • Técnico em Combate a Incêndio, Resgate e Prevenção de Acidentes de Aviação • Técnico em Equipamento de engenharia • Técnico em Forças especiais • Técnico em Infantaria • Técnico em Montanhismo • Técnico em Navegação Fluvial
Produção Alimentícia	• Técnico em Panificação e Confeitaria • Técnico em Processamento de Pescado
Produção Cultural e Design	• Técnico em Arte Dramática com Ênfase em Criação e Produção • Técnico em Audiovisual • Técnico em Comunicação • Técnico em Criação e Coordenação de Moda • Técnico em Dança de Salão • Técnico em Design • Técnico em Formação de Bailarino para Corpo de Baile • Técnico em Montagem e Segurança em Espaços Cênicos • Técnico em Visagismo • Técnico em Documentação Musical • Técnico em Processos Fonográficos • Técnico em Comunicação Visual • Técnico em Produção Cultural e Eventos • Técnico em Mediação Cultural • Técnico em Gestão de Mídias Sociais • Técnico em Atuação para Cinema e TV • Técnico em Direção Cinematográfica • Técnico em Figurino
Produção Industrial	• Técnico em Artefatos de Couro • Técnico em Desenvolvimento de Produtos Industriais • Técnico em Energia Nuclear • Técnico em Estruturas Navais • Técnico em Gestão de Processos Industriais • Técnico em Gestão Industrial • Técnico em Malharia • Técnico em Beneficiamento Têxtil • Técnico em Produção Industrial • Técnico em Pré-Impressão Gráfica • Técnico em Impressão Rotográfica e Flexográfica • Técnico em Impressão Offset • Técnico em Análises Químicas • Técnico em Produção de Vidro
Recursos Naturais	• Técnico em Agricultura de Precisão • Técnico em Agroextrativismo • Técnico em Agropecuária, Gestão e Manejo Ambiental • Técnico em Avicultura • Técnico em Bovinocultura • Técnico em Gestão Ambiental

	• Técnico em Grãos, Fibras, Oleaginosas • Técnico em Ovinocaprinocultura • Técnico em Produção de Cana-de-Açúcar • Técnico em Produção em Palma de Óleo • Técnico em Produção Sustentável em Unidades de Conservação • Técnico em Pós colheita • Técnico em Grãos • Técnico em Equipamentos Pesqueiros • Técnico em Mecanização Agrícola • Técnico em Gestão e Produção de Plantas Frutíferas • Técnico em Gestão e Produção do Cacau e Chocolate • Técnico em Recursos Minerais
Segurança	
Turismo, Hospitalidade e Lazer	• Técnico em Dança Esportiva • Técnico em Organização Esportiva • Técnico em Panificação e Confeitaria • Técnico em Patisseria Clássica e Panificação Artesanal • Técnico em Planejamento Turístico • Técnico em Práticas Esportivas • Técnico em Preparação de Atletas • Técnico em Treinamento Esportivo • Técnico em Produção Cultural e de Eventos • Técnico em Cozinha • Técnico em Restaurante e Bar • Técnico em Organização Esportiva • Técnico em Turismo Receptivo • Técnico em Administração Hoteleira • Técnico em Mediação Cultural

ANEXO C
EXTRATO CONSOLIDADO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS2020

Nº	Eixo Tecnológico	Nome do Curso	Carga Horária
1.	Ambiente e Saúde	Técnico em Agente Comunitário de Saúde	1200
2.	Ambiente e Saúde	Técnico em Análises Clínicas	1200
3.	Ambiente e Saúde	Técnico em Citopatologia	1200
4.	Ambiente e Saúde	Técnico em Controle Ambiental	1200
5.	Ambiente e Saúde	Técnico em Cuidados de Idosos	800
6.	Ambiente e Saúde	Técnico em Dependência Química	1200
7.	Ambiente e Saúde	Técnico em Enfermagem	1200
8.	Ambiente e Saúde	Técnico em Equipamentos Biomédicos	1200
9.	Ambiente e Saúde	Técnico em Estética	1200
10.	Ambiente e Saúde	Técnico em Farmácia	1200
11.	Ambiente e Saúde	Técnico em Gerência em Saúde	1200
12.	Ambiente e Saúde	Técnico em Hemoterapia	1200
13.	Ambiente e Saúde	Técnico em Imagem Pessoal	800
14.	Ambiente e Saúde	Técnico em Imobilizações Ortopédicas	1200
15.	Ambiente e Saúde	Técnico em Massoterapia	1200
16.	Ambiente e Saúde	Técnico em Meio Ambiente	1200
17.	Ambiente e Saúde	Técnico em Meteorologia	1000

18.	Ambiente e Saúde	Técnico em Necropsia	1200
19.	Ambiente e Saúde	Técnico em Nutrição e Dietética	1200
20.	Ambiente e Saúde	Técnico em Óptica	1200
21.	Ambiente e Saúde	Técnico em Optometria	1200
22.	Ambiente e Saúde	Técnico em Órteses e Próteses	1200
23.	Ambiente e Saúde	Técnico em Podologia	1200
24.	Ambiente e Saúde	Técnico em Prótese Dentária	1200
25.	Ambiente e Saúde	Técnico em Radiologia	1200
26.	Ambiente e Saúde	Técnico em Reciclagem	1200
27.	Ambiente e Saúde	Técnico em Registros e Informações em Saúde	1200
28.	Ambiente e Saúde	Técnico em Saúde Bucal	1200
29.	Ambiente e Saúde	Técnico em Terapias Holísticas	1200
30.	Ambiente e Saúde	Técnico em Veterinária	1000
31.	Ambiente e Saúde	Técnico em Vigilância em Saúde	1200
32.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Automação Industrial	1.200
33.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletroeletrônica	1.200
34.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletromecânica	1.200
35.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrônica	1.200
36.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrotécnica	1.200
37.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Fabricação Mecânica	1.200
38.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Ferramentaria	1.200
39.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Fundição	1.200
40.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Instrumentação Industrial	1.200
41.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção Automotiva	1.200
42.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Aeronáutica em Aviônicos	1.200
43.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Aeronáutica em Célula	1.200
44.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Aeronáutica em Grupo Motopropulsor	1.200
45.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Máquinas Industriais	1.200
46.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Máquinas Navais	1.200
47.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas	1.200
48.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Sistemas Metroferroviários	1.200
49.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecânica	1.200
50.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecânica de Precisão	1.200
51.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecatrônica	1.200
52.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Metalurgia	1.200
53.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Metrologia	1.200
54.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Refrigeração e Climatização	1.200
55.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Sistemas a Gás	1.200
56.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Sistemas de Energia Renovável	1.200
57.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Soldagem	1.200
58.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Alimentação Escolar	1200
59.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Arquivo	1200
60.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Biblioteconomia	800
61.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Brinquedoteca	800
62.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Desenvolvimento Comunitário	800
63.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Infraestrutura Escolar	1200
64.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza	800
65.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Multimeios Didáticos	1200

66.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilíngues em Libras / Língua Portuguesa	1200
67.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Secretaria Escolar	800
68.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	1200
69.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em treinamento e Instrução de Cães Guias	1200
70.	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	800
71.	Gestão e Negócios	Técnico em Comércio	800
72.	Gestão e Negócios	Técnico em Comércio Exterior	800
73.	Gestão e Negócios	Técnico em Condomínio	800
74.	Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade	800
75.	Gestão e Negócios	Técnico em Cooperativismo	800
76.	Gestão e Negócios	Técnico em Finanças	800
77.	Gestão e Negócios	Técnico em Logística	800
78.	Gestão e Negócios	Técnico em Marketing	800
79.	Gestão e Negócios	*T*écnico em Qualidade	800
80.	Gestão e Negócios	Técnico em Recursos Humanos	800
81.	Gestão e Negócios	Técnico em Secretariado	800
82.	Gestão e Negócios	Técnico em Seguros	800
83.	Gestão e Negócios	Técnico em Serviços Jurídicos	800
84.	Gestão e Negócios	Técnico em Serviços Públicos	800
85.	Gestão e Negócios	Técnico em Transações Imobiliárias	800
86.	Gestão e Negócios	Técnico em Vendas	800
87.	Informação e Comunicação	Técnico em Computação Gráfica	1000
88.	Informação e Comunicação	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	1200
89.	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	1200
90.	Informação e Comunicação	Técnico em Informática para Internet	1000
91.	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	1000
92.	Informação e Comunicação	Técnico em Programação de Jogos Digitais	1000
93.	Informação e Comunicação	Técnico em Redes de Computadores	1000
94.	Informação e Comunicação	Técnico em Telecomunicações	1200
95.	Infraestrutura	Técnico em Aeroportuário	1000
96.	Infraestrutura	Técnico em Agrimensura	1200
97.	Infraestrutura	Técnico em Carpintaria	1200
98.	Infraestrutura	Técnico em Desenho de Construção Civil	1200
99.	Infraestrutura	Técnico em Edificações	1200
100.	Infraestrutura	Técnico em Estradas	1200
101.	Infraestrutura	Técnico em Geodésia e Cartografia	1200
102.	Infraestrutura	Técnico em Geoprocessamento	1200
103.	Infraestrutura	Técnico em Hidrologia	1200
104.	Infraestrutura	Técnico em Portos	1000
105.	Infraestrutura	Técnico em Saneamento	1200
106.	Infraestrutura	Técnico em Trânsito	1000
107.	Infraestrutura	Técnico em Transporte Aquaviário	1000
108.	Infraestrutura	Técnico em Transporte De Cargas	1000
109.	Infraestrutura	Técnico em Transporte Metroferroviário	1200
110.	Infraestrutura	Técnico em Transporte Rodoviário	1000
111.	Militar	Técnico em Bombeiro Aeronáutico	1200
112.	Militar	Técnico em Comunicações Aeronáuticas	1200
113.	Militar	Técnico em Comunicações Navais	1200
114.	Militar	Técnico em Controle de Tráfego Aéreo	1200
115.	Militar	Técnico em Desenho Militar	1200
116.	Militar	Técnico em Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos	1200
117.	Militar	Técnico em Equipamentos de Voo	1200
118.	Militar	Técnico em Estrutura e Pintura de Aeronaves	1200
119.	Militar	Técnico em Fotointeligência	1200

120.	Militar	Técnico em Guarda e Segurança	1200
121.	Militar	Técnico em Hidrografia	1200
122.	Militar	Técnico em Informações Aeronáuticas	1200
123.	Militar	Técnico em Manobras e Equipamentos de Convés	1200
124.	Militar	Técnico em Material Bélico	1200
125.	Militar	Técnico em Mecânica de Aeronaves	1200
126.	Militar	Técnico em Mergulho	1200
127.	Militar	Técnico em Operação de Radar	1200
128.	Militar	Técnico em Operação de Sonar	1200
129.	Militar	Técnico em Operações de Engenharia Militar	1200
130.	Militar	Técnico em Preparação Física e Desportiva Militar	1200
131.	Militar	Técnico em Sensores de Aviação	1200
132.	Militar	Técnico em Sinais Navais	1200
133.	Militar	Técnico em Sinalização Náutica	1200
134.	Militar	Técnico em Suprimento	1200
135.	Produção Alimentícia	Técnico em Agroindústria	1.000
136.	Produção Alimentícia	Técnico em Alimentos	1.200
137.	Produção Alimentícia	Técnico em Cervejaria	1.200
138.	Produção Alimentícia	Técnico em Confeitaria	800
139.	Produção Alimentícia	Técnico em Panificação	800
140.	Produção Alimentícia	Técnico em Viticultura e Enologia	1.200
141.	Produção Cultural e Design	Técnico em Artes Circenses	1200
142.	Produção Cultural e Design	Técnico em Artes Visuais	1200
143.	Produção Cultural e Design	Técnico em Artesanato	800
144.	Produção Cultural e Design	Técnico em Canto	1000
145.	Produção Cultural e Design	Técnico em Cenografia	800
146.	Produção Cultural e Design	Técnico em Composição e Arranjo	1200
147.	Produção Cultural e Design	Técnico em Conservação e Restauro	1200
148.	Produção Cultural e Design	Técnico em Dança	1200
149.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Calçados	800
150.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Embalagens	800
151.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Interiores	1200
152.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Joias	800
153.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Moda	800
154.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Móveis	800
155.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design Gráfico	1000
156.	Produção Cultural e Design	Técnico em Estilismo e Coordenação de Moda	800
157.	Produção Cultural e Design	Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais	800
158.	Produção Cultural e Design	Técnico em Figurino Cênico	800
159.	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical	1200
160.	Produção Cultural e Design	Técnico em Modelagem Do Vestuário	800
161.	Produção Cultural e Design	Técnico em Multimídia	800
162.	Produção Cultural e Design	Técnico em Museologia	1200
163.	Produção Cultural e Design	Técnico em Paisagismo	1000
164.	Produção Cultural e Design	Técnico em Processos Fotográficos	800
165.	Produção Cultural e Design	Técnico em Produção Cultural	800
166.	Produção Cultural e Design	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	1200
167.	Produção Cultural e Design	Técnico em Produção de Moda	800
168.	Produção Cultural e Design	Técnico em Publicidade	800
169.	Produção Cultural e Design	Técnico em Rádio e TV	1000
170.	Produção Cultural e Design	Técnico em Regência	1000
171.	Produção Cultural e Design	Técnico em Teatro	1000
172.	Produção Industrial	Técnico em Açúcar e Álcool	1200
173.	Produção Industrial	Técnico em Biocombustíveis	1200
174.	Produção Industrial	Técnico em Biotecnologia	1200
175.	Produção Industrial	Técnico em Calçados	1200
176.	Produção Industrial	Técnico em Celulose e Papel	1200

177.	Produção Industrial	Técnico em Cerâmica	1200
178.	Produção Industrial	Técnico em Construção Naval	1200
179.	Produção Industrial	Técnico em Curtimento	1200
180.	Produção Industrial	Técnico em Joalheria	1200
181.	Produção Industrial	Técnico em Móveis	1200
182.	Produção Industrial	Técnico em Petróleo E Gás	1200
183.	Produção Industrial	Técnico em Petroquímica	1200
184.	Produção Industrial	Técnico em Planejamento e Controle da Produção	800
185.	Produção Industrial	Técnico em Plásticos	1200
186.	Produção Industrial	Técnico em Processamento da Madeira	1200
187.	Produção Industrial	Técnico em Processos Gráficos	1200
188.	Produção Industrial	Técnico em Química	1200
189.	Produção Industrial	Técnico em Têxtil	1200
190.	Produção Industrial	Técnico em Vestuário	1200
191.	Produção Industrial	Técnico em Vidros	1200
192.	Recursos Naturais	Técnico em Agricultura	1200
193.	Recursos Naturais	Técnico em Agroecologia	1200
194.	Recursos Naturais	Técnico em Agronegócio	1200
195.	Recursos Naturais	Técnico em Agropecuária	1200
196.	Recursos Naturais	Técnico em Apicultura	1200
197.	Recursos Naturais	Técnico em Aquicultura	1000
198.	Recursos Naturais	Técnico em Cafeicultura	1200
199.	Recursos Naturais	Técnico em Florestas	1200
200.	Recursos Naturais	Técnico em Fruticultura	1200
201.	Recursos Naturais	Técnico em Geologia	1200
202.	Recursos Naturais	Técnico em Mineração	1200
203.	Recursos Naturais	Técnico em Pesca	1000
204.	Recursos Naturais	Técnico em Recursos Pesqueiros	1000
205.	Recursos Naturais	Técnico em Zootecnia	1200
206.	Segurança	Técnico em Defesa Civil	800
207.	Segurança	Técnico em Prevenção a Combate a Incêndio	1000
208.	Segurança	Técnico em Segurança do Trabalho	1200
209.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Agenciamento de Viagem	800
210.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Eventos	800
211.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Gastronomia	800
212.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Guia de Turismo	800
213.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Hospedagem	800
214.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Lazer	800
215.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Serviços de Restaurante e Bar	800

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 16-12-2020, Seção 1, páginas 81-94, comincorreção.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020 [*]

Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 498, de 6 de agosto de 2020, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de dezembro de 2020, Seção 1, pág. 168, resolve:

Art. 1º Fica adicionado 1 (um) ano ao prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

Art. 2º O prazo estabelecido no Art. 1º dessa Resolução será aplicado apenas às DCNs que tenham vigência estabelecida a partir de maio de 2020, conforme listagem em anexo.

Art. 3º O disposto nas DCNs vigentes observará ao disposto nos Pareceres CNE/CP nº 5/2020 e nº 11/2020, no que couber e enquanto viger o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência da calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM JOSÉ SOARES NETO

[*] Resolução CNE/CES 1/2020. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dezembro de 2020, Seção 1, p. 64.

ANEXO

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS COM PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO

	Ementa	Prazo para implantação	Data limite para implantação	Data da publicação da Resolução no DOU	Link no DOU
1	Resolução CNE/CES nº 2, de 12 de julho de 2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Oceanografia.	2 anos	26/9/2020	DOU de 20/7/2018, Seção 1, p. 18. Republicada no DOU, 26/9/2018, Seção1, pp. 38 e 39.	*https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/09/2018&jornal=515&pagina=38*
2	Resolução CNE/CES nº 3, de 12 de julho de 2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Ciências Aeronáuticas.	2 anos	20/7/2020	DOU de 20/7/2018, Seção 1, p. 18.	*https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/07/2018&jornal=515&pagina=18*
3	Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito.	2 anos	19/12/2020	DOU de 18/12/2018, Seção 1, p. 122. Republicada no DOU de 19/12/2018,Seção 1, pp. 47 e 48.	*https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2018&jornal=515&pagina=47*
4	Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física.	2 anos	19/12/2020	DOU de 19/12/2018, Seção 1, pp. 48 e49.	*https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2018&jornal=515&pagina=48&totalArquivos=197*
5	Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.	3 anos	19/12/2021	DOU de 19/12/2018, Seção 1, pp. 49 e50.	*https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2018&jornal=515&pagina=49&totalArquivos=197*
6	Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.	3 anos	26/4/2022	DOU de 26/4/2019, Seção 1, pp. 43 e44.	*https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/04/2019&jornal=515&pagina=43&totalArquivos=94*
7	Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária.	2 anos	16/8/2021	DOU de 16/8/2019, Seção 1, pp. 199 e201.	*https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/08/2019&jornal=515&pagina=199*

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto nas alíneas "b" e "d" do Art. 7º, na alínea "c" do § 1º e na alínea "c" do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no § 1º do art. 8º, nos incisos IV e VII e no § 1º do art. 9º, no art. 36, nos arts. 36-A a 36-D, nos arts. 39 a 57, nos arts. 80 e 81 e no art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 (LDB); no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 17/2020, homologado pela Portaria MEC nº 1.097, de 31 de dezembro de 2020, publicada no DOU de 4 de janeiro de 2021, Seção 1, pág. 45, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, entende-se por Diretriz o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições e redes de ensino públicas e privadas, na organização, no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, presencial e a distância.

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica:

- articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;

- respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

- centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus

objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

- estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;

- a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;

- indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;

- interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

- utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;

- articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

- observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

- observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;

- reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

- reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;

- autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;

- identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

- autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e

as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;

- fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino- aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e

- promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A Educação Profissional e Tecnológica, com base no § 2º do art. 39 da LDB e no Decreto nº 5.154/2004, é desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- qualificação profissional, inclusive a formação inicial e a formação continuada de trabalhadores;

- Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional técnica e cursos de especialização profissional técnica; e

- Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional tecnológica, cursos de especialização profissional tecnológica e programas de Mestrado e Doutorado profissional.

Art. 5º Os cursos de Educação Profissional e Tecnológica podem ser organizados por itinerários formativos, observadas as orientações oriundas dos eixos tecnológicos.

§ 1º Os eixos tecnológicos deverão observar as distintas segmentações tecnológicas abrangidas, de forma a promover orientações específicas que sejam capazes de orientar as tecnologias contempladas em cada uma das distintas áreas tecnológicas identificadas.

§ 2º A não identificação de distintas áreas tecnológicas preservará as mesmas orientações dos eixos tecnológicos.

§ 3º O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) orientam a organização dos cursos dando visibilidade às ofertas de Educação Profissional e Tecnológica.

§ 4º O itinerário formativo deve contemplar a articulação de cursos e programas, configurando trajetória educacional consistente e programada, a partir de:

I - estudos sobre os itinerários de profissionalização praticados no mundo do trabalho; II - estrutura sócio-ocupacional da área de atuação profissional; e

III - fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços.

§ 5º Entende-se por itinerário formativo na Educação Profissional e Tecnológica o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica, podendo ser:

- propiciado internamente em um mesmo curso, mediante sucessão de unidades curriculares, etapas ou módulos com terminalidade ocupacional;

- propiciado pela instituição educacional, mas construído horizontalmente pelo estudante, mediante unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos diferentes de um mesmo eixo tecnológico e respectiva área tecnológica; e

- construído verticalmente pelo estudante, propiciado ou não por instituição educacional, mediante sucessão progressiva de cursos ou certificações obtidas por avaliação e por reconhecimento de competências, desde a formação inicial até a pós-graduação tecnológica.

§ 6º Os itinerários formativos profissionais devem possibilitar um contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente avaliadas, reconhecidas e certificadas por instituições e redes de Educação Profissional e Tecnológica, criadas nos termos da legislação vigente.

§ 7º Os itinerários formativos profissionais podem ocorrer dentro de um curso, de uma área tecnológica ou de um eixo tecnológico, de modo a favorecer a verticalização da formação na Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando, quando possível, diferentes percursos formativos, incluindo programas de aprendizagem profissional, observada a legislação trabalhista pertinente.

§ 8º Entende-se por eixo tecnológico a estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais.

Art. 6º A Educação Profissional e Tecnológica pode se desenvolver em articulação com as etapas e as modalidades da Educação Básica, bem como da Educação Superior ou por diferentes estratégias de formação continuada, em instituições devidamente credenciadas para sua oferta ou no ambiente de trabalho.

Art. 7º Os cursos de Educação Profissional e Tecnológica se referenciam em eixos tecnológicos e suas respectivas áreas tecnológicas, quando identificadas, possibilitando a construção de itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, conforme a relevância para o contexto local e as reais possibilidades das instituições e redes de ensino públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania e específicas para o exercício profissional competente, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

§ 1º A identificação de diferentes áreas tecnológicas no âmbito dos respectivos eixos tecnológicos deve garantir a expressão das diferentes segmentações que dão identidade às funções de um setor de produção de bens e serviços, contemplando finalidades, objetos e processos de produção e de prestação de serviços.

§ 2º As áreas tecnológicas identificadas em cada eixo tecnológico deverão promover orientações específicas, indicando condições e critérios para definição de carga horária e de percentuais possíveis para as unidades curriculares, etapas ou módulos flexíveis, etapas presenciais e a distância na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Profissional Tecnológica de Nível Superior.

§ 3º Para os fins desta Resolução, entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular, integrar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que permitam responder intencionalmente, com suficiente autonomia intelectual e consciência crítica, aos desafios do mundo do trabalho.

§ 4º Cabe ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em articulação com o Ministério da Educação (MEC), ouvidos os respectivos sistemas de ensino, as instituições e redes especializadas em Educação Profissional e Tecnológica e os segmentos representativos da sociedade e do mundo do trabalho, definir normas gerais para orientar a estruturação dos eixos tecnológicos, incorporando as diferentes áreas tecnológicas que se fizerem necessárias.

Art. 8º São critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional e Tecnológica:

- atendimento às demandas socioeconômico ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho;

- conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou

rede de ensino, considerando as reais condições de viabilização da proposta pedagógica;

- possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;

- identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento das competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, em condições de responder, com originalidade e criatividade, aos constantes e novos desafios da vida cidadã e profissional;

- incentivo ao uso de recursos tecnológicos e recursos educacionais digitais abertos no planejamento dos cursos como mediação do processo de ensino e de aprendizagem centrados no estudante;

- aproximação entre empresas e instituições de Educação Profissional e Tecnológica, com vista a viabilizar estratégias de aprendizagem que insiram os estudantes na realidade do mundo do trabalho; e

- observação da integralidade de ocupações reconhecidas pelo setor produtivo, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o acervo de cursos apresentados nos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 9º O Ministério da Educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino e as instituições e redes de Educação Profissional e Tecnológica, observada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a dinâmica do mundo do trabalho, deve manter atualizado o CNCT e o CNCST, de modo a orientar na organização dos cursos e dar visibilidade às ofertas em Educação Profissional e Tecnológica.

Art. 10. As instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica podem ofertar cursos experimentais que não constem no CNCT e no CNCST ou em instrumentos correspondentes que venham substituí-los, desde que:

I - sejam devidamente autorizados pelos órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino; II - informem esta condição de cursos experimentais aos candidatos a esses cursos;

- submetam esses cursos à avaliação e reconhecimento pelo respectivo sistema de ensino no prazo de 3 (três) anos, no caso dos cursos de Educação Profissional Técnica de

Nível Médio, contados da data da sua oferta inicial, e no prazo de 6 (seis) anos para os Cursos Superiores de Tecnologia;

- após o reconhecimento, sejam encaminhados para a inclusão no CNCT ou no CNCST, de modo a orientar na organização dos cursos e dar visibilidade às ofertas de Educação Profissional e Tecnológica; e

- definam, junto aos órgãos próprios do respectivo sistema de ensino, as regras de transição para a descontinuidade dos cursos implantados como experimentais e não reconhecidos, dentro do prazo máximo estabelecido.

Art. 11. O Ministério da Educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, deve dar publicidade permanente em seu portal à relação dos cursos experimentais autorizados e em funcionamento.

§ 1º Caberá ao Conselho Nacional de Educação, por demanda das instituições ou redes de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação ou de órgãos próprios dos sistemas de ensino, manifestar-se sobre possíveis divergências quanto à descontinuidade dos cursos experimentais desenvolvidos.

§ 2º O Ministério da Educação poderá recomendar a readequação de cursos experimentais técnico ou superior de tecnologia, de modo a enquadrá-los em cursos já constantes no CNCT ou CNCST.

CAPÍTULO IV

DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, INCLUÍDA A FORMAÇÃO INICIAL

Art. 12. Os cursos de qualificação profissional, incluída a formação inicial de trabalhadores, deverão desenvolver competências profissionais devidamente identificadas no perfil profissional de conclusão, que sejam necessárias ao exercício de uma ocupação com identidade reconhecida no mundo do trabalho, consideradas as orientações dos respectivos Sistemas de Ensino e a CBO.

§ 1º Os cursos de qualificação profissional, considerando a aprendizagem profissional, respondem à comprovação da necessidade de formação metódica para o exercício das ocupações profissionais a que se referem, excetuadas as simples instruções de serviço.

§ 2º Os cursos de qualificação profissional podem também abarcar saídas intermediárias dos Cursos Técnicos de Nível Médio (qualificação profissional técnica) e dos cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação (qualificação profissional tecnológica), devidamente reconhecidas pelo mercado de trabalho e identificadas na CBO.

§ 3º Os cursos de qualificação profissional devem ser organizados na perspectiva de itinerário formativo profissional e tecnológico, com vista a possibilitar o aproveitamento das competências desenvolvidas para a continuidade de estudos.

§ 4º Os cursos de qualificação profissional devem observar as normas gerais da Educação Profissional e Tecnológica na organização de sua oferta e, quando se tratar de aprendizagem profissional, além destas Diretrizes, considerar as normas específicas.

§ 5º A oferta de qualificação profissional pode se dar de forma articulada com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

§ 6º A qualificação profissional pode contemplar programas de aprendizagem profissional, observadas, além destas Diretrizes, as denominações das ocupações na CBO e a legislação específica pertinente.

§ 7º Cabe às instituições e redes de ensino que oferecem Educação Profissional registrar, sob sua responsabilidade, os certificados emitidos nos termos da legislação e normas vigentes.

Art. 13. A estruturação de cursos de qualificação profissional deve considerar, no mínimo, os seguintes elementos para sua oferta:

I - identificação do curso;

II - justificativa e objetivos;

III - requisitos e formas de acesso;

IV - perfil profissional de conclusão;

V - organização curricular;

VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;

VII - critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;

VIII - biblioteca, instalações, equipamentos e laboratórios;

IX - perfil de professores, instrutores e técnicos; e

X - certificados a serem emitidos.

Art. 14. A formação inicial para o trabalho poderá compreender a oferta de cursos e programas especiais de capacitação profissional, de duração variável, abertos à comunidade e condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento do estudante, sem exigência de vinculação a nível formal de escolaridade ou ao perfil profissional de conclusão de uma determinada ocupação, voltados para o desenvolvimento de saberes instrumentais relacionados ao mundo do trabalho, na perspectiva da geração de trabalho e renda.

Parágrafo único. Para esses cursos e programas especiais abertos à comunidade e estruturados nos termos do art. 42 da LDB, caberá às entidades ofertantes definir critérios para o processo seletivo e para o aproveitamento de estudos, quando couber.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Art. 15. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio abrange:

- habilitação profissional técnica, relacionada ao curso técnico;

- qualificação profissional técnica, como etapa com terminalidade de curso técnico; e III - especialização profissional técnica, na perspectiva da formação continuada.

§ 1º Os cursos técnicos devem desenvolver competências profissionais de nível tático e específico relacionadas às áreas tecnológicas identificadas nos respectivos eixos tecnológicos.

§ 2º A qualificação profissional como parte integrante do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio será ofertada por meio de um ou mais cursos de qualificação profissional, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), desde que articulados entre si, que compreendam saídas intermediárias reconhecidas pelo mercado de trabalho.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Art. 16. Os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, assim caracterizadas:

- integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

- concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando- se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;

- concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; e

- subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

§ 1º A habilitação profissional técnica, como uma das possibilidades de composição do itinerário da formação técnico e profissional no Ensino Médio, pode ser desenvolvida nas formas previstas nos incisos, I, II e III deste artigo.

§ 2º Os cursos desenvolvidos nas formas dos incisos I e III deste artigo, além dos objetivos da Educação Profissional e Tecnológica, devem observar as finalidades do Ensino Médio, suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras Diretrizes correlatas definidas pelo Conselho Nacional de Educação, em especial os referentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como normas complementares dos respectivos sistemas de ensino.

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, observadas as DCNEM, a oferta do itinerário da formação técnica e profissional deve considerar a inclusão de vivências práticas de trabalho, constante de carga horária específica, no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional.

§ 4º Na oferta dos cursos na forma dos incisos II e IV, caso o diagnóstico avaliativo evidencie necessidade, devem ser introduzidos conhecimentos e habilidades inerentes à Educação Básica, para complementação e atualização de estudos, garantindo, assim, o pleno desenvolvimento do perfil profissional de conclusão.

Art. 17. A oferta de curso técnico, em quaisquer das formas, deve ser precedida do correspondente credenciamento da unidade educacional e de autorização do curso pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

Art. 18. A oferta de cursos técnicos para os que não concluíram o Ensino Médio na idade considerada adequada pode se dar de forma articulada com a EJA.

Art. 19. O curso de especialização profissional técnica, enquanto formação continuada, somente poderá ser ofertado por instituição de ensino devidamente credenciada e vinculada a um curso técnico correspondente devidamente autorizado.

Art. 20. A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, observados os princípios expressos no art. 3º, deve ainda considerar:

- a composição de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão;

- os elementos que caracterizam as áreas tecnológicas identificadas no eixo tecnológico ao qual corresponde o curso, compreendendo as tecnologias e os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que as alicerçam e a sua contextualização no setor produtivo;

- a necessidade de atualização permanente da organização curricular dos cursos, estruturada com fundamento em estudos prospectivos, pesquisas, dados, articulação com os setores produtivos e outras fontes de informações associadas;

- a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;

- o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação;

- os elementos essenciais para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;

- os saberes exigidos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária;

- o domínio intelectual das tecnologias pertinentes aos eixos tecnológicos e às áreas tecnológicas contempladas no curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e de aprendizagem, promovendo a capacidade permanente de mobilização, articulação e integração de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, indispensáveis para a constituição de novas competências profissionais com autonomia intelectual e espírito crítico;

- a instrumentalização de cada habilitação profissional e respectivos itinerários formativos, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho; e

- os fundamentos aplicados ao curso específico, relacionados ao empreendedorismo, cooperativismo, trabalho em equipe, tecnologia da informação, gestão de pessoas, legislação trabalhista, ética profissional, meio ambiente, segurança do trabalho, inovação e iniciação científica.

§ 1º Quando o curso de que trata o caput for oferecido na forma integrada ou na forma concomitante intercomplementar ao Ensino Médio devem ser consideradas as aprendizagens essenciais da BNCC do Ensino Médio, asseguradas aos estudantes como compromisso ético em relação ao desenvolvimento de conhecimentos, expressos em termos de conceitos e procedimentos, de habilidades, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, bem como de atitudes, valores e emoções, que os coloquem em condições efetivas de propiciar que esses saberes sejam continuamente mobilizados, articulados e integrados, expressando-se em competências profissionais essenciais para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania no mundo do trabalho e na prática social.

§ 2º As competências socioemocionais como parte integrante das competências requeridas pelo perfil profissional de conclusão podem ser entendidas como um conjunto de estratégias ou ações que potencializam não só o autoconhecimento, mas também a comunicação efetiva e o relacionamento interpessoal, sendo que entre estas estratégias destacam-se a assertividade, a regulação emocional e a resolução de problemas, constituindo-se como competências que promovem a otimização da interação que o indivíduo estabelece com os outros ou com o meio em geral.

Art. 21. O currículo, contemplado no PPC e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição e rede de ensino pública ou privada, nos termos de seu PPC, observada a legislação e as normas vigentes, em especial o disposto nestas Diretrizes Curriculares Nacionais, no CNCT ou instrumento correspondente que venha substituí-lo e em normas complementares definidas pelos respectivos sistemas de ensino.

Art. 22. As instituições de ensino devem formular e implantar, coletiva e participativamente, com base nos incisos I, dos arts. 12 e 13 da LDB, suas correspondentes propostas pedagógicas.

Art. 23. O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição e rede de ensino em relação à concretização da identidade do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, compreendidos nas competências profissionais e pessoais, que devem ser garantidos ao final de cada habilitação profissional técnica e das respectivas saídas intermediárias correspondentes às etapas de qualificação profissional técnica, e da especialização profissional técnica, que compõem o correspondente itinerário formativo do curso técnico de nível médio.

Parágrafo único. Quando se tratar de profissões regulamentadas, o perfil profissional de conclusão deve considerar e contemplar as atribuições funcionais previstas na legislação específica.

Art. 24. O plano de curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve considerar, em seu planejamento:

- adequação e coerência do curso com o PPP e com o regimento escolar da instituição de ensino, especialmente com sua missão e objetivos;

- articulação com o mundo do trabalho, com as tecnologias e com os avanços dos setores produtivos pertinentes, de forma a responder às demandas de profissionalização do mercado de trabalho;

- definição do perfil profissional de conclusão do curso, projetado na identificação do itinerário formativo planejado pela instituição educacional, com base nos itinerários

de profissionalização claramente identificados no mundo do trabalho, indicando as efetivas possibilidades de contínuo e articulado aproveitamento de estudos;

- identificação dos saberes compreendidos nas competências profissionais definidoras do perfil profissional de conclusão proposto para o curso;

- organização curricular por áreas de estudos, projetos, núcleos temáticos ou outros critérios ou formas de organização, desde que compatíveis com os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da integração permanente entre teoria e prática ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem;

- definição de critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;

- identificação das reais condições técnicas, tecnológicas, físicas, financeiras e de pessoal habilitado para implantar o curso proposto;

- elaboração do PPC a ser submetido à aprovação dos órgãos competentes, no âmbito do respectivo sistema de ensino;

- avaliação da execução do respectivo PPC; e

- incentivo à inovação por meio de metodologias que estimulem o protagonismo do estudante na área de atuação profissional.

§ 1º A autorização de novo curso pelo respectivo órgão competente está condicionada ao atendimento de aspirações e interesses dos cidadãos e da sociedade, e às especificidades e demandas socioeconômico ambientais.

§ 2º Cabe às instituições e redes de ensino registrar, sob sua responsabilidade, os certificados e diplomas emitidos nos termos da legislação e normas vigentes, para fins de validade nacional.

Art. 25. A estrutura do PPC, a ser submetida à aprovação dos órgãos competentes, no âmbito do correspondente sistema de ensino, deve conter, no mínimo:

I - identificação do curso;

II - justificativa e objetivos;

- requisitos e formas de acesso;

- perfil profissional de conclusão e perfil profissional de saídas intermediárias e de especializações técnicas, quando previstas;

- organização curricular;

- critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, mediante avaliação e reconhecimento de competências profissionais constituídas;

- critérios e procedimentos de avaliação de aprendizagem;

- infraestrutura física e tecnológica, identificando biblioteca, laboratórios, instalações e equipamentos;

- perfil de qualificação dos professores, instrutores e técnico-administrativos;

X - certificados e diplomas a serem emitidos;

- prazo máximo para a integralização do curso; e,

- identificação das atividades de estágio supervisionado obrigatório, quando couber.

§ 1º A organização curricular deve explicitar:

- as unidades curriculares, etapas ou módulos, com suas cargas horárias, presenciais e a distância, o prazo máximo para a integralização, bem como a indicação da respectiva bibliografia básica e complementar;

- orientações metodológicas flexíveis, incluindo estratégias de execução, presencial ou a distância;

- prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos diversos ambientes de aprendizagem; e

- estágio supervisionado, para vivência da prática profissional em situação real de trabalho, nos termos da Lei nº 11.788/2008 e das normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, assumido como ato educativo, quando previsto pela instituição de ensino ou obrigatório em função da natureza da ocupação.

§ 2º As instituições e redes de ensino devem comprovar a existência da necessária infraestrutura física e tecnológica, na mesma instituição ou cedida em instituição distinta, com viabilidade de uso devidamente atestada.

Art. 26. A carga horária mínima dos cursos técnicos é estabelecida no CNCT ou por instrumento correspondente a vir substituí-lo, de acordo com a singularidade de cada habilitação profissional técnica.

§ 1º Os cursos de qualificação profissional técnica e os cursos técnicos, na forma articulada, integrada com o Ensino Médio ou com este concomitante em instituições e redes de ensino distintas, com projeto pedagógico unificado, terão carga horária que, em conjunto com a da formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, a partir do ano de 2021, garantindo-se carga horária máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas para a BNCC, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em atenção ao disposto no §5º do Art. 35-A da LDB.

§ 2º Os cursos de qualificação profissional técnica e os cursos técnicos, na forma articulada integrada com o Ensino Médio na modalidade de EJA, deve assegurar o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas para a BNCC.

§ 3º A carga horária mínima para cada etapa com terminalidade de qualificação profissional técnica prevista em um itinerário formativo de curso técnico é de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima prevista para a respectiva habilitação profissional, indicada no CNCT ou em outro instrumento que venha a substituí-lo.

§ 4º A carga horária mínima para a especialização profissional técnica prevista em um itinerário formativo de curso técnico é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação profissional prevista no CNCT ou em outro instrumento que venha a substituí-lo.

§ 5º Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária, o plano de curso técnico, ofertado na modalidade presencial, pode prever carga horária na modalidade a distância, até o limite indicado no CNCT, ou em outro instrumento que venha a substituí-lo, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

§ 6º Os cursos oferecidos na modalidade de Educação a Distância (EaD), com exceção dos cursos na área da Saúde, que devem cumprir carga horária presencial de, no

mínimo, 50% (cinquenta por cento), devem observar as indicações de carga horária presencial indicadas no CNCT ou em outro instrumento que venha a substituí-lo.

§ 7º A carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado, quando previsto como obrigatório, em quaisquer das formas de oferta, deve ser adicionada à carga horária mínima estabelecida para o curso.

§ 8º Na perspectiva da formação continuada, podem ser oferecidos cursos de Aperfeiçoamento Profissional Técnico e de Atualização Profissional Técnica, mediante diferentes formas de organização, em consonância com suas especificidades.

§ 9º Em se tratando de oferta do itinerário da formação técnica e profissional, previsto no inciso V do art. 36 da LDB, quando a opção do aluno for por este itinerário, os percentuais mínimos de carga horária para a parte de EaD são os estabelecidos nos atos normativos específicos da Educação Profissional e Tecnológica.

CAPÍTULO VII

DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 27. A Educação Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação abrange:

I - qualificação profissional tecnológica como etapa de terminalidade intermediária de curso superior de tecnologia;

II - curso superior de graduação em tecnologia;

III - aperfeiçoamento tecnológico;

IV - especialização profissional tecnológica;

V - mestrado profissional; e

VI - doutorado profissional.

Art. 28. Os cursos de Educação Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação devem:

- desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a produção de bens e serviços e a gestão estratégica de processos;

- incentivar a produção e a inovação científica e tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

- propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

- promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos;

- adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

- garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular; e

- incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.

CAPÍTULO VIII

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE GRADUAÇÃO

Art. 29. Os cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação, também denominados Cursos Superiores de Tecnologia (CST), podem ser organizados por unidades curriculares, etapas ou módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho.

§ 1º O estudante que concluir etapas ou módulos correspondentes a qualificações profissionais fará jus ao respectivo certificado de qualificação profissional tecnológica.

§ 2º O histórico escolar que acompanha o certificado de qualificação profissional tecnológica deve incluir as competências profissionais definidas no perfil de conclusão da respectiva unidade curricular, módulo ou etapa.

Art. 30. Os PPCs de Educação Profissional Tecnológica de Graduação a serem submetidos à devida aprovação dos órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor, devem conter, pelo menos, os seguintes itens:

I - identificação do curso;

II - justificativa e objetivos;

III - requisitos e formas de acesso;

IV- perfil profissional de conclusão, definindo claramente as competências profissionais a serem desenvolvidas, as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do tecnólogo e perfil profissional das saídas intermediárias quando previstas;

V - organização curricular estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais, com a indicação da carga horária adotada e dos planos de realização do estágio profissional supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), se requeridos;

VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, inclusive para reconhecimento de saberes e competências;

VII - critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;

VIII - infraestrutura física e tecnológica, com indicação dos equipamentos, dos laboratórios, dos recursos tecnológicos e da biblioteca;

IX- indicação dos professores, instrutores e técnico-administrativos, com respectivas qualificações;

X - certificados e diplomas a serem emitidos; e

XI - prazo máximo para a integralização.

§ 1º O histórico escolar que acompanha o diploma de graduação deve incluir as competências profissionais definidas no perfil profissional de conclusão do respectivo curso.

§ 2º As instituições e redes de ensino devem comprovar a existência das necessárias instalações físicas, laboratórios e equipamentos na mesma instituição ou em instituição distinta, cedida por terceiros, com viabilidade de uso devidamente atestada.

Art. 31. A carga horária mínima dos cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação é estabelecida no CNCST ou instrumento correlato que possa substituí-lo, de acordo com a singularidade de cada habilitação profissional tecnológica.

CAPÍTULO IX

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE PÓS- GRADUAÇÃO

Art. 32. Na perspectiva da formação continuada, no âmbito do desenvolvimento de itinerários formativos na Educação Profissional e Tecnológica, podem ser organizados em cursos de aperfeiçoamento tecnológico, a atualização tecnológica e outros, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, bem como de especialização profissional tecnológica, de Mestrado profissional e de Doutorado profissional.

§ 1º A Instituição de Educação Superior (IES) ofertante de curso de especialização lato sensu tecnológica e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, deve observar as respectivas Diretrizes e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º A oferta de programas stricto sensu de Mestrado profissional e de Doutorado profissional ficará condicionada à recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), observadas as Diretrizes e os pareceres do Conselho Nacional de Educação.

CAPÍTULO X

DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA E ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Art. 33. A prática profissional supervisionada, prevista na organização curricular do curso de Educação Profissional e Tecnológica, deve estar relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e tecnológica.

§ 1º A prática profissional supervisionada na Educação Profissional e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

§ 2º A atividade de prática profissional supervisionada pode ser desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira.

Art. 34. O estágio profissional supervisionado, quando previsto pela instituição em função do perfil de formação ou exigido pela natureza da ocupação, deve ser incluído no PPC à luz da legislação vigente acerca do estágio e conforme Diretrizes específicas a serem definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º O estágio profissional é desenvolvido em ambiente real de trabalho, assumido como ato educativo e supervisionado pela instituição de ensino, em regime de

parceria com organizações do mundo do trabalho, objetivando efetiva preparação do estudante para o trabalho.

§ 2º O plano de realização do estágio profissional supervisionado deve ser explicitado na organização curricular, uma vez que é ato educativo de responsabilidade da instituição educacional.

CAPÍTULO XI

DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 35. A formação continuada deve prever aperfeiçoamentos referentes às ocupações ofertadas em cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis de desenvolvimento.

Art. 36. Os itinerários de formação de Educação Profissional e Tecnológica podem prever, na sua estruturação, cursos de aperfeiçoamento e de especialização profissional vinculados a um determinado perfil profissional, na perspectiva da formação continuada.

Parágrafo único. A instituição de ensino ofertante de curso de especialização profissional deve resguardar a respectiva correspondência com a oferta regular de ao menos um curso técnico ou superior de tecnologia no âmbito do respectivo eixo tecnológico, que esteja estreitamente relacionado com o perfil profissional de conclusão da especialização.

Art. 37. Demandas de atualização e de aperfeiçoamento de profissionais podem ser atendidas por cursos ou programas no âmbito da formação continuada, desenvolvidos inclusive no mundo do trabalho, que podem vir a ter aproveitamento de estudos em curso de Educação Profissional e Tecnológica, mediante avaliação, reconhecimento e certificação por parte da instituição de ensino que ofereça o curso, observado o disposto nestas Diretrizes.

Art. 38. As cargas horárias para o desenvolvimento dos cursos de especialização profissional técnica e tecnológica deverão observar as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais orientações curriculares previstas para cada nível de desenvolvimento.

Art. 39. Os cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional não devem ter carga horária superior ao curso de qualificação profissional, técnico ou tecnológico ao qual estão relacionados.

CAPÍTULO XII

DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 40. A modalidade EaD é aqui entendida como uma forma de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem que permite a atuação direta do docente e do estudante em ambientes físicos diferentes, em consonância com o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394/1996 e sua regulamentação.

Art. 41. A oferta de cursos de qualificação profissional na modalidade a distância deve observar as condições necessárias para o desenvolvimento das competências

requeridas pelo respectivo perfil profissional, resguardada a indissociabilidade entre teoria e prática.

Art. 42. A oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade EaD está condicionada à comprovação de efetivas condições de infraestrutura tecnológica que possibilite a interação docente, professor, tutor ou instrutor e estudante em ambiente virtual e a prática profissional na sede e no polo de EaD.

§ 1º A oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica deve resguardar a indissociabilidade entre teoria e prática.

§ 2º Em polo presencial ou em estruturas de laboratórios móveis, devem estar previstas atividades práticas de acordo com o perfil profissional proposto, sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais.

§ 3º As instituições e redes de ensino que ofertem cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade EaD devem comprovar, em seus ambientes virtuais de aprendizagem ou em sua plataforma tecnológica, em seus laboratórios e sua infraestrutura necessária, plenas condições de atendimento às necessidades de aprendizagem de seus estudantes, garantindo atenção especial à logística desta forma de oferta educacional, disponibilizando o acervo bibliográfico virtual ou físico.

Art. 43. Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidos na modalidade EaD terão que, em seus respectivos projetos pedagógicos, comprovar previamente a garantia de reais condições de prática profissional e de desenvolvimento de estágio, quando for o caso, mediante celebração de acordos ou termos de cooperação técnica e tecnológica com outras organizações, observadas as Diretrizes específicas dos respectivos eixos tecnológicos.

§ 1º Os cursos da área da Saúde devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, e para os demais cursos o percentual de carga horária presencial será definido de acordo com o grau de complexidade das áreas tecnológicas e será definido em normas específicas de cada sistema de ensino.

§ 2º A prática profissional de que trata o caput pode beneficiar-se do potencial da tecnologia utilizando recursos como simuladores, realidade virtual e laboratórios remotos, desde que comprovem e promovam a interatividade, a interação, o manuseio e a experimentação por parte do usuário para o desenvolvimento das capacidades previstas.

§ 3º Os polos EaD devem manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso.

Art. 44. A oferta de Cursos Superiores de Tecnologia na modalidade EaD deve observar o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, ou norma posterior que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO XIII

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 45. A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão contínua para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo diagnóstica, formativa

e somativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, na perspectiva do desenvolvimento das competências profissionais da capacidade de aprendizagem, para continuar aprendendo ao longo da vida.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica podem, respeitadas as condições de cada instituição e rede de ensino, oferecer oportunidades de nivelamento de estudos, visando a suprir eventuais insuficiências formativas constatadas na avaliação da aprendizagem.

CAPÍTULO XIV

DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 46. Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;

- em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

- em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e

- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

CAPÍTULO XV

DO RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS

Art. 47. Os saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho podem ser reconhecidos mediante processo formal de avaliação e reconhecimento de saberes e competências profissionais - Certificação Profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão de estudos, em consonância com o art. 41 da Lei nº 9.394/1996.

§ 1º A certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e social do estudante, que inclui estudos não formais e experiência no trabalho (saber informal), bem como a orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

§ 2º O desenvolvimento de processos formais deve ser precedido de autorização pelo respectivo sistema de ensino, tomando-se como referência para a construção do Projeto Pedagógico de Certificação Profissional (PPCP) o perfil profissional de conclusão e o PPC ofertado pela instituição de ensino.

§ 3º As instituições e redes de ensino que possuam metodologias e Diretrizes de certificação profissional podem utilizá-las no desenvolvimento de processos formais, desde que autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino.

CAPÍTULO XVI

DA EMISSÃO DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Art. 48. A certificação, para fins do disposto nestas Diretrizes, compreende a emissão de certificados e diplomas de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, para fins de exercício profissional e de prosseguimento e conclusão de estudos.

Art. 49. Cabe às instituições de ensino adotar as providências para expedição e registro dos certificados e diplomas de cursos de Educação Profissional e Tecnológica sob sua responsabilidade.

§ 1º Os diplomas de curso técnico e de curso superior de tecnologia devem explicitar o correspondente título de técnico ou tecnólogo na respectiva habilitação profissional, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula.

§ 2º Ao estudante que concluir a unidade curricular, etapa ou módulo de curso técnico ou de superior de tecnologia, com terminalidade que caracterize efetiva qualificação profissional técnica ou tecnológica, para o exercício no mundo do trabalho, será conferido certificado de qualificação profissional correspondente, no qual deve ser explicitado o título obtido e a carga horária da formação, inclusive quando se tratar de formação técnica e profissional prevista no inciso V do art. 36 da Lei nº 9.394/1996.

§ 3º Ao estudante que concluir com aproveitamento os cursos de especialização profissional técnica ou tecnológica é conferido o correspondente certificado no qual deve ser explicitado o título obtido e a carga horária da formação.

§ 4º Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas devem explicitar o perfil profissional de conclusão, as unidades curriculares cursadas, registrando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento de estudos e, quando for o caso, as horas de realização de estágio profissional supervisionado.

§ 5º Caberá às instituições e redes de ensino expedir e registrar, sob sua responsabilidade, para fins de validade nacional, os certificados e diplomas dos cursos que estejam devidamente regularizados perante os respectivos sistemas de ensino.

§ 6º Os certificados de especialização profissional técnica ou tecnológica somente podem ser expedidos por instituição de ensino devidamente credenciada para oferta de curso técnico ou superior de tecnologia correspondente.

Art. 50. Caberá à instituição de ensino responsável pela conclusão do itinerário formativo do curso técnico expedir o correspondente diploma de técnico de nível médio, a partir do aproveitamento de estudos prévios desenvolvidos inclusive em outras instituições e redes de ensino públicas ou privadas, observado o requisito essencial de conclusão do Ensino Médio.

Art. 51. A revalidação de diplomas de cursos técnicos realizados no exterior é de competência das instituições e redes de ensino credenciadas pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, conforme suas disponibilidades de pessoal e comprovada oferta de cursos de formação profissional nos eixos tecnológicos e nas respectivas áreas tecnológicas.

Art. 52. A revalidação de diplomas de cursos de graduação tecnológica realizados no exterior deve observar a legislação da Educação Superior vigente.

CAPÍTULO XVII

DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Art. 53. A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação, em programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo CNE.

§ 1º Os sistemas de ensino devem viabilizar a formação a que se refere o caput deste artigo, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério da Educação e instituições e redes de ensino superior, bem como em instituições e redes de ensino especializadas em Educação Profissional e Tecnológica.

§ 2º Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício docente em unidades curriculares da parte profissional, é assegurado o direito de:

- participar de programas de licenciatura e de complementação ou formação pedagógica;

- participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional; e

- ter reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, mediante processo de certificação de competência, considerada equivalente a licenciatura, tendo como pré- requisito para submissão a este processo, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício como professores de educação profissional.

§ 3º A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos docentes do ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições e redes de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de docentes da educação profissional.

Art. 54. Para atender ao disposto no inciso V do art. 36 da Lei nº 9.394/1996, podem também ser admitidos para docência profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou que tenham atuado profissionalmente em instituições públicas ou privadas, demonstrando níveis de excelência profissional, em processo específico de avaliação de competências profissionais pela instituição ou rede de ensino ofertante.

§ 1º Os profissionais de que trata o caput podem ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional.

§ 2º A demonstração de competências profissionais em sua atuação no mundo do trabalho, após a avaliação que trata o caput, aliada à excelência no ato de ensinar a trabalhar, poderá ter equivalência ao correspondente nível acadêmico na ponderação da avaliação do corpo docente, em face das características desta modalidade de ensino e suas exigências em termos de saberes operativos.

§ 3º Inserem-se no disposto do caput os profissionais graduados ou detentores de diploma de Mestrado ou Doutorado, acadêmico ou profissional, em áreas afins aos eixos tecnológicos do curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Art. 55. Na falta de profissionais com licenciatura específica e experiência profissional comprovada na área objeto do curso, a instituição de ensino deve propiciar formação em serviço, apresentando, para tanto, plano especial de preparação de docentes ao respectivo órgão supervisor do correspondente sistema de ensino.

Art. 56. Para o exercício do magistério nos cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação, o docente deve possuir a formação acadêmica exigida para o nível superior, nos termos do art. 66 da Lei 9.394/1996.

Parágrafo único. Na ponderação da avaliação da qualidade do corpo docente das disciplinas da formação profissional, a competência e a experiência na área devem ter equivalência com o requisito acadêmico, em face das características desta modalidade de ensino.

Art. 57. A formação do docente da Educação Profissional e Tecnológica, além do bom domínio dos saberes pedagógicos necessários para conduzir o processo de aprendizagem de estudantes, requer o desenvolvimento de saberes e competências profissionais, associados ao adequado domínio dos diferentes saberes disciplinares referentes ao campo específico de sua área, de modo que esse docente:

I - possa fazer escolhas relevantes dos conteúdos que devem ser ensinados e aprendidos, para que o formando tenha competências para responder, de forma original e criativa, aos desafios diários de sua vida profissional e pessoal, como cidadão trabalhador;

II - tenha o domínio dos chamados conhecimentos disciplinares associados aos saberes pedagógicos e do conjunto dos conhecimentos da base científica e tecnológica da atividade profissional; e

III - saiba fazer e saiba ensinar, estando o saber vinculado diretamente ao mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso.

Art. 58. Nos cursos de qualificação profissional podem atuar instrutores:

IV - de nível médio, com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação profissional, preferencialmente em cursos técnicos; e

V - de nível superior, com formação em curso de graduação, na área de atuação, e comprovada experiência profissional e competência na área tecnológica identificada no respectivo eixo tecnológico ao qual a formação profissional está relacionada.

Parágrafo único. Dadas as especificidades dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os seus docentes podem contar com a colaboração dos instrutores referidos nos incisos I e II do caput e, no caso dos Cursos Superiores de Tecnologia, com a colaboração dos instrutores referidos no inciso II do caput.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. Na formulação e no desenvolvimento de política pública para a Educação Profissional e Tecnológica, o Ministério da Educação, em regime de colaboração com os órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino, promoverá, periodicamente, a avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, garantida a divulgação dos resultados, com a finalidade de:

I - promover maior articulação entre as demandas socioeconômico ambientais e a oferta de cursos, do ponto de vista qualitativo e quantitativo;

II - promover a expansão de sua oferta, em cada eixo tecnológico, identificando as ofertas educacionais pelas áreas tecnológicas;

III - promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional;

IV - subsidiar políticas e ações de acesso, permanência e êxito com vista à efetiva inserção socioprofissional; e

V - zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições e redes de ensino mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade.

Art. 60. A avaliação dos Cursos Superiores de Tecnologia deve observar o disposto na legislação em vigor.

Art. 61. Medidas Complementares para implementação destas Diretrizes Curriculares Nacionais serão definidas a partir de propostas de Comissão Especial Bicameral constituída pela Presidência do Conselho Nacional de Educação.

Art. 62. Aos estudantes matriculados em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e em cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação oferecidos anteriormente ao exercício em que a presente Resolução produzirá efeitos, fica assegurado o direito de conclusão de seus cursos organizados, respectivamente, com base na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, e na Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002.

Art. 63. Os processos de autorização de cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação em tramitação nos órgãos competentes e que ainda não estejam na fase de avaliação, podem ser, sem prejudicar a continuidade do processo, por solicitação da instituição, adequados a esta Resolução.

Art. 64. Ficam revogadas a Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, e a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.

Art. 65. Esta Resolução entra em vigor, para a implantação de novas turmas, a partir de sua publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2021 (*)

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

A Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e com base no disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 1/2021, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado de Educação, publicado no DOU, de 26 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Esta Resolução institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos:

I – ao seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

II – à Política Nacional de Alfabetização (PNA);

III – à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso;

IV – à forma de registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA;

V – à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD);

VI – à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagerm ao Longo da Vida; e

VII – à flexibilização de ofert, de forma que se compatibilize com a realidade dos estudantes, e o alinhamento da elevação de escolaridade com a qualificação profissional, a serem obrigatoriamente observadas pelos sistemas de ensino, na oferta e na estrutura dos cursos e exames de Ensino Fundamental e Ensino Médio, que se desenvolvem em instituições próprias, integrantes dos Sistemas Públicos de Ensino Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, como também do Sistema Privado.

Art. 2º Com o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar, a oferta da modalidade da EJA poderá se dar nas seguintes formas:

I – Educação de Jovens e Adultos presencial;

II – Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD);

III – Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio; e

IV – Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Art. 3º A EJA é organizada em regime semestral ou modular, em segmentos e etapas, com a possibilidade de flexibilização do tempo para cumprimento da carga horária exigida, sendo que para cada segmento, há uma correspondência nas etapas da Educação Básica e carga horária específica:

I – para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo a alfabetização inicial e uma qualificação profissional inicial, a carga horária será definida pelos sistemas de ensino, devendo assegurar pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar os componentes essenciais da alfabetização e 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática;

II – para os anos finais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo o fortalecimento da integração da formação geral com a formação profissional, carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas; e

III – para o Ensino médio, que tem como objetivo uma formação geral básica e profissional mais consolidada, seja com a oferta integrada com uma qualificação profissional ou mesmo com um curso técnico de nível médio, carga horária total mínima será de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Art. 4º Os cursos da EJA desenvolvidos por meio da EaD serão ofertados apenas para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, com as seguintes características:

– a duração mínima dos cursos da EJA, desenvolvidos por meio da EaD, será a mesma estabelecida para a EJA presencial;

– disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) aos estudantes, e de plataformas garantidoras de acesso além de mídias e/ou materiais didáticos impressos;

– desenvolvimento de interatividade pedagógica dos docentes licenciados na disciplina ou atividade, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes; IV – disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo seu acesso à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta

às possibilidades da chamada convergência digital; e

V – reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJA presencial e os desenvolvidos em EaD ou mediação tecnológica.

Parágrafo único. Para cursos de EJA do Ensino Médio, a oferta de EaD é limitada a no máximo 80% (oitenta por cento) de sua carga horária total, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo.

Art. 5º Caberá à União, em regime de cooperação com os sistemas de ensino, o estabelecimento padronizado de normas e procedimentos para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos dos cursos a distância e de credenciamento das instituições, garantindo-se sempre padrão de qualidade.

§ 1º Os atos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos a distância da Educação Básica, no âmbito da unidade federada, devem ficar ao encargo dos sistemas de ensino.

§ 2º Para a oferta de cursos da EJA a distância, fora da unidade da federação em que estiver sediada, a instituição deverá obter credenciamento nos Conselhos de Educação das Unidades da Federação onde irá atuar.

Art. 6º Será estabelecido, pelos sistemas de ensino, processo de avaliação da EJA desenvolvida por meio da EaD, no qual haverá:

I – avaliação da aprendizagem dos estudantes de forma contínua, processual e abrangente;

II – autoavaliação e avaliação em grupos, sempre presenciais;

III – avaliação periódica das instituições escolares como exercício da gestão democrática;

IV – garantia do efetivo controle social de seus desempenhos; e

V – avaliação rigorosa para a oferta de cursos, descredenciando práticas mercantilistas e instituições que não zelem pela qualidade de ensino.

Art. 7º A EJA articulada à Educação Profissional poderá ser ofertada das seguintes formas:

I – concomitante, na qual a formação profissional é desenvolvida paralelamente à formação geral (áreas do conhecimento), podendo ocorrer, ou não, na mesma unidade escolar; II – concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade para a execução de Projeto Político-Pedagógico (PPP) unificado; e

III – integrada, a qual resulta de um currículo pedagógico que integra os componentes curriculares da formação geral com os da formação profissional em uma proposta pedagógica única, com vistas à formação e à qualificação em diferentes perfis profissionais, atendendo as possibilidades dos sistemas e singularidades dos estudantes.

Art. 8º A EJA com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida poderá ser ofertada das seguintes formas:

I – atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista na modalidade da EJA, de acordo com suas singularidades, a partir da acessibilidade curricular promovida com utilização de metodologias e técnicas específicas, oferta de tecnologias assistivas conforme as necessidades dos estudantes, apoiados por profissionais qualificados; e

II – atendimento aos estudantes com dificuldades de locomoção, residentes em locais remotos e de difícil acesso, em periferias de alto risco social e em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, oportunizando acesso escolar às populações do campo, indígena, quilombola, ribeirinhos, itinerantes, refugiados, migrantes, e outros povos tradicionais, implementando turmas ou atendimento personalizado em condições de garantir aos alunos acesso curricular, permanência na escola, participação nas atividades e resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.

§ 1º A Educação ao Longo da Vida em todos os segmentos no contexto da EJA implica em oportunizar acesso a aprendizagens não formais e informais, além das formais.

§ 2º Permite o estudo de novas e diferentes formas de certificação que levem em consideração o conjunto das competências adquiridas ao longo da vida.

§ 3º O Projeto de Vida do estudante determinará os percursos e itinerários formativos adequados às condições de aprendizagem, às competências básicas já

adquiridas, às possibilidades de integração com proposta profissional e às condições estruturais de vida, locomoção, materiais e acesso ao currículo.

§ 4º A EJA, com ênfase na Educação ao Longo da Vida para atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista, exige atendimento educacional especializado, complementar e preferencialmente no mesmo turno da oferta, com possibilidade de ampliação.

§ 5º As turmas da EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida deverão ser ofertadas em escolas regulares comuns, organizando suas especificidades curriculares, metodológicas, de materiais, de avaliação e outras no PPP da escola.

§ 6º As turmas organizadas no princípio de Educação ao Longo da Vida deverão acolher os estudantes no 1º segmento de acordo com as normas dessa Resolução. O seu acompanhamento será feito pela equipe técnica da escola, que encaminhará seu atendimento nos demais segmentos, de acordo com seu Projeto de vida.

§ 7º A avaliação e certificação dos estudantes da EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida serão a partir da definição de currículos diferenciados, com itinerários formativos que atendam a singularidade do público de Educação Especial, ou de populações indígenas e quilombola, refugiados e migrantes pessoas privadas de liberdade, zonas de difícil acesso, população de rua, zonas rurais e outras.

§ 8º Aos estudantes que apresentem severas deficiências ou transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista que impeçam seu desenvolvimento acadêmico, a legislação permite ser outorgada a terminalidade específica, documento descritivo das competências adquiridas, exigindo encaminhamento do estudante à outras experiências de vida e trabalho que não considerem a continuidade de estudos acadêmicos formais.

Art. 9º O 1º segmento da EJA, correspondente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, deverá ser ofertado na forma presencial, podendo ser:

I – sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo a carga horária total estabelecida pelos sistemas de ensino, assegurando o tempo mínimo de 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar todos os componentes essenciais da alfabetização, e de 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática; e

II – em articulação com uma qualificação profissional, sendo a carga horária da formação geral básica estabelecida pelos sistemas de ensino, acrescida da carga horária mínima para a qualificação profissional de 160 (cento e sessenta) horas das diversas propostas de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Art. 10. O 2º segmento da EJA, corresponde aos Anos Finais do Ensino Fundamental, poderá ser ofertado na forma presencial ou a distância, podendo ser:

I – sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo que a carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas; e

II – em articulação com uma qualificação profissional, sendo que a carga horária da formação geral básica será de 1.400 (mil e quatrocentas) horas, e da qualificação profissional será de 200 (duzentas) horas, totalizando o mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas.

Art. 11. A carga horária da qualificação profissional ofertada em articulação ao Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) poderá ser aproveitada como parte de um itinerário formativo que tem sua finalização no Ensino Médio, com um curso de Formação Técnica de Nível Médio.

Art. 12. O 3º segmento da EJA, correspondente ao Ensino Médio, poderá ser ofertado na forma presencial e/ou a distância, e seus currículos serão compostos por formação geral básica e itinerários formativos, indissociavelmente. Os sistemas de ensino poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, sendo que até 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido (Lei nº 13.415/2017, art. 4º, § 3º).

§ 1º A formação geral básica deve ter carga horária total máxima de 1.200 (mil e duzentas) horas.

§ 2º Os sistemas de ensino poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, sendo que até 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido (Lei nº 13.415/2017, art. 4º,

§ 2º).

§ 3º Os itinerários formativos devem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, considerando as áreas de conhecimento (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas) e a formação técnica e profissional, sendo sua carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido.

§ 4º O itinerário formativo de formação técnica e profissional para a EJA poderá ser composto por:

I – curso ou conjunto de cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas; e

II – curso técnico de nível médio, com a carga horária mínima prevista para a habilitação profissional escolhida, conforme indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, acrescidas das horas destinadas eventualmente a estágio profissional supervisionado ou a trabalho de conclusão de curso ou similar e a avaliações finais.

Art. 13. Os currículos dos cursos da EJA, independente de segmento e forma de oferta, deverão garantir, na sua parte relativa à formação geral básica, os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades nos termos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da BNCC, tendo como ênfase o desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, assim como das competências gerais e as competências/habilidades relacionadas à Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital.

Art. 14. A Educação Física é um componente curricular obrigatório do currículo da EJA e sua prática é facultativa aos estudantes nos casos previstos na Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado.

Art. 15. A Língua Inglesa é um componente curricular de oferta obrigatória, a partir do 2º segmento.

Art. 16. A unidade escolar poderá ofertar outras línguas estrangeiras, preferencialmente a Língua Espanhola, por meio de Projetos/Programas.

Art. 17. A EJA Combinada é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta.

Art. 18. Na EJA Combinada a carga horária direta será de, no mínimo, 30% (trinta por cento), sempre com o professor, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências; e carga horária indireta, de no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para a EJA, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar o exercício da EJA Combinada.

Art. 19. A EJA Direcionada é uma alternativa de atendimento ao estudante trabalhador matriculado em qualquer segmento da EJA que, por motivos diversos, enfrenta dificuldades em participar das atividades no início ou no fim do turno de estudo.

Art. 20. A EJA Direcionada deve ser desenvolvida por atividades previamente planejadas pelos professores, de forma a cumprir a carga horária prevista para o componente curricular.

§ 1º A EJA Direcionada pode ser ofertada em ambientes empresariais, possibilitando melhor aproveitamento do tempo dos estudantes trabalhadores, no espaço escolar.

§ 2º Os sistemas de ensino deverão regulamentar a oferta da EJA Direcionada.

Art. 21. Os sistemas de ensino poderão organizar EJA Multietapas nos casos em que o número de estudantes não corresponde ao estabelecido pelo sistema de ensino e/ou quando a estrutura física ou a especificidade de atendimento não comporta a composição de turmas por etapa.

Art. 22. Os sistemas de ensino poderão organizar a EJA Multietapas para ampliação do atendimento da EJA presencial, em situações de baixa demanda que impossibilite a implementação de um turno para a modalidade; dificuldade de locomoção dos estudantes, como os sujeitos do campo; população de rua; comunidades específicas; refugiados e migrantes egressos de programas de alfabetização em locais de difícil acesso, periferias, entre outros.

Art. 23. As turmas de EJA Vinculada serão ofertadas, preferencialmente, em unidades escolares próprias, chamadas unidades acolhedoras, e estarão vinculadas a uma unidade escolar com oferta da EJA, denominada unidade ofertante.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar o exercício da EJA Vinculada, explicitando o papel e a responsabilidade da unidade acolhedora e da unidade ofertante.

Art. 24. A avaliação escolar na EJA, em seus diferentes processos e espaços, deverá encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens.

Art. 25. Os sistemas de ensino poderão se utilizar do requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS), e o posterior cumprimento de atividades compensatórias domiciliares para justificar as ausências de estudantes, tendo em vista a

inclusão social plena do jovem, adulto e idoso, a partir do direito à educação, de sua dinâmica de vida e da realidade da sociedade moderna.

Art. 26. O requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS) deverá ser utilizado nos casos em que o estudante ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas, a solicitação será analisada e, sendo deferida, a aprovação estará vinculada à obtenção de 50% (cinquenta por cento) de rendimento em cada componente curricular, bem como a realização de atividades compensatórias domiciliares.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar a utilização da Ausência Justificada com Critérios (AJUS).

Art. 27. Obedecidos o disposto no art. 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/1996 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, será considerada a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o ingresso nos cursos da EJA e para a realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Fundamental (1º e 2º segmento).

Art. 28. Observado o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/1996, a idade mínima para matrícula em cursos da EJA e para inscrição e realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Médio (3º segmento) é de 18 (dezoito) anos completos.

Parágrafo único. O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos.

Art. 29. Em consonância como Título IV da Lei nº 9.394/1996, que estabelece a forma de organização da educação nacional, a certificação decorrente dos exames da EJA deve ser competência dos sistemas de ensino.

§ 1º Para melhor cumprimento dessa competência, os sistemas podem solicitar, sempre que necessário, apoio técnico e financeiro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a melhoria de seus exames para certificação da EJA.

§ 2º Cabe à União, como coordenadora do sistema nacional de educação:

I – a competência para fazer e aplicar exames em outros Estados Nacionais (países), podendo delegar essa competência a alguma unidade da federação;

II – a possibilidade de realizar exame intragovernamental para certificação nacional em parceira com um ou mais sistemas, sob a forma de adesão e como consequência do regime de colaboração, devendo, nesse caso, garantir a exigência de uma base nacional comum;

III – oferecer apoio técnico e financeiro aos Estados, ainda como função supletiva, para a oferta de exames da EJA; e

IV – realizar avaliações de aprendizagens dos estudantes da EJA integradas às avaliações já existentes para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio capaz de oferecer dados e informações para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas nacionais compatíveis com a realidade, sem o objetivo de certificar o desempenho de estudantes.

§ 3º Toda certificação decorrente dessas competências possui validade nacional garantindo padrão de qualidade.

Art. 30. O poder público deve inserir a EJA no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e ampliar sua ação para além das avaliações que visam identificar desempenhos cognitivos e fluxos escolar, incluindo, também, a avaliação de outros indicadores institucionais das redes públicas e privadas que possibilitem a

universalização e a qualidade do processo educativo, tais como parâmetros de infraestrutura, gestão, formação e valorização dos profissionais de educação, financiamento, jornada escolar e organização pedagógica.

§ 1º Os sistemas de ensino, através de seus órgãos executivos e normativos, deverão promover ações articuladas de apoio à implementação e regulamentação dos programas da EJA, visando à garantia de qualidade na oferta, nos materiais e nas propostas docentes, nas metodologias e nos espaços de escolaridade de acordo com o público atendido.

§ 2º A EJA, em todas as formas de oferta, representa melhoria de trabalho e vida, possibilidades de empregabilidade aos jovens e adultos que estão fora do mercado de trabalho.

Art. 31. O Sistema Nacional Público de Formação de Professores deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação Básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam com adolescentes, cujas idades, extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com as Universidades Públicas e com os sistemas de ensino.

Art. 32. O aproveitamento de estudos e conhecimentos adquiridos antes do ingresso nos cursos da EJA, bem como os critérios para verificação de rendimento escolar, devem ser garantidos aos jovens e adultos, tal como prevê a LDB em seu art. 24, transformados em horas-atividades ou unidades pedagógicas a serem incorporadas ao currículo escolar do(a) estudante, o que deve ser comunicado ao respectivo sistema de ensino.

Art. 33. As instituições escolares do ensino privado poderão ser importantes ofertantes da EJA em todo o país, no exercício de autonomia de seu PPP, como modalidade que promove o resgate do tempo e das oportunidades educacionais não assegurados na idade certa.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de junho de 2021.

SUELY MELO DE CASTRO MENEZES

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2021

Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

A Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista a persistência dos efeitos da pandemia da COVID-19; o disposto no § 1º do art. 8º, no § 1º do art. 9º e nos artigos 12 a 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB); no § 1º do art. 6º e no § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995; na Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, bem como no Parecer CNE/CP nº 6, de 6 de julho de 2021, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação de 4 de agosto de 2021, publicado no DOU de 5 de agosto de 2021, Seção 1, pág. 34, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem, em todos os níveis, etapas, anos/séries e modalidades da educação nacional, é ação educacional prioritária, urgente e, portanto, imediata, consideradas as disposições dos Pareceres CNE/CP nº 5/2020, CNE/CP nº 9/2021, CNE/CP nº 11/2020, e CNE/CP nº 19/2020, e da Resolução CNE/CP nº 2/2020, devendo observar os seguintes aspectos, em consonância com o princípio constitucional do pacto federativo e com as diretrizes estaduais, distrital e municipais estabelecidas para o enfrentamento da pandemia:

I - os referenciais e protocolos sanitários estabelecidos pelos organismos de saúde federais, estaduais, distrital e municipais, sob a responsabilidade das redes e instituições escolares de todos os níveis, estabelecendo o resguardo das condições de aprendizado de estudantes, professores, gestores escolares e demais profissionais da educação e funcionários;

II - as determinações dos setores responsáveis pela saúde pública sobre as condições adequadas e procedimentos de biossegurança sanitária a serem adotados pelas redes de ensino e instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais;

III - o bem-estar físico, mental e social dos profissionais da educação;

IV - a realização de procedimento avaliativo diagnóstico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica; e

V - a participação das famílias dos estudantes no processo de retorno presencial, esclarecendo as medidas adotadas e compartilhando com elas os cuidados e controles necessários decorrentes da pandemia da COVID-19.

Art. 2º A volta às aulas presenciais deve ser imediata nos diferentes níveis etapas, anos/séries e modalidades, após decisão das autoridades competentes, observando os protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias locais e pelos órgãos dos respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Tomadas as medidas de segurança determinadas e regulamentadas pelas autoridades locais, os sistemas de ensino, as Secretarias de Educação e suas instituições escolares, conforme as circunstâncias, definirão o calendário de retorno.

§ 2º O reordenamento curricular deve possibilitar a reprogramação dos calendários escolares de 2021 e 2022, cumprindo de modo contínuo os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada fase, etapa, ano/série, nível e modalidade.

§ 3º Devem ser especialmente planejadas as atividades dos professores, presenciais e não presenciais, em função do retorno dos estudantes ao ambiente escolar.

§ 4º O retorno às aulas presenciais deve contemplar as especificidades e as necessidades de cada fase, etapa e nível, bem como de cada modalidade de educação e ensino, devendo ser especificamente planejadas as atividades das escolas indígenas, quilombolas, do campo e de ribeirinhos, considerando suas características próprias, o respeito a suas culturas e políticas de superação, das dificuldades de acesso, bem como as de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, atendidas a legislação e normas pertinentes.

§ 5º Deve ser oferecido atendimento remoto aos estudantes de grupo de risco ou que testem positivo para a COVID-19.

Art. 3º No retorno às atividades presenciais, os sistemas de ensino, as Secretarias de Educação e as instituições escolares devem oferecer ações de acolhimento aos profissionais de educação, aos estudantes e respectivas famílias.

§ 1º No processo de retorno às atividades presenciais, as redes e instituições escolares deverão promover a formação continuada dos professores, visando prepará-los para o enfrentamento dos desafios impostos durante o retorno.

§ 2º As atividades de acolhimento devem envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido, considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias, bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outras.

§ 3º A formação continuada dos professores deve incluir a preparação para a implementação dos protocolos de biossegurança, bem como estratégias e metodologias ativas não presenciais e à implementação de recursos tecnológicos, com ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias apropriadas para desenvolvimento do currículo.

CAPÍTULO II

NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 4º As instituições escolares de Educação Básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensadas, em caráter excepcional, diante da situação específica da persistência da pandemia da COVID-19:

I - na Educação Infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do art. 31 da Lei nº 9.394/1996; e

II - no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do art. 24 da

LDB, sem prejuízo da qualidade e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, desde que cumprida a carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas anuais.

§ 1º Podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos componentes curriculares de cada curso de cada etapa, mediante uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária.

§ 2º O Município que optou por manter a rede municipal integrada ao Sistema Estadual de Ensino, nos termos do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.394/1996, deve observar as normas educacionais do respectivo Conselho Estadual de Educação.

Art. 5º Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, e observando-se que a legislação educacional (LDB, art. 23) e a BNCC, admitem diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia pode ser efetivada no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um continuum curricular de 2 (dois) anos/séries escolares, consideradas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 1º O reordenamento curricular, referente à complementação do ano letivo de 2020 no ano letivo seguinte, pode ser reprogramado, aumentando-se os dias letivos e a carga horária do ano de 2021 e, eventualmente do ano de 2022, para cumprir, de modo contínuo e articulado, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior, ao abrigo do caput do art. 23 da LDB, que prevê a adoção de regimes diferenciados e flexíveis de organização curricular, mediante formas diversas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º Para os estudantes que se encontram no ano/série final do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, são necessárias medidas específicas definidas pelos sistemas de ensino, redes e instituições escolares, de modo a garantir aos estudantes a possibilidade de conclusão do aprendizado da respectiva etapa da Educação Básica, assegurando a possibilidade de transferência de unidade escolar ou de acesso ao Ensino Médio, aos Cursos de Educação Profissional Técnica ou à Educação Superior, conforme o caso.

§ 3º A reorganização das atividades educacionais deve minimizar os impactos das medidas de isolamento na aprendizagem dos estudantes, considerando o longo período de suspensão das atividades educacionais presenciais nos ambientes escolares.

Art. 6º Para os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertados nas formas subsequente ou articulados com o Ensino Médio, nas formas integrada ou concomitante, bem como na condição de itinerário formativo previsto no inciso V do art. 36 da LDB, para a Formação Técnica e Profissional, a oferta do ensino, articulando atividades presenciais e não presenciais, deve obedecer as normas e orientações dos órgãos próprios do respectivo sistema de ensino para essa modalidade, garantindo o desenvolvimento das competências profissionais requeridas pelo respectivo perfil profissional de conclusão.

Parágrafo único. Ficam os sistemas de ensino autorizados a antecipar, em caráter excepcional, a conclusão dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, desde que diretamente relacionados ao combate à COVID-19, observadas as normas a serem editadas pelo respectivo sistema de ensino, caso o aluno cumpra, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios.

CAPÍTULO III

NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 7º Em caráter excepcional vinculado à duração das medidas de contenção referentes à persistência de contágio da COVID-19, as Instituições de Educação Superior (IES) ficam dispensadas da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, de acordo com os Pareceres CNE/CP nº 5/2020 e CNE/CP nº 11/2020, e a Resolução CNE/CP nº 2/2020 desde que observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e, quando for o caso, as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, e desde que seja mantida a carga horária prevista na organização curricular de cada curso, e que não haja prejuízo aos conhecimentos e práticas essenciais para o exercício da profissão.

Art. 8º Podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos componentes curriculares de cada curso de Educação Superior, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária.

§ 1º O cumprimento do caput deste artigo está subordinado à manutenção do disposto nas respectivas DCNs estabelecidas para cada curso, observada a carga horária indicada ou referenciada.

§ 2º A flexibilidade de que trata o caput deste artigo e seu § 1º deve ensejar a execução, por parte da IES, do que foi planejado em anos anteriores, no sentido de organizar os objetivos de aprendizagem previstos, inclusive os decorrentes de atividades práticas, extensão e estágios.

§ 3º As IES, no âmbito de sua autonomia e observada o disposto nos Pareceres CNE/CP nº 5/2020, CNE/CP nº 9/2020, CNE/CP nº 11/2020 e CNE/CP nº 19/2020 e na Resolução CNE/CP nº 2/2020, poderão:

I - adotar a substituição de disciplinas/componentes curriculares presenciais por atividades não presenciais;

II - adotar a substituição de atividades presenciais relacionadas com a avaliação, processo seletivo, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias;

III - regulamentar as atividades complementares de extensão, bem como o TCC;

IV - organizar o funcionamento de seus laboratórios e de atividades preponderantemente práticas em conformidade com a realidade local;

V - adotar atividades não presenciais de etapas de práticas e estágios, resguardando aquelas de imprescindível presencialidade, enviando à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) ou, quando for o caso, ao órgão de regulação do sistema de ensino ao qual a IES está vinculada, os cursos, disciplinas/componentes curriculares, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais a distância;

VI - adotar, na modalidade a distância ou não presencial, a oferta de disciplinas/componentes curriculares teórico-cognitivos dos cursos;

VII - supervisionar estágios e práticas profissionais na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis;

VIII - definir a realização das avaliações na forma não presencial;

IX - implementar teletrabalho para coordenadores, professores e colaboradores;

X - proceder ao atendimento do público dentro das normas de segurança editadas pelas autoridades e com amparo em referências internacionais;

XI - divulgar a estrutura de seus processos seletivos na forma não presencial, totalmente digital;

XII - reorganizar os ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis nas IES para atendimento do disposto nos currículos de cada curso;

XIII - realizar atividades on-line síncronas e assíncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;

XIV - realizar avaliações e outras atividades de reforço do aprendizado, on-line ou por meio de material impresso entregue;

XV- utilizar mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar estudos e projetos;

XVI - utilizar mídias sociais, laboratórios e equipamentos virtuais e tecnologias de interação para o desenvolvimento e oferta de etapas de atividades de estágios e outras práticas acadêmicas vinculadas, inclusive, a extensão.

§ 4º Na possibilidade de atendimento ao disposto no parágrafo anterior, as IES deverão organizar novos projetos pedagógicos curriculares, descrevendo e justificando o conjunto de medidas adotadas, especialmente os referentes às atividades práticas e etapas de estágio e outras atividades acadêmicas, sob a responsabilidade das coordenações de cursos.

Art. 9º No caso do disposto no caput do art. 7º, a IES poderá antecipar a conclusão dos cursos superiores de Medicina, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia, desde que o estudante, observadas as normas editadas pelo respectivo sistema de ensino e pelos órgãos superiores da instituição, cumpra, no mínimo:

- 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do internato do curso de Medicina; ou

- 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios dos cursos citados no caput deste artigo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar, ouvido o CNE, a lista de cursos referida no inciso II deste artigo, para outros cursos superiores da área da saúde, desde que diretamente relacionados ao combate à pandemia da COVID-19.

CAPÍTULO IV

NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 10. No período de persistência da pandemia da COVID-19, considerando que os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios têm liberdade de organização e poder regulatório próprio, orienta-se que:

I - os sistemas de ensino assegurem medidas que garantam a oferta de serviços, recursos e estratégias de atendimento aos estudantes da Educação Especial, mobilizando e orientando os professores regentes e especializados, em articulação com as famílias,

para a organização das atividades pedagógicas remotas ou presenciais que garantam acessibilidade curricular;

II - as instituições escolares e os serviços de Atendimento Educacional Especializado garantam os direitos dos estudantes da Educação Especial no que se refere aos apoios e suportes diferenciados necessários à eliminação de barreiras e ao oferecimento de recursos de acessibilidade necessários aos processos de aprendizagem e desenvolvimento;

III - os sistemas educacionais, por meio de suas equipes educacionais e, em permanente diálogo com a família, garantam que os estudantes atendidos na Educação Especial tenham acesso às atividades remotas e/ou às presenciais, com especial atenção às condições de acesso aos meios e tecnologias de comunicação e informação, disponibilizando apoios necessários para que o atendimento escolar e o Atendimento Educacional Especializado ocorram de acordo com as especificidades de cada estudante; e

IV - o sistema de ensino e as instituições escolares responsabilizem-se pela garantia de recursos pedagógicos a serem utilizados no processo educacional e no serviço de Atendimento Educacional Especializado e pela equipe educacional - professores da Educação Especial e regentes, pelas orientações necessárias para que os estudantes possam utilizá-los de modo funcional e favorável a aprendizagens significativas.

§ 1º Deve ser garantida, tanto a continuidade do atendimento escolar como do Atendimento Educacional Especializado, com cuidados específicos para os estudantes surdos sinalizantes que optam pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), os com deficiência auditiva falantes que utilizam a leitura orofacial na comunicação, os cegos e de baixa visão que precisem de contatos diretos para locomoção, os com deficiência intelectual, os surdocegos que se comunicam por meio do Tadoma e/ou Libras Tátil, os com altas habilidades ou superdotação, considerando seu programa de enriquecimento curricular.

§ 2º Os estudantes da Educação Especial devem ser acompanhados de forma mais intensa no processo de saída do isolamento, cabendo aos espaços de escolarização e aos espaços de Atendimento Educacional Especializado empreender estratégias de avaliação diagnóstica e de elaboração de planos de recuperação de aprendizagem, de acordo com os resultados e singularidades de cada estudante, seu Plano de Atendimento Educacional Especializado e seu desenvolvimento nas atividades remotas.

§ 3º Em todos os casos em que o retorno às aulas e ao Atendimento Educacional Especializado presencial não for possível, recomenda-se que a instituição escolar e os profissionais do Atendimento Educacional Especializado apresentem para as famílias um plano de continuidade, no qual garantam condições diferenciadas para o ensino remoto, para evitar prejuízos e/ou evasão escolar.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. No âmbito dos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, bem como nas secretarias de educação e nas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, as atividades pedagógicas não presenciais de que trata esta Resolução poderão ser utilizadas para o cumprimento do aprendizado vinculado ao planejamento curricular, visando a integralização da carga horária das atividades pedagógicas, quando necessário ao

atendimento das medidas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 e as condições de contágio, estabelecidas em protocolos de biossegurança.

Parágrafo único. As atividades pedagógicas não presenciais poderão, ainda, ser utilizadas de forma integral ou parcial nos casos de suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais, ou de condições sanitárias locais de contágio que tragam riscos à segurança da comunidade escolar quando da efetividade das atividades letivas presenciais.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, mantidas as disposições dos Pareceres CNE/CP nº 5/2020, CNE/CP nº 9/2020, CNE/CP nº 11/2020, CNE/CP nº 19/2020, e da Resolução CNE/CP nº 2/2020.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

3 – LEGISLAÇÃO ESTADUAL

4. 1 – Leis

LEI Nº 15.547, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

Institui, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital, e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Esta Lei institui a Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital – e tem como objetivo criar um ambiente virtual saudável bem como promover ações de alfabetização digital que incentivem o uso consciente da internet e das redes sociais.

Parágrafo único. Entende-se como cidadania digital o comportamento adequado, responsável e saudável relacionado ao uso da tecnologia, incluindo alfabetização digital, ética e segurança.

Art. 2º APolítica de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital – busca garantir à criança e ao adolescente a utilização segura da tecnologia, a favor dos interesses sociais e do conhecimento.

Parágrafo único. Esta Política será executada em articulação com outros programas destinados ao uso adequado da internet na educação e apoiados técnica ou financeiramente pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º São princípios da Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital:

I - a garantia de que a filtragem adequada da internet no ambiente escolar seja instalada e consistentemente configurada para impedir a visualização de conteúdo prejudicial pelos alunos e funcionários da escola;

II - o comportamento apropriado, responsável e saudável relacionado ao uso da tecnologia, incluindo alfabetização digital, ética, etiqueta e segurança;

III - o fornecimento de educação e conscientização sobre a utilização segura de tecnologia e cidadania digital que capacita:

a) o aluno para fazer mídia inteligente e escolhas “ on-line” ;

b) o pai ou responsável legal para saber como discutir o uso de tecnologia segura com o filho;

c) a parceria com a direção da escola para garantir que a filtragem adequada

da internet no ambiente escolar o aluno para fazer mídia inteligente e escolhas " on-line" ;

d - a promoção da cidadania digital entre os estudantes, incentivando os pais a ensinarem seus filhos a usar a internet com segurança;

e - o uso responsável da internet relacionado aos temas cotidianos do universo digital, tais como bate-papo, jogos, superexposição nas redes, golpes "on-line" e vazamento de informações;

f - o debate sobre temas como os crimes de internet, informações falsas, privacidade e risco de postar fotos íntimas;

g - a discussão sobre o "bullying" na rede, de forma a prevenir a propagação das chamadas "brincadeiras de mau gosto", ajudando estabelecer princípios de uma cultura de paz na internet;

h - a conscientização para evitar postagem de comentários, fotografias ou vídeos que desonrem a imagem de alguém ou de um grupo específico, bem como que provoquem insultos, humilhações ou discriminações.

Art. 4º A Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital – contará com as seguintes ações, nos termos a serem definidos em regulamento:

I - promover orientações para professores que queiram compartilhar informações, ouvir dicas sobre como trabalhar os conteúdos em sala de aula e resolver dúvidas com psicólogos sobre formas de lidar com casos de "cyberbullying", exposição dos alunos na internet, entre outros;

II - ofertar cursos de formação de professores para o uso adequado da internet em sala de aula, palestras e oficinas com temáticas envolvendo prevenção a violações contra direitos humanos no ambiente "on-line";

III - criar cursos de formação de articuladores para apoiar a implementação desta Política;

IV - realizar palestras, encontros e seminários com o objetivo de fomentar a cidadania digital na sociedade.

Art. 5º A Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital – será implementada a partir da adesão das escolas públicas e privadas de educação básica, nos termos a serem definidos em regulamento.

Art. 6º O Poder Executivo, na forma a ser estabelecida em decreto regulamentador, poderá firmar convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública estadual e com entidades privadas, a fim de planejar e desenvolver as atividades relacionadas ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei define o mínimo de especificações e funcionalidades desta Política, de forma que o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei bem como estabelecer os critérios para sua implementação e cumprimento.

Parágrafo único. A presente Lei deverá observar, em todas as hipóteses, o estabelecido na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em suas competências de n.º 2 e n.º 5, na Lei Federal n.º 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, na Lei

nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como nas demais normas regulamentares da matéria, especialmente no Decreto Federal n.º 9.204, de 23 de novembro de 2017, que institui o Programa de Inovação Educação Conectada, e no Decreto Federal nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI , em Porto Alegre, 4 de novembro de 2020.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

OTOMAR VIVIAN,
Secretário-Chefe da Casa Civil.

4.2 – Decretos

DECRETO Nº 55.759, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

Fica alterado o Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos, II, V e VII, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2021.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

ARTUR DE LEMOS JÚNIOR
Secretário-Chefe da Casa Civil.

EDUARDO CUNHA DA COSTA,
Procurador-Geral do Estado.

ARITA BERGMANN,
Secretária de Estado da Saúde.

CLAUDIO GASTAL,
Secretário de Estado do Planejamento, Governança e Gestão.

MARCO AURÉLIO CARDOSO,
Secretário de Estado da Fazenda.

AGOSTINHO MEIRELLES NETO,
Secretário de Estado de Articulação e Apoio aos Municípios.

DECRETO Nº 56.025, DE 9 DE AGOSTO DE 2021.

Altera o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos, II, V e VII, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único do Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências, que passa a ter a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO
PROTOCOLOS DE ATIVIDADE OBRIGATÓRIOS E VARIÁVEIS

Grupo de Atividade	Atividade	CNAE 2 dígitos	Risco Médio da Atividade	Protocolos de Atividade Obrigatórios	Protocolos de Atividade Variáveis
Administração e Serviços	**Serviços Públicos e Administração Pública**	84	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Agropecuária e Indústria	**Agropecuária**	1, 2, 3	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Agropecuária e Indústria	**Indústria e Construção Civil**	5 a 33 e 41, 42, 43	Médio-Baixo	**Indústrias:** Portaria SES nº 387/2021 Portaria SES nº 388/2021	▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Serviços de Utilidade Pública (Energia, Água, Esgoto e outros)**	35, 36, 37, 38, 39	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Informação e Comunicação (imprensa, produção de áudio e vídeo, rádio, televisão, telecomunicação e outros, exceto salas de cinema)**	58, 59, 61, 62, 63	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Atividades Administrativas e Call Center**	77, 78, 79, 81, 82	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Vigilância e Segurança**	80	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil

Administração e Serviços	**Transporte de carga**	49 e 50	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Estacionamentos**	52	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Manutenção e Reparação de Veículos e de Objetos e Equipamentos**	45, 95	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Comércio	**Posto de Combustível**	47	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil ▪ Vedada a permanência e o consumo de alimentos e bebidas no pátio (área da pista e do posto de gasolina); ▪ Respeito aos protocolos das atividades específicas, quando aplicável: - Restaurantes, bares, lanchonetes e espaços de alimentação: conforme protocolo de "Restaurantes etc." - Comércios: conforme protocolo de "Comércio etc."
Administração e Serviços	**Correios e Entregas**	53	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada 2m² de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada 4m² de área útil ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada das cadeiras de espera;
Administração e Serviços	**Bancos e Lotéricas**	64, 66	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada das cadeiras de espera; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração;

Administração e Serviços	**Atividades Imobiliárias, Profissionais, Científicas e Técnicas**	68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Saúde e Assistência	**Assistência Veterinária e Petshops (Higiene)**	75, 96	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Organizações Associativas (Conselhos, Sindicatos, Partidos, MTG etc)**	94	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Administração e Serviços	**Lavanderia**	96	Médio-Baixo		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil
Comércio	**Comércio e Feiras Livres (de alimentos e produtos em geral)**	47	Médio	Portaria SES nº 389/2021	▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **6m²** de área útil ▪ Definição e respeito de fluxos de entrada e saída de pessoas, para evitar aglomeração; ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada das cadeiras de espera; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração, quando aplicável; ▪ **Feiras livres** – Distanciamento mínimo de 3m entre módulos de estandes, bancas ou similares;
Administração e Serviços	**Serviços Domésticos, de Manutenção e Limpeza de condomínios e**	81, 97	Médio	Obrigatório uso de máscara por todos (empregados e empregadores);	▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência:
	Residências				**Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **6m²** de área útil

Saúde e Assistência	**Assistência à Saúde Humana**	86	Médio		▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil ▪ Definição e respeito de fluxos de entrada e saída de pessoas, para evitar aglomeração; ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada das cadeiras de espera; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração, quando aplicável;
Saúde e Assistência	**Assistência Social**	87, 88	Médio	Portaria SES nº 385/2021	▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **2m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil ▪ Definição e respeito de fluxos de entrada e saída de pessoas, para evitar aglomeração; ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada das cadeiras de espera; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração, quando aplicável;
Cultura, Esporte e Lazer	**Museus, Centros Culturais, Ateliês, Bibliotecas, Arquivos e similares**	90, 91	Médio	**Museus** – Recomendações aos Museus em Tempos de Covid-19, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **6m²** de área útil ▪ Definição e respeito de fluxos de entrada e saída de pessoas, para evitar aglomeração; ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada das cadeiras de espera; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração, quando aplicável; ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos; ▪ Distanciamento mínimo de 4m entre artistas e público, sobretudo quando artista não utiliza máscara; ▪ Início e término de programações não concomitantes, quando houver multissalas, para evitar aglomeração; ▪ Intervalo mín. de 30 min entre programações com troca de público, para evitar aglomeração e permitir higienização.

Administração e Serviços	**Funerárias**	96	Médio	Em caso de óbito por Covid-19, lotação máxima de no máximo 10 pessoas, ao mesmo tempo	▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **6m²** de área útil
Administração e Serviços	**Hotéis e Alojamentos**	55	Médio		▪ Definição e respeito da **lotação máxima** conforme acreditação do estabelecimento no Selo Turismo Responsável do Ministério do Turismo: Com Selo Turismo Responsável: **75% habitações** Sem Selo Turismo Responsável: **60% habitações** * *A adesão ao Selo Turismo Responsável é opcional.* ▪ Respeito aos protocolos das atividades específicas, quando aplicável: - Restaurantes, bares, lanchonetes e espaços coletivos de alimentação: conforme protocolo de "Restaurantes etc." - Atividades esportivas, área de piscinas e águas, saunas, academias, quadras etc.: conforme protocolo de "Atividades Físicas etc"; - Eventos: conforme protocolos de "Eventos infantis, sociais e de entretenimento" ou "Feiras e Exposições Corporativas, Convenções, Congressos". ▪ Autorizada a abertura das áreas de lazer para crianças, em ambientes abertos, exclusivamente; ▪ Fechamento das demais áreas comuns.
Administração e Serviços	**Condomínios (Áreas comuns)**	81	Médio	Obrigatório uso de máscara por empregados, colaboradores e moradores.	▪ Respeito aos protocolos das atividades específicas, quando aplicável: - Restaurantes, bares, lanchonetes e espaços coletivos de alimentação: conforme protocolo de "Restaurantes etc." - Atividades esportivas, área de piscinas e águas, saunas, academias, quadras etc.: conforme protocolo de "Atividades Físicas etc"; ▪ Autorizada a abertura das áreas de lazer para crianças, em ambientes abertos, exclusivamente; ▪ Fechamento das demais áreas comuns (salão de festa, churrasqueiras compartilhadas etc.).
Administração e Serviços	**Transporte Coletivo (coletivo municipal, metropolitano comum, ferroviário e aquaviário)**	49, 50	Médio	Manter janelas e/ou alçapão abertos ou adotar sistema de renovação de ar.	▪ **Lotação máxima** de passageiros equivalente a **90% da capacidade** total do veículo; ▪ Definição e respeito de fluxos de entrada e saída de passageiros, para evitar aglomeração; ▪ Adoção da lotação máxima definida por regra vigente no município de partida do veículo.
Administração e Serviços	**Transporte Rodoviário (fretado,**	49	Médio	Manter janelas e/ou alçapão abertos ou adotar	▪ **Lotação máxima** de passageiros equivalente a **100% da capacidade** total do veículo
	metropolitano executivo, intermunicipal, interestadual)			sistema de renovação de ar.	▪ Definição e respeito de fluxos de entrada e saída de passageiros, para evitar aglomeração; ▪ Adoção da lotação máxima definida por regra vigente no município de partida do veículo.

Educação	**Educação e Cursos Livres (exceto Ensino de Esportes, Dança e Artes Cênicas)**	85	Médio	Portaria SES-SEDUC nº 01/2021 Distanciamento mínimo de 1,0 metro entre as pessoas em ambientes fechados. Transporte escolar conforme Portaria SES-SEDUC nº 01/2021	▪ Definição a respeito do **distanciamento físico mínimo de 1 (um) metro entre pessoas** em ambientes fechados, desde que seja mantida a **ventilação natural cruzada** e que o **uso obrigatório de máscara de proteção facial seja supervisionado**. ▪ **Ensino híbrido**, com aulas ministradas remotamente e presencialmente, a fim de respeitar a lotação máxima das salas de aulas e/ou a decisão dos alunos ou responsáveis quanto à adesão ao ensino presencial.
Educação	**Formação de Condutores de Veículos**	85	Médio		▪ Aulas e exames teóricos realizados preferencialmente na modalidade remota; ▪ Quando houver atividades em sala de aula, definição a respeito do **distanciamento físico mínimo de 1 (um) metro entre pessoas** em ambientes fechados, desde que seja mantida a **ventilação natural cruzada** e que o **uso obrigatório de máscara de proteção facial seja supervisionado**; ▪ Atendimento individual, sob agendamento, para aulas práticas ou entrega de documentos.
Cultura, Esporte e Lazer	**Eventos tipo Drive-in (Shows, cinemas etc.)**	90, 93	Médio	Portaria SES nº 391/2021; Público exclusivamente dentro dos veículos, vedada abertura de portas e circulação externa, exceto para uso dos sanitários;	▪ Uso obrigatório e correto de máscara, cobrindo boca e nariz sempre, inclusive dentro do veículo; ▪ Distanciamento mínimo de 2m entre veículos; Elaboração de projeto (croqui) e protocolos de prevenção, disponível para fiscalização; ▪ Priorização para venda e conferência de ingressos por meio digital e/ou eletrônico; ▪ Venda de alimentos e bebidas exclusivamente por meio digital e entregues no carro;
Administração e Serviços	**Restaures, Bares, Lanchonetes, Sorveterias e similares**	56	Alto	Portaria SES nº 390/2021; Vedada a permanência de clientes em pé durante o consumo de alimentos ou bebidas; Vedado abertura e ocupação de pistas de dança ou similares;	▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima de 40% das mesas** ou similares; Apenas clientes sentados e em grupos de até cinco (5) pessoas; ▪ Vedada a realização de 'eventos' tipo happy hour; ▪ Vedada música alta que prejudique a comunicação entre clientes; ▪ Operação de sistema de buffet apenas com instalação de protetor salivar, com apenas funcionário(s) servindo, com lavagem prévia das mãos ou utilização de álcool 70% ou sanitizante similar por funcionário e clientes e com distanciamento e uso de máscara de maneira adequada.
Administração e Serviços	**Missas e Serviços Religiosos**	94	Alto		▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima de 25% das cadeiras**, assentos ou similares; Ocupação intercalada de assentos, com ocupação de forma espaçada entre os assentos e de modo alternado entre as fileiras, respeitando distanciamento mínimo de 1m entre pessoas e/ou grupos de coabitantes; ▪ Atendimento individualizado, com distanciamento mínimo de 1 metro;

					▪ Proibido o consumo de alimentos e bebidas, exceto o estritamente necessário para a realização do ritual ou celebração (por ex.: eucaristia ou comunhão), recolocando a máscara imediatamente depois.
Administração e Serviços	**Serviços de Higiene Pessoal e Beleza (cabelereiro, barbeiro e estética)**	96	Alto		▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por área útil de circulação ou permanência no ambiente fechado: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil ▪ Distanciamento mínimo de 2 metros entre postos de atendimento (cadeiras, poltronas ou similares); Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores;
Cultura, Esporte e Lazer	**Atividades físicas em academias, clubes, centros de treinamento, piscinas, quadras e similares**	96	Alto	Portaria SES nº 393/2021; Exclusivo para prática esportiva, sendo vedado público espectador; Autorizada a ocupação dos espaços exclusivamente para a prática de atividades físicas, incluindo os vestiários e áreas pré e pós atividades, sendo vedado o uso de áreas comuns não relacionadas à prática de atividades físicas (ex.: churrasqueiras, bares, lounges etc.).	▪ Presença obrigatória de no mínimo um (1) profissional habilitado no Conselho Regional de Educação Física (CREF) por estabelecimento (exceto em espaços de quadras esportivas); ▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto:** 1 pessoa para cada **8m²** de área útil **Ambiente fechado:** 1 pessoa para cada **16m²** de área útil ▪ Esportes coletivos (duas ou mais pessoas) com agendamento e intervalo de 30 minutos entre jogos, para evitar aglomeração na entrada e saída e permitir higienização; ▪ Distanciamento interpessoal mínimo de 2m entre atletas durante as atividades; ▪ Obrigatório uso de máscara durante a atividade física, salvo exceções regulamentadas por portarias da SES; ▪ Vedado compartilhamento de equipamentos ao mesmo tempo, sem prévia higienização com álcool 70% ou solução sanitizante similar; ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores;
Cultura, Esporte e Lazer	**Competições Esportivas**	93	Alto	**<u>Todas -</u>** Nota Informativa nº 18 COE SES-RS de 13 de agosto de 2020; Exclusivo para prática esportiva, sendo vedado público espectador;	▪ Autorização prévia do(s) município(s) sede; ▪ Treinos e jogos coletivos fora da competição conforme protocolos de "Atividades Físicas etc.". ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores;

				<u>Futebol Profissional:</u> - Protocolo Detalhado e Manual de Diretrizes Operacionais do Futebol Gaúcho 2021 da FGF; - Diretriz Técnico Operacional de Retorno das Competições da CBF; - Protocolo de Operações para competições de clubes da Conmebol (2021).	
Educação	**Ensino de Esportes, Dança e Artes Cênicas**	85	Alto		▪ Respeito aos protocolos de "Atividades Físicas etc.". ▪ Quando houver atividades em sala de aula, definição a respeito do **distanciamento físico mínimo de 1 (um) metro entre pessoas** em ambientes fechados, desde que seja mantida a **ventilação natural cruzada** e que o **uso obrigatório de máscara de proteção facial seja supervisionado;**
Cultura, Esporte e Lazer	**Clubes sociais, esportivos e similares**	93	Alto	Vedado público espectador das atividades esportivas	▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **8m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **16m²** de área útil ▪ Respeito aos protocolos das atividades específicas, quando aplicável: - Restaurantes, bares, lanchonetes e espaços coletivos de alimentação: conforme protocolo de "Restaurantes etc." - Atividades esportivas, área de piscinas e águas, saunas, academias, quadras etc.: conforme protocolo de "Atividades Físicas etc"; - Danças e ensaios tradicionalistas: conforme protocolo de "Ensino de Esportes, Dança e Artes Cênicas". - Eventos: conforme protocolos de "Eventos infantis, sociais e de entretenimento" ou "Feiras e Exposições Corporativas, Convenções, Congressos". ▪ Autorizada a abertura das áreas de lazer para crianças, em ambientes abertos, exclusivamente, com a presença de responsáveis; ▪ Fechamento das demais áreas comuns (como churrasqueiras, lounges etc.); ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores;

Cultura, Esporte e Lazer	**Eventos infantis, sociais e de entretenimento em buffets, casas de festas, casas de shows, casas noturnas, restaurantes, bares e similares**	82, 90, 91, 92, 93	Alto	Portaria SES nº 391/2021 Vedada a permanência de clientes em pé durante o consumo de alimentos ou bebidas; Vedado abertura e ocupação de pistas de dança ou similares; Vedada a realização de eventos com a presença de público acima de 150 pessoas, independente do ambiente (aberto ou fechado).	▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambiente aberto**: 1 pessoa para cada **8m²** de área útil **Ambiente fechado**: 1 pessoa para cada **16m²** de área útil ▪ Público **máximo de 70 pessoas**; ▪ Duração máxima do evento (para o público) de 4 horas; ▪ Alimentação exclusivamente com operação em conformidade com o protocolo de "Restaurantes etc.". ▪ Vedados alimentos e bebidas expostos (mesa de doces, salgados e bebidas); ▪ Priorização para venda e conferência de ingressos, inscrições ou credenciais por meio digital e/ou eletrônico; ▪ Vedado compartilhamento de microfones sem prévia higienização com álcool 70% ou solução similar; ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores;
Cultura, Esporte e Lazer	**Demais Eventos não especificados, em ambiente aberto ou Fechado**	82, 90, 91, 92, 93	Alto	Realização não autorizada; Sujeito à interdição e multa; Portaria SES nº 391/2021;	▪ Elaboração de projeto (croqui) e protocolos de prevenção, disponíveis para fiscalização; ▪ Estabelecimento e controle da **ocupação máxima** de pessoas ao mesmo tempo, por tipo de ambiente e área útil de circulação ou permanência: **Ambientes com circulação em pé** (estandes, corredores etc): 1 pessoa para cada **8m²** de área útil **Ambientes com público sentado**: 1 pessoa para cada **4m²** de área útil ▪ Distanciamento mínimo entre pessoas em ambientes com público sentado conforme permissão para consumo de bebidas na plateia: **- Permite:** 2 metros entre pessoas; **- Não permite:** 1 metro entre pessoas; ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada de cadeiras, assentos ou similares; ▪ Distanciamento mínimo de 3m entre módulos de estandes, bancas ou similares quando não houver barreiras físicas ou divisórias; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração, quando aplicável; ▪ Início e término de programações não concomitantes, quando houver multissalas, para evitar aglomeração; ▪ Intervalo mínimo de 30 min entre programações com troca de público, para evitar aglomeração e permitir higienização; . Priorização para venda e conferência de ingressos, inscrições ou credenciais por meio digital e/ou eletrônico; ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores;
Administração e Serviços	**Feiras e Exposições Corporativas, Convenções, Congressos e similares**	82	Alto	Autorização, conforme número de pessoas (trabalhadores e público) presentes ao mesmo tempo: **- até 300 pessoas**: sem necessidade de autorização; - **de 301 a 600 pessoas**: autorização do município sede; - **de 601 a 1.200 pessoas**: autorização do município sede e autorização regional (aprovação de no mínimo de 2/3 dos municípios da Região Covid ou do Gabinete de Crise da Região Covid correspondente); **- acima de 1.200 e até 2.500 pessoas, no máximo**: autorização do município sede; autorização regional (aprovação de no mínimo de 2/3 dos municípios da Região Covid ou do Gabinete	

				de Crise da Região Covid correspondente) e autorização do Gabinete de Crise do Governo Estadual, encaminhada pela respectiva prefeitura municipal.	▪ Vedado compartilhamento de microfones sem prévia higienização com álcool 70% ou solução similar; ▪ Alimentação exclusivamente em espaços específicos (ex.: praças de alimentação), com operação em conformidade com o protocolo de "Restaurantes etc.".
Cultura, Esporte e Lazer	**Cinema, Teatros, Auditórios, Circos, Casas de Espetáculo, Casas de Shows e similares**	59, 90, 93	Alto	**<u>Público exclusivamente sentado</u>**, com distanciamento; Portaria SES nº 391/2021; Autorização, conforme número de pessoas (trabalhadores e público) presentes ao mesmo tempo: **- até 300 pessoas**: sem necessidade de autorização; - **de 301 a 600 pessoas**: autorização do município sede; **- de 601 a 1.200 pessoas**: autorização do município sede e autorização regional (aprovação de no mínimo de 2/3 dos municípios da Região Covid ou do Gabinete de Crise da Região Covid correspondente); **- acima de 1.200 e até 2.500 pessoas, no máximo**: autorização do município sede; autorização regional (aprovação de no mínimo de 2/3 dos municípios da Região Covid ou do Gabinete de Crise da Região Covid correspondente) e autorização do Gabinete de Crise do Governo Estadual, encaminhada pela respectiva prefeitura municipal.	▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima de 40% das cadeiras**, assentos ou similares; ▪ Distanciamento mínimo entre grupos de até 3 pessoas e conforme permissão para consumo de alimentos ou bebidas na plateia: **- Permite**: 2 metros entre grupos; **- Não permite**: 1 metro entre grupos; ▪ Autorizada circulação em pé durante a programação apenas para compra de alimentos ou bebidas (se permitido) e/ou uso dos sanitários, com uso de máscara e distanciamento nas filas; ▪ Autorizado uso do espaço também para produção e captação de áudio e vídeo; ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada de cadeiras, assentos ou similares, quando aplicável; ▪ Distanciamento mínimo de 4m entre artistas e público, sobretudo quando artista não utiliza máscara; ▪ Recomendação para que seja mantida distância mínima de 2 metros entre artistas durante as apresentações e que permaneça no palco, além dos artistas, somente a equipe técnica estritamente necessária; ▪ Rígido controle de entrada e saída do público, sob orientação do organizador e conforme fileiras, grupos ou similares, para evitar aglomeração; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração, quando aplicável; ▪ Início e término de programações não concomitantes, quando houver multissalas, para evitar aglomeração; ▪ Intervalo mínimo de 30 min entre programações com troca de público, para evitar aglomeração e permitir higienização; ▪ Priorização para compra e venda e conferência de ingressos por meio digital e/ou eletrônico; ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores;

Cultura, Esporte e Lazer	**Parques Temáticos, de Aventura, de Diversão, Aquáticos, Naturais, Jardins Botânicos, Zoológicos e outros atrativos turísticos similares**	91, 93	Alto		▪ Estabelecimento e rígido controle da **ocupação máxima** conforme adesão (opcional) ao Selo Turismo Responsável do Ministério do Turismo: **- Com Selo MTur**: **50%** da lotação autorizada no alvará ou PPCI **- Sem Selo MTur**: **25%** da lotação autorizada no alvará ou PPCI ▪ Demarcação visual no chão de distanciamento de 1m nas filas e de ocupação intercalada de cadeiras, assentos ou similares, quando aplicável; ▪ Distanciamento mínimo de 4m entre artistas e público, sobretudo quando artista não utiliza máscara; ▪ Recomendação para que seja mantida distância mínima de 2 metros entre artistas durante as apresentações e que permaneça no palco, além dos artistas, somente a equipe técnica estritamente necessária; ▪ Rígido controle de entrada e saída do público, sob orientação do organizador e conforme fileiras, grupos ou similares, para evitar aglomeração; ▪ Distribuição de senhas, agendamento ou alternativas para evitar aglomeração, quando aplicável; ▪ Início e término de programações não concomitantes, quando houver multissalas, para evitar aglomeração; ▪ Intervalo mínimo de 30 min entre programações com troca de público, para evitar aglomeração e permitir higienização; ▪ Priorização para compra e venda e conferência de ingressos por meio digital e/ou eletrônico; ▪ Reforço na comunicação sonora e visual dos protocolos para público e colaboradores; ▪ Alimentação exclusivamente em espaços específicos (ex.: praças de alimentação), com operação em conformidade com o protocolo de “Restaurantes etc.”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 9 de agosto de 2021.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

ARTUR DE LEMOS JÚNIOR,
Secretário-Chefe da Casa Civil.

RANOLFO VIEIRA JUNIOR,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

EDUARDO CUNHA DA COSTA,
Procurador-Geral do Estado.

ARITA BERGMANN,
Secretária de Estado da Saúde.

CLAUDIO GASTAL,
Secretário de Estado do Planejamento, Governança e Gestão.

MARCO AURÉLIO CARDOSO,
Secretário de Estado da Fazenda.

LUÍS DA CUNHA LAMB,
Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia.

LUIZ CARLOS BUSATO,
Secretário de Estado de Articulação e Apoio aos Municípios.

DECRETO Nº 56.199, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021.

Altera o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos, II, V e VII, da Constituição do Estado,

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º-A da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.019, de 2 de julho de 2020;

Considerando o disposto na Nota Informativa constante do Anexo Único deste Decreto;

DECRETA:

Art. 1º No Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências, ficam introduzidas as seguintes alterações:

I - os incisos I, II e III do art. 8º passam a ter a seguinte redação:

Art. 8º...

I - protocolos gerais obrigatórios: estabelecidos no art. 12 deste Decreto e de aplicação obrigatória em todo o território estadual;

II - protocolos de atividade obrigatórios: estabelecidos mediante deliberação do Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID-19, de que trata o art. 1º do Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, diante de circunstâncias fáticas e técnicas que evidenciem o agravamento da pandemia de COVID-19, e de aplicação territorial limitada ao mínimo necessário, na forma do disposto no art. 6º deste Decreto;

III - protocolos de recomendações: estabelecidos no art. 10 deste Decreto e de aplicação recomendada.

II - ficam alterados o caput e o § 2º do art. 8º-A, incluindo-se o § 3º, com a seguinte redação:

Art. 8º-A. Será exigida comprovação de vacinação contra a COVID-19, observadas as orientações médicas, sanitárias e o calendário estabelecido pela Secretaria Estadual da Saúde, para o ingresso e permanência no interior dos seguintes estabelecimentos, eventos e/ou locais de uso coletivo:

- competições esportivas com público;

- eventos de entretenimento em locais fechados, como casas de festas, casas noturnas ou similares, ou em locais abertos, com controle de acesso de público;

- feiras e exposições corporativas, convenções, congressos e similares;

- cinemas, teatros, auditórios, circos, casas de espetáculos, casas de shows e similares; e

- parques temáticos, de aventura, de diversão, aquáticos, naturais, jardins botânicos, zoológicos e outros atrativos turísticos similares.

...

§ 2º Fica recomendada a solicitação da apresentação de comprovação de vacinação contra a COVID-19, observadas as orientações médicas, sanitárias e o calendário estabelecido pela Secretaria Estadual da Saúde, para ingresso nos estabelecimentos, eventos e locais de uso coletivo não abrangidos pela obrigatoriedade estabelecida no "caput" deste artigo.

§ 3º Não será obrigatória a exigência de comprovação de vacinação contra a COVID-19 de que trata o "caput" deste artigo e seus incisos para ingresso em evento, estabelecimento ou local de uso coletivo situado em município que, conforme as publicações da Secretaria Estadual ou Municipal da Saúde, conte com, pelo menos, 90% (noventa por cento) de sua população adulta com o esquema vacinal completo.

III - o art. 10 passa a ter a seguinte redação:

Art. 10. Fica recomendada a adoção por todas as pessoas das seguintes medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19:

I - a observância do distanciamento social, restringindo a circulação, as visitas e as reuniões presenciais;- a observância de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos, antes e após a realização de quaisquer tarefas, com a utilização de produtos assépticos, como sabão ou álcool 70% (setenta por cento), bem como da higienização, com produtos adequados, dos instrumentos domésticos e de trabalho;

II - a observância do distanciamento interpessoal de dois metros, sempre que possível, e não menos de um metro, evitando-se a formação de aglomerações de pessoas nos recintos ou nas áreas internas e externas de circulação ou de espera, bem como nas calçadas, portarias e entradas dos prédios e estabelecimentos, públicos ou privados; e

III - a manutenção dos ambientes arejados e bem ventilados, garantindo a circulação e renovação do ar, com portas e janelas abertas, sempre que possível.

§ 1º Fica facultada a substituição das medidas de que tratam os incisos do caput deste artigo pela solicitação de testagem para o ingresso em eventos, estabelecimentos ou locais de uso coletivo, observadas as orientações médicas e sanitárias.

§ 2º Os Municípios poderão, diante de circunstâncias fáticas e técnicas que o justifiquem, tornar obrigatórias as recomendações de que trata o "caput" deste artigo.

IV - o art. 11 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11. Os protocolos de atividade obrigatórios são os estabelecidos por determinação do Gabinete de Crise para o Enfrentamento da Epidemia de COVID-19, de que trata o art. 1º do Decreto nº 55.129, de 19 de março de 2020, diante de circunstâncias fáticas e técnicas que evidenciem o agravamento da pandemia de COVID-19, e de aplicação territorial limitada ao mínimo necessário, na forma do disposto no art. 6º deste Decreto.

V - o art. 12. passa a ter a seguinte redação:

Art. 12. São protocolos gerais obrigatórios para fins de prevenção e de enfrentamento à pandemia de COVID-19, dentre outros expressamente previstos:

I - a disponibilização, por todo e qualquer estabelecimento, de produtos assépticos para lavagem das mãos, como sabão ou álcool 70% (setenta por cento), a seus empregados e clientes;

II - a utilização, mantendo-se boca e nariz cobertos, de máscara de proteção individual para circulação em espaços públicos, na forma e nos locais definidos no art. 3º-A da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, ressalvada a hipótese de que trata o § 15 do art. 34 deste Decreto; e

III - a determinação, pelo encarregado, de encaminhamento imediato para atendimento médico e o afastamento do trabalho, conforme determinação médica, dos empregados dos estabelecimentos destinados à utilização simultânea por várias pessoas, de natureza pública ou privada, comercial ou industrial, fechado ou aberto, com atendimento a público amplo ou restrito, quando verificada a presença de sintomas de contaminação pelo novo Coronavírus (COVID-19).

VI - o inciso II do art. 13 passa a ter a seguinte redação:

Art. 13. ...

...

II - os protocolos de atividade obrigatórios determinados na forma do disposto no art. 6º, combinado com o art. 12 deste Decreto;

VII - fica incluído o § 15 ao art. 34 com a seguinte redação:

Art. 34. ...

...

§ 15. Não se aplicam a multa nem a advertência de que trata o inciso VII do "caput", combinado com o § 13 deste artigo, quando se tratar do descumprimento do disposto no caput do art. 3º-A da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por crianças ou adolescentes menores de 12 (doze) anos de idade, vedada a responsabilização de seus pais, curadores, tutores, educadores ou dos estabelecimentos comerciais, de ensino ou templos religiosos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o parágrafo único do art. 8º, o art. 9º, o inciso III do art. 13 e o Anexo Único do Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 18 de novembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

ARTUR DE LEMOS JÚNIOR,
Secretário-Chefe da Casa Civil.

RANOLFO VIEIRA JUNIOR,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

EDUARDO CUNHA DA COSTA,
Procurador-Geral do Estado.

ARITA BERGMANN,
Secretária de Estado da Saúde.

CLAUDIO GASTAL,
Secretário de Estado do Planejamento, Governança e Gestão.

MARCO AURÉLIO CARDOSO,
Secretário de Estado da Fazenda.

LUÍS DA CUNHA LAMB,
Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia.

LUIZ CARLOS BUSATO,
Secretário de Estado de Articulação e Apoio aos Municípios.

ANEXO ÚNICO

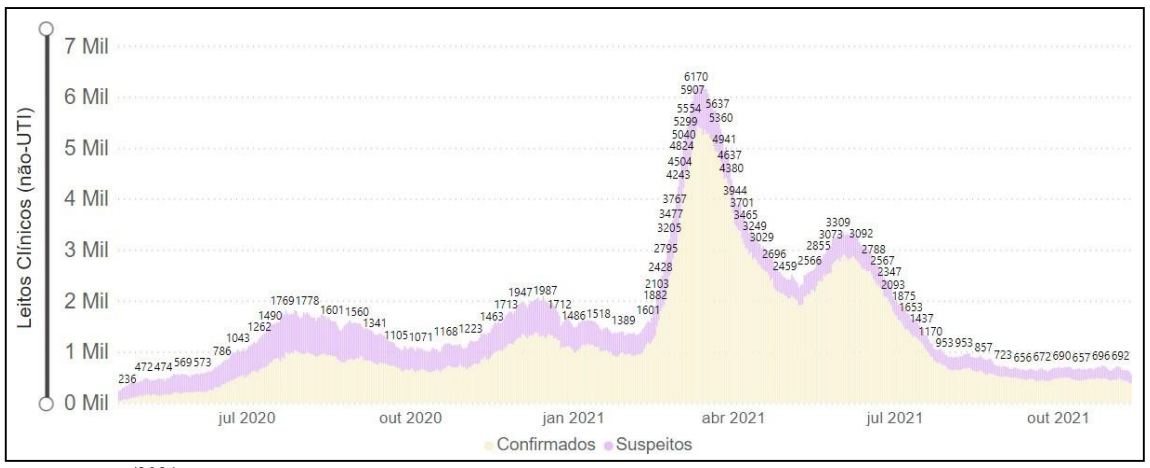
NOTA INFORMATIVA SES/RS – PROTOCOLOS COVID-19
Porto Alegre, 18 de novembro de 2021.

1. Situação atual da pandemia no Estado do Rio Grande do Sul

Nos termos do Informe Técnico n. 18[1], de 12/11/2021, ao analisar o número de internados com coronavírus em leitos clínicos no RS (Figura 1), torna-se nítida a existência de quatro ondas: as duas primeiras, menos intensas, tiveram seus picos nos meses de julho e dezembro de 2020, ao passo que, em 2021, ocorreram as mais intensas, cujos picos concentraram-se nos meses de março e junho.

Avaliando-se apenas os últimos dois meses, no entanto, percebe-se que o RS ingressou em um período de estabilidade. Estando atualmente com 616 pacientes internados, entre confirmados e suspeitos, o patamar atual é o menor desde 11 de junho de 2020.

Figura 1. Número de internados confirmados e suspeitos com Covid-19 em leitos clínicos no Rio Grande do Sul - abr/.2020-



nov./2021

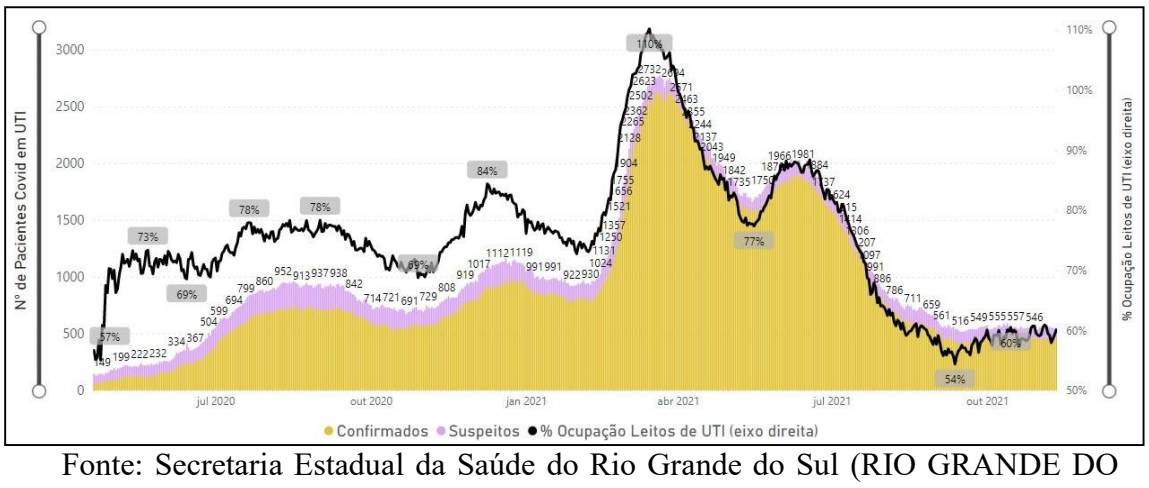
Fonte: Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).

Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2021b, 2021c).

Comportamento semelhante pode ser descrito a partir do número de internados

em leitos intensivos no Estado (Figura 2), que, após acompanhar os mesmos ciclos de crescimento observados nos leitos clínicos, também apresenta estabilidade nos últimos 60 dias. Ademais, a abertura de leitos de UTI para suprir a alta demanda no pico de internações ocorrido entre março e abril deste ano permite manter, atualmente, uma taxa de ocupação próxima a 60% no Estado, mesmo atendendo o maior número de pacientes internados por outras causas desde o início da pandemia.

Figura 2. Número de internados confirmados e suspeitos com Covid-19 em UTI e taxa de ocupação dos leitos de UTI no Rio Grande do Sul — abr./2020-nov./2021



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).

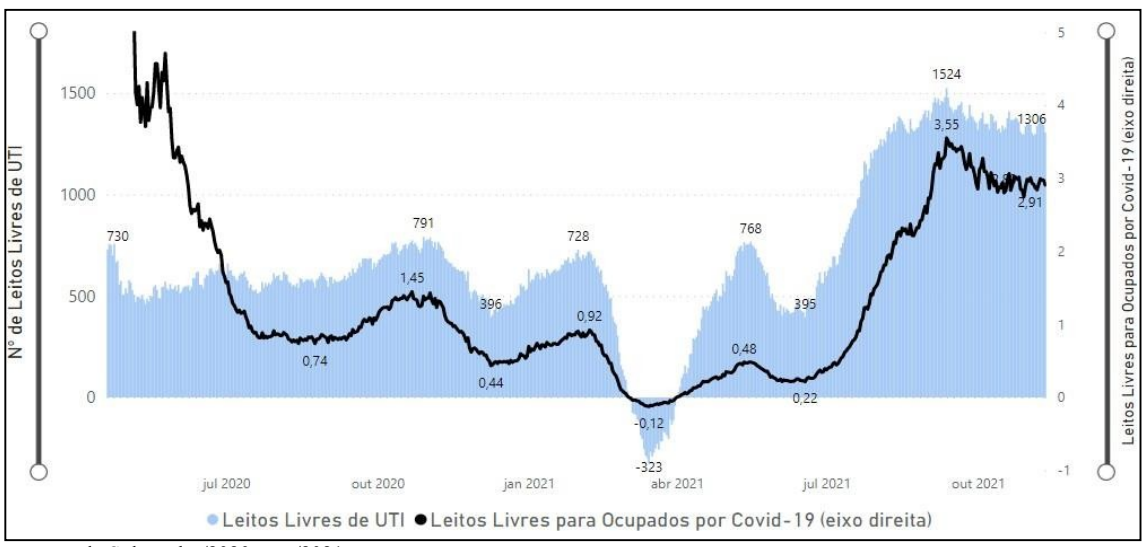
Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2021b, 2021c).

---

[1]Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)/ Subsecretaria de Planejamento/ Departamento de Economia e Estatística (DEE)

Como reflexo da abertura de leitos de UTI ao longo da pandemia e da redução seguida de estabilidade no número de internados por Covid-19, nos últimos meses observa-se cerca de três leitos de UTI livres para cada ocupado por Covid-19. São mais de 1.300 leitos de UTI livres em todo o Estado (Figura 3).

Figura 3. Número de leitos de UTI livres e razão entre leitos livres e ocupados por Covid-19 no Rio Grande do Sul — abr./2020-nov./2021

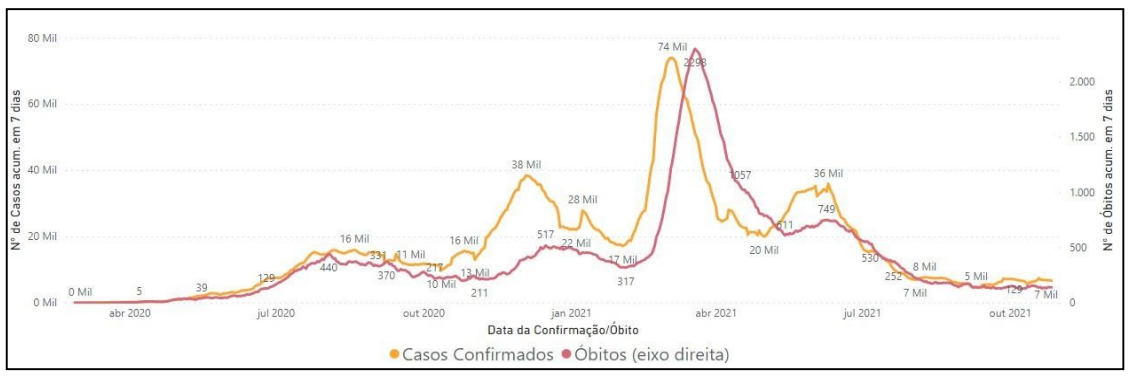


Fonte: Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).

Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2021b, 2021c).

A estabilidade recente também é observada no número de casos confirmados e de óbitos, que está no menor patamar desde junho do ano passado (Figura 4). Quando observada a série de casos acumulados por semana, por data de confirmação, suprimindo os últimos 14 dias, chega-se atualmente a um número médio de pouco menos de 7.000 casos em todo o Estado, o equivalente a menos de 1.000 casos por dia. É válido perceber que, nos ciclos de aumento observados em agosto/20, dezembro/20, março/21 e junho/21, esse número chegou, respectivamente, a aproximadamente 16.000, 38.000, 74.000 e 36.000 casos por semana. Tal comportamento também é acompanhado pelos óbitos, que se estabilizaram em menos de 150 por semana, cerca de 21 óbitos por dia em todo o Estado.

Figura 4. Número de casos confirmados e óbitos acumulados em sete dias no Rio Grande do Sul — fev./2020-out./2021



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021a)

Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2021b, 2021c).

Nota: Os dados dos últimos 14 dias foram suprimidos devido ao subregistro decorrente do tempo necessário para inclusão dos casos e óbitos nos sistemas oficiais.

É importante considerar que o comportamento recente descrito está associado ao avanço da vacinação no Estado, onde se observa um percentual acima de 90% das pessoas vacinadas, com ao me- nos uma dose, em todas as faixas etárias superiores a 25 anos (Figura 5). Considerando o esquema vacinal completo, ou seja, com as duas doses aplicadas ou a dose única, as faixas acima de 55 anos apresentam percentual superior a 90%. No momento atual, o avanço concentra-se nas faixas etárias mais baixas, para primeira e segunda doses, e na dose de reforço para as faixas etárias mais altas, em que cerca de 45% da população acima de 70 anos já foi vacinada com a dose adicional.



Figura 5. População vacinada, por faixa etária e esquema vacinal, no Rio Grande do Sul — nov./2021

Fonte: Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2021ª).

Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2021b, 2021c).

2. ANÁLISE DE DADOS E CONTEXTO ATUAL DAS MEDIDAS SANITÁRIAS

De acordo com os dados acima apresentados, houve redução, seguida de estabilidade, no número de internados em leitos COVID (tanto leitos clínicos quanto UTI) nos últimos 60 dias. Atualmente, a taxa de ocupação das UTIs está próxima a 60% no RS, mesmo atendendo maior número de pacientes internados por outras causas desde o início da pandemia.

A estabilidade recente também é observada no número de casos confirmados e de óbitos, que está no menor patamar desde junho de 2020 (antes do primeiro pico, ocorrido em julho daquele ano).

O comportamento descrito pode ser associado ao avanço da vacinação no Estado, que sempre esteve entre os 3 primeiros que mais vacinaram no país.

Neste momento, inclusive, mais de 95% da população adulta recebeu a primeira dose da vacina, conforme demonstra o quadro abaixo (https://vacina.saude.rs.gov.br/):



Neste aspecto, verifica-se que 83,5% da população adulta (18 anos ou mais) e 65,7% da população residente (total) já recebeu o esquema básico completo de vacinação (D1 + D2 ou DU).

Contudo, 938,5 mil pessoas estão com segunda dose em atraso, sendo 471 mil na faixa até os 39 anos. Ainda, constata-se que 50,2% da população com mais de 70 anos recebeu a dose de reforço. Em estudo do CEVS, verificou-se que 9 em cada 10 óbitos por covid-19 em adultos jovens (18 a 39 anos) registrados entre a semana 35 e a semana 45 de 2021 são de pessoas não vacinadas ou sem vacinação completa, o que demonstra a importância da vacinação.

Importante destacar que, neste momento, o RS apresenta a menor média diária de óbitos por data de confirmação desde junho/2020 (cerca de 20 por dia), o menor número de internados em leitos clínicos desde maio/2020 (512 confirmados e suspeitos), o menor número de internações em UTI desde junho/2020 (506 confirmados e suspeitos) e a média diária de casos registrados estável desde julho/2021 (menos de mil casos).

O monitoramento das regiões pelo Estado através do Sistema 3As utiliza dados epidemiológicos e de acompanhamento do sistema de saúde para subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores. Esse sistema de monitoramento utiliza três indicadores de decisão, os **"3 As": Aviso, Alerta e Ação.**

Os municípios são agrupados em 30 Regiões de Saúde, com base nos hospitais de referência para leitos de UTI, totalizando 21 Regiões Covid e 7 Macrorregiões.

Ao tempo que se mantém na íntegra este sistema, poderá haver restrições específicas em regiões que, eventualmente, apresentem piora, recebam AVISOS ou ALERTAS e tenham, portanto, a necessidade de medidas sanitária mais rígidas.

Considerando o tempo prolongado da transmissão da COVID-19 e o aspecto sindêmico do momento atual, a transmissão viral e a proporção da população com imunização completa devem ser considerados na avaliação do benefício coletivo em relação aos protocolos sanitários gerais para fins de serem considerados obrigatórios ou recomendados.

Medidas Sanitárias recomendadas significam mais orientação e informação disponível à população, o que vem sendo feito durante todo o período da pandemia, com informação sobre locais com maior e menor risco de contaminação, para que as pessoas busquem os locais mais seguros. Recomendar significa aconselhar, indicar boas práticas, pedir atenção, isto é, **algo a ser observado por TODOS visando aos cuidados individuais e coletivos para que não haja retrocessos no enfrentamento da pandemia.**

Nesse sentido, é essencial que a população adote e mantenha hábitos que minimizem o risco de transmissão da Covid-19, o que pode ser obtido por métodos amplamente explorados na literatura da área de ciências comportamentais (como o estímulo, indução a determinado tipo de comportamento).

Os critérios para considerar a obrigatoriedade ou recomendação de medidas sanitárias variam conforme o contexto da transmissão viral (evolução do número de casos e a taxa de ocupação de leitos de UTI, por exemplo), as atividades localizadas no ambiente, a ventilação, o status vacinal, a condição de saúde do indivíduo e a compreensão e operacionalização dessas medidas pela população. Essa análise vem sendo feita desde o início da pandemia (sistema de bandeiras), baseada em evidências científicas ou análise de dados em saúde quando não há evidências na literatura para estabelecer uma relação causal.

Após mais de um ano e meio de enfrentamento à pandemia de coronavírus no Estado, com rígidos protocolos sanitários, monitoramento diário dos indicadores, diálogos com o Conselho de Crise (composto pelos chefes dos Poderes, entidades comerciais, dirigentes de hospitais e representantes de universidades), Grupos de Trabalho intersetoriais, Comitê Científico e Conselho de Especialistas constituídos pelo Estado, com a sociedade civil e os Comitês Técnicos Regionais, a atualização dos protocolos de enfrentamento à Pandemia, inclusive alterações a respeito de quais protocolos devem ser adotados como obrigatórios ou recomendados, mostra-se adequada a definição, pelo Gabinete de Crise, de nova abordagem no combate à pandemia, priorizando a responsabilidade de cada pessoa pela proteção individual e coletiva, com orientação e informação, garantindo que haja flexibilidade com responsabilidade, para não haver retrocessos, mantendo as atividades econômicas, com cuidados, sem colocar em risco uma nova onda (aumento nos indicadores epidemiológicos de monitoramento da pandemia) e novas restrições.

Neste aspecto, a educação em saúde, baseada na autorresponsabilidade, busca garantir a saúde individual e coletiva, com a adoção de medidas sanitárias em protocolos obrigatórios e/ou recomendados para população, em todas as atividades no Estado do Rio Grande do Sul, com a manutenção do monitoramento atualmente previsto no sistema 3As das regiões de saúde, com base em dados epidemiológicos, sem prejuízo da reavaliação das medidas sanitárias adotadas, na hipótese de piora dos indicadores.

Secretaria da Saúde – SES/RS Secretária: Arita Bergmann

Secretária Adjunta: Ana Costa

Centro Estadual de Vigilância Sanitária – CEVS Departamento de Auditoria do SUS

Departamento de Gestão da Atenção Especializada Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde Departamento de Regulação Estadual

4.3 – Portaria

PORTARIA SEDUC/RS Nº 163/2021

Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

A **SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, incisos I e III, da Constituição do Estado, com fundamento na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, na Resolução CNE/CP nº 02, de 10 de dezembro de 2020, e no Parecer CEEd/RS nº 04, de 17 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecida a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º O currículo do Ensino Fundamental, referente aos anos iniciais (1º ao 5º ano), terá a seguinte forma de organização:

I - Componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso integrados;

II - Enfoque prioritário nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática e as habilidades dos demais componentes trabalhadas de forma integrada;

III - Oferta do componente curricular Produções Interativas, com o objetivo de promover o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental, por meio da leitura, escrita, oralidade, criação, crítica, expressão e reflexão, com carga horária específica, de acordo com o Anexo I.

IV - Oferta do componente curricular Educação Física, com carga horária específica, conforme representação gráfica constante no Anexo I.

Art. 3º O currículo do Ensino Fundamental, referente aos anos finais (6º ao 9º ano), terá a seguinte forma de organização:

I - Componentes curriculares organizados por áreas de conhecimento, conforme representação gráfica constante no Anexo II desta Portaria;

II - Oferta do componente curricular da parte diversificada Projeto de Vida, com carga horária conforme representação gráfica constante no Anexo II desta Portaria.

Art. 4º A carga horária mínima anual para o ensino fundamental, nos anos iniciais (1º a 5º anos), é de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, respeitada a jornada diária mínima de 4 (quatro) horas.

§1º Para cumprimento do disposto no *caput*, a duração da hora-aula do componente de Educação Física e Produção Interativa será de 50 (cinquenta) minutos.

§2º Na carga horária mínima anual prevista no *caput* não será computada a carga horária destinada aos exames finais, quando houver.

Art. 5º A carga horária anual para o ensino fundamental, nos anos finais (6º a 9º anos) é de, no mínimo, 833 (oitocentas e trinta e três) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos.

§1º Para cumprimento do disposto no caput, a duração da hora-aula dos componentes que compõem a matriz curricular será de 50 (cinquenta) minutos.

§2º Na carga horária mínima anual prevista no caput não será computada a carga horária destinada aos exames finais, quando houver.

Art. 6º O currículo do ensino médio é organizado em anos, com duração de 3 (três) anos e contempla as 4 (quatro) Áreas de Conhecimento, conforme as representações gráficas constantes nos Anexos III e IV desta Portaria.

Art. 7º A carga horária mínima anual para o ensino médio diurno é de 1.000 (mil) horas e do ensino médio noturno é de 833 (oitocentas e trinta e três) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos.

§1º Para cumprimento do disposto no caput, a duração da hora-aula é de 50 (cinquenta) minutos.

§2º Nas cargas horárias estabelecidas no caput não é computado o tempo destinado aos exames finais.

Art. 8º Ficam aprovadas as matrizes curriculares de que tratam os Anexos I, II, III e IV desta Portaria, com vigência a partir de 23 de agosto de 2021.

Art. 9º Os estabelecimentos de ensino que ofertam etapas e modalidades da Educação Básica com organização curricular diferenciada deverão seguir legislação e normas específicas no que se refere ao disposto nesta Portaria.

Parágrafo único - As modalidades da Educação Básica a que se refere o *caput* deste artigo são:

I - Educação Especial;

II - Educação de Jovens e Adultos;

III - Educação do Campo;

IV - Educação Escolar Indígena;

V - Educação Escolar Quilombola;

VI - Educação Profissional;

VII - Curso Normal; e

VIII - Curso Normal Aproveitamento de Estudos.

Art. 10 Compete às Coordenadorias Regionais de Educação homologar as matrizes curriculares das escolas sob sua abrangência no Sistema de Informatização da Secretaria da Educação (ISE) até o dia 23 de agosto de 2021.

Art. 11 Compete à Direção de cada escola encaminhar, via ISE, as matrizes curriculares para a homologação da respectiva Coordenadoria Regional de Educação no período de 09 a 13 de agosto de 2021.

Art. 12 Os casos omissos devem ser submetidos à apreciação da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 13 Revoga-se a Portaria SEDUC nº 293, de 3 de dezembro de 2019.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor a partir de 23 de agosto de 2021, possuindo caráter regimental.

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira
Secretária de Estado da Educação.

Registre-se e publique-se.

Anexo I

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	
Componentes	**Horas**
Componentes Integrados (*Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso*)	16h40min
Produções Interativas	1h40min
Educação Física	1h40min
Total Semanal	**20h**
Total de Carga Horária Anual	**800h**

Anexo II

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS					
Área de Conhecimento	**Componentes**	**6° ano**	**7° ano**	**8° ano**	**9° ano**
Linguagens	Língua Portuguesa	6	6	6	6
	Língua Estrangeira - Língua Inglesa	1	1	1	1
	Língua Estrangeira (Língua Espanhola)*	1	1	1	1
	Arte	1	1	1	1
	Educação Física	2	1	1	1
Matemática	Matemática	7	7	7	7
Ciências da Natureza	Ciências	2	2	2	2
Ciências Humanas	História	2	2	2	2
	Geografia	1	2	2	2
Ensino Religioso	Ensino Religioso	1	1	1	1
	Projeto de Vida	1	1	1	1
Total de Períodos Semanal		**25**	**25**	**25**	**25**
Total de Carga Horária Anual		**833h**	**833h**	**833h**	**833h**

* Matrícula facultativa para o estudante.

Anexo III

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO (DIURNO)				
Área de Conhecimento	**Componentes**	**1º ano**	**2º ano**	**3º ano**
Linguagens e suas Tecnologias	Arte	1	1	1
	Educação Física	2	2	1
	Língua Estrangeira - Língua Inglesa	1	1	2
	Língua Estrangeira (Língua Espanhola)*	1	1	1
	Literatura	1	1	1
	Língua Portuguesa	5	5	5
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	6	6	6
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	2	2	2
	História	2	2	2
	Filosofia	1	1	1
	Sociologia	1	1	1
	Ensino Religioso	1	1	1
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	2	2	2
	Física	2	2	2
	Química	2	2	2
Total de Períodos Semanal		**30**	**30**	**30**
Total de Carga Horária Anual		**1000h**	**1000h**	**1000h**

* Matrícula facultativa para o estudante

Anexo IV

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO (NOTURNO)				
Área de Conhecimento	**Componentes**	**1º ano**	**2º ano**	**3º ano**
Linguagens e suas Tecnologias	Arte	1	1	1
	Educação Física	1	1	-
	Língua Estrangeira - Língua Inglesa	1	1	1
	Língua Estrangeira (Língua Espanhola)*	-	1	1
	Literatura	1	-	1
	Língua Portuguesa	5	5	5
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	6	6	6
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	2	2	1
	História	1	1	2
	Filosofia	1	1	1
	Sociologia	1	1	1
	Ensino Religioso	1	-	-
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	1	2	1
	Física	2	1	2
	Química	1	2	2
Total de Períodos Semanal		**25**	**25**	**25**
Total de Carga Horária Anual		**833h**	**833h**	**833h**

* Matrícula facultativa para o estudante.

Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS Nº 05/2021

Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle à COVID-19 a serem adotadas por todas as instituições de ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

A SECRETÁRIA DA SAÚDE e a SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 90, incisos I e III, da Constituição do Estado, e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

- a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

- a vigência da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no tocante à matéria sanitária;

- a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

- decisão do Supremo Tribunal Federal que manteve disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

- o Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID- 19, e dá outras providências;

- o Decreto nº 56.171, de 29 de outubro de 2021, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e aos estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações;

- o Decreto nº 56.199, de 18 de novembro de 2021, que altera o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do

Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências;

- que as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública devem ser adequadas ao cenário sanitário atual, especialmente com a avanço substancial da vacinação em todo o território estadual, bem como às regras do novo sistema de monitoramento no Estado do Rio Grande do Sul;

- os Pareceres vigentes emitidos pelo Conselho Nacional de Educação que tratam da matéria,

RESOLVEM:

Art. 1º As medidas constantes nesta Portaria deverão ser adotadas por todas as instituições de ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, sejam públicas, privadas, comunitárias, confessionais e outras, independente do nível, etapa e modalidade de ensino, para fins de prevenção e controle ao coronavírus – COVID-19.

Art. 2º Para fins de prevenção e controle ao coronavírus – COVID-19 serão mantidos no âmbito educacional Centros de Operações de Emergência em Saúde para a Educação de abrangência estadual – COE-E Estadual e Centros de Operações de emergência local - COE-E Local, no âmbito das instituições de ensino.

Art. 3º Permanecerão ampliados os Centros de Operações de Emergência em Saúde já existentes, COE Regional e COE Municipal, incluindo participantes da educação das respectivas esferas.

Art. 4º Os Centros de Operações de Emergência em Saúde para a Educação possuirão a seguinte constituição:

I - COE-E Estadual: será composto por quatro representantes da Secretaria da Educação, um representante da Secretaria da Saúde, um da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, um representante da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação e um representante do Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, os quais serão designados mediante portaria conjunta da Secretarias da Saúde e Educação do Estado;

II - COE Regional: permanecerão ampliados os COE Regionais já existentes nas Coordenadorias Regionais de Saúde, agregando, pelo menos, dois representantes das Coordenadorias Regionais de Educação que compartilham os mesmos municípios de referência;

III - COE Municipal: permanecerão ampliados os COE Municipais já existentes, agregando, pelo menos, dois representantes da educação, sendo um representante da respectiva rede municipal de ensino e, pelo menos, um representante das escolas privadas, comunitárias ou confessionais do município, quando houver;

IV - COE-E Local (Instituição de Ensino): formado, no mínimo, por um representante da Direção da Instituição de Ensino, um representante da comunidade escolar ou acadêmica e um representante da área de higienização.

§ 1º Caberá às secretarias da educação, no âmbito da rede estadual ou municipal, conforme a sua abrangência, designar, mediante portaria, os integrantes dos COE-E Locais e do COE Municipal.

§ 2º Caberá às secretarias da educação, no âmbito da rede estadual ou municipal, conforme a sua abrangência, indicar representantes para compor os COE Municipais, COE Regionais e o COE-E Estadual.

§ 3º Caberá à instituição de ensino constituir seu COE-E Local e articular junto ao COE municipal os cuidados relacionados à COVID-19 no âmbito da Instituição de Ensino.

Art.5º São atribuições do COE-E Estadual:

I - garantir a indicação dos representantes das Coordenadorias Regionais de Educação nos COE Regionais;

II - acompanhar, monitorar, avaliar e intervir, sempre que necessário, nas ações dos COE Regionais.

Art. 6º São atribuições dos representantes da Educação junto aos COE-Regional e Municipal:

I – articular ações no âmbito das Instituições de Ensino com o objetivo de controlar e acompanhar o avanço da COVID- 19;

II - acompanhar, monitorar, avaliar e intervir, sempre que necessário, nos COE-E Locais;

III - sugerir medidas de adequação e, na impossibilidade de solução, encaminhar à deliberação da instância diretamente superior.

Art. 7º São atribuições do COE-E Local:

I - articular junto ao COE Municipal/Regional as medidas de controle no âmbito da Instituição de Ensino, conforme a sua abrangência de acordo com as regulamentações vigentes;

II - informar e capacitar a comunidade escolar ou acadêmica sobre os cuidados a serem adotados;

III - manter a rotina de monitoramento dos protocolos, observando as ações preconizadas nas regulamentações vigentes;

IV - manter informado o COE Municipal sobre casos suspeitos ou confirmados d e COVID-19 no âmbito da Instituição de Ensino;

V- analisar o histórico e a evolução dos casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 no âmbito da Instituição de Ensino, de forma a subsidiar as tomadas de decisões do COE Municipal e Regional;

VI - planejar ações, definir atores e determinar a adoção de medidas para mitigar ameaças e restabelecer a normalidade da situação na Instituição de Ensino;

VII - incentivar a vacinação contra COVID-19 dos públicos elegíveis segundo calendário vacinal vigente, bem como a manutenção dos esquemas vacinais completos.

Parágrafo único. A participação no COE-E Local será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Art. 8º As instituições de ensino, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, sejam públicas, privadas, comunitárias, confessionais e outras, independente do nível, etapa e modalidade de ensino, deverão adotar as seguintes medidas gerais de organização:

I - constituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde para a Educação, denominado COE-E Local, cujas atribuições são as contidas no Art. 7º;

II - informar e orientar, de forma continuada, a comunidade escolar e/ou acadêmica sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da transmissão da COVID-19 adotadas pela Instituição de Ensino e preconizadas, como cuidados individuais e familiares;

III - providenciar e manter atualizado s os contatos de emergência dos seus alunos e trabalhadores;

IV - priorizar a realização de reuniões por videoconferência, sejam elas de professores, com pais e comunidade escolar/acadêmica em geral, evitando a forma presencial e, quando não for possível, reduzir ao máximo o número de participantes e sua duração;

V - priorizar a realização de atividade física em locais abertos, respeitando as normas sanitárias vigentes;

VI - disponibilizar álcool em gel 70% em locais estratégicos e de fácil acesso, estimulando o seu uso de forma ativa;

VII – disponibilizar, nos banheiros, pia com água corrente, sabonete líquido, toalhas de papel descartável ou preparações alcoólicas antissépticas 70% (setenta por cento) em formato de gel, espuma ou spray;

VIII - vedar o uso de bebedouros, estando a sua utilização liberada, excepcionalmente, apenas para a reposição de água potável em garrafas e/ou copos de uso individual, desde que mantidos devidamente higienizados e com filtros válidos;

Parágrafo único. As ações estabelecidas nesta Portaria deverão ser implementadas por todas as instituições de ensino, independentemente do número total de alunos e trabalhadores, devendo respeitar as especificidades dos níveis de ensino ofertados e as faixas etárias dos alunos.

Art. 9º As instituições de ensino também deverão implementar medidas de cuidado e permanente fiscalização local das seguintes ações para prevenção da transmissão da COVID-19:

§1º Uso de máscaras:

I - A utilização, mantendo-se boca e nariz cobertos, de máscara de proteção individual para circulação em espaços públicos, na forma e nos locais definidos no art. 3º-A da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 .

§2º Lavagem de mãos ou uso de álcool em gel 70%;

I - Disponibilizar álcool em gel 70% , estimular a lavagem de mãos antes da alimentação e antes e após manipular a máscara;

II - Disponibilizar álcool em gel 70% em pontos estratégicos e de fácil acesso no ambiente escolar;

§3º Distanciamento físico:

I – Recomendado manter o distanciamento físico de pelo menos 1 (um) metro entre as pessoas nos ambientes com ventilação cruzada natural e uso de máscaras de proteção facial.

II - Orientar alunos e trabalhadores a evitarem comportamentos sociais tais como aperto de mãos, abraços e beijos.

§4º Ventilação de ambientes:

I – Dar preferência à realização de atividades em locais abertos ou garantir a renovação natural de ar, com portas e janelas abertas ou sistema de circulação de ar;

§5º Aglomeração de pessoas:

I - Evitar a aglomeração de pessoas.

II - Restringir o acesso à escola às pessoas que tenham atividades a serem executadas nos diferentes turnos.

§6º Higienização de espaços físicos e diferentes objetos de uso pessoal ou comum:

I - Realizar a higienização, com água e sabão, dos ambientes, sempre que possível, e após cada uso;

II - Higienizar com maior frequência superfícies de toque recorrente;

III - Evitar a utilização de toalhas de tecido em todos os ambientes ou outros materiais que dificultem a limpeza e, não sendo possível, realizar a troca após cada utilização;

IV - Evitar o compartilhamento de materiais de uso pessoal;

V - Higienizar, a cada uso, materiais e utensílios de uso comum, como colchonetes, tatames, trocadores, cadeiras de alimentação, berços, brinquedos, entre outros;

VI - Garantir, sempre que possível, material individual e higienizado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

§7º Locais em que aconteçam alimentação:

I - Buscar estratégias para manutenção do distanciamento físico entre as pessoas no refeitório ou locais em que sejam realizadas alimentações;

II - Estimular a lavagem de mãos antes da alimentação;

III - Estimular a lavagem de mãos antes de retirar e colocar a máscara;

IV - Observar os cuidados referentes à distribuição de pratos e talheres. Preferencialmente, utilizar embalagens individuais, ou, na ausência dessas, entregar os talheres, evitando a manipulação por diferentes pessoas;

V - Garantir a segurança sanitária na distribuição da alimentação escolar na rede de ensino durante a pandemia do novo coronavírus– COVID-19;

VI - Estabelecer horários alternados de distribuição de alimentos, com o objetivo de evitar aglomerações.

§ 8º Ressalta-se que o atendimento às orientações presentes nesta portaria não autorizam ou substituem o cumprimento integral das demais regras sanitárias previstas em regulamentos ou normas específicas.

Art. 10 As instituições de ensino que possuam em suas dependências crianças menores de seis anos ou com algum grau de dependência deverão adotar medidas para que estas recebam auxílio para as atividades de higiene.

Art. 11 Nas instituições de ensino em que houver a necessidade de realizar troca de fraldas dos alunos, orientar os trabalhadores responsáveis pela troca a usar luvas descartáveis e a realizar a adequada lavagem das mãos da criança após o procedimento.

Art. 12 As Instituições de Ensino devem r ealizar a busca ativa diária de pessoas com sintomas respiratórios ou que morem com pessoas que estejam com caso suspeito ou confirmado da COVID-19, afastando estas de frequentar a Instituição de Ensino seguindo as orientações da autoridade sanitária.

Art. 13 São medidas a serem adotadas em casos de suspeita ou confirmação de COVID-19 na comunidade escolar e/ou acadêmica:

I - Orientar os trabalhadores e alunos a seguir o fluxo previamente estabelecido e comunicado à comunidade escolar/acadêmica;

II - Organizar uma sala de isolamento ou encaminhar para atendimento na unidade de saúde ou assistência em saúde;

III- Identificar o serviço de saúde de referência para notificação e encaminhamento dos casos de suspeita de contaminação;

IV - Reforçar a limpeza dos objetos e das superfícies utilizadas pelo caso suspeito, bem como da área de isolamento;

V - Promover o isolamento imediato de qualquer pessoa que apresente os sintomas respiratórios ou gripais;

VI - Informar, imediatamente, à rede de saúde do município sobre a ocorrência de casos suspeitos para que seja investigado seu vínculo com outros casos atendidos de síndrome gripal e, em caso positivo, retornar essa informação à vigilância municipal. No caso de trabalhadores e alunos que residam em outros municípios garantir a notificação à rede de saúde do município de residência;

V - Garantir e proteger o afastamento de pessoas contactantes de caso domiciliar por suspeita ou confirmação de COVID-19.

Art.14 São medidas a serem adotadas no transporte escolar de alunos:

I - As janelas deverão ser mantidas abertas para propiciar a ventilação cruzada;

II - Não permitir o embarque de pessoas com sintomas respiratórios ou sintomas de síndrome gripal;

III - Não permitir ingresso de pessoas sem o devido uso de máscara;

IV- Disponibilizar, em local de fácil acesso aos alunos, preferencialmente na entrada e na saída dos veículos, álcool em gel 70%, para utilização dos alunos;

V - Proibir a manipulação de alimentos no interior do veículo e evitar a ingestão de bebidas (se houver necessidade inadiável, que seja com a maior brevidade possível);

VI - Higienizar o veículo sempre antes e depois da utilização com produto saneante – álcool 70% ou produto saneante regulamentado, tais como, solução de água sanitária ou quaternário de amônio;

VII - Os motoristas devem higienizar frequentemente as mãos e o seu posto de trabalho, inclusive o volante e superfícies mais frequentemente tocadas.

Parágrafo único. Aplica-se ao transporte escolar as regras previstas para o transporte rodoviário fretado, nos termos do regramento vigente.

Art. 15. Revogar a Portaria Conjunta SES/SEDUC nº 02, de 20 de agosto de2021.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência limitada ao período em que durar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da COVID-19.

Porto Alegre, 19 de novembro de 2021.

4 ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

4.1 – Pareceres

Parecer CEEd nº 002/2020

Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre a reorganização do Calendário Escolar e o desenvolvimento das atividades escolares em razão da Covid-19.

INTRODUÇÃO

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, exara o presente Parecer para orientar e colaborar na reorganização dos Calendários Escolares para o cumprimento da carga horária mínima anual de acordo com a legislação, e no desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19, considerando que:

a) o Governo Federal publicou no DOU de 07 de fevereiro a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

b) o Ministério da Saúde elaborou e publicou o "Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus", em 11 de março de 2020, com base na Declaração da Organização Mundial de Saúde referente à disseminação mundial da infecção Covid-19, causada pelo Novo Coronavírus, como uma pandemia;

c) o Conselho Estadual de Educação, demandado pela suspensão das atividades escolares presenciais em função da propagação do novo Coronavírus – COVID-19, exarou em 18 de março de 2020, o Parecer CEEd nº 001/2020, que orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares nesse período;

d) a Presidência da República, em 1º de abril de 2020, editou a Medida Provisória nº 934, estabelecendo normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

e) o Governo do Estado do Rio Grande do Sul editou em 1º de abril de 2020 o Decreto nº 55.154/2020, reiterando a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), incluindo a área da educação e decretando que todas as atividades presenciais em instituições de ensino públicas e privadas, em todos os níveis, fossem paralisadas;

f) o Conselho Nacional de Educação (CNE), em 28 de abril de 2020, aprovou o Parecer CNE/CP nº 05/2020, homologado parcialmente e publicado no Diário Oficial da

União em 1º de junho de 2020, no qual se pronunciou a respeito da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

g) o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 55.292, de 04 de junho de 2020, estabeleceu as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território estadual, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), de que trata o Decreto Estadual nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências;

h) as Secretarias Estaduais da Saúde e da Educação do Rio Grande do Sul, em 02 de junho de 2020, publicaram a Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS nº 01/2020, republicada em 08 de junho de 2020, que dispôs sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle ao novo coronavírus (COVID-19), a serem adotadas por todas as Instituições de Ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se a determinação de criação dos Centros de Operações de Emergência em Saúde para a Educação no âmbito estadual (COE-E);

i) o Conselho Estadual de Educação, em regime de colaboração com SEDUC/RS, UNCME/RS, FAMURS, UNDIME/RS e SINEPE/RS, em 10 de junho de 2020, publicou e lançou documento intitulado de "Indicativos Pedagógicos para Reabertura das Instituições de Ensino no RS";

j) o Ministério da Educação (MEC) através da Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, pronunciou-se sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19, nas instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, revogando as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

Com base na legislação vigente, considerando os impactos da pandemia, decorrente da COVID-19 e consequentemente a necessidade da suspensão das aulas presenciais, este Conselho, neste momento de excepcionalidade, por meio deste Parecer, orienta o Sistema Estadual de Ensino quanto à realização de atividades domiciliares, bem como determina outras providências, considerando as distintas possibilidades e peculiaridades nos diferentes níveis de ensino, a fim de minimizar os prejuízos no desenvolvimento da aprendizagem.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – Nos termos do Parecer CEEd nº 001/2020 e do Parecer CNE/CP nº 05/2020, a reorganização do calendário escolar visa a garantia da realização de atividades escolares para fins de atendimento aos objetivos de aprendizagem, habilidades e competências, previstas nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, atendendo ao disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária mínima anual.

A reorganização do calendário escolar, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, deve ser realizada de forma a preservar o padrão de qualidade previsto no inciso IX, do art. 3º da Lei Federal nº 9.394/1996 (LDBEN) e inciso VII, do art. 206 da Constituição Federal.

2.1 – Quanto às atividades domiciliares:

As atividades pedagógicas não presenciais, conforme o Parecer CNE/CP nº 05/2020, são compreendidas como:

> [...] conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou não a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições para realização de atividades escolares com a presença física de estudantes na unidade educacional da educação básica ou do ensino superior.

Para fins deste Parecer, e em consonância com o Parecer CEEd nº 001/2020, este Conselho define que as atividades pedagógicas não presenciais, indicadas no Parecer CNE nº 05/2020, correspondem às atividades domiciliares no Sistema Estadual de Ensino, reafirmando que, dentre as alternativas possíveis para reorganização do ano letivo 2020, diante da situação emergencial que estamos vivenciando no momento atual, encontram-se as atividades presenciais e/ou as atividades domiciliares, durante o período de excepcionalidade.

Este Conselho, ao abordar a questão sobre as atividades domiciliares, realizadas no período de suspensão das aulas presenciais, no Parecer CEEd nº 001/2020, chamou a atenção para a divulgação junto à comunidade escolar sobre as formas de prevenção e cuidados, de acordo com os órgãos de saúde.

Para que essas atividades domiciliares fossem realizadas no período de suspensão das aulas presenciais, o Parecer CEEd nº 001/2020 orientou sobre a necessidade da elaboração de planejamento e organização das atividades escolares pelas instituições de ensino, observando o padrão de qualidade, em consonância com o Projeto Pedagógico que vige durante o período de excepcionalidade, denominado aqui de Plano de Ação Pedagógica.

2.2 – Quanto ao registro das atividades domiciliares e dos direitos e objetivos de aprendizagem no Plano de Ação Pedagógica:

Cada instituição de ensino, com anuência de sua Mantenedora, deve ter elaborado seu Plano de Ação Pedagógica, documento que registra todo o planejamento, procedimentos e orientações referentes ao período de realização de atividades domiciliares, bem como a participação efetiva dos estudantes, considerando os elementos apontados no Parecer CNE/CP nº 05/2020:

- as formas de interação (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) com o estudante para atingir tais objetivos;

- a estimativa de carga horária equivalente para o atingimento deste objetivo de aprendizagem considerando as formas de interação previstas;

- a forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital durante o período de suspensão das aulas ou ao final, com apresentação digital ou física), relacionadas aos planejamentos de estudo encaminhados pela escola e às habilidades e objetivos de aprendizagem curriculares; e

- as formas de avaliação não presenciais durante situação de emergência ou presencial após o fim da suspensão das aulas.

O atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para a Educação Infantil, bem como as habilidades e competências para as demais etapas da Educação Básica que estão expressos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e no documento orientador de território, quando houver, e desdobradas nos planos curriculares e propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino, deve estar no horizonte de todo o planejamento didático-pedagógico durante o período de excepcionalidade.

Esse atendimento precisa ser também contemplado no Plano de Ação Pedagógica, por meio da definição das aprendizagens essenciais para cada nível, etapa e modalidade, com vistas a orientar as intervenções pedagógicas durante e após o período de suspensão das atividades presenciais, com atenção para os estudantes "[...] que se encontram nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Para esses, serão necessárias medidas específicas relativas ao ano letivo de 2020", de acordo com o Parecer CNE/CP nº 05/2020.

Em relação aos direitos e objetivos de aprendizagens e desenvolvimento/habilidades e competências, é importante destacar o que diz o documento intitulado Indicativos Pedagógicos para a Reabertura das Instituições de Ensino no RS (2020):

> [...] o desafio não é concluir os planejamentos curriculares previstos para o ano, mas garantir que as crianças/estudantes dominem o conhecimento necessário para a continuidade dos estudos, ou seja, que as aprendizagens essenciais para a sequência da trajetória escolar sejam concretizadas. O objetivo é evitar, na medida do possível, que as dificuldades não superadas durante este ano se tornem duradouras;
>
> A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em continuum o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de "ciclo emergencial", ao abrigo do artigo 23, caput, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Cabe destacar a necessidade prevista no Plano de Ação Pedagógica de orientação para a realização das atividades domiciliares, respeitando as possibilidades de organização familiar -disponibilidade de espaço físico, de acesso às Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação – (TDICs), de acompanhamento de outra pessoa, quando a autonomia da criança/estudante não permitir, entre outros aspectos –, bem como as características de desenvolvimento e tempos/ritmos de aprendizagem das crianças/estudantes.

Caso haja necessidade de complementar o Plano de Ação Pedagógica, inicialmente planejado a partir deste Parecer, cabe à instituição de ensino, juntamente com sua Mantenedora, elaborar o Plano de Ação Pedagógica Complementar, que será a ampliação do primeiro, contendo todos os procedimentos e orientações acrescidas por atos normativos posteriores.

Findo o período de excepcionalidade, o Plano de Ação Pedagógica Complementar será o instrumento para orientar o processo de validação previsto no item 8.5 do Parecer

CEEd nº 001/2020, bem como neste Parecer, juntamente com todos os registros oriundos desse Plano, com vistas a subsidiar a reorganização ainda necessária para o cumprimento da carga horária mínima anual e das aprendizagens essenciais possíveis para o ano letivo atípico e, consequente, planejamento para o próximo período letivo.

2.3 – Quanto à reorganização do calendário escolar:

Com base na legislação vigente (LDBEN, §2º, art. 23 e projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 934/2020), excepcionalmente enquanto durar a pandemia, as instituições de ensino estão dispensadas do cumprimento mínimo de 200 dias letivos anuais previstos, mas devem cumprir a carga horária mínima anual definida na legislação, neste ano letivo.

Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual exigida pela legislação vigente, bem como para reduzir a necessidade de reposição presencial, o Parecer CNE/CP nº 05/2020 afirma que a oferta de aulas presenciais pode ocorrer "[...] *de forma gradual, em paralelo com processo de reposição*", seguindo orientações dos órgãos competentes e a possibilidade de cumprimento dos protocolos de segurança sanitária.

Este Conselho, ao observar a pluralidade de propostas pedagógicas e o estabelecido no Decreto Estadual nº 55.240/2020, quanto às cores das bandeiras do Sistema de Distanciamento Controlado, orienta às Mantenedoras para que, dentro de suas possibilidades e características, possam reorganizar o seu calendário para o cumprimento da carga horária mínima anual, a partir das alternativas, apontadas no Parecer CNE/CP nº 05/2020:

> O cumprimento da carga horária mínima prevista poderá ser feita por meio das seguintes alternativas, de forma individual ou conjunta: 1. reposição da carga horária de forma presencial ao final do período de emergência; 2. cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares coordenado com o calendário escolar de aulas presenciais; e 3. cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades.

Conforme o item 1 do Parecer CNE/CP nº 05/2020, citado acima, este Conselho reitera que é cabível a reposição da carga horária nas situações em que não puderam acontecer atividades domiciliares, atividades parciais ou presenciais neste período. Em qualquer uma dessas situações, a instituição de ensino deve registrar a reposição da carga horária para o cumprimento do calendário escolar no Plano de Ação Pedagógica Complementar, a ser aprovado para, ao final do período de excepcionalidade, ser validado pelo Colegiado da instituição de ensino e homologado pela Mantenedora.

Para fins deste Parecer, o CEEd afirma que o Colegiado da instituição de ensino é a instância deliberativa máxima, em suas diferentes formas de organização, no âmbito pedagógico, regulada pelo Regimento Escolar. Orienta-se, ainda, que o processo de validação, nos termos do item 8.5 do Parecer CEEd nº 001/2020, passa pela instância deliberativa da instituição com anuência da respectiva Mantenedora, para fins de homologação de todo o trabalho desenvolvido no período de excepcionalidade, devendo, no caso de mantenedoras públicas municipais, pertencentes ao Sistema Estadual, envolver o Conselho Municipal de Educação.

Este Conselho entende que as atividades letivas neste momento de excepcionalidade, podem acontecer através de pesquisas, projetos, experiências e demais metodologias que sejam coerentes com o estabelecido nas propostas pedagógicas, sendo admitida a mediação por meio de ferramentas tecnológicas, desde que previstas no Plano de Ação Pedagógica Complementar.

O cumprimento da carga horária mínima anual prevista também pode levar em consideração a ampliação da jornada escolar diária por meio do acréscimo de horas em um turno ou a "[...] *programação de atividades escolares no contraturno ou em datas programadas no calendário original, como dias não letivos, podendo se estender para o ano civil seguinte* [...]", conforme possibilidades físicas e administrativas da instituição de ensino, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 05/2020.

O controle de participação do estudante, para completar a carga horária, deve ser feito no diário de classe, por meio de registros digitais ou preenchimento do documento físico, considerando:

a) a verificação da participação dos estudantes nas aulas *online*;

b) o acesso do estudante na plataforma;

c) a entrega das atividades domiciliares, conforme previsto no Plano de Ação Pedagógica.

Importante destacar que os critérios de acompanhamento da participação durante o período de excepcionalidade devem estar previstos no Plano de Ação Pedagógica, sendo um dos indicadores para o acompanhamento do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças/estudantes, nesse período.

2.4 – Quanto à avaliação diagnóstica e recuperação da aprendizagem:

O Plano de Ação Pedagógica Complementar deve prever a avaliação diagnóstica de cada criança/estudante para identificar os diferentes níveis de aprendizagem e minimizar suas defasagens, com base nas aprendizagens essenciais definidas para este período de excepcionalidade, a fim de instituir programas de recuperação da aprendizagem, observados os ritmos de cada um.

Para a avaliação diagnóstica, é importante que cada instituição de ensino defina diferentes formas de intervenção pedagógica e acompanhamento, adequados a cada nível/etapa/modalidade de ensino para detectar as lacunas que podem ter ocorrido com o prolongado período sem aulas presenciais.

A recuperação de aprendizagem também tem o objetivo de evitar o abandono escolar e dar possibilidades para cada estudante desenvolver, de forma plena, o que é esperado ao fim de seu respectivo ano letivo, considerando as especificidades do currículo proposto pelas respectivas instituições de ensino para esse momento.

A definição das aprendizagens essenciais, a previsão da avaliação diagnóstica e do plano de intervenção pedagógica para recuperação da aprendizagem, bem como outros aspectos considerados no Plano de Ação Pedagógica Complementar impactam todo o processo de avaliação. Assim, o Plano de Ação Pedagógica Complementar precisa considerar as adequações do processo de avaliação, em especial no que diz respeito aos critérios, periodicidade e forma de expressão dos resultados, uma vez que a forma de atendimento também foi diferenciada nesse período.

Este Conselho reitera a impossibilidade de alteração do Regimento Escolar ao longo do presente ano letivo, permitindo tão somente o acima previsto. A elaboração do Plano de Ação Pedagógica Complementar não subentende alterações no Regimento Escolar, uma vez que tem vigência apenas para o período de excepcionaldade.

2.5 – Papel mediador dos pais ou responsáveis/família das crianças/estudantes:

Destaca-se a importância da manutenção do vínculo pedagógico por meio de atividades domiciliares, mediadas pelos pais ou responsáveis/famílias das crianças/estudantes e, baseadas no Plano de Ação Pedagógica elaborado pela instituição de ensino para o período de suspensão das aulas presenciais, nos termos do Parecer CEEd nº 001/2020. Deste modo, em especial, é importante que o Plano de Ação Pedagógica contemple a orientação aos pais ou responsáveis/famílias sobre o período de excepcionalidade, bem como contenha esclarecimentos sobre as premissas pedagógicas para este momento, tanto para aqueles que continuarem afastados das atividades presenciais quanto para os que puderem retornar à presencialidade.

Manter diálogo e contato permanente com os pais ou responsáveis/famílias das crianças/estudantes, por meio das instâncias de participação existentes, orientando e esclarecendo sobre a situação de pandemia e a organização da instituição de ensino, contribui para melhor compreensão deste momento atípico no processo educativo.

2.6 – Quanto ao Plano de Ação Pedagógica Complementar para o retorno à presencialidade:

É importante que as instituições de ensino, junto com sua Mantenedora, planejem cuidadosamente o retorno às aulas, considerando o contexto adverso do período de isolamento social, e mantenham um sistema de comunicação permanente com os pais ou responsáveis/famílias.

A reabertura das instituições de ensino, respeitado o Decreto Estadual nº 55.292, de 04 de junho de 2020 e a Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS nº 01/2020, conforme o documento "*Indicativos Pedagógicos para a Reabertura das Instituições de Ensino*" pode ser organizada por etapas, modalidades e/ou níveis de ensino, tendo os gestores das instituições autonomia para avaliar o cumprimento das determinações dos órgãos competentes, cabendo a cada instituição a elaboração do Plano de Ação Pedagógica Complementar para o retorno à presencialidade, articulado com o Plano de Contingência.

O Plano de Ação Pedagógica Complementar deve ser elaborado para a reorganização do calendário escolar e deve estar em sintonia com o Plano de Contingência para Prevenção, Monitoramento e Controle da COVID-19 e com os critérios de criação dos Centros de Operações de Emergência em Saúde para a Educação no âmbito estadual – COE-E Estadual e na estrutura das instituições de ensino – COE-E Local. O Plano de Ação Pedagógica Complementar deve considerar aspectos como:

a) acolhida e reintegração social dos estudantes, profissionais da instituição e pais ou responsáveis/famílias;

b) garantia da sistematização, arquivamento e registro de todas as atividades domiciliares durante e/ou pós-pandemia;

c) organização do calendário escolar com atividades domiciliares, como alternativa para o cumprimento da carga horária mínima anual prevista na legislação;

d) formação continuada para os profissionais de educação, especialmente sobre o planejamento, a avaliação e o uso das TDICs;

e) realização de avaliação diagnóstica que possa identificar as aprendizagens efetivadas e as lacunas que precisarão ser recuperadas;

f) formas de busca ativa dos estudantes, durante e ao fim do período de suspensão das aulas, visto que a presença das crianças/estudantes na instituição é obrigatória, excetuando-se os que integram os grupos de risco ou que estejam em situação peculiar devidamente fundamentada e registrada de forma expressa na escrituração escolar individual, de acordo com as orientações da instituição de ensino/mantenedora;

g) reorganização do espaço físico do ambiente escolar quanto aos cuidados a serem tomados nos contatos físicos com os colegas de acordo com o disposto pelas autoridades sanitárias e

h) descrição dos espaços físicos e ambientes alternativos que serão usados neste tempo de excepcionalidade, desde que os mesmos estejam adequados a realização de atividades presenciais para a promoção de ensino-aprendizagem, e, desde que, necessariamente, contemplem os dispositivos exigidos nas legislações vigentes quanto à segurança.

2.7 – Quanto ao acolhimento no retorno à presencialidade:

A retomada à presencialidade deve ser feita de maneira controlada, zelando pela saúde e segurança da comunidade escolar e deve considerar estratégias de acolhimento de cuidados socioemocionais e prevenção física e mental de professores, demais profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis/famílias, como forma de superar os impactos psicológicos ao longo do período de isolamento social.

As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido (considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias), bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outras.

2.8 – Formação Continuada:

Considerando o momento de excepcionalidade provocado pela pandemia, o CEEd orienta as instituições de ensino e suas mantenedoras para, no Plano de Ação Pedagógica, darem continuidade e valorizarem os programas de formação continuada para professores e demais profissionais, proporcionando orientações, conhecimentos e subsídios pertinentes ao desenvolvimento da docência, dos serviços de apoio à docência e outras tarefas, neste novo contexto.

A formação continuada de professores, mediada ou não pelas ferramentas tecnológicas, deve ser desenvolvida, nesse momento de excepcionalidade, com vistas a atender as diferentes demandas e necessidades, tanto em relação à pandemia quanto em relação à atuação docente, valorizando instituições e/ou profissionais com experiência na formação de professores e infraestrutura tecnológica nas diversas áreas de conhecimento.

Destaca-se a necessidade do respeito à relação entre docentes e estudantes durante o processo escolar, especialmente nesse período de excepcionalidade, uma vez que essa relação tem sido desenvolvida em espaço privado e familiar.

3 – Quanto à Educação Básica

3.1 – Da Educação Infantil:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é um espaço pensado e organizado para as crianças, que precisa ser respeitado em suas especificidades, possibilidades e necessidades nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido, as atividades domiciliares, também neste tempo de excepcionalidade, precisam promover vivências e experiências que garantam os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na BNCC, no RCG e nos documentos orientadores de território, quando houver. Concretamente, importa que as instituições de ensino proporcionem diferentes vivências e experiências, mediadas pelos pais ou responsáveis/famílias e amparadas no Plano de Ação Pedagógica elaborado para este momento excepcional, com o objetivo primordial de assegurar o vínculo da criança com a instituição de ensino.

É fundamental manter a interação, através de diferentes formas de comunicação com as crianças e os pais ou responsáveis/famílias, bem como das crianças entre si, apoiadas em recomendações dos professores e demais educadores. Para tanto, é imprescindível que as instituições de ensino orientem os pais ou responsáveis/famílias sobre o período de excepcionalidade, bem como esclareçam as premissas pedagógicas previstas para este período, tanto para aquelas crianças que continuarem afastadas das atividades presenciais quanto para as que puderem retornar a presencialidade, quando isso for possível.

As atividades domiciliares, previstas nos termos do Parecer CEEd nº 001/2020, mediadas pelos pais ou responsáveis/famílias, podem ser consideradas neste tempo de excepcionalidade, decorrente da COVID-19, para compor o total da carga horária exigida, desde que a instituição de ensino cumpra o percentual mínimo de presencialidade previsto na legislação vigente. Caso haja alteração na legislação nacional sobre o tema, deve-se cumprir em sua integralidade, podendo o Conselho Estadual exarar nova manifestação, se necessário.

Destaca-se que as atividades domiciliares para a etapa da educação infantil devem levar em consideração as vivências e experiências que garantam os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento considerados essenciais, a partir da reorganização registrada no Plano de Ação Pedagógica Complementar, de acordo com a realidade local, ressaltando-se que o processo de validação será feito ao final do período de excepcionalidade, nos termos do item 8.5 do Parecer CEEd nº 001/2020 e deste Parecer, bem como de outras orientações, que eventualmente venham a ser exaradas acerca deste tema.

Destaca-se ainda o que diz o Parecer CNE/CP nº 05/2020:

No contexto específico da educação infantil também é importante ressaltar o que estabelece o inciso I do artigo 31 da LDB, onde a avaliação é realizada para fins de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Ou seja, especialmente nesta etapa, a promoção da criança deve ocorrer independentemente do atingimento ou não de objetivos de aprendizagem estabelecidos pela escola. Nessa fase de escolarização a criança tem assegurado o seu direito de progressão, sem retenção.

Ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), definidas na Resolução CNE/CEB nº 5/2009 e no Parecer CNE/CEB nº 20/2009, apontam a

avaliação como ato de repensar o trabalho pedagógico e as conquistas das crianças, e como diagnóstico para a tomada de decisões que garantam a continuidade e o replanejamento das atividades. Por isso, as atividades a serem realizadas com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, devem ser de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, em consonância com os campos de experiência constantes do currículo escolar, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças e evitando retrocessos cognitivos, corporais e socioemocionais.

3.2 – Do Ensino Fundamental:

No Ensino Fundamental, excepcionalmente neste ano letivo, quaisquer componentes curriculares podem ser trabalhados de forma não presencial, conforme dispõe o Art. 32, § 4º, da LDBEN, através de atividades domiciliares, mediadas ou não por TDICs. Nesse sentido, é importante ressaltar que:

- as atividades domiciliares propostas no Plano de Ação Pedagógica e/ou Complementar devem ser acompanhadas e registradas, de tal forma que possam estar disponíveis para autoridades competentes, caso solicitadas, bem como para o cômputo do total da carga horária obrigatória, de acordo com o processo de validação nos termos do item 8.5 do Parecer CEEd nº 001/2020, deste Parecer e outras orientações a serem, eventualmente, exaradas por este Conselho acerca do tema;

- no caso das classes de alfabetização do bloco pedagógico, em que é fundamental considerar a interação, as diferentes metodologias e a afetividade, a instituição de ensino, como responsável pelo processo, deve considerar os pais ou responsáveis/famílias como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, a fim de garantir as aprendizagens essenciais previstas no seu plano curricular para esse momento;

- é fundamental assegurar as especificidades no trabalho com as habilidades expressas no plano curricular de cada uma das séries, anos, módulos, etapas ou ciclos.

Importante destacar que o Ensino Fundamental é a etapa intermediária da Educação Básica com a maior duração, entre a Educação Infantil e o Ensino Médio. Nessa etapa, é iniciado processo de alfabetização da criança e, posteriormente, os conceitos introduzidos são consolidados e aprofundados em diferentes áreas do conhecimento.

Nos anos iniciais, do 1º ao 5º ano do Fundamental, o processo de alfabetização é iniciado em todas as dimensões, por meio de atividades lúdicas que proporcionam o desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional. A partir do 5º ano, o estudante inicia uma nova fase, ampliando o conhecimento, uma vez que é possível receber a mediação com diferentes professores. Os anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, têm como foco o aprofundamento e consolidação de objetivos e habilidades mais complexos, uma vez que os estudantes apresentam certa maturidade e terão continuidade dessa maior complexidade no Ensino Médio. Portanto, é necessário contemplar no Plano de Ação Pedagógica os diferentes olhares e intervenções específicas desta etapa.

3.3 – Do Ensino Médio:

No Ensino Médio, inclusive Ensino Médio Integrado e Normal em Nível Médio, quaisquer componentes curriculares podem ser trabalhados por meio das atividades domiciliares, com a mediação de recursos didáticos organizados de diferentes formas, facilitados ou não pelo uso de tecnologias de informação e comunicação.

3.4 – Da Educação Profissional:

Nos Cursos Técnicos e Especializações Técnicas de nível médio, excepcionalmente enquanto durar o estado de calamidade pública no RS, os componentes curriculares podem ser trabalhados de forma não presencial, conforme dispõe a LDBEN, através de atividades domiciliares, mediadas ou não por TDICs, considerando:

a) Estágios e Práticas: diante da complexidade do tema, destaca-se como necessário o cumprimento do proposto no Plano de Curso aprovado, podendo os estágios e práticas dos cursos técnicos e de especializações, onde for possível, serem realizados de forma não presencial, **exceto cursos técnicos e especializações técnicas de nível médio do eixo tecnológico ambiente e saúde, no âmbito da área profissional da Saúde**. (grifo nosso)

b) Avaliação *online* para cursos presenciais, a distância e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): em se tratando de estudantes em processo de avaliação nos cursos técnicos e especializações técnicas, cabe, nesta manifestação, referir a possibilidade prevista no Parecer CNE/CP nº 05/2020, item 2.10:

Cabe salientar que o processo de ingresso na oferta para atividades práticas não presenciais dos cursos técnicos, dependerá de regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Tendo em vista o exposto nesta seção, sugere-se para os cursos técnicos:

[...]

- substituição de atividades presenciais relacionadas à avaliação, processo seletivo, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação, adequado à infraestrutura e interação necessárias.

Ao admitir tais possibilidades referentes aos procedimentos de avaliação dos cursos técnicos e de especializações técnicas, este Conselho ressalta que os mesmos devem estar em consonância com o disposto na organização curricular definida em seus Planos de Curso. Do mesmo modo, destaca-se o necessário registro de todas as atividades desenvolvidas nesse período, reiterando-se, também, a necessidade de elaboração do Plano de Ação Pedagógica Complementar.

c) As instituições de Ensino cujo prazo de credenciamento e de recredenciamento, no que se refere à oferta de Cursos Técnicos e de Especialização Técnica, que vencem no ano de 2020, tem o prazo prorrogado por 12 meses.

d) As Instituições de Ensino credenciadas para oferta de Cursos Técnicos ou de Especialização Técnica, com prazo de 12 meses para o início das atividades dos Cursos, que esgotam no ano de 2020, tem o prazo prorrogado por 12 meses.

3.5 – Do Curso Normal:

No Curso Normal, excepcionalmente no período de pandemia, os componentes da formação geral básica e específica, podem ser desenvolvidos por meio de atividades domiciliares, de acordo com a LDBEN, mediadas ou não através de TDICs, e devem assegurar as competências gerais, as habilidades e os conhecimentos que são previstos no Plano de Estudos do Curso Normal, aprovado por este Conselho.

As práticas pedagógicas obrigatórias, durante todo o Curso Normal, destinam-se ao ensaio e exercício do planejamento, da execução e da avaliação do trabalho de regência de classe em situação real de sala de aula. O período de excepcionalidade constitui-se de uma real e especial oportunidade de aprendizagem de prática docente e poderá ser realizado em todos os anos do curso normal, neste período de aulas domiciliares, desde que o planejamento escolar contemple:

a) atividades que possibilitem ao estudante uma reflexão sobre prática docente e o apoio efetivo e sistemático para a reformulação de posicionamentos frente a problemas educacionais e frente a si mesmo como pessoa, como estudante e como professor;

b) atividades em que o estudante assista reuniões virtuais com relato de experiências de práticas docentes nas mais diversas ofertas e realidades da educação infantil e anos iniciais;

c) exercícios de planejamento interdisciplinar, associados a todas as áreas do conhecimento e que contemplem o desenvolvimento de competências e habilidades da BNCC/RCG;

d) estudo e utilização de metodologias de acordo com as necessidades e práticas de ensino, em especial, as possíveis neste momento emergencial e excepcional;

e) previsão de elaboração de estratégias para auxiliar os pais ou responsáveis/famílias de modo geral, bem como aqueles que possuem estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação;

f) elaboração de roteiros com práticas docentes;

f) utilização de ferramentas educacionais tecnológicas para a elaboração de atividades pedagógicas relacionadas aos planos de estudo da instituição de esnino, adotadas como referência para os estudos práticos;

g) estudo da Proposta Pedagógica da instituição de ensino referência.

O Estágio Obrigatório Supervisionado na etapa final do Curso Normal e do Curso Normal – Aproveitamento de Estudos pode, nesse momento excepcional, ter um mínimo de 75% da carga horária prevista no Plano de Estudos, legalmente aprovados por este Conselho, o que corresponde a 300 (trezentas) horas mínimas, previstas no artigo 65 da LDBEN.

As atividades domiciliares do Estágio Supervisionado podem ser realizadas desde que:

1 – O estudante estagiário seja orientado e supervisionado sistematicamente por professor orientador/supervisor de estágio da instituição de ensino onde o estagiário está matriculado;

2 – O estudante estagiário seja acompanhado pelo professor titular da turma em que realiza sua prática de ensino;

3 – O planejamento das atividades domiciliares, realizadas pelo estagiário em classe de Educação Infantil, garanta o desenvolvimento dos objetivos e direitos de aprendizagem;

4 – Na Educação Infantil, sejam oferecidas, aos pais ou responsáveis/famílias, orientações de atividades educativas de caráter lúdico, criativo, interativo, conforme os

campos de experiência constantes do currículo, para realizarem com as crianças neste período;

5 – O planejamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário, em classe de um dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, deve assegurar o desenvolvimento de competências através de conhecimentos e habilidades, previstas na BNCC/RCG, utilizando metodologias e abordagens educacionais apropriadas ao ensino não presencial;

6 – O planejamento semanal seja realizado em sintonia com os Planos Curriculares da Instituição de Ensino em que o estudante esteja realizando o estágio, observando necessariamente as orientações;

7 – Os estudantes estagiários sejam esclarecidos sobre as atividades domiciliares realizadas no período da pandemia;

8 – Os estudantes/estagiários sejam orientados para arquivar as atividades realizadas durante o período não presencial para acompanhamento, diagnóstico e avaliação, no retorno às atividades presenciais; e

9 – As ocorrências de qualquer natureza sejam devidamente comprovadas e registradas.

3.6 – Da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio:

Enquanto perdurar a situação de emergência sanitária que impossibilite as atividades escolares presenciais e consequente excepcionalidade, as medidas recomendadas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, na modalidade EJA, devem considerar as suas singularidades na elaboração de metodologias e práticas pedagógicas nos termos das normativas vigentes.

A registrar, em especial, a necessidade de harmonização dos objetivos de aprendizagem/habilidades ao mundo do trabalho, é imprescindível a valorização dos saberes não escolares e as implicações das condições de vida e trabalho dos estudantes. Recomenda-se que, respeitada a legislação e observando-se a autonomia e competência, as instituições de ensino dialoguem com os estudantes na busca pelas melhores soluções, tendo em vista os interesses educacionais dos estudantes e o princípio normativo de "garantia de padrão de qualidade". Pedagogia de projetos, incremento de apoio à infraestrutura das aulas e acesso à cultura e às artes podem ensejar estímulos às atividades, considerando-se ainda as especificidades do ensino noturno.

3.7 – Da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos técnicos na forma de Educação a Distância (EaD):

Este Conselho reitera, em se tratando da modalidade de EJA, na forma de Educação a Distância, situação em que já é prevista a flexibilização no que se refere à presencialidade, que durante o período de excepcionalidade, enquanto perdurar a pandemia, sejam permitidas avaliações a distância nestes cursos na condição de que não deixem de ser observadas as normas previstas na Resolução CEEd nº 343/2018, em especial em seu artigo 12, §3º.

Fica destacada e reiterada a imperiosa necessidade, já de conhecimento do Sistema, de entrega semestral das Atas de Resultados Finais, com a ressalva de, neste período de excepcionalidade, deixar registrado no campo "Observações", das respectivas Atas, o presente Parecer que autoriza as avaliações a distância. Nestas condições, podem ser

expedidos os documentos de conclusão, insistindo-se com a necessidade do devido registro de avaliações nas condições permitidas pelo presente Parecer.

As instituições de ensino que ofertam cursos de Ensino Fundamental – anos finais e de Ensino Médio na modalidade de EJA. na forma de Educação a Distância, cujos prazos de credenciamento e de recredenciamento vencem no ano de 2020, tem o prazo prorrogado por 12 meses.

3.8 – Da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Situação de Privação de Liberdade/Cumprimento de Medidas Socioeducativas:

Nesta manifestação ao Sistema de Ensino do RS, este Conselho reitera o disposto na Constituição Federal de 1988; na Lei federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA) e suas alterações; na LDBEN; na Lei federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 e na Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que fixou as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.

Este Conselho ratifica o expresso no Parecer CNE/CP nº 05: "*As sugestões relativas ao ensino fundamental e médio, na modalidade EJA, servem de parâmetros para a formulação das atividades educacionais aos que se encontram nos estabelecimentos penais ou em situação de privação de liberdade*".

Destaca ainda, do mesmo Parecer, à necessidade de observar o disposto no Parecer CNE/CEB nº 4, de 09 de março de 2010, e na Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010, acerca da oferta de educação nesta modalidade nos estabelecimentos penais, assim como a Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais e na Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que fixou as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.

3.9 – Da Educação Indígena, do Campo, Quilombola e Povos Tradicionais:

Reafirma-se, nesta orientação ao Sistema Estadual de Ensino do RS, o normatizado pelo Parecer CNE/CP nº 05/2020, no sentido de que as diversidades e singularidades das populações indígena, quilombola, do campo e dos povos tradicionais, tendo em vista as diferentes condições de acesso dos estudantes e a atribuição dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios (para organizar e regular medidas que garantam a oferta de recursos e estratégias para o atendimento dessas comunidades), com o objetivo de possibilitar a finalização do calendário de 2020, que as instituições de ensino possam ofertar parte das atividades escolares em horário de aula normal e parte em forma de estudos dirigidos e atividades nas comunidades, desde que estejam integradas ao projeto pedagógico da instituição, para garantir que os direitos de aprendizagem dos estudantes sejam atendidos, registrando sua organização no Plano de Ação Pedagógica.

A retomada das aulas pode seguir outras referências de ensino-aprendizagem, por meio da pesquisa e da extensão, atividades culturais, a depender do planejamento a ser feito pelos docentes, por cada série/ano/ciclo, considerando-se a possibilidade de turnos de aula ampliados, conforme deliberações a serem feitas em cada comunidade.

Observar a possibilidade de atividades de ensino na perspectiva da alternância, quando e onde isso for possível, é um mecanismo que mais se aproxima das realidades vivenciadas nas instituições de ensino por essas comunidades nos rincões continentais do Brasil. Com isso, diversificando-se períodos escolares durante o ano letivo, é possível

ajustar e oferecer condições básicas para a sua realização, através do plano pedagógico próprio de cada Instituição de ensino ou comunidade.

3.10 – Da Educação Especial:

Este Conselho, usando de suas prerrogativas de liberdade e regulação própria, insiste na busca de medidas às Instituições de Ensino e suas Mantenedoras para que o atendimento dos estudantes da Educação Especial, apesar de todas as dificuldades impostas neste período de pandemia e excepcionalidade, ocorra com padrão de qualidade.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por professores regentes e especializados, em articulação aos pais ou responsáveis/famílias para a organização das atividades domiciliares a serem realizadas.

Os professores do AEE devem atuar com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas aos pais ou responsáveis/famílias e apoios necessários. Eles também devem dar suporte às Instituições de Ensino na elaboração de Planos de Desenvolvimento Individualizados (PDI), segundo a singularidade dos estudantes a serem disponibilizados e articulados com os pais ou responsáveis/famílias, assim como integrar-se à elaboração do Plano de Ação Pedagógica Complementar.

As atividades domiciliares aplicam-se aos estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Portanto, é extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendidos pela modalidade de Educação Especial. As atividades domiciliares, mediadas ou não por TDICs, devem adotar medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da Educação Básica e Superior onde estejam matriculados.

4 – Da Educação Superior

Tendo em vista suas atribuições referentes à Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino, em especial a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), este Conselho orienta que:

4.1 a UERGS, instituição multicampi, dentro de sua prerrogativa de autonomia Universitária, pode regrar e produzir diretrizes que permitam nortear o trabalho docente e participação discente, quanto aos procedimentos necessários para efetivação de semestres em formato não presencial, enquanto perdurar estado de calamidade pública decretado;

4.2 com base no disposto no Parecer CNE/CP nº 05/2020, especialmente no seu item 2.15, na Portaria MEC nº 544, do Ministério da Educação, de 16 de junho de 2020, que revogou as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020, a UERGS, no ano de 2020 e enquanto permanecer a excepcionalidade, deve-se manter as aulas em formato não presencial com auxílio de recursos digitais e tecnológicos, com dias letivos adequados as suas necessidades, observada a efetivação da carga horária necessária;

4.3 – a UERGS, ao reorganizar seu planejamento acadêmico do calendário, deve realizar com participação da comunidade acadêmica e, posteriormente submeter à aprovação do seu Conselho de Ensino, Pesquisa. Tais alterações, as quais contemplem as

formas e meios de continuidade das atividades acadêmicas, devem ser informadas a este Conselho e

4.4 – os prazos concedidos nos atos de reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação são automaticamente prorrogados por 12 meses, ampliáveis, se necessário for, até o final do período de excepcionalidade, em decorrência do estado de calamidade pública devido à crise sanitária.

5 – Prazos

O CEEd orienta que as Instituições de Ensino verifiquem os atos exarados por este Conselho, com prazos a vencer durante o período de excepcionalidade, para considerar nova vigência destes prazos, nos termos deste Parecer.

Orienta ainda que a instituição de ensino com ato de credenciamento e autorização de curso, aprovado por este Conselho, no ano de 2019, com o prazo de 12 meses para iniciar o curso, excepcionalmente, passa a ter mais 12 meses para iniciar a oferta do curso.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas, em relatoria conjunta com as Comissões de Ensino Médio e Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, concluem por:

a) orientar as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre a reorganização do Calendário Escolar e o desenvolvimento das atividades escolares em razão da Covid-19, nos termos deste Parecer;

b) determinar a prorrogação de prazos estabelecidos em atos exarados por este Conselho, conforme disposto nos subitens 3.4, 3.7, 4.4 e item 5 deste Parecer.

Em 07 de julho de 2020.

Antônio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Ruben Werner Goldmeyer – relator
Sani Belfer Cardon – relator
Simone Goldschmidt – relatora
Lucia Camini – relatora
Ana Rita Berti Bagestan – relatora
Beatriz Edelweis Steiner Assmann – relatora
Gabriel Grabowski – relator
Hilário Bassotto – relator
Raul Gomes de Oliveira Filho – relator

Aprovado, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 08 de julho de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

Parecer CEEd nº 003/2020

Processo nº 20/0801-0001523-6

Manifesta-se contrário ao Projeto de Lei nº 170/2019 que tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - AL/ RS, o qual dispõe sobre a educação domiciliar.

RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação – CEEd/RS, no exercício das suas atribuições como órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo do Sistema Estadual de Ensino, recebeu Processo nº 20/0801-0001523-6, contendo Ofício nº 012/2020/SL/DAL, de 15 de julho de 2020, com pedido de Diligência da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia acerca do Projeto de Lei (PL) nº 170/2019, que dispõe sobre educação domiciliar e dá outras providências. Em virtude dessa solicitação, o CEEd estabeleceu estudos no âmbito das Comissões de Ensino sobre o tema, incluindo também, ações junto ao Grupo de Estudos e Debates Permanente do Regime de Colaboração (GEDP RC), vinculado à Comissão Especial do Regime de Colaboração (CERC) do Conselho Estadual de Educação.

ANÁLISE DA MATÉRIA

O CEEd reconhece que o parlamento é um espaço institucional importante e legítimo de discussão dos temas da Educação. No entanto, com relação ao PL nº 170/2019, manifesta-se contrário pelas razões e fundamentos explicitados neste parecer, como segue.

Preliminarmente, é importante registrar que a matéria educação domiciliar[1] já suscitou manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de Recurso Extraordinário (RE), oriundo de mandado de segurança impetrado pelos pais de uma menina de 11 anos contra ato da Secretária de Educação do Município de Canela/RS, que negou pedido para que fosse educada em casa, orientando-os a fazer a matrícula na rede regular de ensino. Reconhecida a repercussão geral da matéria, o STF julgou o RE nº 888.815 em 12/09/2018, negando por maioria provimento ao referido recurso, vencidos o Ministro Roberto Barroso (Relator) e, em parte, o Ministro Edson Fachin. Portanto, a matéria encontra-se pacificada pela Suprema Corte.

Há três aspectos que merecem ser destacados, com relação à matéria envolvendo o PL em comento: a) a constitucionalidade e a legalidade; b) o processo pedagógico; c) os efeitos da educação domiciliar no sistema estadual de ensino.

Quanto ao primeiro aspecto destacado, é importante referir o artigo 208, parágrafo 3º, da Constituição Federal, ao estabelecer que "Compete ao Poder Público recensear os

[1] Também camada "ensino doméstico**"**, "*homeschooling*" e "desescolarização**".**

educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, **pela frequência à escola"** (grifo nosso). Portanto, a frequência à escola impõe como dever, não apenas da família, mas especialmente do Poder Público. A Lei nº 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigo 5º, inciso III, é ainda mais impositiva quanto ao dever do Poder Público, incumbindo-lhe a tarefa de "zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela **frequência à escola"** (grifo nosso).

Com relação à obrigatoriedade da matrícula em estabelecimento de ensino pelos pais, a LDB determina, no artigo 6º, que "é dever dos pais ou responsáveis **efetuar a matrícula das crianças na educação básica** a partir dos 4 (quatro) anos de idade" (grifo nosso). Ou seja, por óbvio, trata-se do dever da família de matricular as crianças na rede regular de ensino e não apenas dar assistência educacional no respectivo domicilio residencial. Essa obrigatoriedade da matrícula em instituição da rede escolar fica ainda mais reforçada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069/1990, no artigo 55, ao determinar que "os pais ou responsável têm a obrigação de **matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino"** (grifo nosso).

O PL na forma apresentada, ao reduzir a educação ao âmbito familiar, suprime do processo educativo um dos importantes princípios da educação formal: a sua função socializadora que contribui para o exercício da cidadania ativa. A educação é direito e dever da família e do Estado, portanto, "deve ser implementada coletivamente", como afirmou o Ministro Ricardo Lewandowski durante o debate da matéria no STF. Esse entendimento de que a educação deve ser um processo coletivo está consolidado no artigo 205 da Constituição Federal, textualmente:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com **a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso).

A negativa de acesso do aluno ao espaço escolar traz prejuízos no campo pedagógico, sociocultural e protetivo. Restrito ao âmbito domiciliar, o aluno fica privado do convício social com outros jovens, professores e funcionários, bem como, do pluralismo pedagógico que a escola oferece. A escola é parte importante da rede de proteção à Criança e ao Adolescente, inclusive contra a violência familiar. É nela que professores atentos fazem o diagnóstico e comunicam ao Conselho Tutelar situações de violência doméstica. A ausência à escola deixa mais vulneráveis as crianças e adolescentes – especialmente das famílias das classes populares – à exploração do trabalho infantil doméstico, à mendicância, ao comércio informal nas ruas ou mesmo à exploração sexual.

Portanto, a privação do convívio escolar implica na supressão de um espaço de proteção e de uma experiência fundamental na formação integral da criança e do adolescente, o que pode ter consequências nocivas à sua formação como cidadãos em fase de peculiar desenvolvimento. Como espaço de socialização, a escola, além de exercer a sua função clássica de ensinar a ler, a escrever e a contar, propicia o ensino de valores, de atitudes e de regras e parâmetros de convivência que, por ela passam. Além disso, cumpre uma importante função de intermediária entre a família e a vida social. É de se perguntar: na ausência da escola, que instituição cumpriria esse papel?

Em relação ao processo pedagógico é de se destacar o disposto no Parecer CNE/CEB nº 7/2010:

> A escola de Educação Básica é espaço coletivo de convívio, onde são privilegiadas trocas, acolhimento e aconchego para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre si e com as demais pessoas. É uma instância em que se aprende a valorizar a riqueza das raízes culturais próprias das diferentes regiões do País que, juntas, formam a Nação.
>
> Cabe, pois, à escola, diante dessa sua natureza, assumir diferentes papéis, no exercício da sua missão essencial, que é a de construir uma cultura de direitos humanos para preparar cidadãos plenos. A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens exercidas por pessoas: de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção "transgressora", porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional.

Esse espaço coletivo, chamado escola, exerce uma função social onde há lugar para todos numa relação solidária, de cuidado, de trocas, de compartilhamento. É o espaço fundamental voltado à formação plena dos seus estudantes, pois é nela que se desenvolvem suas vivências e aprendizagens, por meio da troca de saberes e experiências, é na escola que se extrai o processo de humanização, fundamental para formação de sujeitos solidários.

Quanto aos documentos legais do processo pedagógico observa-se que não há espaço para o ensino domiciliar e sim para a construção coletiva no espaço escolar da qual se destaca:

- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo, aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define no § 1º do Artigo 1º da LDB e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNGEB).

- O Referencial Curricular Gaúcho (RCG) aprovado por meio da Resolução CEEd nº 345, de 19 de dezembro de 2018, que em seu Art. 3º reafirma a obrigatoriedade para **todos os estabelecimentos de ensino integrantes do território estadual**, seja para os pertencentes ao Sistema Estadual ou Sistemas Municipais, que, por meio de suas entidades representativas – União dos Dirigentes Municipais de Educação do RS (UNDIME/RS) e União dos Conselhos Municipais de Educação do RS (UNCME/RS) aderiram ao processo de construção do RCG, em Regime de Colaboração, para adequação ou elaboração de suas Propostas Pedagógicas/Projetos Político-Pedagógicos e dos currículos **das unidades escolares**, podendo, no exercício de sua autonomia, adotar formas de organização e progressão que julgarem necessárias, atendidos o Referencial Curricular e as normas estabelecidas pelo respectivo Sistema de Ensino.

Quanto aos efeitos da eventual aprovação da educação domiciliar nos termos do PL nº 170/ 2019, sua transformação em lei encerra sérios riscos para os sistemas de ensino do

RS dos quais destacamos: a pulverização dos escassos recursos educacionais, a fragmentação do processo educacional, o agravamento do quadro de evasão escolar disfarçada de ensino domiciliar.

O PL nº 170/2019 atribui aos Conselhos Tutelares (CT) função fiscalizadora na educação domiciliar, mesmo que limitadas às suas competências, agregando tarefa específica ao que dispõe a Lei Federal nº 8.069/1990. Atribui, ainda, à Secretaria Estadual de Educação e às Secretarias Municipais de Educação o dever de fiscalizar as atividades realizadas no âmbito da educação domiciliar, o que obviamente não será feito sem custos extraordinários para tais executivos, pois exige a alocação de recursos humanos e materiais, agravando, ainda mais os já insuficientes orçamentos disponíveis para o atendimento à demanda ordinária das respectivas redes de ensino. Cabe destacar também, as dificuldades no acompanhamento, controle, e a avaliação dessa oferta de ensino para assegurar a qualidade do processo educativo.

Essa incidência direta no orçamento e na estruturação das Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios pode configurar invasão de competência reservada aos Executivos em confronto com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, artigo 60, inciso II, alínea "d" que reserva como competência privativa do Governador do Estado a "criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública", e, por simetria, com o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea "b" da Constituição Federal.

A responsabilidade pública pela educação passa pela defesa da escola para todos. A opção de não enviar seus filhos à escola tem como premissa que a família tenha o domínio dos saberes escolares ou condições financeiras para contratar um professor particular que substitua a escola. Boa parcela da população, mesmo sem essas condições intelectuais e econômicas, poderia optar pela educação domiciliar, favorecendo o aumento da evasão escolar e da desigualdade social.

Por fim, é importante fazer referência aos riscos de aprovação da matéria neste momento. Vivemos um período de pandemia mundial determinada pela eclosão da Covid-19 que impôs o fechamento das escolas, como medida de acautelamento e redução do ritmo célere de disseminação do vírus. Esse atendimento domiciliar por meio virtual caracteriza-se, portanto, como medida excepcional determinada exclusivamente por razões de saúde pública. Como tal, essa excepcionalidade se extinguirá no momento da cessação da epidemia, retomando-se o funcionamento das escolas e o atendimento presencial.

Em nada se confunde com a situação suscitada pelo PL nº 170/ 2019 que pretende instituir, de forma permanente, a educação domiciliar a critério dos pais, desobrigando-os do dever de matricular os filhos na rede escolar, incorrendo em todas as inconformidades e consequências anteriormente apontadas.

Além disso, registre-se, a inoportunidade de aprovação que impede ou restringe o funcionamento regular das instituições públicas, privadas ou comunitárias, especialmente ligadas à educação, demandando concentração de esforços da comunidade escolar, das instituições de ensino e das autoridades educacionais do Estado e do país.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, o Conselho Estadual de Educação, por meio de seu Colegiado, nos termos desse parecer manifesta-se contrário à Educação Domiciliar proposta no PL nº 170/ 2019, que tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - AL/RS.

Em 11 de setembro de 2020.

Antônio Maria Melgarejo Saldanha - relator
Raul Gomes de Oliveira Filho- relator
Ruben Werner Goldmeyer- relator

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 30 de setembro de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

Parecer CEEd nº 004/2020

Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS sobre os procedimentos a serem adotados para a integralização da carga horária do ano letivo de 2020 e o replanejamento curricular de 2020/2021, nos termos da Lei federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 e sua respectiva regulamentação.

RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, exara o presente Parecer orientando as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre os procedimentos a serem adotados para a integralização da carga horária do ano letivo de 2020 e o replanejamento curricular de 2020/2021, considerando que:

a) O Governo Federal publicou no DOU, de 19 de agosto de 2020, a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que "Estabelece Normas Educacionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020," e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

b) O Decreto Estadual nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que "Estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimento de ensino situadas no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de

10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências";

c) O Decreto Estadual nº 55.539, de 09 de outubro de 2020, "Fica alterado o Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situadas no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências";

d) O Decreto Estadual nº 55.566, de 8 de novembro de 2020, "Fica alterado o Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências";

e) O Decreto estadual nº 55.591, de 24 de novembro de 2020, " Fica alterado o Decreto nº 55.465, de 5 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências" e

f) O Parecer CNE/CP nº 19, aprovado em 08 de dezembro de 2020 e publicado no DOU, de 10 de dezembro de 2020, cujo teor é o Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

g) A Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, publicada no DOU, de 11 de dezembro de 2020, que Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Com base na legislação vigente, considerando o impacto da pandemia decorrente da COVID-19 e as variáveis que precisam ser consideradas, diante dos inúmeros questionamentos relacionados à integralização da carga horária do ano de 2020 e o replanejamento curricular de 2020/2021, este Conselho complementa as orientações exaradas pelos Pareceres 001/2020 e 002/2020, em consonância com os dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto 2020 e sua regulamentação.

ANÁLISE DA MATÉRIA

Nos termos dos Pareceres CEEd/RS nº 001 e 002/2020, bem como dos Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovados no Conselho Pleno (CP) nº 05, 09, 11, 19 e, considerando:

- a necessidade de se garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, de acordo com o Art. 206, inciso I, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988);

- a excepcionalidade da realização de atividades domiciliares ou atividades pedagógicas não presenciais, durante o ano letivo de 2020, bem como a desigualdade nas condições materiais dos estudantes para a realização dessas atividades fora da escola, e

- a possibilidade de utilizar o conceito de reordenamento da trajetória escolar em um *continuum* de dois anos/séries, constante na Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o CEEd/RS orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino:

2.1 - Reorganização do calendário escolar para integralização da carga horária do ano de 2020

No âmbito da Educação Básica, as instituições de ensino encontram-se dispensadas dos duzentos dias letivos, conforme o disposto na Lei N.º 14.040/2020, mantendo a obrigatoriedade do cumprimento da carga mínima anual de 800 horas, conforme o Inciso I, Art. 24 da LDB 9394/96.

Para a Educação Infantil observe-se o que preceitua o inciso I, do Art. 2º, da Lei nº 14.040/2020, ou seja, todas as instituições que ofertam a Educação Infantil estão excetuadas do cumprimento dos dias letivos e da carga horária mínima anual nesta etapa, reiterada a normatização prevista pelo Parecer CEEd/RS 002/2020.

Na organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio, bem como do Curso Normal, há que se respeitar a carga horária mínima anual para a Educação Básica e aquela definida para os respectivos cursos, tendo como fundamento o Parecer CEEd/RS nº 002/2020.

Na organização do calendário para a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública, regulada por esta norma, reitera-se o disposto no § 2°, do Art. 23, da LDB e a dinâmica pedagógica ligada ao seu cumprimento, devendo reforçar a relevância dos objetivos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e do Documento Orientador de Território para Educação Infantil e Ensino Fundamental, evidenciando-se os seguintes pressupostos:

I - possibilidade da adoção de regimes diferenciados de organização curricular, a exemplo da alternância de períodos de estudos, ciclos plurianuais, tutoria de roteiros de estudos, ou de projetos, séries anuais, grupos não-seriados com base na idade e em outros critérios, períodos específicos como bimestres, trimestre, módulos estruturados, blocos programados, dentre outros, conforme planejado no Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar.

II - adesão às atividades domiciliares já normatizadas pelos Pareceres CEEd/RS nº 001 e nº 002/2020, desde que planejadas e devidamente registradas no Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar.

III - participação da comunidade escolar das instituições de ensino na organização e definição dos respectivos calendários, sob a predominância do princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência dos estudantes, fixado no Art. 206 da Constituição Federal.

O cumprimento do disposto neste item fica subordinado:

a) na Educação Básica, ao processo educativo que visa ao atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, previstos para cada etapa de ensino, expressos nas competências previstas na BNCC/RCG e no Documento Orientador de Território, desdobradas nas propostas pedagógicas e nos currículos das instituições de ensino, bem como nas Diretrizes Curriculares e Operacionais Nacionais, considerando a excepcionalidade, conforme as aprendizagens essenciais previstas no Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar.

b) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Curso Normal, ao processo educativo que visa ao desenvolvimento de competências profissionais previstas nos respectivos Planos de Curso e Planos de Estudos, nos termos das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

2.2 - Replanejamento curricular para 2020/2021

Quanto ao replanejamento curricular para o ano de 2020/2021 seguem as orientações referente às etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e suas modalidades:

2.2.1 - Para a Educação Infantil

Diante da dispensa na Educação Infantil do cumprimento dos 200 dias letivos e carga horária, as instituições de ensino, ao ofertar as atividades domiciliares previstas no Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar, devem contemplar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da Educação Básica, com orientações e sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com as crianças em seus lares, durante o período de isolamento social/distanciamento social, devido ao menor grau de independência e autonomia nesta fase.

Os processos pedagógicos não presenciais devem priorizar atividades de estímulo cognitivo e socioemocional e experiências lúdicas com espaço para brincadeiras e estimulação de habilidades específicas, propostas nos campos de experiência pela BNCC.

Destaca-se que, no caso da Educação Infantil, não há qualquer possibilidade demarcada na legislação educacional brasileira de retenção nesta etapa de ensino, uma vez que a organização é exclusivamente por idade, mesmo critério para o acesso ao ensino fundamental.

As orientações da instituição escolar devem ser dadas diretamente às famílias, a partir de intensa interação entre o cuidar e o educar, viabilizada por articulação sistemática

entre os profissionais da escola e a família, ou mediadores familiares, preservando os vínculos entre eles.

2.2.2 - Para o Ensino Fundamental e Ensino Médio e suas modalidades

As atividades domiciliares desenvolvidas no Ensino Fundamental e Ensino Médio deverão ser registradas de forma a assegurar o cumprimento da carga horária estabelecida na legislação que versa sobre a matéria.

Considerando que a implantação das atividades não presenciais durante o período de isolamento social podem afetar de modo desigual a aprendizagem dos estudantes e, no intuito de garantir a continuidade deste processo no desenvolvimento das competências e habilidades, a escola poderá no ano subsequente:

I - optar pelo *continuum* curricular que se refere à ampliação do ano letivo de 2021 para desenvolver o Plano Curricular previsto para 2020 e, ainda, o previsto para o ano letivo de 2021;

II - criar estratégias para suprir possíveis lacunas de aprendizagem dos estudantes na continuidade da trajetória escolar, sem adoção do *continuum* curricular.

O co*ntinuum* curricular refere-se à possibilidade de continuidade do currículo previsto para os estudantes em 2020, tendo em vista que nesse ano foram definidas por meio do Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar aprendizagens essenciais possíveis por conta da excepcionalidade vivida pela pandemia e que não permitiu o desenvolvimento de todas as habilidades e competências previstas.

O *continuum* curricular não se aplica aos anos de terminalidade: 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ou 4º anos do Ensino Médio, sendo necessárias medidas específicas para a conclusão plena do ano letivo de 2020, de modo a assegurar aos estudantes a possibilidade de término da respectiva etapa da Educação Básica, e a garantir a continuidade de etapa/nível ou unidade escolar, e de acesso ao Ensino Médio e Cursos Técnicos de Nível Médio ou à Educação Superior, conforme o caso. Também não se aplica ao 5º ano nas escolas que ofertam somente até este ano.

Fica autorizada, em caráter excepcional, e condicionada à disponibilidade de vagas na rede pública, a alternativa de períodos de estudos de até 1 (um) ano escolar suplementar, para os estudantes dos anos de terminalidade: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, bem como 3 º ou 4º anos do Ensino Médio, no ano letivo subsequente ao afetado pelo estado de calamidade pública referido, recomendando-se a aplicação do replanejamento curricular nos termos deste Parecer, permitida a concomitância do período de estudos suplementares com a matrícula no ano subsequente, sob coordenação da instituição de ensino.

Quanto à avaliação para conclusão do ano letivo de 2020, as escolas devem levar em conta o seu Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar e o que efetivamente foi oferecido e realizado pelos estudantes, envidando todos os esforços para a continuidade da trajetória escolar e redução da reprovação e do abandono. O maior desafio é reconhecer o esforço dos estudantes e das equipes para garantir o processo de aprendizagem durante a pandemia, bem como reconhecer as desigualdades de acesso à tecnologia, em especial, por razões socioeconômicas.

Quando ocorrer a transferência de estudantes, a escola de destino deve respeitar as informações contidas no Histórico Escolar procedendo ao aproveitamento de estudos, podendo incluir ações e estratégias de recuperação de aprendizagens, caso necessário. Durante o período de excepcionalidade, o Histórico Escolar de transferência deve ser acompanhado de documento descritivo do conjunto de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Educação Infantil, ou habilidades e competências para o Ensino Fundamental e Ensino Médio trabalhadas no período. Nos casos de transferência escolar "do ano/série em curso", a escola de destino deve proceder por meio de avaliação diagnóstica/formativa, a classificação ou reclassificação dos alunos, conforme o caso, evitando prejuízo da trajetória escolar.

2.3 - Registros nos Planos de Ação Pedagógica e/ou Planos de Ação Pedagógica Complementar

Tendo em vista a necessidade de registro nos Planos de Ação Pedagógica e/ou Planos de Ação Pedagógica Complementar que garanta o cumprimento da carga horária anual prevista seguem orientações sobre a carga horária e o replanejamento curricular.

2.3.1. Sobre a carga horária

A normatização da reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, para fins do cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, especialmente em seus arts. 22 a 28, 31, 34, 36, 36-D e 39, é de competência de cada sistema de ensino.

No Sistema Estadual de Ensino do RS o cumprimento da carga horária mínima prevista pode ser por meio de uma, ou de mais, das seguintes alternativas:

I – reposição da carga horária de modo presencial ao final do período de emergência;

II – cômputo da carga horária de atividades domiciliares, realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares; e

III – cômputo da carga horária de atividades domiciliares (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de modo concomitante com o período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades.

Para o cumprimento das 800 horas, admite-se estendê-las para o ano civil seguinte, de forma presencial ou não presencial, mediante programação de atividades escolares, incluindo o contraturno ou datas programadas no calendário escolar como dias não letivos (sábados, recessos...), entre outras possibilidades. Alerta-se que, para dar início ao ano letivo de 2021, o ano letivo de 2020 deve estar encerrado.

2.3.2. Sobre o replanejamento curricular

É garantida a autonomia para a reorganização dos calendários e para o replanejamento curricular das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS, desde que essa reorganização escolar:

a) assegure formas de alcance por todos os estudantes, das aprendizagens essenciais previstas no Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar;

b) possibilite o retorno gradual das atividades presenciais dos estudantes e profissionais da educação na instituição de ensino, seguindo as orientações e protocolos definidos pelas autoridades sanitárias locais;

c) preveja, na reposição da carga horária presencial, períodos de intervalos para recuperação física e psicológica dos professores e estudantes, considerando períodos, ainda que breves, de recesso escolar, férias e fins de semana;

d) observe o direito de guarda dos dias em que, segundo os preceitos da religião do estudante, sejam vedadas atividades, nos termos do art. 7º-A da LDB, no exercício da liberdade de consciência e de crença, bem como prever, para os profissionais da educação, o mesmo direito, com a prestação alternativa de trabalho;

e) registre detalhadamente as atividades domiciliares desenvolvidas em cada instituição de ensino durante a suspensão das aulas presenciais, o que é fundamental para a reorganização e o cômputo das 800 (oitocentas) horas mínimas exigidas pela legislação vigente e conforme prevê o Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar;

f) organize, durante o período de isolamento e quando estabelecido o retorno das atividades presenciais, processo próprio de avaliação formativa ou diagnóstica dos estudantes, a critério dos sistemas, redes e instituições de ensino;

g) observe atentamente os critérios de promoção do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ou 4º anos do Ensino Médio, em todas as suas modalidades de oferta, por meio de avaliações, projetos, provas ou exames que cubram, rigorosamente, somente os conteúdos e objetivos de aprendizagem que tenham sido efetivamente cumpridos pelas escolas.

2.4 - Registros da continuidade da trajetória de aprendizagem dos estudantes (continuidade do currículo 2020 em 2021)

Importante destacar que o Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar inclua, além dos itens previstos nos Pareceres CEEd nº 001 e 002/2020, os seguintes aspectos:

I) avaliação formativa e/ou diagnóstica do processo de aprendizagem, promovida no âmbito de cada instituição de ensino, em todos os níveis, etapas, formas e modalidades de ensino, conforme suas necessidades, durante o período de isolamento e no processo de retorno gradual às atividades presenciais, quando autorizadas pelas autoridades locais;

II) utilização dos resultados das avaliações formativa e diagnóstica, realizadas durante o período de suspensão das atividades presenciais, para orientar programas de recuperação da aprendizagem presencial ou não presencial, promovida em cada escola, conforme estratégias definidas pelos gestores escolares, de acordo com o seu replanejamento (reorganização, replanificação) pedagógico e curricular no retorno às atividades presenciais;

III) recuperação das aprendizagens presenciais ou não presenciais, promovidas no âmbito de cada instituição de ensino, em todos os níveis, etapas, formas e modalidades de ensino, conforme estratégias definidas pela equipe pedagógica, de acordo com o seu replanejamento pedagógico e critérios de avaliação adotados pela instituição de ensino;

IV) redefinição de critérios de avaliação para continuidade curricular da trajetória dos estudantes, no que tange a mudanças nos currículos e na carga horária, conforme normas e protocolos locais, sem comprometimento do alcance das metas constitucionais e legais, quanto ao aproveitamento para a maioria dos estudantes, às habilidades e competências (objetivos de aprendizagem e desenvolvimento), e à carga horária, na forma flexível, permitida por lei e pelas peculiaridades locais;

V) utilização de um *continuum* curricular 2020-2021, para os estudantes que não se encontram em final de ciclo, de modo a garantir o acesso ao plano curricular inicialmente previsto para o ano letivo de 2020.

2.5 - Retorno às atividades presenciais

Quanto ao retorno às atividades presenciais, desde que em conformidade com os protocolos de segurança sanitária, este Conselho reitera a necessidade de:

I – realizar avaliação formativa e diagnóstica de cada estudante por meio da observação do desenvolvimento em relação às aprendizagens essenciais desenvolvidas com as atividades domiciliares e identificar as lacunas de aprendizagem;

II – observar os critérios e mecanismos de avaliação diagnóstica definidos para o período excepcional, considerando as especificidades do currículo proposto pelas respectivas instituições de ensino;

III – garantir o registro da situação dos estudantes ao final do ano letivo de 2020 definidos no Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar, considerando as aprendizagens essenciais efetivamente cumpridas pelas instituições de ensino, de modo a garantir a integralização curricular e minimizar o abandono escolar;

IV – realizar a avaliação formativa e diagnóstica da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também na transição para os anos finais;

V – observar atentamente os critérios de promoção dos anos de terminalidade: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ou 4º ano do Ensino Médio, por meio de avaliações, projetos, provas ou exames que cubram rigorosamente os conteúdos e objetivos de aprendizagem que tenham sido efetivamente cumpridos pelas escolas;

VI – observar a possibilidade de um *continuum* curricular 2020-2021, conforme disposto neste Parecer, de modo a garantir a integralização curricular para todos os estudantes; e

VII – utilizar os resultados das avaliações formativa e diagnóstica que deverão orientar programas de recuperação da aprendizagem na forma presencial ou não presencial, promovida em cada instituição de ensino, conforme os critérios definidos no replanejamento pedagógico e curricular no retorno às atividades presenciais.

Este Conselho reafirma a impossibilidade de alteração do Regimento Escolar ao longo do presente ano letivo, permitindo somente o acima previsto com vistas a resguardar as decisões para o período excepcional, não sendo consideradas alterações no Regimento Escolar e nos documentos escolares que regem a organização curricular da instituição de ensino.

2.6 - Comunicação com a comunidade escolar

Os registros das decisões de cada instituição de ensino, em conformidade com as orientações de sua mantenedora, devem estar descritas no Plano de Ação Pedagógica e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar e comunicadas pela Equipe Diretiva e Pedagógica à comunidade escolar, esclarecendo e fundamentando as escolhas realizadas durante este período de excepcionalidade, bem como as possibilidades de garantir ao estudante a continuidade na sua trajetória escolar.

Ficam também as mantenedoras e as instituições escolares responsáveis pela comunicação e ampla divulgação dos calendários, protocolos sanitários e planejamento de reabertura das atividades presenciais e o modo de operacionalização das atividades não presenciais, tendo em vista suas peculiaridades.

A comunicação e a divulgação podem ser realizadas por meio eletrônico, em sítios oficiais dos órgãos públicos, desde que produzam efeito profícuo no público em geral e, em especial, para os seus estudantes e famílias.

2.7 - Educação Superior

Na Educação Superior, o processo educativo visa ao desenvolvimento de competências previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e nos projetos pedagógicos e currículos dos cursos das instituições de ensino.

As Instituições de Educação Superior (IES) possuem autonomia para definir seus calendários acadêmicos, desde que respeitada a pertinente legislação, e observadas as DCNs e as regras estabelecidas em seus regimentos internos ou estatutos.

No período de estado de calamidade pública, em caráter excepcional, as IES ficam dispensadas da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei nº 14.040/2020, dos Pareceres CNE/CP nº 5/2020 e CNE/CP nº 11/2020, desde que observadas as DCNs e as normas editadas pelo Sistema Estadual de Ensino nos termos dos Pareceres CEEd/RS 001 e 002/2020, e, ainda, desde que mantida a carga horária prevista na organização curricular para cada curso e que não haja prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão.

Na Educação Superior devem ser mantidas as cargas horárias previstas pela organização curricular de cada curso, reiteradas as normativas nacionais concernentes a cada um deles e, especialmente, o disposto na Resolução CEEd/RS nº 323/2012, com destaque para as orientações pertinentes aos cursos, procedentes de órgãos da gestão superior das instituições.

Podem ser desenvolvidas atividades domiciliares vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária, subordinadas à manutenção do disposto nas DCNs para cada curso, observada a carga horária indicada ou referenciada.

A flexibilidade de que trata o item anterior deve ensejar a execução, por parte da IES, do planejamento do ano letivo de 2020, no sentido de organizar os objetivos de aprendizagem previstos, inclusive os decorrentes de atividades práticas, extensão e estágios.

2.8 - Orientações pedagógicas para o Planejamento 2021

Diante da situação emergencial e da necessidade de qualificar o processo pedagógico dos estudantes, as instituições de ensino podem optar pelo *continuum* curricular no ano de 2021 ou criar estratégias para suprir possíveis lacunas de aprendizagem dos estudantes na continuidade da trajetória escolar, sem adoção do *continuum* curricular, com o objetivo de garantir o desenvolvimento das habilidades e competências da BNCC/RCG e do Documento Orientador de Território.

Nesse sentido, este Conselho indica que as escolas identifiquem o processo de participação dos estudantes de acordo com os seguintes critérios:

I - aqueles que participaram ativamente;

II- aqueles que participaram parcialmente;

III- aqueles que participaram minimamente;

IV- aqueles que não participaram.

A partir desta classificação e, após a realização da avaliação diagnóstica/formativa no início do ano/série seguinte, as escolas podem definir/elaborar as estratégias necessárias para garantir a aprendizagem e sanar as lacunas decorrentes do ano de excepcionalidade. Ressalta-se a importância dos registros.

O planejamento para o ano letivo de 2021 deve ter como ponto de partida para sua organização o Plano de Ação Pedagógica/ e/ou Plano de Ação Pedagógica Complementar desenvolvido em 2020, uma vez que ali estão contidos o *planejado*, o *realizado* e o *avaliado*, elementos necessários para traçar o caminho a ser percorrido no ano letivo seguinte. Ainda, deve o planejamento 2021 prever:

a) ações ou programas de acolhimento para todos os segmentos da comunidade escolar;

b) processo de avaliação diagnóstica ou formativa para a definição de ações de recuperação de aprendizagens, bem como a continuidade da trajetória escolar das crianças/estudantes;

c) formação continuada, visando à formação da equipe escolar na organização da instituição, à formação de professores alfabetizadores e de professores para as atividades domiciliares, para o uso de métodos inovadores e tecnologias de apoio ao processo ensino-aprendizagem;

d) manutenção de um canal de comunicação com a comunidade escolar, para a ampla divulgação dos protocolos e forma de organização dos calendários e procedimentos pedagógicos.

2.9 - Orientações gerais

O retorno às atividades escolares regulares (presenciais) deve ocorrer de acordo com as diretrizes das autoridades sanitárias, respeitadas as normas do Sistema Estadual de Ensino e em consonância com as orientações e possibilidades de cada mantenedora.

É assegurado o acesso dos estudantes da Educação Básica e da Educação Superior em situação excepcional de risco epidemiológico decorrente da pandemia da COVID-19, ao atendimento educacional adequado à sua condição, em termos equivalentes ao previsto no art. 4º-A da LDB, garantidos aos estudantes das redes públicas, programas de apoio, de alimentação e de assistência à saúde, entre outros.

Importante salientar que no ano letivo impactado pela pandemia, as instituições de ensino realizem controle de participação, conforme definido no Parecer CEEd nº 002/2020, sem acompanhamento de frequência, uma vez que esta guarda relação com a presença física na escola, o que neste período não é possível, por persistirem restrições sanitárias para a presença de todos os estudantes nos ambientes escolares.

Para a organização do calendário escolar do ano letivo de 2021, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, é possibilitado às instituições de ensino optar pelas atividades domiciliares (atividades pedagógicas não presenciais), em caráter excepcional, para integralização da carga horária prevista.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão Temporária conclui por orientar as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS sobre os procedimentos a serem adotados para a integralização da carga horária do ano letivo de 2020 e o replanejamento curricular de 2020/2021, nos termos deste Parecer, em conformidade com a Lei federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 e sua regulamentação.

Em 15 de dezembro de 2020.

Fátima Anise Rodrigues Ehlert – relatora
Carla Tatiana Labres dos Anjos – relatora
Carmem Luci da Silva Figueiró – relatora
Hilário Bassotto – relator
Odila Cancian Liberalli – relatora
Oswaldo Dalpiaz – relator
Raul Gomes de Oliveira Filho – relator

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 16 de dezembro de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

Parecer CEEd nº 001/2021

Orienta as Mantenedoras de Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS acerca dos procedimentos referentes à prorrogação de prazos estabelecidos em atos exarados por este Conselho, que expiram durante o período de calamidade pública de saúde, conforme definição em decreto estadual vigente.

INTRODUÇÃO

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEd), no uso de suas atribuições, exara o presente Parecer para orientar as mantenedoras de instituições de ensino Integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS, acerca dos procedimentos referentes a prazos que expiram durante o período de calamidade pública de saúde, definida em decreto estadual vigente, os quais constam em atos deliberativos referentes a instituições de ensino, emitidos pelo Plenário deste Conselho e/ou concedidos pelo Parecer CEEd nº 002/2020.

Com base na legislação vigente e considerando as restrições causadas pela pandemia, decorrente do novo Coronavírus/COVID-19, este Conselho, neste momento de excepcionalidade, por meio deste Parecer, orienta o Sistema Estadual de Ensino quanto aos procedimentos a serem adotados para cumprimento dos prazos estabelecidos, que expiram durante o período de calamidade pública de saúde.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 - O Parecer CEEd nº 002/2020 prorroga a vigência de prazos para o cumprimento de providências previstas em atos deliberativos referentes a instituições de ensino, em decorrência de atos normativos deste Conselho durante o período excepcional. Em consequência ao agravamento da pandemia no território estadual e a continuidade da calamidade pública de saúde, orientações complementares são necessárias, para que as instituições de ensino possam se organizar para o atendimento dos prazos definidos nos respectivos atos.

A Resolução CEEd nº 353/2020 dispõe que a manifestação do Órgão Regional de Educação, por meio do Relatório Circunstanciado, excepcionalmente, será solicitada através de providência(s) a ser(em) determinada(s) no ato autorizativo.

Assim, diversos atos deliberativos, emitidos pelo Plenário deste Conselho, estabelecem o cumprimento de providências com prazos definidos, os quais são objeto desse Parecer.

3 - Sendo assim, este Colegiado orienta as mantenedoras das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino para verificarem os atos exarados por este Conselho, que repercutem em cumprimento de prazos a vencer durante o período de excepcionalidade, podendo solicitar, para cada ato/instituição, caso necessário, a prorrogação desses prazos, mediante ofício, acompanhado de justificativa do pedido, devidamente fundamentada, ambos subscritos por seu representante legal.

A análise da solicitação será comunicada por ofício, a ser acostado ao processo que motivou o ato com o(s) prazo(s) a ser(em) cumprido(s).

4 – Orienta ainda, a mantenedora que deseja solicitar prorrogação de prazo previsto em ato exarado pelo CEEd, para encaminhar o pedido de forma virtual, por escola, por meio do correio eletrônico protocolo@ceed.rs.gov.br , especificando:

a) no assunto do e-mail: NOME DA INSTITUIÇÃO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO NOS TERMOS DO PARECER 001/2021;

b) no corpo do e-mail reproduza o pedido, citando qual o prazo a ser prorrogado e o ato normativo a que este se refere; e

c) no anexo do e-mail: inclua o ofício contendo o pedido e a justificativa devidamente fundamentada, ambos assinados pelo representante legal da mantenedora.

5 - Alerta-se as mantenedoras que somente serão protocolados os pedidos que atenderem integralmente os termos deste Parecer, sendo de sua responsabilidade o contato para confirmação do protocolo.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas, em relatoria conjunta com as Comissões de Ensino Médio e Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, orienta as Mantenedoras de Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS, acerca dos procedimentos referentes à prorrogação de prazos estabelecidos em atos exarados por este Conselho, que expiram durante o período de calamidade pública de saúde, conforme definição em decreto estadual vigente.

Em 23 de março de 2021.

Ana Rita Berti Bagestan – relatora
Antônio Maria Melgarejo Saldanha - relator
Beatriz Edelweis Steiner Assmann - relatora
Carla Tatiana Labres dos Anjos - relatora
Carmem Luci da Silva Figueiró - relatora
Érico Jacó Maciel Michel- relator
Fátima Anise Rodrigues Ehlert - relatora
Gabriel Grabowski - relator
Hilário Bassotto - relator
Lucia Camini - relatora
Marcelo Augusto Mallmann - relator
Odila Cancian Liberali - relatora
Oswaldo Dalpiaz - relator
Raul Gomes de Oliveira Filho - relator
Rosa Maria Pinheiro Mosna - relatora
Ruben Werner Goldmeyer - relator
Sani Belfer Cardon - relator
Simone Goldschmidt – relatora

Aprovado, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 24 de março de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

Parecer CEEd nº 02/2021
Processo CEEd nº 21/2700-0000120-0

Dá nova redação ao item 5, do Parecer CEEd nº 147/2011, que trata da sistemática para apresentação dos planos de aplicação de recursos do salário-educação – quota estadual.

RELATÓRIO

O Parecer CEEd nº 147/2011 aprovou a sistemática para apresentação de planos de aplicação de recursos do salário-educação – quota estadual em programas, projetos e ações de educação básica.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – O item 5, do Parecer CEEd nº 147/2011, diz que: *"*O plano de aplicação dos recursos do salário-educação – quota estadual deverá ser submetido à apreciação deste Colegiado, anualmente, até 30 de novembro do ano anterior a sua execução*"*, ocasionando, na prática, intempestividade da sistemática de apresentação do Plano.

3 – Sendo assim, o item 5, do Parecer CEED nº 147/2011, passa a ter a seguinte redação:

O Plano de aplicação de recursos do salário-educação – quota estadual deverá ser submetido à apreciação deste Colegiado, até 31 de janeiro do ano de sua execução.

§ 1º- Após recebido o expediente e comprovado o atendimento da norma, o CEEd - RS terá prazo de até 30 dias úteis para sua manifestação.

§ 2º- Sempre que ocorrer alterações no Plano de aplicação dos recursos do salário-Educação, do ano em curso, deverão ser encaminhadas ao CEEd para nova manifestação.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Planejamento conclui por dar nova redação ao item 5, do Parecer CEEd nº 147/2011, nos termos deste Parecer.

Em 19 de maio de 2021.

Hilário Bassotto – relator
Carla Tatiana Labres do Anjos – relatora

Carmem Luci da Silva Figueiró – relatora
Odila Cancian Liberali – relatora
Rosa Maria Pinheiro Mosna – relatora

Aprovado, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 02 de junho de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

Parecer CEEd nº 003/2021

Processo SE nº 21/2700-0000006-8

Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica, e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do RS, nos termos deste Parecer.

1. RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - CEEd/RS, no uso de suas atribuições, com base no documento enviado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul - SEDUC, exara o presente Parecer que institui o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio e suas modalidades em todas as instituições escolares do Sistema Estadual de Ensino, bem como nos Sistemas Municipais do RS.

O Regimento Interno do CEEd/RS tem em seu Art. 10, inciso XVII, a atribuição de estabelecer em regime de colaboração iniciativas que visem maior articulação entre as redes e os sistemas de ensino, bem como fixar normas para o funcionamento dos estabelecimentos de educação do seu sistema, o que implica em ações conjuntas com órgãos executivos e normativos de outros sistemas de ensino, como é o caso de uma política de estado para construção de uma proposta curricular com elementos comuns aos estabelecimentos de ensino para aprendizagem dos estudantes do território estadual, respeitando a autonomia dos sistemas de ensino envolvidos.

O Grupo de Trabalho (GT) do Ensino Médio foi instituído pelo CEEd/RS, por meio da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior (CEMES), e representantes da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Seccional RS (UNCME/RS), organizada nos termos da Comissão Especial do Regime de Colaboração (CERC) e do Grupo de Estudos e Debates do Regime de Colaboração (GEDP/RC), acompanhados por representantes da Secretaria da Educação do RS (SEDUC/RS), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Seccional RS (UNDIME/RS), Federação das Associações dos Municípios do RS (FAMURS) e Sindicato do Ensino Privado do RS (SINEPE/RS). Este grupo tem o objetivo de contribuir com a elaboração de ato normativo construído de forma colaborativa, com vistas à implementação do Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCGEM) em todo território do RS, fortalecendo a articulação entre os sistemas de ensino e iniciativas concretas para efetivar o regime de colaboração nas políticas de estado para educação.

2. ANÁLISE DA MATÉRIA

2.1. A Organização do *Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio – RCGEM*

O documento intitulado ***Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio – RCGEM***, apresentado pela SEDUC/RS ao CEEd/RS para a implementação do Currículo – Etapa do Ensino Médio, no território do Estado do Rio Grande do Sul, em todas as instituições do Sistema Estadual de Ensino, bem como dos Sistemas Municipais de Ensino, está organizado em seis partes:

Parte 1: Textos Introdutórios;

Parte 2: Fundamentos Pedagógicos do Currículo Gaúcho;

Parte 3: Formação Geral Básica;

Parte 4: Orientações para implementação do Ensino Médio nas Redes de Ensino;

Parte 5: Itinerários Formativos;

Parte 6: Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Ao longo destas partes são apresentados, entre outros elementos: visão de juventudes, orientações metodológicas, reflexões sobre educação integral, flexibilidade curricular, formação continuada de professores e uma proposta de itinerário formativo da saúde.

2.2. O RCGEM nas legislações correlatas

O Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio - RCGEM atende ao disposto nas determinações legais que disciplinam essa etapa final da Educação Básica.

A análise do atendimento ao disposto nestes documentos normativos será realizada nos próximos itens deste Parecer.

2.3. A Análise do RCGEM

Parte 1: Textos Introdutórios:

O RCGEM destaca da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Art. 35, que define o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, como direito público de todo cidadão brasileiro, *a partir de quatro finalidades*: “a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental”; "preparação básica para o trabalho e a cidadania”; “aprimoramento do educando como pessoa humana”; “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e dos processos produtivos” (BRASIL, 1996).

O RCGEM considera essas finalidades no contexto das:

> [...] constantes mudanças da sociedade contemporânea mundial marcada por profundas transformações, principalmente, pelo avançado desenvolvimento tecnológico, pela rapidez das informações e pelas alterações no modo de agir, pensar e viver das pessoas (RCGEM, 2021, p. 20).

O RCGEM ao abordar os princípios específicos do Ensino Médio está coerente com o Art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 03/2018. Descreve de modo implícito, sendo possível identificar o que segue: formação integral do estudante; construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional, mediada pelo projeto de vida; pesquisa como meio de criação e construção de novos conhecimentos; educação com respeito aos direitos humanos como norte; constituição da identidade e alteridade nas suas relações com múltiplas realidades; sustentabilidade ambiental; diversificação da oferta, possibilitando múltiplas trajetórias articuladas com os diferentes saberes (histórico, social, científico, econômico, ambiental, cultural e do mundo da educação e do trabalho); indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos; por fim, indissociabilidade entre teoria e prática.

Nesse sentido o RCGEM enfatiza o *protagonismo juvenil*, onde os jovens passam a ter papel proativo em relação ao processo de aprendizagem, tomar decisões fundamentais e responsáveis e atuar como cidadãos comprometidos e com maior envolvimento, compromisso e consciência diante da sociedade. Ainda indica a formação integral, a partir das competências gerais básicas previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como continuidade ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem construído no Ensino Fundamental, possibilidade de aprofundamento dos conhecimentos e habilidades, prosseguimento e qualificação de estudos mais complexos orientados para a realização do projeto de vida do estudante, em conformidade com o que preconiza a LDBEN em seu Art. 35, destacando as finalidades da etapa final da educação básica:

> I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
>
> II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
>
> III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
>
> IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O RCGEM apresenta duas *especificidades para a oferta do Ensino Médio no RS*:

- *Ensino Médio em Tempo Integral* com ampliação do tempo de permanência na escola, conforme previsto na Lei n° 13.005/2014, Meta 6: "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica" (BRASIL, 2014); e

- *Ensino Médio Noturno* que visa a atender a demanda dos jovens inseridos no mundo do trabalho, adequando a oferta às suas necessidades de formação e prevendo o progressivo aumento de carga horária para 3.000 (três mil) horas, conforme previsto na Lei nº 13.415/2017 e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), Art. 17.

O RCGEM apresenta conceitos, características e referências legais de todas as *modalidades de ensino* da etapa do Ensino Médio ofertadas no território do Rio Grande Sul, a saber: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância (EaD), Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação para Formação Docente – Curso Normal de Nível Médio.

Ao tratar sobre *território, metodologias e aprendizagens*, o RCGEM afirma estar em sintonia com a BNCC, Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, às DCNEM e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER):

> O RCGEM, em consonância com a BNCC, associa-se ao Plano Nacional de Educação, ao Plano Estadual, aos planos municipais, às DCNEM e DCNERER para desenvolver habilidades que permitam mobilizar conhecimentos necessários para as escolhas dos estudantes, realizações pessoais e desenvolvimentos intelectuais, afetivos e socioemocionais (RCGEM, 2021, p. 57).

Sobre a *arquitetura do currículo do Ensino Médio no RS*, o RCGEM afirma: "As Competências Gerais estabelecidas pela BNCC para o Ensino Médio orientam a organização da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos [...]". Ainda apresenta a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos, destacando que a Formação Geral Básica será desenvolvida em, no máximo 1.800 horas, conforme as DCNEM, e tem como fundamento a BNCC, sendo organizada por áreas de conhecimento. Já os IFs, possuem carga horária mínima de 1200 horas, sendo que o RCGEM chama a atenção para as Unidades Curriculares Eletivas: "[...]que são componentes curriculares de livre escolha dos estudantes, apresentados como um diferencial na formação e como complemento da FGB." (RCGEM, 2021, p. 56-57).

Parte 2: Fundamentos Pedagógicos do Currículo Gaúcho

Nos *fundamentos pedagógicos do currículo*, o RCGEM destaca elementos importantes como: o Projeto de Vida, a Educação Integral, as Competências Socioemocionais e Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), os quais serão trabalhados no sentido de despertar a atenção do estudante para a relevância dos mesmos e para gerar interesse no envolvimento das questões pertinentes a sua comunidade e a sociedade de um modo geral.

As orientações para a implementação do Ensino Médio nas redes e instituições de ensino são oriundas das bases legais previstas na proposta de organização curricular do EM, bem como da linha geral apresentada no RCGEM (Formação Geral Básica – FGB, e os Itinerários Formativos – IFs, que compõem a parte diversificada, flexível do currículo e assegura a autonomia das redes para a organização curricular) para a efetivação da proposta.

Parte 3: Formação Geral Básica (FGB)

Essa parte apresenta a *Formação Geral Básica (FGB)*, conforme o que dispõe a BNCC, que é constituída por 04 áreas do conhecimento – Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.

Cada área de conhecimento é descrita em diferentes quadros, com as habilidades da BNCC e as específicas para o RS. Sobre os objetos de conhecimento e as séries a serem trabalhadas, o documento possibilita que a instituição, à luz do seu Projeto Político-Pedagógico, realize o seu desenho curricular:

> Embora não sejam apresentados objetos de conhecimento nas áreas deste RCGEM para não interferir na autonomia das redes e das escolas e fomentar a flexibilidade curricular, o trabalho em cada componente curricular deve realizar-se na perspectiva do desenvolvimento integral das juventudes, no aprendizado para a vida e na continuidade de estudos. (RCGEM, 2021, p. 91)

Parte 4: Orientações para implementação do Ensino Médio nas Redes e Instituições de Ensino

A Parte 4 do RCGEM trata sobre as *orientações para a implementação do Ensino Médio* nas redes de ensino. Aqui é importante registrar que essas orientações são para as redes e instituições de ensino pertencentes aos sistemas estadual e municipais de ensino do RS, enquanto documento referência para elaboração/revisão dos currículos. Essa parte do RCGEM destaca a *flexibilidade curricular* e os processos científicos e democráticos e asseguram a autonomia das redes para a organização curricular, a implementação e a efetivação do Projeto Político-Pedagógico, como também, dos Projetos de Vida dos estudantes.

> A flexibilização possibilita aos professores a experimentação de outras atividades educativo-pedagógicas, nas quais devem predominar o protagonismo do estudante, condição fundamental à implementação do Ensino Médio. (RCGEM, 2021, p. 196)

A forma de *acompanhamento e avaliação do processo de implementação do EM,* proposta no RCGEM, contempla o diálogo com os atores sociais das comunidades escolares e a participação da sociedade gaúcha no acompanhamento, na avaliação e reconstrução a partir da observância de elementos como: ampliação da oferta e a efetivação da formação científica e intelectual com potencialidade de aprimorar e desenvolver o ser humano integralmente, levando em consideração as competências gerais e específicas e com o desenvolvimento das habilidades de cada área do conhecimento:

> A consecução dessas metas precisa ser avaliada constantemente pelo coletivo da sociedade gaúcha, pelas redes de ensino e suas mantenedoras, pelas juventudes e profissionais docentes envolvidas diretamente em cada escola e em cada território. Implementada a presente proposta do RCGEM, aprovada pelo CEEd-RS e assumida pelas redes e escolas em seus territórios, mantidas a autonomia e a flexibilidade, a avaliação deve ser constante com a composição de fóruns de debates, instâncias de avaliação ampla e profunda. (RCGEM, 2021, p. 198)

A respeito da *avaliação da aprendizagem* o RCGEM determina a observância das normas estabelecidas na legislação vigente, compreendida como:

> [...] ação pedagógica contínua e emancipatória, momento igualmente de aprendizado, integrado ao conjunto das previsões filosófico-pedagógicas construídas pelas redes e escolas, preferencialmente, em parceria entre as instituições de ensino dos territórios e observando as políticas educacionais previstas neste RCGEM. (RCGEM, 2021, p. 200).

As *parcerias com entidades* estão previstas no RCGEM para efetivação de experiência e serão regulamentadas em normas complementares pelos Sistemas de Ensino.

A formação dos professores é considerada essencial para a melhor organização da gestão e para o desenvolvimento da sua prática pedagógica a ser efetivada por meio de cursos de formação continuada, nas diversas áreas de conhecimento, encontros de formação em serviço, grupos de estudos e pesquisa e formações em parceria com outras instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias, no âmbito do território, visando qualificar a ação docente de acordo com a demanda dos próprios docentes e as necessidades identificadas no processo.

Parte 5: Itinerários Formativos (IFs)

O RCGEM orienta a organização dos *Itinerários Formativos (IFs)*, das áreas de conhecimento da Formação Geral Básica (FGB) e da Formação Técnica e Profissional (FTP), bem como a integração dos itinerários das áreas de conhecimento da FGB e FTP e assegura o direito de escolha dos estudantes do Ensino Médio.

O RCGEM apresenta o currículo do Ensino Médio, para os Sistemas Estadual e Municipal de Ensino do Rio Grande do Sul, composto pela Formação Geral Básica e por Itinerários Formativos, partes indissociáveis de um mesmo todo, organizadas por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares e em especial, adota a tônica da flexibilização como premissa para a organização curricular dos Itinerários Formativos.

Os IFs correspondem à parte flexível do Currículo do Ensino Médio e devem aprofundar os conhecimentos nas quatro áreas: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e/ou desenvolver competências e habilidades no quinto Itinerário Formativo, denominado de Formação Técnica e Profissional.

O documento do RCGEM define os Itinerários Formativos de acordo com os Art. 5º e 6º da Resolução CNE/CEB nº 03/2018, afirmando que compreendem um conjunto de unidades curriculares com carga horária pré-definida, cujo objetivo é desenvolver competências específicas com possibilidade de escolha entre os estudantes, a partir do seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens e a qualificação do mundo do trabalho por meio da formação técnica e profissional.

No documento, os IFs compreendem um conjunto de unidades curriculares, que promovem o aprofundamento dos conhecimentos de uma área do conhecimento ou possibilitam a integração de mais de uma área do conhecimento ou a articulação das áreas do conhecimento com a formação técnica profissional, ou somente formação técnica e

profissional, em percurso organizado com começo, meio e fim, abarcando os eixos estruturantes.

Os Itinerários Formativos são organizados a partir de quatro eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. Eles têm por objetivo integralizar os diferentes arranjos de IFs, bem como criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas, profundamente associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e social.

Os IFs se apresentam como perspectivas em que o conhecimento se conecte às necessidades e condições reais na busca de resolução de problemas práticos e aprendizagens significativas. Os princípios orientadores dos IFs centralizam-se nas juventudes e seu protagonismo, com orientações para consolidar a educação integral dos estudantes, seu Projeto de Vida e desenvolvimento da aprendizagem.

A organização dos Itinerários Formativos de aprofundamento das áreas do conhecimento ou de ampliação pelo itinerário da Formação Técnica e Profissional deve considerar todos os elementos que compõem os IFs, que são: as trilhas de aprofundamento da FGB, as unidades curriculares eletivas e o projeto de vida, bem como a possibilidade de qualificações profissionais que juntamente com a organização dos IFs, que serão objeto de regulamentação por normas complementares dos Sistemas de Ensino.

O RCGEM salienta que os IFs representam a parte da flexibilização curricular, onde está inserido o Projeto de Vida, portanto:

> devem se relacionar ao componente curricular Projeto de Vida com o objetivo de contribuir no processo de construção da autonomia e no protagonismo pautado no desenvolvimento das potencialidades e aspirações dos jovens. O Projeto de Vida estimula as relações sociais e destaca a importância de cada indivíduo na sociedade, tal componente se desenvolve a partir da compreensão da realidade, do contexto em que se encontram os estudantes e da projeção para um futuro melhor. (RCGEM, 2021, p. 206-207)

Os Itinerários Formativos são complementados com as Unidades Curriculares Eletivas - UCEs, que são componentes curriculares de livre escolha dos estudantes, apresentados como um diferencial na formação e como complemento da Formação Geral Básica.

> O estudante escolhe as Eletivas associadas à mesma área do conhecimento em que estiver se aprofundando ou opta por diversificar a sua formação, ao escolher Eletivas de temas de seu interesse associados a outras áreas do conhecimento. As UCEs têm intencionalidade pedagógica e se articulam às áreas do conhecimento, aos eixos estruturantes e às Competências Gerais da BNCC. (RCGEM, 2021, p. 207)

A respeito dos Itinerários da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, presente na Parte 6 do documento, destaca-se que normas complementares serão exaradas em cada Sistema de Ensino regulamentando a oferta.

O RCGEM apresenta, como encerramento da Parte 5, um *modelo para a elaboração dos Itinerários Formativos*.

Parte 6: Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A organização dos Itinerários de formação técnica e profissional inclui boa parte das possibilidades da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, sendo constituídos pela trilha formativa propriamente dita, pelo Projeto de Vida e pelas Unidades Curriculares Eletivas:

> IFs indicam as possibilidades, isto é, as etapas, as trilhas e os caminhos que os estudantes poderão percorrer para o enriquecimento específico durante sua trajetória escolar. O itinerário da FTP é composto e organizado pelos Eixos Tecnológicos, de acordo com as orientações do CNCT. O Catálogo é a referência modular para a oferta, a estruturação, a carga horária e para o perfil descritivo da formação, que se compõem de maneira articulada aos aproveitamentos entre os estudos, as habilitações e as experiências tecidas nas diferentes áreas técnicas do mundo do trabalho e nas atuações profissionais possíveis. (RCGEM, 2021, p. 249)

Importante salientar que o documento também situa a educação profissional técnica de nível médio no contexto nacional e do RS, e a criação da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO por meio de legislação específica no Estado do RS.

O RCGEM também enfatiza que os Itinerários formativos da formação técnica e profissional deverão se organizar por meio de trilhas que se articulam com o Projeto de Vida, com os Projetos Pedagógicos para a FTP que, por sua vez:

> [...] podem alinhar-se, buscando ofertar Unidades Curriculares Eletivas que oportunizem a ampliação e a diversificação das trajetórias escolares e das aprendizagens, refletindo sobre as possíveis formas de escolha profissional e seus desafios. (RCGEM, 2021, p. 250)

O RCGEM contempla todas as possibilidades de oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Qualificação Profissional Técnica, Curso Técnico nas formas articulada (integrada, intercomplementar ou concomitante) e subsequente, bem como especialização técnica de nível médio: "Na organização do Itinerário da FTP, podem ser ofertados percursos que perfazem todo um conjunto que permita a habilitação profissional técnica e também percursos de qualificação profissional" (RCGEM, 2021, p. 251). Cabe salientar que a especialização técnica de nível médio é a oferta voltada aos concluintes dos cursos técnicos de nível médio.

As formas de oferta, o reconhecimento de saberes e práticas, as sistemáticas de escolha, acompanhamento e avaliação do Itinerário, as orientações para elaboração da ementa e os eixos estruturantes dos Itinerários da Formação Técnica e Profissional e a certificação, todos esses pontos a serem observados também se encontram delineados no documento do RCGEM.

Importante destacar o que aponta o RCGEM sobre credenciamento e autorização, para a oferta da FTP, com fundamento na Resolução CNE/CEB nº 01:

> A oferta de curso técnico, em quaisquer das formas, deve ser precedida do correspondente credenciamento da unidade educacional e de autorização do curso pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

Por fim, o RCGEM destaca que a oferta da FTP associada aos Cursos Técnicos de Nível Médio deve ser devidamente aprovada pelo respectivo sistema de ensino e, em seu texto, apresenta toda a legislação e organização para a oferta dessa modalidade, em todas as suas especificidades.

2.4. A Implementação nos Sistemas de Ensino

A partir da legislação vigente e das normas complementares a serem exaradas em cada Sistema de Ensino, cabe destacar que as mantenedoras, suas redes e instituições de ensino, para implementação do Ensino Médio a partir de 2022, devem atentar para as seguintes ações:

I - elaborar os currículos para o ensino médio, etapa final da educação básica, tendo como referência obrigatória o documento RCGEM, desdobrando em proposta(s) pedagógica(s), regimento(s) escolar(es) e outros documentos regulamentadores da oferta no âmbito da escola;

II - adequar os Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Estudos, Planos de Cursos e Planos de trabalho do professor, incluindo os aspectos pedagógicos e organizacionais relacionados ao RCGEM, respeitadas as normas vigentes em cada Sistema de Ensino;

III - promover os procedimentos para a aprovação de um novo Regimento Escolar, sendo, excepcionalmente, para o ano letivo 2022, proposta analisada e validada pelo Conselho Escolar ou por Comissão Paritária, formada por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar do estabelecimento de ensino e por sua mantenedora ou conforme as normas vigentes de cada Sistema de Ensino, com vistas a garantir a transição entre a oferta atual e a nova proposta de ensino médio (para os que se matricularem a partir de 2022 no 1º ano da etapa), podendo ainda, as instituições de ensino organizarem um novo Regimento Escolar Parcial do Ensino Médio, uma vez que a implementação é gradativa.

Nos casos de Regimento Padrão, Regimento de Centro, EJA, Curso Normal e cursos técnicos, os quais necessitam da aprovação do CEEd, as mantenedoras devem enviar ao Conselho o regimento escolar aprovado nas suas instâncias, até o final do ano de 2022, para posterior manifestação.

IV - organizar programa de formação docente para a implementação do ensino médio, priorizando ações em regime de colaboração entre mantenedoras, instituições ofertantes do ensino médio e instituições formadoras de profissionais da educação, de forma articulada nos territórios municipais, objetivando proporcionar formação pertinente em momentos presenciais e/ou mediados pelas ferramentas tecnológicas que permitam apropriar-se dos documentos curriculares – BNCC e RCGEM, e contribuir na elaboração ou revisão dos PPPs e, consequentemente, dos currículos escolares e demais documentos da escola;

V - organizar as propostas de oferta do ensino médio, a contar do ano letivo de 2022, com base na legislação vigente e nas normas complementares a serem exaradas pelos

órgãos normativos de cada Sistema de Ensino, referentes à arquitetura curricular, oferta e escolha dos IFs, parcerias, notório saber, modalidades de ensino (Curso Normal, EPT), entre outras.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e a Comissão Especial do Regime de Colaboração concluem por instituir o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do RS, nos termos deste Parecer.

Em 19 de outubro de 2021.

Ana Rita Berti Bagestan – relatora
Antônio Maria Melgarejo Saldanha - relator
Fátima Anise Rodrigues Ehlert - relatora
Ruben Werner Goldmeyer – relator
Gabriel Grabowski
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sani Belfer Cardon

Aprovado, por maioria, com votos contrários do Conselheiro Érico Jacó Maciel Michel, e das Conselheiras Dulce Miriam Delan, Rosa Maria Mosna e Simone Goldschmidt; e abstenções da Conselheira Sandra Balbé de Freitas e do Conselheiro Sani Belfer Cardon, na sessão plenária de 20 de outubro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

Parecer CEEd nº 0004/2021

Institui normas e procedimentos para criação e funcionamento de bibliotecas escolares, nas instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a necessidade de adequar as Indicações CEE nº 33/1980 e CEE nº 35/1998, que tratam, respectivamente, sobre Biblioteca Escolar (BE) e Acervo Bibliográfico às alterações legais, às inovações produzidas, especialmente, pelo contexto/desenvolvimento tecnológico e às demandas do processo educativo e sociocultural, a Presidente do Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições, exarou a Portaria nº 18, de 28 de abril de 2021, que instituiu Comissão Temporária, com o objetivo de promover debates e estudos e oferecer minuta de atualização destes atos normativos, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, a ser submetido à apreciação do Plenário.

Assim sendo, a elaboração deste Parecer iniciou com o estudo das Indicações CEE nº 33/1980 e CEED nº 35/1998, da legislação e normas, de referenciais internacionais com chancela da UNESCO e de vários trabalhos acadêmicos sobre o tema. A seguir, contemplou diálogos com representantes da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/RS), da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RS), da União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RS), do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (SINEPE/RS), do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Coordenadoria das Licenciaturas da UFRGS (COORLICEN), de direções e professores de escolas públicas e privadas e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

É inegável a importância da Biblioteca Escolar como ferramenta de apoio ao processo educativo emancipatório, como instrumento para a qualidade social da educação e formação de leitores, hábito essencial para a proficiência dos estudantes e enriquecimento cultural da comunidade escolar como um todo.

Some-se a isso o fato de que os métodos de ensino tradicionais, com foco na transmissão de conhecimentos, estão ultrapassados. O ensino-aprendizagem contemporâneo coloca o foco no aluno, na sua autonomia, no seu protagonismo, na criatividade, na pesquisa e na investigação. Sendo assim, a importância da Biblioteca Escolar assume extrema relevância, tornando imprescindível sua existência e seu fortalecimento na totalidade das instituições de ensino, especialmente naquelas que atendem estudantes das camadas populares, pois a Biblioteca Escolar muitas vezes é o único acesso à maioria dessas crianças, adolescentes e jovens.

Sobre esse aspecto, é importante destacar o estudo[1], encomendado pelo Instituto Pró-Livro (IPL), divulgado em 2019, que teve como objetivo avaliar o impacto da Biblioteca Escolar na aprendizagem dos alunos do Ensino Básico, relacionando a situação das bibliotecas e os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A matéria publicada (22/04/2019) informa que "Uma primeira descoberta é que as bibliotecas têm um impacto muito mais relevante naquelas escolas que são mais vulneráveis socialmente. Isso mostra a importância de se investir nesses espaços, em especial nessas escolas que vêm de origens sociais com menos acesso à cultura". A matéria, também, informa que "Levantamento do Ministério da Educação aponta que 60% das escolas públicas brasileiras não têm bibliotecas".

Portanto, a experiência e as pesquisas mostram que a Biblioteca Escolar exerce um papel relevante para oportunizar igualdade de oportunidades de aprendizagem, para contribuir na construção do conhecimento e no desenvolvimento da consciência crítica e cidadã, aspectos fundamentais na sociedade contemporânea e para a democratização do acesso à informação e aos bens culturais.

Embora exista há muito tempo legislação sobre Biblioteca Escolar, haja vista a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, art. 218, e programas federais de distribuição de livros, somente em 2010 foi promulgada a Lei nº 12.244/2010, que determina a universalização das Bibliotecas Escolares em escolas públicas e privadas e, assim mesmo, previu uma década para sua plena efetivação.

É chegada a hora da totalidade das instituições do Sistema Estadual de Ensino (SEE) dispor de Biblioteca Escolar com padrão de qualidade e atendimento a toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, este Parecer, que se baliza na legislação e normas pertinentes, nas Indicações nº 33/1980 e nº 35/1998 deste Colegiado e nos documentos da International Federation of Library Associations and Institutions/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (IFLA/UNESCO) para Biblioteca Escolar, tem a finalidade de orientar e determinar às mantenedoras e às instituições de ensino públicas e privadas pertencentes ao SEE, os procedimentos, a estrutura e organização para criação e funcionamento de Bibliotecas Escolares.

2. BASE LEGAL E NORMATIVA E REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

As Bibliotecas Escolares são instituídas e regradas por um conjunto de leis e normas, bem como os profissionais que atuam em bibliotecas, apresentadas a seguir:

2.1 CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, de 3 de outubro de 1989. O artigo 218 determina: "O Estado manterá um sistema de bibliotecas escolares na rede pública estadual e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, cabendo-lhe fiscalizá-las."

[1] Matéria veiculada pela Publishnews, de 22/04/2019, apresenta informe sobre o estudo realizado pelo Insper, encomendado pelo Instituto Pró-Livro (IPL). Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2019/04/22/qual-o-impacto-das-bibliotecas-escolares-na-aprendizagem-dos-alunos Acesso em 20-09-2021

2.2 LEI Nº 4.084, de 30 de junho de 1962, "dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício" e **LEI Nº 9.674**, de 25 de junho de 1998, "dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências". As duas leis dispõem que o exercício da profissão de Bibliotecário é privativo dos portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia.

2.3 LEI Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Entre outras questões, estabelece diretrizes da política do livro e questões referentes ao livro: o que é considerado livro, editoração, distribuição e comercialização; programas para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema **Braille**; projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura. Entre estes projetos está a "introdução da hora de leitura diária nas escolas" (art. 13, II, b).

2.4 LEI N.º 12.244, de 24 de maio de 2010, "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País". A Lei caracteriza biblioteca escolar, determina o acervo bibliográfico mínimo, define seus profissionais e prevê prazo para sua efetivação.

2.5 LEI Nº 13.005, de 25 de julho de 2014, "aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências". Além de diretrizes da política educacional para o decênio 2014-2024, esta Lei apresenta metas e estratégias, nas quais as Bibliotecas Escolares são referidas nas estratégias 6.3, 6.4 e 7.20 das metas 6 e 7 respectivamente.

2.6 LEI Nº 14.705, de 25 de junho de 2015, "institui o Plano Estadual de Educação – PEE − em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE − aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014". Além de diretrizes da política educacional para o decênio 2015-2025, esta Lei apresenta metas e estratégias nas quais as Bibliotecas Escolares são referidas nas seguintes estratégias: 2.18, 6.5, 6.10, 7.16, 8.13, 10.8, 12.22, 16.5 das respectivas metas: 2, 6, 7, 8, 10, 12 e 16.

2.7 LEI Nº 13.601, de 9 de janeiro de 2018**,** "regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Biblioteconomia" a quem possuir diploma de nível médio. Compete a estes profissionais, sob supervisão do Bibliotecário, auxiliar nas atividades e serviços concernentes ao funcionamento de bibliotecas e outros serviços de documentação e informação e auxiliar no planejamento e desenvolvimento de projetos que ampliem as atividades de atuação sociocultural das instituições em que atuam.

2.8 LEI Nº 13.696, de 12 de janeiro de 2018, que "institui a Política Nacional de leitura e escrita", como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

2.9 RESOLUÇÃO Nº 220, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), de 13 de maio de 2020**,** "dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares". Trata, entre outros aspectos, do espaço físico, do acervo e sua organização, dos profissionais, do acesso e da acessibilidade às Bibliotecas Escolares.

2.10 RESOLUÇÃO Nº 12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de 7 de outubro de 2020, "dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD". Regulamenta o provimento de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, no âmbito do PNLD, às escolas públicas de educação básica das redes públicas de ensino e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder

Público. Inclui a participação dos Conselhos e dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

2.11 RESOLUÇÃO Nº 240, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), de 30 de junho de 2021**,** "dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais".

2.12 MANIFESTO DA IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR [2] aprovado pela UNESCO em sua Conferência Geral, de novembro de 1999. Este documento estabelece os princípios fundadores do desenvolvimento da Biblioteca Escolar. Destaca que as Bibliotecas Escolares de todo mundo partilham de objetivos comuns e a sua importância na sociedade atual. Defende, entre outras ideias, que a "biblioteca escolar habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis". Também conclama "os governantes de cada país para desenvolver estratégias, políticas e planos de implementação aos princípios deste Manifesto". O documento aborda a missão, os objetivos, o pessoal, os serviços e a gestão da Biblioteca Escolar. O Manifesto destaca que o "acesso às coleções e aos serviços deve orientar-se nos preceitos da Declaração Universal de Direitos e Liberdade do Homem, das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais".

2.13 DIRETRIZES IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR[3] (2015) é um documento que se referencia no Manifesto da IFLA/UNESCO e envolveu debates e consultas com muitas pessoas de muitos países, em workshops, conferências, etc. As Diretrizes dão orientações quanto à aplicação prática dos princípios fundadores das Bibliotecas Escolares, contidos no Manifesto. De acordo com o documento, as Diretrizes auguram um mundo de inclusão, igualdade de oportunidades e justiça social e foram elaboradas para auxiliar os profissionais de Biblioteca Escolar e gestores nos seus esforços para obter melhorias nos programas e serviços da biblioteca, apoiando o "ensino e aprendizagem para todos." Entre outros itens, as Diretrizes para Bibliotecas Escolares apresentam a sua missão e finalidade; os recursos humanos, os recursos físicos e digitais; os programas e atividades e a avaliação.

ANÁLISE DA MATÉRIA

Esta seção apresenta os tópicos fundamentais acerca das Bibliotecas Escolares tais como: conceito, formatos, gestão e serviços, acervo, espaço físico e instalações, equipamentos e mobiliários, recursos humanos, normas de funcionamento, avaliação.

---

[2] Manifesto da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library- manifesto-pt-brazil.pdf. Acesso em 24/05/2021

[3] Diretrizes da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar, 2ª edição (2015). Disponível em https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf. Acesso em 04/06/2021

3.1 CONCEITO DE BIBLIOTECA ESCOLAR

Do ponto de vista legal, considera-se Biblioteca Escolar "a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinado a consulta, pesquisa, estudo ou leitura" (Lei nº 12.244/2010, art. 2º).

Referenciando-se nas Diretrizes da IFLA/UNESCO (2015), conceitua-se Biblioteca Escolar como um espaço físico e digital de aprendizagem, que disponibiliza uma coleção diversificada de alta qualidade para o seu público-alvo (impressa, multimídia, digital). É um espaço aberto, acessível e seguro a toda a comunidade escolar, no qual a leitura, a pesquisa, a investigação, o desejo de aprender, a imaginação, a criatividade, a curiosidade são oportunizadas e incentivadas, a fim de contribuir com o crescimento pessoal, social e cultural dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

A Biblioteca Escolar é um espaço educativo fundamental para que os estudantes desenvolvam as competências para a aprendizagem ao longo da vida, exigência da sociedade do conhecimento. Entre estas competências destacam-se as capacidades e atitudes para localizar e usar a informação de qualidade em todos os suportes e mídias, de forma responsável e ética; capacidades de construção, criação e uso partilhado de conhecimentos, de análise crítica, indispensáveis num mundo em permanente mudança.

A partir do conceito, uma Biblioteca Escolar distingue-se por três características, ou seja, possuir um bibliotecário qualificado, o que permite competência profissional para desempenhar as funções complexas de ensino e de gestão da biblioteca escolar; possuir um acervo diversificado e de qualidade que dê suporte ao currículo da instituição de ensino e ao desenvolvimento pessoal; possuir um planejamento em sintonia com o Projeto Político-Pedagógico e às necessidades da comunidade escolar.

3.2 FORMATOS DE BIBLIOTECA ESCOLAR

Nas últimas décadas, a aceleração do desenvolvimento tecnológico desencadeou transformações profundas em praticamente todos os setores da vida em sociedade. As novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), com destaque ao computador e à Internet, estão entre estas transformações. Elas alteraram a noção de tempo e espaço, revolucionando o nosso dia-a-dia. Nesse contexto, não se pode desconhecer que os atuais estudantes, na sua maioria, são indivíduos que pertencem a uma geração digital.

As Bibliotecas Escolares não passam ao largo desse processo. Elas estão sendo extremamente afetadas por estas mudanças contemporâneas. A Biblioteca Escolar tradicional, com seu acervo em espaço físico e tempos próprios, ganha nova dimensão e passa a conviver com outros formatos de bibliotecas, tais como a digital, no desempenho do seu destacado papel na aprendizagem dos estudantes e na formação de leitores.

A biblioteca digital reúne documentos digitais de diversos formatos - livros, textos, imagens, vídeos, músicas - em um provedor de dados que assegure a integridade do acervo e permita o acesso remoto e simultâneo de um mesmo documento por várias pessoas, por meio de computadores ou dispositivos móveis – tablet, smartphone, kindle, entre outros - conectados à Internet.

O bibliotecário é o responsável pela gestão da biblioteca digital, ou seja, pela seleção, aquisição, processamento técnico (catalogação, indexação, organização, preparo para empréstimo, etc.), bem como pela preservação do acervo e garantia de

acesso ao conteúdo digital da coleção. A coleta sistemática de títulos em acesso aberto, que se encontra em domínio público ou que não violem os direitos autorais, deverá fazer parte do processo de seleção e aquisição. Da mesma forma, o bibliotecário é o responsável pela seleção, aquisição, controle do material adquirido/contratado (acessos, estatísticas de uso, atualização das obras e manutenção do acervo que deve ser transferido à biblioteca), mesmo depois de findo o contrato.

Assim sendo, a biblioteca digital é constituída de um repositório com as publicações geradas pela instituição de ensino, por acervo digital adquirido pela biblioteca e por um conjunto de títulos e materiais diversos que não se encontram na biblioteca digital, mas em outros locais (domínio público, plataforma proprietária – base de dados comprada/assinada de editoras/livrarias digitais) que são acessados por meio de endereços eletrônicos (links), dispostos em sítios da Web.

Porém, dadas às condições de precariedade da grande maioria das escolas e dos estudantes, especialmente das escolas públicas, a constituição de Bibliotecas Escolares digitais carece de investimentos, uma vez que dependem de equipamentos (hardware e software) e conectividade, além de qualificação dos profissionais que nelas vão atuar.

3.2.1 Formatos das Bibliotecas Escolares no Sistema Estadual de Ensino

As instituições que pertencem ao Sistema Estadual de Ensino poderão organizar suas Bibliotecas Escolares de acordo com um dos formatos mencionados abaixo:

I) Biblioteca Escolar Física caracteriza-se por ter espaço físico com mobiliário específico e adequado, que reúne acervo bibliográfico impresso e outros materiais como, mapas, cartazes, jogos, etc. de forma física e dispor de bibliotecário responsável ou supervisionando sua gestão.

II) Biblioteca Escolar Híbrida caracteriza-se por agregar o formato digital, com coleções digitais e acessos via Internet, à biblioteca física.

A adoção da Biblioteca Escolar híbrida requer a existência de uma política de gestão da coleção bem definida, na qual seja indispensável a avaliação do acervo no formato digital a ser oferecido a docentes e discentes, especialmente no caso de acervo contratado. Esta política tem de ser baseada no currículo e nas necessidades e interesses da comunidade escolar.

3.2.2 Livros e materiais digitais

Quanto aos livros e outros materiais digitais apresentam-se em dois formatos: os de livre acesso ou abertos, também chamados de “padrão aberto” e os de “padrão fechado” ou “plataforma proprietária”, cujo acesso se dá em livrarias virtuais mediante contratos de acesso, assinaturas ou comercializados. A contratação, assinatura ou comercialização dos livros e outros materiais digitais pode ocorrer por prazo indeterminado ou determinado. O mercado editorial detém o controle sobre a comercialização deste formato de forma análoga aos livros e materiais impressos.

3.3 GESTÃO: PLANEJAMENTO E SERVIÇOS

A Biblioteca Escolar é uma ferramenta fundamental para o êxito do processo pedagógico e para desenvolver o hábito e o prazer da leitura. Porém, para que isso aconteça, ela precisa ter uma gestão eficiente, propositiva e inclusiva.

3.3.1 Planejamento

Uma gestão eficiente, propositiva e inclusiva requer que o profissional que atua na Biblioteca Escolar elabore um planejamento que possua objetivos, prioridades, projetos e atividades, em sintonia com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição de ensino e com os interesses da comunidade escolar, bem como reflita as necessidades das pessoas com deficiências e as identidades culturais, étnicas e linguísticas de seus membros.

O planejamento deve ser feito anualmente com a participação do profissional que atua na Biblioteca Escolar, direção e corpo docente da instituição de ensino, com participação efetiva da comunidade escolar.

Uma das prioridades do planejamento da Biblioteca Escolar diz respeito às atividades e/ou projetos de estímulo à leitura nos seus diversos suportes, visando à formação do gosto literário, a produção textual e o crescimento pessoal e cultural dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

Segundo as Diretrizes da IFLA/UNESCO (2015), os profissionais de Biblioteca Escolar devem concentrar-se em atividades pedagógicas, tais como: literacia e promoção da leitura; literacia das mídias e da informação; aprendizagem baseada em investigação; integração das tecnologias; formação de professores e valorização da literatura e da cultura.

Da mesma forma, devem fazer com que cada professor se sinta vinculado à Biblioteca Escolar, que reconheça nela uma instituição que o assiste e complementa seu trabalho docente, mas que também coloca entre os objetivos de seu ensino o estímulo ao aluno para o uso constante da Biblioteca Escolar.

Organizar atividades que envolvam a leitura, o estudo, a realização de trabalhos e até debates são importantes para atrair os alunos à biblioteca. Por exemplo, projetos como “a hora do conto”, especialmente na educação infantil, são de extrema importância para a formação de leitores na tenra idade. Estas experiências mostram a animação das crianças desta faixa etária ao visitar este espaço mágico de livros.

Dentre os objetivos do planejamento da Biblioteca Escolar deve constar o estímulo à participação dos pais e/ou responsáveis nas diferentes atividades, pois se eles usufruírem dos benefícios da biblioteca de "sua" escola, a Biblioteca Escolar terá conquistado uma importante base de apoio.

Outro aspecto do planejamento que deve ser destacado é a organização do espaço físico. Para que os estudantes tenham desejo de frequentar a Biblioteca Escolar, o profissional que nela atua deve manter o espaço físico organizado, bem sinalizado e acolhedor.

Pelo valor significativo que a Biblioteca Escolar representa no processo pedagógico e no desenvolvimento individual, é interessante que o planejamento da Biblioteca Escolar contemple ações que envolvam colaboração com outras bibliotecas existentes na comunidade e/ou na cidade/município/regiões, tais como: empréstimo e/ou permuta de acervo, eventos culturais, feira do livro, debates sobre temas relevantes, gincanas pedagógicas, planejamento conjunto, etc.

O diretor da instituição de ensino deve estar consciente que a sua liderança é necessária para a qualificação da Biblioteca Escolar, para enriquecer o acervo e qualificar as funções da Biblioteca Escolar na escola. Encontros regulares com os

responsáveis pela biblioteca, promoção de contatos destes com o corpo docente, empenho em canalizar recursos para a Biblioteca Escolar são atribuições do diretor.

3.3.2 Serviços

Para atender às necessidades da comunidade escolar, a Biblioteca Escolar precisa realizar vários serviços que podem ser prestados dentro ou fora dela ou, ainda, recorrendo às tecnologias de informação e comunicação. Para tanto, a Biblioteca Escolar precisa contar com infraestrutura tecnológica em rede, a fim de permitir o acesso ao acervo digital.

As colocações que seguem não representam instruções para a organização dos serviços que a Biblioteca Escolar deve realizar. Visam apenas destacar aspectos necessários ao seu funcionamento eficiente.

- Os **serviços técnicos** referem-se à organização, ampliação e preservação do acervo, tais como: a seleção, a classificação, a catalogação, a conservação, o controle dos livros e demais recursos informacionais da Biblioteca Escolar.

Seleção do acervo: trata do processo de escolha dos recursos informacionais que serão incorporados aos já existentes na Biblioteca Escolar.

Na seleção dos livros e demais recursos informacionais, físicos ou digitais, devem ser levados em conta os interesses, as necessidades, o currículo, o ensino e a aprendizagem, as diferentes idades dos usuários, bem como a importância, a atualidade e os custos deste acervo.

Uma Biblioteca Escolar não deve especializar-se em determinado setor em detrimento dos objetivos gerais do ensino. O acervo de uma Biblioteca Escolar deverá abranger as variadas áreas do conhecimento.

O responsável pela Biblioteca Escolar deve selecionar o acervo em colaboração com o corpo docente e com os estudantes, para garantir tanto a correlação entre as atividades escolares e os materiais da biblioteca, quanto os interesses discentes. Os professores devem ser consultados quanto à necessidade e à conveniência da aquisição de obras ou assinatura de plataformas, relacionadas com seus componentes curriculares e quanto ao mínimo de exemplares necessários, no caso de biblioteca física ou assinaturas de materiais virtuais (plataformas) para garantir um eficiente desenvolvimento de cada unidade de estudos.

Organização de catálogos: trata-se de um serviço fundamental em todas as bibliotecas escolares. A classificação e a catalogação do acervo devem merecer cuidado, para que qualquer usuário

- especialmente o estudante - seja capaz, ele mesmo, de determinar a fonte para alguma informação procurada e de localizar essa fonte na biblioteca, via acesso à Internet.

Cada livro deve ser classificado, no mínimo, por assunto, autor e título. Mesmo em um acervo reduzido, as normas técnicas pertinentes devem ser observadas, podendo haver adaptação às peculiaridades da respectiva Biblioteca Escolar. Com isso ficará assegurada a continuidade dos serviços técnicos, à medida que a biblioteca for crescendo, e preparar-se-á o aluno para a racional utilização de qualquer biblioteca organizada nos moldes oficiais.

I Controle do acervo: trata-se de um conjunto de procedimentos documentais que visam acompanhar as atividades da Biblioteca Escolar, tais como: registro de

consultas e de empréstimos na biblioteca física e o monitoramento dos acessos na biblioteca digital. Este controle, além de garantir a integridade do acervo físico, prestará significativas informações sobre a dinâmica da escola, refletida no movimento da biblioteca; as oscilações na frequência ou acessos à biblioteca física ou híbrida, em função de diversas variáveis; as preferências dos usuários quanto aos assuntos ou autores nas diferenças entre as faixas etárias, ou entre variados grupos e as modificações nos hábitos dos usuários que se registram no decorrer dos anos, são aspectos que merecem ser explorados sob o enfoque pedagógico.

a) - Os **serviços de atendimento ao usuário** têm como objetivo principal a utilização plena do acervo, bem como a conquista de novos leitores, por meio de divulgação, orientação e assistência prestada aos usuários.

b) Orientação aos usuários: em especial aos estudantes, é uma atividade muito importante à qual o profissional da Biblioteca Escolar deve se dedicar, para que os usuários utilizem e explorem os recursos que a Biblioteca Escolar lhes oferece, como: a iniciação à consulta bibliográfica física e digital e a indicação de autores e títulos, a localização das obras procuradas em qualquer suporte, as sugestões para leituras, o desenvolvimento de bons hábitos de leitura e de manuseio de livros, o uso das plataformas nas bibliotecas digitais, as informações sobre novidades no campo editorial, etc.

É imprescindível que os usuários se familiarizem com a organização da biblioteca escolar, para que se capacitem a encontrar, por si mesmos, ou sob orientação, porém sem a tutela do profissional responsável pela biblioteca, a informação de que necessitam. Cabe repetir que uma das tarefas do profissional que atua na Biblioteca Escolar é a de desenvolver a capacidade de localização das informações.

De igual forma, é imprescindível, também, que a organização da Biblioteca Escolar contemple orientações próprias e específicas que auxiliem as pessoas com deficiências na acessibilidade aos recursos da Biblioteca Escolar, contribuindo, assim, para a democratização do acesso à informação e aos bens culturais a esses usuários.

O empréstimo de livros para leitura ou estudo é um serviço de assistência aos usuários que nenhuma Biblioteca Escolar pode dispensar. Este serviço, disponibilizado aos estudantes, deve também, ser estendido à comunidade escolar. Estimular o desenvolvimento de hábitos de leitura nos pais e/ou responsáveis traz impacto positivo na proficiência dos alunos, sendo, portanto, um **aliado no processo de aprendizagem.**

Cada vez mais, a tecnologia facilita o acesso aos recursos da Biblioteca Escolar aos docentes e discentes, seja fora do horário escolar ou nos intervalos letivos e à comunidade escolar.

3.4 ACERVO

O acervo da Biblioteca Escolar, físico ou digital, deve atender a legislação educacional, a proposta pedagógica da instituição de ensino, as necessidades das pessoas com deficiências e as identidades étnicas e culturais dos segmentos da comunidade escolar. Ele deve ser suficiente, permanentemente atualizado e conter uma variedade e diversidade de títulos e de materiais informacionais, manter-se organizado e acompanhar a produção dos recursos informacionais.

É importante destacar que as escolas de educação básica das redes públicas de ensino e as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, possuem um programa federal (PNLD) que disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à

prática educativa, que se constitui num apoio importante para o acervo destas instituições de ensino.

Constitui o acervo da Biblioteca Escolar livros, periódicos (revistas, jornais), mapas, cartazes, folhetos, fotografias, partituras musicais, filmes, vídeos, jogos, entre outros, sendo que os livros e os periódicos impressos ou digitais constituem-se nos elementos mais importantes deste acervo.

3.4.1 Livros

Os livros, impressos ou digitais, podem ser divididos em duas categorias: livros de informação e de literatura.

a) - Os livros de informação classificam-se em livros de referência, livros técnicos e científicos, livros de cultura geral e livros didáticos.

b) Os **livros de referência** são obras de consulta que geralmente abrangem amplas áreas do conhecimento humano, tais como: dicionários, enciclopédias, atlas, mapas, entre outros;

c) Os **livros técnicos e científicos** são aqueles relacionados aos conteúdos técnicos e científicos ministrados pela instituição de ensino, a fim de proporcionar aos estudantes um aprofundamento de seus estudos, bem como oferecer aos professores a possibilidade de manterem-se atualizados no campo de sua especialidade. Nesta categoria inserem-se, também, os livros referentes à Educação Ambiental, aos Temas Transversais, bem como àqueles de conteúdo obrigatório como história e cultura afro-brasileira e indígena;

d) Os **livros de cultura geral** são obras com conteúdo informativo, abrangem tanto os assuntos desenvolvidos em aula como muitos outros, embora, talvez, em menor profundidade do que o fariam os livros técnicos e científicos. Visam estimular os leitores a ampliar os seus horizontes culturais, oferecendo-lhes leitura suplementar sobre todas as áreas do conhecimento humano;

e) Os **livros didáticos** são os manuais usados pelos alunos nos diversos conteúdos curriculares. Somente devem ser incluídos no acervo da Biblioteca Escolar quando possuírem qualidades que permitam caracterizá-los também como livros técnicos e científicos ou, ainda, de cultura geral.

I - Os **livros de literatura** são obras que desenvolvem os hábitos de leitura e o interesse pelos livros, além de contribuir para o desenvolvimento do pensamento estético, criativo e crítico. Uma seleção de obras literárias, adequada a todas as faixas etárias, deve estar presente em toda Biblioteca Escolar.

Na constituição do acervo literário devem predominar obras de autores nacionais e regionais. No entanto, não devem faltar edições em idioma estrangeiro, especialmente naquelas línguas oferecidas no próprio estabelecimento de ensino.

3.4.2 Periódicos

Os periódicos (revistas e jornais) e publicações seriadas, impressos ou digitais, são recursos que contem informações sobre fatos recentes e atualizações, constituindo-se em elementos importantes de qualquer biblioteca.

3.4.3 Outros recursos informacionais

A Biblioteca Escolar deve contar com outros recursos informacionais, físicos ou digitais, tais como: mapas, globos, vídeos, *streaming*, fotografias, músicas, reproduções de arte, gravuras, esculturas, infográficos, jogos pedagógicos, multimídias, entre outros.

A Biblioteca Escolar também deve contar com materiais didático-pedagógicos produzidos pela própria instituição de ensino.

3.4.4 Acervo e condições de acessibilidade para crianças/estudantes da educação especial

Segundo as Diretrizes da IFLA/UNESCO (2015), a Biblioteca Escolar "existe [...] para proporcionar igualdade de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento das competências necessárias para a participação na sociedade do conhecimento" (p.25). Este documento também diz que "Os impactos positivos da biblioteca escolar na aprendizagem dos alunos incluem ajudar a colmatar o insucesso dos alunos de contextos economicamente desfavorecidos, pertencentes a minorias e/ou [crianças/estudantes da educação especial]" (p.54).

Assim sendo, uma Biblioteca Escolar inclusiva deve proporcionar o acesso físico e informacional, bem como o atendimento a todas as crianças/estudantes da educação especial, sem exceção. Para tanto, deve prever o planejamento do espaço e a aquisição de acervo suficiente e diversificado, visando facilitar o uso por todos, com a finalidade de democratizar o acesso ao conhecimento, contribuindo para a formação e a proficiência dos estudantes, sem distinções.

As crianças/estudantes e a comunidade escolar muitas vezes encontram dificuldades até mesmo para adentrarem no ambiente da Biblioteca Escolar. Muitas barreiras são identificadas pela falta de planejamento arquitetônico adaptado para a circulação e acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que utilizam equipamentos auxiliares de locomoção. Por esse motivo as instituições de ensino devem promover a acessibilidade a todos os ambientes das Bibliotecas Escolares.

Em relação às crianças/estudantes da educação especial que a instituição atende, a Biblioteca Escolar deve proporcionar um acervo bibliográfico e materiais informacionais em diferentes formatos, condizentes com as especificidades destes discentes e as necessidades pedagógicas, ou seja, materiais em braile, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outros.

Da mesma forma, a Biblioteca Escolar deve dispor de recursos tecnológicos e midiáticos, como: mapas, periódicos, computadores com programas específicos e recursos sonoros com interpretação por vídeos, leituras adaptadas, textos narrados e jogos didáticos.

O atendimento às crianças/estudantes da educação especial deve estar previsto no PPP e no Regimento Escolar, na perspectiva de assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) com profissionais habilitados e acervo que contemple literatura específica, aquisição de livros e plataformas de ensino próprias para alunos em AEE, de forma articulada da Biblioteca Escolar e a Sala de Recursos.

3.5 ACERVO BIBLIOGRÁFICO EM CADA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO SUPERIOR

Na apreciação de um pedido de credenciamento/recredenciamento e autorização/renovação de autorização de funcionamento de instituição de ensino da

educação básica e reconhecimento/credenciamento de cursos de ensino superior são importantes os dados numéricos do acervo da Biblioteca Escolar. O número de estudantes influi de maneira decisiva sobre a determinação da quantidade de títulos incorporados à respectiva Biblioteca Escolar.

Para cada etapa da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e suas modalidades – e ensino superior, o acervo bibliográfico obrigatório da Biblioteca Escolar será de, no mínimo, um título para cada estudante matriculado, conforme determina a Lei nº 12.244/2010, artigo 2º, parágrafo único. Em atendimento à mesma legislação federal, o CEEd determina a ampliação deste acervo conforme a realidade das instituições de ensino.

3.5.1 Educação Infantil

Para a **educação infantil**, o acervo bibliográfico obrigatório da Biblioteca Escolar deve ser constituído de títulos de literatura e títulos de natureza pedagógica.

Os livros de **literatura infantil** de diversos gêneros tais como: contos, fábulas, lendas, poesias, aventuras, entre outros, específicos para esta faixa etária, com narrativa por imagens ou interativos, devem representar **mais de 60%** da biblioteca.

As **obras de natureza pedagógica** para professores devem perfazer, no mínimo, **dez (10) títulos** diferentes de autores diversos;

Na pré-escola, os 'softwares' educacionais, adequados à idade, são recomendados para iniciação aos procedimentos da informática.

3.5.2 Ensino Fundamental, Ensino Médio e suas Modalidades, inclusive Polos

Para o **ensino fundamental, ensino médio e suas modalidades, inclusive Polos**, o acervo bibliográfico obrigatório da Biblioteca Escolar deve ser constituído de títulos de referência, técnicos e científicos, cultura geral, didáticos e de literatura, abaixo especificados:

I) As **obras de referência** como dicionários de língua portuguesa e estrangeira, enciclopédias, atlas, manuais, devem ser atualizadas e compatíveis com a matriz curricular oferecida pela instituição de ensino. Um dicionário da língua portuguesa e um atlas mundial atualizados estão entre as necessidades do acervo mínimo. Enciclopédias, coleções, obras completas e sequenciais, no seu todo, serão computadas até o **limite de 5%** dos títulos;

II) Os **títulos técnicos e científicos** devem representar, **no mínimo, 10%** da Biblioteca Escolar. As **obras de natureza pedagógica**, para professores, deverão perfazer, no mínimo, **dez (10) títulos** diferentes de autores diversos para garantir a diversidade de conhecimentos.

No ensino fundamental (anos finais), ensino médio e suas modalidades a instituição de ensino deve apresentar, no mínimo, cinco **(5) títulos** para cada componente curricular;

III) Os **títulos de cultura geral**, no mínimo, devem ser **10%** da Biblioteca Escolar.

IV) Os **livros didáticos** devem representar, no máximo, um título por área do conhecimento e/ou componente curricular por ano de cada curso credenciado,

contemplando todas as disciplinas da base nacional comum, bem como da matriz curricular da instituição de ensino;

V) Os **livros de literatura**, de diversos gêneros, específicos para cada etapa – ensino fundamental e ensino médio - que a escola oferecer e para cada faixa etária, devem representar **mais de 40%** da Biblioteca Escolar. Em instituições de ensino que ofereçam exclusivamente cursos de educação profissional, os livros de literatura devem representar, no mínimo, **10% dos títulos** da Biblioteca Escolar, tendo em vista a especificidade do curso.

3.5.3 Ensino Superior

Para o **ensino superior**, o acervo bibliográfico obrigatório da Biblioteca Escolar deve ser constituído de títulos de referência, técnicos e científicos, cultura geral e literatura, compatíveis com o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) oferecidos e deve ser atualizado permanentemente.

3.5.4 Livros não considerados na Biblioteca Escolar

Não devem ser considerados constituintes da Biblioteca Escolar os livros não reeditados há 10 (dez) anos. Não se incluem nesta limitação obras raras e de reconhecido valor cultural. Nenhum livro com ortografia desatualizada será considerado como constituinte da biblioteca mínima, salvo quando necessário para a compreensão da língua portuguesa.

3.5.5 Acervo bibliográfico físico na Biblioteca Escolar híbrida

Na Biblioteca Escolar híbrida o acervo físico deve ser de, no mínimo, um título para cada estudante matriculado.

3.5.6 Comprovação de contratação de acervo digital

As instituições de ensino que decidirem dispor de Biblioteca Escolar híbrida, por ocasião do credenciamento/recredenciamento e autorização/renovação de autorização de funcionamento de curso e reconhecimento de cursos, devem apresentar comprovação documental da contratação de serviços de acervo digital (contendo prazo da contratação/assinatura; quantidade de acervo, etc.) e que garanta acesso ininterrupto aos usuários.

3.6 ESPAÇO FÍSICO E INSTALAÇÕES

A Biblioteca Escolar deve ser um local com acessibilidade arquitetônica, com espaçamento que permite a circulação de cadeirantes, com sinalização que oportuniza a autonomia a todos os usuários e, situada, preferencialmente, longe dos centros de muito barulho (longe dos centros de barulho: num colégio só se for num prédio específico ou no último andar. Outrossim, deve ser um espaço físico adequado e suficiente para o armazenamento do acervo físico, além de ser um local seco e bem ventilado e que apresenta condições de perfeita iluminação, tanto natural como artificial e com mobiliário adequado à idade dos usuários.

A Biblioteca Escolar deve dispor de ambientes pedagógicos de livre acesso aos usuários, que oportuniza a leitura e a consulta; espaço no qual se localizam os catálogos (fichários), o controle de empréstimo e a administração da Biblioteca Escolar. Todos esses ambientes devem ser mobiliados e equipados a ponto de assegurar a eficiência dos serviços e um mínimo de conforto aos usuários. Mesmo em escolas muito pequenas a Biblioteca Escolar deve estar localizada em espaço físico exclusivo.

O ambiente da Biblioteca Escolar, a par de induzir ao silêncio e à concentração, deve ter uma estética estimulante e transmitir uma atmosfera acolhedora que atraia o leitor e o convide a nela permanecer.

3.7 EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS

A Biblioteca Escolar deve possuir equipamentos e mobiliários adequados para assegurar as atividades técnicas e o atendimento a alunos e professores, oferecendo serviços à comunidade escolar com equipamentos conectados à Internet para o acesso direto a uma vasta fonte de informação, complementando o acervo físico.

Para tanto, precisa contar com computadores para uso exclusivo dos profissionais que atuam na Biblioteca Escolar para o desempenho de suas funções e para professores e alunos em atividades pedagógicas, tais como: pesquisas, consultas, estudo, entre outras. Da mesma forma, a Biblioteca Escolar deve dispor de softwares e programas específicos e meios de reprodução de vídeos como, tela, retroprojetor e outros recursos tecnológicos.

Os espaços da Biblioteca Escolar devem estar supridos de mobiliários adequados, estantes para a guarda de livros e mesas e cadeiras para as áreas de pesquisa e consulta.

3.8 RECURSOS HUMANOS

A importância e a qualidade da Biblioteca Escolar não residem apenas no acervo variado e bem suprido. Dependem, especialmente, de possuir recursos humanos qualificados e motivados, em número suficiente, de acordo com o tamanho da escola e as necessidades pedagógicas de sua comunidade escolar.

Todo profissional que trabalha na Biblioteca Escolar deve ter a compreensão clara dos seus objetivos e finalidades, bem como das políticas e serviços que ela desenvolve e dos deveres e responsabilidades que esta atividade exige.

3.8.1 Profissional habilitado: bibliotecário

O bacharel em Biblioteconomia, segundo o que dispõe a Lei nº 4.084/1962, regulamentada pelo Decreto nº 56.725/1965, e a Lei nº 9.674/1998, é o profissional habilitado com atribuições de organização, direção e execução dos serviços técnicos das bibliotecas de qualquer formato, inclusive as escolares. Portanto, o bibliotecário escolar é o responsável por exercer funções complexas de ensino, planejamento e gestão da Biblioteca Escolar, apoiado, se possível, por outros profissionais qualificados e trabalhando em conjunto com a direção e o corpo docente da instituição de ensino.

Além das competências em biblioteconomia, o bibliotecário escolar deve ter conhecimentos na área da educação, da cultura e literacias, da juventude, da tecnologia digital e mídias sociais. Neste particular, é preciso reconhecer que a era digital impõe a necessidade dos profissionais de Biblioteca Escolar estarem aptos para desenvolver e melhorar as competências digitais da comunidade escolar, uma vez que os serviços e programas das Bibliotecas Escolares estão sendo afetados pelas mudanças tecnológicas.

O ideal é que cada Biblioteca Escolar possa contar com um bibliotecário habilitado e um técnico, ou um profissional com treinamento em serviço, para atendimento aos usuários, em todos os turnos em que a escola estiver funcionando.

No entanto, este padrão ideal nem sempre é possível e disponível às instituições de ensino, razão pela qual alternativas têm que ser buscadas para suprir as Bibliotecas Escolares com profissionais que possam desempenhar tão importantes tarefas.

3.8.2 Profissionais não habilitados: técnico de nível médio em Biblioteconomia e servidor com treinamento em serviço

As alternativas passam por admitir um bibliotecário devidamente habilitado, responsável por supervisionar um grupo de Bibliotecas Escolares (no caso de uma rede que reúne várias instituições de ensino) e em cada Biblioteca Escolar dispor de um profissional que tenha as condições especificadas a seguir:

- **Técnico de nível médio em Biblioteconomia**, conforme disposto em legislação vigente, sob supervisão do bibliotecário com registro no CRB.

- Servidor que tenha recebido noções de biblioteconomia em treinamento em serviço, ou em cursos de, no mínimo, 40 horas/aula, sob supervisão do bibliotecário com registro no CRB. É necessário que esses cursos, realizados sob a responsabilidade de bacharéis em Biblioteconomia, sejam oferecidos tanto aos servidores da rede pública como da rede privada.

Os técnicos em biblioteconomia, ou os profissionais com treinamento em serviço, sob supervisão do bibliotecário, devem exercer funções administrativas, tecnológicas e rotinas operacionais para o funcionamento da Biblioteca Escolar, tais como a prestação dos serviços relacionados aos usuários, bem como planejamento e desenvolvimento de projetos que ampliem as atividades de atuação das instituições de ensino em que atuam.

Para tanto, o responsável pela Biblioteca Escolar não habilitado, além dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no treinamento em serviço, ou em cursos específicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, deve possuir:

a) conhecimento do currículo e dos métodos pedagógicos da escola;

b) compreensão da criança e do jovem e prazer em trabalhar com eles;

c) habilidade para estimular o interesse dos estudantes e professores no uso do acervo da biblioteca;

d) qualidade de liderança, tanto para coordenar as atividades, como para orientar estudantes e professores;

e) iniciativa e disposição à cooperação e criatividade para promover a biblioteca em âmbito escolar e comunitário;

f) aptidão em lidar com livros e interesse pela leitura;

g) conhecimentos de literatura nacional e universal;

h) capacidade de administração e organização;

i) competência em tecnologias da comunicação e informação (TICs).

3.8.3 Alternativas às Mantenedoras quanto ao provimento de profissional de Biblioteca Escolar

Na impossibilidade de garantir um profissional habilitado para atuar na Biblioteca Escolar de cada instituição de ensino, admite-se as alternativas elencadas acima, **item 3.8.2**. Assim sendo, **cada mantenedora, pertencente ao Sistema Estadual de Ensino** (SEE) deve garantir, profissionais para as bibliotecas de suas instituições de ensino, conforme especificado a seguir:

a) **SEDUC/RS**, no mínimo, deve garantir em cada Coordenadoria Regional de

Educação (CRE) um bibliotecário que atenda as instituições de ensino da sua jurisdição (para treinamento e supervisão) e um técnico ou um profissional com treinamento em serviço na Biblioteca Escolar de cada instituição de ensino da Rede Estadual de Ensino;

b) **Mantenedora de rede de escolas privadas**, no mínimo, devem garantir um bibliotecário para sua rede de escolas e um técnico ou um profissional com treinamento em serviço na Biblioteca Escolar de cada instituição de ensino da sua Rede;

c) **Mantenedoras privadas que tenham apenas uma escola** devem garantir um profissional habilitado na instituição de ensino, podendo, em caráter excepcional, com a devida justificativa estabelecer convênio ou um termo de cooperação com outras mantenedoras para suprir o profissional habilitado, mas garantindo um técnico ou um profissional com treinamento em serviço na Biblioteca Escolar da instituição de ensino;

d) **Municípios** devem garantir um bibliotecário por território ou, em regime de colaboração, por regional, e um técnico ou um profissional com treinamento em serviço na Biblioteca Escolar em cada instituição de ensino da sua Rede Municipal. O PNE e o PEE possibilitam o regime de colaboração para institucionalizar e manter o funcionamento de Bibliotecas Escolas nas instituições de ensino;

e) **Mantenedoras de instituição de ensino superior que possuem campus** devem garantir, no mínimo, um bibliotecário em cada campus regional e nas unidades de ensino um técnico de nível médio em biblioteconomia.

f) **Mantenedoras de instituição de ensino superior que possui apenas uma unidade de ensino** devem garantir, no mínimo, um bibliotecário para atender a demanda.

Obs: Entende-se por unidade de ensino o local de oferta do(s) curso(s) oferecido(s) pela Instituição.

3.9 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

O Regimento da instituição de ensino deve prever normas de funcionamento da Biblioteca Escolar no contexto da organização escolar.

Tais normas, elaboradas para atendimento aos objetivos e às peculiaridades da instituição de ensino, não podem deixar de prever as modalidades de utilização da Biblioteca Escolar, de especificar os usuários a que se destina e de estabelecer horário que assegure a real utilização da Biblioteca Escolar por todos os usuários, tanto para leitura, consulta ou estudo na própria sala de leitura como para o empréstimo de livros.

A Biblioteca Escolar deve permanecer aberta nos turnos de funcionamento da instituição de ensino.

3.10 AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A avaliação é essencial para refletir sobre o planejamento da Biblioteca Escolar e sua execução, a fim de analisar se os projetos, atividades e serviços responderam às necessidades da instituição de ensino e da comunidade escolar.

A avaliação deve ter por objetivo o aprimoramento da gestão, planejamento e serviços prestados pela Biblioteca Escolar, bem como a atualização do acervo físico e digital, caso seja necessário. Deve ser periódica e contar com a participação da equipe

diretiva, dos docentes, dos estudantes e dos representantes dos pais e/ou responsáveis pelos estudantes.

4 RECOMENDAÇÕES E ALERTAS

4.1 Recomenda-se que as mantenedoras, públicas e privadas, oportunizem a realização de cursos de treinamento em serviço em biblioteca aos profissionais que atuarem em Biblioteca Escolar;

4.2 Recomenda-se que a SEDUC oferte cursos técnicos em Biblioteconomia em instituições de ensino médio da Rede Estadual de Ensino;

4.3 Alerta-se as mantenedoras e as instituições de ensino que enquanto perdurar a excepcionalidade da pandemia do Coronavírus, o espaço físico da Biblioteca Escolar atenda as normas sanitárias, conforme legislação vigente.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, o Conselho Estadual de Educação, por meio de seu Colegiado, nos termos deste Parecer:

a) institui normas e procedimentos para a criação e funcionamento de bibliotecas escolares nas instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul;

b) revoga as Indicações CEE nº 33/1980 e CEED nº 35/1998.

c) Em 18 de novembro de 2021.

Rosa Maria Pinheiro
Mosna - relatora *Antônio*
Maria Melgarejo
Saldanha – relator
Raul Gomes de Oliveira Filho - relator

Aprovado, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 1º de dezembro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

COMISSÃO TEMPORÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Parecer nº 001/2022

Institui normas complementares para a oferta da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino.

INTRODUÇÃO

O Conselho Estadual de Educação, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 9.672, de 19 de junho de 1992 e suas alterações, dirige-se ao Sistema Estadual de Ensino para atualizar as normas relacionadas à oferta da modalidade de Educação Especial, em consonância com a legislação e normas nacionais vigentes.

Considerando a legislação e as novas normas nacionais, bem como os estudos e oitivas com representantes de entidades especializadas, associações específicas, mantenedoras e profissionais, que atuam nas instituições de ensino nessa modalidade, a Comissão Temporária de Educação Especial, instituída pela Portaria nº 37/2021, encaminhou atualização das normas específicas do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul para a oferta da modalidade Educação Especial, considerando a Lei federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) de nº 2, de 11 de setembro de 2001 e de nº 4, de 2 de outubro de 2009, bem como no Parecer CNE/CEB nº 13/2009.

A educação especial deve ser oferecida em todas as instituições escolares, independente do nível, das etapas e outras modalidades da educação escolar previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB), de modo a propiciar o pleno desenvolvimento das potencialidades sensoriais, afetivas, físicas e intelectuais da criança/estudante, mediante um projeto pedagógico que contemple, além das orientações comuns, meios para recuperação e atendimento da criança/estudante, avaliação e certificação, articulação com as famílias e a comunidade e um conjunto de outros elementos que permitam definir objetivos, conteúdos e procedimentos relativos à própria dinâmica escolar.

Assim sendo, a educação especial deve ser oferecida nos estabelecimentos de ensino públicos e privados pertencentes ao Sistema Estadual do RS, na forma de um sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo as características, interesses e necessidades de aprendizagem das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (AHSD). Todos os estabelecimentos de ensino, além do acesso à matrícula, devem assegurar as condições para a permanência e a aprendizagem de todas as crianças/estudantes.

O Capítulo V da LDB definiu a Educação Especial como modalidade de ensino, o que garantiu o acesso e a permanência, com qualidade e equidade para todas as crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD, contudo, ainda há muito que avançar.

As instituições de ensino devem assegurar a matrícula e a permanência, organizando-se para o atendimento das crianças/estudantes da educação especial, o que requer ações em todas as instâncias, concernentes à garantia de vagas na educação escolar para a diversidade das crianças/estudantes, independentemente das especificidades que apresentem; a elaboração de projetos pedagógicos que se orientem

pelo sistema educacional inclusivo e pelo compromisso com a educação escolar dessas crianças/estudantes; o provimento, nos sistemas locais de ensino, dos necessários recursos pedagógicos especiais, apoio aos programas educativos e ações destinadas à capacitação de recursos humanos, para atender às demandas dessas crianças/estudantes.

Para fins deste Parecer e normas da modalidade de Educação Especial, o CEEd define, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do RS, que:

a) SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO: remete para ideia de ampliação dos direitos e inserção social de grupos historicamente segregados ou deixados à margem;

b) INCLUSÃO ESCOLAR: consiste na ideia de todas as pessoas, sem qualquer distinção ou discriminação, seja de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas, terem acesso, com qualidade e equidade, ao direito à educação;

c) ACESSIBILIDADE: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

d) BARREIRAS: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

- barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

- barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

- barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

- barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

- barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

e) PÚBLICO DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: são crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA)[1] e altas habilidades/superdotação (AHSD):

[1] O Transtorno do Espectro Autista (TEA) equivale aos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) utilizados na legislação que trata da modalidade de educação especial, uma vez que os especialistas da saúde, voltados para síndromes neurobiológicas e afins, utilizam determinados guias que os auxiliam por meio de uma lista que disponibiliza os distúrbios mentais e os possíveis critérios para diagnosticá-los. O guia mais utilizado é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). De acordo com o DSM-IV (4ª edição do manual), o conjunto de desordens intelectuais era denominado TGD. Dentro desse grupo havia o Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, Síndrome de Heller, entre outros. Com a chegada da 5ª edição, o DSM-V, todas essas possibilidades passaram a ser incluídas no Transtorno do Espectro Autista (TEA). A única divisão passou a ser, então, os graus leve, moderado e severo.

I - criança/estudante com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade, em igualdade e equidade de condições com as demais pessoas.

II - criança/estudante com transtornos do espectro autista (TEA): conforme Lei que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica caracterizada na forma das seguintes situações:

i) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; ou

ii) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores, verbais ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

III - criança/estudante com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas, intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

f) TECNOLOGIA ASSISTIVA: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

g) PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

h) CURRÍCULO FUNCIONAL: é aquele que facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, e a participação em uma grande variedade de ambientes integrados. É uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e/ou TEA. De um modo geral, trata-se de um projeto pedagógico de ensino que oferece oportunidades para as crianças/estudantes aprenderem as habilidades que são importantes para torná-los independentes, competentes, produtivos e felizes em diversas áreas importantes da vida, familiar e em comunidade. A ideia básica é que o ensino esteja orientado para promover a interação positiva da criança/estudante com o meio em que vive.

Cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) assegura o direito à educação, independentemente da condição social, física, intelectual e mental, em instituições de ensino públicas ou privadas, afirmando no Art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Ainda no Art. 209 dispõe que "*O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.*" Ou seja, não há distinção entre o público e o privado quanto à responsabilidade de matricular crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD, sendo que a eles deve ser assegurada educação com qualidade e equidade.

A Lei federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional dos direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista, apresenta as diretrizes desta Política, como a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, atenção integral às necessidades de saúde, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes, reafirmando direitos como o acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

Ainda se destaca que os documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração de Salamanca, de 1994, afirmam a inclusão de crianças com deficiência em estabelecimentos de ensino e trouxeram significativa contribuição na garantia do direito à educação das crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidade/superdotação.

Toda a organização do Sistema Estadual de Ensino deve ter como horizonte a garantia da implementação dos direitos assegurados por preceitos legais e pelo direito primeiro da plenitude de uma vida digna, que assegure a inserção integral de todos os sujeitos na sociedade.

A PERSPECTIVA INCLUSIVA NOS DOCUMENTOS ESCOLARES

A inclusão e ampliação do atendimento às crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD na Educação Básica acontecem com resultados efetivos se condições forem atendidas e contempladas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e no Regimento Escolar (RE) da instituição de ensino, tais como:

a) acessibilidade para todas as crianças/estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos currículos, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino.

b) financiamento adequado para o atendimento com qualidade e equidade;

c) provimento e formação continuada de professores;

d) profissional de apoio escolar com formação/capacitação adequada.

No Projeto Político Pedagógico deve constar a previsão da adaptação dos currículos às necessidades da criança/estudante, de modo a contemplar as competências e habilidades dispostas na BNCC, na forma de Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) ou Planos de Trabalho Individualizados (PTI).

Importante registrar que, na legislação vigente não existente nenhum indicativo de desligamento de crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD da escola, mesmo a partir de determinada idade. Observa-se que, quando necessário e possível, os estudantes com distorção idade/série/ano sejam encaminhados para o atendimento na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e/ou para a formação profissional, visando à inserção no mundo do trabalho, seja ele competitivo ou protegido, e aprendizagem ao longo da vida.

A demanda real de atendimento a crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação deve ser do domínio da sociedade, mediante a criação de sistemas de informação que, além do conhecimento da demanda, possibilitem a identificação, análise, divulgação e intercâmbio de experiências educacionais inclusivas e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo dessas crianças/estudantes.

O PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS MANTENEDORAS

O Poder Público, em colaboração com as mantenedoras, deve:

a) realizar o levantamento da demanda de público alvo a ser atendida;

b) planejar ações e estabelecer políticas condizentes ao atendimento do universo de crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/ superdotação;

c) prover o acesso e permanência de crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação;

d) garantir equipe de apoio multidisciplinar a instituições públicas e privadas que se dedicam à educação especial;

e) promover a formação e capacitação de professores para atuar na educação especial.

Para a organização das turmas, recomenda-se às escolas e suas mantenedoras, visando a qualidade da educação ofertada, a inclusão de, no máximo, 3 (três) crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD, devendo optar ou por profissional de apoio escolar ou pela redução do número máximo de crianças/estudantes por turma, conforme segue:

- com a inclusão de até 2 (duas) crianças/estudantes, deve ter ou a redução de 10% ou o profissional de apoio escolar;

- com a inclusão de 3 (três) crianças/estudantes, deve ter ou a redução de 20% ou o profissional de apoio escolar;

Fica a critério da escola e sua mantenedora a abertura de novas turmas, de acordo com a demanda, desde que garantido o número de profissionais de apoio escolar, conforme necessidade.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação das crianças/estudantes, considerando suas necessidades específicas.

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação das crianças/estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, considerando todos os serviços e recursos que asseguram condições de acesso ao currículo, por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Para a declaração dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, conforme orientações do Censo Escolar, a escola deve valer-se das informações contidas em, pelo menos, um dos seguintes documentos comprobatórios:

a) Plano de AEE: documento que reúne informações sobre os estudantes, público da Educação Especial, elaborado pelo professor de AEE, com a participação do professor referência, da família e do estudante, quando for possível, para atendimento às necessidades específicas desse público. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do plano, o professor do AEE poderá articular-se com profissionais da área

de saúde e, se for necessário, recorrer ao laudo médico, que, neste caso, será um documento subsidiário, anexo ao Plano de AEE.

b) Avaliação biopsicossocial da deficiência, conforme a Lei no 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

c) Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI)/Plano Educacional Individualizado (PEI): Instrumento escrito, elaborado por professor referência da sala de aula, com intuito de propor, planejar e acompanhar a realização das atividades pedagógicas e o desenvolvimento dos estudantes da Educação Especial.

d) Laudo médico: documento que pode ser utilizado como registro administrativo comprobatório para a declaração da deficiência ou do transtorno do espectro autista (TEA) ao Censo Escolar. Cabe destacar que o laudo médico não é documento obrigatório para o acesso à educação, ao atendimento educacional especializado, nem para o planejamento das ações educacionais, que devem estar alicerçadas em princípios pedagógicos, e não clínicos.

A legislação que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado prevê ações em regime de colaboração para ampliar a oferta do AEE às crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD, podendo constituir equipe multidisciplinar como apoio pedagógico e técnico aos estabelecimentos de ensino para o acompanhamento sistemático e contínuo das crianças/estudantes, de forma cooperativa entre União, Estado e Municípios. A equipe multidisciplinar deve ser composta por profissionais da área da educação, saúde e assistência social que possam subsidiar os estabelecimentos de ensino na qualificação do atendimento às crianças/estudantes.

Cabe salientar que as crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD têm direito ao Atendimento Educacional Especializado, uma vez que a escola inclusiva é aquela que se adapta às necessidades de suas crianças/estudantes e não espera que eles se adaptem a um modelo previamente fixado.

O AEE deve ser desenvolvido, conforme legislação vigente, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de educação básica, podendo ser realizado, também, em Centros de Atendimento Educacional Especializado. Logo, o RE e o PPP devem explicitar a forma como o AEE é realizado, tendo ou não a sala de recursos multifuncional. Ainda, o AEE deve ser realizado no turno inverso ao da escolarização, ressalvados os estabelecimentos de ensino com Tempo Integral, cujos PDIs indicam a necessidade, em conformidade com orientação da mantenedora, de maneira a mitigar o impacto no desenvolvimento do currículo previsto para garantir o aprendizado.

Ressalta-se que o Atendimento Educacional Especializado acontece durante toda a etapa da educação básica e seu financiamento segue legislação vigente.

O AEE é efetivado por profissionais especializados, responsáveis por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que desafiem as crianças/ estudantes e possibilitem sua plena participação nas atividades escolares. Este profissional especializado, em articulação com os demais professores e em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, elabora um plano de atividades complementares/suplementares e/ou plano de desenvolvimento individual à formação das crianças/estudantes para garantir o direito à aprendizagem, consideradas suas especificidades. Esses profissionais também definirão o tempo de permanência da criança/estudante no AEE.

O AEE dar-se-á com a colaboração da família e em interface com os demais serviços setoriais da saúde e da assistência social, uma vez que as aprendizagens

decorrentes da realização de atividades junto à turma referência, com orientação específica do professor e apoio dos colegas, serão complementadas, no turno inverso, no AEE. Neste espaço, a criança/estudante receberá atendimento relacionado especificamente às suas características e necessidades, por profissionais especializados e com apoio de material e recursos diferenciados e adequados. O apoio sistematizado e orientado para a necessidade específica, também quando se tratar de atividades de enriquecimento curricular para as crianças/estudantes com altas habilidades/superdotação, sustenta sua continuidade no acompanhamento do grupo que se beneficia do convívio com as diferenças e com a ampliação das experiências. Realizar atividades próprias da sua idade, ainda que necessite de apoios importantes, disponibilizados de diferentes formas, promove a autonomia e favorece o sentimento de pertencimento. Assim, as crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD podem acompanhar seus colegas na continuidade da trajetória escolar.

O AEE pode ser ofertado em Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), conforme o disposto na legislação vigente. O CAEE é instituição pública ou privada, organizada para desenvolver planos de atendimento educacional especializado e/ou plano de desenvolvimento individual a crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação que frequentam a educação básica. Estes CAEEs devem ser credenciados e autorizados, conforme legislação específica vigente.

ESTABELECIMENTOS E CLASSES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A legislação nacional prevê que, se a escola não consegue prover as necessidades das crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD, pode atender, em caráter extraordinário, preferencialmente, em estabelecimentos de ensino especial e na falta destes, em classes especiais nos estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, com turmas de no máximo 10 (dez) crianças/estudantes, a partir do PDI que indica o currículo funcional a ser desenvolvido para cada criança/estudante, quando for o caso.

Esse atendimento deve ser, quando necessário, complementado de maneira articulada por serviços das áreas da Saúde, Trabalho e Assistência Social. Tal definição deve ocorrer por orientação clínica específica, da equipe pedagógica da escola e em diálogo com a família, ficando a critério da escola e sua /mantenedora a abertura de novas turmas especiais, conforme demanda, desde que garantido o número de profissionais de apoio escolar.

Diante disso, a escola especial é organizada para crianças/estudantes cuja deficiência ou TEA requer atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, bem como ajuda e apoio intensos e contínuos para seu desenvolvimento. Para tanto, deve ser credenciada e autorizada para o nível da Educação Básica e etapa a que se propõe, respeitadas as normas específicas para cada etapa ou modalidade de ensino.

Toda escola especial deve desenvolver projetos educacionais de formação complementar para as crianças/estudantes, com ampla interlocução com os serviços de assistência social, cultura, esporte, lazer, trabalho protegido, entre outros e ampla participação dos segmentos da comunidade escolar, com objetivo de integrá-los à sociedade.

Nos estabelecimentos de ensino especial, as turmas devem contar com, no máximo, 10 (dez) crianças/estudantes e as mantenedoras devem se organizar, de modo a prever o número suficiente de vagas, para atender à demanda.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A avaliação do progresso na aprendizagem das crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD, em todas as modalidades e etapas da educação básica, acompanha todo o percurso da criança/estudante, centrada na evolução das suas competências, habilidades e conhecimentos. Deve abranger os aspectos abordados no PDI por todos os profissionais que tem interação, incluindo todas as situações vividas, inclusive elementos oferecidos pela família. Tem como objetivo principal o levantamento de dados para a compreensão de como se dá o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança/estudante. Os registros escolares devem descrever a trajetória da criança/estudante, suas conquistas, bem como a indicação das necessidades e recursos utilizados para o atendimento das especificidades da criança/estudante, em conformidade com o PDI.

A avaliação do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança/estudante deve ser realizada por meio de Parecer Descritivo que apresente o percurso escolar, elaborado pelo professor referência, pelo professor especializado e pela equipe multidisciplinar que realiza o acompanhamento do percurso educativo, devendo ainda indicar a fundamentação legal e teórica, quando as necessidades específicas assim exigirem.

A avaliação é elaborada na perspectiva de fornecer um diagnóstico ao professor, contendo elementos para tomada de decisões sobre a forma de conduzir o processo de desenvolvimento e aprendizagem, de forma a atender o PDI, devendo a escola investigar as causas das dificuldades apresentadas e revisar o PDI da criança/estudante, uma vez que este é o guia a ser implementado, além de descrever as habilidades e as competências a serem desenvolvidas, bem como o resultado que se espera alcançar. O PDI é instrumento indispensável para subsidiar uma ação mais efetiva da equipe pedagógica da escola.

TERMINALIDADE ESPECÍFICA

Terminalidade específica é uma certificação de conclusão de escolaridade, fundamentada em avaliação pedagógica, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades, competências e conhecimentos concluídos pelos estudantes com grave deficiência mental ou múltipla, requerendo a necessidade de apoios e ajudas intensos e contínuos, bem como de adaptações curriculares significativas, sem, contudo, significar uma escolarização sem horizonte definido; seja em termos de tempo ou em termos de competências, habilidades e conhecimentos previstos nos Planos de Estudos ou Planos de Curso.

Destaca-se que a grave deficiência mental ou múltipla, ainda que com os apoios e adaptações necessários, está diretamente ligada ao fato dos estudantes não alcançarem os resultados de escolarização, previstos no Artigo 32, I, da LDB: “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” – e uma vez esgotadas as possibilidades apontadas nos Artigos 24, 26 e 32 da LDB – as escolas devem fornecer-lhes uma certificação de conclusão de escolaridade, denominada terminalidade específica.

O Certificado de Terminalidade Específica no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio deve ser acompanhado de Parecer Descritivo, contendo além das habilidades e competências e conhecimentos construídos, o encaminhamento para o prosseguimento da escolarização, para o mundo do trabalho, assistência social, esportes, cultura e saúde,

ou para alternativas educacionais que podem ser: oficina protegida na escola ou em outro local, modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ou inserção no mundo do trabalho. O Parecer deve ser elaborado pelos professores e demais profissionais, incluindo o Atendimento Educacional Especializado, com base no cumprimento do currículo funcional previsto no PDI/PEI.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão Temporária de Educação Especial conclui por orientar o Sistema Estadual de Ensino do RS, nos termos deste Parecer e afirmar que:

a) toda criança/estudante, independentemente de sua deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, tem direito à matrícula em instituições de educação públicas ou privadas;

b) o Atendimento Educacional Especializado - AEE, ofertado de forma complementar ou suplementar, no turno inverso, para crianças/estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidade/superdotação, matriculados em estabelecimentos de ensino é obrigatório;

c) o número de crianças/estudantes com deficiência, TEA e AHSD, seja semelhante ou diferenciada, deve ser observado na organização das turmas;

d) Este Parecer entra em vigor na data de sua publicação, ressalvada a organização das turmas para o ano letivo de 2022.

Em 14 de fevereiro de 2022.

Marcelo Augusto Mallmann – relator
Carla Tatiana Labres dos Anjos - relatora
Simone Goldschmidt – relatora

Aprovado, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 23 de fevereiro de 2022.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

4.2 – Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 351, DE 13 DE MAIO DE 2020.

Prorroga, até 31 de julho de 2020, o prazo estabelecido na Resolução CEEd nº 346/2019.

O **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações, na Lei do Plano Nacional de Educação nº 13.005/2014, na Lei do Plano Estadual de Educação nº 14.705/2015, na Resolução CNE/CP nº 02/2017, no Parecer CNE/CP nº 15/2017, e na norma do Sistema Estadual de Ensino construída em regime de colaboração para o território estadual, Resolução CEEd nº 346/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 31 de julho de 2020, o prazo estabelecido no parágrafo único, do Artigo 1º da Resolução CEEd nº 346, de 09 de outubro de 2019.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação revogando a disposição em contrário.

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 13 de maio de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente em exercício

J U S T I F I C A T I V A

A Resolução CEEd nº 346, de 09 de outubro de 2019, que determinou e orientou, em Regime de Colaboração, procedimentos para o monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho – RCG, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e suas modalidades, no território estadual, de acordo com a Resolução CEEd nº 345/2018, definiu, em seu artigo 1º, parágrafo único, prazo até 15 de dezembro de 2019, para preenchimento de formulário online pelas mantenedoras públicas e privadas.

Por essa razão, foram disponibilizados formulários na página da internet do Conselho Estadual de Educação, para preenchimento por parte das mantenedoras das instituições públicas e privadas que ofertam as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e suas modalidades, objetivando a produção de relatórios de monitoramento que contribuam para o processo de implementação da BNCC e do RCG.

Contudo, foram encaminhadas a este Conselho, por parte das mantenedoras, inúmeras solicitações de prorrogação do prazo para preenchimento de tais formulários, justificadas pelas dificuldades das mesmas devido às atribulações advindas da organização das atividades escolares ao final do ano letivo de 2019. A ampliação do prazo para preenchimento desses formulários, possibilita que mais mantenedoras possam atender ao pedido da Resolução CEEd nº 346/2019, qualificando a análise do monitoramento da implementação da BNCC e do RCG. Tais aspectos, ainda, somam-se ao atual cenário de suspensão de atividades decorrente das medidas de proteção e prevenção ao contágio de estudantes, profissionais da educação (professores e funcionários de escola) e comunidade escolar pelo novo Coronavírus – COVID-19.

Por tais razões, a Comissão de Planejamento e a Comissão Especial do Regime de Colaboração deste Conselho, em reunião no dia 13 de abril de 2020, com os representantes das entidades integrantes do Grupo de Estudos e Debates Permanentes do Regime de Colaboração (GEDP-RC), propuseram a prorrogação do prazo para o preenchimento dos formulários online até 31 de julho de 2020.

Em 06 de maio de 2020.

Hilário Bassotto – relator
Ana Rita Berti Bagestan
Antônio Maria Melgarejo Saldanha

RESOLUÇÃO Nº 352, DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Determina e orienta procedimentos para o monitoramento da realização das atividades domiciliares, pelas instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 01/2020.

O **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**, usando das atribuições que lhe são conferidas, pela Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, art. 11, incisos III e XVI, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações, no Decreto estadual nº 55.154/2020 e, no Parecer CEEd nº 01/2020.

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução determina e orienta procedimentos para o monitoramento da realização das atividades domiciliares, pelas instituições integrantes

do Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 01/2020, por meio de preenchimento de formulário *online*.

Parágrafo Único. As mantenedoras públicas e privadas deverão realizar o preenchimento do formulário *online* até 31 de julho de 2020.

Art. 2º Para fins desta Resolução fica definido que o processo de monitoramento da realização de atividades domiciliares, nos termos do Parecer CEEd nº 01/2020, será desencadeado pelo preenchimento de formulário *online*, contendo informações de mantenedoras públicas e privadas, acerca:

I – da divulgação pelas instituições de ensino, junto à comunidade escolar, das formas de prevenção e cuidados, de acordo com os órgãos de saúde, bem como o período de suspensão das atividades presenciais na própria instituição;

II – do planejamento e organização das atividades escolares, realizadas pelos estudantes fora da instituição, indicando quais as atividades, metodologias, recursos disponíveis, formas de registro e comprovação de realização das mesmas;

III – do planejamento e realização das atividades escolares desenvolvidas nesse período de excepcionalidade, fora do ambiente escolar, e computadas para o cumprimento do previsto nos Planos de Estudos e de Curso, a partir de materiais didáticos e/ou recursos tecnológicos disponíveis, bem como registros das mesmas e em consonância com seu Projeto Pedagógico;

IV – da qualidade das atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino, as quais devem assegurar o padrão no Art. 206, inciso VII, da Constituição Federal, e no Art. 3º, inciso IX, da LDBEN.

Parágrafo Único. O formulário *online* constitui anexo a esta Resolução e está disponível via link no site do CEEd/RS.

Art. 4º As respostas dos formulários serão sistematizadas em forma de relatório, para posterior manifestação e devolutiva aos integrantes dos Sistemas de Ensino.

Art. 5º Caberá ao CEEd/RS, no âmbito de suas competências legais, sanar casos omissos, por meio de atos específicos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 24 de junho de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

J U S T I F I C A T I V A

O Parecer CEEd nº 01, de 18 de março de 2020, orientou as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19, definindo a admissão de atividades domiciliares nos termos do item 8.

Diante disso, tendo em vista a atribuição de cumprimento da fiscalização dos seus atos normativos e considerando o momento de excepcionalidade vivido, que exige mudanças significativas na organização das instituições de ensino para o atendimento das crianças/estudantes da Educação Básica e Superior, o Conselho Estadual de Educação justifica a necessidade de acompanhar a implementação das atividades domiciliares pelos integrantes do Sistema Estadual de Ensino por meio de um formulário online a ser preenchido pelas mantenedoras públicas, privadas e comunitárias.

Em 10 de junho de 2020.

Hilário Bassotto – relator
Ana Rita Berti Bagestan – relatora
Antônio Maria Melgarejo Saldanha – relator

FORMULÁRIO ONLINE – ANEXO RESOLUÇÃO CEEd N° 352/2020

A) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. NOME DA MANTENEDORA: _____

2. ESFERA ADMINISTRATIVA DA MANTENEDORA:

( ) PÚBLICA ESTADUAL: CRE _____ Nº DE ESCOLAS MANTIDAS _____

( ) PÚBLICA MUNICIPAL: Nº DE ESCOLAS MANTIDAS ____ MUNICÍPIO ____

( ) PRIVADA: Nº DE ESCOLAS MANTIDAS _____

( ) COMUNITÁRIA: Nº DE ESCOLAS MANTIDAS _____

3. TELEFONE DA MANTENEDORA: _____

4. EMAIL INSTITUCIONAL DA MANTENEDORA _____

5. NOME DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO _____

6. TELEFONE DE CONTATO PARA DÚVIDAS SOBRE O PREENCHIMENTO DESTE FORMULÁRIO _____

B) DADOS SOBRE A OFERTA DE ATIVIDADES DOMICILIARES

1. A MANTENEDORA DISPONIBILIZOU ORIENTAÇÕES SOBRE A PANDEMIA E SOBRE A FORMA DE ATIVIDADES DOMICILIARES (ITEM 8.1. DO PARECER N° 01):

( ) SIM

( ) NÃO

( ) SOMENTE ORIENTAÇÕES PANDEMIA

( ) SOMENTE ORIENTAÇÕES ATIVIDADES DOMICILIARES PARA COMUNIDADE ESCOLAR

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

2. FORMA DE DIVULGAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES:

( ) MATERIAL FIXADO NA ESCOLA

( ) AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM. QUAL _____

( ) REDES SOCIAIS *ONLINE*. QUAL _____

( ) APLICATIVOS DE COMUNICAÇÃO. QUAL _____

( ) ENVIO DE MATERIAL IMPRESSO

( ) OUTROS. ESPECIFIQUE: _____

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

3. FOI REALIZADO PLANEJAMENTO COM REGISTROS PARA O PERÍODO DE EXCEPCIONALIDADE, NOS TERMOS DO PARECER CEEd Nº 01/2020:

( ) SIM

( ) NÃO

( ) EM PARTE

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

4. ETAPAS E MODALIDADES CONTEMPLADAS COM ATIVIDADES DOMICILIARES:

( ) EDUCAÇÃO INFANTIL – ATÉ 3 ANOS

( ) EDUCAÇÃO INFANTIL – 4 E 5 ANOS

( ) ANOS INICIAIS DO EF

( ) ANOS FINAIS DO EF

( ) ENSINO MÉDIO

( ) TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO/ESPECIALIZAÇÕES

( ) CURSO NORMAL

( ) CURSO NORMAL – APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

( ) EDUCAÇÃO ESPECIAL

( ) EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

( ) EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA, QUILOMBOLA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

5. INÍCIO DA OFERTA DAS ATIVIDADES DOMICILIARES:

( ) MARÇO

( ) ABRIL

( ) MAIO

( ) JUNHO

( ) NÃO INICIARAM

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

6. TIPO DE RECURSOS UTILIZADOS:

( ) MATERIAL FÍSICO – IMPRESSÃO DE MATERIAL

( ) LIVROS DIDÁTICOS

( ) APOSTILAS DE SISTEMA DE ENSINO

( ) AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM. QUAL _____

( ) REDES SOCIAIS *ONLINE*. QUAL _____

( ) APLICATIVOS DE COMUNICAÇÃO. QUAL _____

( ) OUTROS. DESCREVA: _____

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

7. PERIODICIDADE DE ENVIO DAS ATIVIDADES DOMICILIARES:

( ) DIÁRIO

( ) SEMANAL

( ) QUINZENAL

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

8. FORMA DE OFERTA DE ATIVIDADES DOMICILIARES:

( ) SÍNCRONAS (PROFESSORES E CRIANÇAS/ESTUDANTES AO MESMO TEMPO)

( ) ASSÍNCRONAS

( ) AMBAS AS FORMAS

( ) PLANTÃO/SERVIÇO TIRA DÚVIDAS PRESENCIAL

( ) PLANTÃO/SERVIÇO TIRA DÚVIDAS VIRTUAL SÍNCRONO

( ) PLANTÃO/SERVIÇO TIRA DÚVIDAS VIRTUAL ASSÍNCRONO

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

9. MEIOS DE ACESSO À INTERNET, MAIS UTILIZADOS PELOS ESTUDANTES:

( ) REDE DE TELEFONIA MÓVEL COM ACESSO À INTERNET (3G, 4G)

( ) BANDA LARGA (*WIFI*) COM ALTA VELOCIDADE EM CASA

( ) BANDA LARGA (*WIFI*) COM BAIXA VELOCIDADE EM CASA

( ) OUTROS. ESPECIFIQUE: _____

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

10. DISPOSITIVOS MAIS UTILIZADOS PELOS ESTUDANTES:

( ) NOTEBOOK

( ) TABLET

( ) SMARTPHONE

( ) OUTROS. ESPECIFIQUE: _____

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

11. EXISTE CONTROLE DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES COM REGISTROS QUALITATIVOS (DETALHAMENTO DA PARTICIPAÇÃO OU NÃO DOS ESTUDANTES):

( ) SIM

( ) NÃO

( ) SÓ CONTROLE SEM REGISTROS

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

12. ENTREGA DAS ATIVIDADES DOMICILIARES PELOS ESTUDANTES:

( ) COM PRAZOS E FORMA DE ENTREGA DEFINIDOS A CADA ATIVIDADE ENVIADA

( ) SOMENTE AO FINAL DO PERIODO DE EXCEPCIONALIDADE

( ) MATERIAL FÍSICO – IMPRESSO

( ) USO DE AMBIENTE VIRTUAL, REDES SOCIAIS, APLICATIVOS DE COMUNICAÇÃO

( ) OUTROS. ESPECIFIQUE: _____

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

13. EXISTE MONITORAMENTO SOBRE O NÚMERO DE ESTUDANTES QUE NÃO TEM ACESSO ÀS ATIVIDADES DOMICILIARES?

( ) SIM

( ) NÃO

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

14. ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATENDER ESTUDANTES QUE NÃO REALIZARAM AS ATIVIDADES DOMICILIARES OFERECIDAS:

( ) NÃO POSSUI

( ) ENTREGA DE MATERIAL IMPRESSO OU DIGITAL

( ) CONTATO COM OS RESPONSÁVEIS OU O ESTUDANTE (SE MAIOR DE 18 ANOS) PARA IDENTIFICAÇÃO DO MOTIVO DA NÃO PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ESCOLARES

( ) BUSCA DE SOLUÇÕES CONJUNTAS COM OS PROFESSORES DE FORMA A FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DE TODOS

( ) ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES QUE APRESENTAM MAIOR DIFICULDADE, OFERECENDO O APOIO NECESSÁRIO

( ) OUTRA. ESPECIFIQUE: _____

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

15. POSSÍVEIS CAUSAS PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES:

( ) DIFICULDADES NO ACESSO À INTERNET

( ) DIFICULDADES COM AS TICS

( ) DIFICULDADE COM A METODOLOGIA DAS AULAS

( ) MUITAS ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES PARA ACESSO REMOTO

( ) NÃO POSSUIR LIVROS EM CASA PARA ESTUDO COMPLEMENTAR OU REVISÃO

( ) MUITOS AFAZERES QUE IMPEDEM A REALIZAÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES

( ) FALTA DE ATENDIMENTO DOS PROFESSORES

( ) ANSIEDADE/DESORGANIZAÇÃO EMOCIONAL DOS ESTUDANTES/FAMÍLIAS

( ) QUESTÕES FAMILIARES QUE IMPACTAM NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

( ) OUTRA. ESPECIFIQUE: _____

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

16. EM CASO DE ATIVIDADES SÍNCRONAS, PERCENTUAL DE ESTUDANTES PARTICIPANTES:

( ) ATÉ 20%

( ) 21 A 40%

( ) 41% A 60%

( ) 61% A 80%

( ) 81% Aa 100%

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

17. EM CASO DE ATIVIDADES ASSÍNCRONAS, PERCENTUAL DE ESTUDANTES PARTICIPANTES:

( ) 0 A 20%

( ) 21 A 40%

( ) 41% A 60%

( ) 61% A 80%

( ) 81% A 100%

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

18. REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES PARA ELABORAR E DESENVOLVER AS ATIVIDADES DOMICILIARES:

( ) SIM

( ) NÃO

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

19. TODOS OS PROFESSORES ESTÃO PARTICIPANDO DO PLANEJAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOMICILIARES?

( ) SIM

( ) NÃO

( ) EM PARTE

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

20. DIFICULDADES DOS PROFESSORES DURANTE SEU TRABALHO NÃO PRESENCIAL:

( ) HORÁRIO DE TRABALHO

( ) ACESSO AS TICS

( ) INTERNET

( ) INFRAESTRUTURA/EQUIPAMENTOS

( ) OUTROS. ESPECIFIQUE: _____

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

21. SOBRE A QUALIDADE DAS ATIVIDADES DOMICILIARES OFERTADAS, PODE-SE AFIRMAR:

( ) MUITO SATISFATÓRIA

( ) SATISFATÓRIA

( ) POUCO SATISFATÓRIA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

22. QUANTO AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS NO PLANO DA MANTENEDORA REFERENTE AS ATIVIDADES DOMICILIARES, EM TEMPO DE PANDEMIA, PODE-SE DIZER QUE ESTÁ:

( ) ATINGIDO

( ) ATINGIDO EM PARTE

( ) NÃO ATINGIDO

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

23. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS FORAM INCLUÍDOS NAS ATIVIDADES DOMICILIARES:

( ) SIM

( ) NÃO

( ) NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO, SE NECESSÁRIO: _____

RELATÓRIO DO MONITORAMENTO INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CEEd nº 352/2020 SOBRE A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOMICILIARES, PELAS INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por finalidade apresentar os dados e análise acerca das questões apresentadas no formulário *online*, disponibilizado no *site* do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd-RS, em atendimento ao Parecer CEEd nº 01, de 18 de março de 2020 e à Resolução CEEd nº 352, de 24 de junho de 2020.

O CEEd-RS demandado pela suspensão das atividades escolares presenciais no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, em função da propagação do novo Coronavírus – COVID-19, exarou o Parecer CEEd nº 01/2020 orientando as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares e o cumprimento do Calendário Escolar previsto, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao contágio e proteção aos estudantes, profissionais da educação (professores e funcionários de escola) e comunidade escolar.

Diante desse cenário, tendo em vista a atribuição de cumprimento da fiscalização dos seus atos normativos e considerando o momento de excepcionalidade vivido, que exige mudanças significativas na organização das instituições de ensino para o atendimento das crianças/estudantes da Educação Básica e Superior, o CEEd-RS entendeu a necessidade de acompanhar a implementação das atividades domiciliares pelos integrantes do Sistema Estadual de Ensino por meio de um formulário *online* a ser preenchido pelas mantenedoras públicas, privadas e comunitárias. Nesse sentido exarou a Resolução CEEd nº 352/2020, que "*Determina e orienta procedimentos para o monitoramento da realização das atividades domiciliares, pelas instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 01/2020.*

Conforme disposto no artigo 1º da referida Resolução, as mantenedoras públicas e privadas deveriam preencher o formulário *online* **até 31 de julho de 2020**. Este prazo foi prorrogado até **21 de setembro**, tendo sido comunicado às Mantenedoras por meio do Ofício Circular nº 001/2020, publicado no site do CEEd.

A elaboração do formulário *online* buscou atender ao disposto no art. 2º da Resolução CEEd nº 352/2020, o qual definia que o processo de monitoramento da realização de atividades domiciliares, deveria conter informações de mantenedoras públicas e privadas, acerca:

I – da divulgação pelas instituições de ensino, junto à comunidade escolar, das formas de prevenção e cuidados, de acordo com os órgãos de saúde, bem como o período de suspensão das atividades presenciais na própria instituição, conforme orientação da mantenedora;

II – do planejamento e organização das atividades escolares, a serem realizadas pelos estudantes fora da instituição, indicando quais as atividades, metodologias, recursos disponíveis, formas de registro e comprovação de realização das mesmas;

III – do planejamento e realização das atividades escolares desenvolvidas nesse período de excepcionalidade, fora do ambiente escolar, e computadas para o cumprimento do previsto nos Planos de Estudos e de Curso, a partir de materiais didáticos e/ou recursos tecnológicos disponíveis, com registros das mesmas e em consonância com seu Projeto Pedagógico;

IV – da qualidade das atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino, as quais devem assegurar o padrão no Art. 206, inciso VII, da Constituição Federal, e no Art. 3º, inciso IX, da LDBEN.

Para abarcar estes quatro itens foi elaborado um formulário contendo as questões abaixo:

- A Mantenedora disponibilizou orientações sobre a pandemia e também sobre a forma de oferta das atividades domiciliares?

- Qual a forma de divulgação foi utilizada pela Mantenedora?

- Foi realizado planejamento nos termos do Parecer CEEd 001/2020, com registros para o período de excepcionalidade?

- Etapas e modalidades contempladas com a oferta de atividades domiciliares:

- O início da oferta das atividades domiciliares foi em:

- Os recursos utilizados para a oferta das atividades domiciliares foram:

- A periodicidade das atividades domiciliares é:

- Em relação à comunicação entre professores e estudantes na oferta de atividades domiciliares:

- Sobre o acesso à internet mais utilizado pelos estudantes:

- Sobre os dispositivos mais utilizado pelos estudantes:

- Existe controle de participação dos estudantes com registros explicativos/observações:

- A entrega/devolução das atividades domiciliares pelos estudantes:

- Existe monitoramento dos estudantes que não tem acesso/participam das atividades domiciliares oferecidas:

- Estratégias utilizadas para atender estudantes que não realizaram as atividades domiciliares oferecidas:

- Possíveis causas para a não participação dos estudantes:

- Instrumentos avaliativos foram incluídos na oferta das atividades domiciliares:

- Em caso de oferta de atividades domiciliares síncronas, o percentual de estudantes que participam é:

- Em caso de oferta de atividades domiciliares assíncronas, o percentual de estudantes que participam é:

- A mantenedora realizou formação dos docentes para a elaboração e desenvolvimento das atividades domiciliares:

- Todos os professores foram engajados e participam do planejamento e operacionalização das atividades domiciliares:

- Possíveis dificuldades dos professores durante o período de excepcionalidade das atividades domiciliares:

- Sobre a qualidade das atividades domiciliares ofertadas, pode-se dizer que:

- Sobre o cumprimento dos objetivos do Plano elaborado pela Mantenedora, pode-se dizer que:

Após concluído o prazo estipulado e prorrogado para o preenchimento do formulário *online* tem-se os seguintes dados de mantenedoras públicas e privadas que atenderam as normas citadas acima:

I - **Mantenedoras públicas**:

- Municipais: das **72** Secretarias Municipais que integram o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, **31** responderam, perfazendo **43%**.

- Estadual: representada por meio das **30** Coordenadorias Regionais de Ensino (CREs), 15 responderam, perfazendo **50%**.

II - **Mantenedoras Privadas/Comunitárias**: das **1.044** mantenedoras cadastradas no CEEd/RS, **332** participaram da pesquisa (313 Privadas e 19 comunitárias), perfazendo **31,80%.**

A seguir este relatório apresenta os dados empíricos, informados pelas mantenedoras públicas e privadas, e a análise dos mesmos.

MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOMICILIARES

O formulário *online* procurou saber se a Mantenedora disponibilizou orientações sobre a pandemia e também sobre a forma de oferta das atividades domiciliares. A representação abaixo (Figura 1) apresenta as respostas obtidas das 31 Secretarias Municipais de Educação e das 332 mantenedoras privadas/comunitárias. Percebe-se que a maioria das mantenedoras orientou suas comunidades tanto sobre a pandemia em si quanto sobre a forma de organização para a oferta das atividades domiciliares autorizadas pelo Parecer CEEd nº 001/2020. Todas as CRES disponibilizaram orientações às suas comunidades.

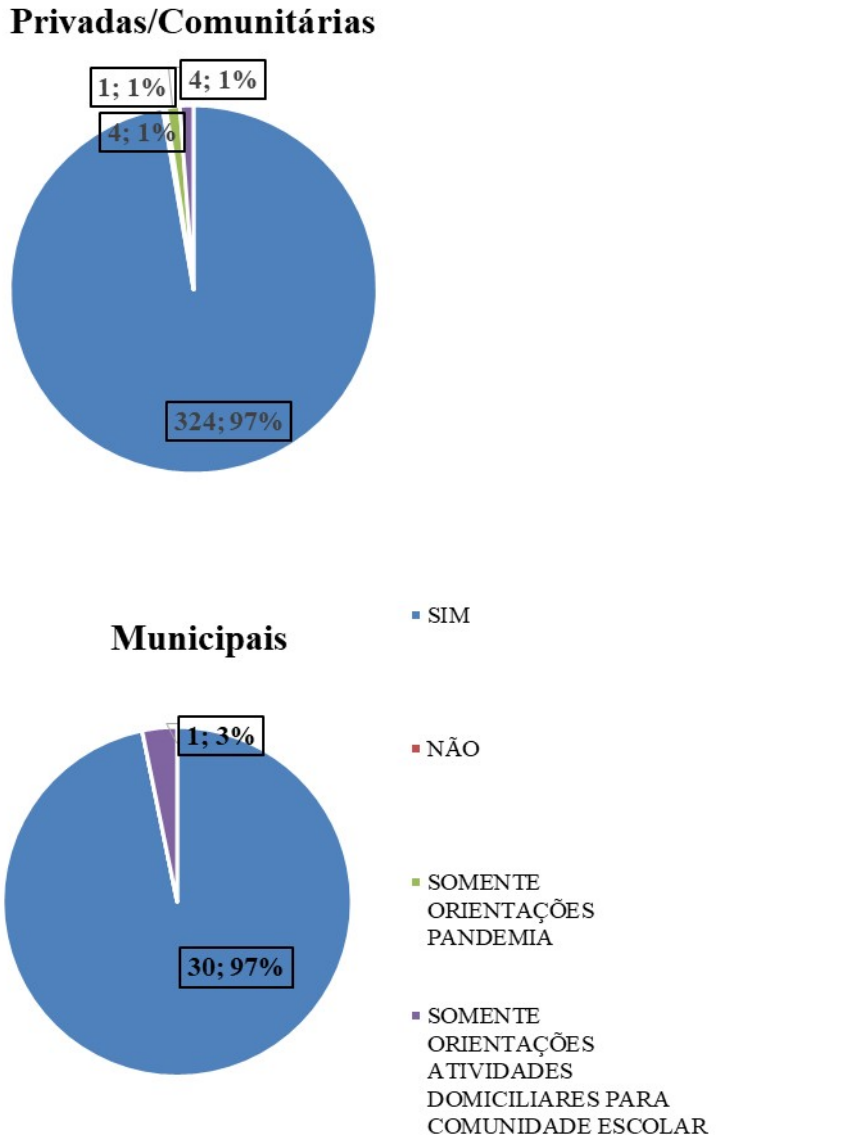


Figura 1. Gráficos representando como ocorreu a disponibilização de orientações sobre a pandemia e sobre a forma de atividades domiciliares dentre as mantenedoras privadas/comunitárias e as Secretaria Municipais de Educação.

A questão seguinte procurou identificar a forma de divulgação utilizada pela Mantenedora. Conforme se percebe pelos gráficos abaixo (Figura 2), as mantenedoras públicas e privadas que responderam, utilizaram concomitantemente cinco alternativas. Entre as mantenedoras privadas/comunitárias três modalidades de divulgação se destacam: os aplicativos de comunicação (28%), as redes sociais *online* (23%) e os ambientes virtuais de aprendizagem (21%). Três APAES incluíram visitas domiciliares. Entre as mantenedoras municipais as principais formas de divulgação foram o envio de material impresso (30%), seguido dos aplicativos de comunicação (28%) e das redes sociais *online* (25%). Houve também orientações por rádio e em ambiente escolar por parte da Secretaria da Saúde. Entre as CREs houve um equilíbrio entre as cinco modalidades de divulgação, porém a forma menos utilizada foi o material fixado na Escola (17%).

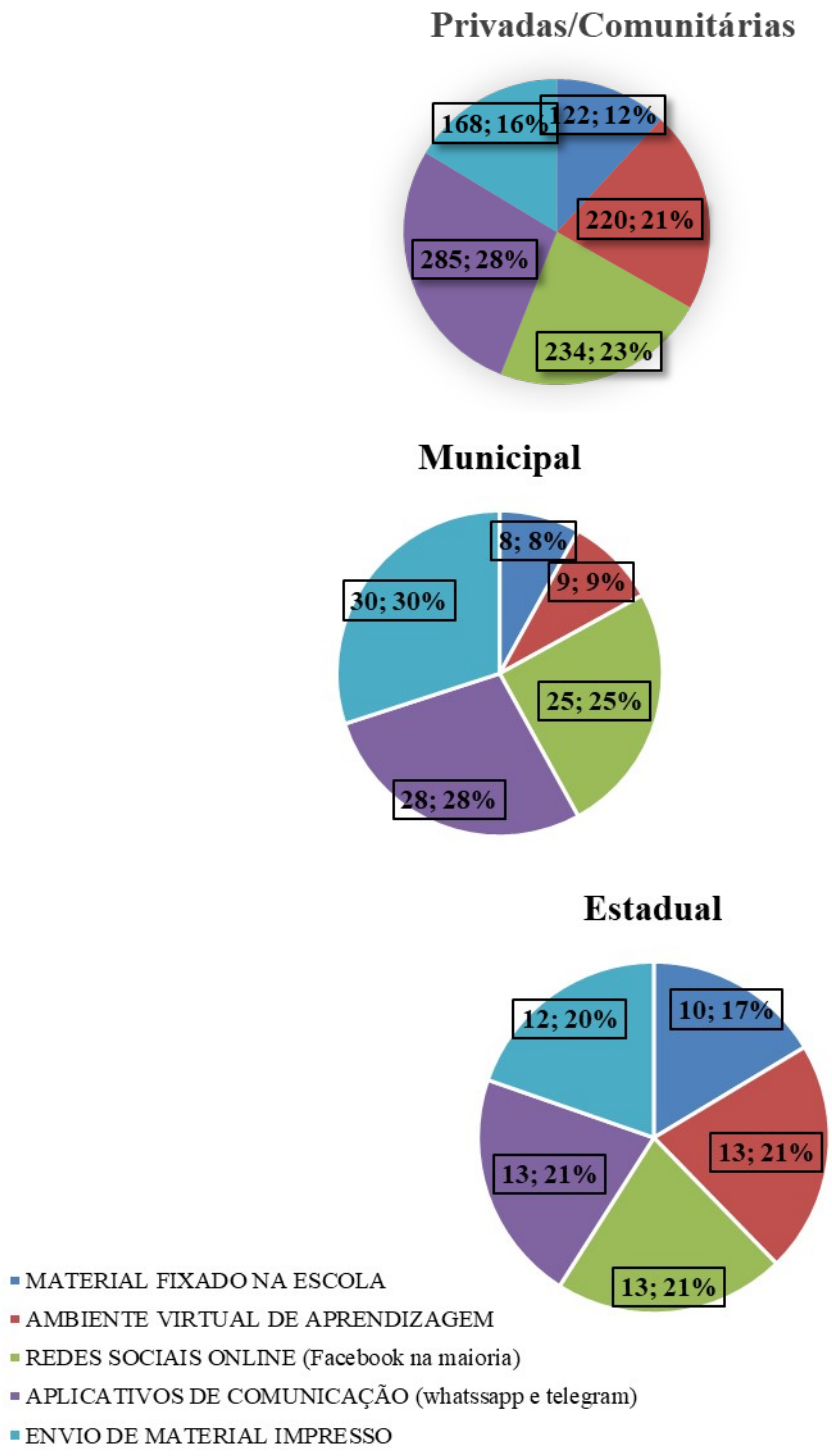


Figura 2. Gráficos representando as formas de divulgação das orientações das atividades domiciliares durante a pandemia pelas Mantenedoras privadas/comunitárias, pelas Secretarias Municipais de Educação e, pelas Coordenadorias Regionais de Educação.

A próxima questão indagava sobre as Etapas e modalidades contempladas com a oferta de atividades domiciliares. Conforme se percebe no Quadro 1, houve oferta de atividades domiciliares a todas as modalidades de ensino, nas suas esferas de atuação. Porém a grande maioria das mantenedoras privadas/comunitárias que responderam o

formulário indicou o atendimento no Ensino Fundamental e na Pré-escola. Entre as mantenedoras municipais, a oferta também está concentrada na Educação Infantil – creche e pré-escola e no Ensino Fundamental – anos iniciais, uma vez que a maior parte das matrículas está nessas etapas. Entre as CREs, a oferta está concentrada no Ensino Fundamental – anos finais e no Ensino Médio, com suas diversas formas de oferta.

Quadro 1. Etapas e Modalidades da Educação Básica contempladas com as atividades domiciliares pelas mantenedoras privadas/comunitárias, municipais e, pela mantenedora pública estadual.

	Privadas/Comunitárias	**Municipais**	**Estadual**
EDUCAÇÃO INFANTIL – ATÉ 3 ANOS	132	29	-
EDUCAÇÃO INFANTIL – 4 E 5 ANOS	203	31	9
ANOS INICIAIS DO EF	242	30	4
ANOS FINAIS DO EF	190	19	14
ENSINO MÉDIO	155	1	15
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO/ESPECIALIZAÇÕES	58	-	14
CURSO NORMAL	4	-	14
CURSO NORMAL – APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	2	-	14
EDUCAÇÃO ESPECIAL	86	11	14
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	59	-	14
EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA, QUILOMBOLA	-	-	14

A questão seguinte pretendia obter informações sobre o início da oferta das atividades domiciliares. Entre as mantenedoras privadas/comunitárias (75%) e entre as mantenedoras municipais (68%), a oferta iniciou ainda em março, tendo nos meses de abril, maio e junho a expansão para o conjunto da oferta escolar dos respondentes (Figura 3). Todas as CREs que participaram do monitoramento iniciaram as atividades domiciliares em março.

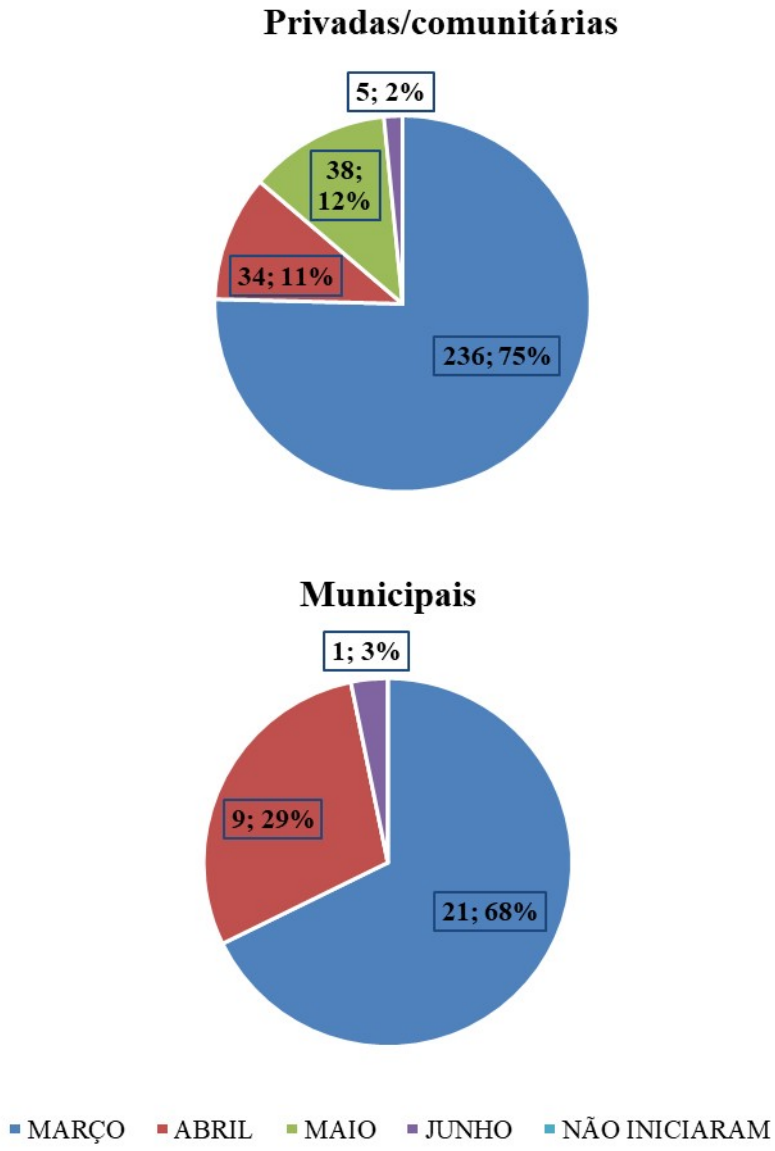
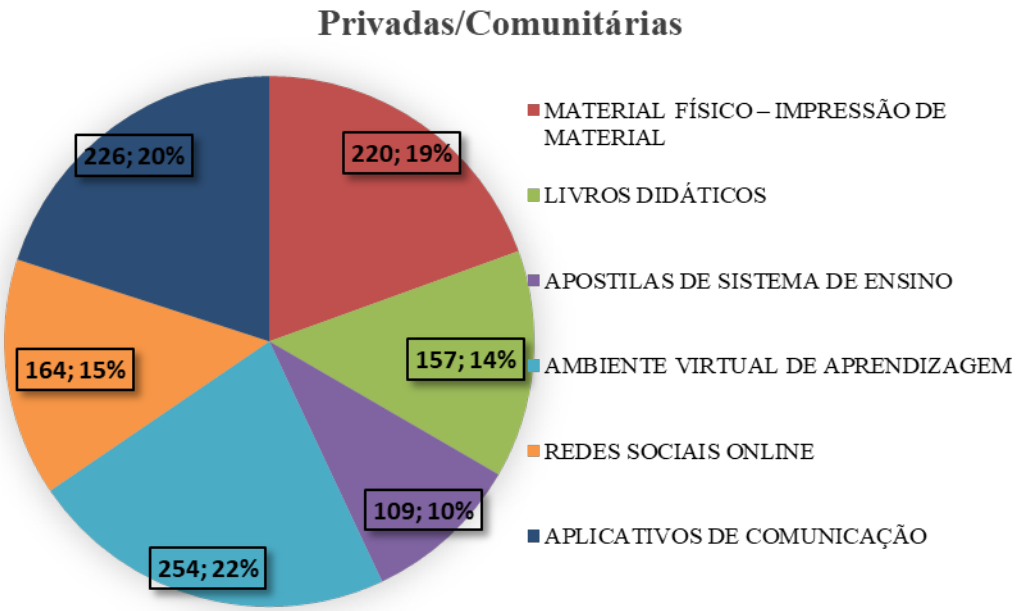
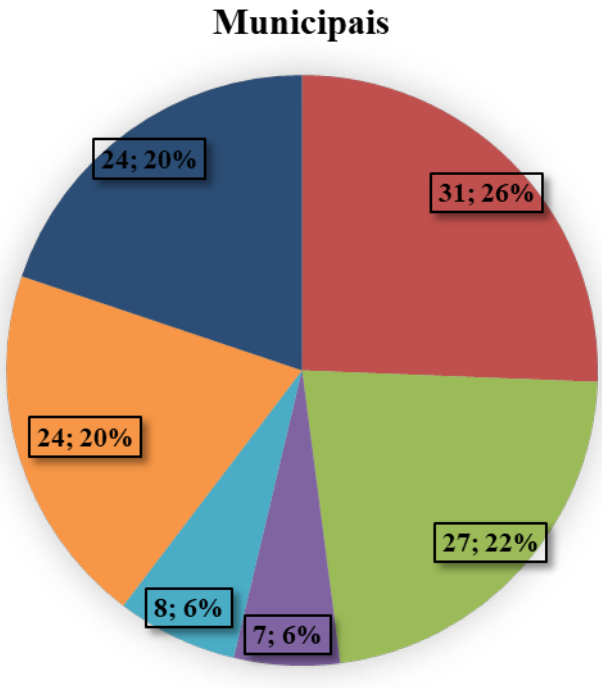


Figura 3. Gráficos representativos do início da oferta das atividades domiciliares pelas mantenedoras privadas/comunitárias e pelas Secretarias Municipais de Educação.

A próxima questão do formulário tratava de averiguar os recursos didáticos-pedagógicos utilizados para a oferta das atividades domiciliares. Conforme demonstra a Figura 4, os recursos foram bem diversificados, tendo sido utilizados materiais físicos, livros didáticos, apostilas de sistema, ambiente virtual de aprendizagem, redes sociais *online* e aplicativos de comunicação. Dentre os ambientes virtuais destacam-se: Plataforma plural - plataforma mangahigh - ugu sala digital: classroom, hangoutf, ungumith, Plataforma Google Meet, Plataforma FTD Iônica e Unimestre, Sistema Positivo de Ensino - Positivo On - google classroom; google meet; Projeto UNOI, google Meet, Zoom, Aprimora, Plataforma de Ensino Plurall/SOMOS, Google for Education - Goolge Meet, Classroom, Google Drive, Google formulários - Plurall (plataforma da Somos educação); Plataforma Elefante Letrado. Entre as mantenedoras privadas/comunitárias, o uso de plataformas virtuais, embora predominante (22%), não excluiu outras formas de oferta das atividades domiciliares. Entre as mantenedoras municipais a entrega de materiais físicos acaba predominando (26%), mesmo que a

comunicação com a comunidade escolar na maioria usa as redes sociais e aplicativos de comunicação. Entre as CREs houve um equilíbrio entre materiais físicos, ambiente virtual de aprendizagem, redes sociais *online* e aplicativos de comunicação.





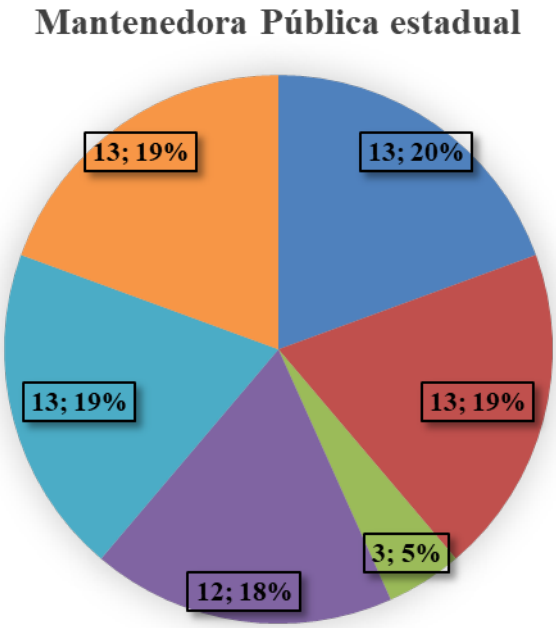


Figura 4. Gráficos representando recursos utilizados para oferta das atividades domiciliares durante a pandemia pelas Mantenedoras privadas/comunitárias, pelas Secretarias Municipais de Educação e, pelas Coordenadorias Regionais de Educação.

A questão seguinte indagava sobre a periodicidade das atividades domiciliares oferecidas pelas mantenedoras. As opções apresentadas foram: diária, semanal e quinzenal. Pelos gráficos abaixo (Figura 5), infere-se que a ampla maioria das mantenedoras privadas/comunitárias ofereceu atividades domiciliares diariamente (70%). Entre as mantenedoras municipais que responderam o formulário, quase a metade informou que ofereceu atividades quinzenalmente (40%), mas houve um equilíbrio na oferta de atividades diárias (31%) e semanal (29%). Entre as CREs predominou o oferecimento semanal (45%), seguido pelo quinzenal (35%) e em menor proporção o oferecimento de atividades diárias (20%).

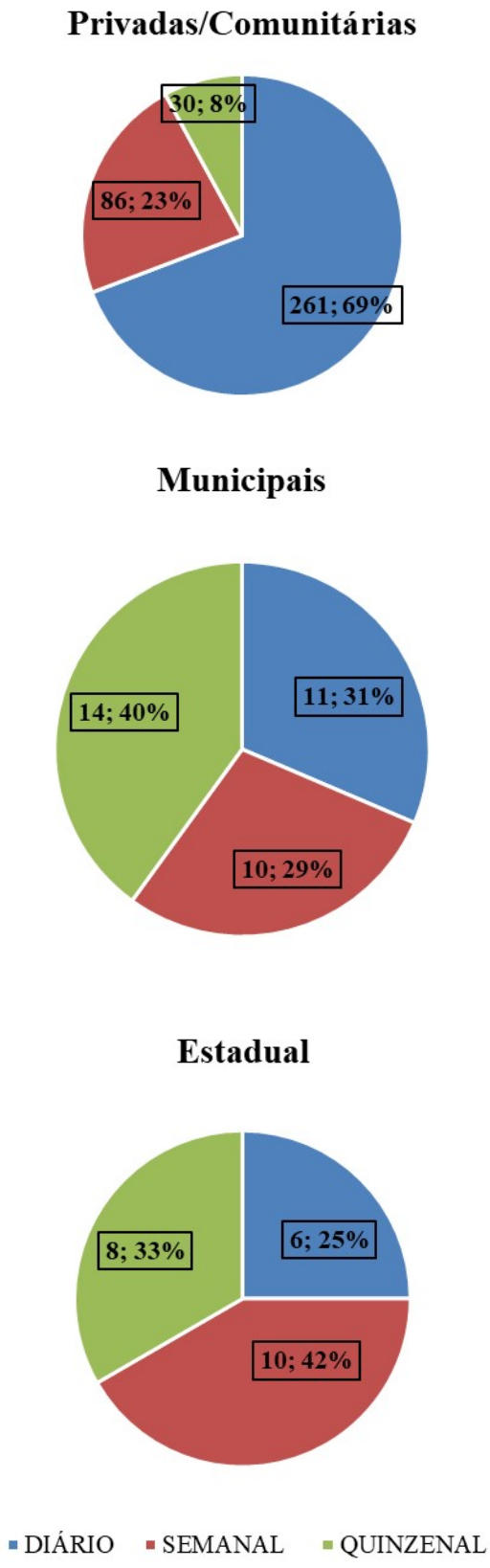
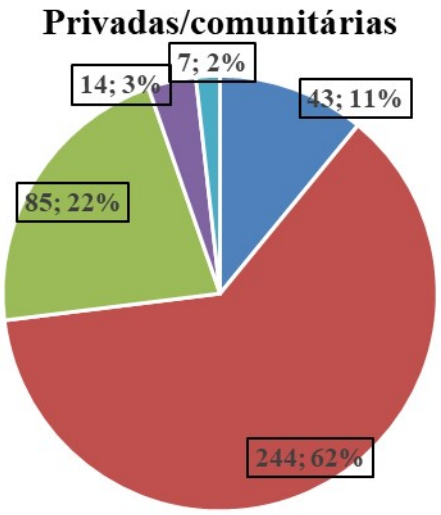


Figura 5. Gráficos representando a periodicidade de envio das atividades domiciliares durante a pandemia pelas Mantenedoras privadas/comunitárias, pelas Secretarias Municipais de Educação e, pelas Coordenadorias Regionais de Educação.

Outra questão do formulário tratava da comunicação entre professores e estudantes na oferta de atividades domiciliares. As respostas envolveram as seguintes alternativas: síncronas, assíncronas, ambas as formas, plantão serviço/tira dúvidas virtual síncrono e plantão serviço/tira dúvidas virtual síncrono. As mantenedoras privadas/comunitárias informaram que a relação à comunicação professor/aluno foi amplamente assíncrona (62%), embora 22% da comunicação tenha utilizado ambas as formas: síncrona e assíncrona. Semelhante situação ocorreu entre as mantenedoras municipais que informaram que 50% da comunicação entre professor/aluno foi assíncrona, mas também foram utilizadas outras formas de comunicação plantão/serviço tira dúvidas virtual síncrono (20%) e ambas as formas (20%) (Figura 6). A maioria das CREs informou que foram intercaladas formas de comunicação síncronas e assíncronas, mas as CREs de Bagé, Cachoeira do Sul e Rio Grande informaram que as atividades foram assíncronas.



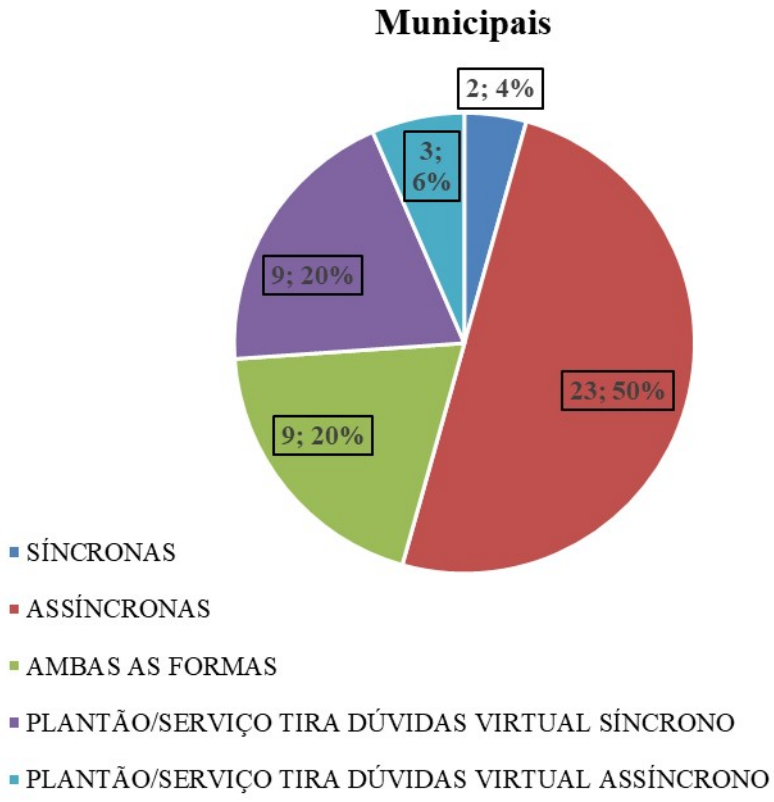


Figura 6. Gráficos representando as formas de oferta das atividades domiciliares durante a pandemia pelas Mantenedoras privadas/comunitárias e pelas Secretarias Municipais de Educação.

A questão seguinte tratava das estratégias utilizadas para atender estudantes que não realizaram as atividades domiciliares oferecidas. As estratégias informadas foram as seguintes: não possui, entrega de material impresso ou digital, contato com os responsáveis ou o estudante (se maior de 18 anos) para a identificação do motivo da não participação nas atividades escolares, busca de soluções conjuntas com os professores de forma a facilitar a participação de todos, acompanhamento dos estudantes que apresentam maior dificuldade oferecendo apoio necessário. Entre as mantenedoras privadas/comunitárias todas informaram que tiveram estratégias, porém houve um equilíbrio entre as estratégias citadas acima. Todas as mantenedoras municipais que responderam o formulário informaram haver estratégias, (43%) destas mantenedoras informaram que utilizaram contato com os responsáveis ou o estudante (se maior de 18 anos) para a identificação do motivo da não participação nas atividades escolares, 26% informaram que buscaram soluções conjuntas com os professores de forma a facilitar a participação de todos (Figura 7).

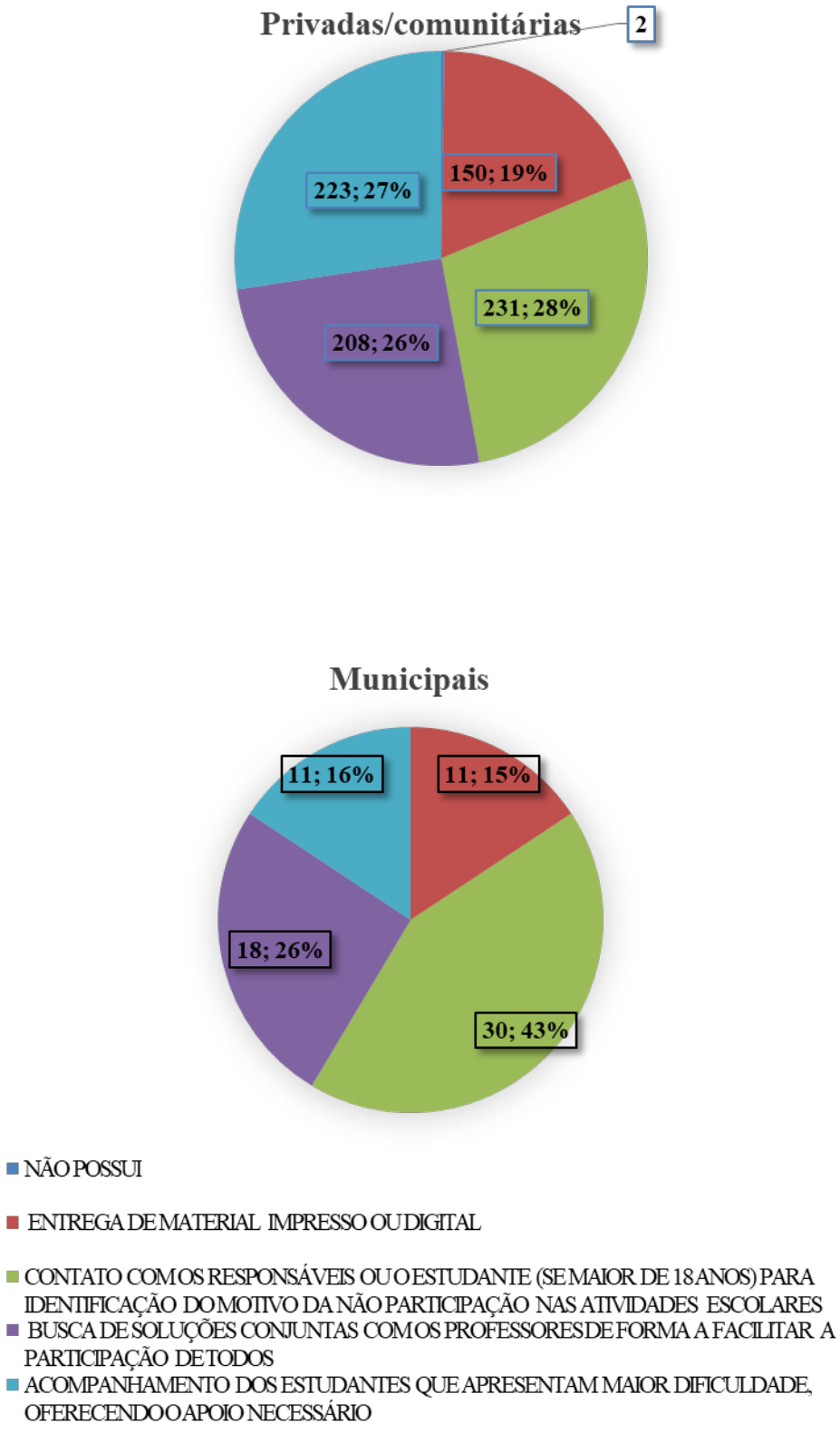


Figura 7. Gráficos representando as estratégias utilizadas para atender estudantes que não realizaram as atividades domiciliares oferecidas durante a pandemia pelas Mantenedoras privadas/comunitárias e pelas Secretarias Municipais de Educação.

Entre as 15 CREs que responderam o formulário *on line,* o Quadro 2 demonstra que 8 CREs (53%), 1ª, 10ª, 14ª, 17ª, 18ª, 28ª, 32ª e 35ª utilizaram todas as estratégias elencadas no referido quadro. Destaca-se que 100% das CREs fizeram contato com os pais ou responsáveis para conhecer os motivos da não participação/acesso e 73% das CREs informaram que buscaram alternativas com o coletivo de professores para facilitar a participação de todos.

Quadro 2. Estratégias para atender estudantes que não realizaram as atividades domiciliares oferecidas nas 15 CREs que responderam o formulário *online*

Estratégias	CREs	% de CREs
Nova entrega de material impresso ou digital	1ª, 3ª, 10ª, 13ª, 14ª, 17ª, 18ª, 24ª, 28ª, 32ª, 35ª e 36ª	80%
Contato com os pais ou responsáveis para conhecer os motivos da não participação/acesso.	1ª, 3ª, 4ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª, 17ª, 18ª, 20ª, 24ª, 28ª, 32ª, 35ª e 36ª	100%
Busca de alternativas com o coletivo de professores para facilitar a participação de todos.	1ª, 10ª, 11ª, 14ª, 17ª, 18ª, 20ª, 28ª, 32ª, 35ª e 36ª	73%
Oferta de atendimentos/serviços específicos para cada estudante com dificuldade	1ª, 10ª, 11ª, 14ª, 17ª, 18ª, 20ª, 28ª, 32ª e 35ª	66%

O formulário também perguntou às Mantenedoras sobre os percentuais de estudantes que participaram da oferta de atividades domiciliares síncronas e assíncronas. Nas mantenedoras Privadas/Comunitárias (Quadro 3), houve predomínio das atividades assíncronas, sendo que 58,43% responderam que a maioria dos estudantes (de 81 a 100%) participaram destas atividades. Quantas as atividades síncronas, 55,72% das mantenedoras responderam que a ampla maioria dos estudantes (de 81 a 100%) participaram deste tipo de atividade domiciliar. Destaca-se a menção das Mantenedoras para a maior dificuldade de participação dos estudantes da Educação Infantil nessas atividades.

Quadro 3. Porcentagem de estudantes participantes de atividades síncronas e assíncronas nas Mantenedoras Privadas/Comunitárias (332) que responderam o formulário online

% de Estudantes	Atividades Síncronas	Atividades Assíncronas
	% de Mantenedoras Privadas/Comunitárias	
Até 20%	0,60%	5,42%
De 21 a 40%	2,11%	1,51%
De 41 a 61%	7,83%	6,33%
De 61 a 81%	19,58%	14,16%
De 81 a 100%	55,72%	58,43%
Não se aplica	14,16%	14,16%

O Quadro 4 demonstra os dados informados pelas Mantenedoras Públicas Municipais que responderam o formulário *online.* Predominaram as atividades assíncronas, a ampla maioria de seus estudantes (81 a 100%) participou em torno 50% das atividades assíncronas e 38% das atividades síncronas. Nos casos em que foi indicada a categoria "não se aplica", as Secretarias Municipais de Educação justificaram priorizar o envio de materiais impressos nesse momento.

Quadro 4. Resultados referentes aos percentuais de estudantes participantes de atividades síncronas e assíncronas nas Mantenedoras Públicas Municipais (31) que responderam o formulário *online*

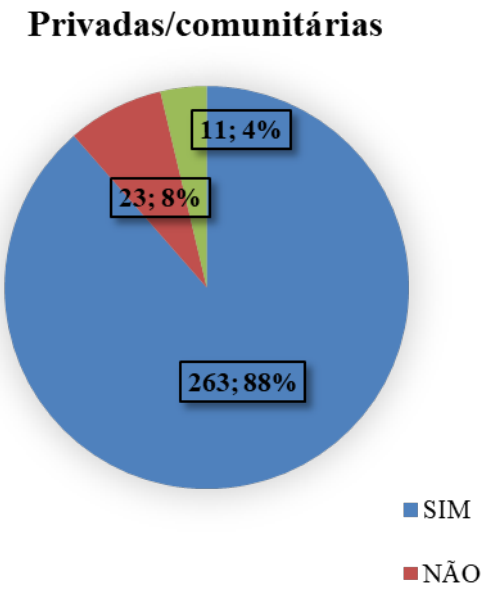
% de Estudantes	Atividades Síncronas	Atividades Assíncronas
	% de Mantenedoras Públicas Municipais	
Até 20%	3,22%	3,22%
De 21 a 40%	-	3,22%
De 41 a 61%	12,90%	3,22%
De 61 a 81%	12,90%	22,58%
De 81 a 100%	38,70%	48,38%
Não se aplica	32,26%	19,35%

O quadro abaixo demonstra a situação das 15 CREs que responderam o formulário *online*, nota-se que na maioria delas foram intercaladas atividades síncronas e assíncronas. Quanto às atividades **s**íncronas os dados que se destacam são: em seis CREs participaram destas atividades entre 61 e 80% dos estudantes; em outras três CREs participaram de 21 a 40% dos estudantes. Três CREs não realizaram atividades síncronas. Quanto às atividades assíncronas, os dados que se destacam são: em quatro CREs participaram destas atividades de 81 a 100% dos estudantes, em sete CREs participaram entre 61 e 80% dos estudantes; em outras três CREs participaram de 41 a 60% dos estudantes. Em três CREs (1ª, 10ª e 17ª) entre 61 a 80 % dos estudantes participaram de atividades síncronas e assíncronas simultaneamente.

Quadro 5. Resultados referentes aos percentuais de estudantes participantes de atividades síncronas e assíncronas da Mantenedora Pública Estadual – 15 CREs que responderam o formulário *online*

% de Estudantes	Atividades Síncronas	Atividades Assíncronas
	CRE	CRE
Até 20%	36ª	-
De 21 a 40%	3ª, 4ª e 32ª	-
De 41 a 61%	20ª	4ª, 11º e 36ª
De 61 a 81%	1ª, 10ª, 11ª, 14ª, 17ª e 35ª	1ª, 10ª, 17ª, 20ª, 24ª, 28ª e 32ª
De 81 a 100%	-	3ª, 13ª, 14ª e 35ª
% varia em cada escola	28ª	-
Ainda contabilizando	-	18ª
Não se aplica	13ª, 18ª e 24ª	-

Outra questão do formulário era referente à realização de formação dos docentes para a elaboração e desenvolvimento das atividades domiciliares pelas mantenedoras. A maioria das mantenedoras respondentes ofereceu formação para sua equipe de professores, com 88% para as mantenedoras privadas/comunitárias e 73% para as municipais (Figura 8). As 15 Coordenadorias Regionais de Educação realizaram formação dos docentes, à exceção da 32ª CRE.



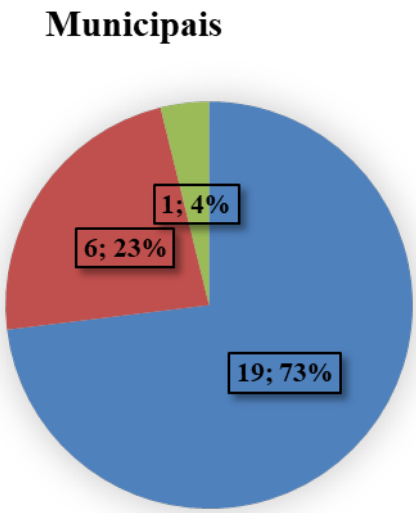


Figura 8. Gráficos contendo informações sobre a formação docente para a realização das atividades domiciliares oferecidas durante a pandemia, ofertadas pelas Mantenedoras privadas/comunitárias e pelas Secretarias Municipais de Educação.

CONSIDERAÇÕES

Este Relatório apresentou o monitoramento das atividades domiciliares, desenvolvidas pelas Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino em atendimento à Resolução nº 352/2020, nos termos do Parecer CEEd nº 01/2020.

O momento de excepcionalidade devido à pandemia do novo Coronavírus – *COVID-19* exigiu mudanças significativas na organização das instituições de ensino, sendo admitidas atividades domiciliares, não presenciais, para o cômputo do calendário letivo 2020 desde que houvesse a garantia do direito à educação com qualidade, a proteção à vida e à saúde de estudantes, professores, funcionários e comunidade escolar.

Desse modo, a partir da análise dos dados apresentados por 31,80% das Mantenedoras Privadas/Comunitárias, por 43% das Mantenedoras Públicas Municipais e por 50% das Mantenedoras Públicas Estaduais (CREs), referentes às questões do formulário *online*, no prazo estabelecido, tem-se a situação apresentada a seguir.

A maioria das Mantenedoras citadas acima orientou suas comunidades quanto às formas de prevenção e cuidados sobre a pandemia e quanto à forma de organização para a oferta das atividades domiciliares, especialmente através de aplicativos de comunicação, de redes sociais *online* e de ambientes virtuais de aprendizagem. As Mantenedoras Públicas Municipais utilizaram também o envio de material impresso e houve registro de uma que realizou divulgação por meio de Rádio local e orientações em ambiente escolar por parte da Secretaria Municipal de Saúde.

Nas Mantenedoras Privadas/Comunitárias e Públicas, a oferta das atividades domiciliares iniciou em março, sendo expandidas nos meses de abril, maio e junho e abarcaram todas as etapas e modalidades de ensino de suas esferas de atuação, ou seja, a grande maioria das Mantenedoras Privadas/Comunitárias indicou o atendimento no Ensino Fundamental e na Educação Infantil – creche e pré-escola – e no Ensino Médio. Nas Mantenedoras Públicas Municipais, a oferta se deu na Educação Infantil – creche e pré-escola e no Ensino Fundamental. Entre as CREs a oferta das atividades domiciliares foi no Ensino Fundamental – anos finais e no Ensino Médio. A maioria das Mantenedoras Privadas/Comunitárias e Públicas ofereceu formação para sua equipe de professores desenvolver as atividades domiciliares.

Quanto à periodicidade das atividades domiciliares, a ampla maioria das Mantenedoras Privadas/Comunitárias ofereceu atividades domiciliares diárias. Dentre as Mantenedoras Públicas Municipais, quase a metade ofereceu atividades quinzenais, no restante destas Mantenedoras houve um equilíbrio entre oferta de atividades diárias e semanais. Entre as CREs predominou o oferecimento semanal, seguido pelo quinzenal e em menor proporção o oferecimento de atividades diárias.

Na oferta das atividades domiciliares, as Mantenedoras Privadas/Comunitárias e Públicas utilizaram recursos didáticos-pedagógicos diversificados. Os ambientes virtuais de aprendizagem foram predominantes nas Mantenedoras Privadas/ Comunitárias, embora outros recursos também tenham sido usados como: aplicativos de comunicação e material físico. A entrega de materiais físicos predominou nas Mantenedoras Públicas Municipais, embora também tenham sido utilizados, numa proporção significativa, aplicativos de comunicação e livros didáticos. Entre as CREs houve equilíbrio entre materiais físicos, ambiente virtual de aprendizagem, redes sociais *on line* e aplicativos de comunicação.

Nas Mantenedoras Privadas/Comunitárias e Públicas, a comunicação entre professores e estudantes, para a oferta de atividades domiciliares, foi predominantemente assíncrona, embora tenham ocorrido outras formas de comunicação, tais como: síncronas, plantão serviço/tira dúvidas virtual assíncrono e plantão serviço/tira dúvidas virtual síncrono. Em mais da metade das Mantenedoras Privadas/Comunitárias, a ampla maioria dos estudantes (81 a 100%) participou de atividades assíncronas e em torno da metade destas Mantenedoras, as atividades síncronas também atingiram uma vasta proporção dos estudantes (81 a 100%). Nas Mantenedoras Públicas Municipais a ampla maioria de estudantes (81 a 100%) participou de atividades assíncronas, mas também houve a utilização expressiva de ambas as formas - assíncronas/síncronas - e plantão serviço/tira dúvidas virtual síncrono. A maioria das CREs ofereceu atividades assíncronas e síncronas intercaladas e/ou concomitantes. De modo que, quase a sua totalidade ofereceu atividades assíncronas, das quais participaram um expressivo percentual dos estudantes (61 a 81%) e dois terços das CREs ofereceram atividades síncronas, cuja maioria delas atingiu o mesmo percentual de estudantes - de 61 e 80%.

Em relação ao acesso à internet utilizado pelos estudantes, nas Mantenedoras Privadas/Comunitárias predominou o acesso através da internet móvel, mas outras modalidades de acesso à internet foram utilizadas.

Em relação aos dispositivos utilizados pelos estudantes, destacou-se o uso de aparelhos de celular como equipamento principal, embora o uso de tablets e computadores também tenham sido usados no cotidiano dos estudantes das escolas públicas e privadas/comunitárias.

Houve controle da participação dos estudantes com a utilização de diversas estratégias de verificação dessa participação. Nas Mantenedoras Privadas/Comunitárias prevaleceu a entrega/devolução das atividades domiciliares pelos estudantes de forma virtual, uma vez que o uso dos ambientes virtuais de aprendizagem foi a forma mais utilizada de oferta, porém outras alternativas também tenham sido consideradas. Entre as Mantenedoras Públicas Municipais prevaleceu a forma de entrega de material físico e presencial, mas de igual forma teve entrega/devolução de atividades domiciliares por meio de redes sociais e de aplicativos de comunicação. Entre as CREs houve equilíbrio nas formas de entrega, tendo ocorrido reciprocidade em relação às formas de oferta das atividades domiciliares.

Pelos dados informados pelas Mantenedoras Privadas/Comunitárias e Públicas, existiu monitoramento dos estudantes que não tiveram acesso e/ou não participaram das atividades domiciliares oferecidas. Ou seja, em todas as escolas públicas e privadas/comunitárias existiram casos de estudantes, que por diferentes motivos, não conseguiram acompanhar as atividades domiciliares, mas foram devidamente mapeados.

Para a busca ativa destes estudantes, as Mantenedoras Privadas e Públicas utilizaram estratégias diversas, tais como: entrega de material impresso ou digital; contato com os responsáveis ou o estudante (se maior de 18 anos) para a identificação do motivo da não participação nas atividades escolares; busca de soluções conjuntas com os professores de forma a facilitar a participação de todos; acompanhamento dos estudantes que apresentam maior dificuldade oferecendo apoio necessário. Entre as Mantenedoras Privadas/Comunitárias houve um equilíbrio entre as estratégias citadas acima. A maioria das Mantenedoras Públicas Municipais principalizou o contato com os responsáveis ou com o estudante, mas também buscou soluções conjuntas com os professores. Todas as CREs informaram ter existido contato com os pais ou responsáveis para conhecer os motivos da não participação/acesso às atividades

domiciliares e na maioria das CREs, também houve busca de alternativas com o coletivo de professores.

Em relação às possíveis causas para a não participação dos estudantes, de uma forma ou outra, todas as causas apresentadas no formulário *online* a saber: dificuldades no acesso à internet; dificuldades com as tecnologias de informação e comunicação; dificuldades com a metodologia das aulas; questões familiares - organização/desorganização física e emocional - que impactam a realização das atividades; muitos afazeres em casa que impedem a realização das atividades; grau elevado de comprometimento intelectual e famílias com dificuldades para acompanhar a realização das atividades pedagógicas domiciliares; atendimento limitado dos professores, apareceram nas respostas das Mantenedoras Privadas/Comunitárias e Públicas.

Em relação à existência de instrumentos avaliativos na oferta das atividades domiciliares, pelos dados, infere-se que a maioria das Mantenedoras Privadas/Comunitárias incluiu instrumentos avaliativos específicos, além de considerar o conjunto das atividades domiciliares oferecidas como parte do processo avaliativo. As Mantenedoras Públicas consideraram todas as atividades domiciliares oferecidas como parte do processo avaliativo desse período excepcional, porém incluíram instrumentos específicos.

Porto Alegre, 18 de novembro de 2020.

Comissão de Planejamento

Hilário Bassotto - Coordenador
Carla Tatiana Labres dos Anjos
Carmem Luci da Silva Figueiró
Fátima Anise Rodrigues Ehlert
Odila Cancian Liberali
Rosa Maria Pinheiro Mosna

Aprovado, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 25 de novembro de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

ANEXO I

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO QUE PARTICIPARAM DO MONITORAMENTO

01	Barão
02	Brochier
03	Caibaté
04	Dois Lajeados
05	Doutor Maurício Cardoso
06	Eugênio de Castro
07	Flores da Cunha
08	Guarani das Missões
09	Independência
10	Maratá
11	Mato Queimado
12	Morrinhos do Sul
13	Nova Candelária
14	Pinhal Grande
15	Pinto Bandeira
16	Pirapó
17	Porto Mauá
18	Porto Vera Cruz
19	Porto Xavier
20	Protásio Alves
21	Quevedos
22	Rolador
23	Salvador das Missões
24	Santa Tereza
25	São Francisco de Assis
26	São Jorge
27	São Pedro da Serra
28	Senador Salgado Filho
29	Sete de Setembro
30	Tavares
31	Tuparendi

ANEXO II

RELAÇÃO DAS COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO (CREs) QUE PARTICIPARAM DO MONITORAMENTO

1ª	Porto Alegre
3ª	Estrela
4ª	Caxias do Sul
10ª	Uruguaiana
11ª	Osório
13ª	Bagé
14ª	Santo Ângelo
16ª	Bento Gonçalves*
17ª	Santa Rosa
18ª	Rio Grande
20ª	Palmeira das Missões
24ª	Cachoeira do Sul
28ª	Gravataí
32ª	São Luís Gonzaga
35ª	São Borja
36ª	Ijuí

***** As respostas da 16ª Coordenadoria Regional de Educação não fizeram parte dos cálculos percentuais porque os respondentes foram as escolas da região. As respostas não foram validadas por não constituírem-se na totalidade de escolas da CRE e, por ter sido solicitado que o formulário online fosse preenchido por representante do Gabinete de cada Coordenadoria Regional de Educação.

ANEXO III

RELAÇÃO DAS MANTENEDORAS PRIVADAS QUE PARTICIPARAM DO MONITORAMENTO

1 Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul
2 Aceasnop
3 Administração de Serviços Educacionais Alvares e Arnildo Ltda
4 Administradora de Escolas e Cursos Livres Santo Antonio
5 AELBRA - Ensino Superior - Graduação e Pós-Graduação S/A
6 AESC - Colégio Nossa Senhora de Lourdes
7 AIEC - Escola de Ensino Médio Nossa Senhora do Horto/Dom Pedrito
8 Antônio Carlos Peixoto Loysa Fajardo Peixoto
9 APAE - Alegria
10 APAE - Antônio Prado
11 APAE - Arroio dos Ratos
12 APAE - Arvorezinha
13 APAE - Bento Gonçalves
14 APAE - Bom Jesus
15 APAE - Cachoeira do sul
16 APAE - Camaquã
17 APAE - Canguçu
18 APAE - Carazinho
19 APAE - Casca
20 APAE - Cerro Largo - Escola Especial Novo Amanhã
21 APAE - Ciríaco
22 APAE - Constantina
23 APAE - Coronel Bicaco - Escola de Educação Especial “Meu nome é Vida”
24 APAE - Crissiumal
25 APAE - Encruzilhada do sul
26 APAE - Erechim
27 APAE - Farroupilha
28 APAE - Feliz - Escola Um Sorriso a Mais
29 APAE - Flores da Cunha
30 APAE - Frederico Westphalen
31 APAE - Garibaldi
32 APAE - Getúlio Vargas
33 APAE - Giruá
34 APAE - Guaporé
35 APAE - Horizontina
36 APAE - Humaitá - Escola de Educação Especial Recanto do Amor e Centro de Atendimento Educacional Especializado
37 APAE - Ibirubá - Escola Especial Franz Hümmler
38 APAE - Itaqui
39 APAE - Jaboticaba
40 APAE - Jaguarão
41 APAE - Júlio de Castilhos
42 APAE - Lagoa Vermelha
43 APAE - Marau
44 APAE - Nonoai
45 APAE - Nova Bassano
46 APAE - Nova Petrópolis

47 APAE - Nova Prata
48 APAE - Osório
49 APAE - Palmeira das Missões
50 APAE - Palmitinho
51 APAE - Passo Fundo
52 APAE - Piratini
53 APAE - Rio Grande
54 APAE - Rio Pardo
55 APAE - Santa Cruz do Sul
56 APAE - Santa Maria
57 APAE - Santa Rosa
58 APAE - Santiago
59 APAE - Santo Ângelo
60 APAE - Santo Antônio da Patrulha
61 APAE - Santo Antônio das Missões - Escola Especial Sol Nascente
62 APAE - Santo Augusto
63 APAE - São Borja
64 APAE - São José do Norte
65 APAE - São Luiz Gonzaga - Escola Especial Ananias Tadeu
66 APAE - São Marcos
67 APAE - Sarandi
68 APAE - Seberi
69 APAE - Serafina Corrêa
70 APAE - Sobradinho
71 APAE - Soledade - Escola de Educação Especial Luz e Liberdade
72 APAE - Tapejara
73 APAE - Tapera
74 APAE - Taquara
75 APAE - Taquari
76 APAE - Tenente Portela
77 APAE - Terra de Areia - Escola de Educação Especial Iraci luiz Teixeira
78 APAE - Teutônia
79 APAE - Tramandaí
80 APAE - Três de Maio
81 APAE - Triunfo
82 APAE - Vacaria
83 APAE - Veranópolis
84 APAE - Victor Graeff
85 APAE -Torres
86 Associação Antônio Vieira _ ASAV
87 Associação Assistencial e Educacional HCB
88 Associação Beneficente e Educacional
89 Associação Beneficiente Amurt-Amurtel
90 Associação Brasileira Cultural Beneficente
91 Associação Brasiliense de Educação
92 Associação C. de S. Francisco ACSF
93 Associação Caricativo - Literária São José - Colégio São José - Caxias do Sul
94 Associação Congregação de Santa Catarina
95 Associação Conhecer de Educação e Ensino
96 Associação Cristã de Moços
97 Associação Cruzeiras de São Francisco ACSF
98 Associação Cultural Castelinho do Saber

99 Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes
100 Associação Cultural e Educacional Santa Clara
101 Associação Cultural Santa Rosa
102 Associação de Beneficência Província do Sul
103 Associação de Educação Franciscana de Penitência e Caridade Cristã
104 Associação de Ensino e Assistência Social Santa Teresa de Jesus
105 Associação de Literatura e Beneficência
106 Associação Dom Edmundo Luis Kunzs
107 Associação Educacional Barão do Rio Branco
108 Associação Educacional Bom Pastor
109 Associação Educacional de Sarandi
110 Associação Educacional e Beneficiente São Carlos
111 Associação Educacional Galileu Galilei
112 Associação Educacional João XXIII
113 Associação Educacional Marco Polo
114 Associação Educacional Prof. Maria Oliveira de Araujo
115 Associação Educacional Santa Rita de Cássia
116 Associação Educacional São Marcos
117 Associação Educacional Vinícius de Moraes
118 Associação Educadora São Carlos - AESC
119 Associação Escola Panamericana de Porto Alegre
120 Associação Evangélica de Ensino
121 Associação Filhas de Santa Maria da Providência
122 Associação Filhas de Santa Maria da Providência AFISMAP
123 Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus
124 Associação Gaúcha de Educação e Saúde - AGES
125 Associação Hospitalar Moinhos de Vento
126 Associacao Instrução Educação e Caridade
127 Associação Maria Auxiliadora
128 Associação Micael de Pedagogia Waldorf do Rio Grande do Sul
129 Associação Missionária de Beneficência - Colégio Espírito Santo
130 Associação Missionária de Beneficiência das Irmãs Servas do Espírito Santo
131 Associação Murialdinas de São José
132 Associação Notre Dame
133 Associação Pró-Universidade Canoense
134 Associação Servos Da Caridade
135 Associação Servos da Caridade - Instituto Divina Providência
136 AVAEC - Unidades Educacionais
137 Beneficente Escolar e Cultural
138 Bonatto e Bonatto ltda
139 Caminho do Saber Ensino Fundamental e Médio LTDA
140 CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
141 Casa Escola Montessoriana Pequeno Mestre
142 CCM-Centro de Cultura Moderna
143 CECOVEA (Centro Comunitário Veranense de Educação e Assistência)
144 CÉLIA MARIA AMARAL DE ALMEIDA
145 CENASA
146 Centro de Educação Infantil Viveiro de Aprendizagens LTDA
147 Centro de Estimulações Lúdicas Ltda
148 Centro de Reabilitação de Pelotas
149 CENTRO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL SANTANENSE LTDA
150 Centro Educacional Dom Ltda

151 Centro Integrado de Desenvolvimento
152 Centro Nacional de Cultura - Escola Novo Círculo - CNC
153 Cia de Ensino Moura LTDA
154 COLÉGIO JESUS MARIA JOSÉ
155 Colégio Jesus Maria José
156 COLEGIO LUMIAR PORTO ALEGRE
157 Colegio Mater Amabilis
158 Colégio Nossa Senhora Aparecida
159 Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
160 Colégio Pró-Futuro
161 Colégio Sagrado Coração de Jesus
162 Colégio Salesiano Dom Bosco de Porto Alegre - Razão Social - Casa do Pequeno Operário
163 Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em São Leopoldo
164 COMUNIDADE EVANGELICA DE PORTO ALEGRE
165 Comunidade EVANGELICA Luterana Cristo
166 COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO MATEUS
167 Conceito Prestação de Serviços Educacionais
168 Congregação de Nossa Senhora
169 Congregação de Santa Doroteia do Brasil Sul
170 CONGREGAÇÃO EV. LUT. SÃO MATEUS
171 Congregação Evangélica Luterana Redentor
172 Congregação Missionária Redentorista- Província de Porto Alegre
173 COOPEEC Cooperativa de Trabalho Escola CONCÓRDIA
174 COOPEJ / Colégio Nelson Wortmann
175 Cooperativa de Trabalho Educacional Coopeeb ltda
176 Cooperativa de Trabalho Educacional Cooperconcórdia
177 Cooperativa de Trabalho Escola Concórdia - COOPEEC
178 Cooperativa dos Educadores de Cruz Alta
179 Coopeserra - Cooperativa de Profissionais em Educação da Serra educação
180 Daciara Maria Barbosa Collor Me
181 Educandário Coração de Maria
182 ENEIDA BECKER - ESCOLA INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL EIRELE - ESCOLA CRESCER
183 ENRAD-Escola de Educação Profissional
184 Entidade Palotina de Educação e Cultura
185 Escola Amigos do Verde
186 Escola Batista Cristo e a Vida
187 Escola Bilíngue Maple Bear
188 Escola Cenecista de Ensino Fundamental São Vicente CNEC
189 Escola Criança e Companhia
190 Escola Criança Feliz LTDA
191 Escola de Educação Profissional Fatepa
192 Escola de Ensino Fundamental Batista
193 Escola de Ensino Fundamental Castro Alves Ltda
194 Escola de Ensino Fundamental Coronel Escobar
195 Escola de Ensino Fundamental Divino Mestre
196 ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL LAPIS DE COR_NOVAGERALÇÃO LTDA
197 Escola de Ensino Fundamental Neo-Humanista Ananda Marga
198 Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora Conquistadora
199 Escola de Ensino Fundamental Pequeno Pé

200 ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PINGO DE GENTE LTDA
201 Escola de Ensino Fundamental Visão
202 Escola Dora Dimer LTDA
203 Escola Interativa Educacao Infantil Fundamental Médio e Cursos Livres Ltda
204 Escola Mãe Admirável
205 Escola Maple Bear
206 Escola Maternal e Jardim de Infância Castelinho Ltda
207 ESCOLA MEDIANEIRA
208 Escola Pinz Alves Ltda
209 Escola Profissional da Fundação Universitária de Cardiologia
210 Escola Projeto
211 ESCOLA RAIO DE LUZ LTDA
212 Escola Técnica Top Cursos Brasil
213 Factum Centro de Ideias em Educação S/S Ltda
214 Fema
215 Figueiredo e Conceição e Cia Ltda
216 Fraternidade Cristã Espirita
217 Fundação Bradesco
218 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII
219 Fundação Educacional Machado de Assis
220 Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências
221 Gedez Professores Associados
222 Geraldo Boniatti
223 GP ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNICO EIRELI
224 IBREP/RS - Instituto Brasileiro de Educação Profissional Ltda-ME
225 IEAS - Instituto de Ensino e Assistência Social
226 IENH-Instituição Evangélica de Novo Hamburgo
227 Igreja Evangélica Luterana do Brasil
228 INEC - Instituto Nacional de Educação Conhecer
229 Instituição Adventista Sul Rio-Grandense de Educação
230 Instituição Educacional e Beneficente Assembléia de Deus - IEBAD
231 Instituição Educacional Sao Judas Tadeu
232 Instituto Aprender Escola de Ensino Fundamental LTDA.
233 Instituto Aprender-Mantenedora de Ensino LTDA
234 Instituto Caminho do Meio
235Instituto Cultural e Desportivo Mutirão Master
236 Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus
237 Instituto Educacional Dimensão Ltda
238 Instituto Educacional Dom Bosco
239 Instituto Educacional Luiz de Camões
240 Instituto Educacional MQ Eireli
241 Instituto Educacional Reverendo Olavo Nunes
242 INSTITUTO LAURA VICUÑA
243 Instituto Leonardo Murialdo
244 Instituto Luis de Camões
245 Instituto Maria Auxiliadora
246 Instituto Santa Luzia
247 Instituto Sul Americano de Educação e Tecnologia Ltda - ISAET
248 Inteligencia Educacional Ensino a Distância Ltda
249 ISAEC - Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura
250 Jose Bonifacio Ribeiro Filho
251 José Itamar dos Santos Penteado ME

252 JUNTA DE EDUCAÇÃO DA CONVENÇÃO BATISTA DO RS
253 Kinder House Escola de Educação Infantil
254 LAM SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA
255 LEGIÃO DA CRUZ DE LIVRAMENTO
256 Legião da Cruz de Livramento
257 Leticia Silveira Pereira
258 Liceu Salesiano Leão Leão XIII
259 LISIANE SILVA OLIVIERI ME
260 Luciana Vieira de Brito e Cia LTDA
261 Maristela Tomasi Chiappin
262 Nilsa Rosa Kessler Me
263 NIZOLLI & SIQUEIRA LTDA - ME
264 Obra Missionária Reobote
265 P.B.C.I.F.C.S.V.P COLÉGIO VICENTINO SANTA CECÍLIA
266 Pio Sodalício das Damas de Caridade - Escola de Educação Profissional em Saúde do Hospital Pompéia
267 PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
268 QI Faculdade & Escola Técnica
269 Rede ICM de Educação
270 Rede La Salle
271 Rede Notre Dame
272 Rede RMI
273 RSTEC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA
274 Santa Mônica Empreendimentos Educacionais LTDA
275 SCALIFRA-ZN
276 SEG - SISTEMA DE ENSINO GAÚCHO LTDA
277 Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul
278 SIB - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
279 Sociedade Beneficente e Educacional São Cristóvão
280 Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte
281 Sociedade de Educação Alternativo ltda
282 Sociedade de Educação e Cultura Porto-alegrense
283 Sociedade de Ensino Comenius Sociedade Simples Ltda.
284 SOCIEDADE EDUCAÇÃO E CARIDADE - SEC
285 Sociedade Educacional Beneficente Batista Independente
286 Sociedade Educacional do Parque LTDA
287 Sociedade Educacional Gravataí-Sociedade Simples Ltda
288 Sociedade Educacional Hípica
289 SOCIEDADE EDUCACIONAL ID
290 Sociedade Educacional Mario Quintana LTDA
291 Sociedade Educacional MARIVAL
292 Sociedade Educacional MCJ Ltda
293 Sociedade Educacional Metropolitana-Sociedade Simples Ltda
294 Sociedade Educacional Monteiro Lobato
295 Sociedade Educacional Padre Norberto Didoni
296 Sociedade Educacional Perlin Ltda
297 Sociedade Educacional Porto Alegrense LTDA
298 Sociedade Educacional Santa Rita
299 SOCIEDADE EDUCACIONAL SÃO LEOPOLDO LTDA
300 Sociedade Educacional Três Vendas LTDA
301 SOCIEDADE EDUCACIONAL TUPÃ LTDA

302 Sociedade Educacional Viamópolis Ltda
303 Sociedade Mantenedora Pró-Sabe Ltda
304 Sociedade Porvir Científico
305 SOME - Sociedade Meridional de Educação
306 Sonia Carolina Silva de Figueiredo Amaral Cia LTDA ME
307 STIMMMEPA - ESCOLA TÉCNICA JOSÉ CÉSAR DE MESQUITA
308 UBEC
309 União Beneficente Educacional
310 Universitario
311 USBEE - União Sul Brasileira de Educação e Ensino
312 Vaucher&Rodrigues Ltda
313 Vila Nova Serviços Educacionais Ltda

ANEXO IV

RELAÇÃO DAS MANTENEDORAS COMUNITÁRIAS QUE PARTICIPARAM DO MONITORAMENTO

1 ARCAFAR-RS
2 APESC - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul
3 Associação Beneficente Evangélica Floresta Imperial ABEFI
4 Associação Casa Familiar Rural Filhos da Terra
5 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DR MARTINHO LUTERO
6 Associação Comunitária Integrada
7 Associação Educacional de Pelotas
8 Associação Escolar Gaspar Silveira Martins
9 ASSOCIAÇÃO GAÚCHA PRO ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS
10 Associação Pró Ensino Santa Cruz do Sul - APESC
11 Associação Pró-Cultura e Educação Comunitária de Montenegro
12 Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR
13 Colégio Evangélico Panambi
14 Congregação Evangélica Luterana "Da Redenção"
15 Fundação Regional Integrada - FuRI
16 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
17 SOCIEDADE EDUCACIONAL TRÊS DE MAIO
18 Sociedade Escolar de Santa Cruz
19 Sociedade Evangélica Educacional de Estrela

RESOLUÇÃO Nº 353, 12 DE AGOSTO DE 2020.

Define procedimentos para o credenciamento de instituição de ensino, inclusive polo, quando for o caso, e autorização de curso novo em tempos de pandemia do novo Coronavírus – COVID-19.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, usando das atribuições que lhe são conferidas, pela Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e suas alterações, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações, no Decreto estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020, e suas alterações e o Decreto nº 55.384, de 27 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução estabelece procedimentos para que mantenedoras públicas, privadas ou comunitárias, excepcionalmente durante o período de calamidade pública provocada pela pandemia do novo Coronavírus – COVID-19, e em complementação ao Parecer CEEd nº 002/2020, instruam processo de credenciamento de instituição de ensino, inclusive Polos quando for o caso e autorização para o funcionamento de curso novo no Sistema Estadual de Ensino do RS, na forma de Processo Administrativo Eletrônico – PROA diretamente no Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º A Mantenedora que requerer credenciamento de instituição de ensino para oferta de novo curso pode, excepcionalmente, protocolar junto ao Conselho Estadual de Educação os documentos necessários, a fim de instruir processo administrativo eletrônico por meio do Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos – PROA.

Art. 3º O processo de credenciamento de instituição de ensino, inclusive polo, quando for o caso, e autorização do curso novo deve ser instruído nos termos da Resolução CEEd nº 320/2012 e as normas específicas dos respectivos cursos.

Art. 4º Os documentos que compõe o processo de credenciamento de instituições de ensino e autorização do curso novo devem ser encaminhados ao Conselho por meio do endereço eletrônico protocolo@ceed.rs.gov.br.

Art. 5º A manifestação do Órgão Regional de Educação, por meio do Relatório Circunstanciado, excepcionalmente, será solicitado através de providência(s) a ser(em) determi-nada(s) no ato autorizativo.

Art. 6º No pedido de credenciamento para oferta de novo curso que exige manifestação de perito(s) e especialistas em EaD, quando for o caso, conforme legislação vigente, deve ser incluído Relatório de Verificação de conformidade entre os dados apresentados e a realidade da escola, emitido por profissional habilitado, de acordo com o curso pretendido.

Parágrafo único: O profissional, perito(s), que emitir o Relatório deve anexar Declaração de que não possui vínculo com a Mantenedora e nem com a Escola.

Art. 7º Deve acompanhar o pedido do credenciamento de escola, bem como polo quando for o caso e autorização de curso, termo de responsabilidade e veracidade das informações constantes no processo, assinado pelo representante legal da Mantenedora, sob pena do artigo nº 299 do código penal.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, tendo sua vigência durante o período de excepcionalidade provocada pelo novo Coronavírus – COVID-19.

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 12 de agosto de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o período excepcional que estamos vivendo, desde que a pandemia do novo Coronavírus foi declarada, em 11 de março, pela Organização Mundial de Saúde – OMS, o Conselho Estadual de Educação do RS foi demandado por várias mantenedoras acerca do cumprimento da Resolução CEEd nº 320/2012, especialmente no que se refere à instrução e abertura de Expediente Administrativo – Processos, junto ao Órgão Regional de Educação, uma vez que várias atividades ficaram restritas ao atendimento presencial, tendo o recebimento de documentos somente de forma eletrônica, sendo que outras atividades, como visitas *in loco*, ficaram suspensas.

Diante de tal situação e havendo interesse para credenciamento de instituições de ensino, inclusive polos quando for o caso, e autorização de funcionamento de cursos novos, mesmo em tempos de pandemia, este Colegiado, excepcionalmente, e em complemento ao Parecer CEEd nº 002/2020, orienta os integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS sobre a possibilidade de instruir processo diretamente no órgão normativo estadual, enquanto perdurar o período de excepcionalidade.

Em 11 de agosto de 2020.

Antônio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Ruben Werner Goldmeyer – relator

RESOLUÇÃO Nº 354, 12 DE AGOSTO DE 2020.

Acrescenta o Parágrafo único ao artigo 11 da Resolução CEEd nº 317, de 11 de novembro de 2011.

O **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 207 da Constituição Estadual de 1989, no art. 11, inciso III, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e nº 14.471, de 21 de janeiro de 2014, e considerando o Decreto federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016,

CONSIDERANDO que a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros foi firmada em Haia, em 05 de outubro de 1961;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional aprovou a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, por meio do Decreto Legislativo nº 148, de 06 de julho de 2015; e

CONSIDERANDO a emissão do Decreto federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, publicado em Diário Oficial da União, em 1º de fevereiro de 2016, que promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Púbicos Estrangeiros, firmado pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 05 de outubro de 1961,

RESOLVE:

Art. 1º O Art. 11 da Resolução CEEd nº 317, de 11 de novembro de 2011, é acrescido do Parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 11 ....."

Parágrafo único. A autenticação por representação diplomática brasileira pode ser substituída pela emissão da "Apostila de Haia", conforme o Decreto federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, que promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legislação de Documentos Públicos Estrangeiros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em 11 de agosto de 2020.

Antônio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Ruben Werner Goldmeyer – relator

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 12 de agosto de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 355, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020.

Autoriza e orienta, em caráter excepcional e experimental, procedimentos para a realização da avaliação externa, de forma remota, nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, protocolados neste Conselho, até a data da publicação desta Resolucão, durante o período de calamidade pública de saúde, provocada pelo Novo Coronavírus – COVID-19.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual de 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações, no Decreto federal nº 5.235, de 15 de dezembro de 2017, na Lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, no Decreto legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, no Decreto estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020, e suas alterações e no Decreto nº 55.384, de 27 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução autoriza e orienta procedimentos para avaliação externa de forma remota, em caráter experimental, a ser realizada pelas Comissões de Verificação nas Unidades da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, na tramitação de Processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de Cursos de Graduação, durante o período que perdurar o estado de calamidade pública de saúde, provocado pelo Novo Coronavírus – COVID-19, nos termos do Artigo 49 da Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012.

Art. 2º Os processos que se destinam ao reconhecimento de cursos de graduação e suas respectivas habilitações devem dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos conforme disposto nos termos do Artigo 48 da Resolução CEEd nº 323/2012.

§ 1º Para fins desta Resolução, enquanto perdurar o estado de calamidade pública de saúde, e para dar prosseguimento à tramitação dos processos referidos no caput, este Conselho determina que os procedimentos para realização do relatório conclusivo de verificação *in loco*, a ser apresentado por Comissão de Verificação composta por 02 especialistas, com experiência docente em Ensino Superior, designada pelo Conselho Estadual de Educação, sejam realizados de forma remota.

§ 2º Inicialmente, as avaliações externas de forma remota, em caráter experimental, destinam-se aos cursos cujos Processos já se encontram protocolados neste Conselho, até a data da- publicação desta Resolução.

§ 3º Após o término da avaliação dos cursos mencionados no parágrafo anterior, este Colegiado se manifestará, em ato próprio, sobre a continuidade da avaliação externa, de forma remota, em caráter excepcional, para os Processos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos demais cursos da Universidade.

Art. 3º Os critérios para avaliação externa, de forma remota, pela Comissão de Verificação devem ser orientados pelos seguintes aspectos:

§ 1º Quanto à organização didático-pedagógica: para que sejam contemplados os aspectos referentes à administração acadêmica e ao projeto do curso que constituem este indicador, cabe à Universidade disponibilizar à Comissão Verificadora, durante a avaliação remota de forma eletrônica, todos os documentos, atas e registros relativos ao período do reconhecimento. Os documentos devem estar disponíveis para análise da Comissão e quando couber, para registro através de filmagem e/ou quaisquer outras formas necessárias para a conferência dos mesmos.

§ 2º Quanto ao Corpo Docente: neste indicador devem ser avaliadas a formação acadêmica, profissional e as condições de trabalho dos professores da UERGS. Para tal avaliação, cabe à Coordenação da Unidade avaliada disponibilizar os registros e atas referentes ao Curso.

§ 3º Quanto às instalações físicas das Unidades: os aspectos que constituem este indicador devem ser analisados durante visita por videoconferência, previamente agendada com a Pró-Reitoria de Ensino – PROENS da Universidade, bem como com a Coordenação da Unidade do Curso a ser avaliado, na qual devem ser apresentados, com auxílio de recursos digitais e tecnológicos, todos os espaços físicos da Unidade avaliada, a fim de que a Comissão possa consubstanciar sua avaliação.

§ 4º Para viabilizar a escuta e o diálogo com alunos, professores e funcionários, a Universidade deve providenciar e disponibilizar salas virtuais para reuniões por videoconferência, organizadas de forma individualizada entre os membros da Comissão de Verificação e os segmentos discentes, docentes e funcionários dos cursos a serem avaliados.

§ 5º Quando for necessário, cabe à Universidade o atendimento às solicitações da Comissão de Verificação que visem contemplar o processo avaliativo.

Art. 4º Cabe ao CEEd/RS, no âmbito de suas competências legais, resolver as questões suscitadas pela presente Resolução por meio de atos específicos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

J U S T I F I C A T I V A

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd/RS, através da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior – CEMES, a qual compete precipuamente o credenciamento e a renovação de credenciamento das instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, bem como a autorização e reconhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação, em diálogo com representantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, está realizando estudos a fim de atualizar a Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012, que fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e estabelece outras providências.

Motivada por esse diálogo, e em razão do período de excepcionalidade causado pelo estado de calamidade pública de saúde provocado pelo Novo Coronavírus – COVID-19, a Reitoria da Universidade encaminhou a este Colegiado, por meio do Ofício Nº 272/2020/GAB/REITORIA/UERGS, de 05 de outubro de 2020, uma proposta de realização de avaliação externa para os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, com vistas a subsidiar um projeto piloto de reconhecimento remoto, inicialmente para os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Pedagogia – PARFOR, ambos na Unidade da UERGS em Osório.

Tendo em vista a possibilidade do estado de calamidade pública se estender e, considerando a pertinência de uma experiência de avaliação externa de forma remota, o CEEd acolhe a solicitação da UERGS para a realização de um projeto piloto de reconhecimento e renovação de reconhecimento de Cursos de Graduação, através das Comissões de Verificação, conforme parâmetros e indicadores estabelecidos na Resolução CEEd nº 323/2012. Acrescidos aos cursos mencionados no parágrafo anterior, também se encontram protocolados na Secretaria Geral deste Conselho, e serão incluídos no projeto piloto de avaliação externa de forma remota. Os Processos referentes ao reconhecimento dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, na Unidade da UERGS, em São Luiz Gonzaga e, de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, na Unidade da UERGS, em Bento Gonçalves.

Esta experiência será realizada, inicialmente, neste período de excepcionalidade, somente para os Processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de Cursos de Graduação protocolados no CEEd, até a data de publicação da presente Resolução. Após esta fase experimental será realizada uma avaliação entre os atores envolvidos – CEEd, UERGS e Comissões Verificadoras – para subsidiar posteriores definições de continuidade desta modalidade de avaliações externas, de forma remota.

Em 17 de novembro de 2020.

Gabriel Grabowski – relator
Ruben Werner Goldmeyer
Ana Rita Berti Bagestan
Antônio Maria Melgarejo Saldanha
Hilário Bassotto
Lúcia Camini
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sani Belfer Cardon

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 25 de novembro de 2020.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 356, DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul – CEEd/RS, com fundamento no Art. 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 11 inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de janeiro de 1992, e suas alterações; na Emenda à Constituição Estadual de 1988, nº 64, de 18 de abril de 2012; na Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014; na Lei estadual nº 14.705, de 25 de junho de 2015; nos Decretos federais nº 5.235 de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057 de 25 de maio de 2017; na Resolução CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018 e nº 07, de 18 de dezembro de 2018, e atendendo ao disposto na legislação específica nesta Resolução e nos demais atos normativos pertinentes,

R E S O L V E:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, quanto a sua organização acadêmica, classificam-se em:

I – Faculdades;

II – Centros Universitários; e

III – Universidades.

Art. 2º As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, e de domínio e cultivo do saber humano, com a autonomia e os requisitos referidos na Constituição Federal de 1988 (art. 207) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal nº 9.393/1996). As universidades tem como características:

I – indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II – produção intelectual institucionalizada com caráter inovador;

III – pelo menos um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e,

IV – pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

§ 1º É facultada a criação de Universidades especializadas por campo do saber.

§ 2º As Universidades poderão organizar-se na forma de *multicampi,* admitindo-se outras denominações.

§ 3º Os *campi* ou equivalentes da Universidade são especificados no ato de credenciamento de, no mínimo, um curso reconhecido e passarão a ter autonomia, desde

que apresentem condições e estrutura física para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 3º Os Centros Universitários são instituições de ensino superior que abrangem mais de uma área de conhecimento, caracterizando-se pela excelência nas atividades de ensino, comprovada pela qualificação do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico, oferecidas à comunidade escolar, com grau de autonomia definido no ato do credenciamento, devendo atender os seguintes requisitos:

I – um quinto do corpo docente estar contratado em regime de tempo integral;

II – um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – no mínimo, oito cursos de graduação terem sido reconhecidos e terem obtido conceito satisfatório na avaliação externa *in loco*;

IV – possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;

V – possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência.

§ 1º Para a criação de novas habilitações na área dos cursos reconhecidos, os Centros Universitários devem submeter-se a processo de reconhecimento.

§ 2º Os Centros Universitários podem organizar-se na forma de *multicampi,* admitindo-se outras denominações.

§ 3º Os *campi,* ou equivalentes, de Centros Universitários são especificados no ato de credenciamento de, no mínimo, um curso reconhecido e passam a ter autonomia desde que apresentem condições e estrutura física para o desenvolvimento do ensino, extensão e programas institucionalizados de iniciação científica.

Art. 4º Podem ser credenciadas como Faculdades as instituições de ensino superior originadas da reunião de Faculdades, Institutos Superiores de Educação com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento.

Parágrafo único: Pode ser credenciada Escola de Governo (EG) criada e mantida por instituição pública, na forma do art. 39, § 2º da Constituição Federal de 1988, do art. 4º do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, credenciada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Art. 5º O credenciamento de Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, organizadas sob quaisquer das formas previstas no art. 1° desta Resolução, bem como o reconhecimento de cursos de Educação Superior, são renovados periodicamente, em ato aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, após processo regular de avaliação.

Art. 6º Todo e qualquer encaminhamento de Instituição de Ensino Superior ao Conselho Estadual de Educação, assinado pelo representante legal, é dirigido à Presidência do Conselho.

Art. 7º A estrutura e a organização do currículo pleno dos cursos são de competência das Instituições de Ensino Superior, de acordo com legislação vigente, diretrizes curriculares nacionais, carga horária mínima, projeto pedagógico do curso e com o perfil do egresso a ser formado.

TÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO E DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 8º O credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual a Instituição de Ensino Superior fica habilitada para atuar na Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, de acordo com o disposto no art. 1º desta Resolução.

Art. 9º A renovação de credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual fica ratificada ou alterada a habilitação da Instituição de Ensino Superior para atuar na Educação Superior.

Parágrafo único. O pedido de renovação de credenciamento deve ser encaminhado mediante protocolo no Conselho Estadual de Educação, no prazo de até 06 (seis) meses antes do término da validade do credenciamento.

Capítulo I

DO CREDENCIAMENTO DE UNIVERSIDADE

Art. 10. O pedido de credenciamento deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – da mantenedora:

a) atos constitutivos, registrados no órgão competente, que atestem sua existência e sua capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

c) certidões de regularidade fiscal perante a Fazenda federal;

d) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

e) demonstração de patrimônio suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação;

f) demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes, considerada sua natureza jurídica; e

g) termo de responsabilidade, assinado pelo representante legal da mantenedora, que ateste a veracidade e a regularidade das informações prestadas e da capacidade financeira da entidade mantenedora; e

II – da IES:

a) plano de desenvolvimento institucional - PDI;

b) regimento interno ou estatuto;

c) identificação dos integrantes do corpo dirigente e de informação sobre a experiência acadêmica e profissional de cada um;

d) comprovante de disponibilidade e regularidade do imóvel;

e) plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competente;

f) atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente.

§ 1º A comprovação da regularidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ e da regularidade perante a Fazenda federal, a Seguridade Social e o FGTS podem ser verificadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEEd/RS) nas bases de dados do Governo federal e estadual e as mantenedoras devem estar devidamente regulares para fins de credenciamento ou de recredenciamento.

§ 2º O CEEd/RS pode requisitar à mantenedora a apresentação de balanço patrimonial em plano de contas a ser definido conforme regulamento a ser editado pelos órgãos de controle (TCE, CAGE, MP).

Art. 11. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que deve conter, pelo menos, os seguintes elementos:

I – missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II – projeto pedagógico da instituição (PPI), contendo, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância;

IV – organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V – oferta de cursos e programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, quando for o caso;

VI – perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII – organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII – projeto de acervo acadêmico em meio virtual, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX – infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especifica:

a) com relação à biblioteca:

1 - acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2 - formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e

3 - espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X – demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI – oferta de educação a distância, especificadas e previamente autorizada pelo CEEd:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;

d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e

e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Seção II
Do Credenciamento de Centros Universitários

Art. 12. Os processos que visam ao credenciamento dos Centros Universitários são protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo conter o previsto no artigo 3º desta Resolução.

Seção III
Do Credenciamento de novo campus

Art. 13. A solicitação para o credenciamento de novo *campus* por Universidade e Centro Universitário, em localidades diferentes da sua sede, é encaminhada por meio de projeto, no qual devem constar:

I – justificativa da necessidade de expansão ou readequação do ponto de vista institucional, social e econômico-financeiro;

II – apresentação das metas de readequações ou expansão constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;

III – caracterização da localidade e da área de influência do novo ou readequado *campus*, especialmente em relação à oferta de cursos superiores na região;

IV – estrutura física, incluindo equipamentos, laboratórios, salas de aula, biblioteca e outros recursos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão no novo *campus*;

V – planejamento administrativo e financeiro do processo de implantação do novo ou readequado *campus;*

VI – descrição do corpo docente com respectiva titulação, formas de admissão, disciplinas, cursos e locais em que atua e carga horária semanal no *campus*;

VII – caracterização do(s) curso(s) a ser(em) oferecido(s);

VIII – definição da(s) área(s) de pesquisa e programa(s) de extensão a ser(em) desenvolvida(s) no novo *campus*;

IX – cópia dos atos legais internos que aprovaram a criação ou readequação do *campus* e do PDI;

X – documento competente expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, conforme legislação vigente.

Seção IV

Do Credenciamento de Faculdades e Escolas de Governo

Art. 14. Os processos que visam ao credenciamento de Faculdades e Escolas de Governo são protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo conter, no que couber, o disposto no artigo 3º desta Resolução.

Capítulo II

DA TRAMITAÇÃO

Seção I

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de Universidades e Centros Universitários

Art. 15. Os processos de credenciamento de Universidade e de Centro Universitário, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pela Presidência do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação, composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da visita;

II – Designação de relator pela Presidência do Conselho Estadual de Educação;

III – Minuta de Deliberação, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV – Apreciação da Deliberação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

V – Publicação da Deliberação de credenciamento, do Conselho Estadual de Educação no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Dentre os especialistas previstos no inciso I, não podem ter relação profissional com a IES em avaliação.

§ 2º Em caso de decisão final desfavorável ao credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, faculta-se à Instituição de Ensino Superior (IES) requerente, direito a pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Art. 16. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição pode utilizar as prerrogativas de sua autonomia universitária.

Seção II

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de novo campus de Universidade e de Centro Universitário

Art. 17. Os processos de credenciamento ou readequação de novo *campus* de Universidade e/ou de Centro Universitário, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco*, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da visita;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III – Minuta de Deliberação, pelo relator que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV – Apreciação da Deliberação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação da Deliberação do Conselho Estadual de Educação de credenciamento ou readequação de novo *campus* de Universidade e/ou de Centro Universitário no Diário Oficial do Estado.

Art. 18. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição pode utilizar as prerrogativas de sua autonomia universitária.

Seção III

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de Faculdades e Escolas de Governo

Art. 19. Os processos de credenciamento de Faculdades e Escolas de Governo, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da visita;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III – Minuta de Deliberação, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV – Apreciação da Deliberação da Comissão de Ensino Médio e Educação

Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação da Deliberação do Conselho Estadual de Educação, de credenciamento no Diário Oficial do Estado.

Art. 20. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição pode utilizar as prerrogativas legalmente conferidas.

Capítulo III

DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Art. 21. A renovação do credenciamento de Instituições de Ensino Superior deve ser precedida por análise realizada pela Comissão de Avaliação Externa, prevista no *caput* do art. 26 desta Resolução e designada pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 15.

I – O relator, com base no Relatório Final previsto no inciso I do art. 15 desta Resolução, apresenta Minuta de Deliberação à Comissão de Ensino Médio e Educação Superior, que, após apreciação, leva ao Plenário do Conselho Estadual de Educação para aprovação da Deliberação.

II – A Deliberação, aprovada pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, deve ser publicada no Diário Oficial do Estado.

III – A renovação de credenciamento de Universidades e Centros Universitários pode ser de até 10 anos e das Faculdades e Escolas de Governo até 5 anos.

§ 1º Para o cumprimento deste artigo, é aplicado, no que couber, o disposto nos incisos I e II do artigo 11 da presente Resolução.

§ 2º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, deve haver reavaliação e se constatada a permanência das mesmas, ocorre a suspensão temporária ou a desativação de cursos e respectivas habilitações ou a suspensão temporária de atributos da autonomia didático-pedagógica ou na reclassificação acadêmica da Instituição.

TÍTULO III

DA AVALIAÇÃO

Art. 22. A avaliação, no contexto desta Resolução, é o processo sistemático de diagnóstico, análise e identificação das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos.

§ 1º A avaliação tem como finalidade conhecer e aferir as condições e a relevância dos objetivos e metas definidas pela Instituição, implementação, eficiência, impacto social e eficácia dos resultados.

§ 2º A avaliação tem por objeto a instituição como um todo e a especificidade de seus cursos, visando analisar as funções primordiais e secundárias para tomada de decisões institucionais e para os processos de credenciamento e de renovação de credenciamento.

§ 3º Para a execução dos processos referentes à avaliação, são utilizados os parâmetros e instrumentos do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior, instituído pela Lei federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que se constituem nas seguintes modalidades:

I - avaliação institucional: autoavaliação e avaliação externa *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota;

II – avaliação de cursos;

III – avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

Capítulo I
DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 23. A avaliação das Instituições de Ensino Superior do Sistema Estadual de Ensino tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, as seguintes:

I – a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II – as políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica e as bolsas de pesquisa, de monitoria, de extensão e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inovação, à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, ao empreendedorismo e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a extensão universitária e a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – a organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação;

VIII – o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – as políticas de atendimento aos estudantes e egressos;

X – a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Parágrafo único. Na avaliação das Instituições, as dimensões listadas no *caput* deste artigo são consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas.

Seção I

Da Autoavaliação

Art. 24. A autoavaliação, componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo da Instituição, integrando os demais componentes do mesmo, é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA instituída em cada IES conforme o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e suas respectivas regulações posteriores.

§ 1º A autoavaliação consiste no processo diagnóstico de atribuição de significados, por toda a comunidade universitária e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados/informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da Instituição.

§ 2º A periodicidade da autoavaliação deve ser de 3 (três) em 3 anos, e seus resultados expressos em relatórios, disponibilizados aos gestores da IES, à comunidade universitária e encaminhados ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 25. Cada Instituição de Ensino Superior deve constituir Comissão Própria de Avaliação – CPA com as atribuições de condução do processo de autoavaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas no processo de avaliação, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por Ato do dirigente máximo da Instituição de Ensino Superior (IES) ou por previsão no estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada uma composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a mantenedora, reitoria, direção, conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

Seção II

Da Avaliação Externa

Art. 26. A avaliação externa *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota nas Instituições de Ensino Superior – IES é realizada por comissão designada pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, composta por dois especialistas, ambos com experiência em educação superior, e deve ocorrer após o término do(s) processo(s) de autoavaliação, obedecendo as seguintes etapas:

I – visita *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota dos avaliadores à Instituição;

II – elaboração do Relatório de Avaliação com base no(s) relatório(s) de autoavaliação, cuja periodicidade está prevista no § 2º do artigo 24 desta Resolução, nos documentos da IES, nas informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), nas entrevistas e nos demais dados e resultados levantados durante a visita.

§ 1º O Relatório Final da Comissão é disponibilizado pelo Conselho Estadual de Educação à IES, no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, para que a mesma emita suas considerações, se assim o pretender.

§ 2º A periodicidade do processo de avaliação externa é de 05 (cinco) em 5 anos para Faculdades e Escolas de Governo, e até 10 (dez) anos para Centros Universitários e Universidades.

§ 3º Os resultados da avaliação externa da IES servem como referência para o processo de seu credenciamento e renovação de credenciamento.

Capítulo II

DA AVALIAÇÃO DE CURSOS

Art. 27. A avaliação externa de cursos tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações de infraestrutura e à organização didático-pedagógica e para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento da Instituição de Ensino Superior.

§ 1º A avaliação externa de cursos é realizada nos termos do art. 26 desta Resolução.

§ 2º A avaliação externa de cursos utiliza instrumentos e procedimentos próprios.

Art. 28. A periodicidade da avaliação externa de cursos deve coincidir com o prazo previsto para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos.

§ 1º O curso que obtiver desempenho igual ou menor que o conceito 02 (dois), do ENADE deve ser submetido à avaliação externa, por meio de instrumento próprio, no prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação dos resultados.

§ 2º A tramitação do processo de avaliação segue o disposto no art. 49 da presente Resolução, no que couber.

Capítulo III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Art. 29. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação deve ser realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

§ 1º O ENADE afere o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE é aplicado periodicamente, aos alunos de todos os cursos de graduação.

§ 3º A aplicação do ENADE é acompanhada de instrumento destinado a traçar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 4º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, por ele avaliados, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua

situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial, na forma da legislação vigente.

§ 5º É de responsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior a inscrição de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 6º Após divulgação dos resultados do ENADE pelo INEP/MEC, as IES devem adotar medidas necessárias para superar carências apontadas nos cursos, especialmente os cursos com notas 01 e 02.

Capítulo IV

DAS NORMAS GERAIS DA AVALIAÇÃO

Art. **30.** A coordenação do processo de avaliação das Instituições, bem como de cursos, é de responsabilidade do Conselho Estadual de Educação e a realização da avaliação do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 31. O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul deve tornar público e disponível o resultado da avaliação das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos.

Art. 32. A avaliação das Instituições de Ensino Superior resulta na atribuição de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de excelência, os níveis 1 e 2 indicativos de insuficiência e/ou aspectos a melhorar e o nível 3, indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento e renovação de credenciamento de Instituições.

Art. 33. Os resultados considerados insatisfatórios ensejam o diligenciamento da Instituição e de cursos, pelo Conselho Estadual de Educação, com determinações claras de ações e metas a serem cumpridas, em prazo determinado, para a superação das causas que conduziram aos referidos resultados.

§ 1º O descumprimento da diligência, no todo ou em parte, pode implicar a aplicação das seguintes penalidades:

I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos;

II – suspensão do reconhecimento para oferta dos cursos;

III – cassação do credenciamento da Instituição.

§ 2º As penalidades previstas neste artigo são aplicadas pelo Conselho Estadual de Educação, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

Art. 34. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação, que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao Conselho Estadual de Educação, respondem civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 35. Para a capacitação dos avaliadores externos, se necessário, pode o Conselho Estadual de Educação solicitar o apoio da CONAES.

TÍTULO IV

DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As Universidades e os Centros Universitários, no exercício de sua autonomia, podem criar, autorizar e organizar em sua sede ou sede de seus *campi* credenciados, cursos de educação superior, devendo comunicar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o ato autorizatório ao Conselho Estadual de Educação.

§ 1º As Universidades e os Centros Universitários podem criar cursos, fora da sua sede ou da sede de seus *campi* credenciados ou equivalentes, devendo, no prazo de 60 (sessenta) dias, comunicar ao Conselho Estadual de Educação o ato de criação.

§ 2º Nos casos de cursos criados fora de seus *campi* ou equivalentes devem encaminhar previamente processos de reconhecimento nos termos dos artigos 47 e 48 desta Resolução, podendo, a critério da IES, serem reconhecidos juntamente com os da sede, com verificação *in loco* ou através de meios remotos quando necessário.

§ 3º A oferta de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, inclusive em Universidades e Centros Universitários, depende de autorização do Conselho Estadual de Educação, após prévia manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde, de acordo com a legislação vigente.

Art. 37. Reconhecimento é o ato formal, de caráter temporário, concedido pelo Conselho Estadual de Educação, por um período de até 05 (cinco) anos, que outorga validade e fé pública à IES para que possa emitir diplomas com validade nacional.

Capítulo II

DOS CURSOS EAD

Art. 38. Para os fins desta Resolução, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

§ 1º A criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos a distância observam a legislação em vigor e as normas do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, são realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 3º O polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior no Estado ou País, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.

§ 4º Os polos de educação a distância devem manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino. (Redação dada pelo Decreto nº 9.235, de 2017).

§ 5º Compete ao Conselho Estadual de Educação em articulação com os órgãos e as entidades a ele vinculados:

I – o credenciamento e o recredenciamento de instituições de ensino do sistema de ensino estadual para a oferta de educação superior na modalidade a distância; e

II – a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância de instituições de ensino integrantes do sistema estadual e ensino, respeitadas as prerrogativas de autonomia.

Seção I

Da Autorização

Art. 39. A Instituição que não se caracterizar como Universidade nem como Centro Universitário e que desejar oferecer curso superior na modalidade de educação a distância deve encaminhar solicitação de autorização ao Conselho Estadual de Educação, nos termos do art. 45 desta Resolução, no que couber.

Seção II

Da Tramitação

Art. 40. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, tem a tramitação prevista no art. 46 desta Resolução.

Seção III

Do Reconhecimento

Art. 41. Os pedidos de reconhecimento de curso superior na modalidade de educação a distância devem dar entrada no Conselho Estadual de Educação imediatamente, após transcorridos 2/3 (dois terços) da integralização curricular do curso.

Art. 42. Os processos que se destinam ao reconhecimento na modalidade de educação a distância devem dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos com os documentos previstos no art. 45 desta Resolução, no que couber.

Seção IV

Da Tramitação

Art. 43. Os processos de reconhecimento de curso superior na modalidade de educação a distância, encaminhados ao Conselho Estadual de Educação, são protocolados, autuados e dirigidos à Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e tem a tramitação prevista no art. 46 desta Resolução.

Capítulo III

DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Seção I

Da Autorização

Art. 44. Os processos que visam à autorização de cursos de graduação presenciais ou EAD em Faculdades e Escolas de Governo devem conter as seguintes informações:

I – justificativa da necessidade social;

II – organização curricular, regime e duração do curso, habilitação(ões) oferecida(s), ementário e bibliografia das disciplinas;

III – qualificação e regime de trabalho do corpo docente;

IV – número de vagas e divisão de turmas e turnos;

V – descrição das instalações físicas disponíveis;

VI – descrição das condições de laboratórios;

VII – descrição das condições de biblioteca e dos repositórios digitais;

VIII – planejamento econômico-financeiro, no qual fiquem evidenciadas as condições de manutenção do curso;

IX – descrição de como será efetuado, supervisionado e avaliado o estágio;

X – demonstração da regularidade fiscal e parafiscal da Instituição mantenedora;

XI – parecer do Órgão Colegiado competente sobre a aprovação do projeto do curso.

Parágrafo único. O projeto deve ser acompanhado do Regimento Interno da Instituição de Ensino Superior com as adaptações necessárias para o novo curso ou habilitação, quando for o caso.

Seção II

Da Tramitação

Art. 45. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior, que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da visita;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III – Minuta de Deliberação, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV – Apreciação da Deliberação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação da Deliberação de autorização do Conselho Estadual de Educação, no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Das decisões da Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, cabe pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Seção III

Do Reconhecimento

Art. 46. Os pedidos de reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações devem dar entrada no Conselho Estadual de Educação imediatamente, após transcorridos 2/3 (dois terços) da integralização curricular do curso.

Parágrafo único. Os cursos desenvolvidos através de convênios com outras IES, quando avaliados pelo MEC, devem encaminhar ao Conselho Estadual de Educação a decisão final da avaliação (relatório e Portaria), para a apreciação do Plenário, para decisão final e publicação no Diário Oficial do Estado (para decisão final em Plenário pelo Colegiado).

§ 1º No caso de o curso ser ofertado em mais de um *campus*, o processo de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento deve descrever as condições de oferta em cada um dos locais.

§ 2º Fica a critério da Instituição, a opção de encaminhar processo de reconhecimento único do curso ofertado em vários locais ou em processo separado com reconhecimento próprio.

Art. 47. Os processos que se destinam ao reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações devem dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos com os seguintes documentos, quando couber:

I – Dados gerais da Instituição;

II – Descrição das formas de articulação e execução das políticas e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional com o projeto pedagógico do curso;

III – Projeto pedagógico do curso:

1 - Missão do curso;

2 - Objetivos do curso;

3 - Perfil profissiográfico (habilidades, competências e atitudes) e titulação;

4 - Ensino, pesquisa e extensão (descrição sobre as formas de articulação do ensino com a pesquisa e extensão):

4.1. Ensino:

a) descrição das políticas e diretrizes do ensino;

b) organização e desenvolvimento curricular;

c) matriz curricular, regime e duração do curso;

d) alterações curriculares e respectivos atos legais;

e) ementário e referências bibliográficas das disciplinas;

f) estágio/monografia/trabalho de conclusão de curso;

g) sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

4.2. Extensão:

a) descrição das políticas e diretrizes de extensão;

b) descrição das atividades de extensão (programas, projetos desenvolvidos e em desenvolvimento);

c) Descrição da curricularização da extensão em 10% de seus créditos.

4.3. Pesquisa:

a) descrição das políticas e diretrizes de pesquisa;

b) descrição dos programas de pesquisa com as respectivas linhas.

5 - Corpo docente:

5.1. política institucional de capacitação docente;

5.2. formas de admissão docente;

5.3. análise descritiva do corpo docente, contendo os seguintes itens:

a) relação do corpo docente, especificando titulação, disciplina, admissão do docente na Instituição, experiência docente;

b) correlação entre titulação e atividade exercida;

c) projeção da capacitação docente para o ano subsequente.

6 - Corpo discente:

6.1. descrição de normas e formas de acesso ao curso;

6.2. descrição das formas de registro e controle acadêmico;

6.3. número de vagas e relação candidato-vaga;

6.4. divisão de turmas e turnos;

6.5. evolução da matrícula e evasão;

6.6. análise do rendimento acadêmico desde o início do curso;

6.7. descrição das formas de assistência aos discentes: bolsa de estudos, bolsa de pesquisa e/ou extensão, monitoria, serviços de orientação e outras formas de assistência e orientação.

7 - Corpo diretivo e técnico-administrativo do curso.

8 - Estrutura física:

8.1. quantificação sumária do espaço destinado às atividades-fim: salas de aula, laboratórios, salas ambientes, auditórios e outros espaços;

8.2. descrição do espaço destinado às atividades–fim;

8.3. quantificação sumária do espaço destinado às atividades-meio: gabinetes, secretarias e outros espaços de apoio;

8.4. quantificação e descrição sumária da estrutura existente para pessoas com necessidades especiais.

9. Biblioteca:

9.1. estrutura física e organizacional;

9.2. descrição das políticas de articulação com os órgãos internos e a comunidade externa;

9.3. descrição da política de expansão do acervo bibliográfico;

9.4. acervo bibliográfico específico do curso;

9.5. informatização do acervo e descrição das formas de acesso (acervo físico tombado e informatizado; garantia de acessibilidade tecnológica e contrato de garantia para livros virtuais);

9.6. convênios e programas;

9.7. regulamento;

9.8 – Outras ferramentas de acesso à informação.

10. Avaliação:

10.1. descrição sumária do programa de avaliação institucional;

10.2. resultado da avaliação institucional do curso: análise dos resultados da avaliação interna e externa, se houver.

Parágrafo único. A aplicação dos subitens 4.2 e 4.3 do inciso III deste artigo é facultativa às Instituições não universitárias.

Seção IV

Da Tramitação

Art. 48. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior, que apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da visita;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III – Minuta de Deliberação, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV – Apreciação da Deliberação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação da Deliberação no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação com vistas ao reconhecimento de curso(s) e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, deve haver reavaliação, que pode resultar em reconhecimento com providências a cumprir ou suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações ou não reconhecimento.

§ 2º Os alunos de curso cujo reconhecimento não seja renovado tem assegurado o direito à transferência para curso idêntico, em série ou período correspondente, em outra Instituição, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Das decisões da Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, cabe pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção V

Da Renovação do Reconhecimento de Cursos

Art. 49. Os cursos reconhecidos são submetidos periodicamente ao processo de renovação de reconhecimento.

Parágrafo único. Os processos de renovação do reconhecimento são instruídos conforme o disposto no art. 48 desta Resolução, no que couber ou através da apreciação do parecer emitido pelo MEC, pela Comissão de Ensino Médio e Educação Superior, para decisão final e publicação no diário oficial (para decisão final em plenário pelo CEEd)

Seção VI

Da Tramitação

Art. 50. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas, com experiência docente no Ensino Superior e em avaliação institucional, apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco* ou, excepcionalmente, de forma remota, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da visita;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III – Minuta de Deliberação, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV – Apreciação da Deliberação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação da Deliberação no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação, com vistas à renovação do reconhecimento do curso, e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, deve haver reavaliação, que pode resultar em reconhecimento com providências a cumprir ou suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações ou não renovação de reconhecimento.

§ 2º Os alunos de curso cujo reconhecimento não seja renovado tem assegurado o direito à transferência para curso idêntico, em série ou período correspondente, em outra Instituição, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Das decisões da Plenária do Conselho Estadual de Educação, cabe pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção VII

Da Alteração de Vagas: Aumento, Diminuição e Redistribuição de Vagas

Art. 51. As Faculdades e Escolas de Governo, no tocante à possibilidade de alteração de vagas, devem encaminhar ao Conselho Estadual de Educação processo próprio, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

I – justificativa da necessidade social e viabilidade;

II – documentação da autorização de funcionamento e/ou reconhecimento do respectivo curso ou habilitação;

III – qualificação e regime de trabalho do corpo docente, quando houver aumento e/ou redistribuição de vagas;

IV – comprovação da estrutura física e das condições econômicas que garantam e viabilizem o aumento ou a redistribuição de vagas.

V – pesquisa que comprove a necessidade de ampliação de vagas no território.

Art. 52. Os pareceres relacionados com os pedidos de alteração de vagas têm sua tramitação simplificada pela Comissão de Ensino Médio e Educação Superior.

Parágrafo único. Os pedidos de reconsideração e de recurso devem ser encaminhados no prazo de 60 (sessenta) dias, cada um, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção VIII

Da Extinção de Cursos de Graduação

Art. 53. As Instituições de Ensino Superior não universitárias, integrantes do Sistema Estadual de Ensino, devem comunicar, oficialmente, a extinção de cursos e/ou habilitações com a devida justificativa ao Conselho Estadual de Educação, que se manifesta em Deliberação.

Capítulo IV

DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 54. O ensino de pós-graduação compreende os cursos *lato sensu* e *stricto sensu,* abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das Instituições de Ensino Superior.

§ 1º Os cursos *lato sensu* compreendem cursos de especialização.

§ 2º Os cursos *stricto sensu* compreendem os cursos de mestrado e doutorado.

Seção I

Dos Cursos de Pós-Graduação: Especialização

Art. 55. Cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

§ 1º Os cursos de especialização são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências das instituições ofertantes.

§ 2º Os cursos de especialização podem ser oferecidos presencialmente ou a distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade.

Art. 56 Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, podem ser oferecidos por:

I – Instituições de Educação Superior (IES) devidamente credenciadas para a oferta de curso(s) de graduação nas modalidades presencial ou a distância, reconhecido(s);

II – Instituição de qualquer natureza que ofereça curso de pós-graduação *stricto sensu*, avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), autorizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

III – Escola de Governo (EG) criada e mantida por instituição pública, na forma do art. 39, § 2º da Constituição Federal de 1988, do art. 4º do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, credenciada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

§ 1º Incluem-se na categoria de cursos de pós-graduação *lato sensu* aqueles cuja equivalência se ajusta aos termos desta Resolução.

§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação – aperfeiçoamento e outros.

§ 3º As Instituições credenciadas para atuar nesse nível de ensino podem ofertar cursos de especialização exclusivamente na área do saber e no endereço definidos no Ato de seu credenciamento, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 57. As Instituições que oferecem cursos de pós-graduação *lato sensu* devem fornecer informações referentes a esses cursos sempre que solicitadas pelo órgão coordenador do Censo do Ensino Superior, nos prazos e condições estabelecidos.

Art. 58. O corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, deve ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional ou notório saber, sendo que 2/3 (dois terços) destes, pelo menos, devem apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido.

Art. 59. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e o reservado, obrigatoriamente, à elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Art. 60. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância somente podem ser oferecidos por Instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 61. A Instituição responsável pelo curso de pós-graduação *lato sensu* expede Certificado de Conclusão a que farão jus os alunos que tiverem obtido aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos, sendo obrigatória a frequência de no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento), nos cursos presenciais.

§ 1º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* devem mencionar a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente:

I – relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

II – período de realização do curso e sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

III – título da monografia ou do trabalho de conclusão do curso e nota ou conceito obtido;

IV – declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da presente Resolução;

V – citação do ato legal de credenciamento da Instituição.

§ 2º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, na modalidade presencial, devem ser obrigatoriamente registrados por Instituição credenciada que efetivamente ministre o curso.

§ 3º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu,* em nível de especialização, que se enquadrem nos dispositivos estabelecidos nesta Resolução tem validade nacional.

Seção II

Dos Cursos de Pós Graduação: Mestrado e Doutorado

Art. 62. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu,* oferecidos por Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, têm por objetivo a formação e qualificação para o exercício do magistério, em cursos de graduação, para pesquisa e para atividades técnico-científicas e profissionais.

Art. 63. O Sistema Estadual de Ensino, para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de mestrado ou de doutorado, deve considerar a recomendação emitida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior (CAPES).

§ 1º Do resultado de avaliação da CAPES, as Instituições de Educação Superior (IES) tem o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da recomendação ou da Avaliação Quadrienal, para encaminhar e solicitar regulação pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

§ 2º As IES devem encaminhar, também, regularmente, os relatórios do Coleta CAPES e de autoavaliação dos Cursos e Programas de *stricto sensu* no mesmo período que informados à CAPES.

Art. 64. Os cursos de pós-graduação de Mestrado e de Doutorado somente podem ser oferecidos por Instituições de Ensino Superior que ministrem, na mesma área, cursos de graduação.

Parágrafo único. O ingresso nos cursos de Mestrado e de Doutorado está condicionado à apresentação de diploma de graduação, nos termos do art. 44, inciso III, da Lei federal nº 9.394/1996.

Subseção I

Do Registro, Reconhecimento e renovação junto ao Conselho

Art. 65. Os processos que visam ao reconhecimento ou à renovação do reconhecimento dos cursos de mestrado e de doutorado são protocolados no Conselho

Estadual de Educação, contendo o ato de recomendação da avaliação da CAPES e cópia de seu respectivo parecer (ou relatório).

Parágrafo único. O relatório de recomendação positiva da CAPES subsidia o processo e ato de reconhecimento ou de sua renovação.

Art. 66. As Instituições de Educação Superior (IES) do Sistema Estadual de Ensino que implantarem cursos de pós-graduação *stricto* sensu, uma vez recomendados pela CAPES, devem solicitar reconhecimento ou renovação de reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação da recomendação ou da Avaliação Quadrienal da CAPES.

Subseção II

Da Tramitação

Art. 67. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

II – Emissão de Minuta de Deliberação, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

III – Apreciação da Deliberação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

IV – Publicação da Deliberação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, cabe pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

TÍTULO V

DO CREDENCIAMENTO DE DOCENTES

Art. 68. O credenciamento de docentes para o exercício do magistério em nível superior é feito pelas Instituições de Ensino Superior, de acordo com as exigências e os critérios estabelecidos em seus estatutos e regimentos, através de editais internos ou externos observado o seguinte:

I – a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de graduação é o título de Mestre, admitida a presença no corpo docente do curso de até 1/5 (um quinto) de portadores do título de Especialista que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina ou, ainda, em casos excepcionais, por profissionais de notório saber;

II – a titulação mínima para o exercício do magistério em Cursos de Especialização ou de Aperfeiçoamento é o título de Mestre, admitida a presença no corpo docente do curso de até 1/3 (um terço) de portadores do título de Especialista que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina;

III – a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de Mestrado é o título de Doutor;

IV – a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de Doutorado é o título de Doutor.

Parágrafo único. O descumprimento do presente artigo pode implicar descredenciamento do docente e/ou reposição das aulas.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69. A oferta de cursos de graduação na modalidade de ensino a distância segue o disposto no Decreto federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e suas regulamentações posteriores.

Art. 70. Os processos de reconhecimento de curso, autorização de novos cursos, credenciamento de novo *campus* ou equivalentes, encaminhados após a aprovação desta norma, devem observar as respectivas disposições.

Parágrafo único. Transitoriamente, a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – UERGS deve observar os seguintes prazos:

I – Até cinco anos para reconhecimento dos cursos ora ofertados, com vistas às condições mínimas previstas no § 3º, do art. 2º, desta Resolução;

II – Até dez anos para a renovação do credenciamento da Instituição de Ensino Superior, prevista no artigo 21, desta Resolução.

Art. 71. As alterações estatutárias e/ou regimentais das Instituições de Ensino Superior devem ser encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação, observada a autonomia das Universidades e Centros Universitários.

Art. 72. Ficam na dependência de parecer do Conselho Estadual de Educação as medidas relativas à:

I – desativação ou reativação de cursos e/ou de habilitações, em Faculdades e Escolas de Governo;

II – transferência de cursos e/ou de habilitações de uma para outra entidade mantenedora;

III – alteração regimental, quando ocorrer em Faculdades e Escolas de Governo;

Art. 73. Tratando-se de desativação das atividades escolares, o registro acadêmico deve ser arquivado:

I – na própria Instituição de Ensino Superior, quando se tratar de desativação de curso;

II – no caso de Instituição de Ensino Superior, em outra Instituição de Ensino Superior indicada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação, observado o critério da proximidade geográfica.

Art. 74. É vedada a realização de qualquer atividade acadêmica antes da autorização legal de funcionamento do curso, nas Instituições que não detêm autonomia universitária.

Art. 75. Das decisões dos órgãos máximos das Instituições de Ensino Superior em matéria de ensino, cabe recurso ao Conselho Estadual de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação do respectivo ato.

Parágrafo único. A aplicação do prazo fixado neste artigo ocorre somente na hipótese da ausência de prazo previsto nos Estatutos correspondentes.

Art. 76. Os diplomas de cursos superiores são registrados pelas Universidades e Centros Universitários que os expedirem, e os expedidos por Instituições sem autonomia universitária, por Universidades conveniadas.

§ 1º Para fins de expedição e registro de diplomas, as Instituições de Educação Superior - IES devem adotar os procedimentos previstos nas normativas vigentes para o sistema federal de ensino.

§ 2º As IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino podem implementar a emissão e o registro dos diplomas de seus cursos de graduação por meio digital, no que couber, nos termos da legislação vigente para o Sistema Federal de Ensino.

§ 3º O diploma digital é aquele que tem sua existência, sua emissão e seu armazenamento inteiramente no meio digital, e cuja validade jurídica é presumida mediante a assinatura com certificação digital e carimbo de tempo na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, conforme os parâmetros do Padrão Brasileiro de Assinaturas Digitais - PBAD e o uso dos demais dispositivos fixados na legislação vigente.

§ 4º O diploma digital deve ter sua preservação assegurada pelas IES, por meio de procedimentos e tecnologias que permitam verificar, a qualquer tempo, sua validade jurídica em todo território nacional, garantindo permanentemente sua legalidade, autenticidade, integridade, confiabilidade, disponibilidade, rastreabilidade, irretratabilidade, privacidade e interoperabilidade.

Art. 77. Ficam revogadas as Resoluções CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012 e nº 338, de 12 de julho de 2017, ressalvando-se que os processos protocolados até a data da publicação da presente Resolução devem ser analisados à luz das normas vigentes à época.

Art. 78. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C AT I VA

A sociedade brasileira, ao longo de sua história, tem passado e continuará a passar por processos de transição em diferentes aspectos, entre os quais a variação da demografia, da renda e da desigualdade, o desenvolvimento humano, as características das políticas sociais e o mundo do trabalho. Soma-se a estes fatores o caráter central da educação e das instituições formadoras em face da importância do conhecimento como eixo estruturante da sociedade e da economia.

Conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), na Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e na Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE), cabe ao Estado a garantia do direito à educação de qualidade. Não obstante os significativos avanços da educação brasileira, em particular nas últimas décadas, observa-se ainda um panorama excludente. A oferta de uma educação de qualidade social para todos é, portanto, um desafio nacional e estadual a ser vencido.

Neste contexto, o papel de uma Instituição de Educação Superior (IES) no atendimento às demandas educacionais, como as apresentadas, é evidente. Múltiplas oportunidades decorrem deste fato. Primeiro, pela vasta oferta de cursos de graduação

para a formação de pessoal em nível superior, objetivando as ocupações mais variadas como nas áreas de Engenharia e Tecnologias, Saúde, docência na Educação Básica, gestão pública e empresarial, entre outras. Depois, pela oferta de cursos de formação continuada para profissionais das mais diversas áreas. Em função da necessidade de educação e qualificação permanente para o mundo do trabalho, bem como do aumento da fração da população que concluiu a graduação, os cursos de especialização se tornam ainda mais importantes. Finalmente, com o uso da estrutura e da competência em áreas similares, as IES são ambientes privilegiados para contribuir com programas e políticas educacionais específicas.

Este desafio tem como instrumento de planejamento de políticas públicas para a educação brasileira o PNE 2014 – 2024, o qual define vinte metas que contemplam todas as etapas e níveis de ensino no País. As metas estruturantes estão distribuídas em quatro grupos: 1) metas para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais; 2) metas que tratam, especificamente, da redução das desigualdades e da valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade; 3) metas que tratam da valorização dos profissionais da educação, consideradas estratégicas para que as metas anteriores sejam atingidas; e 4) metas referentes ao ensino superior, que, em geral, são de responsabilidade dos governos estaduais e federal.

As metas propostas para a educação superior, constantes no PNE 2014 – 2024 compreendem as que são apontadas a seguir:

a) Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público;

b) Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício, no conjunto do sistema de educação superior, para 75%, sendo, desse total, no mínimo, 35% doutores;

c) Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo que se atinja a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (CEEd-RS), no uso de suas atribuições e, considerando, transcorridos mais de oito (08) anos desde a publicação da Resolução 323, de 17 de outubro de 2012, resolveu revisitar e atualizar a norma que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Coube à Comissão de Ensino Médio e Educação Superior (CEMES) do CEEd a coordenação, discussão e elaboração da nova norma. Esta construção se deu através de um diálogo sistemático com a UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande Sul, mediante várias reuniões com a Reitoria e/ou seus representantes, nos anos de 2019 e 2020. No âmbito da CEMES e do Colegiado do CEEd, especialmente da Relatoria desta Resolução e Assessoria Técnica da Comissão, foram contemplados inúmeros momentos de estudo, discussão e elaboração da atualização e finalização da proposta de normativa submetida à apreciação e aprovação em Sessão Plenária.

A atualização das normas é uma necessidade decorrente das novas regulações no âmbito federal, emanadas nos últimos anos. Também, a introdução e expansão de novas modalidades de ensino para além da dicotomia do Presencial & Ensino a Distância

(EAD), com as ofertas de ensino hibrido e remoto, suscitaram possibilidades de novas formas das funções de avaliação e supervisão das IES.

Por essa razão, destaca-se na presente Resolução a definição de que a possibilidade de criação de polos de educação a distância, situados fora dos limites de seu Estado ou mesmo do País, pelas IES públicas integrantes do sistema estadual de ensino, deverão constar em seus Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), sendo sua autorização condicionada ao prévio conhecimento e autorização pelos Sistemas de Ensino Federal, Estaduais e Distrital, em regime de colaboração, bem como de acordo com os respectivos órgãos mantenedores, de modo a garantir a sustentabilidade e continuidade da oferta.

As transformações que estão ocorrendo na área da educação, seja pela produção de novos conhecimentos, seja pelas novas normatizações, e principalmente, aquelas decorrentes dos novos desafios da pandemia provocada pela Covid-19, mobilizaram este Conselho a atualizar suas normativas, buscando aprimorar e qualificar a oferta da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Em 07 de janeiro de 2021.

Gabriel Grabowski – relator
Ruben Werner Goldmeyer
Ana Rita Berti Bagestan
Antônio Maria Melgarejo Saldanha
Hilário Bassotto
Lucia Camini
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sani Belfer Cardon

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 08 de janeiro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO CEED N° 357, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

Autoriza as Instituições de Ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino, em caráter excepcional, a proceder à certificação de conclusão de cursos de educação profissional técnica de nível médio e especializações técnicas diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid 19, desde que cumpridos com êxito o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul - CEEd/RS, com fundamento no Art. 10, inciso V, da Lei federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 11 inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual n° 9.672, de 19 de janeiro de 1992, e suas alterações; na Lei federal n° 14.040, de 18 de agosto de 2020 e na Resolução CNE/CP n° 2, de 10 de dezembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º- As instituições de Ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, credenciadas e com autorização para ofertar os Cursos Técnicos relacionados neste artigo, ficam autorizadas a proceder à certificação de conclusão dos cursos, em caráter excepcional, por estarem diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid 19, aos estudantes que assim optarem livremente e que tenham cumprido com êxito, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios, conforme Plano de Curso vigente, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação:

a) Técnico em Enfermagem,

b) Técnico em Radiologia,

c) Técnico em Farmácia,

d) Técnico em Nutrição e Dietética,

e) Técnico em Análises Clínicas e

f) Técnico em Vigilância em Saúde.

§ 1º A autorização prevista e os critérios estabelecidos no caput estendem-se aos Cursos de Especialização Técnica vinculados aos mencionados Cursos Técnicos.

§ 2º - A autorização de que trata o caput aplica-se somente ao período de calamidade pública decorrente da crise sanitária, conforme decreto estadual, e aos cursos relacionados neste artigo, bem como deve atender ao previsto no § 2º, do Art. 23, da Resolução CNE/CP n° 2, de 10 de dezembro de 2020: *"na antecipação da conclusão dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, deve ser garantido o desenvolvimento das competências requeridas pelo respectivo perfil profissional de conclusão".*

Art. 2º Para efetivação do previsto no art. Iº desta Resolução, devem os estudantes requerer formalmente à Instituição de Ensino a opção por concluir o curso que, após análise do cumprimento integral dos demais requisitos acadêmicos, poderá fazê-lo com a respectiva certificação.

Parágrafo Único: O estudante e a Instituição de Ensino são responsáveis diretos pela opção da conclusão do curso, que deve ter como motivação exclusiva o exercício de atividades profissionais relacionadas ao combate da pandemia da Covid-19.

Art. 3º - As Instituições de Ensino devem explicitar, nos Históricos Escolares que acompanham os Diplomas, as competências previstas no perfil profissional de conclusão do Curso.

Art. 4º - O Conselho Estadual de Educação recomenda às Instituições de Ensino a elaboração e estruturação de planos de acompanhamento e complementação da formação dos técnicos que estiverem em serviço.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Considerando:

- O Agravamento da pandemia da Covid 19 no Brasil e no Rio Grande do Sul, ocasionando uma demanda de atendimento hospitalar e em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) superior à capacidade existente, que exige um número maior de profissionais capacitados em diversas áreas conforme manifestações de autoridades públicas e gestores da saúde.

- O atendimento à solicitação das instituições que possuem cursos técnicos ligados à área da saúde para que os estudantes possam receber o Diploma de conclusão de curso, caso tenham cumprido com êxito no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios, e assim possam atuar profissionalmente no atendimento em saúde com suas habilidades e competências no combate da Covid 19.

- A Lei n° 14.040, de 18 de agosto de 2020, que Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009, que no Art. 4º estabelece:

> Art. 4º Ficam os sistemas de ensino autorizados a antecipar, em caráter excepcional, a conclusão dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, desde que diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid-19, **observadas as normas a serem editadas pelo respectivo sistema de ensino,** caso o aluno cumpra, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios. (Grifo nosso).

- A Resolução CNE/CP n° 2, de 10 de dezembro de 2020 que, "Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei n°

14.040, de 18 de agosto de 2020, estabelecendo normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade.

- As reuniões e debates realizados pela Comissão de Educação Profissional - CEP/CEEd, em 2020 e 2021, com representantes de Conselhos Profissionais, com profissionais da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, com dirigentes de Hospitais e de Escolas Técnicas, além de pesquisas e estudos realizados no âmbito do Colegiado, analisando as possibilidades e as necessidades da manifestação deste colegiado sobre a matéria.

- O Conselho Estadual de Educação do RS, sensível ao cenário pandémico, de forma responsável e comprometida com a sociedade gaúcha, exara a presente Resolução como forma de contribuir para a mitigação dos impactos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus/Covid-19 no território estadual.

Em 22 de de março de 2021.

Ana Rita Berti Bagestan - relatora
Gabriel Grabowski - relator
Oswaldo Dalpiaz - relator
Sani Belfer Cardon
Antônio Maria Melgarejo Saldanha
Érico Jacó Maciel Michel
Lucia Camini
Raul Gomes de Oliveira Filho

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 24 de março de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO CEED Nº 358, DE 04 DE AGOSTO DE 2021.

Estabelece procedimentos para o Sistema Estadual de Ensino, referentes às alterações em Cursos Técnicos de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO com fundamento no artigo 11, inciso XIX da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995 e na Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Orientar as Instituições de Ensino, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, referente aos procedimentos a serem adotados, visando à adequação de Cursos Técnicos em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 2/2020, assim estabelecidos:

> Art. 1º Esta Resolução atualiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, aprovando sua 4ª edição, nos termos dos seguintes anexos:
>
> [...]
>
> a) alteração na denominação de 10 (dez) cursos, devidamente identificados por Eixo Tecnológico;
>
> b) alteração da Carga Horária mínima de 19 (dezenove) cursos, devidamente identificados por Eixo Tecnológico;
>
> c) mudança de 3 (três) cursos de Eixo Tecnológico, indicando o Eixo Tecnológico anterior e o novo Eixo Tecnológico;
>
> [...].

Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino que ofertam os cursos relacionados nas alíneas a, b e c, acima transcritas, devem adequar os seus cursos até dezembro de 2022**,** conforme o estabelecido no Art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 2/2020.

Art. 3° - As Instituições de Ensino que necessitem alterar a denominação dos seus cursos, bem como os Eixos Tecnológicos, devem comunicar a(s) alterações, por oficio, ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 4° - As Instituições de Ensino que necessitam alterar a carga horária do(s) Curso(s), conforme tabela abaixo, devem protocolar seus processos no Sistema Estadual de Ensino até dezembro de 2022, atendendo as normas e a legislação vigente.

Nº	Eixo Tecnológico	Cursos	Carga horária mínima CNCT/2014	Carga horária mínima - Res. CNE/CEB nº 2/2020
1	Ambiente e Saúde	Técnico em Cuidados de Idosos	1200	800
2	Ambiente e Saúde	Técnico em Imagem Pessoal	1200	800
3	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Secretaria Escolar	1200	800
4	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	1000	800
5	Informação e Comunicação	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	1000	1200
6	Produção Cultural e Design	Técnico em Artes Circenses	800	1200
7	Produção Cultural e Design	Técnico em Artes Visuais	800	1200
8	Produção Cultural e Design	Técnico em Canto	800	1000
9	Produção Cultural e Design	Técnico em Composição e Arranjo	800	1200
10	Produção Cultural e Design	Técnico em Design Gráfico	800	1000
11	Produção Cultural e Design	Técnico em Conservação e Restauro	800	1200
12	Produção Cultural e Design	Técnico em Dança	800	1200
13	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Interiores	800	1200
14	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical	800	1200
15	Produção Cultural e Design	Técnico em Museologia	800	1200
16	Produção Cultural e Design	Técnico em Paisagismo	800	1000
17	Produção Cultural e Design	Técnico em Rádio e Televisão	800	1000
18	Produção Cultural e Design	Técnico em Regência	800	1000
19	Produção Cultural e Design	Técnico em Teatro	800	1000

Art. 5° - Os estudantes matriculados em Cursos Técnicos de Nível Médio, autorizados a funcionar na vigência da versão anterior do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, têm o direito de concluir o(s) curso(s), com a mesma organização curricular quando da realização da matricula, respeitando o disciplinado no Regimento Escolar da Instituição de Ensino.

Art. 6º - Serão asseguradas novas matrículas de estudantes e novas turmas somente para os Cursos Técnicos de Nível Médio, ofertados nos estabelecimentos de ensino que respeitarem os procedimentos definidos nesta Resolução.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Conselho Nacional de Educação, pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, atualizou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio estabelecendo procedimentos referentes a alteração de carga horária, a alteração de denominação e mudança de eixos tecnológicos, entre outros. Essas alterações visam atualizar as possibilidades de oferta de cursos em consonância com o processo de profissionalização dos estudantes, refletir o perfil profissional de conclusão e promover alterações na organização curricular do curso.

Os prazos estabelecidos na presente Resolução são necessários para orientar as instituições de ensino quanto à inserção de dados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, sendo o cadastramento do curso uma das condições essenciais para garantir a validade nacional dos Diplomas expedidos

e registrados na própria instituição de ensino. O SISTEC contempla todos os alunos com matrícula inicial nos cursos técnicos de nível médio desde janeiro de 2009.

Porto Alegre, 19 de julho de 2021.

Antônio Maria Melgarejo Saldanha – relator

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 04 de agosto de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 359, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021.

Autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação externa, de forma remota, nos termos da Resolução CEEd nº 355/2020, nos processos de primeiro reconhecimento de cursos de Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, durante o período de calamidade pública de saúde, conforme definição em decretos estaduais vigentes.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual de 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações, no Decreto federal nº 5.235, de 15 de dezembro de 2017, na Lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e, nos decretos estaduais vigentes que dispõe sobre a calamidade pública de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução autoriza, em caráter excepcional, a realização da avaliação externa, de forma remota, nos processos de primeiro reconhecimento de cursos de Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, durante o período de calamidade pública de saúde, provocada pelo Novo Coronavírus – COVID-19, nos termos da Resolução CEEd nº 355/2020, bem como no disposto no Artigo 45 da Resolução CEEd nº 356, de 08 de janeiro 2021.

Art. 2º Os processos que se destinam ao primeiro reconhecimento de cursos de graduação e suas respectivas habilitações devem dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos conforme disposto nos termos do Artigo 47 da Resolução CEEd nº 356/2021.

Art. 3º Os critérios para avaliação externa, de forma remota, pela Comissão de Verificação, devem ser orientados pelos aspectos definidos na Resolução CEEd nº 355/2020.

Art. 4º Após o término da avaliação dos cursos mencionados no Artigo 1º, bem como daqueles definidos na Resolução CEEd nº 355/2020, este Colegiado se manifestará, em ato próprio, sobre a continuidade da avaliação externa, de forma remota, em caráter excepcional, para os Processos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos demais cursos da Universidade.

Art. 5º Cabe ao CEEd/RS, no âmbito de suas competências legais, resolver as questões suscitadas pela presente Resolução por meio de atos específicos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A T I V A

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd/RS, no uso de suas atribuições, desde o início do período de restrições, causadas pela pandemia decorrente do novo Coronavírus/COVID-19, exarou atos normativos para orientar o Sistema Estadual de Ensino, especialmente no que se refere a procedimentos e cumprimento de prazos previstos em atos deliberativos das instituições de ensino durante o período excepcional.

O Parecer CEEd nº 002/2020, no que tange aos prazos concedidos nos atos de reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, prorrogou automaticamente por 12 meses, ampliáveis, se necessário for, até o final do período de excepcionalidade, em decorrência do estado de calamidade pública devido à crise sanitária.

Por meio da Deliberação CEEd nº 414/2020, este Conselho respondeu consulta encaminhada pela UERGS referente à expedição de Diplomas de Cursos de Graduação, cujos prazos estabelecidos nos respectivos atos de reconhecimento encontram-se expirados. Nesta Deliberação, o CEEd/RS solicitou à Universidade que realize o registro nos diplomas expedidos nesse período, dos respectivos atos de reconhecimento dos cursos ainda vigentes, fazendo menção ao Parecer CEEd nº 02/2020, que concedeu a prorrogação desses prazos.

Tendo em vista a continuidade do estado de calamidade pública, a urgência e necessária continuidade na tramitação nos processos de reconhecimento dos cursos da Universidade, bem como considerando a pertinência de uma experiência de avaliação externa de forma remota, o CEEd acolheu a solicitação da UERGS, e exarou em 25 de novembro de 2020 a Resolução CEEd n° 355/2020. Esta Resolução autorizou e orientou, em caráter excepcional e experimental, procedimentos para a realização da avaliação externa, de forma remota, nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, protocolados neste Conselho, até a data da publicação desta Resolução, durante o período de calamidade pública de saúde, provocada pelo Novo Coronavírus – COVID-19.

No ano de 2021, tendo em vista a continuidade da pandemia, foi exarado o Parecer CEEd nº 001/221, que orientou as Mantenedoras de Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS acerca dos procedimentos referentes à solicitação de prorrogação de prazos, estabelecidos em atos exarados por este Conselho, que expiram

durante o período de calamidade pública de saúde, conforme definição em decreto estadual vigente.

Com base nos atos normativos já exarados por este Conselho, a Reitoria da Universidade encaminhou a este Colegiado, por meio do Ofício nº 161/2021/GAB/ REITORIA/UERGS, de 17 de agosto de 2021, solicitação de excepcionalidade para a realização da avaliação externa, de forma remota, disposta na Resolução CEEd nº 355/2020, para os cursos da Universidade que ainda não obtiveram o primeiro reconhecimento e assim, não se encontram amparados no Parecer CEEd nº 001/2021.

Tendo em vista o atual momento de excepcionalidade, causado pela continuidade da situação de calamidade pública, que impede a tramitação de Processos de reconhecimento dos Cursos de Graduação e Pós-graduação não contemplados na Resolução CEEd nº 355/2020, e como os supramencionados cursos de graduação ainda não possuem atos autorizativos aprovados, para que não haja prejuízo aos discentes quanto à emissão de diplomas, este Conselho acolhe a solicitação da Universidade, conforme parâmetros e indicadores estabelecidos na Resolução CEEd nº 356/2021.

Este Colegiado orienta a Universidade que os processos dos cursos supramencionados sejam protocolados na Secretaria Geral, com base na Resolução CEEd nº 356, de 08 de janeiro 2021, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Em 31 de agosto de 2021.

Gabriel Grabowski – relator
Antônio Maria Melgarejo Saldanha
Ana Rita Berti Bagestan
Fátima Anise Rodrigues Ehlert
Lucia Camini
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer
Sani Belfer Cardon

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 1º de setembro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 360, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021.

Revoga a Resolução CEEd nº 353, de 12 de agosto de 2020.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992 e suas alterações, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações, no Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020 e suas alterações, no Decreto nº 55.384, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no Decreto Nº 56.071, de 03 de setembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul REVOGA a Resolução CEEd Nº 353, de 12 de agosto de 2020, que definiu procedimentos para o credenciamento de instituição de ensino, inclusive polo, quando for o caso, e autorização de curso novo em tempos de pandemia do novo Coronavírus – COVID-19.

Parágrafo único – A partir da revogação da Resolução CEEd nº 353/2020, a instrução de processos segue nos termos da Resolução CEEd nº 320/2012.

Art. 2º - Os processos de credenciamento de instituição de ensino, inclusive de polo, protocolados diretamente no CEEd/RS até a data da publicação desta Resolução, seguem a tramitação normal.

Art 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Resolução CEEd Nº 353, de 12 de agosto de 2020.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o período excepcional vivido, desde que a pandemia do novo Coronavírus foi declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS, o Conselho Estadual de Educação do RS foi demandado por várias mantenedoras acerca do cumprimento da Resolução CEEd nº 320/2012, especialmente no que se refere à instrução e abertura de Expediente Administrativo – Processos, junto ao Órgão Regional de Educação, uma vez que várias atividades ficaram impedidas e/ou supensas do atendimento presencial, tendo sua viabilidade somente de forma não presencial com o recebimento de documentos de forma eletrônica.

Diante de tal situação e havendo interesse para o credenciamento de instituições de ensino, inclusive polos quando for o caso, e autorização de funcionamento de cursos novos, mesmo em tempos de pandemia, este Colegiado, excepcionalmente, e em complemento ao Parecer CEEd nº 002/2020, orientou os integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS sobre a possibilidade de instruir processo diretamente no órgão normativo estadual, por meio da Resolução CEEd nº 353, de 12 de agosto de 2020, vigente até a data desta publicação.

Porém, com a publicação do Decreto nº 56.071, de 03 de setembro de 2021, que altera o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que instituiu o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reiterando a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências, foi disciplinado o retorno à presencialidade dos servidores públicos estaduais nos locais de trabalho, desde o dia 04 de outubro de 2021.

A legislação vigente estabelece que os servidores, empregados e estagiários da Administração Direta e Indireta desempenhem suas atribuições em regime presencial, respeitada a ocupação máxima simultânea de uma pessoa para cada 2 m² (dois metros quadrados) de área útil, em ambiente aberto e de uma pessoa para cada 4 m² (quatro

metros quadrados) de área útil, em ambiente fechado, observados os demais protocolos aplicáveis.

Tendo, portanto, os órgãos públicos retornado à presencialidade, respeitado os protocolos sanitários e procedimentos correlatos, não há mais razão para excepcionalidade de protocolos diretamente no Conselho. Logo, cabe a revogação da Resolução CEEd nº 353, de 12 de agosto de 2020.

Em 05 de outubro de 2021.

Raul Gomes de Oliveira Filho - relator
Dulce Miriam Delan - relatora
Érico Jacó Maciel Michel – relator
Odila Cancian Liberali- relatora
Rosa Maria Pinheiro Mosna - relatora
Ruben Werner Goldmeyer- relator

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 06 de outubro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO CEEd nº 361, de 20 de outubro de 2021.

Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, nos termos do Parecer CEEd nº 003/2021.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL-CEEd/RS com fundamento no artigo 11, inciso XIX, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394/96 e suas alterações, em especial a Lei Federal nº 13.415/2017; no Parecer CNE/CEB nº 03/2018; na Resolução CNE/CEB nº 03/2018; no Parecer CNE/CP nº 15/2018; na Resolução CNE/CP nº 04/2018; na Portaria MEC nº 1.432/2018; na Resolução CNE/CEB nº 01 e no Parecer CEEd nº 003/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução tem por objetivo instituir o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das

instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - O RCGEM constitui-se em documento referência para a adequação dos currículos e propostas pedagógicas da etapa final da Educação Básica e suas modalidades, em todas as instituições escolares ou redes de ensino que ofertam Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade ao disposto na Lei Federal nº 13.415/2017, na Resolução CNE/CEB nº 03/2018, na Resolução CNE/CP nº 04/2018, Resolução CNE/CEB nº 01 e na Portaria MEC nº 1.432/2018.

Art. 3º - As normas complementares para a oferta do Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino serão exaradas pelo CEEd/RS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Parágrafo Único. Os Sistemas Municipais de Ensino tem autonomia para exarar suas normas próprias, podendo aderir às citadas no *caput*, por meio de Ato Normativo com essa finalidade, em conformidade com as orientações da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, seccional do Rio Grande do Sul (UNCME-RS).

Art. 4º - O RCGEM deve ser atualizado sempre que houver revisão do texto da Base Nacional Comum Curricular, referente à etapa do Ensino Médio, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Art. 5º - O RCGEM, documento acessado no *link* https://ceed.rs.gov.br//upload/arquivos/202110/21084353-rcgem-anexo-resolucao-ceed-361-2021.pdf, é parte integrante da presente Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução CEEd RS nº 349/2019 e demais disposições em contrário.

Em 20 de outubro de 2021.

Aprovada, por maioria, com votos contrários das Conselheiras Dulce Miriam Delan, Rosa Maria Mosna e Simone Goldschmidt e do Conselheiro Érico Jacó Maciel Michel; e abstenções da Conselheira Sandra Balbé de Freitas e do Conselheiro Sani Belfer Cardon, na sessão plenária de 20 de outubro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 362, de 27 de outubro de 2021.

Dá nova redação ao artigo 5º da Resolução CEEd nº 343, de 11 de abril de 2018 e acrescenta o Artigo 5ºA e 5º B.
Altera o §1º do artigo 24 da mesma Resolução.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - CEEd/RS com fundamento no artigo 11, inciso XIX da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394/96, na Resolução CNE/CEB nº 01, de 25 de maio de 2021, no Parecer CNE/CEB nº 01, de 26 de maio de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Dar nova redação ao artigo 5º da Resolução 343, de 11 de abril 2018, acrescentar o Artigo 5ºA e 5ºB e alterar o §1º do artigo 24 da mesma Resolução:

Art. 5º Obedecidos o disposto no art. 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/1996 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, será considerada a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o ingresso nos cursos da EJA e para a realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Fundamental.

§ 1º- (revogado)

§ 2º- (revogado)

§ 3º- (revogado)

§ 4º- (revogado)

§ 5º- (revogado)

§ 6º- (revogado)

Parágrafo único: Cabe às mantenedoras garantir processos formativos contínuos que promovam:

a) superação da visão de transferência automática para EJA a partir dos 15 (quinze) anos;

b) a organização e a oferta de programas pedagógicos diferenciados ou currículos adequados, de acordo com as possibilidades dos art. 23 e 24 da LDBEN, para atendimento de adolescentes com defasagem/ atraso escolar, em especial para aqueles da faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos que não concluíram a educação básica;

c) a oferta da modalidade de EJA no diurno e noturno, atendendo as necessidades dos estudantes de forma geral e de públicos específicos, respeitando o disposto na Resolução 343/2018.

Art. 5º-A Observado o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/1996, a idade mínima para matrícula em cursos da EJA e para inscrição e realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Médio é de 18 (dezoito) anos completos.

> **Art. 5º-B** Para ingresso nos cursos de EJA oferecidos na modalidade de Educação a Distância, a idade mínima, independente da etapa da educação básica, é de18 anos.
>
> […]
>
> **Art. 24** .....
>
> **§ 1º** Os Regimentos Escolares, disciplinando a modalidade de EJA, independentemente do interstício de 3 (três) anos de vigência, devem ser adequados em acordo com a presente Resolução, analisados e validados pelo Conselho Escolar ou por Comissão Paritária, formada por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar do estabelecimento de ensino e por sua mantenedora, e, posteriormente, encaminhados a este Conselho para manifestação, devendo ser protocolado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias úteis.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a contar da data de sua publicação.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 363, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021.

Estabelece as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul – CEEd/RS, com fundamento no Art. 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 11 inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de janeiro de 1992, e suas alterações, na Emenda à Constituição Estadual de 1989 nº 64, de 18 de abril de 2012, na Lei federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, na Lei estadual nº 13.597, de 30 de dezembro de 2010, no Parecer CEEd nº 02 e na Resolução CEEd nº 342, de 11 de abril de 2018, no Decreto estadual nº 55.885, de 17 maio de 2021 e, atendendo ao disposto na legislação específica nesta Resolução e nos demais atos normativos pertinentes e,

CONSIDERANDO:

- que a Constituição Federal (CF), de 1988, em especial os artigos 23, 24, e no inciso VI do § 1º do artigo 225 que determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de

1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente;

- que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas modificações, a qual prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania;

- que a Lei federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo; o Decreto federal nº 4.281, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;

- que a Constituição Estadual de 1989, de 18 de abril de 2012, em seu artigo 251, que define que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido; especialmente em seu § 1º, inciso IV, dispõe sobre sua incumbência na promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

- que a Lei estadual nº 11.730, de 9 de janeiro de 2002 que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

- que a Lei estadual nº 13.597, de 30 de dezembro de 2010, que dá nova redação à Lei nº 11.730, de 9 de janeiro de 2002, e dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no Estado do Rio Grande do Sul, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002;

- que em 2010, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), aprovou a Resolução CONAMA nº 422 que "estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, em conformidade com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999";

- que o Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e a Resolução CNE/CP nº 2, de 18 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- que a Lei nº 14.705, de 25 de junho de 2015, que institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

- que a Lei estadual nº 15.434, de 2020, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul;

- que o Decreto estadual n° 43.957, de 2020, que cria e institui o Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental, altera o Decreto Estadual nº 40.187, de 13 de julho de 2000, que instituiu a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul, e dá outras providências;

- Os Marcos Internacionais e Nacionais:

A legislação brasileira referente à Educação Ambiental é resultado, também, da preocupação mundial de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Internacionalmente e no Brasil, podem ser assinalados os seguintes sucessivos eventos que se constituem em marcos históricos da Educação Ambiental:

- Em 1951, foi publicado o "Estudo da Proteção da Natureza no Mundo", organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que havia sido criada em decorrência da Conferência Internacional de Fontainebleau, na França, em 1948, com apoio da UNESCO (a UICN transformou-se, em 1972, no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA]);

- Em 1965, na "Conferência de Educação da Universidade de Keele", pela primeira vez, utilizou-se a expressão "Educação Ambiental" (Environmental Education). Recomendou-se que a Educação Ambiental deve ser parte essencial da educação de todos os cidadãos;

- Em 1968, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou estudo sobre Educação Ambiental, compreendendo-a como tema complexo e interdisciplinar, não limitada a uma disciplina específica no currículo escolar;

- Em 1972, a Conferência de Estocolmo, após as ideias divulgadas pelo Clube de Roma, principalmente pelo relatório intitulado "Os limites do crescimento", trouxe dois importantes marcos para o desenvolvimento de uma política mundial de proteção ambiental: a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, Quênia, e a recomendação de que se criasse o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), conhecido como "Recomendação 96";

- Em 1974, no Seminário de Educação Ambiental realizado em Jammi (Comissão Nacional Finlandesa para a UNESCO), foram fixados os Princípios de Educação Ambiental, considerando-a como a que permite atingir o escopo de proteção ambiental, e que não deve ser encarada como um ramo científico ou uma disciplina de estudos em separado, e sim como educação integral e permanente;

- Em 1975, foi lançada a "Carta de Belgrado", buscando-se uma estrutura global para a Educação Ambiental, a qual entende como absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo trabalhassem a favor de medidas que dessem suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais às pessoas e que não diminuam de nenhuma maneira as condições de vida e de qualidade do meio ambiente, propondo uma nova ética global de desenvolvimento, mediante, entre outros mecanismos, a reforma dos processos e sistemas educacionais;

- No mesmo ano de 1975, a UNESCO, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), em atenção à Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo de 1972;

- Em 1977, na cidade de Tbilisi, na Geórgia, ocorreu o mais importante evento internacional em favor da Educação Ambiental até então já realizado. Foi a chamada "Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental", organizada em parceria da UNESCO com o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA).

Fortemente inspirada pela Carta de Belgrado, foi responsável pela elaboração de objetivos, definições, princípios, estratégias e ações orientadoras da Educação Ambiental que são adotados mundialmente até os dias atuais;

- De 1979 a 1980, vários eventos regionais contribuíram para a discussão da importância e das políticas de Educação Ambiental, tais como:

• "Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina" em San José, Costa Rica (1979);

• "Seminário Regional Europeu sobre Educação Ambiental para Europa e América do Norte", onde se destacou a importância de intercâmbio de informações e experiências (1980);

• "Seminário Regional sobre Educação Ambiental nos Estados Árabes", em Manama, Bahrein (1980); e

• "Primeira Conferência Asiática sobre Educação Ambiental", Nova Delhi, Índia (1980).

- Em 1980, a UNESCO e o PNUMA iniciam juntos a estruturação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), desenvolvendo uma série de atividades em várias nações;

- Em 1987, ocorreu a divulgação do Relatório "Nosso Futuro Comum", conhecido como "Relatório Brundtland", no qual se inaugurou a terminologia "desenvolvimento sustentável";

- No mesmo ano, realizou-se o "Congresso Internacional da UNESCO-PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental", em Moscou, que teve por objetivo avaliar os avanços obtidos em Educação Ambiental desde Tbilisi, além de reafirmar os princípios de Educação Ambiental e assinalar a importância e necessidade da pesquisa e da formação em Educação Ambiental;

- Depois disso, houve os seguintes eventos internacionais relevantes para a Educação Ambiental:

• "Declaração de Caracas sobre Gestão Ambiental na América", que denunciou a necessidade de mudança no modelo de desenvolvimento (1988);

• "Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação Ambiental", em Santiago, Chile (1989);

• "Declaração de Haia" (1989), preparatória da Eco-92, que demonstrou a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.

- Em 1990, a "Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem", realizada em Jomtien, Tailândia (1990), aprovou a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos", cujo texto chamou a atenção do mundo para o analfabetismo ambiental. − O ano de 1990 foi declarado pela ONU como o "Ano Internacional do Meio Ambiente", gerando com isso discussões ambientais em todo o mundo;

- Em 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, Brasil, a "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", conhecida como Eco-92, na qual foi produzido o documento internacional "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", expressando-se o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendendo-a como instrumento de transformação social, política, comprometida com a mudança social, rompendo-se o modelo desenvolvimentista e inaugurando-se o paradigma de sociedades sustentáveis;

- Em 1997, a "Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade" foi realizada em Thessaloniki, Grécia, organizada pela UNESCO e pelo Governo da Grécia, reunindo aproximadamente 1.200 especialistas de 83 países. A Declaração de Thessaloniki recomendou que, após dez anos, fosse realizada conferência internacional para verificação da implementação e progresso dos processos educacionais então sugeridos, o que ocorreu em Ahmedabad, na Índia;

- Após a Eco-92, merecem menção: "Congresso Mundial para Educação e Comunicação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", Toronto, Canadá (1992); "I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: uma estratégia para o futuro", Guadalajara, México (1992); "Congresso Sul-americano continuidade Eco/92", Argentina (1993); "Conferência dos Direitos Humanos", Viena, Áustria (1993); "Conferência Mundial da População", Cairo, Egito (1994); "Conferência para o Desenvolvimento Social", Copenhague, Dinamarca (1995); "Conferência Mundial da Mulher", Pequim, China (1995); "Conferência Mundial do Clima", Berlim, Alemanha (1995); "Conferência Habitat II", Istambul, Turquia (1996); "II Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: em busca das marcas de Tbilisi", Guadalajara, México (1997); "II Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental", Guadalajara, México (1997); "Conferência sobre Educação Ambiental", em Nova Delhi (1997); "III Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: povos e caminhos para o desenvolvimento sustentável", Caracas, Venezuela (2000); "IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: um mundo melhor é possível", Havana, Cuba (2003); "V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental", Joinville, Brasil (2006).

- O Brasil, com outros países da América Latina e do Caribe, assumiu compromissos com a implementação do Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea) e do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Panacea), no âmbito da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014);

- Em 2000, na Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em sua sede, com a participação de 189 países, o Brasil comprometeu-se com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), metas a serem colocadas em prática, mediante ações políticas, sociais, pedagógicas, para serem alcançadas até 2015. Um dos objetivos é o de melhorar a Qualidade de Vida e o Respeito ao Meio Ambiente, visando inserir os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais;

- Em 2007, em Ahmedabad, na Índia, de 26 a 28 de novembro, ocorreu a "Quarta Conferência Internacional sobre Educação Ambiental", desenvolvendo-se a temática "Educação Ambiental para um Futuro Sustentável – Parceiros para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável";

- De 2005 a 2014, por iniciativa da UNESCO, vive-se a "Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável";

- Em 2012, destaca-se a publicação do Relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global, denominado "Planeta Resiliente – Um Futuro Digno de Escolha", no qual uma das áreas prioritárias de ação é promover a educação para o desenvolvimento sustentável, inclusive educação secundária e vocacional, e a capacitação para ajudar a assegurar que toda a sociedade possa contribuir com soluções para os desafios atuais e aproveitar as oportunidades. Essa série de eventos, que ocorreu a partir de 1951, demonstra a prevalência das

questões ambientais no mundo contemporâneo, no qual o Brasil tem se colocado, em diversas situações, na vanguarda, como, por exemplo, em sua legislação e suas políticas públicas, embora a realidade, muitas vezes, ainda se contraponha a elas;

Há de se destacar a importância, para o Brasil, da Eco-92, que frutificou a expressão da Carta da Terra; três convenções aprovadas pelo Brasil: a da Diversidade Biológica, a de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21, que foi incluída nas atividades e debates escolares;

2014 - A Cúpula do Clima de 2014 foi realizada na Sede da ONU em Nova York. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, convidou lideranças de governos, setor privado e sociedade civil a se unirem para tomar medidas concretas para um mundo com baixa emissão de carbono;

2015 - Acordo de Paris (2015) teve como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa na camada de ozônio, com o adendo de manter o aumento da temperatura do planeta abaixo de 2 ºC nos próximos anos. Ele foi aprovado por 195 países em 2015;

2017 - A Convenção de Minamata sobre Mercúrio entra em vigor com o objetivo de proteger a saúde humana e o meio ambiente das emissões antropogênicas e liberação de compostos de mercúrio. A Convenção contém disposições relacionadas ao ciclo de vida do mercúrio, incluindo controles e reduções em uma variedade de produtos, processos e indústrias nos quais o mercúrio é usado, liberado ou emitido;

2019 - A Assembleia Geral das Nações Unidas declara 2021-2030 como a Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas.

A Cúpula das Ações Climáticas 2019 foi convocada pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e teve como objetivo apresentar novos caminhos e ações práticas para mudar a resposta global para uma marcha mais alta no enfrentamento das alterações climáticas, bem como para impulsionar a ambição e acelerar a ação para cumprir os objetivos do Acordo de Paris;

2021 - A **Cúpula Mundial de Líderes pelo Clima,** realizada *Online* de 22 e 23/04/2021 foi um evento convocado pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. O objetivo principal era discutir as principais mudanças que devem ser tomadas nos próximos anos para melhorar a qualidade de vida mundial. O evento contou com a presença de líderes de 40 países diferentes, sendo uma preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas;

2021 - Conferência Mundial virtual realizada de 17 a 19 de maio de 2021, foi acompanhada *online* por mais de 10 mil espectadores. Foi organizada pela UNESCO em cooperação com o Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha e como parceiro consultivo, a Comissão Nacional da Alemanha para a UNESCO, e comprometeram tomar medidas concretas para transformar a aprendizagem para a sobrevivência de nosso planeta, ao adotar a Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). A UNESCO fez um pedido para que a EDS seja um componente curricular básico de todos os sistemas educacionais, em todos os níveis, até o ano 2025;

No Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1974, a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), instituiu um setor de ecologia por iniciativa de Magda Renner - que vai se constituir em uma importante liderança ecologista brasileira com

reconhecimento nacional e internacional - passando a atuar de forma articulada à Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN);

Na BNCC e nos Referenciais Curriculares estaduais e municipais, a Educação Ambiental é apresentada como mais um dos temas contemporâneos que deve ser incorporado aos currículos e às propostas pedagógicas das escolas, preferencialmente, de forma transversal e integradora. A visão de EA está associada à ecologia, à sustentabilidade e à consciência socioambiental;

- Os Marcos Conceituais:

A Educação Ambiental é um processo em construção permanente. Decorrem, em consequência, práticas educacionais muitas vezes reducionistas, fragmentadas e unilaterais da problemática ambiental e abordagem despolitizada e ingênua dessa temática.

Atualmente com base em estudos, pesquisas e experiências, busca-se compreender e ressignificar a relação dos seres humanos com a natureza. Nesse sentido, vem se afirmando como valor ético-político orientador de um projeto de sociedade ambientalmente sustentável, em que se possa construir uma relação única entre os interesses das sociedades e os processos naturais.

A articulação da ética ambiental com a educação vem constituindo laços identitários de uma cultura ambiental, de um campo conceitual-ambiental. No entanto, essa situação não dirime a natureza conflituosa das disputas internas da área, falando-se, pois, em "educações ambientais".

Se a Educação Ambiental é marcada, no seu surgimento, por uma tradição naturalista, que fragmenta a análise da realidade, que estabelece a dicotomia entre natureza e sociedade, natureza e ser humano, torna-se fundamental ao pensar as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental que se busque superar essa visão, marcada pelo Antropocentrismo, alicerçando uma visão sistêmica, onde cada indivíduo se reconhece como natureza, tornando-se parte de um sistema interdependente, uma nova racionalidade ambiental, possibilitando novas relações diante de uma cultura de paz, com direito a vida em todos seus aspectos.

A visão socioambiental complexa e interdisciplinar analisa, pensa, organiza o meio ambiente como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os elementos constitutivos dessa relação modificam-se dinâmica e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa, ou desagregadora, aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural, cultural e, interage com ela.

Nessa perspectiva, as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são destrutivas; podem ser sustentáveis, promovendo, muitas vezes, aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida. Pode-se pensar nessa relação como sociobiodiversidade, uma interação que enriquece o meio ambiente, como, por exemplo, os vários grupos extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e os povos indígenas.

Com esses fundamentos, a Educação Ambiental deve avançar na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental, envolvendo o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando, assim, a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram.

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais necessário e urgente diante do atual contexto nacional e mundial em que se evidencia, na prática social, a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias.

A nova economia deve estar ancorada na preservação do meio natural, sob risco e inviabilidade da existência humana no planeta Terra, considerando que não é incompatível a relação econômica e a produção de alimentos para toda humanidade e sociedades com a conservação, recuperação e preservação do meio natural.

O uso e manejo de agrotóxicos, bem como seus impactos no meio ambiente, na saúde humana e demais seres, deve ser objeto de estudo, pesquisa e conscientização dos educadores e estudantes.

Assim, a Educação Ambiental:

- visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e com a proteção do meio ambiente natural e construído;

- não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo; desse modo, deve assumir, na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica;

- deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo consciente, superando a visão antropocêntrica, despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista, ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino;

- deve ser integradora, em suas múltiplas e complexas relações, como um processo contínuo de aprendizagem das questões referentes ao espaço de interações multidimensionais, seja biológica, física, social, econômica, política e cultural. Ela propicia mudança de visão e de comportamento mediante conhecimentos, valores e habilidades que são necessários para a sustentabilidade, protegendo o meio ambiente para as gerações presentes e futuras;

- deve garantir a formação continuada dos educadores, de forma permanente, que alcance todas as áreas de formação. Esta formação precisa estar próxima às realidades, estimulando **a troca de** conhecimento, de saberes e foco no diálogo, permitindo a autonomia do professor, estimulando a sua criatividade profissional, a qual que permitirá ser um educador que proporciona a construção do conhecimento numa relação de mão dupla: professor X aluno e aluno X professor;

- deve promover a formação continuada nas suas regiões (territórios, Coordenadorias Regionais de Educação - CREs) para solução dos problemas locais, específicos de cada região, permitindo melhoria na qualidade de vida local e participação ativa da comunidade;

- precisa adotar a perspectiva multi e interdisciplinar enquanto contribuição de diferentes disciplinas para a análise do meio ambiente, que, no entanto, mantém seu ponto de vista, seus métodos, seus objetos, sua autonomia;

- saber que a interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento e redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada

ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade;

- compreender que já a transdisciplinaridade implica a construção de um novo objeto, com metodologia peculiar, a partir da integração de diferentes disciplinas, que se descaracterizam como tais, perdem seus pontos de vista particulares e sua autonomia para constituir um novo campo de conhecimento, como, por exemplo, a ecologia.

A Educação Ambiental, enquanto tema transversal, permite que problemas que atingem a humanidade sejam trabalhados de forma mais ampla, alcançando novas representações culturais quando chegam ao estudante de forma diferente e peculiar, perpassada nos componentes do currículo escolar. A transversalidade pode ser um elo para mudança de comportamento prático e uma transformação cultural universal de cidadania corresponsável.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Objeto e finalidade

Art. 1º A presente Resolução estabelece Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental para o Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul englobando as mantenedoras e as instituições de educação básica e ensino superior.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente e destas diretrizes, a "Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído, no qual as pessoas e demais seres se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental" (Parecer CNE/CP nº 014/2012).

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, sendo parte de um processo contínuo de mudança de comportamento para um mundo sustentável. É atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com todos os seres vivos do planeta, visando potencializar essa ação humana com a finalidade de torná-la plena de compromisso social.

Art. 3º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 4º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo consciente, superando a visão fragmentada, acrítica, ingênua e naturalista, ainda presente na educação formal e não-formal.

Art. 5º A Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino, em consonância com a Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental, orientar-se-á pelos seguintes objetivos:

I – desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II – estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a questão ambiental e social;

III – incentivar a participação comunitária, ativa, permanente e responsável na proteção, preservação e conservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

IV – promover a cooperação entre as diversas regiões do Estado, em níveis micro e macrorregionais, com vista à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, empatia, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

V – praticar a colaboração efetiva entre sistemas de ensino, redes, instituições de ensino e organizações sociais nos territórios locais e regionais;

VI – fortalecer os princípios de cidadania, solidariedade e autodeterminação dos povos tradicionais e comunidades locais e de cooperação internacional como fundamentos para o futuro da humanidade;

VII – garantir a democratização e transparência das informações ambientais;

VIII – fomentar o fortalecimento da integração com a ciência e as tecnologias não poluentes;

IX – estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental, como integrante do currículo supere uma mera distribuição do tema pelos demais componentes;

X – orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica e Superior a incorporarem a educação ambiental em seus processos formativos.

CAPÍTULO II

Princípios da Educação Ambiental

Art. 6º A partir do que dispõe a Lei Estadual nº 11.730/2002, com as atualizações introduzidas pela Lei nº 13.597/2010 e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, **são princípios** da Educação Ambiental:

I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, tendo como perspectivas a inter,

a multi e a transdisciplinariedade;

IV – a vinculação entre a ética, a educação, a ciência, a tecnologia, o trabalho, a democracia participativa e as práticas sociais;

V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI – a participação da sociedade e comunidade;

VII – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VIII – a abordagem articulada das questões socioambientais do ponto de vista local,

regional, nacional e global;

IX – o reconhecimento, respeito e resgate da pluralidade e diversidade cultural existentes no Estado;

X – o desenvolvimento de ações junto a todos os membros da coletividade, respondendo

às necessidades e interesses dos diferentes grupos sociais e faixas etárias;

XI – a Justiça ambiental e ética da responsabilidade;

XII – o respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e plurietnicidade do Estado e do desenvolvimento da cidadania planetária.

Art. 7º A educação ambiental desenvolverá uma ação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído, no qual as pessoas se integram.

TÍTULO III
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 8º Todas as escolas do Sistema Estadual de Ensino devem promover a Educação Ambiental Formal e Não formal em todos os níveis e modalidades, enquanto direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do cidadão e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se aos gestores, educadores e à comunidade escolar o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 9º As instituições de ensino, seja de educação básica ou ensino superior, devem constituir-se como espaço integral de Educação Ambiental e inserirem conhecimentos concernentes à EA pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade, tratados interdisciplinarmente, como objeto de conhecimento ou componente já constante do currículo ou pela combinação de transversalidade e de tratamento em disciplina ou componente curricular.

Art. 10 O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes

integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

§ 1º A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos, Planos de Estudos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior.

§ 2º O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.

§ 3º O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

§ 4º Para que a educação ambiental seja desenvolvida de forma transversal e interdisciplinar, o planejamento curricular precisa garantir a integração dos componentes curriculares e a articulação do trabalho docente tanto na formação geral como na formação específica.

Art. 11 A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I – pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II – como objeto de conhecimento dos componentes já constantes do currículo;

III – pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser viabilizadas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

Art. 12 Considerando os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão da instituição de ensino devem:

I – estimular:

a) visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia;

b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética;

c) reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais;

d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat;

e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da justiça ambiental;

f) uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.

II – contribuir para:

a) o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos, a partir da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos, segundo a gênese e a dinâmica da natureza e das alterações provocadas pela sociedade;

b) a revisão de práticas escolares fragmentadas, buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária;

c) o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, crise hídrica, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades;

d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas, comunidades e a todos os seres vivos;

e) a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida;

f) a construção da cidadania planetária, a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

III – promover:

a) observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento, para possibilitar a descoberta de como as formas de vida se relacionam entre si e os ciclos naturais se interligam e se integram uns aos outros;

b) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública;

c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania;

d) experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra;

e) trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na

proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis;

f) realizar práticas e vivências de educação ambiental em espaços públicos no entorno das escolas.

Art. 13 As escolas públicas e privadas deverão prever em suas atividades pedagógicas práticas e teóricas:

I – a adoção do meio ambiente local, incorporando a participação da comunidade na identificação dos problemas e de suas causas, na busca de soluções e na identificação de potencialidades/soluções;

II – a realização de ações de acompanhamento e de participação em campanhas de proteção ao meio ambiente.

§ 1º As escolas deverão incorporar, em seus programas de educação ambiental, o conhecimento e o acompanhamento de programas e projetos em curso, no âmbito de regiões, bacias e microbacias hidrográficas.

§ 2º As escolas próximas a mananciais hídricos, como arroios, rios, áreas úmidas, lagoas, lagos e lagunas, bem como de áreas de recarga de aquíferos, deverão contemplar em seus trabalhos pedagógicos a proteção, a defesa e a recuperação destes corpos hídricos, em parceria com municípios, comitês de bacia, organizações não governamentais e outros.

Art. 14 As escolas com oferta de Educação Profissional (qualificação, cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia e pós-graduação) deverão desenvolver estudos e tecnologias que eliminem impactos ao meio ambiente e prejuízos à saúde do trabalhador;

§ 1º As escolas do campo e escolas agrícolas deverão constituir-se em referências de educação ambiental em seus territórios enquanto espaços integrais de práticas e vivências dos estudantes com o meio natural.

§ 2º Estimular o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de estudos e experiências direcionados para o desenvolvimento humano, social, cultural e ambiental, em articulação com o mundo do trabalho através da elaboração de Projetos Político-Pedagógicos, específicos para a população do campo nas escolas do campo.

Art. 15 As escolas de Educação Básica deverão adotar, em seus projetos pedagógicos, o conhecimento da legislação ambiental e das atribuições dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e fiscalização ambientais.

Art. 16 Todas as escolas de educação básica e instituições de ensino superior pertencentes ao sistema estadual de ensino deverão incorporar os seguintes temas transversais em seus currículos para a formação de uma nova cultura e mentalidade:

I – conservação do solo, recursos hídricos, flora e fauna;

II – desertificação e erosão;

III – uso de agrotóxicos, transgênicos, medicamentos de uso veterinário e seus resíduos e riscos ao ambiente e à saúde humana;

IV – queimadas e incêndios;

V – resíduos sólidos;

VI – saneamento;

VII – espaços territoriais especialmente protegidos;

VIII – princípios de sustentabilidade ecológica, econômica e social;

IX – conhecimento sobre o desenvolvimento de programas de microbacias;

X – Segurança alimentar, alimentação saudável, orgânica, vegetariana e natural.

XI – Mudanças climáticas;

XII – Direitos ambientais, direitos dos animais e direitos humanos;

XIII – Educação financeira e consumo consciente;

XIV – Economia circular, verde e sustentável;

XV– Ecologia e cultura da paz;

XVI – Ecologia e gênero;

XVII – Permacultura;

XIII – Agroecologia;

XIV– Racismo ambiental;

Art. 17 Será instrumento imprescindível ao planejamento em educação ambiental, no ensino formal e não formal, a utilização e/ou elaboração de diagnósticos, contendo levantamento socioambiental local e regional, voltado para o desenvolvimento e resgate da memória ambiental e contendo um histórico da formação das comunidades e/ou localidades, da ocupação do território, e as perspectivas para as atuais e futuras gerações.

Parágrafo único. A educação ambiental deve contribuir com a articulação de programas e ações integradas entre os diversos órgãos e setores responsáveis pelo planejamento e execução de políticas socioambientais de saneamento, habitação, coleta e descarte de lixo e resíduos.

TÍTULO IV

SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO E REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 18 O Sistema Estadual de Ensino deve articular políticas, programas e projetos de educação ambiental em regime de colaboração com o sistema federal e com os sistemas municipais nos territórios locais.

Art. 19 As mantenedoras e instituições de ensino do Sistema Estadual devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, técnicos administrativos, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Educação Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar, acadêmica e não-escolar;

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.

§ 2º As mantenedoras, em colaboração com outras instituições, devem instituir políticas e programas continuados que incentivem e deem condições concretas para que se efetivem os princípios e se atinjam os objetivos da Educação Ambiental, inclusive mediante formação sistemática e permanente de professores, técnico-administrativos e colaboradores.

Art. 20 As mantenedoras de instituições de ensino devem promover as condições para que as instituições de ensino se constituam em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de formar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território.

Art. 21 As mantenedoras e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental.

§ 1º As mantenedoras devem propiciar às instituições educacionais meios para o estabelecimento de diálogo e parceria com a comunidade, visando à produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais locais e regionais e à intervenção para a qualificação da vida e da convivência saudável.

§ 2º Recomenda-se que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa, incrementem o apoio a projetos de pesquisa e investigação na área da Educação Ambiental, sobretudo, visando ao desenvolvimento de tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde.

Art. 22 O Sistema Estadual de Ensino, em regime de colaboração, deve criar políticas de produção e de aquisição de materiais didáticos e paradidáticos, com engajamento da comunidade educativa, orientados pela dimensão socioambiental.

Art. 23 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C AT I VA

> *Quem já ouviu a voz das montanhas, dos rios e das flores não precisa de uma teoria sobre isso: toda teoria é um esforço de explicar para cabeças-duras a realidade que eles não enxergam*. (KRENAK, 2020, p. 20).

A sabedoria dos povos originais, particularmente os denominados indígenas e quilombolas, além do pertencimento à natureza, são os que apresentam melhor convivência e preservação do meio natural em decorrência da relação de cuidado que estabelecem e pela cultura da coleta que praticam, diferente da cultura branca ocidental de exploração e consumo, baseada na coleta.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul elaborou e apresenta, para o Sistema Estadual de Ensino, para os parceiros do regime de Colaboração e para toda sociedade gaúcha, as Diretrizes Curriculares para a oferta da Educação Ambiental. O texto resultou de um processo de discussões e escutas realizadas pela Comissão

Temporária de Educação Ambiental, instituída pela Portaria CEEd nº 08, de 23 de março de 2021.

No Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1974, a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), instituiu um setor de ecologia por iniciativa de Magda Renner - que vai se constituir em uma importante liderança ecologista brasileira com reconhecimento nacional e internacional - passando a atuar de forma articulada à Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN), entidade que acaba de completar 50 anos de lutas e contribuiu nas discussões sobre estas Diretrizes de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental é uma necessidade e uma emergência que deve constituir-se em prioridade educacional, responsabilidade geracional e dever ético de todo cidadão. Não podemos mais esperar, adiar ou negligenciar este processo formativo em todas as escolas, espaços públicos, empresas privadas e públicas, sociedade, meios de comunicação e comunidades.

O impacto das ações humanas sobre o meio ambiente já superou a existência de seres vivos na terra. A crise climática e hídrica é uma realidade que já atinge o mundo, o Brasil, o Rio Grande do Sul, nossa vida, nosso ar que respiramos, nossa água para viver e nossa possibilidade de existir. Trata-se de uma emergência presente. Adiar, mais ainda, será irreversível.

O Brasil possui uma legislação de educação ambiental. O que nos falta é uma prática vivencial e institucional em todas as escolas, universidades e instituições da sociedade. Gestores e educadores - todos adultos que possuem uma função de influência - devem assumir a responsabilidade em promover a EA em todos os lugares e momentos.

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, dizia que “Gostaria de ser lembrado como sujeito que amou profundamente o mundo e as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida” (FREIRE, 2004, p. 329). Para ele, o ser humano está inserido enquanto ser inacabado e parte integrante da natureza. E por ser inconcluso que o ser humano está aberto às possibilidades de ser mais humano, vir-a-ser, condição para a humanização. Esta compreensão de ser como parte da natureza, pode contribuir para reflexões sobre a problemática socioambiental.

A inconclusão humana e sua capacidade de aprender ligam-se dialeticamente com a educação. Cabe à educação possibilitar que os educandos construam relações responsáveis e justas com o meio ambiente. A criticidade do pensamento freiriano e as múltiplas possibilidades de compreender o ser humano, nos fazem concordar com Araújo Freire (2003, p. 19) “[...] o diálogo em torno da educação ambiental é mais que uma questão científica, política ou epistemológica. É uma questão ético-antropológica de luta pela vida”.

Como dizia a citação atribuída a Victor Hugo, dramaturgo e romancista francês: “Nada é mais poderoso do que uma ideia cuja hora chegou”. Após, mais de 60 anos alertando a humanidade que a crise ambiental colocaria nossa existência em risco, a hora já chegou e, para alguns analistas, já passou. Não temos mais tempo. Agora é mudarmos nossa relação com a natureza, ou não teremos mais condições de sobreviver. Eventos climáticos estão aí para quem quer ver.

Estas Diretrizes têm este compromisso: através da educação ambiental precisamos mudar mentalidades, formas de viver e de se relacionar com o nosso planeta. Todo adulto educador - seja professor, pai, responsável, gestor, líder, empresário, cidadão - tem o dever de conscientizar e agir de modo sustentável. A

solução é política, econômica, cultural, educacional e cívica.

Estas diretrizes foram construídas a partir de referenciais conceituais e legais, bem como a partir de escutas e debates com várias instituições e especialistas. Nosso primeiro momento de oitiva foi realizado, em Reunião Conjunta deste Colegiado, no dia 24 de março de 2021, com a participação das professoras da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, docentes do Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade-PPGAS/UERGS e integrantes da Rede ARAUCÁRIAS - Educação Ambiental a partir dos Campos de Cima da Serra e Hortênsias, Dra. Rosmarie Reinehr e Dra. Luciele Nardi Comunello.

No dia 23 de abril, ocorreu a reunião com a Diretoria do Departamento Pedagógico da Seduc, da qual participaram a Diretora Adjunta Natália Lamaison Borges, Assessora de Educação Ambiental, a Profª Patrícia Rochele da Rosa Mairesse de Castro e o Coordenador de Políticas Específicas, Prof. Rodrigo Allegretti Venzon.

No dia 28 de maio de 2021, participaram de oitiva junto ao CEEd o Prof. Dr. Francisco Milanez, Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan, bem como representantes de comunidades Indígenas: Joel Pereira – Terra Indígena Mato Preto, Erebango/RS; Nemias Nunc Nfoonro – Terra Indígena Serrinha, Ronda Alta/RS; Daniel Cadete – Terra Indígena Toldo Pinhal, Município de Seara/SC.

Também foram realizadas, de forma virtual, transmitidas pelo canal do Youtube do CEEd, as seguintes lives:

- 02/07/2021 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO RS - Prof. Dr. Francisco Milanez - Presidente da AGAPAN; Profª Dra. Rosmarie Reinehr - PPGAS/UERGS e Coordenadora da Rede ARAUCÁRIAS (Educação Ambiental nos Campos de Cima da Serra e Hortênsias); Profª Dra. Narjara Mendes Garcia - PPGEA/FURG.

- 16/07/2021 - PRÁTICAS ESCOLARES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Prof. Adílio Perin - Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor da Escola Estadual de Ensino Médio Joceli Corrêa desde 2001; Profª Elsira Knaak - Diretora na gestão 2019/2021 da Escola Estadual de Ensino Médio Joceli Corrêa; Prof. Ayrton Ávila da Cruz - Diretor da Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul; Prof. Ayrton Ávila da Cruz - Diretor da Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul; Profª Adriana Rovêda Cornélius - Assessora Pedagógica do Núcleo de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Novo Hamburgo; Prof. Aldoir Spitzmacher dos Reis Júnior e Profª Josiele Demétrio Siqueira, do Colégio Marista Santa Maria.

- 13/08/2021 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOVIMENTOS SOCIAIS - Prof. Nemias Núnc Nfôonro - Terra Indígena Serrinha Ronda Alta/RS; Prof. Adair Pozzebon - Coordenador Institucional da EFASC - Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul e Secretário Executivo da AGEFA - Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas; Álvaro Delatorre - Atualmente sócio cooperado da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos - COPTEC; Profª Márcia Severo Spadoni - Educadora Ambiental do Museu de Ciências Naturais/Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleções Científicas - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura.

No dia 10 de setembro de 2021, foi realizada reunião, com participação dos Professores Patrícia Rochele da Rosa Mairesse de Castro (Assessora da Educação Ambiental do Estado Rio Grande do Sul - Coordenadora junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do Programa de Educação Ambiental Colaborativo - PEAC) e o Prof. Dr. Renel Prospere, Coordenador da Assessoria de Educação Ambiental da Secretaria

de Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA/RS).

Educação é um processo sistemático de construção e reconstrução; de planejamento e replanejamento; de pensar e repensar, a partir da realidade onde estamos inseridos. A educação Ambiental é, também, um processo social educativo onde todos precisam participar e responsabilizar-se pelo nosso presente e futuro. Se faltar água e ar para vivermos a responsabilidade é de todos nós, especialmente dos setores econômicos e políticos que destroem o meio ambiente em grandes escalas.

Em 05 de novembro de 2021.

Gabriel Grabowski – relator
Antônio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Lucia Camini – relatora

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 10 de novembro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 364, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

Institui normas complementares para orientar o Sistema Estadual de Ensino sobre Itinerários Formativos, Parcerias e Notório Saber para a Educação Profissional.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso III, item 4, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.951, de 28 de novembro de 1995, e considerando a Lei nº 13.415/2017, o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos conforme a Resolução CNE/CEB nº 02/2020, a Resolução CNE/CP nº 01/2021, o Parecer CEEd nº 003/2021, Resolução CEEd nº 361/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - A Educação Profissional, como modalidade da educação básica, compreende a oferta de Cursos: de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, de Educação Profissional Técnica de nível médio e de Especialização Técnica de nível médio.

Art. 2º - O itinerário de Educação Técnica e Profissional deve proporcionar o desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho; objetivar sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do

trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelo sistema de ensino.

Art. 3º - Os Cursos Técnicos serão desenvolvidos nas formas:

I – **Integrada**, com matrícula única na mesma instituição;

II – **Concomitante**, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;

III – **Concomitante intercomplementar**, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação do devido instrumento jurídico ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

IV – **Subsequente**, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Art. 4º - Os cursos técnicos articulados com o Ensino Médio, organizados na forma integrada, são cursos de matrícula única, que conduzem os estudantes à habilitação profissional técnica de nível médio, ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica.

Art. 5º - Os cursos técnicos articulados com o Ensino Médio, ofertados na forma concomitante, com dupla matrícula e dupla certificação, podem ocorrer:

I – na mesma instituição de ensino, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis;

II – em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis;

III – em instituições de ensino distintas, mediante instrumentos jurídicos de intercomplementaridade, com planejamento e desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 6º - O itinerário de formação técnica e profissional pode ser organizado com a oferta tanto da habilitação profissional técnica de nível médio, quanto da qualificação profissional, incluindo-se o programa de aprendizagem profissional em ambas as ofertas.

Parágrafo único – Os itinerários de formação técnica e profissional podem compreender a oferta de um ou mais cursos de qualificação profissional, saídas intermediárias de cursos técnicos aprovados pelo CEEd na instituição de ensino, desde que articulados entre si.

Art. 7º - A habilitação profissional técnica de nível médio deve atender as respectivas diretrizes curriculares nacionais.

Art. 8º - O itinerário formativo na formação técnica e profissional deve observar a integralidade de ocupações técnicas reconhecidas pelo mundo do trabalho, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Art. 9º - A oferta do itinerário da formação técnica e profissional pode considerar a inclusão de vivências práticas de trabalho, constante de carga horária específica, no mundo do trabalho ou em ambientes de simulação, estabelecendo

parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional.

Art. 10 - O curso de especialização profissional técnica, enquanto formação continuada, somente pode ser ofertado por instituição de ensino devidamente credenciada e vinculada a um curso técnico correspondente, devidamente autorizado.

Art. 11 - As parcerias entre as instituições de ensino médio com instituições que ofertam educação profissional são possíveis, desde que:

I – Estejam devidamente firmadas por meio de instrumento jurídico entre as instituições de ensino e suas mantenedoras;

II – O devido instrumento jurídico estabeleça as normas sobre as responsabilidades de cada uma das instituições na oferta do Ensino Médio e sobre o atendimento ao estudante em termos pedagógicos e operacionais, como local de oferta das atividades, materiais didáticos, laboratórios, ambientes de estudo de trabalho, alimentação, transporte, entre outros aspectos;

III – A instituição de ensino esteja credenciada pelo sistema de ensino;

IV – A instituição de ensino de origem do estudante estabeleça, no devido instrumento jurídico, as diretrizes para o acompanhamento dos cursos realizados pelos estudantes em outras instituições.

Art. 12 - A Instituição parceira deve estar credenciada para a oferta de Curso Técnico no respectivo Sistema de Ensino.

Art. 13 - A Instituição parceira, com a rede pública estadual, deve comprovar cadastramento junto à SEDUC. As demais instituições devem atender às orientações de suas respectivas mantenedoras.

Art. 14 - As ofertas de educação profissional mediante parcerias podem ocorrer de forma concomitante com uma Proposta Pedagógica em cada uma das instituições.

Art. 15 - As instituições parceiras podem se organizar, a partir de uma Proposta Pedagógica unificada que se caracteriza em uma oferta articulada de intercomplementaridade.

Art. 16 - A instituição de ensino de origem do estudante é a responsável por estabelecer as diretrizes para o acompanhamento dos cursos realizados pelos estudantes em outras Instituições.

§ 1º As Mantenedoras que optarem pela oferta de intercomplementaridade devem prever, no devido instrumento jurídico de parceria, as tratativas e responsabilidades das partes para assegurar a efetividade, com procedimentos conjuntos de planejamento da construção do currículo escolar, Projeto Político Pedagógico – PPP, elaboração do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, bem como o funcionamento das instituições parceiras, quanto à avaliação, desempenho do estudante, progressão parcial, controle integrado de frequência, a vida escolar do estudante e todo o desenvolvimento do currículo.

§ 2º As Instituições de ensino devem prever a expedição do Certificado de Conclusão do Ensino Médio para prosseguir os estudos no ensino superior e a expedição do Diploma do Curso Técnico para conclusão da formação técnica, bem como possibilitar acesso qualificado ao mundo do trabalho.

§ 3º A guarda dos documentos referentes à vida escolar do estudante são de responsabilidade da escola de origem, sendo que a instituição parceira tem a

responsabilidade de informar os resultados de avaliação à instituição de ensino de origem e resguardar o acervo referente à sua oferta.

Art. 17 - Para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, as instituições de ensino, por meio de suas mantenedoras, podem estabelecer parcerias com outras organizações para a realização de estudos e atividades, em tempos e espaços próprios que serão consideradas como parte da carga horária do Ensino Médio.

Art. 18 - A LDB, ao abrir a figura formal do notório saber:

I – possibilita que profissionais com formação técnica e especialização técnica de nível médio possam atuar como profissionais de notório saber e desenvolver habilidades técnicas mediante a participação e certificação em cursos ou programas no âmbito da formação continuada de professores;

II – possibilita que profissionais que comprovem Qualificação técnica com conhecimentos e habilidades inerentes ao Projeto Pedagógico do Curso – PPC possam atuar como monitor ou instrutor para assegurar as aulas práticas, desde que comprovem competência técnica por meio de banca de avaliadores, mediante apresentação de currículo, entrevista e, se for o caso, por meio de demonstrações de saberes operacionais.

§ 1º A mantenedora, em conjunto com a instituição escolar, devem organizar a banca de avaliadores e selecionar profissional que comprove ter conhecimento e habilidade para orientar as atividades que devem ser desenvolvidas com os estudantes, de acordo com o que está previsto no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

§ 2º A mantenedora deve organizar e ofertar os cursos de formação pedagógica e continuada de professores, com currículos e organização de conteúdos específicos à ação docente, definição de turmas de estudantes, formas de acesso e metodologia de trabalho, certificação, entre outros.

Art. 19 - Profissionais com notório saber, reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, podem atuar no ensino médio, apenas no itinerário de formação técnica e profissional, para ministrar conteúdos afins à sua formação ou experiência profissional, devidamente comprovadas, conforme inciso IV do Artigo 61 da LDB:

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36.

Art. 20 - O professor é o profissional que tem habilitação para exercer a função docente, sempre será o titular e, na ausência do domínio de um saber específico, pode contar com um profissional de notório saber, que comprove conhecimento e habilidade para atuar como monitor ou instrutor de aulas práticas e multiplicar os saberes, sob supervisão do professor titular da turma.

Art. 21 - A presente Resolução, articulada com as normas complementares do Ensino Médio, deve ser observada pelas instituições de ensino que integram o Sistema Estadual do RS para oferta dos itinerários formativos, em especial do itinerário de formação técnica e profissional.

Art. 22 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Pelo Parecer CEEd nº 003/2021, o Conselho Estadual de Educação instituiu o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM em Regime de Colaboração ao Sistema de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Diante dessa manifestação é importante reconhecer que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio merece ter uma manifestação apropriada, pois se trata de modalidade do Ensino Médio e também, ganha um redimensionamento com as alterações inseridas na LDB pela Lei federal nº 13415/2017, que entre as orientações e definições estabelece e define o Itinerário de Formação Técnica e Profissional, também chamado de V Itinerário.

Cabe referir que as orientações que compõe a presente Resolução devem ser trabalhadas e integradas com as normas complementares e com o Projeto Político Pedagógico do novo ensino médio, para que a organização curricular de cada instituição de ensino esteja articulada num currículo integrado e nos objetivos e princípios da Base Comum Curricular do Ensino Médio.

Em nossos debates e reflexões sobre a manifestação a ser desenvolvida para o Sistema estadual de Ensino, colocamos a prioridade de se promover atualizações sobre temas e novas perspectivas de uma educação flexível e que possa trabalhar os ambientes pedagógicos com as perspectivas dos estudantes que pretendem buscar a formação no Ensino Médio. Nesse contexto e a partir do conteúdo expresso na presente Resolução, o CEEd pretende exarar um conjunto de orientações necessárias para a implementação gradativa do Referencial Curricular do novo Ensino Médio e que sirva de referência e auxílio ao fazer pedagógico nas instituições de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 13 de dezembro de 2021.

Ana Rita Berti Bagestan – relatora
Antônio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Érico Jacó Maciel Michel - relator
Gabriel Grabowski – relator
Lucia Camini – relator
Oswaldo Dalpiaz – relator
Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Sani Belfer Cardon – relator

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 15 de dezembro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 365, DE DEZEMBRO DE 2021.

Institui normas complementares para oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso III, item 4, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.951, de 28 de novembro de 1995, e considerando:

- a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;

- o Parecer CNE/CEB nº 3, de 08 de novembro de 2018 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017;

- a Resolução CNE/CEB nº 03, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM);

- o Parecer CNE/CP nº 15, de 04 de dezembro de 2018 que institui a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8 º da Lei nº 9.394/1996 (LDB);

- a Resolução CNE/CP nº 04, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do Art. 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP Nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017;

- a Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos, conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio;

- a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);

- a Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que institui o cronograma nacional de implementação do novo ensino médio;

- o Parecer CEEd/RS nº 003, de 20 de outubro de 2021, que institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica, e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos

das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do RS, nos termos deste Parecer;

- a Resolução CEEd/RS nº 361, de 20 de outubro de 2021, que institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica, e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, nos termos do Parecer CEEd Nº 003/2021.

RESOLVE

Art. 1º - A presente Resolução institui normas complementares para a oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º - O Ensino Médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

Art. 3º - As instituições de ensino que ofertam essa etapa da Educação Básica devem estruturar suas propostas pedagógicas e demais documentos institucionais considerando as finalidades previstas no art. 35 da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

Art. 4º - O Ensino Médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, sistema de créditos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar e atendidas as aprendizagens essenciais definidas na BNCC-EM e no RCGEM.

Art. 5º - Os currículos do Ensino Médio devem ser compostos, indissociavelmente, por Formação Geral Básica e Itinerários Formativos.

Da carga horária

Art. 6º - A organização curricular do Ensino Médio é composta por um total mínimo de 3.000 (três mil) horas, sendo um mínimo de 1.000 (mil) horas anuais, distribuídos em, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, e compreende uma parte comum obrigatória de no máximo 1.800 (mil e oitocentas) horas, denominada Formação Geral Básica, e outra parte diversificada, chamada de Itinerários Formativos, com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Parágrafo único – A carga horária mínima anual deve ser ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas horas) até chegar ao total de 4.200 horas (quatro mil e duzentas horas), para a implementação do tempo integral.

Da Formação Geral Básica

Art. 7º - A Formação Geral Básica é o conjunto de competências e habilidades das áreas de conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do ensino fundamental, de forma articulada como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, social, cultural, ambiental, econômico e do mundo do trabalho e que permite a compreensão de problemas complexos, bem como a reflexão sobre as soluções para esses problemas.

§ 1º A Formação Geral Básica deve ser organizada por Áreas de Conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.

§ 2º Devem ser contemplados, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:

I – língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas;

II – matemática;

III – conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;

IV – arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;

V – educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;

VI – história do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

VII – história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras;

VIII – sociologia e filosofia;

IX – língua inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino.

§ 3º Os componentes curriculares de língua portuguesa e de matemática serão obrigatórios nos três anos do ensino médio e suas modalidades, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

§ 4º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, da educação física, da história, da geografia, da sociologia e da filosofia, constitui componente curricular obrigatório da etapa final da educação básica, sendo recomendado a sua oferta em todos os anos do ensino médio e suas modalidades.

§ 5º As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (DCNEM), a BNCC-EM e o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM) preveem a organização do trabalho da Formação Geral Básica por área de conhecimento, com tratamento metodológico contextualizado, diversificado, que preconiza uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar.

§ 6º A Formação Geral Básica desenvolve temas exigidos pela legislação e normas específicas, bem como temas contemporâneos transversais, contextualizados pedagogicamente na escola e vinculados a grandes temáticas, de modo a despertar o interesse e chamar a atenção dos estudantes para a relevância que estes temas assumem nas vivências de cada indivíduo e na constituição harmônica da sociedade.

Dos Itinerários Formativos (IFs)

Art. 8º - Itinerário Formativo (IF) é o conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições de ensino, com intencionalidade pedagógica, que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a

construção de soluções de problemas específicos da sociedade, com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Parágrafo único – As unidades curriculares são elementos com carga horária pré-definida, formadas pelo conjunto de estratégias, cujo objetivo é desenvolver competências específicas, podendo ser organizadas em áreas de conhecimento, componentes, módulos, etapas, projetos, entre outras formas de oferta.

Art. 9º - Em estreita conexão com a Formação Geral Básica, os Itinerários Formativos podem ser organizados segundo as áreas de conhecimento, como aprofundamento de conhecimentos estruturantes, e a formação técnica e profissional, como ampliação de conhecimentos que permitam a qualificação para o mundo do trabalho, a saber:

I – Linguagens e suas tecnologias;

II – Matemática e suas tecnologias;

III – Ciências da Natureza e suas tecnologias;

IV – Ciências Humanas e Sociais aplicadas;

V – Formação Técnica e Profissional.

Parágrafo único – Os itinerários formativos integrados podem ser ofertados por meio de arranjos curriculares que combinem mais de uma área de conhecimento e a formação técnica e profissional.

Art. 10 - Os IFs organizam-se em Trilha(s), que consiste(m) em um conjunto de unidades curriculares com intencionalidade pedagógica, com início, meio e fim, em que são desenvolvidas situações e atividades educativas de aprofundamento das áreas de conhecimento da BNCC, bem como unidades curriculares eletivas e Projeto de Vida.

§ 1º O arranjo curricular, que é uma seleção de competências que promovam o aprofundamento das aprendizagens essenciais demandadas pela natureza do respectivo itinerário formativo, deve ter começo, meio e fim, estruturado em torno de um ou mais eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo.

§ 2º As modalidades do Curso Normal e da Educação Profissional Técnica são trilhas do V Itinerário, denominado Educação Técnica e Profissional.

Art. 11 - As instituições de ensino têm autonomia para definir quais itinerários de Aprofundamento (áreas do conhecimento) e/ou de Formação Técnica e Profissional são ofertados, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta da instituição escolar.

Parágrafo único – Os estudantes podem escolher as trilhas de Aprofundamento/Formação Técnica e Profissional, conforme seus interesses, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional.

Art. 12 - A oferta de itinerários das modalidades do Curso Normal e da Educação Profissional Técnica necessita de credenciamento e autorização do Conselho Estadual de Educação, de acordo com a legislação e normas específicas vigentes.

Art. 13 - A organização curricular da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos e todos os seus desdobramentos devem estar previstos no PPP e no Regimento Escolar (RE).

Art. 14 - Os Itinerários Formativos de aprofundamento (áreas do conhecimento) ou de formação técnica e profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), podem ser organizados com uma carga horária mínima de 240 horas, distribuídas na organização curricular composta por de Projeto de Vida, eletivas e trilha.

Art. 15 - Fica determinada a oferta de, pelo menos, dois itinerários formativos por território municipal, de modo a garantir que o estudante possa exercer a escolha, dentre os diferentes arranjos curriculares, atendendo assim a heterogeneidade e pluralidade de condições, interesses e aspirações, podendo inclusive, se houver vaga, cursar mais de um deles.

§ 1º As mantenedoras públicas devem garantir a oferta de dois itinerários no território municipal, de forma articulada ou não.

§ 2º As instituições de ensino devem ofertar, ao menos, duas trilhas nos itinerários formativos, de modo a garantir que o estudante possa exercer a escolha da trilha que irá cursar.

§ 3º Caso a instituição de ensino oferte apenas uma trilha, pode estabelecer parcerias com instituições para o estudante ter mais opções de escolha.

Do Projeto de Vida

Art. 16 - O Projeto de Vida é uma unidade curricular de oferta obrigatória, em todos os anos do Ensino Médio, integrando a carga horária do itinerário formativo, como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional, visa a formação integral dos estudantes com atividades que proporcionem o diálogo entre e com todas as áreas do conhecimento, bem como auxiliar no desenvolvimento do protagonismo estudantil.

§ 1º O Projeto de Vida deve ser ofertado pela instituição de ensino onde o estudante está matriculado para cursar a Formação Geral Básica.

§ 2º As atividades pedagógicas a serem desenvolvidas na unidade curricular Projeto de Vida devem ser realizadas por professores da instituição de ensino, habilitados em licenciatura em qualquer uma das áreas de conhecimento, priorizando os que tenham abertura para discutir e compreender as especificidades da adolescência e das culturas juvenis, e estejam articulados com a instituição de ensino, a comunidade, o prosseguimento de estudos e o mundo do trabalho.

§ 3º O Projeto Vida deve ser ofertado no formato presencial, para que os diálogos e orientações ocorram no coletivo e individualmente, em ambiente apropriado e acolhedor, proporcionando a promoção da convivência e troca de experiências vividas e pretendidas, bem como orientar o estudante em suas escolhas, admitindo-se atividades na modalidade EAD, somente em um percentual de até 20% da carga horária total prevista para o Projeto de Vida, na matriz curricular do Ensino Médio.

§ 4º Quanto à avaliação do processo de ensino-aprendizagem no Projeto de Vida, é imprescindível que os critérios de avaliação possibilitem verificar se os estudantes desenvolveram as aprendizagens e competências esperadas, devendo o Regimento Escolar prever como será registrado e expresso o aproveitamento escolar do estudante em relação ao Projeto de Vida.

Das trilha(s) de aprofundamento e de formação técnica profissional

Art. 17 - A(s) Trilha(s) que compõem os itinerários formativos podem ser de:

I – Aprofundamento: busca(m) aprofundar uma ou mais áreas de conhecimento da Formação Geral Básica.

II – Formação Técnica e Profissional: busca(m) desenvolver habilidades e competências inerentes às modalidades do Curso Normal e da Educação Profissional Técnica.

Art. 18 - Os estudantes podem escolher a(s) trilha(s) do itinerário formativo, conforme seus interesses.

Art. 19 - A(s) trilha(s) do itinerário formativo deve(m) ser constituída(s) pela organização de atividades relativas à:

I – Mobilização de competências e habilidades de uma área do conhecimento;

II – Mobilização de competências e habilidades de duas ou mais áreas do conhecimento, compondo itinerários integrados de áreas do Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias ou Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;

III – Mobilização de uma ou mais áreas do conhecimento articuladas com a Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional;

IV – Curso Normal;

V – Formação Profissional Técnica;

VI – Programa de Aprendizagem Profissional articulado com área do conhecimento.

Art. 20 - O Regimento Escolar deve prever a forma de registro do aproveitamento escolar do estudante em relação à(s) Trilha(s), podendo o estudante solicitar mudança de trilha uma vez que constatar que a trilha que está cursando não corresponde com o seu projeto de vida, tendo aproveitamento da carga horária cursada.

Das eletivas

Art. 21 - Os Itinerários Formativos são complementados com as Unidades Curriculares Eletivas, apresentadas como um diferencial na formação e como complemento da Formação Geral Básica.

Art. 22 - As unidades curriculares eletivas podem ser ofertadas em forma de disciplinas, clubes, projetos de ensino, laboratório, incubadoras, cursos, cursos de qualificação, componente curricular de itinerários formativos de outras áreas, entre outras.

Art. 23 - As unidades curriculares eletivas são de livre escolha de cada estudante, dentro das possibilidades de oferta e de existência de vaga pela instituição de ensino.

Art. 24 - O estudante pode escolher as eletivas que deseja cursar dentre as ofertadas:

I – no mesmo Itinerário em que está matriculado, na(s) trilha(s) de aprofundamento ou fora dela;

II – pela instituição de ensino, no catálogo de outros itinerários;

III – por parceiros devidamente credenciados e cadastrados.

Art. 25 - As unidades curriculares eletivas podem ser utilizadas na(s) Trilha(s) de Aprofundamento e na Trilha Formativa para que o estudante escolha o que quer aprofundar na própria trilha.

Art. 26 - Os sistemas de ensino e as instituições escolares podem incluir unidades curriculares eletivas complementares nos currículos de Ensino Médio, como forma de ampliar a carga horária definida na Matriz Curricular, expandindo a sua carga horária progressivamente.

§ 1º A Instituição de ensino deve organizar um catálogo de eletivas vinculadas aos itinerários formativos, que complementem o conhecimento do estudante, a partir do seu interesse. Ele pode fazer a escolha e optar por eletivas de outros itinerários, desde que a instituição tenha capacidade de oferta. O número mínimo e a quantidade e carga horária das unidades curriculares eletivas deverão ser previstas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar.

§ 2º As Unidades Curriculares Eletivas podem ser vinculadas à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, podendo ser ofertadas como Curso Qualificação de Formação Inicial e Continuada (FIC), permitindo, inclusive, aumentar a carga horária do Itinerário Formativo de Formação Técnica e Profissional, devendo ser incluídas na carga horária deste Itinerário.

§ 3º As Unidades Curriculares Eletivas, regradas no Regimento Escolar e no Projeto Político-Pedagógico, podem ser ofertadas na própria instituição de ensino ou em outra instituição parceira credenciada.

Art. 27 - O estudante pode cursar uma eletiva em outra instituição de ensino e solicitar aproveitamento de estudos na instituição de ensino onde está matriculado, devendo esta possibilidade estar devidamente formalizada no PPP e RE.

Art. 28 - O Regimento Escolar deve prever a forma como será registrado o aproveitamento escolar do estudante em relação às eletivas.

Art. 29 - No final do Ensino Médio, no currículo do estudante, deve constar o número mínimo de eletivas obrigatórias.

Parágrafo único – As horas da parte flexível correspondentes ao IF de Formação Técnica e Profissional, que iniciam em, no mínimo, 1.200 horas, são organizadas a partir da carga horária de cada curso (normal ou técnico) de acordo com as normativas do CEEd/RS, acrescidas da carga horária do Projeto de Vida e o número mínimo de eletivas estabelecido na Proposta Pedagógica da instituição de ensino.

Das Parcerias

Art. 30 - A organização curricular do Ensino Médio, além dos tempos e espaços próprios para o desenvolvimento das atividades curriculares, pode prever a realização de parceria com outras instituições de ensino, que tenham ofertas em potencial para enriquecer o currículo escolar dos estudantes, bem como atender as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, interesses, aptidões e perspectivas de futuro dos estudantes, em consonância com o projeto de vida e arranjos de território local e circundantes.

Art. 31 - As parcerias podem se estabelecer na forma de projetos, oficinas, vivências, simpósios, feiras, imersões, visitas guiadas ou, até mesmo, em unidades curriculares eletivas com maior tempo de duração, seguindo as normatizações específicas previstas.

Art. 32 - As parcerias são possíveis desde que estejam regradas no PPP e Regimento Escolar e devidamente firmadas pelas instituições de ensino por meio do devido instrumento jurídico entre suas mantenedoras.

Parágrafo único – A instituição de ensino deve estar credenciada pelo sistema de ensino, quando a parceria envolver a oferta de formação técnica e profissional.

Art. 33 - As parcerias podem ocorrer:

I – com a oferta de unidades curriculares eletivas e de Trilhas de Aprofundamento entre as instituições de ensino credenciadas e autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação;

II – com a oferta de cursos técnicos no itinerário da Educação Técnica Profissional, por meio de curso técnico, cursos de qualificação como saídas intermediárias de cursos técnicos, programa de aprendizagem profissional, práticas de observação profissional, práticas de ensino e trabalho ou estágio obrigatório supervisionado;

III – com a oferta de unidades curriculares eletivas nos Itinerários de Aprofundamento das Áreas do Conhecimento por meio de cursos de qualificação – FICs, trabalho voluntário discente e outras atividades com intencionalidade pedagógica (coral, orquestra, banda, dança, aula de italiano, outros) desde que tenham orientação docente e estejam descritas no PPP e regulamentadas no RE da instituição.

Art. 34 - As parcerias entre instituições de ensino, quando uma oferta curso técnico de nível médio, para integrarem o currículo escolar do Ensino Médio, podem ocorrer na forma concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições de ensino, desde que estejam integradas no PPP/Plano Pedagógico de Curso, no Regimento Escolar e nos planos curriculares, de modo que também sejam consideradas as aprendizagens essenciais da BNCC.

Art. 35 - No Ensino Médio a oferta da Formação Geral Básica organizada de forma integrada com a modalidade do curso Normal ou de cursos técnicos de nível médio, se constitui em cursos de matrícula, PPP, Regimento Escolar, Plano de Curso/Plano de Estudos e matriz curricular única.

Parágrafo único – A oferta integrada da Formação Geral Básica e do itinerário da formação técnica e profissional conduz o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio, ao mesmo tempo em que concluem a última etapa da Educação Básica.

Art. 36 - As instituições de ensino têm resguardada a autonomia nas decisões referentes à elaboração do devido instrumento jurídico para a efetivação das parcerias, desde que explicitem suas responsabilidades, observados os aspectos legais e normativos.

Art. 37 - Para a elaboração do devido instrumento jurídico, o Conselho Estadual de Educação orienta que:

I – A instituição escolar de origem dos estudantes é a responsável pelos atos escolares incluindo, entre outros, matrícula, controle de frequência, aproveitamento e certificação dos estudantes.

II – A instituição de origem do estudante é a responsável por estabelecer as diretrizes para o acompanhamento dos cursos realizados pelos estudantes em outras instituições.

III – As mantenedoras que optarem pela oferta de intercomplementaridade, devemos prever no instrumento jurídico de parcerias com as tratativas e responsabilidades entre as partes, com procedimentos conjuntos de planejamento da construção do currículo escolar (horários das aulas, regras de convivência, desempenho do estudante, frequência, conselho de classe, dentre outros).

IV – A instituição de ensino que fará parceria para os itinerários de aprofundamento com outra instituição de ensino regular, deve prever no instrumento jurídico a validação da oferta do itinerário a ser cursado pelo estudante, para a validação do percurso formativo do estudante na referida instituição, respeitadas as regras institucionais de cada uma das instituições.

Da Educação a Distância

Art. 38 - A oferta de EAD é autorizada no Ensino Médio para o desenvolvimento de atividades em um limite de, no máximo, 20% da carga horária total do curso.

§ 1º Para o ensino noturno, a oferta pode chegar até 30% de atividades complementares.

§ 2º Para a Educação de Jovens e Adultos, até 80% de EaD, em observância à legislação específica vigente, bem como utilização de atividades remotas com o uso de tecnologias.

Art. 39 - A oferta do Ensino Médio pode ocorrer nas modalidades EJA-EAD-EPT com no mínimo 1200 horas.

Art. 40 - Orienta-se que a carga horária do Ensino Médio permitida em EAD seja ofertada nos Itinerários Formativos, uma vez que são a possibilidade de aprofundamento ou ampliação de conhecimentos.

Art. 41 - A organização, a estrutura e a oferta de EaD no território gaúcho deve observar a legislação vigente e as normas específicas para a oferta de cursos nas modalidades de EaD, de Educação de Jovens e Adultos de nível Médio e de Educação Profissional.

Do ensino médio noturno

Art. 42 - O Ensino Médio Noturno possui uma peculiaridade especial, pois atende uma juventude que busca um espaço de crescimento, inclusão social, formação para o trabalho e novas oportunidades para ascender na vida cidadã, tendo a possibilidade de que a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos sejam desenvolvidos em ambientes presenciais e virtuais de aprendizagem e com a utilização de tecnologias.

Art. 43 - A oferta do Ensino Médio Noturno passa a ser de 1.000 (mil) horas anuais, a partir do ano de 2022, podendo, para garantir a carga horária e os dias letivos, a organização curricular valer-se de até 30% de atividades complementares, mediadas ou não por tecnologias, desde o primeiro ano letivo ou ampliando os anos letivos de três para três anos e meio ou quatro anos.

Art. 44 - A organização curricular do Ensino Médio Noturno possui peculiaridades que requerem um planejamento pedagógico diferenciado para atender o perfil da juventude que trabalha e estuda, devendo prever tempos e espaços que ajudem o estudante a organizar a sua rotina de trabalho, estudo e família, bem como tenha um horário escolar flexível e propício para vencer os compromissos da vida cotidiana e manter o vínculo com a instituição de ensino e sucesso.

Art. 45 - É preciso garantir uma mediação pedagógica eficaz nas aulas presenciais e nas atividades online, com acesso à internet e equipamentos tecnológicos adequados, bem como o uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que possibilite interação síncrona e assíncrona, horários flexíveis, fóruns de discussão, interação online e ferramentas de avaliação virtual.

Art. 46 - O perfil do docente que media as atividades realizadas a distância, incidentes, nos Itinerários Formativos do currículo, com suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriados deve se constituir por professor que tenha formação ou capacitação em tecnologias e ambientes virtuais de aprendizagem.

Art. 47 - O currículo do Ensino Médio Noturno pode considerar o aproveitamento de cursos FIC, treinamento em serviço, voluntariado, entre outras situações de aproveitamento de competências e atividades realizadas e comprovadas pelos estudantes, desde que estiverem em consonância com o Plano Político Pedagógico e Regimento escolar.

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 48 - Observado o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/1996 e suas alterações, a idade mínima para matrícula em cursos da EJA e para inscrição e realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Médio é de 18 (dezoito) anos completos.

Parágrafo Único – O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos.

Art. 49 - A organização curricular da modalidade de EJA pode ser em regime semestral, modular, em segmentos e etapas, com a possibilidade de flexibilização do tempo, não precisando seguir o calendário das instituições de ensino regulares, desde que cumprida a carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas, sendo que destas, 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e o mínimo de 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido.

Parágrafo Único – a modalidade de EJA pode ser ofertada de forma articulada com a modalidade de Educação Profissional.

Art. 50 - A EJA é ofertada de forma presencial ou na modalidade de EAD e seus currículos são compostos por formação geral básica e itinerários formativos, indissociavelmente.

Art. 51 - A modalidade EJA do Ensino Médio na forma presencial pode ser ofertada em até 25% da carga horária total em EAD computada tanto para a Formação Geral Básica, quanto para o Itinerário Formativo.

Art. 52 - A duração mínima da modalidade EJA do Ensino Médio desenvolvida por meio da EaD, é a mesma estabelecida para a EJA presencial, sendo que a instituição de ensino deve prever a disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) aos estudantes, e de plataformas garantidoras de acesso além de mídias e/ou materiais didáticos impressos.

Art. 53 - A organização curricular da oferta da modalidade EJA do Ensino Médio em EaD deve projetar e oferecer aos estudantes, na sede da instituição ou nos seus polos, momentos presenciais obrigatórios para a Formação Geral Básica, itinerário formativo, avaliações, atividades de laboratório e, quando houver, a defesa de Trabalho de Conclusão, em até 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total do curso.

Art. 54 - Na Formação Geral Básica a matriz curricular deve prever Língua Portuguesa e Matemática em todos os módulos ou semestres, sendo que Língua Inglesa, Arte e Educação Física (de acordo com a legislação) devem ser oferecidos em pelo menos um dos módulos ou semestre.

§ 1º É parte do Itinerário Formativo a unidade curricular Projeto de Vida em todos os módulos, a Trilha Formativa e as unidades curriculares eletivas, de acordo com o previsto do Projeto Pedagógico e no Regimento Escolar.

§ 2º Na formação geral básica também devem ser desenvolvidos os temas contemporâneos transversais e os exigidos pela legislação.

Art. 55 - O itinerário formativo deve ser organizado por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, considerando as áreas de conhecimento (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas) e a formação técnica e profissional, sendo sua carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo.

Art. 56 - No caso do itinerário de formação técnica e profissional, são possíveis dois trajetos, um vinculado a curso de qualificação profissional e, outro, vinculado a curso técnico de nível médio.

Art. 57 - A modalidade EJA do Ensino Médio articulada à Educação Profissional pode ser ofertada das seguintes formas:

I – concomitante, na qual a formação profissional é desenvolvida paralelamente à formação geral (áreas do conhecimento), podendo ocorrer, ou não, na mesma unidade escolar;

II – concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade para a execução de Projeto Político-Pedagógico (PPP) unificado; e

III – integrada, a qual resulta de um currículo pedagógico que integra os componentes curriculares da formação geral com os da formação profissional em uma proposta pedagógica única, com vistas à formação e à qualificação em diferentes perfis profissionais, atendendo as possibilidades dos sistemas e singularidades dos estudantes.

Art. 58 - O itinerário formativo de formação técnica e profissional para a EJA, com carga horária mínima de 240 horas, além do projeto de vida e unidades curriculares eletivas, a trilha pode ser composta por:

I – curso ou conjunto de cursos de qualificação profissional.

II – curso técnico de nível médio, com a carga horária mínima prevista para a habilitação profissional escolhida, conforme indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, acrescidas das horas destinadas eventualmente a estágio profissional supervisionado ou a trabalho de conclusão de curso ou similar e a avaliações finais.

III – carga horária da qualificação profissional cursada no Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos), aproveitada como parte de um itinerário formativo que tem sua finalização no Ensino Médio, com um curso de Formação Técnica de Nível Médio.

Art. 59 - A instituição de ensino deve prever um Projeto Político-Pedagógico que institucionalize o Atendimento Educacional Especializado – AEE, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência, múltiplos transtornos ou com espectro autista garantindo o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia e adotando medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, favorecendo, assim, seu acesso, permanência, participação e a aprendizagem.

Art. 60 - A EJA Multietapas para ampliação do atendimento da EJA presencial é ofertada em situações de baixa demanda que impossibilite a implementação de um turno para a modalidade; dificuldade de locomoção dos estudantes, como os sujeitos do

campo; população de rua; comunidades específicas; refugiados e migrantes egressos de programas de alfabetização em locais de difícil acesso, periferias, entre outros.

Art. 61 - Na perspectiva de assegurar a avaliação para as aprendizagens dos estudantes da EJA, deve ser realizado diagnóstico escolar para conhecer o perfil dos que frequentam esta modalidade, o percurso escolar vivido por cada um deles, pois, a partir deste diagnóstico, devem ser realizadas a atualização do PPP, a formulação de propostas, projetos e programas que garantam a implementação do currículo, considerando os anseios e a diversidade de estudantes e professores.

Parágrafo único – A partir da avaliação, a escola pode elaborar e desenvolver instrumentos e procedimentos avaliativos estabelecidos em seu planejamento que possibilitem o acompanhamento e a intervenção pedagógica, com o propósito de assegurar ao estudante jovem e adulto o direito às aprendizagens, evitando a evasão e oportunizando encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens.

Art. 62 - Fica autorizada a utilização do requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS), e o posterior cumprimento de atividades compensatórias domiciliares para justificar as ausências de estudantes, tendo em vista a inclusão social plena do jovem, adulto e idoso, a partir do direito à educação, de sua dinâmica de vida e da realidade da sociedade moderna.

Parágrafo único – O requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS), expresso no PPP e regulamentado no RE, deve ser utilizado nos casos em que o estudante ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas, sendo que solicitação deve ser analisada e, quando deferida, a aprovação fica vinculada à obtenção de 50% (cinquenta por cento) de rendimento em cada componente curricular, bem como a realização de atividades compensatórias domiciliares.

Da educação do campo, indígena e quilombola

Art. 63 - As mantenedoras das instituições que ofertam as modalidades do campo, indígena e quilombola, a partir de suas particularidades e normas específicas vigentes, devem assegurar as condições necessárias para as instituições redimensionar os currículos da etapa final da educação básica em conformidade com o disposto nesta norma, mediante as políticas de apoio para essa implementação.

Aproveitamento de estudos e transferências

Art. 64 - As instituições de ensino podem validar como unidades curriculares eletivas, os estudos realizados pelos estudantes em outras instituições de ensino, em cursos de idiomas, música, coral, orquestra, dança, escola de futebol e esportes, formações iniciais e continuadas – FICs, Cursos de Qualificação com saídas intermediárias, atividades de voluntariado, programas e práticas de aprendizagem, entre outros, desde que estejam devidamente previstos no Plano Político Pedagógico e Regimento Escolar.

Art. 65 - O estudante pode solicitar aproveitamento de estudos e de carga horária de unidades curriculares eletivas que cursou em outra instituição de ensino.

Art. 66 - No caso de transferência, deve ser considerada a carga horária total que consta no histórico escolar do estudante, para efeitos de cômputo geral da carga horária prevista na matriz da escola que acolhe o estudante transferido.

Parágrafo único – O estudante que ingressa em uma instituição de ensino por motivo de transferência durante o ano letivo, deve completar a carga horária prevista na matriz curricular da instituição em que está matriculado.

Art. 67 - O Histórico escolar deve conter o registro das competências e habilidades da BNCC que o estudante desenvolveu durante o período que estudou na instituição de ensino atestante.

§ 1º A instituição de ensino, a partir das competências e habilidades atestadas no histórico escolar, faz o estudo das aprendizagens desenvolvidas pelo estudante e busca mecanismos próprios para incluí-lo à escola, com a promoção de atividades que proporcionem adaptação, qualidade e equidade no currículo escolar do estudante.

§ 2º No caso de transferência para escolas com Currículos com carga horária distinta a de origem, o estudante deve se adequar à escola que for concluir o Ensino Médio.

Da Avaliação da aprendizagem dos estudantes

Art. 68 - A instituição de ensino tem a autonomia para definir como proceder em relação à expressão dos resultados da avaliação da aprendizagem, desde que contemplem o processo do estudante.

Art. 69 - A instituição de ensino que oferta o Ensino Médio define em seu PPP a forma como a avaliação da aprendizagem deve ocorrer na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos, podendo ter procedimentos e forma de expressão de resultados diferentes nos itinerários formativos em relação à FGB.

Parágrafo único – No caso de parcerias, as instituições envolvidas devem avaliar o estudante de acordo com os critérios estabelecidos pela escola de origem.

Art. 70 - A escola onde o estudante está matriculado é a que certifica, portanto é a instituição que define os critérios e expressão de resultados para validar a avaliação das instituições parceiras, conforme definido no instrumento jurídico entre as instituições.

Certificação e Diploma

Art. 71 - A instituição de ensino onde o estudante está matriculado para realizar a Formação Geral Básica é a responsável pela emissão dos certificados de conclusão do Ensino Médio.

Art. 72 - A instituição em que o estudante frequenta itinerário que corresponde a curso de formação técnica e profissional realiza a expedição do Diploma de Curso Técnico como conclusão da formação técnica profissional.

Parágrafo único – A modalidade do Curso Normal habilita formação profissional para o exercício da docência na Educação Infantil e nos cinco anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando acesso ao mundo do trabalho.

Art. 73 - As Instituições de ensino expedem Certificado de Conclusão do Ensino Médio, aos estudantes concluintes do Ensino Médio composto por Itinerários das Áreas do Conhecimento, focados nas áreas profissionais, para que o estudante possa prosseguir os estudos no ensino superior.

Art. 74 - A Área que compõe o Itinerário de Formação Técnica e Profissional habilita profissionalmente para o exercício de uma profissão, tendo o estudante, concluinte do Ensino Médio, composto por Itinerário da Formação Técnica Profissional, integrado ou concomitantes por intercomplementaridade, ao final do curso direito ao Diploma de habilitação profissional.

Art. 75 - A instituição parceira deve emitir certificados, diplomas e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e concluídas pelos estudantes, sob sua responsabilidade.

Art. 76 - Quando o estudante frequenta um curso técnico em uma instituição parceira, a emissão e registro de diplomas de conclusão da habilitação técnica é de responsabilidade da instituição parceira que oferta o curso técnico.

Art. 77 - A instituição onde o estudante estiver matriculado deve incorporar o registro dos certificados, diplomas ou outros documentos comprobatórios das atividades, de no mínimo 1200 horas dos itinerários formativos, realizadas e concluídas fora da instituição de origem do estudante para efeito de emissão de certificação de conclusão do Ensino Médio.

Art. 78 - Os diplomas de conclusão de curso técnico tem validade somente com a apresentação do certificado de conclusão do Ensino Médio.

Art. 79 - A guarda dos documentos referentes à vida escolar do estudante é de responsabilidade da escola de origem, sendo que, no caso de parcerias, é responsabilidade da instituição parceira informar os resultados de avaliação à escola de origem e resguardar o acervo referente à sua oferta.

Parágrafo único – Devem ser observadas as normas específicas do sistema de ensino referente às modalidades da etapa do ensino médio.

Das disposições finais

Art. 80 - Cabe às mantenedoras orientar, apoiar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino, relativas ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 81 - Cabe ao Conselho Estadual de Educação monitorar e fiscalizar o cumprimento desta Resolução.

Art. 82 - Os casos omissos da presente Resolução são apreciados pelas comissões de ensino diretamente envolvidas em cada caso.

Art. 83 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Com carga horária maior e diferentes possibilidades de organização, o Novo Ensino Médio começa a ser implementado nas escolas públicas e privadas do país a partir de 2022, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), as ações e o cronograma nacional para a implementação da etapa, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de publicações no Diário Oficial da União.

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio.

As DCNEM e a BNCC-EM, bem como a Portaria que institui referenciais para elaboração dos itinerários formativos são marcos legais do final do ano de 2018 a serem detalhados no âmbito dos sistemas de ensino.

A portaria do MEC que traz o cronograma de ações para a efetivação do Novo Ensino Médio em âmbito nacional, também orienta as unidades da federação quanto aos

procedimentos e prazos que devem ser cumpridos, quanto à oferta dos itinerários formativos e o processo de execução de seus currículos, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata também do cronograma de formação para profissionais da educação, entre outros, conforme segue:

1) No ano de 2021: aprovação e homologação dos referenciais curriculares pelos respectivos Conselhos de Educação e formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;

2) No ano de 2022: implementação dos referenciais curriculares no 1º ano do ensino médio;

3) No ano de 2023: implementação dos referenciais curriculares nos 1º e 2º anos do ensino médio;

4) No ano de 2024: implementação dos referenciais curriculares em todos os anos do ensino médio;

5) Nos anos de 2022 a 2024: monitoramento da implementação dos referenciais curriculares e da formação continuada aos profissionais da educação.

Ainda prevê que ocorra a formação continuada dos profissionais da educação para alinhamento dos referenciais curriculares à BNCC com apoio técnico e financeiro do ministério, que lançará cursos de formação para os profissionais da educação, voltados para os itinerários formativos, incluindo a formação técnica e profissional.

Esse novo modelo traz a possibilidade de organização curricular e a ampliação da carga horária mínima das atuais 800 horas para 1.000 horas anuais, mesmo que algumas mantenedoras e instituições já tenham essa carga horária maior. Ainda indica a ampliação progressiva para 1.400 horas anuais com vistas ao atendimento em tempo integral e contempla as aprendizagens essenciais e comuns a todos os jovens e a oferta de diferentes possibilidades de escolha aos estudantes a partir dos itinerários formativos, incluindo a formação técnica e profissional de forma a aprofundar conhecimentos e ajudar na inserção dos jovens no mundo do trabalho em constante transformação.

O Novo Ensino Médio pode ofertar até cinco itinerários formativos que possibilita que o estudante escolha em qual área quer aprofundar seus conhecimentos ao longo do ensino médio. Eles podem variar conforme o contexto no qual a escola está inserida e de acordo com as necessidades e interesses dos estudantes. As instituições de ensino têm autonomia para definir os itinerários formativos a serem ofertados.

Os itinerários são: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.

A etapa final da educação básica, o ensino médio, deve manter a organização dos blocos indissociáveis do currículo - Formação Geral Básica e Itinerários Formativos - em todas as modalidades de ensino, respeitando as normas específicas vigentes para cada uma, quais sejam: Curso Normal, Educação Profissional, EAD, EJA, educação do campo, indígena e quilombola, com vistas a oportunizar a adequação das propostas curriculares às necessidades e peculiaridades próprias.

Diante disso, o CEEd RS estabelece normas complementares para orientar os integrantes do Sistema Estadual de Ensino quanto à oferta do Ensino Médio e suas modalidades a partir de 2022.

Em 14 de dezembro de 2021.

Ana Rita Berti Bagestan - relatora
Antonio Maria Melgarejo Saldanha - relator
Fátima Rodrigues Ehlert - relatora
Raul Gomes de Oliveira Filho - relator
Gabriel Grabowski
Lucia Camini
Ruben Goldmeyer
Sani Belfer Cardon

Aprovada, por maioria, na Sessão Plenária, de 15 de dezembro de 2021, com voto contrário do Conselheiro Hilário Bassotto e abstenção das Conselheiras Lucia Camini e Rosa Maria Pinheiro Mosna.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 366, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

Revoga o Parecer CEEd nº 001, de 24 de março de 2021.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992 e suas alterações, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações, no Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020 e suas alterações, no Decreto nº 55.384, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no Decreto nº 56.071, de 03 de setembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul REVOGA o Parecer CEEd nº 001, de 24 de março de 2021, que orientou as mantenedoras de Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS acerca dos procedimentos referentes à prorrogação de prazos estabelecidos em atos exarados por este Conselho, que expiravam durante o período de calamidade pública de saúde, conforme definição em decreto estadual vigente.

Parágrafo único: A partir da revogação do Parecer CEEd nº 001, de 24 de março de 2021, os prazos previstos em atos deliberativos emitidos pelo Plenário deste Colegiado posteriores à data de publicação desta Resolução, tem sua vigência mantida, devendo ser cumpridos os procedimentos previstos nas normas vigentes para a renovação dos mesmos.

Art. 2º - As mantenedoras devem atentar para os prazos de protocolo dos processos junto às respectivas Coordenadorias Regionais de Educação, seguindo a tramitação normal, conforme as normativas vigentes deste Conselho.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogado o Parecer CEEd nº 001, de 24 de março de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021.

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 15 de dezembro de 2021.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 367, DE 7 DE JANEIRO DE 2022.

Revoga a Resolução CEEd nº 357, de 24 de março de 2021.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso III, item 4, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.951, de 28 de novembro de 1995, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e suas emendas, na Constituição Estadual de 1989 e suas emendas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/1996 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul REVOGA a Resolução CEEd nº 357, de 24 de março de 2021, que autorizou as Instituições de Ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino, em caráter excepcional, a proceder a certificação de conclusão de cursos de educação profissional técnica, de nível médio e especializações técnicas, diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid 19, desde que cumpridos com êxito o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios.

§ 1º A partir da revogação da Resolução CEEd nº 357/2021, as Instituições de Ensino públicas e privadas só poderão proceder a certificação de conclusão de cursos de educação profissional técnica de nível médio e especializações técnicas, com o cumprimento de 100% (cem por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios, dos cursos:

a) Técnico em Enfermagem;

b) Técnico em Radiologia;

c) Técnico em Farmácia;

d) Técnico em Nutrição e Dietética;

e) Técnico em Análises Clínicas;

f) Técnico em Vigilância em Saúde.

§ 2º Para os estudantes que estão realizando o estágio, fica resguardado o direito de conclusão do mesmo, nos termos da Resolução CEEd nº 357/2021, caso atinjam os 75% da carga horária prevista até 31 março de 2022.

Art. 2º As Instituições de Ensino devem enviar, a este Conselho, ofício com a relação nominal dos estudantes concluintes de cada curso, referido na Resolução CEEd nº 357/2021, no prazo de até 120 dias úteis, por meio do correio eletrônico: gabinete@ceed.rs.gov.br

Art. 3º Fica revogada a Resolução CEEd nº 357, de 24 de março de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Conselho Estadual de Educação do RS, sensível ao cenário pandêmico, de forma responsável e comprometida com a sociedade gaúcha, exarou a Resolução CEEd nº 357/2021 para contribuir com a redução dos impactos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus-Covid-19, no território estadual, especialmente no que tange a formação de profissionais da área da saúde.

Apesar da pandemia não ter cessado, devido à redução expressiva de casos de contaminação e hospitalizações, consequência da ampla vacinação da população e principalmente, com a retomada gradativa das atividades presenciais, tanto nas instituições de ensino, quanto nas empresas e órgãos públicos, este Conselho de Educação entende que é momento de revogar a referida Resolução.

Contudo, a principal razão para a revogação da matéria é motivada pelo fato de que, de forma gradativa, os espaços para a realização dos estágios e práticas na área da saúde estão sendo viabilizados e oportunizados.

Salientamos que as instituições de ensino e suas mantenedoras continuem se responsabilizando e se empenhando para garantir o direito de acesso dos estudantes ao estágio curricular obrigatório.

Em 03 de janeiro de 2022.

Ana Rita Berti Bagestan - relatora
Antônio Maria Melgarejo Saldanha - relator
Érico Jacó Maciel Michel - relator
Gabriel Grabowski - relator
Lucia Camini - relatora
Oswaldo Dalpiaz - relator
Raul Gomes de Oliveira Filho - relator
Sani Belfer Cardon - relator

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 07 de janeiro de 2022.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 368, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022.

Institui normas complementares para a oferta da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 001/2022.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso III, item 4, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.951, de 28 de novembro de 1995, considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394/96 e suas alterações, em especial a Lei Federal nº 13.146/2015, e no Parecer CEEd nº 001/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir normas complementares para a oferta da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 001/2022.

Art. 2º - REVOGAR a Resolução CEEd nº 267/2002, o Parecer CEED nº 441/2002, o Parecer CEED nº 745/2005, o Parecer CEEd nº 056/2006, a Resolução CEED nº 310/2010 e o Parecer CEED nº 922/2013; e REVOGAR PARCIALMENTE o Parecer CEED nº 251/2010, mantendo-se vigentes os itens 21, 22, 23, 24, 25, 26 e o Anexo I, referentes ao credenciamento e funcionamento de Centro de Atendimento Educacional Especializado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária, de 23 de fevereiro de 2022.

Marcia Adriana de Carvalho
Presidente

JUSTIFICATIVA

O Conselho Estadual de Educação constituiu Comissão Temporária de Educação Especial (CT Educ. Especial), por meio da Portaria CEEd nº 37/2021, com o objetivo de promover debates e estudos e oferecer minuta de atualização, em conformidade com a legislação vigente sobre a Educação Especial, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

A CT- Educação Especial, além de estudar as normas vigentes em nível nacional, compatibilizou as normas do Sistema Estadual de Ensino e realizou oitivas com representantes de entidades especializadas, associações específicas e profissionais que atuam no âmbito das instituições de ensino e os parceiros do regime de colaboração, Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Sindicato do Ensino Privado (SINEPE), a fim de aprofundar o tema e subsidiar a

sistematização de uma norma que pudesse melhor orientar as instituições de ensino e suas mantenedoras.

As dúvidas, questionamentos e situações concretas vividas no cotidiano das escolas suscitaram a necessidade de apresentar com clareza e objetividade o funcionamento da modalidade de educação especial, garantindo acesso, permanência e aprendizagem aos educandos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Em 14 de fevereiro de 2022.

Marcelo Augusto Mallmann – relator
Carla Tatiana Labres do Anjos – relatora
Simone Goldschmidt – relatora

5 - ÍNDICE

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS

LEI Nº 9.394 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....10

LEI Nº 14.040 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020 Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. 47

LEI Nº 14.172 - DE 10 DE JUNHO DE 2021 Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.....50

DECRETO

DECRETO Nº 10.502 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.....54

PORTARIA

PORTARIA Nº 41 - DE 25 DE JANEIRO DE 2021. Institui a Plataforma + PNE e dispõe sobre as ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal 61

PORTARIA Nº 250 - DE 5 DE JULHO DE 2021. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2021.....64

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP Nº 14/2020 - DE 10 DE JULHO DE 202. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). 69

Parecer CNE/CP Nº 6/2021 DE 07 DE JULHO DE 2021. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. 92

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 - DE 27 DE OUTUBRO DE 2020 (*). Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).....106

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020 (*). Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.....122

RESOLUÇÃO Nº 2 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020 (*) 1. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 137

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020 (*). Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.....172

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 - DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. 174

RESOLUÇÃO Nº 1 - DE 28 DE MAIO DE 2021 (*). Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. 196

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2 - DE 5 DE AGOSTO DE 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. 204

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEI

LEI Nº 15.547 - DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020. Institui, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital, e dá outras providências. 211

DECRETOS

DECRETO Nº 55.759 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021. Fica alterado o Decreto nº 55.465, de 05 de setembro de 2020, que estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.....214

DECRETO Nº 56.025 - DE 9 DE AGOSTO DE 2021. Altera o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.....215

DECRETO Nº 56.199 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021. Altera o Decreto nº 55.882, de 15 de maio de 2021, que institui o Sistema de Avisos, Alertas e Ações para fins de monitoramento, prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19 no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências. 227

PORTARIAS

PORTARIA SEDUC/RS Nº 163/2021 - DE 23 DE AGOSTO DE 2021. Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. 237

Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS Nº 05/2021 – DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021. Dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle à COVID-19 a serem adotadas por todas as instituições de ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. 243

ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECERES

Parecer CEEd nº 002/2020 - DE 07 DE JULHO DE 2020. Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre a reorganização do Calendário Escolar e o desenvolvimento das atividades escolares em razão da Covid-19. 250

Parecer CEEd nº 003/2020 de 30 de setembro de 2020 - Manifesta-se contrário ao Projeto de Lei nº 170/2019 que tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – AL/RS, o qual dispõe sobre a educação domiciliar. 266

Parecer CEEd nº 004/2020 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020. Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS sobre os procedimentos a serem adotados para a integralização da carga horária do ano letivo de 2020 e o replanejamento curricular de 2020/2021, nos termos da Lei federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 e sua respectiva regulamentação.....270

Parecer CEEd nº 001/2021 - DE 24 DE MARÇO DE 2021. Orienta as Mantenedoras de Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do RS acerca dos procedimentos referentes à prorrogação de prazos estabelecidos em atos exarados por este Conselho, que expiram durante o período de calamidade pública de saúde, conforme definição em decreto estadual vigente.....281

Parecer CEEd nº 002/2021 - DE 02 DE JUNHO DE 2021. Dá nova redação ao item 5, do Parecer CEEd nº 147/2011, que trata da sistemática para apresentação dos planos de aplicação de recursos do salário-educação – quota estadual. 283

Parecer CEEd nº 003/2021 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2021. Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica, e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do RS, nos termos deste Parecer. 284

Parecer CEEd nº 004/2021 - DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui normas e procedimentos para criação e funcionamento de bibliotecas escolares, nas instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. 294

Parecer CEEd nº 001/2022 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022. Institui normas complementares para a oferta da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino. 311

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO CEEd Nº 351 - DE 13 DE MAIO DE 2020. Prorroga, até 31 de julho de 2020, o prazo estabelecido na Resolução CEEd nº 346/2019. 320

RESOLUÇÃO CEEd Nº 352 - DE 24 DE JUNHO DE 2020. Determina e orienta procedimentos para o monitoramento da realização das atividades domiciliares, pelas instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 01/2020.....321

RESOLUÇÃO CEEd Nº 353 - DE 24 DE JUNHO DE 2020. Determina e orienta procedimentos para o monitoramento da realização das atividades domiciliares, pelas instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 01/2020.....358

RESOLUÇÃO CEEd Nº 354 - DE 12 DE AGOSTO DE 2020. Acrescenta o Parágrafo único ao artigo 11 da Resolução CEEd nº 317, de 11 de novembro de 2011 360

RESOLUÇÃO CEEd Nº 355 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020. Autoriza e orienta, em caráter excepcional e experimental, procedimentos para a realização da avaliação externa, de forma remota, nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, protocolados neste Conselho, até a data da publicação desta Resolucão, durante o período de calamidade pública de saúde, provocada pelo Novo Coronavírus – COVID-19. 361

RESOLUÇÃO CEEd Nº 356 - DE 08 DE JANEIRO DE 2021. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.. 364

RESOLUÇÃO CEEd Nº 357 - DE 24 DE MARÇO DE 2021. Autoriza as Instituições de Ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino, em caráter excepcional, a proceder à certificação de conclusão de cursos de educação profissional técnica de nível médio e especializações técnicas diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid 19, desde que cumpridos com êxito o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios... 391

RESOLUÇÃO CEEd Nº 358 - DE 04 DE AGOSTO DE 2021 . Estabelece procedimentos para o Sistema Estadual de Ensino, referentes às alterações em Cursos Técnicos de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 394

RESOLUÇÃO CEEd Nº 359 - DE 1º DE SETEMBRO DE 2021. Autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação externa, de forma remota, nos termos da Resolução CEEd nº 355/2020, nos processos de primeiro reconhecimento de cursos de Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, durante o período de calamidade pública de saúde, conforme definição em decretos estaduais vigentes. 396

RESOLUÇÃO CEEd Nº 360 - DE 6 DE OUTUBRO DE 2021. Revoga a Resolução CEEd nº 353, de 12 de agosto de 2020. 398

RESOLUÇÃO CEEd Nº 361 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2021. Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, nos termos do Parecer CEEd nº 003/2021..... 400

RESOLUÇÃO CEEd Nº 362 - DE 27 DE OUTUBRO DE 2021. Dá nova redação ao artigo 5º da Resolução CEEd nº 343, de 11 de abril de 2018 e acrescenta o Artigo 5ºA e 5º B. Altera o §1º do artigo 24 da mesma Resolução..... 402

RESOLUÇÃO CEEd Nº 363 - DE 27 DE OUTUBRO DE 2021. Estabelece as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. 403

RESOLUÇÃO CEEd Nº 364 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui normas complementares para orientar o Sistema Estadual de Ensino sobre Itinerários Formativos, Parcerias e Notório Saber para a Educação Profissional. 421

RESOLUÇÃO CEEd Nº 365 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui normas complementares para oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino. 426

RESOLUÇÃO CEEd Nº 366 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021. Revoga o Parecer CEEd nº 001, de 24 de março de 2021.. 441

RESOLUÇÃO CEEd Nº 367 - DE 7 DE JANEIRO DE 2022. Revoga a Resolução CEEd nº 357, de 24 de março de 2021.. 442

RESOLUÇÃO CEEd Nº 368 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022. Institui normas complementares para a oferta da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 001/2022. 444

INDÍCE 446

ANEXO A COLETÂNEA 17 INDICATIVOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

ANEXO A COLETÂNEA 17 GUIA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA